

Departamento de História

**HISTÓRIA DA POLÍTICA DO PARTIDO COMUNISTA
PORTUGUÊS DURANTE A REVOLUÇÃO DOS CRAVOS
(1974-1975)**

Raquel Carneira Varela

Tese submetida como requisito para a obtenção do grau de

Doutor em História Moderna e Contemporânea
Especialidade em História Política e Institucional no Período Contemporâneo

Orientador

Doutor António Costa Pinto, Professor Associado Convidado
ISCTE – Instituto Universitário de Lisboa

Co-Orientador

Doutor Carlos Taibo Árias, Professor Titular
Universidade Autónoma de Madrid

Junho, 2010

Resumo: O Partido Comunista Português (PCP) teve um papel central no processo revolucionário português, iniciado a 25 de Abril de 1974 com um golpe de estado liderado pelo Movimento dos Capitães/MFA. Nesta investigação analisamos a política do PCP face ao desenrolar do processo revolucionário, sobretudo em relação ao movimento operário e popular, realçando a participação do partido nos principais conflitos sociais, nas greves, nas fábricas e nas empresas, no processo de nacionalizações e na luta pela reforma agrária. Pela sua relevância para a história da revolução e do período democrático que se lhe seguiu demos especial relevo à política do Partido Comunista face aos organismos de duplo poder (comissões de trabalhadores, moradores e soldados) e à construção da Intersindical como central sindical única. Orientámos ainda esta pesquisa para focar a política do PCP em relação ao Partido Socialista e ao MFA durante a revolução. Destacámos em particular a posição do PCP face aos Governos Provisórios, à organização das Forças Armadas e ao MFA e ainda a disputa entre PS e PCP pela organização do aparelho de Estado.

Palavras-chave: Partido Comunista Português, revolução dos cravos, história das revoluções, conflitos sociais.

Abstract: The Portuguese Communist Party (PCP) had a central role in the Portuguese revolutionary process which began on April 25, 1974 with a coup led by the Captains' Movement / MFA. In this investigation we analyze the politics of PCP over the course of the revolutionary process, particularly in relation to the labour movement, enhancing the party's participation in major social conflicts, in strikes, in the factories and companies, in the process of nationalization and in the struggle for agrarian reform. For its relevance to the history of revolution and the democratic period that followed, we gave particular emphasis to the policy of the Communist Party in relation to dual power organisms (workers', neighbours' and soldiers' committees) and the construction of Intersindical as the nation's only central union. We also guided this research to focus on the politics of PCP towards the Socialist Party and the MFA during the revolution. We have particularly emphasized PCP's position towards the Provisional Governments, the organization of the Armed Forces and the MFA and also the dispute between PS and PCP for the organization of the state apparatus.

Key-words: Portuguese Communist Party, the carnation revolution, History of the revolutions, social conflicts.

Ao António Paço, meu amor, pela honradez, a cordialidade, a humildade, a inteligência,
a resiliência... Aos nossos filhos, Manuel e David, que cresçam com esta herança.

Agradecimentos

Quero agradecer ao meu orientador, Prof. Dr. António Costa Pinto, e ao meu co-orientador, Prof. Dr. Carlos Taibo, o acompanhamento, as sugestões e as críticas que foram fazendo ao longo deste trabalho.

Devo um agradecimento especial a António Paço, Renato Guedes e Valério Arcary, que acompanharam todo este projecto, desde o início e ao longo destes 4 anos, mantendo comigo discussões regulares que foram fundamentais para esta investigação. Pude ainda contar com a leitura comentada de toda a tese por parte de Álvaro Bianchi, António Louçã e Luís Leira, um privilégio pelo qual lhes ficarei para sempre grata. Devo também uma palavra de consideração a Carlos Zacarias Sena Júnior, Peter Birke e Waldo Mermelstein, com quem tive oportunidade de debater alguns dos aspectos deste trabalho.

Não posso deixar de mencionar o meu reconhecimento ao grupo de trabalho Revolução e Democracia, do Instituto de História Contemporânea da Universidade Nova de Lisboa, do qual faço parte, e cujos seminários foram de grande relevância para este trabalho. Em especial as discussões que tive com Inácia Rezola e Constantino Piçarra, que estimularam perguntas essenciais para o desenvolvimento desta tese. Uma palavra especial de agradecimento a Fernando Rosas, presidente do IHC, pelos temas que me sugeriu, mas também pelas discussões de ordem metodológica que teve comigo, e que foram indispensáveis para esta investigação.

Finalmente, este trabalho foi desenvolvido em simultâneo com outros trabalhos de investigação que realizei no âmbito do estudo do fim das ditaduras na Península Ibérica e, mais recentemente, no campo da história global do trabalho. As conferências, os projectos de investigação e os artigos que publiquei em ambas as áreas foram fundamentais para o desenvolvimento deste projecto também. Devo, por isso, uma palavra de reconhecimento a Encarnación Lemus e a todo o grupo da Associação de Historiadores do Tempo Presente em Espanha, e a Marcel van der Linden e ao grupo de História do Trabalho do Instituto Internacional de História Social.

Finalmente, um obrigado à minha família.

Como costuma e deve dizer-se, quaisquer erros são da minha inteira responsabilidade.

Índice

ÍNDICE	XI
LISTA DE ABREVIATURAS.....	XIII
INTRODUÇÃO	1
CAPÍTULO 1 - O PCP NO I GOVERNO PROVISÓRIO	21
<i>A democratização.....</i>	<i>21</i>
<i>Por que entram os comunistas no Governo?</i>	<i>28</i>
<i>O PCP contra as greves: a disputa com a extrema-esquerda</i>	<i>33</i>
<i>A aliança Povo-MFA</i>	<i>44</i>
<i>O PCP e a União Soviética.....</i>	<i>50</i>
CAPÍTULO 2 - DO II GOVERNO PROVISÓRIO AO 28 DE SETEMBRO DE 1974	57
O PCP E A LUTA PELA INDEPENDÊNCIA DAS COLÓNIAS	57
A TENSÃO SOCIAL DO VERÃO DE 1974	62
<i>Despedimentos e sabotagem económica: o papel do Ministério do Trabalho.....</i>	<i>62</i>
<i>O PCP e a Lei da Greve</i>	<i>67</i>
<i>TAP, LISNAVE e Jornal do Comércio</i>	<i>70</i>
A POLÍTICA DO PCP NO GOLPE SPINOLISTA DE 28 DE SETEMBRO DE 1974	78
CAPÍTULO 3 - DO VII CONGRESSO À UNICIDADE SINDICAL (OUTUBRO 1974 – JANEIRO DE 1975)	85
O VII CONGRESSO E A PLATAFORMA DE EMERGÊNCIA	85
<i>«O preço da liberdade, as reivindicações dos trabalhadores».....</i>	<i>96</i>
O PCP, A INTERSINDICAL E AS COMISSÕES DE TRABALHADORES	101
<i>Construir a Intersindical.....</i>	<i>101</i>
<i>A luta pela unicidade sindical.....</i>	<i>106</i>
<i>As comissões de trabalhadores e a manifestação de 7 de Fevereiro de 1975</i>	<i>110</i>
O PARTIDO EM TODAS AS FRENTES	115
<i>Juventude trabalhadora: construir, construir, construir</i>	<i>116</i>
<i>A UEC: «A ordem é revolucionária, não caótica»</i>	<i>118</i>
<i>O fantasma da frente popular chilena e a coexistência pacífica</i>	<i>123</i>
<i>PS, MDP e recenseamento eleitoral</i>	<i>130</i>
<i>«O saneamento da economia é mais demorado que o saneamento do aparelho de Estado»</i>	<i>131</i>
CAPÍTULO 4 - O PCP ENTRE O «11 DE MARÇO DE 1975» E O «VERÃO QUENTE»	135
A CAMINHO DO 11 DE MARÇO	135
<i>Agudização dos conflitos sociais: tensão na coligação</i>	<i>135</i>
<i>Começa a Reforma Agrária</i>	<i>141</i>
<i>Da greve dos liceus à militarização do Sindicato dos Químicos</i>	<i>145</i>
O PCP E O 11 DE MARÇO DE 1975: «TODOS PARA A RUA!»	150
<i>O PCP e o MFA</i>	<i>154</i>
ELEIÇÕES, 25 DE ABRIL DE 1975	160
O PCP, AS NACIONALIZAÇÕES, O CONTROLO OPERÁRIO E A «BATALHA DA PRODUÇÃO»	165
<i>Significado das nacionalizações</i>	<i>165</i>
<i>A política do PCP para as nacionalizações.....</i>	<i>169</i>
<i>O PCP, a «batalha da produção» e o «controlo operário».....</i>	<i>177</i>
DAS ELEIÇÕES À QUEDA DO IV GOVERNO PROVISÓRIO.....	186
<i>A dualidade de poderes e as vitórias dos trabalhadores</i>	<i>186</i>
<i>A ruptura na governação</i>	<i>189</i>
<i>O PCP e as greves de Maio e Junho de 1975</i>	<i>195</i>

CAPÍTULO 5 - O VERÃO QUENTE: O FIM DA «ALIANÇA POVO-MFA» (JULHO A AGOSTO DE 1975)	199
<i>Quem dirige os trabalhadores?</i>	199
<i>O PCP: organização e formação teórica</i>	204
<i>A ameaça bonapartista</i>	211
<i>V Governo: O PCP quis «tomar o poder»?</i>	221
CAPÍTULO 6 - CRISE REVOLUCIONÁRIA: O ESPECTRO DA GUERRA CIVIL (DA ASSEMBLEIA DE TANCOS AO 25 DE NOVEMBRO DE 1975)	243
«SOVIETIZAÇÃO» DAS FORÇAS ARMADAS?.....	243
O PCP E AS «CONQUISTAS DE ABRIL»	255
<i>Os comunistas no Governo: «um pé dentro outro fora»</i>	255
<i>Reforma Agrária: dividir a terra pelos trabalhadores ou os trabalhadores pela terra?</i>	261
<i>A independência de Angola</i>	265
O PCP E O 25 DE NOVEMBRO DE 1975	270
CONCLUSÃO	293
FONTES E BIBLIOGRAFIA	311
FONTES.....	311
BIBLIOGRAFIA	316

Lista de Abreviaturas

- ADU – Assembleias de Delegados de Unidade
AMI – Agrupamento Militar de Intervenção
CAP – Confederação dos Agricultores de Portugal
COPCON -Comando Operacional do Continente
CR – Conselho da Revolução
ELP- Exército de Libertação de Portugal
FNLA - Frente Nacional de Libertação de Angola
FRELIMO – Frente de Libertação de Moçambique
FUP – Frente Unitária Popular
FUR - Frente de Unidade Revolucionária
LCI - Liga Comunista Internacionalista
MFA – Movimento das Forças Armadas
MDM – Movimento Democrático de Mulheres
MDP/CDE - Movimento Democrático Português / Comissão Democrática Eleitoral
MES – Movimento de Esquerda Socialista
MJT – Movimento da Juventude Trabalhadora
MPLA - Movimento Popular de Libertação de Angola
MRPP - Partido Comunista dos Trabalhadores Portugueses / Movimento Reorganizativo do Partido do Proletariado
OUA – Organização de Unidade Africana
NATO (OTAN) - Organização do Tratado do Atlântico Norte
PAIGC - Partido Africano para a Independência da Guiné e Cabo Verde
PCE – Partido Comunista de Espanha
PCF – Partido Comunista Francês
PCI – Partido Comunista Italiano
PCP - Partido Comunista Português
PIDE/DGS - Polícia Internacional e de Defesa do Estado / Direcção-Geral de Segurança
PM – Polícia Militar
PRP/BR - Partido Revolucionário do Proletariado / Brigadas Revolucionárias
PRT – Partido Revolucionário dos Trabalhadores
PS - Partido Socialista

História da Política do PCP na Revolução (1974-75)

PSUA – Partido Socialista Unificado da Alemanha

PPD – Partido Popular Democrático

RALIS – Regimento de Artilharia Ligeira de Lisboa

SUV – Soldados Unidos Vencerão

UDP - União Democrática Popular

UEC – União dos Estudantes Comunistas

UNITA - União Nacional para a Independência Total de Angola

URSS - União das Repúblicas Socialistas Soviéticas

Introdução

O Partido Comunista Português (PCP) teve um papel central no processo revolucionário português iniciado a 25 de Abril de 1974 com um golpe de estado liderado pelo Movimento dos Capitães. O PCP, quando se dá o 25 de Abril de 1974, é o partido político mais bem organizado e aquele que melhor tinha sobrevivido nas duras condições da clandestinidade durante a ditadura. Não foi, no entanto, a organização de massas que dirigiu o «levantamento nacional» contra esta, como é reivindicado pela própria organização – teria cerca de 2000 militantes, com uma razoável implantação em alguns sectores operários e assalariados agrícolas do Sul do País. Mas, a 25 de Novembro de 1975, um ano e meio depois, é, inquestionavelmente, um partido de massas, com 100 mil militantes, influência nos principais sectores operários, nos sindicatos, com participação nos Governos Provisórios e com homens da sua confiança na hierarquia militar. É o maior partido político de Portugal e uma organização imprescindível, política e militarmente, para a estabilização do Estado e o início da consolidação democrática do País.

O estudo de um partido político é o estudo da sua organização e da sua política, num determinado momento histórico. O objectivo desta pesquisa é exactamente o de compreender a política do Partido Comunista durante a revolução portuguesa. É uma oportunidade para um investigador que se interesse pela história das revoluções, dos partidos comunistas e do movimento operário e popular, porque é um dos raros momentos na história da segunda metade do século XX em que se pode estudar a política de um Partido Comunista da esfera da URSS, na Europa, no meio de uma revolução – a última nos países centrais até hoje –, e onde existiu dualidade de poderes e se colocou em causa a propriedade privada dos meios de produção.

Até hoje não foi realizada uma investigação aprofundada, que englobasse todo o período revolucionário, sobre a política do Partido Comunista no biénio 1974-75. A reforma agrária e a política do PCP nesta foram estudadas nos trabalhos de Oliveira Baptista (1978), António Barreto (1987) e Constantino Piçarra (2008), entre outros, que aqui seguimos com particular atenção. Mas, com excepção da reforma agrária, praticamente não existem estudos empíricos sobre temas fulcrais como a relação do PCP com o MFA, em particular com o chamado sector gonçalvista, ou sobre a política

do PCP face ao movimento operário e popular. Existem estudos empíricos bastante pormenorizados sobre os conflitos sociais na primeira fase da revolução, como os trabalhos de Maria de Lurdes Santos Lima *et al* (1976) e Miguel Pérez (2008). Mas a partir de 11 de Março de 1975 até 25 de Novembro de 1975, justamente no período de maior conflitualidade laboral e social, rareiam os trabalhos sobre o movimento operário e popular, embora algumas obras nos auxiliem numa visão geral dos conflitos sociais neste período, como é o caso dos estudos de Fátima Patriarca (1999) e Duran Muñoz (2000), por exemplo. No campo da história social, destacamos ainda os trabalhos incontornáveis sobre as comissões de moradores de Chips Dows (1978) e a autogestão e o controle operário em Portugal de John Hammond (1981). Entre as lacunas evidentes da historiografia da revolução está a história do Partido Socialista durante a revolução – praticamente desconhecida – e os governos provisórios. No entanto, foi estudado de forma aprofundada o Conselho da Revolução, por Maria Inácia Rezola (2006), hoje uma história incontornável de um sector dos militares na revolução, e a influência externa norte-americana em Portugal no trabalho de Tiago Moreira de Sá (2009). Dois estudos pioneiros permanecem, do nosso ponto de vista, importantes para compreender a história da revolução: são as obras de Medeiros Ferreira (1993) e Kenneth Maxwell (1999).

Os estudos que existem sobre o PCP são, na sua maioria, ensaios, com uma insuficiente base empírica ou circunscritos a questões concretas e a pequenos períodos da revolução (por exemplo, o I Governo Provisório ou a construção da Intersindical). *Grosso modo*, nas suas conclusões, podem dividir-se em dois grandes campos: os autores que defendem que o PCP procurou em 1974-1975 fazer um «golpe de Praga», tentando uma via *putschista* para alcançar o poder do Estado ou dirigir a tomada de poder pela classe trabalhadora iniciando um processo de transição para o socialismo pela expropriação da burguesia, projecto que o partido, pela relação de forças desfavorável, foi obrigado a abandonar. Um outro grupo de estudiosos defende que o PCP teve um compromisso estratégico com a consolidação de um regime democrático em Portugal, na esfera de influência da Aliança Atlântica, almejando um capitalismo regulado e relativamente autárquico face aos países centrais.

A polémica sobre a política do PCP refere-se sobretudo ao período entre o Verão Quente de 1975 e a vigência do VI Governo Provisório, até ao 25 de Novembro de 1975, uma vez que todos os autores relevam a participação comprometida da direcção comunista nos governos e sem excepção concordam que até pelo menos Janeiro de 1975

e a vitória da unicidade sindical, o PCP teve uma política de contenção das reivindicações dos trabalhadores.

Entre aqueles que defendem que o socialismo era estratégico para o Partido Comunista estão a maioria dos trabalhos publicados sobre o PCP. Com muitos matizes entre si, como veremos ao longo do nosso trabalho – uns realçando a via golpista, outros aquilo que designam como controle paulatino de um aparelho de Estado que não teria uma unidade específica. Destacam-se, nesta análise, Boaventura Sousa Santos, que defende que o PCP teve aquilo que designa como «vertigem insurreccional durante a crise revolucionária» (Santos, 1984:24). Também António Ventura afirma que houve uma «tentativa de golpe a 25 de Novembro, em que elementos militares afectos ao PCP jogam tudo por tudo, sendo rapidamente derrotados» (Ventura, 1985:233). Carlos Cunha defende que o PCP minimizou o parlamentarismo, depois de Abril de 1975, como forma de chegar ao poder e enfatizou outras «táticas leninistas» (Cunha, 1992:4) e Carlos Gaspar argumenta que o PCP quis tomar o poder mas foi obrigado a recuar pela relação de forças desfavorável (Gaspar, 1992: 33). Medeiros Ferreira salienta também aquilo que considera ser a tentativa de controlo do aparelho de Estado e tomada de poder via extra-eleitoral, depois de Abril de 1975 (Ferreira, 1994:256). Leonardo Morlino identifica um processo de «moderação» política dos partidos socialistas e comunistas do Sul da Europa, moderação esta a que teria escapado o PCP, que manteve uma «postura semileal face ao regime democrático» (Morlino, 1995:369) e Anna Bosco, escreve que o PCP acreditava que a escolha seria entre ditadura e socialismo. (Bosco, 2001: 336). Philippe Schmitter defende que o PCP reflectiu progressivamente a radicalização dos militares (Schmitter, 1999:226) e Kenneth Maxwell escreve que «durante o Verão de 1975, [os comunistas] realizaram a última tentativa séria para tomar o poder na Europa Ocidental» (Maxwell, 1999:202).

Diferentemente destas teses, alguns autores têm relevado, dentro da complexidade que foi a história política do PCP no período revolucionário, o compromisso estratégico desta organização com o regime democrático-liberal. Marco Lisi salientou a tensão entre a mobilização e a negociação que levou o PCP a parecer hesitante, mas sem evidenciar como estratégia uma transição para o socialismo: «O facto que importa sublinhar é que a dinâmica da mobilização do PCP foi subordinada ao alcance da própria integração institucional: neste sentido, o recurso principal utilizado pelos comunistas baseava-se na correlação de forças dentro da elite militar, mostrando que a conquista do poder social era um objectivo secundário na óptica da estratégia do

PCP» (Lisi, 2007: 203). Francisco Louçã, a partir da análise do Congresso de Alhandra de Agosto de 1975, defende que o PCP não tinha uma política de transformação global da sociedade, «no sentido de abolição das relações capitalistas de produção, que subjazem ao Estado capitalista» e que durante aquele período de tensão, de Agosto a Setembro de 1975, a luta do PCP foi pelo compromisso. O partido teve o destino de ser obrigado a manter uma «aparência de radicalidade e a proteger um governo que temia» (Louçã, 1985:161). Finalmente, Valério Arcary sustenta que não é adequado associar a estratégia do PCP à dos bolcheviques russos: «Justiça seja feita, o PCP se comportou muito mais como os mencheviques: aderiu aos governos provisórios, defendeu a ordem, denunciou as greves como selvagens, e o respeito à propriedade privada, promoveu campanhas de trabalho voluntário – a batalha da produção – o respeito às hierarquias, aos tratados internacionais, etc.». (Arcary, 2010, no prelo).

Precisamente *a contrario* das teses dominantes que defendem que o PCP quis «tomar o poder» por via insurreccional ou controlar o aparelho de Estado para instituir um regime inspirado na União Soviética, sustentaremos, nesta pesquisa, que a estratégia do Partido Comunista foi a de consolidar um regime democrático-liberal, isolar os sectores mais conservadores da burguesia estado-novista, participar na governação do País, procurando negociar um projecto de capitalismo relativamente autárquico e regulado no quadro da manutenção da aliança ocidental da NATO – política que ficará conhecida como a «Aliança Povo-MFA».

Estratégia que o partido levou a cabo procurando disputar, sobretudo ao PS, a organização do aparelho de Estado, sem pôr em causa a natureza de classe desse Estado; construir um grande partido que organizasse e dirigisse a classe trabalhadora portuguesa, cujo alicerce principal foi a Intersindical; granjear a abertura de relações oficiais entre Portugal e a União Soviética, no quadro da «coexistência pacífica»; contribuir para o processo de descolonização africano, em particular a independência de Angola sob a égide do Movimento Popular de Liberação de Angola (MPLA) a partir de 1975, e, no período após Março de 1975, garantir o não retrocesso das nacionalizações e a realização de uma reforma agrária.

Estas conclusões levaram-nos, ao longo da realização deste trabalho, a hierarquizar temas de estudo. Fomos obrigados a fazer escolhas, que necessariamente priorizam uns factores e secundarizam outros. Assim, investigámos a política do partido, ou seja, a política que venceu no Comité Central e que foi executada pela direcção do PCP e dirigida a todo o partido e ao espectro de influência social deste

através dos seus materiais de propaganda, agitação e organização. Mas esta história não esgota a história do Partido Comunista Português durante a revolução. Desde logo porque, salvo casos concretos sobre os quais existem estudos monográficos – caso da Lisnave por exemplo – não se estuda aqui o hiato entre a definição da política do partido pela sua direcção e a execução desta pelos quadros intermédios e a base, nos locais de trabalho e noutras organizações populares. Por outro lado, embora façamos referência a aspectos organizativos sempre que eles transparecem na política do partido – composição da direcção, composição da base, relação entre células e quadros, perspectivas de crescimento do partido, métodos de construção – este trabalho não investiga de forma aprofundada a organização interna do PCP.

Veremos alguns exemplos em que o partido reconhece a dificuldade de aplicação de determinada política dentro da base e referências à indisciplina dos militantes justificarem a intervenção da direcção, o que desmente a tese de monolitismo, tese que a nosso ver corre o risco de ser simplista porque minoriza as controvérsias e as divergências políticas internas dentro do PCP. O PCP é um partido centralizado e seria importante compreender de facto a evolução interna da organização e as divergências dentro dele, o que só pode ser feito com a abertura dos arquivos do próprio partido (que permanecem fechados, ao contrário, por exemplo, dos arquivos do PCE em Espanha). Mas os vários exemplos que damos ao longo do trabalho desmentem a teoria do monolitismo, que aliás seria do ponto de vista abstracto já questionável, uma vez que o tipo de crescimento verificado no partido em 1974-1975 impossibilita o controle estrito de todos os seus membros. Não existe uma relação mecânica entre a política definida pela direcção e a sua aplicação e concretização nas fábricas e empresas e sindicatos e outras organizações de trabalhadores e do movimento popular onde o partido tem implantação.

Nesta investigação, procurámos fazer a história da política do PCP face ao desenrolar do processo revolucionário, sobretudo em relação ao movimento operário e popular, realçando a política do partido nos principais conflitos sociais, nas greves, nas fábricas e nas empresas, no processo de nacionalizações e na luta pela reforma agrária. Pela sua relevância para a história da revolução e do período democrático que se lhe seguiu demos especial relevo à política do Partido Comunista face aos organismos de duplo poder (comissões de trabalhadores, moradores, soldados e as diversas organizações de base de trabalhadores rurais que se formaram para fazer a reforma

agrária, unificadas no fim do Verão Quente nas UCPs) e à construção da Intersindical como central sindical única.

Orientámos ainda esta pesquisa para focar a política do PCP em relação ao Partido Socialista e ao MFA durante a revolução. Destacámos em particular a posição do PCP face aos Governos Provisórios, à organização das Forças Armadas e ao MFA e ainda a disputa entre PS e PCP pela organização do aparelho de Estado. Mas a política do PCP também procurou dar resposta a outros dois sectores, que analisámos ao longo do trabalho: por um lado derrotar a ala mais reaccionária e golpista da burguesia portuguesa, conotada com o Estado Novo; por outro, enfraquecer a extrema-esquerda e isolá-la da base do PCP.

Foi tratada de forma menos pormenorizada, por exemplo, a política do partido face ao movimento estudantil, aos direitos das mulheres e à organização da juventude, embora no III Capítulo se faça referência a estas questões, sobretudo às que estavam relacionadas com a disputa do movimento estudantil com a extrema-esquerda, em particular a questão dos conflitos sociais nos liceus e universidades e a política do serviço cívico estudantil.

Organizámos e apresentámos esta pesquisa de forma cronológica, porque nos pareceu que seria mais importante compreender o desenvolvimento do processo revolucionário do que compartimentá-lo por temas, procurando desta forma perceber a política do partido como um todo, na sua dinâmica, em vez de uma opção temática, que iria fazer um corte artificial no desenrolar histórico (por exemplo, o PCP e os Governos, ou o PCP e a Intersindical).

O I Capítulo, que balizámos entre o golpe de Estado que derrubou a ditadura, a 25 de Abril de 1974, e a queda do I Governo Provisório, que corresponde *grosso modo* a uma primeira tentativa de estabilização do Estado, através da Junta de Salvação Nacional e da constituição de um Governo com os comunistas, tentativa gorada pelas divisões políticas sobre o processo de descolonização e pela incapacidade do Governo de controlar a irrupção das reivindicações populares. O II Capítulo, que situámos na vigência do II Governo Provisório (Julho a 28 de Setembro de 1974), analisa a crescente radicalização da revolução, espelhada nas vitórias da descolonização e nas greves de Agosto de 1975. Será um período marcado pelo reforço da política de aliança entre PCP, PS e MFA. O III Capítulo situámo-lo entre o Congresso do PCP de Outubro de 1974 e o golpe de 11 de Março de 1975, o período em que se aprofunda a crise económica, se generaliza o processo de ocupação de fábricas e empresas, começa a luta

dos trabalhadores pela reforma agrária e as nacionalizações. O PCP procura, nesta fase, reforçar a confiança dos trabalhadores na aliança governativa, ao mesmo tempo que determina como prioridade a unicidade sindical. Crescem os factores de ruptura institucional ao nível da coligação a partir de Janeiro de 1975.

Situámos o IV Capítulo entre o 11 de Março de 1975 e o Verão de 1975, porque caracterizámos que aqui tem início uma situação de revolução social, com a generalização da constituição de organismos de duplo poder (não organizados a nível nacional), que vai determinar a ruptura da coligação. Ruptura que se consuma no início do Verão de 1975 quando se dá o conflito institucional entre PS e PC e o desmembramento do MFA. Este período, estudado no V Capítulo, corresponde ao V Governo. Finalmente, o último capítulo, o VI, que situámos entre a queda do V Governo – o fim da «Aliança POVO-MFA» – e 25 de Novembro de 1975, dia do golpe que pôs fim ao processo revolucionário. Conceptualizámos esta fase como a da crise revolucionária, em que ou se dava um deslocamento do Estado sob direcção dos trabalhadores e seus aliados ou um golpe contra-revolucionário (democrático ou ditatorial) punha fim à revolução. Considerámos que a crise revolucionária só começa em Setembro de 1975, na medida em que a crise do MFA, que começa no início do Verão, só em Setembro resulta na disseminação da dualidade de poderes nas forças armadas.

Utilizámos um amplo leque de fontes, das quais destacamos antes de mais o *Avante!*, jornal semanal do PCP, com uma tiragem, em alguns momentos, de centenas de milhares de exemplares. Neste trabalho estudámos todo o jornal *Avante!* entre Maio de 1974 (primeiro número legal) e Dezembro de 1975, bem como todos os documentos do Comité Central e da Comissão Executiva que estão publicados, os discursos do líder político Álvaro Cunhal e o boletim de organização do partido, *O Militante*, cujo primeiro número legal sai em Junho de 1975. Estudámos ainda centenas de panfletos e comunicados do PCP disponíveis no Centro de Documentação 25 de Abril, o jornal *UEC*, da organização estudantil comunista, o *Jovem Trabalhador*, jornal da juventude trabalhadora do PCP. Entre as fontes destacamos também os principais documentos teóricos e programáticos do partido: *Rumo à Vitória*, *Teses do VII Congresso e Plataforma de Emergência*; Programa e Estatutos do PCP, *A Revolução Portuguesa. Passado e Futuro*, *A Verdade e a Mentira na Revolução de Abril*. *A Contra-revolução Confessa-se*, entre outros. Utilizámos ainda vários testemunhos e memórias, como os de José Saramago, Raimundo Narciso, Zita Seabra, Mário Soares, Vasco Gonçalves, Melo

Antunes, entre muitos outros. Para a elaboração deste trabalho recorremos a diversas fontes exteriores ao PCP, como os documentos do Foreign Office do Reino Unido; os comunicados do Partido Socialista entre o 25 de Abril de 1974 e o I Governo Constitucional; a imprensa diária não partidária (*República, Diário de Lisboa, Diário Popular, etc.*) e o Arquivo da RTP.

Ficaram de fora, por analisar, algumas fontes essenciais – e que no futuro cremos serem indispensáveis para continuar este trabalho de compreensão da história do PCP e da revolução – por estarem os arquivos encerrados ou dificultado o seu acesso, nomeadamente, os documentos do NARA (Washington) – a que porém fazemos referência por fontes bibliográficas –, do Bundesarchiv e do Politisches Archiv-Auswartiges Amt (estes porque o nosso domínio elementar do alemão não permite este estudo), os arquivos soviéticos e os arquivos do próprio PCP e, finalmente, as actas dos Governos Provisórios que, sem nenhuma razão sólida, permanecem em paradeiro relativamente desconhecido e o estado e a dimensão das mesmas não é claro (à excepção de algumas actas, escassas, que estão disponíveis na Fundação Mário Soares).

A história do PCP e da revolução portuguesa é também a história das revoluções do século XX. Não fosse Portugal ser um país semiperiférico e o biénio 1974-1975 seria um estudo de caso comparativo a nível internacional com mais amplitude do que aquela que tem hoje. Porque a revolução portuguesa surpreendeu. Surpreendeu pelo papel dos militares, pela extrema radicalidade dos métodos e objectivos, pela escassa violência com que se desenrolou e com que terminou. Surpreendeu, se quisermos, por ter ido tão longe tão depressa, com a multiplicação de organismos de poder dual a partir de 11 de Março de 1975, e por ter recuado igualmente rápido com uma acelerada estabilização do Estado a partir de 1976. Foi uma revolução falhada, a última tentativa no século XX, na Europa Ocidental, de iniciar um processo de expropriação da burguesia. Mas durante 1975 a revolução portuguesa surpreendeu o Mundo. Porque foi uma revolução. E porque a sua dinâmica tinha transformado os objectivos democráticos em sociais, tinha levado à passagem de uma crise de regime para uma crise de Estado, a dar-se justamente na Europa Ocidental, na esfera geopolítica da Aliança Atlântica, que provocou o início de uma desestabilização da Europa do Sul, à altura reconhecida por todos os governos ocidentais. Temia-se o contágio revolucionário a Espanha e Grécia, duas ditaduras, e a Itália e França, no rescaldo do Maio de 1968 e do Outono Quente de 1969.

Este trabalho não poderia deixar de se referenciar em algumas das principais teorizações sobre os processos revolucionários, pelas comparações que permitem, realçando aquilo que foi semelhante mas também aquilo que foi distinto na revolução portuguesa. Obras que nos auxiliaram a definir as prioridades empíricas nesta investigação, a balizar cronologicamente o nosso estudo e a amparar teoricamente os resultados desta investigação.

Charles Tilly, lembrando a dificuldade que todos os processos revolucionários levantam à teorização de uma definição comum a estes momentos de transformação social, e a variabilidade de factores que caracterizam uma situação revolucionária, optou por utilizar como elemento central definidor das revoluções a existência de duplo poder (Tilly, 1995:26-27), que consideramos um critério central da definição de um processo revolucionário, nas suas diversas dimensões – duplo poder orgânico ou inorgânico, embrionário ou organizado ou ainda nacionalmente coordenado/organizado. Como os estudos de Tilly deram muita importância à relação entre as revoluções e os factores macroestruturais, este autor defende que a compreensão das causas e do desfecho das revoluções não deve ser isolado «da posição (do país) no sistema de relações entre Estados» (Tilly, 1995:23). Perry Anderson, por seu turno, destaca na revolução a rapidez do processo de transformação social por oposição aos processos de reforma, por um lado, e por outro os seus objectivos: «um episódio de convulsiva transformação política, comprimida no tempo e no objectivo, que tem um início determinado – quando o velho aparelho do Estado ainda está intacto – e um fim claro, quando esse aparelho é quebrado e o novo é erguido em seu lugar». Num processo de transição para o socialismo esse novo Estado, para ser «verdadeiramente transicional», deve pôr em prática a sua autodissolução (Anderson: 1984:112). Eric Hobsbawm salienta, entre outros factores, a «presença de uma mobilização de massas» e o grau de incerteza destes processos, concluindo que não devemos omitir «o contexto de forças incontroláveis» que presidem aos processos revolucionários (Hobsbawm, 1999:8-9). Leão Trotsky, no seu estudo sobre a revolução russa, destacou três elementos que caracterizam uma situação como revolucionária: a entrada em cena de milhões de trabalhadores mobilizados, atracção dos sectores intermédios da sociedade pelas organizações e métodos de luta das classes trabalhadoras e uma crise nacional (mais tarde, Trotsky acrescentará a esta definição a existência de um partido revolucionário). Em suma, uma situação revolucionária seria um processo político caracterizado pela entrada em cena de vastos sectores da população (trabalhadores e classes médias) que altera a relação de

forças entre classes sociais, num quadro de crise (decadência) nacional. Valério Arcary, na sua investigação sobre as revoluções do século XX, propõe a distinção de dois tipos de revoluções, as revoluções políticas e as revoluções sociais. Nas primeiras, muda o poder político; nas segundas, o poder económico muda de mãos, ou seja, coloca-se em questão a propriedade privada. Por analogia com a revolução russa, classifica estas revoluções políticas de «revoluções de Fevereiro»; e as sociais de «revoluções de Outubro». De acordo com este critério, na sua maioria as revoluções do século XX, o século da história da humanidade em que houve mais revoluções, são revoluções políticas, objectivamente anticapitalistas, que estacionaram na fase de «Fevereiro», ou seja, não puseram em causa a propriedade privada dos meios de produção (Arcary, 2004). A revolução portuguesa é exactamente uma das excepções, que evoluiu para uma situação revolucionária de tipo «Outubro». Um dos primeiros cientistas sociais a tentar compreender as mudanças de regime na Europa do Sul foi Nicos Poulantzas (1976), cujas teorias são depois desenvolvidas também na obra de Loren Goldner (2000). Destes autores, destacamos a centralidade da relação entre Estado e classes sociais. Mas rejeitamos a tese da dependência, que classificava Portugal como um país dependente dos países imperialistas e adoptamos a definição de Wallerstein, de que Portugal era, em 1974-75, um país semiperiférico (Wallerstein, 2000:71-105), imperialista face a África, e dependente face aos países centrais.

Salientamos ainda três últimas notas sobre a influência dos estudos das revoluções do século XX na nossa investigação. A primeira é que, apesar de estas abordagens teóricas terem distinções importantes entre si (Tilly valoriza bastante mais os factores externos que Leão Trotsky, que sublinha a direcção interna dos processos revolucionários como determinante para o seu desenlace, Poulantzas opta pela teoria campista – um campo imperialista e um campo progressista – por oposição ao sistema mundo de Wallerstein, não seria um erro colocar estas obras na esteira teórica daqueles que defendem a centralidade do estudo das classes sociais e suas fracções (sujeitos sociais) para a compreensão do processo histórico, ou, dito de outra forma, que a crise de Estado e institucional, o estudo dos partidos políticos (sujeitos representativos) é sempre determinado pela relação entre as classes sociais.

A segunda questão diz respeito ao perene problema das fontes, que é sempre referido quanto se trata de analisar a história das classes trabalhadoras e populares. Carlo Ginzburg, por exemplo, inicia o seu *O Queijo e os Vermes* justamente lembrando que «A escassez de testemunhos sobre o comportamento e as atitudes das classes

subalternas do passado é com certeza o primeiro – mas não o único – obstáculo contra o qual as pesquisas históricas do género se chocam» (Ginzburg: 2007:11). Precisamente quando se trata de uma situação revolucionária, cuja característica primeira é a participação social de milhões de pessoas até aí afastadas da política, a escassez de fontes é um obstáculo tão ou mais difícil de ultrapassar. O tema interessou Leão Trotsky quando escreveu a sua monumental *História da Revolução Russa*: «As dificuldades encontradas quando se estudam as modificações da consciência das massas em época de revolução são totalmente evidentes. As classes oprimidas fazem a história nas fábricas, nos quartéis, nos campos, nas cidades, nas ruas. Não têm entretanto o hábito de anotar por escrito o que fazem. Nos períodos em que as paixões sociais atingem a mais alta tensão não há senão um lugar insignificante para a contemplação e as descrições» (1988:15). Mas dificuldade não significa impossibilidade. Como assinala Leão Trotsky, ainda nesta obra, é justamente a percepção da evolução da consciência e da força dos trabalhadores e das classes populares que entra nos cálculos tácticos e estratégicos das organizações políticas nos processos revolucionários: «Por que, então, o que era acessível a um político revolucionário no torvelinho da luta se tornaria impossível, retrospectivamente, para um historiador?» (Trotsky, 1988: 15).

Hoje há mais fontes em Portugal para estudar a revolução do que havia a seguir à década de 70 do século XX, quando foram feitos os estudos do movimento operário português da revolução ou as obras que privilegiaram a história das classes e das suas direcções, como os ainda hoje imprescindíveis estudos de Santos *et al* (1976), Dows (1978), Mailer (1978), Hammond (1981). A escolha da abordagem historiográfica que fazemos é central e não diz respeito só a um problema de fontes. Porque o problema central, como escreveu Hobsbawm no ensaio «A História de Baixo para Cima» não é o das fontes, mas o de haver historiadores disponíveis para trabalhar determinado objecto: «Muitas fontes para a história dos movimentos populares apenas foram reconhecidas como tais porque alguém fez uma pergunta e depois sondou desesperadamente em busca de alguma maneira – qualquer maneira – de respondê-la. Não podemos ser positivistas, acreditando que as perguntas e as respostas surgem naturalmente do estudo material» (Hobsbawm, 1997:220).

E, finalmente, a terceira nota, para desmistificar qualquer compromisso desta investigação com um hipermaterialismo, que rejeitamos. No labor da história pode-se combinar a teoria do valor (que é, numa analogia com a física, uma espécie de lei da gravidade da história), a formação do capital e a expansão do capitalismo como factores

essenciais da explicação do processo histórico, com a luta de classes. Ou seja, o desenvolvimento do capitalismo, a luta capital-trabalho não se reduz a uma fórmula mecânica, alheia ao desenvolvimento da política ou distante da relação de forças entre as classes sociais. Historiadores como Howard Zinn (1999), Chris Harmann (2002) ou Marcel van der Linden (2008), relevam exactamente que o estudo do desenvolvimento histórico do capitalismo e das classes trabalhadoras é uma condição necessária, mas não suficiente, para se compreender as sociedades humanas, em particular as revoluções.

Esta investigação tenta assim compreender a política do PCP e a história da revolução a partir da centralidade da relação entre as classes, das vitórias e das derrotas destas, das suas direcções políticas, em suma, partindo do conflito colectivo como núcleo explicativo do processo histórico.

Tendo como ponto de partida as investigações sobre a revolução portuguesa e os trabalhos teóricos sobre as revoluções contemporâneas, procurámos sistematizar os momentos chave da revolução portuguesa, não olvidando que um esquema simplifica sempre a realidade e que muitas das conclusões a que aqui chegámos resultam, hoje por hoje – no patamar relativamente escasso das investigações –, mais por conhecermos a dinâmica institucional da revolução, os seus resultados e o seu fim, do que por compreendermos a revolução propriamente dita, ou seja, as lutas, os métodos, os objectivos, as organizações, em suma, a história dos trabalhadores e seus aliados no biénio 1974-1975.

Assim, propomos como causas centrais da revolução portuguesa a guerra colonial, a crise económica (guerra e crise como duas dimensões da crise nacional), o protagonismo do movimento operário e as especificidades deste em Portugal, caracterizado pela desorganização política e sindical e a concentração da classe trabalhadora portuguesa na cintura industrial de Lisboa.

O golpe militar de 25 de Abril de 1974 abre portas à entrada em cena de milhões de trabalhadores, iniciando uma situação revolucionária em Portugal, de tipo «Fevereiro», ou seja, uma revolução democrática. São as lutas pelas liberdades democráticas, o ódio à ditadura, que determinam a entrada em cena dos trabalhadores e sectores intermédios da sociedade, contra, aliás, as ordens da própria direcção militar que tinha posto fim à ditadura, o MFA. A partir de Março de 1975, com a generalização da constituição de comissões de trabalhadores e de moradores (que designaremos genericamente por organismos de duplo poder), o início da reforma agrária, e o questionamento da propriedade privada (processo que se dá por acção dos

trabalhadores, muitas vezes em luta contra os despedimentos ou a descapitalização e abandono de empresas e não por estratégia da sua direcção política principal, o PCP) a revolução portuguesa sofre um salto qualitativo, transformando-se numa situação revolucionária de tipo «Outubro», que em Setembro de 1975, com a irradiação da dualidade de poderes nas forças armadas (SUV, comissões de soldados, etc.), pensamos, é já uma crise revolucionária, ou seja, o momento em que ou se dá o deslocamento do Estado ou um golpe contra-revolucionário põe fim à crise do Estado. Com o golpe de 25 de Novembro de 1975, a revolução sofre uma derrota e inicia-se um processo de contra-revolução (Sousa Franco, 1994). Não houve insurreição vitoriosa na revolução portuguesa.

Em primeiro lugar, a revolução é determinada pela combinação da luta anticolonial com a irrupção das lutas na metrópole e vice-versa, a revolução na metrópole reforça a legitimidade dos movimentos de libertação nas colónias e precipita a independência destas num curto espaço de tempo (em 19 meses todas as ex-colónias se tornam independentes). A revolução na metrópole começa como resultado da guerra colonial em África, que se expressa através de um golpe militar levado a cabo pela oficialidade intermédia das Forças Armadas, o Movimento dos Capitães. O arrastamento da guerra ao longo de treze anos sem vislumbre de qualquer solução política no quadro do regime de Marcelo Caetano e a iminência de derrota abriram a crise nas forças armadas, coluna vertebral do Estado (Rosas, 2004: 136).

Em segundo lugar, a radicalização da revolução portuguesa deve-se também à recessão mundial que começa em 1973 e se tornou na mais grave crise económica do pós-guerra, arrasando o sistema de Bretton Woods, erguido a seguir à II Guerra Mundial. É exacto que, como assinala Arcary, as causas das revoluções caminham de forma desigual: «a disposição revolucionária das massas e a crise nacional [são] factores que caminham em paralelo mas de forma variável e desigual (...). As crises económico-sociais podem-se agravar antes que as massas entrem em cena, ou, inversamente, os sujeitos sociais explorados podem-se lançar à luta primeiro, em países onde a crise pareceria menos severa que em outros» (p. 38). Mas no caso português caminharam em conjunto, e esse factor não pode ser ignorado por quem estuda a revolução. Como assinala Schmitter, «não há dúvida» sobre o impacto da «crise actual do capitalismo mundial» no desmoronamento económico no próprio Portugal (Schmitter, 1999:226).

A crise económica atingiu a classe dominante nacional, provocando divisões no seu seio e praticamente inviabilizando o esforço de guerra que já dominava 40% das despesas do Estado (e 8% do PNB). A crise cíclica de 1973 foi a maior crise de acumulação depois do fim da II Guerra Mundial. Em 1974 a produção nos Estados Unidos, economia reguladora do sistema mundial, tinha caído 10,4% e o desemprego situava-se em 9%. (Coggiola, 2006: 61). Em Portugal, a taxa de variação do Produto Interno Bruto passa de 11,2% em 1973 para 1,1% em 1974 e -4,3% em 1975, o que deve ser relevado, desde logo porque desmistifica a teoria segunda a qual as empresas entraram em crise por força das reivindicações laborais. Como lembra Michel Beaud, nos anos 1960 a crise parecia inconcebível, e em 1971, Paul Samuelson, prémio Nobel da economia um ano antes, declarava optimista a capacidade do capitalismo para evitar as grandes crises (Beaud, 1992:259). Mas em 1973 «a crise aí está, com todo o seu cortejo de consequências, incontrolável, indomável. Afrouxamento do crescimento, subida do desemprego, aumento da inflação, baixa do poder de compra dos trabalhadores» (Beaud, 1992:260). A taxa de crescimento anual do Produto Interno Bruto dos EUA passa de 4,7% em 1970-73 para 2,4% em 1973-78; na Grã-Bretanha, de 4,3% para 0,9%; no Japão, de 8,1% para 3,7%, e o número de desempregados triplica na Grã-Bretanha e na República Federal Alemã entre 1973 e 1977, para citar alguns exemplos (Beaud, 1992:260). Em Portugal esta crise, duplamente económica e militar, é considerada pelos trabalhadores não como uma anomalia, mas como uma oportunidade. À paragem da produção ou encerramento de fábricas estes respondem com ocupação da propriedade e manutenção da laboração. Nas palavras de Beaud, «Desmoram-se, com efeito, sob o ponto de vista do capital, quer as condições de produção do valor, quer a mais-valia, quer as condições da sua realização. Do lado da produção, é em primeiro lugar o impulso do movimento operário para a elevação dos salários» (1992: 261).

Não deixa por isso de ser irónico que se tenha vulgarizado a caracterização de «caos» para a ocupação das empresas e terras pelos trabalhadores com vista à manutenção da produção, e de «normalização» quando a iniciativa é devolvida à burguesia, cuja recuperação da taxa de acumulação depende necessariamente de factores que geram a desordem social, como a paragem da produção e o desemprego.

A crise foi determinante para o curso da revolução: a taxa de desemprego, a descapitalização das empresas, os aumentos salariais e todo o processo de ocupação de fábricas e assembleias de trabalhadores a estes factores associados estavam entre as principais preocupações das lideranças políticas no biénio 1974-1975. Os efeitos da

crise económica mundial, relativamente desprezados nas análises sobre a revolução portuguesa, são, por exemplo, valorizados na historiografia espanhola sobre a transição, que sublinha a memória em 1975-1978 dos efeitos da crise de 1929 como determinante para a vitória republicana e para o início da revolução espanhola. Paloma Aguilar e Ernest Lluch recordam este facto: «esta crise não podia deixar de evocar aquela outra que se havia dado com o *crack* de 1929» (Aguilar, 1996:211); «um dos factores que atraiu menos atenção entre estudiosos, mas que teve profundo impacto na população, foram as consequências da crise de 1929 para o futuro regime republicano». (Lluch, 1996: 252).

A estes factores objectivos, que são parte de um processo de decadência nacional – queda do PIB, peso do orçamento militar sobre o orçamento de Estado, retrocesso da economia na metrópole – junta-se o protagonismo do movimento operário.

A maioria dos conflitos sociais da revolução portuguesa é protagonizada pelo operariado (19% da conflitualidade laboral dá-se na indústria têxtil, 15% na maquinaria e fabricação de produtos metálicos, 9% na construção e obras públicas, 7% na indústria química e alimentação), em particular o operariado das grandes cinturas industriais (Porto, Lisboa e Setúbal), com particular destaque para Lisboa, distrito no qual ocorrem 43% dos conflitos laborais (Muñoz, 2000:142). Portanto, trata-se de conflitos que ocorrem maioritariamente no sector que produz valor directamente, de uma classe operária relativamente jovem (a grande migração do campo para a cidade dá-se a partir do início dos anos de 1960) e concentrada geograficamente. As políticas «reformistas», no sentido clássico do termo (nacionalizações, reforma agrária, melhoria dos salários) ganharam uma dimensão revolucionária porque foram conquistadas com métodos próprios do movimento operário (greves, ocupações de terras e fábricas) e, em muitos casos, através de organismos autónomos de trabalhadores, de assalariados agrícolas e, em certo momento, de soldados.

Durante a década de 60 e início da década de 70 do século XX há alterações económicas mundiais que modificam a estrutura de classes das sociedades da Europa do Sul e este factor vai ser determinante na revolução portuguesa – falamos de contrariar a baixa tendencial da taxa de lucro através da exploração intensiva do trabalho à escala mundial. Este factor vai impulsionar a industrialização dos países periféricos e semiperiféricos, com o consequente crescimento da classe operária industrial e do sector terciário e a diminuição da classe camponesa, num processo de crescente urbanização e desruralização, uma situação que ocorreu em todos os principais países semiperiféricos

(Barreto, 2005; Santos *et al*, 1976) nos quais Portugal, se relativizarmos a sua situação face aos países centrais, se inclui. É num quadro de expansão do modo de produção capitalista (Santos *et al*, 1976:8) que se devem compreender as transformações económicas que levaram à mudança do panorama social e político de Portugal na década de 60 do século XX. Com a intensificação da industrialização, as cidades aumentam, desordenadamente e com muitos bairros de lata, onde se albergam os que partiram dos campos (Barreto, 2005; Santos *et al*, 1976). Estas alterações vão originar paulatinamente uma grande concentração da classe operária portuguesa nas duas margens do rio Tejo, junto a Lisboa e no distrito de Setúbal. O País muda. A população activa rural passa de 44% em 1960 para 28% em 1973, ao mesmo tempo que a população activa industrial passa de 29% para 36% (Clemente, 2000:203). Em 1970, três quartos da população activa é assalariada. Mais de 2/3 dos trabalhadores da indústria (67,4%) concentravam-se em unidades fabris com mais de 20 pessoas. Santos *et al*. (1976) afirmam que houve um alargamento da classe operária, entre 1950 e 1970, de 768 000 para 1 020 000, isto num quadro de verdadeira sangria de mão-de-obra com destino aos países mais ricos da Europa Ocidental (1 milhão e meio de pessoas abandonaram o País entre 1950 e 1970). É também na década de 60 que as mulheres «acedem, maciçamente, ao trabalho industrial, agrícola e dos serviços» (Barreto, 1996: 17). Há uma mudança geracional face ao período do pós-guerra: uma classe operária jovem, que se torna adulta já na cidade, que trabalha mais e com nova organização do trabalho e racionalização do processo produtivo.

Por último, o quadro político e sindical português, por herança da ditadura salazarista, determinou que a maioria da classe operária e sectores intermédios da sociedade não pertencessem, quando do golpe de 25 de Abril, a nenhuma organização política, e os sindicatos fascistas estavam totalmente desacreditados.

Até à revolução portuguesa não existe um sindicalismo de classe à escala nacional, mas apenas um embrião, marginal. Os sindicatos independentes eram proibidos desde 1933. A classe operária portuguesa sofreu uma derrota com a repressão da greve geral de 1934 e a vitória franquista na guerra civil espanhola. A vanguarda que continuou organizada depois da guerra era sobretudo comunista e reivindicava as tácticas frentistas posteriores ao VII Congresso da Internacional Comunista, em 1935, que são a raiz da orientação do PCP desde 1941. A aliança com todos os sectores antifascistas era estratégica para o partido e era aí que se centrava o grosso das forças do PCP, em todo o caso uma vanguarda e não um partido de massas. Não são os sindicatos

o terreno privilegiado de luta política do PCP, mas a aliança com os sectores antifascistas (Raby, 1990). A partir da II Guerra Mundial o PCP defende como tática a entrada dos comunistas nos sindicatos fascistas com o objectivo de ganhar as suas direcções. Esta tática não vai ter resultados no derrube da ditadura nem nas vitórias do PCP nos sindicatos, a não ser, de forma ainda marginal, depois da onda de greves aberta com a crise de 1968.

Nas greves de 1968 e 1969 os trabalhadores conseguem fazer o Governo recuar em algumas medidas anti-operárias – são aprovados em 1969 os decretos-lei n.º 49 058 e n.º 49 212, onde se prevê que só os tribunais podem suspender ou substituir os dirigentes sindicais. Apesar de o Governo ter em 1970 recuperado a iniciativa e reposto o controle governamental sobre as direcções sindicais, as greves de 1968 e 1969 foram essenciais para essa abertura que permitiu que alguns sindicatos fossem conquistados por direcções afectas ao Partido Comunista, à extrema-esquerda e aos católicos, que se propuseram dirigir estas greves. É em 1970 que se forma o embrião da futura Intersindical, a partir de uma comissão que junta onze sindicatos, cuja direcção o PCP e seus aliados ganharam aos sindicatos nacionais. Esta estrutura manter-se-á minoritária no movimento sindical até ao golpe de 25 de Abril de 1974 e, mesmo depois de iniciada a revolução, terá de competir com as comissões de trabalhadores como organização principal dos trabalhadores portugueses. Das 158 empresas que tiveram conflitos laborais entre 25 de Abril de 1974 e 1 de Junho de 1974 a instância de negociação dos conflitos foi, em 61 casos, a comissão de trabalhadores, em seis a comissão de empresa, em dez o sindicato nacional ou distrital (Santos *et al*, 1976).

Politicamente, Portugal também não era uma sociedade enquadrada ou dirigida por partidos políticos. O PS tinha-se formado em 1973, mas era em 1974 apenas um pequeno partido, com quadros oriundos da pequena burguesia, quase todos no exílio, e o PCP, a maior organização política de Portugal e a única que tinha resistido efectivamente ao fascismo, mantendo no interior um sector importante de quadros clandestinos, muitos dos quais presos, era um partido de vanguarda, não teria mais de 2000 militantes (Narciso, 2007: 21-22). Uma parte deles eram assalariados rurais do Sul de Portugal.

Finalmente, a revolução portuguesa dá-se exactamente nos anos de maior transformação económica e social do mundo ocidental desde o pós-guerra. O Maio de 1968 inaugurou uma nova situação política mundial, marcada por dois factores que não ocorriam, nos países centrais, desde a derrota do nazi-fascismo em 1945: a entrada na

arena política das classes trabalhadoras e o fim da hegemonia dos partidos comunistas fiéis à União Soviética.

Esta perspectiva, a de que o Maio de 1968 configura uma situação revolucionária, é defendida por vários historiadores. Peter Birke organizou um estudo pan-europeu sobre as consequências do Maio de 1968 em vários países da Europa no qual se argumenta que o período deve ser definido como uma revolução, com consequências à escala europeia e mundial, nomeadamente Brasil, Estados Unidos, México, etc. (Birke, 2009). Valério Arcary escreve que «pela primeira vez depois da guerra, situações pré-revolucionárias ou directamente revolucionárias atingiram alguns países do centro do sistema mundial (Arcary, 2004: 146,147). Loren Goldner considera que 68 abriu uma «nova era de revolução global», marcada pelo Maio de 1968, o «Outono quente» de 1969 em Itália, a revolução portuguesa e a «erupção de classes em Espanha, mais dispersa mas mais radical» (Goldner, 2000:14).

O Maio de 1968, conjuntura em que se deu a maior greve geral da Europa do pós-guerra, provocou aquilo que Gerald Ford, presidente dos EUA entre 1974-1977, mais dizia temer, o «efeito dominó»¹, ou seja, a força do exemplo, a demonstração de que é possível tentar o que outros já fizeram, a força do impulso da vitória. Em Itália, a situação não foi diferente e à luta estudantil de 1968 juntaram-se os protestos operários do Outono Quente de 1969: Fiat de Turim, Pirelli de Milão, Petrolchimico de Porto Marghera. Em Julho de 1969, a situação social radicaliza-se por ocasião da renovação contratual dos metalúrgicos, quando operários da Fiat e estudantes se confrontaram em Turim com a polícia.

Os Estados Unidos, por seu turno, estavam a perder a guerra do Vietname, que entra na sua fase final na mesma altura em que rebenta o escândalo Watergate que leva à demissão de Nixon, em Agosto de 1974. A Inglaterra vivia aquilo que Giuseppe Mammarella chama os «anos mais difíceis» (1996:321), com um aumento dos conflitos de classe em sectores muito fortes do movimento operário como os mineiros, em consequência da crise económica. Em 1973, um golpe levado a cabo por Augusto Pinochet com o apoio dos Estados Unidos e o empenhamento pessoal de Henry Kissinger derruba o governo democraticamente eleito de frente popular de Salvador Allende, instaurando uma das ditaduras mais sangrentas da América Latina, que matou

¹ In SIMAS, Nuno, *Diário de Notícias*, 27 de Abril de 2004 (artigo feita com base na desclassificação de documentos internos norte-americanos em 2004).

cerca de 3000 pessoas. No Médio Oriente, em Outubro de 1973 rebenta a guerra do Yom Kippur, que opõe Israel ao Egipto e à Síria.

O Mediterrâneo “vermelho” era uma ameaça real: em Itália estava em cima da mesa o *Compromisso Histórico* de Enrico Berlinguer, uma aliança entre o PCI e a Democracia Cristã; em França, ainda no rescaldo do radicalizado Maio de 1968, o Partido Comunista e o Partido Socialista assinam o *Programa Comum*. Em nenhum destes países os partidos comunistas quiseram tomar o poder por via revolucionária ou pôr em causa o modo de produção capitalista. Mas as suas votações expressavam uma radicalização social, temida pela classe dominante da Europa Ocidental e dos Estados Unidos.

É neste contexto que se dá a revolução portuguesa. E que vai terminar, ou começar a terminar, quando o clima «deliberativo», como foi muitas vezes descrito o duplo poder, foi extinto nas forças armadas em 25 de Novembro de 1975, com um golpe contra-revolucionário, dirigido pelo PS e o Grupo dos 9 e que englobava um amplo bloco social que incluía os sectores da burguesia estado-novista e a Igreja. A partir dessa data inicia-se um processo que Sousa Franco baptizou de «normalização contra-revolucionária» (Sousa Franco, 1994: 207), que conduzirá à estabilização de um regime democrático liberal.

Mas importa, e com isto terminamos esta introdução, voltar a frisar o grau de incerteza que preside a estes processos. A democracia liberal, nos termos em que se consolidou em Portugal, foi o resultado da luta de classes, da revolução e da contra-revolução (Sousa Franco, 1994: 207; Rosas: 2003:142), mas não era o seu resultado inevitável. Poder-se-á ponderar, no caso português, os factores que pendiam a favor da consolidação de Portugal como uma democracia representativa: o País está geograficamente inserido na Europa Ocidental e, portanto, no quadro da partilha de zonas de influência feita em Ialta e Potsdam, na esfera de influência da NATO; o peso das classes médias portuguesas e a qualidade das direcções políticas das classes trabalhadoras. E também os factores que faziam perigar essa hipótese, o mais importante deles a existência de uma revolução, que se dá no meio de uma profunda crise económica e de uma mais grave crise do aparelho militar do País; o prestígio, ainda nesta altura, das sociedades onde a propriedade privada dos meios de produção tinha sido expropriada e que representavam 2/3 da humanidade, portanto o alcance mundial do socialismo como hipótese estratégica para as classes trabalhadoras; a existência de países onde *a contrario* dos factores internacionais, essa expropriação se

deu, como Cuba; ou ainda a «vaga revolucionária» aberta com o Maio de 1968 em França (Birke, 2009).

A revolução portuguesa é um laboratório para o estudo das revoluções. A história do Partido Comunista nessa revolução é-o também. Esperamos com este trabalho dar um contributo para que se possa conhecer um pouco mais da história do Partido Comunista Português e, concomitantemente, da revolução portuguesa.

Capítulo 1 - O PCP no I Governo Provisório

(...) É prioritária, no actual momento político, a luta intransigente, lado a lado com as forças armadas, pela consolidação das conquistas já alcançadas, base indispensável à criação de um verdadeiro Estado Democrático. Este é aliás um dos pontos da estratégia enunciada pela Intersindical, que, embora considerando que «o melhoramento geral do nível de vida do Povo Português é uma necessidade imediata», se opõe a um extravasamento da luta reivindicativa que só poderia servir as forças da reacção».

Primeiro *Avante!* legal, 17 de Maio de 1974, capa².

A democratização

Em 1965, em Kiev, na Ucrânia, Álvaro Cunhal apresenta *Rumo à Vitória. As Tarefas do Partido na Revolução Democrática e Nacional*, o documento estratégico do Partido Comunista Português para o seu VI Congresso. Portugal era, de acordo com este texto programático, um país atrasado, dominado por um sector da burguesia, associada aos países imperiais centrais: «O governo fascista é o governo terrorista dos monopólios associados ao imperialismo estrangeiro e dos latifundiários (Cunhal, 2001: 24); «Liberte-se Portugal da dúzia de grandes grupos monopolistas e o povo e o país libertar-se-ão dos seus maiores e principais inimigos» (Cunhal, 2001: 41). Assim, o programa fixava a estratégia de derrube do regime protagonizada pelas massas trabalhadores e populares orientadas pelo PCP, em aliança com o movimento democrático e nunca pela via de golpes ou daquilo que considerava a pequena burguesia «impaciente». O PCP definia que o «choque decisivo e final contra a ditadura seria desencadeado, não como resultado de uma «conspiração» feita à margem da luta popular, antes numa situação de luta política e intensa generalizada das massas populares» (Cunhal, 2001: 176): «Os golpistas consideram que o fascismo será derrotado por uma acção militar de oficiais e que essa acção se prepara pelo aliciamento de conspiradores (...) O erro básico de tal concepção consiste em encarar a acção decisiva contra a ditadura como uma questão que “compete aos militares”» (Cunhal, 2001: 270-271).

O PCP manteve, e ainda mantém, a análise de que os pressupostos da tese do «levantamento nacional» se verificaram a 25 de Abril de 1974. Porém, a realidade foi

² «Os Trabalhadores e a Intersindical». In *Avante!*, Série VII, nº 1, 17 de Maio de 1974, p. 1

distinta. A queda da ditadura deu-se de forma imprevista e as forças sociais que protagonizaram o golpe de estado, a 25 de Abril de 1974, não resultaram das contradições que o atraso do país gerou mas justamente da sua condição imperial: a guerra de libertação dos povos africanos conduziu à mais grave crise do regime, que se resolveu, em meia dúzia de horas, quase sem sangue e sem violência, pelo seu fim. Uma queda que não foi dirigida pelas massas aliadas aos sectores militares progressistas, mas por um grupo da oficialidade intermédia – reunido no Movimento dos Capitães – que não queria ir mais para a guerra, que consideravam perdida (Ferreira, 1994: 21-24).

Não existem provas de que o PCP sabia do golpe, embora testemunhos ulteriores de membros do partido³ defendam que a organização sabia, provavelmente por fugas de informação. Mas a perspectiva do golpe não tinha alterado a política expressa no Programa. Dias antes de 25 de Abril, os comunicados⁴ da DORL (Direcção da Organização Regional de Lisboa) do PCP apelam ao movimento grevista, a acções de massas de rua e nos sindicatos nacionais. As palavras de ordem são «Em Massa, exigir! Reclamar!» e «Não dar Tréguas ao fascismo», «Luta em Todas as Frentes!». Apela-se a «grandes acções de massa» no 1.º de Maio e ao «fim das guerras coloniais». O *Avante!* clandestino de Abril de 1974 faz um apelo aos «patriotas das forças armadas» e vê como urgente a necessidade de associar «à luta antifascista do povo português os marinheiros, os sargentos e oficiais honestos, todos os verdadeiros patriotas das forças armadas»⁵. Porém, o centro dos apelos continua a ser dirigido ao «movimento sindical, democrático, estudantes, mulheres»⁶.

O facto que ninguém pôde antever o resultado do golpe e muito menos que este seria feito com a intervenção maciça da população. Recordemos que a existência de um golpe ou de sectores militares a encabeçarem a oposição não era novidade para os opositoristas ao Estado Novo. A única certeza que havia até aí, é que todas as tentativas de derrubar Salazar e Caetano tinham falhado, inclusive a do mês anterior, a 16 de Março. Ninguém, nem o próprio MFA, sabia como ia decorrer o golpe, que a ditadura cairia quase sem violência e quase sem mortos, que Marcelo Caetano se limitaria a procurar salvar a face entregando-se a Spínola. Ninguém podia antecipar que,

³ SEABRA, Zita, *Foi Assim*. Lisboa, Aletheia: 2007, pp. 206-207.

⁴ «Ao Povo Da Região de Lisboa. Não dar Tréguas ao fascismo», Março de 1974, Comunicado da DORL do PCP e «1º Maio. Agir, Exigir, Reclamar», Comunicado da DORL do PCP, Março de 1974. In Centro de Documentação 25 de Abril, Fundo de Comunicados e Panfletos/PCP.

⁵ «Aliar à luta antifascista os patriotas das Forças Armadas». In *Avante!*, Série VI, nº 464.

⁶ «Aliar à luta antifascista os patriotas das Forças Armadas». In *Avante!*, Série VI, nº 464.

depois dos insistentes pedidos feitos por militares para a população ficar em casa, esta não os ouviria e encheria as ruas.

Em apenas dois dias, 25 e 26 de Abril – dois dias, insistimos, de um *processo* que estava em aberto – o conflito da população contra o regime adquiria paulatinamente contornos de um conflito de classes, embora os objectivos fossem neste momento essencialmente democráticos e dirigidos contra os símbolos do regime estado novista: independentemente da vontade dos militares que dirigiram o golpe, uma multidão cercou o Quartel do Carmo e a sede da PIDE na Rua António Maria Cardoso; no Porto, milhares de pessoas cercaram a Câmara Municipal da cidade, onde a polícia se tinha refugiado; populares atacaram em Lisboa a sede da ANP; nas ruas exigia-se a libertação dos presos políticos, e os primeiros que são libertados a 26 de Abril de Caxias são-no por pressão popular. Entre eles encontram-se seis membros do Comité Central do PCP: António Dias Lourenço, Ângelo Veloso, Rogério de Carvalho, António Gervásio, Dinis Miranda e José Magro. No dia 26 de Abril populares atacaram a sede do jornal *A Época* e os Serviços da Censura; uma multidão, acompanhada por militares, entrou na sede da PSP em Lisboa (Santos *et al*, 1976, Dows, 1978, Rodrigues, 1994). O 25 de Abril iniciou um período em Portugal que contrariou uma célebre frase do poeta francês Paul Valéry: «A política foi, em primeiro lugar, a arte de impedir as pessoas de se intrometerem naquilo que lhes diz respeito.»⁷

No dia 25 de Abril de 1974, o PCP, em diversos comunicados⁸ – das organizações de Lisboa, do Norte, do Oeste e Ribatejo e do CC do PCP –, declara imediatamente o apoio ao MFA; defende as medidas democratizadoras da Junta de Salvação Nacional, exige a amnistia geral, direitos e liberdades políticas, o fim da guerra colonial e a melhoria das condições de vida dos trabalhadores, o desejo de participar no Governo Provisório⁹, exigências que são acompanhadas, inicialmente, por um apelo à mobilização e à auto-organização dos trabalhadores: «Formai por todo o lado comissões para dirigir a vossa luta por estes objectivos¹⁰» (os 8 pontos da revolução democrática e nacional); « façamos uma «poderosa manifestação no 1.º de

⁷ La politique fût d'abord l'art d'empêcher les gens de se mêler de ce qui les regarde.

⁸ «Declaração da DORL do PCP», 25 de Abril de 1974; «Ao Povo da Região de Lisboa». In Centro de Documentação 25 de Abril, Fundo de Comunicados e Panfletos/PCP, e ainda «Portugueses e Portuguesas», Declaração da Comissão Executiva do CC do PCP. In Comunicados do CC do PCP, Abril/Dezembro de 1974. Lisboa: Edições Avante!, 1975, pp. 11-13.

⁹ CUNHAL, Álvaro. Discurso no Estádio 1º de Maio. In CUNHAL, Álvaro, Discursos. Abril/Julho 1974. Lisboa: Edições Avante!, 1974. pp. 17-24.

¹⁰ «Declaração da DORL do PCP», 25 de Abril de 1974; «Ao Povo da Região de Lisboa». In Centro de Documentação 25 de Abril, Fundo de Comunicados e Panfletos/PCP

Maio»¹¹. O comunicado do CC deixa a negrito a seguinte frase: «Só com a mobilização e a luta das mais amplas massas pode conseguir-se a liquidação do fascismo e a instauração das liberdades democráticas, a liquidação do colonialismo e o fim das guerras coloniais, a liquidação dos monopólios e do poder do imperialismo no nosso país»¹². No mesmo comunicado pode ler-se ainda que por todo o País, «nas fábricas, escolas, quartéis» é necessário «promover reuniões, organizar mais e mais comissões, realizar manifestações e greves, conquistar as ruas!».

Os primeiros comunicados do PCP a seguir ao golpe apoiam, pois, o MFA, a democratização de Portugal, o fim da guerra colonial e a participação dos comunistas no Governo. Mas fazem-no acompanhados de apelos generalizados do partido à mobilização popular. Esta situação muda uma semana depois do golpe de Estado. Depois do 1.º de Maio e durante os 15 dias que se seguem até à formação do I Governo Provisório, a estratégia política do PCP de «unidade democrática» implica o abandono imediato dos apelos à auto-organização dos trabalhadores.

A resposta inicial cede lugar à clareza estratégica que Álvaro Cunhal sintetiza no seu discurso no Estádio da FNAT (que virá a ser rebaptizada de INATEL), no dia 1 de Maio de 1974, onde desembocou uma manifestação com 500 mil pessoas. No discurso, o líder do PCP apoia a Junta de Salvação Nacional nas medidas democratizadoras, apela à unidade da classe operária com as forças democráticas e à unidade dos trabalhadores com o MFA, à participação do PCP na governação e à independência das colónias: «Para assegurar a democratização da vida nacional; para abrir caminho à paz; para resolver os problemas mais prementes da vida económica e social; para realizar eleições livres, devem, a nosso ver, participar no Governo Provisório todos os partidos e sectores democráticos representativos».

«Com tais objectivos, o Partido Comunista Português está pronto a assumir as suas responsabilidades (...)

A primeira condição essencial é a unidade e a rápida ampliação e retorço da classe operária, das massas populares, das forças democráticas.

¹¹ «Declaração da DORL do PCP», 25 de Abril de 1974; «Ao Povo da Região de Lisboa». Declaração da DORL e da OROR do PCP, In Centro de Documentação 25 de Abril, Fundo de comunicados e Panfletos/PCP.

¹² Sobre a questão da evolução da política colonial do PCP ver MADEIRA (2003); e MANYA (2004).

(...) A segunda condição de êxito, essencial para assegurar a vitória definitiva, é a aliança do povo com as forças armadas»¹³.

Poucos dias depois, o partido reforça esta posição, apelando ao enquadramento das lutas dos trabalhadores nos sindicatos e na Intersindical e pela denúncia das greves e outras manifestações como «aventureiras e selvagens» que podem «trazer de volta a reacção»¹⁴.

Por que deixa o partido, em cima da maior mobilização popular da história recente de Portugal, e menos de dez dias depois do golpe de apelar à auto-organização dos trabalhadores? Por que em vez do «tomem as ruas!» e do «formai comissões», que ainda estavam nos documentos de 25 de Abril, se passa a apelar à luta enquadrada nos sindicatos, ao respeito pelas medidas do Governo Provisório?

Em 25 de Abril de 1974 não era claro para ninguém que se estava na abertura de um processo revolucionário. O PCP não sabia – ninguém sabia – qual seria o resultado do golpe nem das manifestações contra a ditadura. Os dirigentes do partido sabiam que a democratização de Portugal não era irreversível e que mesmo os objectivos democráticos, entre eles a legalização do PCP, não estavam garantidos. Quando se dá o golpe, o PCP apela à mobilização porque acredita que é a mobilização que pode garantir que aquele golpe não seria uma tentativa falhada, mais uma, de derrubar o regime.

Mas dois acontecimentos, na vertigem da mudança, concorrem para alterar rapidamente a situação: a primeira é que a mobilização das ruas foge ao controle de todos os candidatos a dirigir o processo. Nem o PCP nem o PS, ainda embrionário, controlavam o que se passava nas ruas. E mesmo o MFA e/ou a Junta de Salvação Nacional tinham dificuldade para controlar a participação popular no processo de desmantelamento das estruturas do regime derrotado. E a gigantesca manifestação do 1.º de Maio é disso exemplo claro.

Depois, o PCP começa a ser visto como parceiro de negociação para vir a entrar num futuro Governo ao lado de «todas as correntes democráticas»^{15 16}. No dia 29 de Abril a Comissão Executiva é recebida, no quartel da Cova da Moura, pela Junta de

¹³ CUNHAL, Álvaro. Discurso no Estádio 1º de Maio. In CUNHAL, Álvaro, Discursos. Abril/Julho 1974. Lisboa: Edições Avante!, 1974. pp. 17-24.

¹⁴ «Resolução sobre a situação política», 4 de Maio de 1974. In *Comunicados do CC do PCP, Abril/Dezembro de 1974*. Lisboa: Edições Avante!, 1975, pp. 21-25.

¹⁵ Comunicado da DORL, 29 de Abril de 1974. In Centro de Documentação 25 de Abril, Fundo de Comunicados e Panfletos/PCP.

¹⁶ «Portugueses e Portuguesas», 25 de Abril de 1974. In *Comunicados do CC do PCP*. Lisboa: Edições Avante!, 1975, pp. 11-13; «Resolução sobre a situação política», 4 de Maio de 1974. In *Comunicados do CC do PCP*. Lisboa: Edições Avante!, 1975, pp. 21-25.

Salvação Nacional; no dia seguinte, Álvaro Cunhal chega de Paris e profere o seu discurso em cima de um simbólico carro de combate; no 1.º de Maio Cunhal discursa na tribuna do Estádio em frente de centenas de milhares de pessoas. No dia 1 de Maio de 1975, uma semana depois do golpe, já era certo que os comunistas iam participar no Governo. No dia 3 de Maio, Mário Soares está em Bona, onde declara que já tinha havido conversas entre ele e Spínola em que ficara definida a participação comunista no Governo Provisório¹⁷.

Abril abriu as portas de uma mobilização popular que, no início de Maio, começou a atingir sectores chave da economia e formas de luta radicalizadas. Não existe, em Portugal, 35 anos depois do processo revolucionário, um levantamento sistemático da maior mobilização popular que o País conheceu no século XX. Existem estudos parcelares (Santos *et al*, 1976, Rodrigues, 1994, Patriarca, 1999, Muñoz, 2000) e é com base neles que fazemos o nosso levantamento.

O 25 de Abril deu oxigénio à luta dos trabalhadores da Mague que no dia 30 vêm satisfeitas as suas reivindicações e põem fim à greve; no dia 28 de Abril, os moradores do bairro da Boavista, em Lisboa, ocupam casas vagas e recusam-se a sair, apesar de intimados pelos militares e pela polícia; no dia 28, os trabalhadores ocupam o Sindicato dos Motoristas do Distrito do Porto, o Sindicato Nacional de Caixeiros do Distrito do Porto, o Sindicato Nacional dos Operários e Empregados na Indústria de Panificação do Distrito do Porto; os trabalhadores bancários começam a controlar a saída de capitais dos bancos a partir do dia 29 e montam piquetes às portas destes; no mesmo dia os empregados de escritório ocupam o sindicato e expulsam a direcção; no dia seguinte, os sindicatos ocupam o Ministério das Corporações e Segurança Social, que passa a chamar-se Ministério do Trabalho; nesse dia, 10 000 estudantes reúnem-se em plenário no Instituto Superior Técnico e os trabalhadores da construção civil demitem a direcção do sindicato e ocupam a sede deste. Começa a greve na Transul e é formado o Movimento de Libertação da Mulher (MLM).

A manifestação do 1.º de Maio – que passa ser o Dia do Trabalhador – reúne cerca de meio milhão de pessoas. Medeiros Ferreira cita estudos que apontam para uma centena de manifestações, em que participaram cerca de 1 milhão de portugueses para

¹⁷ Foreign Office, Central Department and Foreign and Commonwealth Office, Southern European Department: Registered Files (C and WS Series) FCO 9/2072 Visit by Dr Mario Soares, Portuguese Minister of Foreign Affairs to London and other European capitals, 1-6 May 1974 . Visit by Dr Mario Soares, Portuguese Minister of Foreign Affairs to London and other European capitals, 1-6 May 1974 Foreign Office, Date: 1974. Source: The Catalogue of The National Archives.

ouvirem 200 oradores (Ferreira, 1994:35). Uma curta greve, contra a censura na Rádio Renascença, leva à nomeação de dois administradores pelos trabalhadores. As ocupações de casas sucedem-se no Casalinho da Ajuda e no Bairro Salazar, que passa a chamar-se Bairro 2 de Maio. Na Messa, os operários começam a discutir um caderno reivindicativo, e os trabalhadores do Hospital Júlio de Matos ocupam o hospital e elegem uma comissão de gestão. A Comissão Sindical da TAP defende o controle dos trabalhadores sobre a empresa.

Nos primeiros quinze dias de Maio há greves, paralisações e nalguns casos ocupações no *Diário de Lisboa*, *O Século*, e *Diário de Notícias*; nos pescadores, em diversas zonas do País, entre elas Matosinhos e Nazaré; nos TLP, na Cidla, Nitratos de Portugal, Caixa de Previdência de Faro, nos CTT, na TAP, na Siderurgia, nos trabalhadores metalúrgicos do Porto e Matosinhos, na Timex, na Carris, na Sacor, na Alfândega do Porto, na Lisnave, na Secil, na CUF do Barreiro, nos operários da construção civil da Torralta, nas oficinas das Forças Armadas, lanifícios da Covilhã, Firestone, supermercados AC Santos, vários laboratórios farmacêuticos, Salvador Caetano, Minas da Borralha, Singer, Philips, indústria vidreira, indústria automóvel. Várias manifestações, dirigidas sobretudo pela extrema-esquerda, condenam a guerra colonial (a 3, a 4 e a 5 de Maio, entre outras).

O primeiro *Avante!* legal, de 17 de Maio, tem uma política para as «massas trabalhadoras»: organizarem-se e disciplinarem-se à Intersindical¹⁸». O PCP define neste altura, três semanas depois do golpe, que a estratégia política deve «basear-se na organização sólida dos trabalhadores, na sua acção coordenada e unitária com todas as forças antifascistas para o aprofundamento das liberdades democráticas com o fim de construir e consolidar um Estado Democrático¹⁹».

Começa com o primeiro *Avante!* legal aquilo que o comunicado do Comité Central de dia 4 de Maio já tinha anunciado: a denúncia do «esquerdismo», das greves «aventureiras», das manifestações espontâneas. O PCP argumentava que serviam «a reacção», que «serviam objectivamente a contra-revolução²⁰». Sobre esta política, o historiador António Ventura, escreveu: «A participação do partido no governo, onde controla o Ministério do Trabalho, leva-o a travar o movimento reivindicativo que explode um pouco por todo o lado, e que considera perigoso para a consolidação do

¹⁸ «Os Trabalhadores e a Intersindical». In *Avante!*, Série VII, 17 de Maio de 1974, pp.1 e 2.

¹⁹ «Os Trabalhadores e a Intersindical». In *Avante!*, Série VII, 17 de Maio de 1974, pp.1 e 2.

²⁰ «Resolução sobre a situação política». In Documentos do CC do PCP, Abril/Dezembro de 1974. Lisboa: Edições Avante!, 1975, pp. 21-25.

novo regime. Esse facto gera frequentes confrontos com a extrema-esquerda, que ganha influência ao apoiar as lutas económicas e políticas mais avançadas. Formam-se comissões de trabalhadores e comissões de moradores à margem do PC, animadas por antigas e novas organizações ‘esquerdistas’» (Ventura, 1985:229)

Portanto, a política do partido nesta fase, nestes primeiros dias de queda do regime por força do golpe, a que se segue a intervenção popular, é a de defender a democratização do país. A forma como a leva a cabo tem dois momentos – um que dura até 30 de Abril de 1974, em que o partido faz apelos à auto-organização dos trabalhadores e, outro, a partir desta data, em que o PCP estabelece uma política que defende a aliança com o MFA, o respeito pelo Governo Provisório, e a direcção da classe trabalhadora pela Intersindical, disciplinada aos objectivos do PCP. Esta política é decidida pelo Comité Central e está escrita, a 17 de Maio, no primeiro *Avante!* legal, , «o porta-voz autorizado da política do Partido Comunista Português²¹» e que teve, neste mesmo número, segundo dados do próprio PCP, uma tiragem de 500 mil exemplares²²: «São igualmente perigosos o oportunismo de direita, que se manifesta na tendência para abdicar de objectivos fundamentais do movimento, e o esquerdismo, que se expressa sobretudo na impaciência que não tem em conta a correlação de forças e em atitudes e acções divisionistas e desagregadoras. O PCP, em plena consciência da sua responsabilidade, desaprova acções para que não estejam criadas condições e que não correspondam à correlação de forças existente²³ (...) é prioritária, no actual momento político, a luta intransigente, lado a lado com as forças armadas, pela consolidação das conquistas já alcançadas, base indispensável à criação de um verdadeiro Estado Democrático. Este é aliás um dos pontos da estratégia enunciada pela Intersindical, que, embora considerando que “o melhoramento geral do nível de vida do Povo Português é uma necessidade imediata”, se opõe a um extravasamento da luta reivindicativa que só poderia servir as forças da reacção²⁴».

Por que entram os comunistas no Governo?

²¹ «Os Trabalhadores e a Intersindical». In *Avante!*, Série VII, 17 de Maio de 1974, pp.1 e 2.

²² «Avante! Legal. Um Grande êxito». In *Avante!*, Série VII, 24 de Março, p. 3.

²³ «Resolução sobre a situação política». In Documentos do CC do PCP, Abril/Dezembro de 1974. Lisboa: Edições Avante!, 1975, pp. 21-25.

²⁴ «Os Trabalhadores e a Intersindical». In *Avante!*, Série VII, 17 de Março de 1974, pp. 1

Mário Soares, líder do Partido Socialista, inicia um périplo europeu que começa no dia 2 de Maio de 1974, pelas chancelarias ocidentais das principais cidades centro-europeias. Pelas actas desses encontros, é possível confirmar que Mário Soares defende que os comunistas devem entrar no Governo porque são o partido político mais bem organizado, num quadro em que nem a direita nem a social-democracia têm capacidade para se reorganizarem tão depressa; se não entrassem no Governo podiam exigir eleições imediatas e eram os únicos com uma máquina política preparada para as vencer. Soares procura conseguir, de acordo com as suas palavras, pelo menos um ano para organizar o PS até às eleições; finalmente, diz o líder socialista, era preciso responsabilizar o PCP pelo controle do movimento social, que ameaçava explodir no meio da guerra, crise económica e mobilização popular²⁵.

Quando parte para o périplo europeu, Soares vai numa missão como secretário-geral do Partido Socialista (e não como representante oficial da Junta de Salvação Nacional, como deixa claro aos interlocutores), para tentar quebrar o isolamento político de Portugal e recolher fundos e apoio técnico para a construção do PS. As conversas são transcritas, telegrafadas ou copiadas pelas chancelarias e os documentos estão nos *National Archives*, no Reino Unido.

Em Bona, Mário Soares declara que a situação económica de Portugal é gravíssima, que vai «dissuadir os trabalhadores dos aumentos salariais a que o aumento dos preços lhes dava direito»²⁶, que já negociou com António de Spínola a formação do novo Governo, no qual participarão comunistas, mas com pastas secundárias; que o PS, dada a fraqueza da direita, é o único partido capaz de disputar a direcção do País ao PCP, mas que para isso Soares vai precisar de ajuda financeira e apoio técnico²⁷; e, finalmente, que é urgente iniciar o processo de descolonização. Aos britânicos, Soares pede aconselhamento de técnicos e políticos ligados à *Commonwealth* e transmite-lhes que não há diferenças entre ele e Spínola quanto à natureza do processo de

²⁵ Foreign Office, Central Department and Foreign and Commonwealth Office, Southern European Department: Registered Files (C and WS Series) FCO 9/2072 Visit by Dr Mario Soares, Portuguese Minister of Foreign Affairs to London and other European capitals, 1-6 May 1974 . Visit by Dr Mario Soares, Portuguese Minister of Foreign Affairs to London and other European capitals, 1-6 May 1974 Foreign Office, Date: 1974. Source: The Catalogue of The National Archives.

²⁶ Foreign Office, Central Department and Foreign and Commonwealth Office, Southern European Department: Registered Files (C and WS Series) FCO 9/2072 Visit by Dr Mario Soares, Portuguese Minister of Foreign Affairs to London and other European capitals, 1-6 May 1974 . Visit by Dr Mario Soares, Portuguese Minister of Foreign Affairs to London and other European capitals, 1-6 May 1974 Foreign Office, Date: 1974. Source: The Catalogue of The National Archives.

²⁷ Idem.

descolonização, apenas que Soares acredita numa descolonização «um pouco mais rápida»²⁸ que Spínola.

Mas as conversas são também dominadas pela relação entre os comunistas e os socialistas. Mário Soares, reconhecendo que está em posição desfavorável face ao PCP para ganhar um processo eleitoral, sobrevaloriza de certa forma a força do PS, ao dizer que provavelmente vai ser o primeiro-ministro do I Governo. Mas admite que o PCP tem uma máquina mais preparada. Ao ministro dos Negócios Estrangeiros belga, Mário Soares declara mesmo «preocupação» por os comunistas estarem mais bem organizados²⁹, e daí a necessidade de crescimento do PS e a determinação em «pedir aos partidos irmãos socialistas conselho e apoio financeiro»³⁰. Até porque, afirma Soares, o PS é o único partido capaz de disputar ao PCP a direcção do País. O PS será o partido da «liberdade» e do centro político, da moderação (*middle-of-the road* no original)³¹. O líder do PS jacta-se de ter conseguido roubar protagonismo a Cunhal ao ter chegado a Lisboa dois dias antes do líder do PCP.

Nesta altura, porém, e publicamente, o que prevalece é a unidade do Governo, indispensável, nas palavras de Mário Soares, telegrafadas pelo embaixador norte-americano em Bona, por duas razões: «Soares disse que os planos da Junta para formar um governo provisório dentro de uma ou duas semanas incluíam elementos do espectro político português, da esquerda à direita. Na esquerda, o Governo incluiria comunistas e socialistas. Soares avançou duas razões para a inclusão dos comunistas no Governo: primeiro, como o novo governo era nomeado em vez de eleito, achava-se que se os comunistas não entrassem no Governo iam pressionar para eleições livres imediatas. Segundo, os próximos meses iam ser decisivos para o governo lidar com os inúmeros problemas de Portugal e seria muito melhor ter os comunistas a partilhar as responsabilidades pelos sucessos e falhanços do seu governo do que estarem numa posição crítica.»³²

O assunto é determinante, uma vez que em Portugal se estava a pôr em causa o *tabu*, com perto de 30 anos, de não haver partição comunista em governos ocidentais. E no entanto esse *tabu* é posto em causa pela própria burguesia portuguesa e sectores social-democratas apenas uma semana depois de derrubado o regime por um golpe

²⁸ Idem.

²⁹ Idem.

³⁰ Idem.

³¹ Idem.

³² Idem.

militar. Pela natureza desse derrube, exactamente. Todos os países ocidentais se preocupam com o que se passa em Portugal. Os telegramas voam de embaixadas para delegações diplomáticas. O Governo britânico, por exemplo, segue, tendo sempre presente um perfil político, pessoal e histórico de Soares actualizado, o périplo do líder socialista pela Europa e tem em sua posse a descrição das reuniões de Soares na Holanda, na Bélgica, na Alemanha. Há troca de cartas com Kissinger³³. A preocupação centra-se na formação de um governo pró-ocidental, na manutenção dos acordos da NATO e na aceitação da Comunidade Económica Europeia, e numa descolonização o mais indolor possível, bem como na contenção social em Portugal. As chancelarias ocidentais, numa análise explicitamente classista, acreditam que a radicalização da revolução pode dar-se em duas vertentes: em primeiro lugar, os efeitos da crise económica na radicalização social e, em segundo, os efeitos que o derrube do regime pela oficialidade intermédia podia ter nos soldados³⁴.

Nesta primeira fase da revolução, que se segue à queda do regime, todos estes objectivos centrais dos líderes do Ocidente são aceites, sem reservas, pelo Partido Comunista. Vão ser, porém, e como temiam algumas análises dos diplomatas europeus, postos em causa pela radicalização da própria revolução, traduzida na metrópole por reivindicações laborais generalizadas e nas colónias pela exigência de descolonização imediata, facto que vai provocar divisões entre a ala spínolista e o PS, o PCP e o MFA.

O I Governo Provisório toma posse no dia 16 de Maio de 1974. Ao contrário dos desejos de Soares, que tinha dito ao embaixador norte-americano em Bona que seria ele provavelmente o primeiro-ministro, é um homem da confiança de Spínola, Palma Carlos, que vai chefiar o Governo. O PCP está representado neste governo onde estão «todas as forças e sectores políticos democráticos e liberais³⁵», que não é um «governo popular» nem sequer «de opção socialista³⁶», como o PCP afirma aos militantes. A missão deste governo – em que participam os comunistas Álvaro Cunhal (ministro sem pasta) e Avelino Gonçalves (ministro do Trabalho), é «liquidar as estruturas fascistas do Estado, democratizar a vida política, pôr fim à guerra colonial e preparar e realizar

³³Idem

³⁴Idem

³⁵«Comunicado sobre o movimento militar do 25 de Abril». In Documentos do CC do PCP, Abril/Dezembro de 1974. Lisboa: Edições Avante!, 1975, pp. 15-20.

³⁶«Os Comunistas no Governo Provisório». In Avante!, Série VII, 17 de Março de 1974, p. 1

eleições para a Assembleia Constituinte»³⁷. Em ligação com a Junta de Salvação Nacional e o Presidente da República, o general António de Spínola.

Para a direcção comunista, a participação no Governo é estratégica e uma exigência desde o início. Tão importante que o primeiro *Avante!* legal a seguir ao 25 de Abril só sairá quase um mês depois do golpe de Estado, a 17 de Maio de 1974, um dia depois da tomada de posse do I Governo Provisório.

Antes da sua legalização e institucionalização os partidos políticos eram uma realidade política. Mesmo aqueles que não tinham existência organizada quando do golpe, como o Partido Popular Democrático (PPD), formado a 6 de Maio de 1974. Por isso, o I Governo Provisório é constituído por estas organizações: PS, PCP e PPD. O próprio Centro Democrático Social (CDS) acaba por estar representado no Conselho de Estado, através do seu futuro presidente, Diogo Freitas do Amaral (Ferreira, 1994: 46). Mas a política dos vários sectores que tentam dirigir o rumo do País é ainda, nesta altura, muito imprecisa e isso determina adaptações programáticas, variações tácticas. A coligação que se forma – como o tempo vai demonstrar rapidamente – é instável e politicamente heterogénea.

O programa do Governo Provisório segue «linhas programáticas» que obedecem «aos princípios do programa do MFA³⁸». São linhas vagas, como a própria terminologia escolhida indica. E de difícil aplicação. Desde logo cabe ao Governo «publicar uma lei das associações políticas³⁹», quando o Governo em si, como constata Medeiros Ferreira (Ferreira, 1994:46), já era constituído não por associações mas por partidos políticos *de facto*. No meio de uma série de ocupações de fábricas e empresas, de manifestações espontâneas, o Governo compromete-se a defender a ordem pública e a salvaguarda do património público e privado e prevenir atentados contra pessoas e bens⁴⁰. A situação política implicava que o Governo, tal como a Junta de Salvação Nacional (JSN) e o próprio MFA, andassem frequentemente «a reboque» do movimento popular. A Junta de Salvação Nacional vem no dia 14 de Maio legalizar as ocupações já feitas em

³⁷ «Os Comunistas no Governo Provisório». In *Avante!*, Série VII, 17 de Março de 1974, p. 1

³⁸ Linhas Programáticas do I Governo Provisório. In <http://www.governo.gov.pt/NR/rdonlyres/D3822A1B-7198-4A18-9B86-AC805A6F153E/0/GP01.pdf>, consultado a 9 de Janeiro de 2008.

³⁹ Linhas Programáticas do I Governo Provisório. Ponto 1. Organização do Estado, alínea b). In <http://www.governo.gov.pt/NR/rdonlyres/D3822A1B-7198-4A18-9B86-AC805A6F153E/0/GP01.pdf>, consultado a 9 de Janeiro de 2008.

⁴⁰ Linhas Programáticas do I Governo Provisório. Ponto 3. Segurança de pessoas e bens, alíneas a) e c) in <http://www.governo.gov.pt/NR/rdonlyres/D3822A1B-7198-4A18-9B86-AC805A6F153E/0/GP01.pdf>, consultado a 9 de Janeiro de 2008.

Lisboa, Porto e Setúbal desde o 25 de Abril (Dows, 1978); a lei da greve, já do II Governo Provisório, (decreto-lei 392/74 de 27 de Agosto) não será cumprida; a primeira nacionalização do processo revolucionário português é feita uma semana depois de os trabalhadores, a 21 de Maio, ocuparem a sede da empresa e exigirem a sua nacionalização (Companhia das Águas de Lisboa, que passa a Empresa Portuguesa de Águas Livres, EPAL). O comandante da Região Militar de Lisboa ameaça, em vão, em comunicado de 16 de Maio, em plena explosão social, que «actuará com firmeza na repressão aos abusos, reuniões sem autorização legal, decisões ultrapassando vias hierárquicas» (Rodrigues, 1994: 24). A JSN condena, em vão também, no dia 6 de Maio, «as reuniões de funcionários nas horas de trabalho, a expulsão dos responsáveis e atentados à hierarquia» (Santos *et al*, 1976:103). Declara também a JSN, no dia 13 de Maio, opor-se às ocupações de casas, considerando-as uma «grave infracção à ordem estabelecida» (Santos *et al*, 1976:103). O I Governo Provisório é o governo deste *processo*. Tenta agir sobre ele e resulta dele.

Havia porém um sector em que as divergências no seio do Governo não se manifestavam: a política social. Não quer isto dizer que dentro do Governo Provisório não houvesse discussão e polémica sobre as medidas sociais. Mas nada disso transpareceu publicamente. O PCP nunca pôs em causa o Governo Provisório por este ter aprovado ou executado uma medida contra a classe trabalhadora e foi um instrumento indispensável na contenção social e nesse sentido foi-lhe atribuído o Ministério do Trabalho.

O PCP contra as greves: a disputa com a extrema-esquerda

Há uma mudança qualitativa na política do PCP em relação ao movimento social depois de entrar no Governo Provisório. O partido passa a militar e a mobilizar contra as greves. Estas deixam de ser referidas, abstractamente, como manobras aventureiras e passam a ser denunciadas, cada uma delas em concreto, como manipulações dos patrões e da « reacção » e « provocações » da extrema-esquerda. O partido não poupa nas palavras e isso vai ter consequências muito visíveis sobre o PCP que, no fim do I Governo é obrigado a deixar cair Avelino Gonçalves e substituí-lo por um militar, devido ao desgaste que esta política tinha provocado no partido.

Os comunicados de 25 e 29 de Abril ainda têm como palavra de ordem, lado a lado com o fim da guerra e a democratização, «Pela travagem dos preços, pelo aumento

dos salários, pela melhoria geral das condições de vida do povo português⁴¹». Tal reivindicação desaparece dos comunicados seguintes para só voltar a aparecer no fim do mês de Maio de 1974⁴². E quando reaparece, é para afirmar que a melhoria das condições de vida dos trabalhadores portugueses tem «limites impostos pelo próprio atraso da economia»⁴³.

Nos comunicados do Comité Central, nos discursos de Álvaro Cunhal, Carlos Brito, Zita Seabra e outros membros do CC do PCP, no *Avante!*, nos panfletos distribuídos à população, o PCP reafirma que as greves são dirigidas por «quem está interessado no retorno do fascismo»⁴⁴. Quando o surto grevista do fim de Maio é derrotado, o *Avante!* analisa o facto como uma «ofensiva reaccionária» travada pela posição «firme do PCP»⁴⁵. No dia 7 de Junho de 1974, o jornal do Partido Comunista Português considera que o fim das greves significou a «primeira derrota da contra-revolução»⁴⁶.

A segunda quinzena de Maio foi marcada pela radicalização dos conflitos sociais. A formação do I Governo Provisório, os sucessivos apelos do PCP para que as classes trabalhadoras apoiassem este Governo, não lograram apaziguar a tensão social. A decisão do Governo, no dia 24 de Maio, de aprovar um salário mínimo de 3300 escudos, muito aquém do exigido pelos trabalhadores (e, até um mês antes, pelo próprio PCP, que ainda no último *Avante!* ilegal, de Abril de 1974, reivindicava um «salário mínimo de 6000\$00 para os trabalhadores adultos»⁴⁷), só radicalizou ainda mais o surto de greves e ocupações de fábricas e empresas. Em grande parte das lutas sociais (Santos, 1976, Rodrigues, 1994) exigiam-se salários acima dos 4000 escudos ou mesmo 6000 (por exemplo, 7800 escudos na Lisnave; nos metalúrgicos exigia-se um salário mínimo de 6000 escudos e o sindicato aceitou 4400 escudos, num acordo assinado a 12 de Junho entre o Sindicato dos Metalúrgicos e o Ministério do Trabalho, dirigido pelo PCP; nos CTT os trabalhadores exigiam 6000).

⁴¹ «Declaração da DORL do PCP», 25 de Abril de 1974. In Centro de Documentação 25 de Abril, Fundo de Comunicados e Panfletos/PCP.

⁴² «No caminho da democracia e da paz». In Comunicados do CC do PCP, Abril/Dezembro de 1974. Lisboa: *Avante!*, 1975, pp. 45-59.

⁴³ «Greve dos CTT», 19 de Junho 1974. In Centro de Documentação 25 de Abril, Fundo de Comunicados e Panfletos/PCP.

⁴⁴ «Caminho difícil mas Imperioso». In *Avante!*, Série VII, 7 de Junho de 1974, p.1.

⁴⁵ «Caminho difícil mas Imperioso». In *Avante!*, Série VII, 7 de Junho de 1974, p.1.

⁴⁶ «Caminho difícil mas Imperioso». In *Avante!*, Série VII, 7 de Junho de 1974, p.1.

⁴⁷ «A luta por aumentos de salários». In *Avante!* n.º 464, Série VI, Abril de 1974.

Na primeira quinzena do mês de Maio de 1974 houve greves na Torralta (operários da construção civil), na Timex, CUF do Barreiro, lanifícios da Covilhã, JJ Gonçalves, AC Santos, Minas da Panasqueira. Mas este período parece ter sido marcado pela organização dos trabalhadores em comissões de trabalhadores ou comissões de empresa. Efectivamente, nas duas primeiras semanas de Maio multiplicam-se as comissões de trabalhadores, pró-comissões, assembleias-gerais de trabalhadores e apresentação de cadernos reivindicativos. Na TAP, a 6 de Maio, os trabalhadores exigem a abertura de um processo que conduza à autogestão; nesse dia realizam-se assembleias-gerais nos seguintes locais: Carris, Sacor, ferroviários, mineiros, motoristas de Lisboa, trabalhadores dos Hospitais de Coimbra, trabalhadores da rádio e televisão do Porto; metalúrgicos do Porto e de Matosinhos, TLP de Lisboa e Bragança; na Siderurgia ameaça-se avançar para a greve e na Lisnave os trabalhadores destituem a comissão interna da empresa e no dia 10 de Maio chegam a paralisar, por um dia; na Timex elege-se uma comissão de trabalhadores e ocupa-se a empresa no dia 9 de Maio; na Messa os trabalhadores apresentam um caderno reivindicativo; nas oficinas das Forças Armadas exigem-se aumentos salariais e os sargentos da Marinha elegem uma comissão representativa e apresentam um caderno reivindicativo. No dia 11 de Maio de 1974, os ferroviários reúnem-se em Assembleia Nacional no Coliseu dos Recreios.

A Intersindical reúne-se nesse dia 11 de Maio de 1974, representando 54 sindicatos (Santos, 1976) – o *Avante!* fala, no dia 17, portanto uma semana depois, em 56 sindicatos⁴⁸. O PCP considera a Intersindical como a estrutura que devia centralizar e unificar as lutas dos trabalhadores que deviam ser organizadas pelos sindicatos filiados a esta. O PCP era a organização que permitia à Intersindical não se «afastar dos seus objectivos principais»⁴⁹. O partido insiste que as lutas não passam pela multiplicação de comissões de trabalhadores e outras estruturas organizativas: «não são as estruturas que devem ser grandiosas, mas sim as lutas»⁵⁰. Uma insistência necessária, pois a realidade era que as comissões de trabalhadores eram nesta altura mais fortes que os sindicatos, ainda em construção/recomposição. Das 158 empresas do ramo da indústria, electricidade, comércio, transportes, bancas e seguros analisadas por um grupo de sociólogos em 1976 (Santos *et al*, 1976), a instância de negociação dos conflitos laborais foi, em 61 casos, a comissão de trabalhadores, em 6 a comissão de empresa, em

⁴⁸ «Os trabalhadores e a Intersindical». In *Avante!*, Série VII, 17 de Maio de 1974, p. 1.

⁴⁹ «Os trabalhadores e a Intersindical». In *Avante!*, Série VII, 17 de Maio de 1974, p.2.

⁵⁰ «Os trabalhadores e a Intersindical». In *Avante!*, Série VII, 17 de Maio de 1974, p. 1.

10 o sindicato nacional ou distrital, em 13 o Ministério do Trabalho e em 26 a JSN/MFA. Os dados só são relativos ao período entre 25 de Abril de 1974 e 1 de Junho de 1974. Ou seja, na esmagadora maioria dos casos, quem tinha influência era a comissão de trabalhadores e não as instâncias que o PCP influenciava (Ministério do Trabalho) e apoiava (JSN/MFA).

A conflitualidade social é de dimensões históricas. Entre 15 de Maio e 30 de Maio há greves nos sectores dos pescadores, lanifícios, panificação, petrolífero, CTT, Carris, Metro, produtos e laboratórios farmacêuticos, cortiças, estaleiros de Viana do Castelo. No dia 13 de Maio começam greves na Pfizer, na Firestone e nas Minas da Borralha; no dia 14 na Bayer, Círculo de Leitores, Simões & Cia. No dia 15 é a vez de entrarem em greve os trabalhadores da CIBA-Geigy Portuguesa, da Fábrica Nacional de Margarina, da Beechman-Bencard, da Grão Pará, na construção civil, nos lanifícios, na Sociedade Estoril (greve à cobrança de bilhetes), nos transportes públicos (greve à cobrança de bilhetes), greve parcial dos vendedores da Salvador Caetano, greve com sequestro de um dia na Lisnave⁵¹ e ainda greve de um dia na Vitrohm. No dia 16 de Maio começam greves nas refinarias, na Messa, na Habitat, na Philips, na indústria vidreira, nas seguradoras, nos bancos, na ITT; nesse dia também 20 000 operários dos lanifícios paralisam a produção, prossegue a greve em alguns sectores da Lisnave, onde se exige um salário de 7800 escudos. No dia 17 de Maio começa uma greve intermitente na Renault e os trabalhadores entram em greve na empresa Luso-Belga, na Pereira e Brito, na ENI, no ACP começam os conflitos, há um concentração dos operários têxteis e de lanifícios junto ao Ministério do Trabalho. Nestas semanas de Maio, contra a Junta de Salvação Nacional, há ocupações de casas em várias cidades, sendo as mais significativas em Setúbal, Lisboa e Porto (DOWS, 1978).

Entre 22 e 25 de Maio há greves na Berliet, Ulysseia filme, Flama, Melka, Tecnivega, e greve aos exames do ensino secundário. No dia 27 de Maio de 1974 os trabalhadores da panificação – contrariando o sindicato – entram em greve. Começa nesta fase a greve da Carris, em Lisboa, porque os trabalhadores exigiam paridade com o Metro, mesmo contra um parecer desfavorável por parte do sindicato. Os trabalhadores dos CTT entram também em greve no Terreiro do Paço. Lisboa não tinha autocarros, eléctricos e pão. Era esta a situação social em dez dias de Governo Provisório.

⁵¹Dows (1978), afirma que a paralisação de um dia na Lisnave é no dia 25 de Maio.

A política do PCP desde a segunda quinzena de Maio centra-se na denúncia das greves que assolavam o País. Esse é o assunto de todos os editoriais do *Avante!* e de todos os comunicados do CC do PCP (à excepção de um comunicado em que se condena a ida de Américo Tomás e Marcelo Caetano para o Brasil⁵²). O título do comunicado do Comité Central de 28 de Maio sobre as greves é: «Contra as manobras da reacção⁵³». Dirige-se a «toda a classe operária»: «Estamos perante o conluio dos elementos mais reaccionários ainda não desalojados das suas posições pelo movimento de 25 de Abril, os quais, com a ajuda consciente de grupos aventureiros ditos de esquerda, procuram empurrar a situação para o caos económico e destruir as conquistas democráticas até agora alcançadas (...) Estas manobras, daqueles que estão interessados na contra-revolução e no retorno do fascismo, são facilitadas pela acção de grupos e grupelhos aventureiros que sob uma fraseologia de esquerda estão dando o flanco às manobras contra-revolucionárias (...) Nas condições actuais, a arma da greve deve ser cuidadosamente usada e só depois de esgotadas outras formas de luta através da negociação com o patronato e quando a resistência impeça a conquista de reivindicações realistas (...) é necessário impedir que se arrastem os conflitos sociais, que a vida económica e social seja gravemente afectada por greves, que a desorganização da produção dos transportes e dos abastecimento provoquem um amplo descontentamento (...).»⁵⁴

Os desejos do general Spínola e do líder do Partido Socialista, Mário Soares, e do próprio PCP de conseguir conter os movimentos reivindicativos foram gorados pela realidade. Este partido não parecia capaz de abrandar os conflitos laborais. Vejamos o que diz Kenneth Maxwell sobre o PCP neste período: «(...) O general Spínola também convidou o PCP para o Governo Provisório. Pensava que ao colocar um comunista no Ministério do Trabalho e ao trazer Cunhal para o executivo como ministro sem pasta pudesse controlar e restringir a militância laboral. Mas Spínola cometeu um grave erro de cálculo ao dirigir este convite aos comunistas. Ofereceu aquilo que o PCP estava inteiramente disposto a aceitar e ganhou muito pouco no que se refere ao abrandamento da agitação laboral que esperava vir a obter» (Maxwell, 1999:94).

⁵² «Nota sobre a ida de Américo Tomás e Marcelo Caetano para o Brasil». In Comunicados do CC do PCP, Abril/Dezembro de 1974. Lisboa: Avante!, 1976, p. 29.

⁵³ «Contra as manobras da reacção» in Comunicados do CC do PCP, 28 de Maio de 1974. Lisboa: Avante!, 1976, pp. 31-35.

⁵⁴ «Comunicado sobre as manobras da reacção», 28 de Maio de 1974. In Comunicados do CC do PCP, Abril/Dezembro de 1974. Lisboa: Avante!, 1976, pp. 31-35.

Mas a agitação social não refreou por falta de empenho do PCP em conter os conflitos. O PCP não apoia as greves de Maio e Junho de 1974. Em todos os documentos e materiais de propaganda e agitação do PCP há apelos para parar a agitação laboral e para que os trabalhadores respeitem as medidas do Governo Provisório e, sobretudo, apelos a confiar na aliança com o MFA.

No dia 22 de Maio, no meio das greves das seguradoras, os sindicalistas do PCP começam a alertar para os perigos da «anarquia económica». No dia 23 a Intersindical informa os trabalhadores que devem evitar «greves inoportunas» (Santos *et al*, 1976; Rodrigues, 1994).

O apelo de dia 28 de Maio do Comité Central para que se *negoceie* com os patrões e sempre com reivindicações *realistas* é levado a sério dentro das fábricas onde os militantes do PCP tinham influência, mostrando também que a contenção não se fazia só pelo Ministério do Trabalho mas também pelos sindicatos ligados à Intersindical (Maxwell, 1999: 93): a direcção do sindicato metalúrgico aceita o salário mínimo de 4400 escudos quando os trabalhadores exigiam 6000 escudos; os trabalhadores da panificação, contra o sindicato, entram em greve a 27 de Maio; contra o sindicato também, os trabalhadores da Carris exigem paridade com o Metro. A repressão à greve dos CTT vai-se dar com o apoio do PCP.

O editorial do *Avante!* de 31 de Maio de 1974 considera que o «principal problema do momento político» – título do editorial – são as greves, focos artificiais do descontentamento popular: «As greves da Carris, de Lisboa, da panificação, da Central de Lisboa dos CTT e algumas outras, juntamente com manejos e boatos alarmistas tendentes a desorganizar os transportes e o abastecimento público (...) permitiram detectar e trazer à luz do dia quem está interessado em sabotar o desenvolvimento normal do nosso processo democrático, quem deseja criar um clima de pânico, de tensão e de crise e quem procura atear focos artificiais de descontentamento popular, para minar dessa forma a frente política formada na sequência do movimento de 25 de Abril (...) A arma da greve – que é um direito agora conquistado – não pode ser usada com leviandade. No contexto político actual é preciso esgotar outras formas de luta, tais como a negociação com o patronato, na obtenção das justas reivindicações e só então – e sempre com olhos postos no que é fundamental e no que é secundário – a arma da greve deve ser usada como forma justa de vencer a resistência do patronato⁵⁵».

⁵⁵ «O principal problema do momento político». In *Avante!*, Série VII, 31 de Maio de 1974, p.1.

O PCP argumenta que quem está a organizar as greves são os grandes monopólios que, ao concederem salários elevados desorganizam a vida económica e assim preparam a contra-revolução. De acordo com este argumentário, eram os grandes monopólios, em articulação com a extrema-esquerda, que concediam os salários e não os trabalhadores que os conquistavam com greves e ocupações de fábricas e empresas. Vejamos um dos comunicados do Comité Central de Maio a este propósito: «Tais elementos (os monopólios e os «aventureiros ditos de esquerda»), manobrando com a miséria dos trabalhadores que provocaram em dezenas de anos de exploração, mostraram-se agora singularmente solícitos e generosos em relação às suas reivindicações, provocando a ruína e a falência das pequenas e médias empresas e a corrida a salários acima das possibilidades de muitos sectores e da própria economia nacional, acirrando a concorrência artificial entre trabalhadores»⁵⁶. A direcção comunista defende ainda que as greves prejudicam o sector, que o PCP apoia, dos pequenos e médios comerciantes: «Jogando com esta situação e mistificando os trabalhadores quanto às verdadeiras coordenadas do problema do pão, os agentes dos grandes moageiros e indivíduos fortemente comprometidos com a política fascista arrastaram para acções irreflectidas uma parte minoritária menos consciente dos trabalhadores do pão e capitanearam acções de puro vandalismo contra os pequenos e médios industriais⁵⁷».

Mas a situação no país era distinta. As greves não eram minoritárias e, no final de Maio o país estava paralisado por greves, que são, objectivamente, recorde-se, «formas de luta, coerção e poder nas quais os trabalhadores forçam a mudança económica, social ou política» (Van der Linden, 2008: 182). A pujança destas greves era tão visível que o PCP sente-se forçado a evocar, dirigindo-se aos trabalhadores, que quem está no poder já não é o regime fascista⁵⁸: «(...) Os trabalhadores portugueses e as massas populares têm rapidamente de se dar conta da importância política de cada decisão na sua justa luta reivindicativa. O Poder político mudou. Não é a ditadura fascista que está no poder. É um regime que se propõe encaminhar o País para a liberdade, a democracia e a paz⁵⁹».

Num comunicado do Comité Central do PCP, a posição anti-greve vai socorrer-se de argumentos extremos: «Tais elementos, manobrando com a miséria dos

⁵⁶ «Comunicado sobre as manobras da reacção», 28 de Maio de 1974. In Comunicados do CC do PCP, Abril/Dezembro de 1974. Lisboa: Avante!, 1976, pp. 31-35.

⁵⁷ «O principal problema do momento político». In *Avante!*, Série VII, 31 de Maio de 1974, p.1.

⁵⁸ «O principal problema do momento político». In *Avante!*, Série VII, 31 de Maio de 1974, p.1.

⁵⁹ «O principal problema do momento político». In *Avante!*, Série VII, 31 de Maio de 1974, p.1.

trabalhadores que provocaram em dezenas de anos de exploração, mostram-se agora singularmente solícitos e generosos em relação às suas reivindicações, provocando a ruína e a falência das pequenas e médias empresas e a corrida a salários acima das possibilidades de muitos sectores e da própria economia nacional, acirrando a concorrência artificial entre os trabalhadores. Numa dupla fase desta manobra, elementos suspeitos de ligações com o alto patronato e mesmo certos administradores de empresas importantes, estão fomentando greves em sectores-chave dos transportes e do abastecimento público (...)»⁶⁰. Este argumento era insólito e inexplicável na medida em que o PCP acusava certos patrões de promoverem greves que o Governo Provisório, incluindo o PSD e o presidente da Junta de Salvação Nacional, António de Spínola, tentam, de todas as formas conter e em alguns casos, como nos CTT, com intervenção repressiva/armada.

O problema real do surto grevista de Maio e Junho é que este escapava ao controle político do PCP, punha em causa o Governo Provisório e engrossava as fileiras de militantes da extrema-esquerda. O PCP teme que a agitação laboral ponha em causa a sua posição no Governo Provisório. Era legítimo que PS e PSD se questionassem: se o PCP não continha as greves e manifestações então porque era necessário permanecer numa coligação com os comunistas?

O PCP vem, desde o dia 4 de Maio, a denunciar os grupos à sua esquerda como «agentes da contra-revolução»⁶¹. Normalmente são classificados, todos sem distinção, de grupos «pseudo-revolucionários». A política da direcção comunista para estes grupos, sem distinção, é relacioná-los e acusá-los publicamente de estarem a conspirar com os fascistas: «Estamos perante o conluio dos elementos mais reaccionários (...) os quais, com a ajuda consciente dos grupos aventureiros ditos de esquerda (...); «Nos conflitos sociais dos últimos dias entrelaçam-se situações contraditórias de inimigos da democracia da direita e da pseudo-esquerda»⁶². Parece certo que, como argumenta António Ventura, a entrada do PCP no Governo Provisório e o seu esforço para pôr fim às greves contribui para que muitas comissões de trabalhadores fossem dirigidas por grupos de extrema-esquerda, que, apesar de muitos e ideologicamente distintos, também

⁶⁰ «Comunicado sobre as manobras da reacção», 28 de Maio de 1974. In Comunicados do CC do PCP, Abril/Dezembro de 1974. Lisboa: *Avante!*, 1976, pp. 31-35.

⁶¹ Ver comunicados já citados do CC do PCP de 4 de Maio, 28 de Maio de 1974 e editoriais do *Avante!* de 31 de Maio e 7 de Junho de 1974.

⁶² *Idem*.

crecem, e em grande medida esse crescimento dá-se onde o PCP tenta controlar ou pôr fim aos conflitos de classe (Ventura, 1985:229).

No dia 1 de Junho de 1974, a Intersindical organiza uma manifestação contra as greves. Realiza-se no Parque Eduardo VII. O PCP mobiliza para a manifestação da Intersindical chamando todos os trabalhadores a participarem nesta manifestação de «protesto contra as manobras dos inimigos dos trabalhadores e de solidariedade às Forças Armadas»⁶³. A manifestação terá contado, segundo dados do PCP, com 10 000 trabalhadores que gritaram «Não à greve pela greve!»⁶⁴.

A manifestação foi para o PCP um «sucesso» que demonstrou que os trabalhadores derrotaram um conluio entre «as forças reaccionárias e os aventureiros de extrema-esquerda» para provocar o caos económico e impedir a via «original» da experiência democrática em Portugal. O PCP considera que estes intentos («greves da Carris, panificação, CTT e outros») puderam ser derrotadas pela «acção enérgica e pronta do Partido Comunista, do movimento operário e democrático organizado e das próprias forças armadas»⁶⁵.

Avelino Gonçalves, membro do PCP e ministro do Trabalho, discursa na manifestação da Intersindical:

«Companheiros:

Em nome do Governo, e em particular do Ministério do Trabalho, agradeço a vossa manifestação.

Mantendo bem clara e audível a sua voz, denunciando e derrotando as manobras da reacção, e traçando com exemplar maturidade uma linha de acção sindical realista, contra o oportunismo e o aventureirismo que conduziria ao caos e à divisão das forças democráticas, os trabalhadores portugueses abrem caminho a medidas governamentais que tendam a satisfazer antigos e legítimos anseios da classe trabalhadora.

Não podemos esquecer que é pesada a herança económica que nos deixou o fascismo e que daí decorrem muitas injustiças e dificuldades (...).

(...) Quero testemunhar-vos a profunda convicção de que o Governo, os restantes órgãos de soberania e as Forças Armadas se irmanam num desejo uníssono de serem fiéis às esperanças do Povo português.

⁶³ *Avante!*, Série VII, 31 de Maio de 1974, p.4.

⁶⁴ «A vigilância não pode afrouxar». In *Avante!*, Série VII, 7 de Junho de 1974, p.2.

⁶⁵ «A vigilância não pode afrouxar». In *Avante!*, Série VII, 7 de Junho de 1974, p.2.

Viva a classe trabalhadora

Viva Portugal»⁶⁶.

Uma das greves mais importantes que teve a oposição do PCP foi a dos CTT, que por ser um sector de comunicações, nacional e com uma dinâmica muito radicalizada, teve uma grande repercussão política. Os trabalhadores exigiam, no caderno reivindicativo, o subsídio de férias a 100% com início a 1 de Janeiro de 1974; obrigatoriedade de um dia de folga semanal; 35 horas de trabalho para 5 dias, sendo o Sábado remunerado como trabalho extraordinário; nova tabela salarial; nova tabela de remuneração das horas extraordinárias (base mais 100% em dias úteis e base mais 200% aos domingos e feriados); salário mínimo de 6000 escudos. O Governo Provisório, na contraproposta, argumenta que os trabalhadores tinham vindo a ser sucessivamente aumentados desde 1973; que o aumento do salário mínimo para 3300 escudos tinha provocado uma situação difícil para a empresa; e, acaba por fazer uma contraproposta de remuneração salarial muito abaixo do previsto, diferente de categoria para categoria; quanto às remunerações das horas extraordinárias, a contraproposta estipulava que seriam pagas de acordo com o decreto-lei 409/71 que determinava um aumento de 25% da retribuição normal na 1ª hora, 50% nas horas subsequentes e 100% nos dias de descanso. O Governo aceita o subsídio de férias, mas só a contar a partir de 1 de Abril e quanto ao horário de trabalho afirma que «as reivindicações respeitantes à duração e repartição diária do trabalho, de momento – tal como aconteceu aliás com a Carris – não podem ser consideradas, devendo os trabalhadores aguardar a legislação que sobre o assunto o Governo Provisório entenda convenientemente promulgar, mantendo-se, por conseguinte, os horários actualmente em vigor»⁶⁷.

Os trabalhadores não aguardaram. Às zero horas do dia 17 entraram em greve 35 000 trabalhadores dos CTT (menos as telecomunicações), a nível nacional, mesmo depois de o Governo, no dia 16 ter emitido uma nota onde apelava à consciência dos trabalhadores para a grave atitude de uma greve geral num sector chave⁶⁸. No dia 18, uma reunião junta a comissão pró-sindicato, o MFA e o Ministério do Trabalho, mas não chega a nenhum acordo. O Governo, no dia seguinte, através de Pereira de Moura,

⁶⁶ «Os trabalhadores unidos contra os manejos da reacção». In *Avante!*, Série VII, 7 de Junho de 1974, p.3.

⁶⁷ «Contra-proposta». Processo reivindicativo dos CTT in SANTOS, Maria de Lurdes *et al.* *O 25 de Abril e as Lutas Sociais nas Empresas*. Porto: Afrontamento, 1976, p.14.

⁶⁸ «Contra-proposta». Processo reivindicativo dos CTT in SANTOS, Maria de Lurdes *et al.* *O 25 de Abril e as Lutas Sociais nas Empresas*. Porto: Afrontamento, 1976, p.19.

(ministro sem Pasta no I Governo Provisório) afirma que se recusa a ultrapassar os limites salariais da contraproposta. A Intersindical e o PCP declaram-se contra a greve nesse dia 19 de Junho⁶⁹. Mas sectores da extrema-esquerda tomam a posição contrária. O MES (Movimento de Esquerda Socialista) afirma em comunicado o «apoio à luta dos trabalhadores dos CTT, porque as reivindicações e as formas de luta para as conquistar foram decididas pelos próprios trabalhadores⁷⁰». O MRPP (Movimento Reorganizativo do Partido do Proletariado) defende «a grande e justa greve nacional dos trabalhadores dos CTT!⁷¹». A greve termina, porém, no dia 20, não devido a um acordo entre o Governo e a comissão pró-sindicato, mas pela ameaça de intervenção militar: «a pedido do Governo as Forças Armadas estavam preparadas para intervir a fim de assegurarem o funcionamento dos serviços»⁷².

O PCP, num comunicado da DORL, reproduzido em panfleto por todo o País pelas direcções regionais e comissões concelhias acusa uma comissão pró-sindical de não ter hesitado em «atirar 35 000 trabalhadores para a greve»: «(...) Face à greve dos CTT, o Partido Comunista Português tem o dever de alertar os trabalhadores e o povo português para as implicações políticas e sociais dela decorrentes (...) para as manobras daqueles que, explorando as justas aspirações dos trabalhadores, avançam reivindicações demagógicas e irrealistas (...) O seu objectivo está à vista. Lançar os trabalhadores contra o Governo Provisório e fomentar um clima de descontentamento e de revolta, que só à reacção e ao fascismo aproveitam. (...) Significativo é o facto de a greve ter sido decidida quando as negociações com o Governo Provisório podiam conduzir ainda a uma solução do problema»⁷³. O PCP apela a que os trabalhadores se reúnam para decidir o fim da greve e lembra que «em caso algum» as reivindicações económicas podem pôr em risco as liberdades democráticas»⁷⁴. Num comunicado

⁶⁹ «Greve dos CTT», 19 de Junho de 1974. In Centro Documentação 25 de Abril, Fundo de Comunicados e Panfletos/PCP.

⁷⁰ SANTOS, Maria de Lurdes *et al.* *O 25 de Abril e as Lutas Sociais nas Empresas*. Porto: Afrontamento, 1976, p.p.21.

⁷¹ «O social-fascismo tenta por fim à greve dos CTT». In *Luta Popular*, 20 de Junho de 1974, p. 7.

⁷² SANTOS, Maria de Lurdes *et al.* *O 25 de Abril e as Lutas Sociais nas Empresas*. Porto: Afrontamento, 1976, p.11.

⁷³ «Greve dos CTT», 19 de Junho de 1974. In Centro Documentação 25 de Abril, Fundo de Comunicados e Panfletos/PCP.

⁷⁴ «Greve dos CTT», 19 de Junho de 1974. In Centro Documentação 25 de Abril, Fundo de Comunicados e Panfletos/PCP.

seguinte, já em resposta à greve de zelo nos CTT, o PCP afirma que este tipo de greves combate de facto o actual regime democrático transitório⁷⁵.

Esta posição contra as greves mais tarde será reconhecida, nas páginas de *O Militante*, um ano depois, por ter provocado danos no partido: reconhece-se por um lado que os trabalhadores são atraídos pela extrema-esquerda por causa da política da Intersindical em «não ter apoiado certas greves» e por outro, considera-se, em Julho de 1975, quando o PCP já tem uma política clara de tentar dirigir as comissões de trabalhadores, que os militantes têm dificuldade em militar nestas e que actuam com grande «sectarismo»⁷⁶. O partido tomou, no entanto, algumas precauções quando levou a cabo esta política. Na opinião de Philippe Schmitter (1999:223) a mais importante foi manter Álvaro Cunhal no Governo mas como ministro sem pasta para que este não fosse directamente responsabilizado pelas medidas do Governo. Álvaro Cunhal mantém-se sempre como ministro sem pasta e não há oficialmente membros do PCP no V Governo, e no VI Governo o PCP encontra a seguinte fórmula – há membros do partido no Governo mas não em representação oficial do PCP.

A aliança Povo-MFA

O I Governo Provisório encontrava-se pois acossado pelos conflitos sociais e a disputa sobre o processo de descolonização. É neste quadro que deve ser compreendida a emergência da «Aliança Povo-MFA», que paulatinamente, entre Abril e Setembro de 1974, se afirma como a estratégia de estabilização do Estado proposta pelo PCP.

A conjuntura que originou a formação do Movimento de Capitães, e depois o MFA foi estudada com muito pormenor. Sob o impacto da guerra colonial e das alterações do sistema económico mundial que implicaram a industrialização dos países semiperiféricos a partir dos anos 60 do século XX (ver por exemplo, Wallerstein, 2006:11; Poulantzas, 1975:14-19), começaram a surgir divergências, que vieram a revelar-se irreconciliáveis – na classe dominante portuguesa: «A adaptação do regime a tais aspirações [diversificação da produção, associação de capital estrangeiro, tecnologia moderna, esbarram na falta de mão de obra, na baixa produtividade e no impasse

⁷⁵ «PCP. DORL. Aos Trabalhadores dos CTT», 27 de Junho de 1974. In Centro Documentação 25 de Abril, Fundo de Comunicados e Panfletos/PCP.

⁷⁶ *O Militante*, Série IV, Outubro de 1975, pp. 15-16.

político], a «liberalização» e a reconversão da relação colonial clássica em neocolonial foram, no entanto, bloqueadas nos anos 70, principalmente pelos limites estreitos impostos pela guerra colonial (contra os movimentos de libertação) e pelos grupos mais rigidamente ligados aos interesses coloniais (por exemplo, Espírito Santo) e, secundariamente, pela persistência de forças ideológicas e/ou reaccionárias (ligadas à terra, ao comércio tradicional e condicionamentos clássicos)» (Santos, 1976:16).

O MFA, cujos membros eram, na sua maioria, oriundos da pequena burguesia, pouco politizados, e limitados ao objectivo de pôr fim à guerra, entrega a direcção do País, através da Junta de Salvação Nacional, a um sector da burguesia portuguesa representado por António de Spínola, que tem um projecto neocolonial de tipo federalista para as colónias portuguesas (Maxwell, 1999). António de Spínola, depois de tentar impor alterações ao programa do MFA – e ser obrigado a recuar –, afirma na primeira comunicação da Junta de Salvação Nacional ao País que a primeira tarefa política da JSN era «garantir a sobrevivência da Nação como Pátria soberana no seu todo pluricontinental»⁷⁷. No dia seguinte, o Programa do MFA afirma que a «política ultramarina do Governo Provisório começava por reconhecer que a solução das guerras no ultramar é política e não militar»⁷⁸. Em menos de 24 horas o País ficava a conhecer que havia divergências sobre a questão que esteve na origem do golpe: a forma de pôr fim à guerra e a solução para as colónias (Ferreira, 1994: 21-33).

Não contava este sector da classe dominante portuguesa com três factores, que se revelaram determinantes nos dezanove meses seguintes, e na configuração do regime que depois se consolidou: primeiro, que o MFA, independentemente da débil experiência política dos seus membros, era *de facto* contra a guerra – era isso que tinha motivado a oficialidade intermédia a fazer o golpe; segundo, que a seguir ao golpe de estado se iniciou um processo revolucionário, ou seja, que houve uma entrada em cena das massas trabalhadoras e populares que alterou a relação de forças entre as classes sociais num quadro de crise nacional – dois factores, crise e mudança na relação de forças entre as classes, que não caminham de forma paralela, são desiguais e variáveis (Trotsky, 1988: 13-14; Arcary, 2004: 29-39), como assinalámos na introdução; finalmente, que os movimentos de libertação, apoiados massivamente pelas populações locais, resistiriam e lutariam pela independência.

⁷⁷ «Proclamação lida ao país pelo general Spínola». In AAVV. *25 de Abril. Documento*. Lisboa: Casa Viva Editora, 2ª edição, s/d, p. 180.

⁷⁸ Programa do Movimento das Forças Armadas. In AAVVV. *25 de Abril. Documento*. Lisboa: Casa Viva Editora, 2ª edição, s/d, p. 181.

A brecha que se abriu no seio da classe dominante não é solucionada pelo golpe de estado. Pelo contrário, a crise abre a porta à revolução; a revolução agrava a crise; a revolução acelera a independência das colónias; a luta pela independência das colónias influi no MFA; a crise na classe dominante precipita sectores desta a tentarem pela força (28 de Setembro e 11 de Março) conter o processo revolucionário e impor uma solução neocolonial e um regime bonapartista⁷⁹ para Portugal; a derrota destas intencionaliza radicaliza a revolução. Num *processo* histórico actuam, como já referimos, dois sujeitos: os sujeitos sociais (classes e fracções de classe) e os sujeitos representativos (individuais ou colectivos: partidos e organizações). Cremos que é impreciso referir-se ao caso português indicando que a revolução teria sido feita por militares: revoluções são feitas pelas massas e durante o processo os partidos e as organizações (entre elas as organizações militares como o MFA) tentam dirigi-las.

O Partido Comunista Português saúda, como vimos, logo a 25 de Abril, os militares que fizeram o golpe de estado – «levantamento» para o PCP (numa clara alusão a que a sua estratégia do «levantamento nacional» se teria verificado) – e exige que o regime se democratize e que o PCP seja legalizado. A 30 de Abril, Álvaro Cunhal regressa e dá uma conferência de imprensa onde afirma, perante centenas de apoiantes, que «o nosso povo, em aliança com os militares do 25 de Abril conduzirão o nosso país pelo caminho da liberdade, da democracia e da paz»⁸⁰. A 4 de Maio, o Comité Central do PCP afirma que: «O prosseguimento do Movimento, pelo menos até às eleições para a Assembleia Constituinte, é uma das condições essenciais para consolidar e ampliar os resultados alcançados e fazer frente com sucesso às conspirações e tentativas contra-revolucionárias. (...) Do reforço e da irreversibilidade desta aliança depende a vitória final da democracia em Portugal»⁸¹.

No discurso de celebração do 1.º de Maio de 1974, Álvaro Cunhal reafirma que as condições para a vitória da democracia são a unidade das massas e a aliança do Povo

⁷⁹ Neste caso utilizamos o conceito de bonapartismo marxista, aqui sintetizado por Sérgio Pistone : «O Bonapartismo é a forma de Governo em que é desautorizado o poder legislativo, ou seja, o Parlamento, que no Estado Democrático representativo, criado pela burguesia constituiu normalmente o poder primário, e em que se efectua a subordinação de todo o poder ao executivo, dirigido por um grande personagem carismático, que se apresenta como representante directo da Nação, como garante da ordem pública e como árbitro imparcial distante dos interesses contratantes das classes. Na realidade, a autonomia do poder bonapartista com relação à classe burguesa dominante é, para Marx e Engels, pura aparência, se se atender ao conteúdo concreto da política por ele levada a cabo, uma política que coincide com os interesses económicos fundamentais da classe dominante» (2007: 118).

⁸⁰ Regresso do exílio de Álvaro Cunhal. <http://www.cm-odivelas.pt/Extras/MFA/cronologia.asp?canal=7> Consultado a 29 de Janeiro de 2008.

⁸¹ «Resolução sobre a situação política», 4 de Maio de 1974. In Comunicados do CC do PCP, Abril/Dezembro de 1974. Lisboa: Edições Avante!, 1975, pp. 21-25.

com as Forças Armadas»⁸². No primeiro *Avante!* legal lê-se que essa aliança é uma «questão de vida ou de morte para a revolução democrática»⁸³.

Nos comícios do PCP, discursos do seu líder e de outros dirigentes nacionais, o partido reafirma a aliança do «Povo com o MFA». Na homenagem a Catarina Eufémia, no dia 19 de Maio, numa aldeia do Alentejo, Baleizão, Cunhal afirma que «esta manifestação é também (...) uma prova da aliança das massas populares com as Forças Armadas»⁸⁴; no *Avante!* de 24 de Maio, num artigo intitulado «O que é importante e o que é secundário na luta actual da classe operária»⁸⁵ o partido declara que é de grande importância a unidade democrática e da aliança do Povo com o MFA; no dia 18 de Maio, a assembleia distrital do Movimento da Juventude Trabalhadora (MJT) reuniu-se no Palácio de Cristal do Porto. A assistência de cerca de 2000 jovens «terminou no meio de grande entusiasmo com vivas ao MFA (...)»⁸⁶. Na abertura de sedes⁸⁷ e a homenagem aos mortos pela PIDE, como Germano Vidigal⁸⁸ ou Alfredo Lima⁸⁹, grita-se «Viva o MFA!». Tudo o que atente contra esta unidade deve ser «enérgica e prontamente rechaçado»⁹⁰. Álvaro Cunhal, no Encontro Nacional da Juventude Trabalhadora, no dia 26 de Maio, refere-se à mobilização do fim de Maio como uma manipulação de grupos que querem pôr em causa a «aliança do movimento popular com o Movimento das Forças Amadas»⁹¹.

Mas, o Partido Comunista Português começa também nesta fase a tornar pública a posição de que a coligação democrática tem limites, e os limites vão ser impostos pela linha que divide quem quer a independência das colónias e quem quer um projecto de recolonização pelo Estado português da Guiné, Moçambique e Angola. Os conflitos com a Junta de Salvação Nacional começam logo quando esta decide, sem que o PCP tivesse conhecimento, que Américo Tomás e Marcelo Caetano saíssem do País. Três

⁸² «Os Comunistas e o 25 de Abril». In *Avante!*, Série VII, 17 de Maio de 1974, p. 2.

⁸³ «Os Comunistas no Governo Provisório». In *Avante!*, Série VII, 17 de Maio de 1974, p. 2.

⁸⁴ «Álvaro Cunhal: Catarina morreu como deve saber morrer um membro do Partido». In *Avante!*, Série VII, 24 de Maio, p.1.

⁸⁵ «O que é importante e o que é secundário na luta actual da classe operária». In *Avante!*, Série VII, 24 de Maio, pp. 1-2.

⁸⁶ «Porto: O *Avante!* sai para a rua nas mãos dos jovens». In *Avante!*, Série VII, 24 de Maio, p.3.

⁸⁷ Comunicados «Ao Povo de Almada» e «Ao Povo do Concelho do Seixal». In Centro de Documentação 25 de Abril, Fundo de Comunicados e Panfletos/PCP.

⁸⁸ «Ao Povo de Alpiarça. A toda a População», Maio de 1974. In Centro de Documentação 25 de Abril, Fundo de Comunicados e Panfletos/PCP.

⁸⁹ «Trabalhadores! Mulheres! Jovens! Povo do Sul!», 27 de Maio de 1974. In Centro de Documentação 25 de Abril, Fundo de Comunicados e Panfletos/PCP.

⁹⁰ «Trabalhadores! Mulheres! Jovens! Povo do Sul!», 27 de Maio de 1974. In Centro de Documentação 25 de Abril, Fundo de Comunicados e Panfletos/PCP.

⁹¹ «Encontro Nacional. Festa grandiosa da Juventude Trabalhadora». In *Avante!*, Série VII, 31 de Maio de 1974, p.2.

dias depois de entrar no Governo Provisório – cuja actuação, desejava o PCP, estaria «ligada à da Junta de Salvação Nacional e ao Presidente da República, o general Spínola»⁹² –, o PCP torna público um comunicado da Comissão Executiva onde «sublinha ser desejável que decisões políticas de alta importância sejam tomadas depois de consultas e trocas de impressões»⁹³ entre as forças democráticas coligadas.

O PCP considerava desde cedo que o sector da burguesia portuguesa representado por Spínola não era um aliado fiável, apesar de publicamente só ter retirado o apoio a Spínola a partir de 28 de Setembro de 1974. O seu projecto era incompatível com dois dos objectivos estratégicos do PCP: democratização (Spínola cedo assume um projecto bonapartista para Portugal, que passava por se plebiscitar como presidente) e independência das colónias (Spínola tinha um projecto neocolonial que associava Portugal com outras potências imperialistas centrais, EUA e Europa).

O primeiro *Avante!* legal recorda, em tom de aviso, que o general Spínola, no seu discurso de investidura no cargo de Presidente da República, se comprometeu a «permanecer fiel ao programa do MFA»⁹⁴. O PCP, que não tornou públicas divergências na coligação quanto à questão social, reafirma várias vezes que o Governo Provisório não pensa todo da mesma forma quanto à solução para a guerra: «Urge abrir negociações, sem condições prévias, com os movimentos de libertação da Guiné-Bissau, de Moçambique e Angola, respectivamente o PAIGC, a Frelimo e o MPLA, a fim de examinar conjuntamente todos os problemas de interesse comum, tendo em vista o rápido fim da guerra e a solução política do problema. É certo existirem diferenças de opiniões e mesmo divergências na coligação governamental acerca de qual deve ser a solução política para o problema. É conhecida a posição do Partido Comunista Português a esse respeito»⁹⁵.

O partido saúda o esforço de Mário Soares, então ministro dos Negócios Estrangeiros, nas negociações, mas ataca as «forças interessadas na manutenção do colonialismo por outras formas»⁹⁶ que procuram dar «cidadania a partidos e

⁹² *Avante!*, Série VII, 17 de Maio de 1974, p.1.

⁹³ «Nota sobre a ida de Américo Tomás e Marcelo Caetano para o Brasil», 20 de Maio de 1974. In Comunicados do CC do PCP, Abril/Dezembro de 1974. Lisboa: Edições Avante!, 1975, p. 29.

⁹⁴ «O general Spínola na Presidência da República». In *Avante!*, Série VII, 17 de Maio de 1974.

⁹⁵ «Os Comunistas no Governo Provisório». In *Avante!*, Série VII, 17 de Maio de 1974.

⁹⁶ «Os Comunistas no Governo Provisório». In *Avante!*, Série VII, 17 de Maio de 1974.

agrupamentos fantoches»⁹⁷ alguns ligados, considera o PCP, à PIDE. A «tarefa urgente» está em cumprir o programa do MFA⁹⁸.

Durante este período, houve várias manifestações contra a guerra organizadas sobretudo pela extrema-esquerda, que chegaram mesmo a impedir o embarque de soldados para as colónias: no dia 3 de Maio um grupo de manifestantes do MRPP impede o embarque de uma unidade militar para África; no aeroporto de Figo Maduro, no dia seguinte, repete-se o facto; no dia 5 há uma manifestação anticolonial que vai da Estrela ao Rossio, em Lisboa, e no dia 25 de Maio, uma manifestação anticolonialista é dispersada pela GNR e a PSP; no dia 6 de Junho o MES organiza uma manifestação em Cabo Ruivo de apoio aos movimentos de libertação. O PCP não organiza nem apoia estas manifestações mas, em Maio, quando estavam a decorrer as negociações em Londres entre o Governo português e o PAIGC, a direcção comunista ameaça publicamente com uma participação «responsável das massas⁹⁹», para as negociações incluïrem a independência da colónias e reafirma que estas devem ser feitas com os «legítimos representantes», a Frelimo, o PAIGC e o MPLA.

No dia 10 de Junho realiza-se uma manifestação em Lisboa de apoio ao projecto federalista de Spínola. O Comité Central do PCP expressa de forma clara esta tensão na coligação, em torno do projecto para as colónias: «Seria entretanto ilusório pensar que é possível pôr fim à guerra e encontrar uma solução política para o problema colonial sem o reconhecimento efectivo do direito dos povos à autodeterminação e à independência»¹⁰⁰. O PCP recebe nestes dias uma delegação do Conselho Mundial da Paz, que na primeira semana de Julho, em sessões organizadas pelo Partido, em Lisboa e Porto, vem a Portugal com a política de: «Não à guerra – um não definitivo e irrevogável!»¹⁰¹.

Assim, neste momento, a posição política do PCP é a seguinte: as manifestações da extrema-esquerda – que exigem independência incondicional – são irresponsáveis; o projecto federalista não é uma solução, pelo contrário, vai agravar a «crise interna»¹⁰². Urgem negociações, que estão, na óptica do PCP a ser correctamente levadas a cabo pelo dirigente do PS e ministro dos Negócios Estrangeiros Mário Soares, que devem ser

⁹⁷ «Os Comunistas no Governo Provisório». In *Avante!*, Série VII, 17 de Maio de 1974.

⁹⁸ «Os Comunistas no Governo Provisório». In *Avante!*, Série VII, 17 de Maio de 1974.

⁹⁹ «Activar a solução política da guerra». In *Avante!*, Série VII, 31 de Maio de 1974, p. 2.

¹⁰⁰ «No caminho da democracia e da paz», 17 de Junho de 1974. In Comunicados do CC do PCP, Abril/Dezembro de 1974. Lisboa: Edições Avante!, 1975, pp. 45-59.

¹⁰¹ «Uma visita que traduz as alterações operadas na vida política nacional». In *Avante!*, Série VII, 5 de Julho de 1974, p. 7.

¹⁰² «Editorial». In *Avante!*, Série VII, 24 de Maio de 1974, p.1.

feitas privilegiadamente com os movimentos PAIGC, Frelimo e MPLA, respectivamente na Guiné, Moçambique e Angola.

O PCP e a União Soviética

A política do PCP para as colónias é inseparável da sua ligação com a União Soviética. Era, nas palavras de Kenneth Maxwell, um partido com profundas «ligações de dependência e sobrevivência a Moscovo» (Maxwell, 2006: 107).

Em 1949, Álvaro Cunhal vai à URSS reatar relações com o PCUS – o PCP tinha sido expulso da Internacional Comunista, directamente por Georgi Dimitrov, em 1938 (Milhazes, 1995). A partir da segunda metade dos anos de 1940, na esteira daquilo a que Milhazes chama «uma longa amizade», o PCP tem uma política de aliança antifascista, cujas raízes são o VII Congresso da Internacional Comunista, em 1935, congresso que teve um impacto mundial em todos os partidos do mundo da orla da URSS.

Em 1935 a União Soviética, preparando-se para a guerra, põe fim à política que ficaria conhecida como do «terceiro período», ou «classe contra classe», inaugurada no VI Congresso da Internacional Comunista (III Internacional) e que geminava a social-democracia com o fascismo, o «social-fascismo». Esta política, considerada depois pela União Soviética como desastrosa, abriu espaço à subida de Hitler ao poder e ao espectro de uma guerra mundial. Em 1935 chega o volte face. O VII Congresso da Internacional Comunista recupera a tática da frente única operária que tinha sido defendida por dirigentes bolcheviques como Vladimir Lenine ou Leão Trotsky como forma de responder à derrota da revolução alemã e «à relativa estabilização do capitalismo» (Sena, 2007:4). Mas, a frente única, que implicava uma frente com outras correntes do movimento operário, no VII Congresso, no famoso relatório apresentado por Jorge Dimitrov (Dimitrov, 1976), acaba por ser substituída por uma política de ampla aliança entre a classe operária e os sectores da burguesia que o relatório considerava derrotados pela ascensão do nazismo. Como afirma o historiador Carlos Zacarias Sena Jr., «a política de frente popular que previa alianças amplas com os sectores da burguesia tida por progressista, passou a ser a tática privilegiada dos Partidos Comunistas na conjuntura de ascensão das ditaduras fascistas ou filofascistas pelo mundo nos anos 30» (Sena, 2007:5-6). O enquadramento da frente popular era a França de Blum com os

socialistas e depois com o Partido Radical. Seguiu-se-lhe a Espanha e, a partir daí, a generalização desta política a todos os partidos comunistas. O objectivo era, como afirma Pierre Broué na *História da Internacional Comunista* (2007), mobilizar os comunistas para uma política de alianças com sectores da burguesia para a guerra que se avizinhava (Broué, 2007: 825-844). De tal forma que Togliatti, na sua intervenção no Congresso termina «com um apelo aos trabalhadores do mundo inteiro para defender a URSS em caso de agressão» (Broué, 2007: 843).

Mas a política de frente popular generalizou-se muito para além do fim da guerra, cujo desfecho só viu um reforço desta, quer pela «via pacífica para o socialismo», do «desanuviamento» da «coexistência pacífica», em suma, «um velho projecto soviético de acordo pan-europeu de convivência pacífica» (Salvadori, 2005: 126), que culminou em Helsínquia em 1975.

Nos países coloniais ou semiperiféricos, a tática de frente popular foi ampliada para uma «frente nacional» que englobaria todos os democratas sinceros – para o PCP, os «portugueses honrados» –, fossem eles socialistas, social-democratas, liberais, republicanos ou até monárquicos.

Álvaro Cunhal é um dos primeiros líderes comunistas a apoiar a invasão soviética de Praga. Porque, como o próprio Cunhal tinha escrito em *Rumo à Vitória*, o «povo socialista saúda os êxitos do campo socialista, onde tem o seu mais poderoso apoio» (Cunhal, 2001:13). Esta relação estreita do PCP com a URSS é confirmada por todos os investigadores que se debruçaram sobre a história do PCP entre a II Guerra Mundial e o 25 de Abril (Madeira, 1996; Cunha, 1992; Pereira, 2001, 2005; e ainda Ferreira, 1994: 257).

A história das orientações políticas do PCP desde a segunda metade da década de 1930 vai ser a história das alianças com os sectores considerados “progressistas” da burguesia nacional portuguesa. Logo em 1936, o PCP lança a Frente Popular Portuguesa, e em 1943, o Movimento Nacional da Unidade Anti Fascista (MUNAF). Nesse ano o II Congresso do PCP, realizado no Monte de Estoril, reafirma a frente popular como política central do partido junto com a infiltração nos sindicatos nacionais e o levantamento nacional. Em 1945, a frente é o Movimento de Unidade Democrática (MUD). A aliança continua em 1949 em torno da candidatura de Norton de Matos e mais tarde, em 1958, da de Humberto Delgado. A «via pacífica para o socialismo» de Khrouchtchev só reforçará esta política frentista. Em 1963 é criada a Frente Patriótica

de Libertação Nacional (FPLN), que ainda terá como presidente, em 1964, Humberto Delgado. Da FPLN faz parte a Acção Socialista Portuguesa, de Mário Soares.

Rumo à Vitória, o programa do PCP no VI Congresso, realizado em 1965 – e que está em vigor quando se dá o golpe militar de 25 de Abril de 1974 – caracteriza Portugal como um país atrasado, um país onde estava na ordem do dia uma «revolução democrática», a qual se faria em aliança com os sectores da burguesia ‘progressista’: «Acabar com o terror fascista, libertar Portugal do bando de malfeitores instalados no poder (...) tornou-se uma aspiração central do povo português. Nas classes que se opõem ao poder dos monopólios e latifundiários há interesses diversos. Mas o derrubamento da ditadura fascista e a conquista da liberdade política é uma reivindicação de todos os portugueses com excepção do punhado de milionários e do pequeno bando de fascistas que os serve. O Comité central do partido já salientou justamente que “este objectivo se tornou a aspiração suprema do povo português na actual situação”» (Cunhal, 2001: 140). No documento defende-se que Portugal é um país economicamente atrasado, dominado por monopólios imperialistas estrangeiros. Impõe-se, para libertar o País, uma aliança de classes que fará, através de um levantamento nacional, uma revolução democrática e nacional, etapa de uma revolução socialista vindoura. O programa do Partido Comunista em *Rumo à Vitória* previa assim: a libertação de Portugal do imperialismo estrangeiro; a eliminação do poder dos monopólios, nacionalizando os sectores fundamentais da economia portuguesa; a realização da reforma agrária; o reconhecimento dos povos coloniais à autodeterminação e independência; elevação do nível material e cultural das classes trabalhadoras; destruição do Estado fascista e instauração de uma ordem democrática (Cunhal, 2001).

A revolução que se inicia em 1974 não só não altera esta política de estratégia frentista (a frente policlassista como um fim e não um meio) – como vai confirmar e reforçá-la, em algumas questões centrais. Por exemplo, *Rumo à Vitória*, no ponto sobre política externa (ponto VII do relatório, «Por uma Política de Paz e de Amizade com todos os Povos»), exige-se a saída de Portugal da NATO e a oposição ao regime franquista, dois objectivos que desaparecem logo nos primeiros dias que se seguem à operação *Fim de Regime*. Em *Rumo à Vitória* o franquismo é um regime «maldito» (Cunhal, 2001: 126) e Francisco Franco «o mais velho, o mais fiel amigo dos velhos tempos em que Hitler e Mussolini, com a cumplicidade das “democracias ocidentais”, planearam a destruição do primeiro Estado socialista e a instauração do fascismo em

toda a Europa» (Cunhal, 2001: 123) e a NATO «em todos os aspectos, contrária aos interesses da nação e do povo português. A OTAN é instrumento da dominação imperialista e fascista sobre Portugal e sobre as colónias portuguesas» (Cunhal, 2001: 115).

Álvaro Cunhal chega a Portugal no dia 30 de Abril de 1974. Mal chega dá uma conferência de imprensa¹⁰³, onde estão vários jornalistas e centenas de apoiantes. Cunhal responde às perguntas em voz alta, em tom de comício, perante um mar de gente entusiasmada. Afirma o apoio do PCP ao MFA e à independência das colónias. Mas, a certa altura, um dos presentes, com sotaque latino-americano, interpela-o: «Cunhal, e América Latina?» Cunhal responde, elevando a voz: «Votos que toda a América Latina se liberte da opressão imperialista!». Logo a seguir um homem grita-lhe em castelhano: «Cunhal, e Espanha?» Descendo o volume da voz, Cunhal responde: «Pensamos que são possíveis relações de boa vizinhança dentro dos princípios da coexistência pacífica»¹⁰⁴.

De facto os seis governos provisórios manterão relações diplomáticas com o regime franquista (Cervelló, 1993: 344-354). Mas o que Cunhal declarava ali, à chegada a Portugal, era muito mais do que boas relações de vizinhança com o franquismo espanhol, era a fidelidade do PCP a «Ialta e Potsdam». A América Latina, tal como a África e a Ásia não foram nas conferências entre as potências, em 1945, objecto de partilha. Permaneceram como um terreno de disputa, onde quer as potências ocidentais quer a URSS podiam tentar exercer influência – muitos dos Estados destes três continentes nem sequer existiam em 1945. Mas Espanha e Portugal estavam no território de influência norte-americana, e esse espaço devia ser respeitado. É a esse compromisso que o dirigente comunista Álvaro Cunhal vai ater-se mal acaba de chegar a Portugal, vindo do exílio.

Quando surge a discussão do papel de Portugal na NATO (OTAN, Organização do Tratado do Atlântico Norte), depois do 25 de Abril de 1974, o PCP muda a sua posição face a *Rumo à Vitória* e passa a ser a favor do «respeito pelos compromissos internacionais decorrentes dos tratados em vigor»¹⁰⁵, que estava previsto no programa do MFA, e essa é a posição que irá defender, no Governo e fora dele. O PCP ambiciona

¹⁰³ Regresso do exílio de Álvaro Cunhal. In <http://www.cm-odivelas.pt/Extras/MFA/cronologia.asp?canal=7> consultado em 14 de Janeiro de 2008.

¹⁰⁴ Regresso do exílio de Álvaro Cunhal. In <http://www.cm-odivelas.pt/Extras/MFA/cronologia.asp?canal=7> consultado em 14 de Janeiro de 2008.

¹⁰⁵ «Portugal e a OTAN». In *Avante!*, Série VII, 20 de Junho de 1974, p. 4.

uma NATO menos hegemonzada pelos Estados Unidos e considera que a segurança de Portugal depende da segurança colectiva à escala da Europa, mas sem pôr em causa a NATO¹⁰⁶.

Ainda no campo da política externa é definido como prioritário, pelo PCP, o estabelecimento de relações diplomáticas entre a URSS e Portugal, visto, entre outras coisas, como um factor «relevante» na democratização de Portugal, para a segurança da Europa, na base dos «princípios da coexistência pacífica»¹⁰⁷. O PCP apressa o estabelecimento de relações diplomáticas entre o governo português e a URSS e, logo no dia 1 de Junho de 1974, constitui a Sociedade de Amizade Portugal-URSS, que a partir de Setembro de 1974, publica um boletim mensal, cujo conteúdo é quase exclusivamente destinado à propaganda dos avanços técnicos e culturais da URSS – criando uma imagem relativamente distorcida de um país onde tudo parecia correr bem¹⁰⁸. A Sociedade também publicava revistas, jornais e obras sobre a União Soviética.

Seria mecânico olhar para a política do PCP em Portugal, no início da revolução, como um simples veículo de transmissão da política soviética. Aliás, a história mostrou – desde a derrota do projecto internacionalista dos bolcheviques na revolução russa e da consolidação da política do «socialismo num só país», para a qual foi determinante a derrota da revolução alemã em 1923 e o isolamento soviético –, que, sempre que houve uma contradição insanável entre a política nacional e a internacional, prevaleceu a nacional. Foi assim com a Jugoslávia, com o PCF, em França, e o PCI, em Itália.

O PCP tem interesses políticos próprios: direcção do movimento operário, através da Intersindical, e influência na organização do aparelho de Estado (o que não significa alteração do carácter de classe desse Estado). Mas a independência das colónias e o apoio ao MFA como forma de a obter estão directamente relacionados com a política soviética para África, e, paulatinamente, como veremos, vai escolher os aliados nas colónias: o PAIGC (este inquestionável desde o início) e, a partir de 1975, a FRELIMO e o MPLA.

Não era, como já assinalámos, uma solução óbvia, um trilho natural. Naqueles dias, para além da posição do PCP, pelos menos outras duas eram ainda possíveis: a da

¹⁰⁶ «Portugal e a OTAN». In *Avante!*, Série VII, 20 de Junho de 1974, p. 4.

¹⁰⁷ «Nota sobre o estabelecimento de relações diplomáticas com a URSS», 10 de Junho de 1974. In *Comunicados do CC do PCP, Fundo de Comunicados e Panfletos/PCP*. Lisboa: Edições Avante!, 1975, pp. 41-44.

¹⁰⁸ *Amizade e Cultura*, 1º Aniversário da Sociedade de Amizade Portugal-URSS. Boletim 9, Maio e Junho, 1975.

extrema-esquerda – a que pertencia um grande número de estudantes em idade de ir para a guerra -, que pugnava por uma independência incondicional e para isso se manifestava e formava comités como os CIC (Comités de Independência Imediata das Colónias), entre outros. Esta posição dificultava sobretudo a política da URSS em Angola que era a situação militarmente mais instável e dividida (Pinto, 2001: 75-79) e, do outro lado, a burguesia encabeçada por António de Spínola, com um projecto federalista que mantinha as colónias ligadas ao bloco ocidental.

Angola é particularmente importante entre as colónias. Porque era a que estava mais dividida e com uma situação militar ainda em aberto (ao contrário da Guiné, onde o PAIGC já tinha declarado unilateralmente a independência em 1973). E, o que era determinante também na situação militar, era a mais rica das colónias. Isso mesmo refere Carlos Cunha: «Outra característica do PCP neste período foi ganhar o respeito do MFA e influência neste – daí a aliança «Povo-MFA» defendida pelo PCP – para garantir a independência das colónias, nomeadamente de Angola, a mais apetecível para o regime soviético (Cunha, 1992)». Os documentos do próprio PCP indiciam que este era um factor ponderado pela direcção comunista. O PCP escreve sobre as intenções dos EUA de dominarem as riquezas de Angola, o petróleo, os diamantes, e pugna pelo combate a esta possibilidade. Afirma ainda, ao contrário do que vinha sendo a sua política, que a participação das massas nesta luta por Angola – com responsabilidade – é um «imperativo histórico»¹⁰⁹: «Esses interlocutores legítimos são o MPLA, a Frelimo e o PAIGC (...) A solução política é inseparável da liquidação do colonialismo (...) Empresas monopolistas tentaculares, como a De Beers (dona da Diamang), a Anglo American Corporation, feudo do grupo Openheimer e, sobretudo a Gulf Oil estão dispostas a gastar dezenas de milhões de dólares para manter as suas posições em Angola e Moçambique. Nesta rede interligada de interesses ocupam lugar destacado as forças mais reaccionárias da África do Sul e da Rodésia. (...) a Gulf (...) actua como se pretendesse lançar os angolanos em lutas fratricidas (...) O objectivo da Gulf (que projecta extrair 100 milhões de toneladas de petróleo de Cabinda) é privar o povo de Angola da sua maior riqueza ...) certas afirmações e atitudes, que mostram haver projectos de divisão de Angola como processo de partilha das suas riquezas (...) Mas, neste preciso momento, a participação das massas com alto espírito de responsabilidade no debate em torno do fim da guerra torna-se um imperativo histórico»¹¹⁰.

¹⁰⁹ «Activar a solução política da guerra». In *Avante!*, série VII, 31 de Maio de 1974, p. 2.

¹¹⁰ «Activar a solução política da guerra». In *Avante!*, série VII, 31 de Maio de 1974, p. 2.

História da Política do PCP na Revolução (1974-75)

A União Soviética agracia o PCP pelo seu esforço na luta pela democratização e pela luta pela independência das colónias. Chegam ao partido, em Portugal, mensagens da URSS, de Berlinguer, do PCF (que organiza em Paris um comício de apoio ao PCP), de Honecker, de Kadar, dos PC do Chile, Bulgária, Mongólia, Marrocos, Venezuela, Bélgica, Checoslováquia, Canadá, EUA. Todas têm em comum defender o papel do PCP e de Álvaro Cunhal na democratização do País, a importância da sua participação no Governo e a luta pela independência das colónias¹¹¹. O CC do PCUS dá o mote: deseja êxitos na liquidação do fascismo, a «instauração de um regime autenticamente democrático, o fim da guerra colonial»¹¹².

¹¹¹ «Saudações ao PCP e a Álvaro Cunhal». In *Avante!*, Série VII, 17 de Maio de 1974, p. 2; «Saudações de partidos irmãos». In *Avante!*, Série VII, 24 de Maio de 1974, p. 2.

¹¹² «Saudações de partidos irmãos». In *Avante!*, Série VII, 24 de Maio de 1974, p. 2.

Capítulo 2 - Do II Governo Provisório ao 28 de Setembro de 1974

O PCP e a luta pela independência das colónias

«Quem combate sistematicamente o Governo Provisório e o Movimento das Forças Armadas serve os interesses da reacção e do fascismo (...). O PCP defende naturalmente o direito dos cidadãos de discordarem de medidas governativas (...) Mas insiste em que (...) o prosseguimento da política de democratização exige das forças democráticas e das massas populares um apoio activo, constante e criador ao novo Governo Provisório e ao Movimento das Forças Armadas».

Comunicado da Comissão Política do CC do PCP de 17 de Julho de 1974¹¹³

O I Governo Provisório não resiste mais que dois meses intensificação da conflitualidade social. A sua queda tem sido interpretada, por vários investigadores, como o resultado, sobretudo, de divisões no seio do Governo e do MFA e da JSN sobre a solução para a guerra colonial, em que o general António de Spínola representaria o arrastar da solução para as colónias numa tentativa de prolongar o domínio português em África, enquanto o MFA, o PC, o PS queriam a independência das colónias. Kenneth Maxwell (1999), cujo estudo sobre o período revolucionário destaca a relação entre o avanço da luta anticolonial e a revolução portuguesa, defende exactamente a perspectiva de que a demissão de Palma Carlos a 9 de Julho de 1974 e a de António de Spínola a 30 de Setembro de 1974 são resultado de uma relação estreita entre a política nos dois lugares, geograficamente distantes, porém parte de um mesmo processo histórico e político: «As crises que deslocaram Portugal decisivamente para a esquerda também empurraram a África portuguesa decisivamente para a independência. Elas surgiram como uma série de conflitos por vezes prolongados, em que as tensões políticas em Portugal, os acontecimentos em África, e as pressões externas se combinaram para provocar confrontos graves. A maioria dos portugueses politizados estava bem ciente das causas subjacentes a estas crises, embora a imprensa portuguesa não as divulgasse, e quando isso acontecia, fazia-o de forma vaga. Quando as crises terminavam e quando as suas consequências eram visíveis – a demissão do primeiro-ministro Palma Carlos, a 9 de Julho, e a nomeação do coronel Vasco Gonçalves para o

¹¹³ Comunicado da Comissão Política do CC do PCP de 17 de Julho de 1974. In *Avante!*, 19 de Julho de 1974, p.1.

seu lugar; a demissão do general Spínola, a 30 de Setembro, e a sua substituição pelo general Costa Gomes – é que eram publicamente discutidas. Ninguém envolvido nestas crises alguma vez duvidou, contudo, que a forma e o conteúdo do futuro político de Portugal e a conquista da independência das colónias africanas estavam intimamente ligados. O resultado da luta numa esfera iria ajudar a consolidar a vitória ou trazer a derrota da outra» (Maxwell, 1999:99). A solução spinolista, e daí a análise de Maxwell, não era só uma solução para as colónias, era uma proposta que podia fazer ruir o já tremido edifício do Estado, acelerando assim a revolução.

A guerra tinha levado à queda do regime pela mão do próprio Exército. Isso já era um facto excepcional. Prolongar a guerra – o que enfrentaria uma oposição determinada nas colónias e em Portugal – podia significar o detonar de uma dinâmica que se traduzisse num maior avanço da revolução em curso. Mário Soares e Álvaro Cunhal, e provavelmente outros dirigentes políticos, incluindo do próprio MFA, tinham presentes exemplos históricos que lhes aconselhavam prudência. Foi a insistência em continuar a guerra que abriu as portas da revolução de Fevereiro na Rússia, em 1917, e a derrota do golpe de Kornilov aumentou o crédito do Partido Bolchevique na Rússia revolucionária.

No dia 27 de Julho de 1974 é promulgada a lei da independência das colónias no meio de uma situação social em que muitos factores nacionais e internacionais se conjugavam para essa mesma vitória: a URSS, os EUA e, com menos poder de influência, a China, queriam a independência das colónias. Os movimentos de libertação, apoiados na amplíssima maioria do povo africano e dirigentes de países africanos lutavam pela independência; em Portugal, o avanço da revolução favorecia a independência das colónias e a lei de 27 de Julho de 1974 foi indiscutivelmente uma vitória para a própria revolução e para a confiança dos sectores que defendiam as independências africanas.

A manifestação convocada por estes sectores a 25 de Julho, logo após a tomada de posse do II Governo, é seguida, dois dias depois, pela publicação da lei da independência das colónias e, no dia 28 de Julho, um comunicado conjunto do PS, PCP e PPD¹¹⁴ convoca uma manifestação de apoio ao Presidente da República, ao Governo e ao MFA para celebrar e apoiar a independência das colónias. Por enquanto, o PCP evita denunciar António de Spínola como o homem que estava a liderar a oposição à

¹¹⁴ «Exortação ao Povo Português», 28 de Julho de 1974. In *Avante!*, Série VII, 29 de Julho de 1974, p.1

independência, como, apenas um mês depois, se tornará impossível continuar a omitir, com a tentativa de golpe de 28 de Setembro. E essa hesitação, em denunciar o papel de Spínola, vai levar por exemplo o PCP a apoiar a manifestação de 28 de Junho, de apoio a Spínola, que é ao mesmo tempo uma celebração da vitória da revolução contra o projecto spinolista.

Os documentos do Partido Comunista Português revelam também uma outra realidade que preocupava seriamente a direcção da organização. Para além da discussão central do futuro das colónias, estava em causa o carácter bonapartista das propostas de regime defendidas pelo sector da burguesia portuguesa ligada a Spínola. A sua concretização significaria um comprometimento sério do Programa do MFA e da democracia, que o PCP tinha defendido. A legalidade do PCP e das estruturas sindicais por ele influenciadas eram estratégicas no quadro da política do partido. Partido que justamente está nesta altura muito centrado no seu crescimento interno. Como lembra Marco Lisi, entre 25 de Abril de 1974 e o VII Congresso, o PCP quer organizar o partido interna e externamente, expandir-se territorialmente, reforçar a própria identidade através da legitimidade revolucionária e integrar politicamente os seus militantes (Lisi, 2007). Uma estratégia de autoconstrução bem definida que não se coadunava com regimes de excepção, como os que eram propostos pelo projecto spinolista. Estamos, recordemos, no fim de Junho de 1974. Dois meses depois de derrubado o regime do Estado Novo, a mais longa ditadura da Europa ocidental, o PCP tem já 64 ¹¹⁵ centros de trabalho abertos em todo o país, 44 dos quais em Lisboa e Sul do Tejo e os restantes no Centro/Norte do País.

A proposta de Palma Carlos – que incluía a eleição do Presidente da República num prazo de 3 meses; um referendo para a aprovação de uma Constituição provisória, o adiamento das eleições para a Assembleia Constituinte e a atribuição de amplos poderes ao primeiro-ministro era uma tentativa impaciente de terminar a revolução recorrendo a um regime de tipo bonapartista – um regime que *parece* situar-se «acima» das classes, mas de facto representa os interesses da classe dominante, um tipo de governo característico de momentos muito radicalizados da luta de classes (Pistone, 2007:118).

No dia 12 de Julho de 1974, a Comissão Política do Comité Central do PCP torna pública a posição do partido sobre a queda do I Governo Provisório. A crise é analisada

¹¹⁵*Avante!*, Série VII, 19 de Julho de 1974, p.3.

em 6 pontos pelo PCP: 1) é uma crise da responsabilidade de Palma Carlos – em lugar nenhum o PCP aponta como responsável Spínola; 2) o PCP continua a defender um governo de coligação com o PS e o PPD; 3) o novo governo deve institucionalizar as liberdades democráticas, garantir a independência das colónias, «fazer pagar o preço da estabilidade, não só aos trabalhadores, mas também aos grandes grupos financeiros»; exige-se a nacionalização dos bancos emissores; cumprimento dos contratos colectivos de trabalho e oposição aos despedimentos; reforço da diplomacia com a URSS; 5) o perigo real para a democratização tem origem na «direita, da reacção e do fascismo»; 6) deve haver unidade entre as forças democráticas e o MFA para conduzir o País «a um regime democrático sólido e estável, escolhido pelo próprio povo»¹¹⁶.

O PCP apoia, junto com os outros sectores que vão formar o II Governo Provisório, a entrada do MFA no Governo e a sua chefia por um homem do Movimento, Vasco Gonçalves. O partido congratula-se com a tomada de posse do general Vasco Gonçalves, no dia 18 de Julho de 1974¹¹⁷. A 28 de Julho o *Avante!* faz capa da «firme esperança» que representa o novo Governo: «Acaba de ser formado o novo Governo Provisório. Mantendo-se como Governo de coligação, distingue-se do anterior por duas características essenciais: a entrada directa do Movimento das Forças Armadas no Governo (...) e o afastamento de elementos conservadores que puseram em causa o programa do MFA»¹¹⁸.

No mesmo comunicado da Comissão Política, de 17 de Julho, o PCP defende que as propostas de Palma Carlos foram provocadas pela acção dos grupos esquerdistas que fizeram manifestações contra o Governo, perturbaram o seu funcionamento, levando a um clima de «psicose de crise e caos económico». O PCP apela a que a classe operária seja «compreensiva» e apoie o MFA e o Governo Provisório: «Quem combate sistematicamente o Governo Provisório e o Movimento das Forças Armadas serve os interesses da reacção e do fascismo (...). O PCP defende naturalmente o direito dos cidadãos de discordarem de medidas governativas (...) Mas insiste em que (...) o prosseguimento da política de democratização exige das forças democráticas e das

¹¹⁶ «Nota Sobre o Actual Momento Político», 10 de Julho de 1974. In Comunicados do CC do PCP, Abril/Dezembro de 1974. Lisboa: Edições Avante!, 1975, pp. 73-77.

¹¹⁷ Comunicado da Comissão Política do CC do PCP. In *Avante!* Série VII, 19 de Julho de 1974, p. 1; «Em Vésperas de um Novo Governo», *Avante!*, Série VII, 12 de Julho de 1974, p. 1

¹¹⁸ «Favoráveis Perspectivas». In *Avante!*, Série VII, 19 de Julho de 1974, p. 1

massas populares um apoio activo, constante e criador ao novo Governo Provisório e ao Movimento das Forças Armadas»¹¹⁹.

O PCP não consegue mobilizar mais de 10 000 pessoas contra a greve em 1 de Junho de 1974, mas consegue, junto com o Governo, mobilizar 200 000 pessoas no apoio ao MFA a 25 de Julho, no Estádio 1.º de Maio, em Lisboa. Uma manifestação no mesmo sentido, com cerca de 100 000 pessoas, decorre no Porto, no mesmo dia. «Povo e Forças Armadas. Uma Só Vontade»¹²⁰ é o lema da manifestação que, saudando os «filhos do povo armado»¹²¹, é nas palavras do PCP uma «jornada popular de exaltação do Governo Provisório e do MFA»¹²². Uma das explicações para esta disparidade na capacidade de mobilização está, cremos, não tanto na força do PCP mas num padrão de consciência média dos trabalhadores que se manteve pelo menos até Setembro de 1975, e que se traduz na resistência e combate às medidas anti-operárias mas de apoio político ao MFA, mesmo quando este apoiava ou garantia essas mesmas medidas. Nessa manifestação participam Mário Soares, que defende entre outras acções o reforço dos saneamentos («temos de democratizar e para democratizar precisamos sanear»¹²³), e, pelo PPD, Magalhães Mota, que agradece a Álvaro Cunhal e Mário Soares terem tirado Portugal da noite fascista e que conclui que, de mãos dadas, os três partidos têm um «Portugal novo a construir»¹²⁴.

Vasco Gonçalves apresenta-se, no discurso de tomada de posse do II Governo Provisório, acima do mapa político nacional e das classes sociais em luta, a favor da nação como um todo. Reivindica ter feito a «revolução». Presta homenagem a Spínola, defende a independência das colónias - com secretismo das negociações diplomáticas -, e garante que haverá um clima favorável à economia de livre mercado, o que implica restabelecer a confiança, aumentar a produtividade do trabalho e aceitar políticas de austeridade. Relembra que estão fora de causa transformações do modelo económico de produção: «Pela parte do Governo, tudo se fará para que o clima de confiança, que a livre iniciativa requer, se estabeleça desde já no integral respeito pelos superiores interesses nacionais (...) Efectivamente, o Programa do Movimento das Forças

¹¹⁹ Comunicado da Comissão Política do CC do PCP, 17 de Julho de 1974. In *Avante!*, Série VII, 19 de Julho de 1974, p.1.

¹²⁰ «Povo e Forças Armadas. Uma só Vontade». In *Avante!*, Série VII, 26 de Julho de 1974, p. 1.

¹²¹ «Povo e Forças Armadas. Uma só Vontade». In *Avante!*, Série VII, 26 de Julho de 1974, p. 1.

¹²² «Povo e Forças Armadas. Uma só Vontade». In *Avante!*, Série VII, 26 de Julho de 1974, p. 1.

¹²³ «200 000 pessoas reafirmaram a sua fidelidade aos ideais da democracia». In *Avante!*, Série VII, 26 de Julho de 1974, p. 1.

¹²⁴ «200 000 pessoas reafirmaram a sua fidelidade aos ideais da democracia». In *Avante!*, Série VII, 26 de Julho de 1974, p. 1.

Armadas não permite a efectivação de transformações radicais ou revolucionárias da estrutura socioeconómica da sociedade portuguesa (...) A realização desta política [de melhoria socioeconómica e aproximação à Europa] não será, porém, possível se não se instaurar, desde já, um clima de trabalho, com a mobilização plena de todas as potencialidades humanas e materiais deste país (...). Simultaneamente todos teremos de viver, durante este período, em atmosfera de autêntica austeridade»¹²⁵.

A 11 de Agosto, no discurso da Festa dos Imigrantes, Vasco Gonçalves reafirma esta posição: «(...) Muitos dos nossos compatriotas, tal era o sofrimento e a opressão a que estavam submetidos há tantos anos, julgaram que de um dia para o outro, como se o Messias tivesse vindo à Terra, poderíamos passar a ser um formidável país (...). Mas nós temos de ser realistas (...). Isso tem que ser obra de todos os portugueses e alguns sacrifícios teremos de ter»¹²⁶.

A tensão social do Verão de 1974

«O âmbito das liberdades (...) será suficiente para que como liberdades se considerem. (...) Não ficaremos pior que na maioria dos países de democracia burguesa (...).»
Avante!, 9 de Agosto de 1974

Despedimentos e sabotagem económica: o papel do Ministério do Trabalho

A tentativa de solução bonapartista protagonizada por Spínola surge de facto num momento de radicalização, em que o I Governo Provisório não consegue a estabilização do regime. A burguesia portuguesa continua submersa na crise que levou à queda do regime, e a oportunidade daí derivada, apesar da intervenção *a contrario* do PCP, estava a ser aproveitada por uma classe trabalhadora optimista e confiante nas suas forças. Os conflitos sociais agudizam-se, levando o PCP a, por um lado, tentar controlar os trabalhadores numa política de oposição aos despedimentos que passava pela resolução dos conflitos através das organizações controladas pelo próprio PCP, como a Intersindical e o Ministério do Trabalho; por outro, tratando de anular os

¹²⁵ Discurso na tomada de posse do II Governo Provisório, em 18 de Julho de 1974. In GONÇALVES, Vasco. *Discursos*. Porto: Edição Popular, 1976, p. 17-23.

¹²⁶ Discurso na Festa dos Imigrantes, em 11 de Agosto de 1974. In GONÇALVES, Vasco. *Discursos*. Porto: Edição Popular, 1976, p. 26-28.

movimentos mais radicalizados que não consegue controlar, cujos exemplos mais emblemáticos neste período são as greves da TAP e do Jornal do Comércio e a manifestação de 12 de Setembro de 1974, levada a cabo pelos operários da Lisnave. É em Agosto, sob a vigência do II Governo Provisório, que é aprovada a lei da greve.

Mas a política do partido, face à agudização dos conflitos sociais vai ser agora mais cautelosa, ou pelo menos mais tática, do que no período de Maio de 1974. Depois das greves de Maio e Junho de 1974 os empresários e donos de fábricas começam uma campanha, generalizada pelo País – Lisboa, Porto, Setúbal, Évora, Covilhã – de sabotagem económica e despedimentos. A crise combinada com uma revolução, onde os trabalhadores punham em causa a gestão das empresas e exigiam aumentos salariais, prejudicava a taxa de acumulação de capital. Muitos proprietários reagiram a isto descapitalizando as empresas. Em Julho, pela primeira vez desde a revolução, há uma inflexão e o PCP surge a tomar posição ao lado dos trabalhadores de algumas fábricas e empresas. Embora não incentive a sua auto-organização, a ampliação dos cadernos reivindicativos, a autogestão ou o controle operário, etc., o partido apela aos trabalhadores para se defenderem da sabotagem económica, sobretudo dos despedimentos. Isto passa-se na ITT, na Cambournac, na Toyota, CIM, Tecnividro, na Gracinda Flores e em muitas outras fábricas e empresas. O *Avante!* publica relatos emocionados de operários despedidos¹²⁷ e exige que se legisle a actividade sindical, a greve e o *lock out*, apoiando algumas lutas nas fábricas, que chegam à paralisação por algumas horas contra os despedimentos.

O apoio a estas lutas tem duas particularidades: é, como assinalámos, um apoio a lutas defensivas – contra os despedimentos, contra a paralisação da fábrica, etc. – e orienta os trabalhadores para lutarem exclusivamente através do respectivo sindicato e em articulação com o Ministério do Trabalho. O exemplo que a seguir transcrevemos, do *Avante!*, é a norma para as lutas que o PCP dirige, como as acima enunciadas: «Na segunda-feira dia 8 de Julho o administrador da CIM¹²⁸, Neves da Silva, mandou afixar uma nova ordem: mais 31 operários despedidos a juntar aos 10 que já havia posto na rua (...). Os operários lutam. Não lhes resta outro caminho (...). Logo que os primeiros despedimentos se registaram os trabalhadores iniciaram a luta. Dirigiram-se ao sindicato. Estabelecerem piquetes na fábrica durante a noite para evitar a sabotagem (...). Resolveram iniciar uma paralisação de protesto. Depois dirigiram-se à Junta de

¹²⁷«Unidade e Solidariedade entre as Operárias». In *Avante!*, Série VII, 12 de Julho de 1974, p. 3

¹²⁸Unidade industrial de fabricação de guas situada no Cacém.

Salvação Nacional os 26 membros da Comissão. Estiveram no Ministério do Trabalho onde fizeram propostas concretas para a resolução do conflito (...). A luta vai continuar. E deve continuar em unidade como até aqui (...). A emancipação dos trabalhadores – escreveram Marx e Engels no Manifesto Comunista – há-se ser obra dos próprios trabalhadores.»¹²⁹

Apesar de este comunicado, como outros, reivindicar o património marxista – a célebre frase de Marx e Engels no *Manifesto do Partido Comunista* que significava que a classe operária devia construir organizações com independência de classe –, a política do PCP não era a de construir organizações autónomas dos trabalhadores, mas de enquadrar as lutas destes nos sindicatos dirigidos pelo PCP, em articulação com o Governo. Neste comunicado, onde o partido apela a formas concretas de resistência aos despedimentos, está expressa essa política: «Que os trabalhadores se recusem em bloco a aceitar os despedimentos. Que os trabalhadores despedidos continuem a apresentar-se ao trabalho. Que nenhum trabalhador ocupe o posto de outro trabalhador despedido (...). Que em cada empresa se formem Comissões de Unidade para conduzir a luta dos trabalhadores para as iniciativas a desenvolver junto dos patrões ou das administrações, para a necessária conjugação do seu movimento reivindicativo com a acção do Sindicato, da Intersindical, do Ministério do Trabalho e do Movimento das Forças Armadas»¹³⁰.

Mas esta orientação da direcção comunista não era mantida sem fortes tensões dentro do PCP. A base do partido sente-se compelida a reagir à campanha de sabotagem económica, de avanço político dos sectores mais reaccionários, e quer também lutar contra a campanha anticomunista que ganha fôlego em Julho e Agosto de 1974, e que antecede a tentativa de golpe de 28 de Setembro. São dois factores que vão obrigar a direcção do PCP a ter uma enorme prudência política. Por um lado, têm de denunciar a campanha de que são alvo, e para isso precisam do apoio e mesmo da mobilização dos seus militantes; querem-se também opor ao avanço das forças sociais mais conservadoras; mas, por outro lado, procuram evitar perder o controle sobre a base, entusiasmada com o processo revolucionário, impaciente com a política que a direita mais conservadora estava a levar a cabo.

¹²⁹ «Na CIM do Cacém os Operários não Podem Cruzar os Braços». In *Avante!*, Série VII, 12 de Julho de 1974, p. 2

¹³⁰ «Recusar os Despedimentos», Comité Regional das Beiras do PCP, 8 de Julho de 1974. In Centro de Documentação 25 de Abril, Fundo de Comunicados e Panfletos/PCP.

Em Julho e Agosto, por vários momentos, o PCP centra-se na crítica aos sectores de direita – de forma mais vigorosa depois do motim dos ex-pides na Penitenciária de Lisboa e depois da repressão à manifestação anticolonial de 14 de Agosto, que fez um morto e vários feridos¹³¹. E mantém uma campanha contra os despedimentos – também nas salinas de Pontes, em Setúbal, Applied, Santo e Assunção, Concilium, entre outras.

À denúncia levada a cabo pela direita de que os comunistas querem expropriar toda a propriedade, o PCP responde organizando vários comícios pelo País onde apoia os pequenos e médios camponeses e também propostas concretas de apoio aos pequenos e médios empresários, que incluem formas de crédito, subsídios, etc. Pedro Soares, num comício em Benavente afirma: «Aqueles que se apropriaram com a ajuda do Governo fascista de milhares de pequenas e médias propriedades acusam hoje o PCP de querer apoderar-se das propriedades dos pequenos e médios camponeses»¹³². Francisco Miguel, na lezíria do Ribatejo, salientando a necessidade da reforma agrária, alerta que os «pequenos e médios camponeses nada têm a recear da reforma agrária»¹³³. Aliás, até esta altura, apesar de a reforma agrária ser um dos pontos programáticos do partido, o PCP nada faz para a colocar em marcha e a política para os assalariados agrícolas não é a de ocuparem terras e se organizarem para tal, mas a de lutarem por justos contratos colectivos de trabalho. As terras, cuja ocupação o PCP nesta altura defende, são os baldios, um movimento que o próprio partido confirma que já tinha começado sem o PCP¹³⁴.

Nenhum partido, por mais centralizado que seja, controla totalmente a sua base. Muito menos num processo revolucionário: a interpretação que sistematicamente acentua o carácter monolítico do PCP é alheia à dinâmica do conflito colectivo do biénio de 1974/75. Álvaro Cunhal dá ao *Avante!* uma entrevista de grande importância, que aqui transcrevemos porque reflecte a pressão que a base do PCP fazia junto dos dirigentes para ter uma política de resposta ao avanço da direita que não passasse por delegar essa luta nas instituições para as quais o PCP a canalizava. Tudo na entrevista¹³⁵ é cuidadosamente escolhido. O *Avante!* «foi a São Bento» entrevistar Álvaro Cunhal, «dirigente político experimentado, ministro sem pasta do I e II Governo Provisórios». O título da entrevista: «Há razões para ter Confiança»:

¹³¹ «Perigos e Confiança». In *Avante!*, Série VII, 23 de Agosto de 1974, p. 1

¹³² «Comício do PCP em Benavente». In *Avante!*, Série VII, 23 de Agosto de 1974, p. 4

¹³³ «Os pequenos e médios camponeses nada têm que recear da reforma agrária». In *Avante!*, Série VII, 16 de Agosto de 1974, p. 4

¹³⁴ «Os baldios devem ser restituídos ao povo». In *Avante!*, Série VII, 30 de Agosto de 1974, p. 5

¹³⁵ «Há razões para ter Confiança». In *Avante!*, Série VII, 9 de Agosto de 1974, p.1.

«Avante!: Todas as pessoas responsáveis referem as dificuldades da economia portuguesa. Há porém quem estranhe essas dificuldades e atribua a responsabilidade por elas à nova situação política resultante do 25 de Abril. Será justa tal apreciação?

(...) – Tem que dizer-se claramente que o Estado não tem recursos para tudo (...). O programa do MFA não indica medidas de fundo que mudem as estruturas do sistema social. Mas indica uma nova política económica inspirada numa estratégia anti monopolista (...).

Avante!: Existe grande expectativa acerca das leis que institucionalizaram as liberdades e direitos fundamentais dos cidadãos: o direito à greve e as liberdades de imprensa, de reunião, de associação e sindical. Que se pode dizer neste momento acerca dos traços fundamentais dessas leis?

– O âmbito das liberdades, embora não tão amplo como entendemos necessário, será suficiente para que como liberdades se considerem. Parecerão inevitavelmente como um retrocesso em relação à situação de facto e sem limites actualmente existente. Mas não ficaremos pior que na maioria dos países de democracia burguesa (...).

Avante!: Qual a política de alianças do PCP na etapa actual de luta pela democracia e pela paz?

– Consideramos de grande importância a unidade com os outros partidos e forças da coligação (...). Não poderemos considerar a unidade com qualquer ou quaisquer partidos ou sectores fora deste sistema de alianças, fundamental na situação política actual (...).

Avante!: O que acaba de ser dito coloca a questão da unidade da esquerda. Já se tem ouvido em alguns comícios a palavra «a esquerda unida jamais será vencida». Que pensa desta consigna?

– Essa consigna é incorrecta e enganadora (...). Da esquerda compreendida nessa consigna, se isolada de outras forças e alianças, não se poderia dizer que «não seria jamais vencida». É quase certo que o seria» (...)»¹³⁶.

Esta entrevista discute quase tudo o que é central para o PCP no seu projecto de construção naquele momento - a política de alianças com sectores da burguesia; a lei da

¹³⁶ «Há razões para ter Confiança». In Avante!, Série VII, 9 de Agosto de 1974, p.1.

greve; a austeridade económica. Partes da entrevista são impressas em forma de panfletos e distribuídas pelas organizações locais e regionais do PCP em todo o país¹³⁷:

O PCP receia as organizações à sua esquerda porque teme a influência que estas podem ter na sua base, uma influência real no seio da classe operária como se viu nos processos de luta dos CTT, e mais tarde da TAP ou da Lisnave. O partido precisa de mobilizar a sua base para derrotar efectivamente os golpes reaccionários – as propostas de Palma Carlos e a manifestação da “maioria silenciosa” –, mas não pode perder o controle dessa mobilização. Este dilema estará presente em todo o processo revolucionário e a forma como o PCP lidou com ele não pode ser isolada da extraordinária capacidade política do seu líder histórico, Álvaro Cunhal.

Entre os muitos exemplos desta mobilização controlada destacamos dois: o Comité Central de 2 de Agosto de 1974 torna público que «A Comissão Política do CC do PCP critica firmemente quaisquer membros do partido que actuem eventualmente de forma indisciplinada sem ter em conta a orientação geral definida pelo partido e as indicações concretas para a sua acção recebidas dos organismos superiores»¹³⁸. Lê-se porém, no mesmo comunicado, que as massas populares não podem «assistir passivamente à ofensiva reaccionária». Mas, «as massas» actuam com serenidade, sem responder «taco a taco». Outro exemplo que ilustra a nossa interpretação é o comunicado sobre o aumento do preço do pão em que o PCP diz que tem feito tudo para «impedir o agravamento dos conflitos sociais, esclarecer acerca de reivindicações irrealistas, evitar a paralisação de centros e serviços fundamentais»¹³⁹, mas por outro lado exige-se que se tomem medidas para impedir o caos económico.

O PCP e a Lei da Greve

Estamos em Agosto de 1974. A direita procura recuperar a iniciativa política. Multiplicam-se, como vimos, os conflitos provocados pela direita; em simultâneo está a ocorrer uma das maiores greves de toda a revolução, a greve da TAP, que ameaça o Governo Provisório; a greve do *Jornal do Comércio* recolhe apoio nacional junto dos

¹³⁷ «Esclarecendo». Extracto da entrevista de Álvaro Cunhal ao Avante!. Edição da Comissão Concelhia das Caldas da Rainha do PCP, Agosto de 1974. In Centro de Documentação 25 de Abril, Fundo de Comunicados e Panfletos/PCP.

¹³⁸ «Nota sobre manobras da Reacção», 2 de Agosto de 1974. In Comunicados do CC do PCP, Abril/Dezembro de 1975. Lisboa, Edição Avante!, 1975, pp. 87-91.

¹³⁹ «Nota sobre o aumento do funcionalismo e o preço do pão», 8 de Julho de 1974. In Comunicados do CC do PCP Lisboa, Abril/Dezembro de 1975. Lisboa: Edição Avante!, 1975, pp. 69-72.

trabalhadores da imprensa e intelectuais. É no meio deste processo que o Governo Provisório faz aprovar a Lei da Greve, que entra em vigor a 27 de Agosto de 1974, uma lei logo considerada pelos sectores mais à esquerda de «anti-operária».

A lei prevê que: 1) Os contratos colectivos não podem ser renegociados antes do fim do prazo, o que significava, num quadro de inflação de dois dígitos, que os salários eram rapidamente engolidos por esta; 2) Proíbe a greve às forças militares e militarizadas, aos bombeiros, às forças policiais e aos magistrados judiciais; 3) Proíbe a «cessação isolada de trabalho por parte do pessoal colocado em sectores estratégicos da empresa, com o fim de desorganizar o processo produtivo» e proíbe a ocupação dos locais de trabalho durante a greve; 4) No seu artigo 6.º proíbe a greve política e de solidariedade «que não interesse à mesma profissão»; 5) Prevê, numa altura em que a maioria dos conflitos laborais eram dirigidos pelas comissões de trabalhadores, que a greve é decidida pelas comissões sindicais e, quando não existem, pode ser decidida pelas assembleias de trabalhadores desde que as decisões das assembleias de trabalhadores sejam submetidas a um escrutínio, tenham mais de 50% dos votos e no escrutínio esteja presente um representante do Ministério do Trabalho; 6) Assegura à entidade patronal o direito de *lock-out*.

É uma lei que surge devido à falta de controlo dos componentes do Governo Provisório, incluindo o PCP e o MFA, sobre a classe trabalhadora. Como afirma Miguel Pérez, na sua tese de mestrado que estuda as comissões de trabalhadores, a lei da greve tinha «alvos claros: não são permitidas as greves de solidariedade nem as ocupações, e qualquer paralisação deve ser precedida por um período de negociações de 30 dias, estabelecendo-se que são os sindicatos os órgãos competentes para a desencadear» (Pérez, 2008:104). Philippe Schmitter fala de uma «séria restrição do direito à greve» (1999: 218).

A lei da greve vai ser publicamente criticada pelo PS e, em resposta, defendida pelo PCP. Vai ser, *de facto*, combatida pelos grevistas da TAP e do *Jornal do Comércio*, que não a cumprem, e declaradamente posta em causa na manifestação dos operários da Lisnave de 12 de Setembro de 1974. O comunicado do Partido Socialista, de 2 de Setembro de 1974, afirma que: «A greve é uma conquista dos trabalhadores (...). O recente decreto-lei sobre a greve e o *lock out* vem regulamentar esse direito duramente conquistado pelos trabalhadores, em termos que o Partido Socialista considera merecedores de crítica. A greve não é simplesmente o reconhecimento de garantias mínimas de defesa dos interesses colectivos dos trabalhadores, mas sim a

aceitação de uma liberdade fundamental e dum meio de pressão imposto ao poder político capitalista e aos patrões pela classe trabalhadora.»¹⁴⁰

O comunicado do PS prossegue dizendo que a lei usa expressões caras ao Estado Novo, como desorganização do processo económico, sabotagem económica, e que uma greve não pode estar dependente dos contratos colectivos. O comunicado do PS e a resposta do PCP vão mostrar o desnorte que tinha provocado no Governo a oposição da classe trabalhadora à lei da greve. Ambos se apercebem, pela situação na TAP, no Jornal do Comércio e na Lisnave – conflitos que têm um efeito de arrastamento sobre outras mobilizações operárias – que a lei que tinham aprovado no Governo havia sido derrotada nas ruas. O PCP multiplica-se em comunicados a defender a lei da greve, a condenar a atitude do PS e ao mesmo tempo a afirmar que a lei da greve foi a lei possível e não a desejável.

Num editorial do *Avante!* intitulado «O Sentido das responsabilidades», o PCP acusa o PS, sem mencionar a sigla do partido, de deslealdade – com razão porque o PS tinha aprovado a lei da greve que agora criticava – e insinua que o PS foi o responsável pela lei da greve (provavelmente esta afirmação é falsa porque o PCP vinha, desde Maio, como vimos, a exigir medidas restritivas da greve, mas já reflecte a necessidade do partido se justificar). O PCP reforça o seu compromisso com todas as medidas do Governo Provisório, em particular esta lei: «A oposição ao Governo Provisório é hoje constituída pelas forças reaccionárias e por grupos esquerdistas que com eles objectivamente cooperam (...). Torna-se por isso difícil de aceitar que as forças democráticas, incluindo partidos da coligação governamental, procedam por vezes como se fossem forças da oposição. Não se pode aceitar, por exemplo, que quem tenha responsabilidades no Governo aí aprove, à porta fechada, certas decisões (ou as proponha mesmo por sua iniciativa) para logo depois, cá fora, veementemente, as atacar diante da opinião pública. Isso sucedeu recentemente no que respeita ao direito à greve e é bom que não se repita mais. O PCP, pela sua parte, tem uma mesma política no Governo e na rua.»¹⁴¹

O PS responde afirmando que o comunicado do PCP deturpou o que se passou no Conselho de Ministros – que o PS não diz o que foi, lembrando a «natureza

¹⁴⁰«A Regulamentação da Greve e a Posição do PS», Comunicado da Comissão Política do Partido Socialista, 2 de Setembro de 1974. In *Comunicados do Partido Socialista entre o 25 de Abril e o 1º Governo Constitucional*, Fundação Mário Soares.

¹⁴¹«O Sentido das Responsabilidades». In *Avante!*, Série VII, 6 de Setembro de 1974, p. 2.

reservada» da discussão do Governo. O comunicado¹⁴² deixa claro que o PS teve de tomar uma posição pública contra a lei da greve por pressão interna das suas tendências: «o nosso partido, como organização democrática, não pode deixar de traduzir os resultados dos debates internos que nele se travam, mormente no que respeita aos interesses e direitos fundamentais da classe operária»¹⁴³. Esta posição do PS reflecte a luta de tendências dentro do partido, que chegou a ter um sector trotskista dirigido por Aires Rodrigues, que foi membro do Secretariado Nacional e da Comissão do Trabalho e deputado, e conquistou mais de 25% do Congresso do PS.

O partido faz nesse mesmo *Avante!* o balanço da actividade do II Governo Provisório, reivindicando que coube ao Governo tomar medidas no «sentido de instituir as liberdades e os direitos fundamentais dos cidadãos – o direito à greve, à liberdade de imprensa, de reunião, organização e sindical»¹⁴⁴. Essas liberdades, instituídas pelo Governo Provisório em Agosto de 1974, foram conquistadas a partir de 25 de Abril de 1974. Menos de uma semana depois do golpe militar que derrubou a ditadura, os trabalhadores e populares reuniam-se, manifestavam-se, faziam greves e publicava-se *sem qualquer entrave estatal*. As leis do Governo, pelo contrário, restringem o âmbito dessas liberdades. Neste balanço, o PCP omite que essas liberdades estavam a ser postas em causa não só pelas leis aprovadas mas pela política do Governo Provisório que militarizou os trabalhadores da TAP, impedindo e cerceando o seu direito de reunião e de greve; e opôs-se à greve do Jornal do Comércio, uma batalha pela liberdade de imprensa que visava destituir o administrador pró-Estado Novo Carlos Machado, que impusera uma orientação reaccionária nos jornais do grupo.

TAP, LISNAVE e Jornal do Comércio

A greve da TAP (Transportes Aéreos Portugueses) é emblemática. É uma luta num sector chave da economia, que vai ser reprimida pelas armas, por um Governo onde estavam o PS e o PCP.

¹⁴² «Sobre um editorial do *Avante!*», Comunicado da Comissão Política do Partido Socialista, 7 de Setembro de 1974. In *Comunicados do Partido Socialista entre o 25 de Abril e o 1º Governo Constitucional*, Fundação Mário Soares.

¹⁴³ «Sobre um editorial do *Avante!*», Comunicado da Comissão Política do Partido Socialista, 7 de Setembro de 1974. In *Comunicados do Partido Socialista entre o 25 de Abril e o 1º Governo Constitucional*, Fundação Mário Soares.

¹⁴⁴ «Um Mês de Intensa Actividade do Governo Provisório». In *Avante!*, Série VII, 6 de Setembro de 1974, p. 2.

Ao contrário de tantos outros processos de luta da revolução, temos sobre o conflito social da TAP uma amplíssima documentação, reunida sobretudo no trabalho *As Lutas Sociais nas Empresas* (1976).

No dia 2 de Maio de 1974 a comissão sindical da TAP apresentou um documento à Junta de Salvação Nacional onde fazia uma série de reivindicações salariais, saneamentos e de organização da empresa que apontavam para a autogestão e a readmissão de todos os despedidos sem justa causa. Na tentativa de conciliar os interesses das partes em conflito, cria-se uma Comissão Administrativa (CA) composta por 3 representantes dos trabalhadores e 3 militares da Junta de Salvação Nacional, presidida pelo coronel Moura Pinto. A luta dos trabalhadores da TAP intensifica-se e a CA é incapaz de controlar o conflito; pelo contrário, quando se demite, a 16 de Julho, faz um comunicado onde afirma que os trabalhadores da TAP estão divididos em dois grandes grupos: os irresponsáveis e os medíocres, em que os primeiros querem enveredar pelo caminho da destruição e o outro grupo, «mais numeroso, formado pelos trabalhadores que, de forma passiva, pusilânime e indiferente, assistem apaticamente à própria destruição»¹⁴⁵. Não se pode dizer, por este comunicado, que o coronel Moura Pinto tivesse grande capacidade táctica ou que a Junta de Salvação Nacional estivesse em condições de dirigir os processos de conflito social nas empresas.

No dia 25 de Julho os Comités Operários de Base (COB) lançam um comunicado onde questionam a autogestão da empresa – numa empresa capitalista não há conciliação possível de interesses de classe antagónicos, argumentam – e elaboram um documento que aponta para a greve em Agosto, para que se façam os saneamentos, para que prossiga a negociação do ACT e a proibição dos despedimentos sem justa causa. Os comunicados da COB são extremamente politizados e reflectem um elevado grau de consciência de classe: «Não nos deixaremos intimidar por manobras que tentem levar-nos a desistir da nossa luta, nomeadamente por aqueles que agitam o espantallo do caos económico. O caos económico foi o que sempre existiu e continua a existir. O caos económico é a produção não estar orientada para a satisfação das necessidades da maioria e estar orientada para o lucro máximo de uma minoria. Isso é que é o caos económico e esse caos só acabará quando a nossa luta atingir a vitória final, o capitalismo for derrubado e passemos a estar nós trabalhadores a controlar toda a

¹⁴⁵ «Comunicado do CA n.º 28», CA da TAP, 16 de Julho de 1974. In SANTOS, Maria de Lurdes *et al*, *O 25 de Abril e as Lutas Sociais nas Empresas*. Porto: Afrontamento, 1977, 3º volume, p. 125.

sociedade no sentido de atingir uma sociedade sem classes, sem exploradores nem explorados.»¹⁴⁶

Alegando que os trabalhadores da Divisão de Manutenção e Engenharia (DME) decidiram de forma unilateral o horário de 40 horas semanais, a CA rompe as negociações do ACT a 14 de Agosto. Os trabalhadores da DME concentram-se no dia 19 de Agosto em frente do edifício da administração, onde exigem revisão salarial (excluindo salários superiores a 16 000\$00), abertura de um posto médico, repartição equitativa da parte dos lucros dos trabalhadores, aplicação do ACT, fim dos despedimentos sem justa causa. Juntam-se a eles os trabalhadores administrativos, que o fazem contra a direcção sindical, e o pessoal de abastecimento.

No dia 26 de Agosto, data limite que os trabalhadores tinham dado à empresa para atender as reivindicações, os trabalhadores da DME entram em greve. No mesmo dia, Costa Martins, ministro do Trabalho, acompanhado de Daniel Cabrita, ex-dirigente dos bancários e da Intersindical, e Carlos Carvalhas, do PCP, vão ao aeroporto da Portela (Lisboa) tentar convencer os trabalhadores a desmobilizar a greve. Na madrugada de dia 27, as tropas do COPCON, comandadas por Jaime Neves, ocupam as instalações e, dia 28, os trabalhadores são enquadrados, como anunciou Otelo Saraiva de Carvalho, no Regulamento de Disciplina Militar. Só a DME da TAP se mantém em apoio da greve.

Os trabalhadores da TAP estavam influenciados por vários partidos políticos que aí tinham células ou alguma influência: PS, PCP, MES, MRPP e PRP. A destruição do processo grevista pelas tropas enviadas pelo Governo Provisório é apoiada pelo PS e pelo PCP. Em comunicados da Comissão Política do PCP e também da célula do PCP da TAP, os comunistas afirmam a sua oposição à greve, que consideram minoritária, provocada por «esquerdistas» e responsável por bloquear a ponte aérea Lisboa-Bissau: «O regresso dos soldados deve ser apressado (...). Impedir ou dificultar a ponte aérea que deve trazer rapidamente para a pátria esses militares – e que a greve actual da TAP imposta ao conjunto dos trabalhadores por uma minoria esquerdizante pode comprometer – seria uma coisa que certamente o nosso povo não compreenderia e

¹⁴⁶ «Só Lutando Venceremos – TAP: Lições dos últimos três meses e Novas Perspectivas para a Nossa Luta», COB da TAP, 25 de Julho de 1974. In SANTOS, Maria de Lurdes *et al*, *O 25 de Abril e as Lutas Sociais nas Empresas*. Porto: Afrontamento, 1977, 3.º volume, p. 125.

condenaria.»¹⁴⁷. Noutro texto o PCP escreve: «Uma situação de greve na TAP só servirá neste momento às forças reaccionárias, pois que paralisando a única companhia aérea do país numa fase em que a sua situação político-económica é difícil, seria uma nítida sabotagem ao processo de democratização em curso»¹⁴⁸. Com este argumento, procurava-se o apoio junto da população que desejava o regresso dos soldados da Guiné – era, porém, uma informação falsa¹⁴⁹, prontamente denunciada pelos trabalhadores da TAP.

No dia 17 de Setembro, um plenário de trabalhadores ameaça com a paralisação total se as forças militares não fossem retiradas do aeroporto e o caderno reivindicativo atendido. O Governo responde despedindo 200 trabalhadores – ao abrigo do RDM – e chama mesmo 7 trabalhadores a deporem para averiguação junto das autoridades militares. No *Avante!* de 27 de Setembro de 1974 o PCP faz um balanço da luta na TAP onde considera o plenário que convocou a greve ilegítimo, e o processo de luta, «provocatório». Denuncia os trabalhadores da DME como um grupo provocador que teve a ousadia de propor um caderno reivindicativo que passava o horário de trabalho de 44 para 40 horas semanais e, para além destas reivindicações, ainda juntou a exigência de retirada das tropas do aeroporto, «procurando motivos de conflito com o Governo Provisório e as Forças Armadas». O comunicado prossegue denunciando que os trabalhadores da TAP, tal como a «reação», querem semear o caos económico, impedir a democracia, lutar contra as Forças Armadas e o Governo Provisório¹⁵⁰.

A greve na TAP vai normalizar-se, não porque os trabalhadores tenham desistido da luta, mas porque um golpe de direita está em marcha e o PCP, bem como o resto dos membros do Governo que se opunham ao sector spinolista, precisam dos trabalhadores da TAP. Vão precisar deles e mobilizar todos os trabalhadores que podem e conseguem contra a «maioria silenciosa», uma tentativa de golpe de estado do general António de Spínola derrotada por uma extraordinária mobilização de massas, do PCP, do MFA, do PS, e de todos os partidos da extrema-esquerda.

¹⁴⁷ «Comunicado sobre o Reconhecimento da Independência da República da Guiné-Bissau», 27 de Agosto de 1974. In Documentos Políticos do PCP, Abril/Dezembro de 1974. Lisboa: Avante!, 1975, p. 105.

¹⁴⁸ A Célula da TAP do PCP, 25 de Agosto de 1974 reproduzido In *Avante!*, Série VII, 30 de Agosto de 1974, p. 1.

¹⁴⁹ TAP – *Comunicado à população* (comunicado dos trabalhadores em greve, depois de 28-9-1974). CD 25 de Abril, U. de Coimbra. Citado em PEREZ, Miguel, 2008:117.

¹⁵⁰ «A Situação na TAP». In *Avante!*, Série VII, 27 de Setembro de 1974, pp. 1 e 2.

Logo no início de Outubro, o Destacamento Militar da TAP é dissolvido e quase todos os trabalhadores despedidos – o número tinha subido quase para 400 – são readmitidos.

Outra das lutas emblemáticas que antecede o 28 de Setembro de 1974 dá-se no sector da imprensa, a partir de um conflito no Jornal do Comércio. Os trabalhadores do Jornal do Comércio vão mobilizar-se pela demissão de Carlos Machado, representante do grupo económico Borges & Irmão, que controlava o Diário Popular, o Record, a Mabor, a Icesa, o Comércio do Porto, entre outras empresas. É uma luta pela liberdade de imprensa e contra a concentração monopolista, portanto uma luta democrática (que faz parte dos eixos programáticos do PCP), mas a que o PCP se opõe desde o início.

No dia 22 de Agosto de 1974 os trabalhadores do Jornal do Comércio – três centenas – entram em greve e ocupam as instalações da empresa exigindo a demissão de Carlos Machado e a equiparação salarial com os trabalhadores do Diário Popular. Exigem liberdade de imprensa e acusam o jornal de ter uma linha política de extrema-direita e de obrigar os trabalhadores a seguir essa linha. Perante a recusa da administração em negociar, os trabalhadores mantêm a greve e decidem publicar um jornal de greve. O Governo responde novamente pelas armas. Na noite de 26 para 27 de Agosto, a Polícia de Segurança Pública (PSP) e uma bateria do RAL 1 (Regimento de Artilharia Ligeira 1) cercam as instalações e, no dia 28, desocupam-nas e selam-nas para impedir a continuação da saída do jornal de greve.

O caso vai gerar uma onda de solidariedade de toda a imprensa: no dia 29, o Sindicato dos Jornalistas solidariza-se com o protesto; a 3 de Setembro uma assembleia convocada pelo sindicato e pelos sindicatos de artes gráficas, revisores de imprensa e vendedores de jornais e lotaria convoca uma greve nacional de 24 horas. No dia 4, só dois jornais se vendem, *O Século* e o *Diário de Lisboa*. O último, próximo do PCP, escreve em editorial apoiar o saneamento mas considera a greve uma provocação que «serve a reacção» (Pérez, 2008:106).

A greve do Jornal do Comércio terá a tenaz oposição do PCP. A célula dos gráficos de Lisboa do PCP lança um comunicado¹⁵¹ onde afirma, repetindo o esquema acusatório do PCP face a outros sectores operários em luta, que os trabalhadores estão a transformar-se num «joguete da reacção» e que a greve de solidariedade gerou um problema nacional porque põe em causa a aliança Povo/MFA e a democratização do

¹⁵¹ Comunicados Sobre a Greve da Imprensa Diária», Célula dos Gráficos do PCP, 4 de Setembro de 1974. In *Avante!*, Série VII, 6 de Setembro de 1974, p.2.

País. O comunicado afirma que a greve é desproporcionada aos «objectivos da luta» e não foram esgotadas outras formas de luta «menores». O PCP tira ainda uma lição deste processo, que diz respeito ao carácter dos saneamentos: «Os processos de saneamento das empresas privadas têm de ser encarados pelos trabalhadores com extrema atenção.» Não há relação de forças que permita sanear totalmente o patronato, conclui o documento.

Os trabalhadores não parecem convencidos disso. Nas oficinas de *O Setubalense* é impresso *A Greve no Jornal do Comércio*, onde se denuncia que a política do PCP não é a de promover os saneamentos em nome do controle operário mas em nome da construção do próprio PCP e da ocupação de lugares por quadros ou homens fiéis ao Partido Comunista: «O que ao PCP interessa, como A TODOS OS PARTIDOS HIERARQUIZADOS E DE CÚPULAS, É LEGALMENTE CONSTITUIR-SE EM EMPRESA QUE NO MOMENTO OPORTUNO DISTRIBUIRÁ OS LUGARES DO PODER AOS SEUS COMITÉS E CHEFES DE SERVIÇO»¹⁵². A acusação tem fundamento porque o PCP, de facto, opõe-se aos saneamentos quando estes implicam a organização e iniciativa autónoma dos trabalhadores e defende-os quando eles são feitos administrativamente sob a alçada das instituições em que o PCP participa, nomeadamente o Governo.

A greve do Jornal do Comércio, que durou 46 dias, prosseguiu. A 28 de Setembro, Carlos Machado é preso por ter participado no falhado golpe spinolista.

A luta dos operários da Lisnave, que se transforma também num combate contra a lei da greve, vai provocar um dos momentos políticos mais difíceis ao PCP. Tal como a TAP, os estaleiros navais da Lisnave eram economicamente estratégicos para o País. Mas são também uma empresa de indústria pesada, situada na Margem Sul do Tejo, bastião operário onde o PCP tinha muita influência.

Em 1937, o grupo CUF, o mais influente grupo económico do Estado Novo, funda os Estaleiros da Rocha, na margem norte do rio Tejo. Na década de 1960 novos estaleiros são construídos na margem sul do Tejo, na Margueira. Baptizados de Lisnave, Estaleiros Navais de Lisboa, pensados para navios de grande porte, tornam-se na maior concentração operária de Portugal, sobretudo depois do fecho do canal do Suez, que aumentou exponencialmente a reparação naval na Lisnave. Um novo estaleiro será ainda inaugurado em 1973, na Mitrena, em Setúbal – Setenave, Estaleiros Navais de

¹⁵² «Prefácio». *A Greve no Jornal do Comércio*. Trabalhadores da empresa do Jornal do Comércio, 12 de Setembro de 1974, cit. por PÈREZ, Miguel, 2008:107.(Maiúsculas no original)

Setúbal. Em 1974-75 a Lisnave tem perto de 8000 operários e a dinâmica de conflito que se cria na empresa, é a vários níveis excepcional: o conflito industrial converte-se rapidamente num conflito político que tem como alvo a administração e o Governo; a Lisnave tem um efeito de arrastamento sobre os outros conflitos sociais da cintura industrial de Lisboa e, em alguns casos, partem desta empresa, formas de solidariedade com outras empresas.

Logo a seguir ao 25 de Abril de 1974 os trabalhadores organizam-se para exigir melhores condições de trabalho e, sobretudo, o saneamento da administração, fortemente ligada à repressão violenta à greve de 1969. Havia um facto moral óbvio envolvido no conflito que era o desejo de fazer justiça aos trabalhadores perseguidos no passado. Uma figura em particular, o administrador delegado Eng. Perestrello, era acusado pelos trabalhadores de ter divulgado listas de grevistas à polícia política, a PIDE-DGS. A primeira greve da Lisnave tem lugar em Maio de 1974, mas a luta arrasta-se e radicaliza-se pelo Verão de 1974 e vai rebentar justamente entre o fim de Agosto e o início de Setembro de 1974, um pico de greves que têm um impacto nacional e colocam sérias dificuldades ao Governo, fazendo lembrar a situação do fim de Maio, início de Junho de 1974. Ainda não refeito da crise que levou à queda do I Governo, o II Governo enfrenta-se de novo com os trabalhadores, tendo como epicentro a lei da greve, que entra a em vigor a 27 de Agosto.

No dia 7 de Setembro um plenário com 2 mil trabalhadores ratifica a decisão de convocar uma manifestação que levava os metalúrgicos da Lisnave para o centro da cidade de Lisboa, até ao Ministério do Trabalho, na Praça de Londres. Os trabalhadores da Lisnave exigem o saneamento da administração, recusam a lei da greve (que chamam nos comunicados de «lei anti-greve») e pedem a adesão de outros trabalhadores da Efacec, CTT, TAP (apenas alguns trabalhadores destas empresas, dispersos, participam).

O PCP distribui a 11 de Setembro um comunicado onde alega que os trabalhadores não agiram livremente, foram levados a posições irreflectidas por «grupos», e opõe-se à manifestação por considerar que ela constitui uma «manifestação de hostilidade ao Governo e de desrespeito à ordem democrática»¹⁵³. O PCP mostrava-se incomodado com o carácter anti-governo da manifestação. Fátima

¹⁵³ «Aos Trabalhadores da Lisnave», Comunicado da Célula do PCP da Lisnave, 11 de Setembro de 1974. In SANTOS, Maria de Lurdes *et al.* *O 25 de Abril e as Lutas Sociais nas Empresas*. Porto: Afrontamento, 1977, p. 108.

Patriarca (1978), que estudou este processo de luta, defende que o comunicado não é bem visto na Margueira e que os trabalhadores do PCP, mesmo os que não foram favoráveis à manifestação, não se posicionam contra ela¹⁵⁴ e participam mesmo na manifestação. A investigadora cita ainda testemunhos de operários que rasgam o comunicado do PCP quando o recebem¹⁵⁵.

O Governo, através do Ministério da Administração Interna, ilegaliza a manifestação nesse mesmo dia 11, temendo o alastramento da luta a outras empresas. Pela manhã de dia 12 uma delegação do MFA vai à Margueira para convencer os operários a adiarem a manifestação para um Sábado. Em vão. Como lembra Fátima Patriarca, os operários tinham evoluído de uma posição dialogante para uma posição de força, em que as reivindicações não eram discutidas: a manifestação iria ter lugar e seria um acto de força contra o poder. No dia 12 de Setembro, os operários, reunidos no interior do estaleiro, ratificam, apenas com 25 votos contra, a manifestação. Lá fora, as forças do COPCON cercam, com grande aparato militar, o estaleiro.

O PCP, nas palavras de Miguel Pérez, «sofre um verdadeiro revés político: os trabalhadores de uma das maiores empresas do país, de forte composição operária e com tradições de luta, recusam a sua estratégia política e aplicam uma linha mais radical» (Pérez, 2008:127).

Contra o PCP, o Governo, a lei «anti-greve», mas também contra o COPCON – o oficial destacado para ir ao interior do estaleiro é vaiado pelos trabalhadores. Contra o imponente aparato militar de uma tropa de elite, os fuzileiros, a manifestação sai às 17.20 (estava prevista para as 15 horas) e cumpre o trajecto. Em entrevista ao jornal *Revolução*, citado por Fátima Patriarca, um operário conta como o aparato repressivo do Governo é incapaz de actuar: «Às 5 e 20 da tarde partimos em manifestação e a meio do estaleiro deparámos com a companhia de fuzileiros e três chaimites, que nos barraram o caminho. Parámos aí e começámos a gritar: “Os soldados são filhos do povo” (...). Nesse momento houve fuzileiros que começaram a chorar e o comandante, perante isto, mandou abrir passagem.»¹⁵⁶

Aberta a passagem, seguiram-se 6 horas de manifestação que incluíram atravessar a imponente ponte sobre o rio Tejo a pé, percorrer as principais avenidas de

¹⁵⁴ PATRIARCA, Maria de Fátima. «Operários Portugueses na Revolução: a Manifestação dos Operários da Lisnave de 12 de Setembro de 1974». In *Análise Social*. Lisboa: ICS, Vol XIV, 1978-4, pp. 702.

¹⁵⁵ PATRIARCA, Maria de Fátima. «Operários Portugueses na Revolução: a Manifestação dos Operários da Lisnave de 12 de Setembro de 1974». In *Análise Social*. Lisboa: ICS, Vol XIV, 1978-4, pp. 702.

¹⁵⁶ PATRIARCA, Maria de Fátima. «Operários Portugueses na Revolução: a Manifestação dos Operários da Lisnave de 12 de Setembro de 1974». In *Análise Social*. Lisboa: ICS, Vol XIV, 1978-4, pp. 722.

Lisboa, uma pausa para um minuto de silêncio em solidariedade com o Chile e uma paragem no Ministério do Trabalho.

Eram estes momentos que faziam tremer a política de «revolução democrática e nacional». O comunicado dos trabalhadores, distribuído à população, é um exemplo do transcrescimento da revolução democrática em socialista. Nas palavras de Fátima Patriarca, «a luta pelo saneamento ultrapassa o seu carácter antifascista, para agora ser definida igualmente em termos anticapitalistas»¹⁵⁷. Vejamos excertos do comunicado dos operários da Lisnave à população, distribuído durante a manifestação: «Ao travar esta luta política que é o saneamento toma consciência de que não estão só a lutar pelo derrube das estruturas fascistas dentro da Lisnave como contra toda a burguesia exploradora (...) Recordamos todos os comunicados da administração, autênticos monumentos de provocação à inteligência dos operários, disfarçados de “Justiça”, “Compreensão”, “Caos Económico”, “Economia Nacional” (...) Onde há iniciativa e luta organizada das classes oprimidas a reacção recua (...) Que não estamos com o Governo, quando promulga leis anti-operárias, restritivas à luta dos trabalhadores contra a exploração capitalista. Que lutaremos activamente contra a «lei da greve» porque é um golpe profundo nas liberdades dos trabalhadores. Que repudiamos o direito que os patrões têm de colocar na miséria milhares de trabalhadores porque a lei do *lock-out* é uma lei contra os operários e de protecção aos capitalistas»¹⁵⁸.

As posições dos trabalhadores da Lisnave aparecem nos jornais, mas estes dão bastante mais destaque à posição do PCP e dos membros do Governo (o PS apela à contenção, mas afirma que se a manifestação é decidida pela maioria vai acatar a decisão¹⁵⁹).

No dia 7 de Outubro de 1974 o administrador-delegado, Eng.º Perestrello, apresenta a sua demissão.

A política do PCP no golpe spinoquista de 28 de Setembro de 1974

¹⁵⁷ PATRIARCA, Maria de Fátima. «Operários Portugueses na Revolução: a Manifestação dos Operários da Lisnave de 12 de Setembro de 1974». In *Análise Social*. Lisboa: ICS, Vol XIV, 1978.-4, pp. 709.

¹⁵⁸ «Dos Operários da Lisnave à População», Comunicado dos Trabalhadores da Lisnave, 11 de Setembro de 1974. In SANTOS, Maria de. *O 25 de Abril e as Lutas Sociais nas Empresas*. Porto: Afrontamento, 1977, p. 110-112.

¹⁵⁹ «Comunicado aos Trabalhadores». Núcleo do Partido Socialista da Lisnave. In SANTOS, Maria de. *O 25 de Abril e as Lutas Sociais nas Empresas*. Porto: Afrontamento, 1977, p. 109-110.

História da Política do PCP na Revolução (1974-75)

«(...) Numa tal situação é pelo menos estranho que alguém aponte e saliente, e que insinue que a ameaça às liberdades viria não da reacção de direita (única força que as ameaça) mas de um suposta ameaça de uma 'ditadura totalitária' de esquerda.¹⁶⁰»

A Derrota da Conspiração Reaccionária. Cadernos do PCP, 1974.

No dia 28 de Setembro de 1974 há uma tentativa de golpe de estado dirigida por António de Spínola em nome de um amplo sector social que incluía grupos económicos ligados às colónias que queriam uma solução federalista pró-ocidental, sectores do campesinato do Norte de Portugal influenciados pela Igreja e grandes agrários do Sul do país. A ALA, Associação Livre de Agricultores, uma organização de latifundiários, convoca também uma manifestação para dia 28 em Lisboa. O golpe era a tentativa de um sector da burguesia de pôr fim à revolução através de solução de força, mas que se revela precipitada por ter reunido escassa base social. No quadro das lutas sociais de Agosto, da radicalização das fábricas contra o Governo e o MFA, com o aumento dos despedimentos (e formas sabotagem económica), e já depois da lei que reconhecia a independência das colónias (Maxwell, 1995:119), esse sector «spinolista» avança para um golpe de estado que tem contra si uma extraordinária mobilização popular, em que o PCP teve um papel determinante, junto com o MFA.

No dia 10 de Setembro de 1974, António de Spínola fala na ameaça de um perigo totalitário (Maxwell, 1995:99). É um discurso que se enquadra numa vasta campanha anticomunista, que opunha a actuação do PCP à consolidação democrática. O PCP defende-se não só dos ataques anticomunistas como prepara a mobilização contra Spínola. Em 13 de Setembro de 1974, o PCP convoca uma manifestação que terá tido cerca de 15 000 pessoas, para condenar o «motim reaccionário de Lourenço Marques»¹⁶¹. No mesmo dia o editorial do *Avante!* Tem como título «Perigo à Direita». É o primeiro editorial do *Avante!* desde o 25 de Abril de 1974 que explicitamente defende que o perigo para a revolução vem da contra-revolução, da direita. Até aí para o PCP o perigo vinha daquilo que o partido designa como «reacção», uma fórmula eclética que deveria incluir a alta finança e os esquerdistas. Outra novidade deste editorial é que é dirigido para ganhar o apoio dos sectores democráticos mas também, e pela primeira vez, da extrema-esquerda. Apesar de considerar que são lutas como a da

¹⁶⁰ «Perigo à Direita». In *A Derrota da Conspiração Reaccionária*. Cadernos do PCP 1. Lisboa: Edições Avante!, 1974, p. 44.

¹⁶¹ «Perigo à Direita». In *A Derrota da Conspiração Reaccionária*. Cadernos do PCP 1. Lisboa: Edições Avante!, 1974, p. 44.

TAP e a da Lisnave que «provocam a reacção»¹⁶², o comunicado tenta acalmar os sectores operários críticos, amenizando o impacto de leis como a da greve: «Impõe-se a cada momento saber distinguir o amigo e o aliado do inimigo que combate a democratização e a descolonização. E sempre e sempre, olhar vigilantemente à direita, de onde vem o real perigo (...) Sem dúvida que nem a lei da greve e do «lock-out», nem a relativa ao direito de reunião satisfazem plenamente os trabalhadores e os democratas. Mas, no seu todo, dão largas e segura margem ao exercício de direitos e liberdades de que o povo esteve privado longos anos (...) Numa tal situação é pelo menos estranho que alguém aponte e saliente, e que insinue que a ameaça às liberdades viria não da reacção de direita (única força que as ameaça) mas de um suposta ameaça de uma «ditadura totalitária» de esquerda¹⁶³.

A manifestação da «maioria silenciosa» é convocada em cartazes por todo o País. O PCP assinala a cumplicidade de Spínola, a distribuição de panfletos por avião a convocar a manifestação, a marcha de tractores convocada pela ALA para Lisboa, a participação na manifestação dos Partidos Liberal e do Progresso (organizados por figuras ligadas ao anterior regime) e a cumplicidade dos jornais conservadores. Perante isto, o partido coloca em movimento um esquema de mobilização como nunca tinha feito até aí: são distribuídos milhares de comunicados, alguns com matrículas dos carros a reter¹⁶⁴, chama-se toda a população para erguer barricadas na entrada das cidades, a boicotar os transportes que levariam os manifestantes a Lisboa. O comunicado da Comissão Política de 27 de Setembro de 1974¹⁶⁵ não se limita a exigir ao Governo Provisório e ao MFA que actuem contra o golpe, apela à mobilização popular, descrevendo pormenorizadamente tudo aquilo que os militantes deviam fazer para boicotar a manifestação. Os acontecimentos sucedem-se a um ritmo impressionante. Há quatro comunicados da Comissão Política do CC do PCP em três dias apenas.

A tentativa de golpe será derrotada no próprio dia, numa generalizada mobilização pelo país. É tempo de balanço: «O Comité Central do Partido Comunista Português felicita vivamente todas as organizações e membros do partido que tomaram nas suas mãos a iniciativa da luta para impedir a manifestação contra-revolucionária.

¹⁶² «Perigo à Direita». In *A Derrota da Conspiração Reaccionária*. Cadernos do PCP 1. Lisboa: Edições Avante!, 1974, p. 46.

¹⁶³ «Perigo à Direita». In *A Derrota da Conspiração Reaccionária*. Cadernos do PCP 1. Lisboa: Edições Avante!, 1974, pp. 41-47.

¹⁶⁴ Ver comunicados de Agosto de 1975. In Centro de Documentação 25 de Abril, Fundo de Comunicados e Panfletos/PCP.

¹⁶⁵ «Não à Manifestação Contra-revolucionária». In *A Derrota da Conspiração Reaccionária*. Cadernos do PCP 1. Lisboa: Edições Avante, 1974, p. 59-63.

(...) As massas populares deram nova demonstração da sua consciência política, combatividade, firmeza de espírito organizativo e criador. O estabelecimento de barragens nas estadas e a sua grande eficiência (...)»¹⁶⁶.

O partido exige a prisão e responsabilização dos responsáveis pelo golpe (não indicam, porém, nomes como o vão fazer a 11 de Março); defende que, apesar de querer evitar a demissão de Spínola, é impossível porque o general estava implicado nos acontecimentos de 28 de Setembro. Os comunicados da Comissão Política sustentam que a lição a tirar do golpe mostrou que a consolidação democrática passa pela aliança POVO-MFA. O partido apoia nesse mesmo dia 30 de Setembro uma manifestação em frente a São Bento de apoio «ao MFA, ao Governo Provisório e ao novo Presidente da República, senhor General Costa Gomes»¹⁶⁷. Exige-se para «seguir em frente» o avanço dos saneamentos do aparelho de Estado e a aprovação de um plano de estabilização económica¹⁶⁸.

A política frentista leva, nestes momentos de maior tensão, a contradições na política oficial do partido. O mesmo comunicado que afirma que o general Spínola teve «nos primeiros meses um papel positivo» diz que «desde o 25 de Abril nunca o general se conformara com a existência de um Governo democrático, de um povo exercendo as liberdades»¹⁶⁹. Como escrevemos anteriormente, o PCP evitou fazer qualquer declaração ou acusação pública a Spínola, mesmo em Julho, quando da queda de Palma Carlos, mas, perante a evidência pública do papel de Spínola no 28 de Setembro, denuncia o general. Depois da manifestação da «maioria silenciosa», que é boicotada pela população, cancelada pelo COPCON, Spínola é obrigado a demitir-se e muitos elementos ligados à organização da manifestação, mas não Spínola, são presos pelo MFA.

Quando o golpe é abortado o PCP defende que a derrota foi fruto da «Aliança Povo-MFA». Em jeito de balanço, o partido volta a afirmar que uma «inexplicável agudização dos conflitos sociais»¹⁷⁰ como o da TAP e o *lock out* nos transportes rodoviários provocaram o 28 de Setembro, mas que o «o povo português e as Forças

¹⁶⁶ «Comunicado sobre a derrota da conspiração reaccionária». In *Comunicados do Comité Central do PCP*. Abril/Dezembro de 1974. Lisboa: Edições Avante!, 1975, p. 125.

¹⁶⁷ «Manifestação em São Bento». In *A Derrota da Conspiração Reaccionária*. Cadernos do PCP 1. Lisboa: Edições Avante, 1974, p. 77.

¹⁶⁸ In *A Derrota da Conspiração Reaccionária*. Cadernos do PCP 1. Lisboa: Edições Avante, 1974, p. 79-86.

¹⁶⁹ *Idem*, p. 84.

¹⁷⁰ *Idem*, p. 80.

Armadas, aliados, estão em condições de defender o presente e assegurar o futuro»¹⁷¹; que «Desta prova saem robustecidas as forças populares e o MFA»¹⁷² e ainda que «A garantia da vitória definitiva das forças democráticas é a sua crescente unidade, é o reforço e o alargamento do movimento popular de massas, é a aliança cada vez mais sólida com o MFA»¹⁷³.

Uma das formas de convencer a população a confiar no MFA, enquanto instituição estabilizadora do Estado, era dar uma aura revolucionária aos militares que tinham feito o golpe de estado de 25 de Abril, uma tarefa imensamente facilitada pelo prestígio de terem derrubado o regime de ditadura.

Mas o golpe e a revolução distinguem-se. A coincidência entre revolução e golpe tem sido um desafio mas também uma armadilha para os historiadores. Revolução não é um golpe feito por militares. A característica essencial de uma revolução – que a distingue de outros processos de transformação histórica – é a irrupção das massas (da classe trabalhadora, dos populares, dos sectores intermédios da população) no processo histórico. Junta-se a este dado a existência de uma crise na classe dominante e a atracção, da pequena burguesia empobrecida/proletarizada ou em risco de o ser, pelas ideias e métodos de luta da classe trabalhadora. Procurámos sustentar teoricamente, no início deste trabalho, que em história devem distinguir-se sujeitos sociais de sujeitos representativos. O MFA é um sujeito representativo, não é um sujeito social, uma classe ou uma fracção desta; o MFA é um candidato, bem posicionado, porque tem o prestígio de ter feito o golpe contra a ditadura, para dirigir o processo revolucionário, a par de outras direcções, ou candidatos a direcções, como o PCP e o PS. O grau de autonomia *objectiva* do MFA face aos partidos está por esclarecer. Mas os partidos e movimentos que tentam dirigir estes processos – e muitas vezes, sobretudo numa situação revolucionária, são determinantes para o resultado final – não são eles próprios os processos. Revolução não é uma quartelada, mesmo quando existem direcções militares à sua frente que avancem até à expropriação da propriedade privada, como aconteceu com o Exército Popular chinês de Mao em 1949 e com a guerrilha cubana em 1959. O MFA não é um exército popular, mas um grupo da oficialidade intermédia, portanto oriundo da pequena burguesia, que é uma parcela do Exército Português, do Exército do Estado Português – um Estado em crise, mas cuja natureza de classe não tinha sido

¹⁷¹ Idem, p. 86.

¹⁷² Idem, p. 74.

¹⁷³ Idem, p.71.

alterada. O MFA, junto com a coligação governamental, tem um papel na consolidação das liberdades democráticas (mas também, quando necessário, na repressão a algumas lutas operárias), de oposição aos sectores mais conotados com o regime do Estado Novo, mas também, quando chamado a isso, de contenção das lutas laborais mais radicalizadas. Nas palavras de Schmitter, a unidade do MFA com o povo era «a pedra angular da sua legitimidade» (Schmitter, 1999:219).

A aliança do PCP com o MFA, que passava por apelar às classes trabalhadoras a confiarem no MFA como direcção da revolução (e não nos seus organismos próprios) era estratégica para o PCP, quer porque o programa do MFA encaixava bem com o do PCP – essencialmente um programa de regulação do capitalismo, num quadro de relativa independência face aos países centrais, nos limites do respeito pela propriedade privada e pela democracia representativa –, quer porque era necessário o acordo do MFA para uma independência das colónias. O PCP, tal como outros partidos, apercebia-se de que os militares eram pouco politizados, mas que o seu constante protagonismo na situação os estava a obrigar a uma politização forçada, havendo uma corrida contra o tempo com os partidos rivais na disputa pelas suas «almas».

A radicalização da revolução em Agosto, que tinha desembocado no golpe de Spínola, vai agora ter um novo fôlego com a derrota deste. O mesmo se passa com a luta nas colónias e com a abertura de divisões no seio do próprio MFA: «Depois do golpe em Lisboa, os movimentos de libertação contaram com partidários em lugares fundamentais que se revelaram aliados muito eficazes (...). Os exércitos na África não estavam dispostos a agir de nenhum modo que viesse a prolongar a sua permanência nos territórios ultramarinos» (Maxwell, 1995:124). Como veremos, o 28 de Setembro vai precipitar a ocupação de fábricas e aumentar a força das comissões de trabalhadores, numa altura em que se agravam os despedimentos e o encerramento de fábricas e empresas.

Para o PCP a derrota do golpe tinha aberto caminho à consolidação da sua estratégia. E nesse sentido o partido vai exigir o cumprimento do programa de consolidação democrática do MFA, eleições para a Constituinte, um plano de recuperação económica capitalista, regulada, e, a unicidade sindical. Para consolidar estas políticas, o PCP reúne-se, em Outubro, no seu VII Congresso (extraordinário).

Capítulo 3 - Do VII Congresso à Unicidade Sindical (Outubro 1974 – Janeiro de 1975)

O VII Congresso e a Plataforma de Emergência

«A “Plataforma” saída do VII Congresso do PCP não é um simples documento político – é um guia para a acção dos comunistas, da classe operária, de todos os trabalhadores. É preciso que as grandes decisões políticas do nosso Congresso se insiram profundamente na luta das massas populares»
Avante!, 25 de Outubro de 1974¹⁷⁴.

O VII Congresso do PCP realiza-se no dia 20 de Outubro de 1974, no Pavilhão dos Desportos, em Lisboa. É o primeiro congresso do Partido Comunista Português realizado na legalidade, depois da derrota do fascismo em 25 de Abril de 1974. É um congresso feito para adaptar o programa do partido à nova realidade política, que é marcada pela crise económica de 1973-74 e pelo início da revolução, e à qual o partido responde com profundas alterações ao Programa, compiladas na *Plataforma de Emergência*. Veremos como mesmo estas alterações vão sofrer, cerca de 3 meses depois, uma readaptação imposta pela evolução da tensão social no país.

O VII Congresso é o momento da afirmação pública do Partido Comunista Português como maior partido do País, agora com cerca de 30 mil militantes. É já um grande partido, o maior de Portugal naquele momento. Em Outubro, no Congresso, louva-se a organização política que mais tempo e de forma mais consequente tinha resistido à repressão e às difíceis condições de clandestinidade. No total, dos 36 membros efectivos e suplentes do Comité Central do PCP, só 4 não tinham estado presos durante o Estado Novo e os restantes haviam passado ao todo 308 anos na prisão, como lembrou, referindo cada um dos presos, Octávio Pato, membro do CC do PCP, na sua intervenção no Congresso¹⁷⁵. A resistência e tenacidade dos membros do PCP eram indiscutíveis. Ser o partido que melhor resistiu é um dos factos que explicam o crescimento e a consolidação do PCP. No Congresso estão presentes 1003 delegados e cerca de 4000 militantes. Como diz Joaquim Pires Jorge, membro do Comité Central, logo na abertura do Congresso, a «resistência (...) explica a confiança das massas no

¹⁷⁴ «Aplicar as Decisões do Congresso» In *Avante!*, Série VII, 25 de Outubro de 1974, p. 1.

¹⁷⁵ 7 Congresso Extraordinário do PCP. Documentos Políticos do PCP. Série Especial. Lisboa: *Avante!*, 1974, p. 267.

nosso partido»¹⁷⁶. Um argumento que nos traz à memória, como lembra Loren Goldner (2000: 29), os discursos de Maurice Thorez, Jacques Duclos e Palmiro Togliatti, que nos anos que se seguiram à guerra invocavam o estatuto (merecido) de «partido da resistência» para defender a política de «reconstrução da nação».

Apesar da ditadura não ter caído directamente pela acção do PCP, quando cai é o Partido Comunista que está em posição de reivindicar ter uma organização que, com altos e baixos, tinha chegado ao 25 de Abril de 1974 com um partido de vanguarda com cerca de 2 mil militantes forjados na luta antifascista. A extrema-esquerda, que cresce com a cisão sino-soviética, o Maio de 68 e a radicalização da juventude dos anos 60 e 70, só existia desde o início dos anos 60, e era constituída por grupos mais pequenos que o PCP, e de base maioritariamente estudantil. E o PS, formado em 1973 na Alemanha Ocidental, era, até ao 25 de Abril, um núcleo constituído por escassas dezenas de advogados e outros profissionais liberais.

É certo que o pobre panorama político altera-se radicalmente com a revolução e em Outubro de 1974 são já convidados a estar no Congresso do PCP delegações do PS, PPD, MFA, MES, Intersindical e das frentes e movimentos dirigidos pelo PCP: MDM, UEC, MJT. Não há – segundo o PCP, em virtude de o congresso só durar um dia – delegações estrangeiras presentes. Mais nenhum partido é convidado a estar presente no congresso.

O VII Congresso não é uma reunião geral para discutir a política do partido. Ele realiza-se em apenas um dia, tem um único ponto da ordem de trabalhos - discussão e aprovação do programa e dos estatutos do PCP. Não se pode considerar que um congresso de um dia, em que mais de metade das cerca de 50 intervenções são discursos de membros dos órgãos executivos do PCP, seja um congresso de discussão política para elaborar um programa no meio de um processo revolucionário. Cada ponto do Programa do PCP daria para uma discussão aprofundada, que não é feita no Congresso, que se torna sobretudo num comício em que as principais figuras dirigentes do partido discursam sobre o novo Programa, apoiando-o, sem excepções. No Congresso, o Comité Central não é eleito, mas apresentado ao plenário. Todos os membros efectivos do Comité Central, sem excepção, eram quadros formados antes da revolução – o núcleo dirigente não se altera depois do 25 de Abril de 1974. Segundo um levantamento de Schmitter, em média, os membros do Comité Central tinham sido membros do

¹⁷⁶ JORGE, Joaquim Pires, «Discurso de Abertura», *7 Congresso Extraordinário do PCP*. Série Especial. Lisboa: Avante!, 1974, p. 18.

partido durante 32 anos, com um mínimo de 20 anos e um máximo invulgar de 48 anos. Álvaro Cunhal é membro do partido desde 1933 e do Comité Central desde 1937. Estes números levam Schmitter (1999:222) a concluir que «o PCP é dirigido de forma muito oligárquica por um grupo compacto de homens dedicados que se conhecem bem uns aos outros em consequência dos longos sofrimentos em comum na prisão e no exílio. Não abrem os postos de direcção senão muito gradualmente por meio de cooptação. As divergências internas parecem mínimas em público» (Schmitter, 1999:222).

O primeiro discurso, depois da abertura feita por Joaquim Pires Jorge, é de Álvaro Cunhal. É um discurso síntese do que vão ser as intervenções seguintes no Congresso. O carismático líder comunista saúda os presentes e regozija-se com o primeiro congresso realizado na legalidade desde há 48 anos. Vê-o como uma «mostra radical da transformação política verificada em Portugal a partir do 25 de Abril»¹⁷⁷. E considera que em Portugal, há seis meses que o povo vive em liberdade porque a censura acabou, os partidos, os sindicatos, as organizações democráticas organizam-se livremente, o direito de reunião é exercido e o de greve «reconhecido»¹⁷⁸, foi posto fim à guerra colonial e iniciadas relações diplomáticas com a URSS. Cunhal identifica o poder das lutas dos trabalhadores nas transformações verificadas depois do 25 de Abril, mas defende que as conquistas são fruto da aliança das forças democráticas e sobretudo da aliança dos trabalhadores com o MFA: «temos que concluir que o processo revolucionário se desenvolve numa rápida cadência, animado, impulsionado, dirigido, pela aliança do movimento popular com o Movimento das Forças Armadas»¹⁷⁹. Defende que o 28 de Setembro, vencido pela aliança Povo-MFA, consolidou «o aparelho de Estado», reforçando o MFA e as forças democráticas. Em Portugal há, segundo Cunhal, dois caminhos alternativos e não mais: ou se põe em causa o poder dos monopólios e latifúndios, sem prejuízo da iniciativa privada, assegurando-se a democracia, ou retroceder-se-á em Portugal a uma ditadura, porque só ela pode enquadrar um desenvolvimento assente em salários baixos.

Esta tese, que Cunhal apresenta, é um alicerce teórico da política do pós 25 de Abril. Traduz-se em reforçar o papel das massas no derrube da ditadura, mas matizá-lo na conquista das liberdades democráticas e nas lutas sociais; dar relevo ao papel da aliança governamental; acentuar a relação de confiança dos trabalhadores com o

¹⁷⁷ 7 Congresso Extraordinário do PCP. Série Especial. Lisboa: Avante!, 1974, p. 24.

¹⁷⁸ 7 Congresso Extraordinário do PCP. Série Especial. Lisboa: Avante!, 1974, p. 24

¹⁷⁹ 7 Congresso Extraordinário do PCP. Série Especial. Lisboa: Avante!, 1974, p. 25.

MFA(aliança Povo-MFA). Esta política justifica-se porque o PCP considera que, não só o regime tinha mudado de natureza com o 25 de Abril, mas também o Estado (embora não o poder económico). Vemos, no VII Congresso, pela primeira vez, Álvaro Cunhal dizê-lo de forma categórica, embora toda a política do PCP, de aliança governamental e de controlo das lutas laborais, já apontasse para esta elaboração teórica.

Cunhal defende em Outubro de 1975, uma caracterização antiga do PCP - que remonta de facto às teses frentistas dos anos 30 da Internacional Comunista e à falsa ideia de que o capitalismo teria uma «morte natural» (Arcary, 2006:29) -, que era a tese de que Portugal não tinha condições para ser uma «democracia burguesa», portanto a contra-revolução não poderia ser democrática, mas terrorista. O exemplo, a que não se refere neste discurso, mas que é amplamente referido pelo PCP em vários documentos – merecendo até um semana especial de homenagem organizada pelo PCP –, é o golpe de 11 de Setembro de 1973 no Chile, dirigido pelo general Augusto Pinochet (que, recorde-se, antes do golpe fora nomeado pelo próprio Allende comandante-chefe do Exército chileno).

É uma análise política que não sobrevive à prova da realidade mais de dois anos: a contra-revolução em Portugal, na Grécia saída da ditadura dos coronéis e na Espanha pós-franquista é feita pela via democrática e não sob as botas de uma ditadura militar de tipo chileno.

Atendamos a Álvaro Cunhal no Congresso: «O próprio desenvolvimento objectivo da economia coloca uma inelutável alternativa:

- Se o poder económico continua nas mesmas mãos, o desenvolvimento, tal como no passado, terá de assentar em salários de fome dos trabalhadores e na ruína das classes médias – e esse esquema de desenvolvimento só pode realizar-se com a implantação de uma nova ditadura terrorista;

- Se o regime de liberdade e democracia quer sobreviver e desenvolver-se, tem que limitar e liquidar, finalmente, o poder económico dos monopólios e latifundiários, fazer intervir cada vez mais o Estado na economia sem prejuízo da iniciativa privada não monopolista, proceder à nacionalização de sectores chave da economia e entregar aos camponeses os grandes latifúndios.

Depois do 25 de Abril o poder económico e o poder político deixaram de ser coincidentes. O poder político está nas mãos das forças democráticas que prosseguem

uma prática voltada para a defesa dos interesses do povo e do país. Mas o poder económico continuou e continua nas mãos dos monopólios e latifundiários.»¹⁸⁰

É no quadro desta análise política que Álvaro Cunhal propõe no Congresso que se mantenha o programa de *Rumo à Vitória*, mas que seja integralmente modificado o ponto II do Programa, designado por Plataforma de Emergência, que torna inoperacional parte do programa de *Rumo à Vitória*, sobretudo no plano económico.

Aquele que era o ponto II de *Rumo à Vitória* – «O Caminho para o Derrubamento do Fascismo e a Instauração de Um Regime Democrático», que previa a tese do levantamento nacional, o carácter unitário do derrube da ditadura e a participação num Governo provisório com um programa mínimo de liberdades políticas – é integralmente substituído pelo ponto «A Luta Pela Instauração de Um Regime Democrático» que o próprio PCP resume numa *Plataforma de Emergência* com 3 pontos: reforço do Estado democrático e defesa das liberdades; a defesa da estabilidade económica com vista ao desenvolvimento e o prosseguimento da descolonização. Caem as teses da reforma agrária, embora Cunhal no discurso preveja a requisição pelo Estado das terras incultas e entrega destas a cooperativas¹⁸¹, e desaparecem a maioria das nacionalizações previstas em *Rumo à Vitória*.

Tratava-se – no pressuposto de que a escolha era entre um desenvolvimento capitalista com «intervenção estatal», com algumas nacionalizações, ou uma ditadura – de repor as condições que permitiam, para o PCP, o desenvolvimento do País, condições que objectivamente chocavam com as lutas dos trabalhadores porque previam a reposição das condições de trabalho que permitiam a acumulação de capital, num quadro em quem nem o Estado nem o modo de produção sofriam alterações de classe. Por isso a Plataforma inclui¹⁸²: 1) o reforço do Estado Democrático e das liberdades que devia ser feito através de saneamentos (o PCP tem uma política de procurar colocar no aparelho de Estado homens da sua confiança); defesa das liberdades políticas, proibição das organizações fascistas; 2) a «defesa da estabilidade económica e financeira com vista ao desenvolvimento»: controlo das finanças públicas, nacionalização de alguns bancos (desaparecem na Plataforma as nacionalizações dos transportes, das

¹⁸⁰7 Congresso Extraordinário do PCP. Série Especial. Lisboa: Avante!, 1974, pp. 23-47.

¹⁸¹7 Congresso Extraordinário do PCP. Série Especial. Lisboa: Avante!, 1974, p. 39.

¹⁸²A Luta Pela Instauração de um Regime Democrático. In 7 Congresso Extraordinário do PCP. Documentos Políticos do PCP. Série Especial. Lisboa: Avante!, 1974, pp. 353-366.

comunicações, das minas e do sector energético, previstas em *Rumo à Vitória*¹⁸³) e regulação pelo Estado da banca privada, controlo do movimento de capitais, apoio à indústria, sobretudo média e pequena indústria, intervenção estatal nas empresas em «dificuldade» ou que façam despedimentos sem justa causa ou ponham em causa a laboração sem razões financeiras para isso; a reforma agrária desaparece do programa que contém apenas a abolição dos foros e entrega dos baldios à população e a concessão de crédito aos pequenos e médios agricultores e «tributação aos grandes proprietários e rendeiros absentistas»; direcção e planificação do comércio externo e acordos com o Mercado Comum; permanece intocado o capital estrangeiro, com «total garantia» para assegurar a consolidação da situação económica e financeira, desde que garantam as taxas de lucro mais baixas e salários mais altos e respeito pela democracia. Sobre a descolonização, a Plataforma defende o seu prosseguimento com negociações com o MPLA e a Frelimo. Defende também a manutenção de relações diplomáticas de amizade com os países da URSS e satélites. E ainda a realização de eleições para uma Assembleia Constituinte.

Sobre a situação dos trabalhadores a *Plataforma* valida a política do PCP até aí. Prevê as seguintes medidas face à questão operária e à protecção social dos trabalhadores¹⁸⁴: prosseguimento da contratação colectiva e cumprimento dos contratos colectivos, proibição dos despedimentos sem justa causa, contenção de preços de bens de primeira necessidade e actualização dos salários face ao aumento dos preços, abertura de obras públicas e melhoramento dos benefícios sociais (pensões, abonos, assistência médica, etc.), medidas que, recordemo-nos, traduziam a força da luta dos trabalhadores e um extraordinário avanço face à situação do Estado Novo mas que, por ora, ficavam até aquém de países democráticos capitalistas como a França ou a Alemanha (Salvadori, 2005: 60, 61).

Álvaro Cunhal é o primeiro membro do CC do PCP no Congresso a defender a Plataforma: «Considerando indispensável encarar de frente os problemas mais agudos o PCP propõe ao Povo Português e às forças democráticas através deste nosso Congresso uma Plataforma de Emergência. Essa Plataforma inscreve-se agora no Programa do partido como definição das tarefas imediatas prioritárias.» Outras intervenções seguem-se balizadas, no novo programa. Carlos Costa é o membro do CC que discursa

¹⁸³In 7 Congresso Extraordinário do PCP. Documentos Políticos do PCP. Série Especial. Lisboa: Avante1, 1974, pp. 321.

¹⁸⁴Situação dos Trabalhadores. In 7 Congresso Extraordinário do PCP. In Documentos Políticos do PCP. Série Especial. Lisboa: Avante1, 1974, pp. 362.

especificamente sobre a situação económica: a situação nacional exige a imediata aplicação das medidas da Plataforma de Emergência¹⁸⁵; Jorge Araújo, da DORN, e Joaquim Serrão, da DORB, pronunciam-se a favor da mesma, e toda a política defendida por Sérgio Vilarigues sobre a descolonização, por Carlos Brito sobre a unidade das forças democráticas, por José Vitoriano sobre a unicidade sindical inscrevem-se no quadro da nova política apresentada no relatório de Cunhal. Também as intervenções dos dirigentes das principais regionais (José Magro, António Gervásio, Joaquim Serrão) vão nesse sentido.

No Congresso dá-se também a discussão dos estatutos, que introduz nestes a estratégia do partido. Eis a redacção do art.º 5º: «A actividade do Partido Comunista Português é dirigida actualmente no sentido do estabelecimento e fortalecimento da unidade das forças democráticas e patrióticas e da aliança do movimento popular com o Movimento das Forças Armadas, com vista à instauração de um regime verdadeiramente democrático em Portugal. A base social dessa unidade é a unidade da classe operária e a aliança desta com o campesinato e a pequena burguesia urbana»¹⁸⁶.

Nos estatutos anteriores não aparece a unidade com a pequena burguesia urbana, que é agora acrescentada (art.º 5º), embora não se possa dizer que essa tenha sido uma alteração de facto, uma vez que a política de alianças do PCP durante o fascismo incluía sectores da pequena burguesia urbana e mesmo liberal (Raby, 1990). Retiram-se dos estatutos as normas de protecção da organização na clandestinidade. E, desaparece a expressão ditadura do proletariado que, segundo o próprio Álvaro Cunhal, era uma decisão meramente táctica, de eliminar a palavra ditadura, conotada com o fascismo¹⁸⁷.

O *Avante!* faz eco do congresso e, sobretudo, da preocupação da direcção do partido em que o programa seja de facto aplicado nas bases, o que sugeria que a sua aceitação que não era pacífica. No dia 21 de Outubro a capa do jornal é dedicada ao Congresso que «comprovou a firme determinação do PCP na defesa dos supremos interesses dos trabalhadores e (...) consolidou a unidade das forças democráticas»¹⁸⁸. «Aplicar as decisões do Congresso. Levar às Massas o Nosso Programa» é o título da capa do *Avante!* de 25 de Outubro de 1974: «A “Plataforma” saída do VII Congresso do

¹⁸⁵ 7 Congresso Extraordinário do PCP. In Documentos Políticos do PCP. Série Especial. Lisboa: Avante!, 1974, p. 73.

¹⁸⁶ 7 Congresso Extraordinário do PCP. In Documentos Políticos do PCP. Série Especial. Lisboa: Avante!, 1974, p.380.

¹⁸⁷ 7 Congresso Extraordinário do PCP. In Documentos Políticos do PCP. Série Especial. Lisboa: Avante!, 1974, p. 46.

¹⁸⁸ *Avante!*, Série VII, 21 de Outubro de 1974, p. 1

PCP não é um simples documento político – é um guia para a acção dos comunistas, da classe operária, de todos os trabalhadores. É preciso que as grandes decisões políticas do nosso Congresso se insiram profundamente na luta das massas populares»¹⁸⁹.

Logo a seguir, uma semana depois, o destaque do jornal do partido é de novo «Levar às Massas as decisões do Congresso»¹⁹⁰. Em Novembro a direcção do partido decide editar em livro as decisões do Congresso e começam a promover-se «sessões de esclarecimento»¹⁹¹ pelo País, nas fábricas, nas empresas e nas vilas e aldeias. Alguns dos principais dirigentes, como Sérgio Vilarigues, José Vitoriano, Carlos Brito vão a essas sessões defender a Plataforma. A esta mobilização junta-se o apoio estrangeiro, com a visita a Portugal, nos meses finais de 1974, de várias delegações de partidos irmãos, com quem o PCP organiza «comícios de solidariedade» em Lisboa e Porto: delegações soviéticas, do PCI (Ugo Pechioli), do PCF, do PSUA, sessões em que as delegações estrangeiras defendiam como prioritária a consolidação democrática de Portugal.¹⁹²

O VII Congresso foi visto por alguns autores como um momento de inflexão na política do PCP, em que, passada a moderação inicial, que teria, de acordo com estes autores, terminado no golpe spinolista de 28 de Setembro, o PCP se dispõe a lutar pelo socialismo. Carlos Gaspar (1992) defende que a retirada da expressão ditadura do proletariado e todas as alterações da Plataforma de Emergência são apenas táticas. A revolução, defende Gaspar, mantém-se na ordem do dia porque se tratava de uma etapa democrática – regime que o PCP considerava que em Portugal não tinha condições de perdurar e, portanto, mantinha-se no horizonte (próximo) a etapa da revolução socialista. Também Medeiros Ferreira considera que, no Congresso, «embora as teses aprovadas sejam moderadas, a tática do PCP sofre um inflexão radical» (Ferreira, 1994: 255). A retirada da expressão «ditadura do proletariado» nesse VII Congresso é apenas tática porque a partir daí, e contrapondo-se à sua política de limitar as reivindicações de massas de Maio e Junho desse ano, o PCP age «no sentido de uma acção orientada para a tomada revolucionária do poder» (Ferreira, 1994: 256).

«Socialismo», «sociedade sem classes», «revolução», «democracia» faziam parte do léxico propagandístico de todos os dirigentes políticos portugueses, do PPD ao PS, do PCP à extrema-esquerda, de tal forma que ficaram gravados na Constituição de

¹⁸⁹ «Aplicar as Decisões do Congresso» In *Avante!*, Série VII, 25 de Outubro de 1974, p. 1.

¹⁹⁰ *Avante!*, Série VII, 1 de Novembro de 1974, p. 1

¹⁹¹ «O VII Congresso». In *Avante!*, 8 de Novembro de 1974, p.3.

¹⁹² *Avante!*, Série VII, 22 de Novembro de 1974, p. 5.

1976 e mesmo nos nomes dos partidos, que ainda hoje perduram. Portugal é o único país da Europa que tem um partido liberal que se chama social-democrata. Os discursos, os programas políticos, os documentos, são relevantes pelo que dizem, também pelo que não dizem, mas a história do que foi a política de um partido num processo histórico – que é aquela que aqui se procura fazer – faz-se do que foi e não de uma interpretação de desejos ou intenções que não podem ser provadas pelo historiador.

O VII Congresso aprova um programa cujo resultado seria a estabilização do capitalismo português, exactamente no momento em que ele estava mais desestabilizado. Mas esse programa só pode ser levado à prática com o enquadramento das lutas operárias e por isso ele é acompanhado de uma luta férrea pela construção da Intersindical e da relação tutelar do Ministério do Trabalho sobre os trabalhadores. Nos documentos e na prática política o que existe é o controlo do Estado sobre a classe trabalhadora, que se pretendeu concretizar com a lei de unicidade sindical, e que se procurou exercer através da ligação umbilical do Ministério do Trabalho à Intersindical – assunto que aprofundaremos no capítulo sobre a unicidade sindical –, e a destruição dos processos autónomos de organização operária que não fossem controlados pelo PCP ou uma das estruturas dirigidas por este, como as frentes MDM, MJT, UEC. Esta política foi colocada em prática nos processos grevistas mais radicais que estudámos até aqui e que tinham colocado na ordem do dia o controlo operário. E uma e outra política – combate à crise económica e contenção das reivindicações dos trabalhadores – estão intimamente ligadas. O líder comunista é claro: o preço da liberdade implica a contenção das reivindicações dos trabalhadores¹⁹³. Sobre isto, aliás, entre 25 de Abril de 1974 e 11 de Março de 1975 há unanimidade no seio da coligação governamental que quando foi necessário (CTT, TAP, manifestação da Interempresas) se uniram com o MFA para pôr fim a esse mesmo controlo operário. Em Outubro de 1974 o líder comunista defende que: «Há que ter bem presente que, na actual situação política portuguesa, para consolidar as liberdades e prosseguir o caminho para transformações democráticas mais profundas, a força serena e organizada é a mais eficiente. As perturbações na produção e nos transportes, tudo quanto agrave a situação económica não aproveita aos trabalhadores, mas à reacção. Por isso temos insistido muitas vezes que, na actual situação, a greve, continuando embora a ser uma arma inalienável dos

¹⁹³ CUNHAL, Álvaro. A Situação Política e as Tarefas do Partido no Momento Actual». In 7 Congresso Extraordinário do PCP. In Documentos Políticos do PCP. Série Especial. Lisboa: Avante!, 1974, pp. 39 e 40.

trabalhadores a que estes devem, mesmo desde 25 de Abril, numerosas vitórias, só deve ser utilizada depois de se ver se não haverá formas mais adequadas de luta e depois de se considerar se a greve em causa não será susceptível de criar graves perturbações económicas e sociais favoráveis às forças reaccionárias (...) Pode-se afirmar que os trabalhadores portugueses estão dispostos, com o seu suor e o seu sangue, a pagar o preço da liberdade. Mas desde que aqueles que enriqueceram e enriquecem à custa do suor do povo trabalhador e que têm nas suas mãos a riqueza do país o paguem também»¹⁹⁴.

O balanço posterior do PCP sobre este período é, porém, bastante distinto, e ele é também parte desta história. Em Junho de 1977, por exemplo, afirma Domingos Abrantes, na conferência nacional para a recuperação económica, que o «controle operário foi considerado com as nacionalizações e a Reforma Agrária uma das grandes conquistas da revolução»¹⁹⁵. No balanço da revolução, escrito em 1994, Álvaro Cunhal escreve: «A recuperação capitalista e o agravamento da exploração encontram como um obstáculo maior o controle operário e a gestão pelos trabalhadores em numerosas empresas». (Cunhal, 1994: 280).

Será importante repensarmos as teses que, de alguma forma, precipitaram conclusões sobre o PCP neste período. Os exemplos que emprega, por exemplo, José Medeiros Ferreira, para concluir que o Partido Comunista estava, a partir do VII Congresso, no caminho de liderar a tomada do poder e iniciar uma transição para o socialismo prendem-se todos com o fortalecimento das instituições do Estado e influência dentro dessas instituições, e não com a constituição ou apoio a organismos de poder dual: «necessidade de rapidez nas nacionalizações; supressão dos “inimigos de classe” nos meios de informação pública e nos de propaganda; busca de uma aliança táctica com as Forças Armadas; controle sindical; acentuação dos poderes extra-parlamentares, nomeadamente pelo controle das autarquias locais» (Ferreira, 1994:256). Opinião distinta tem, por exemplo, Marco Lisi que, num trabalho de sociologia política que tem como eixo a mobilização do partido de um ponto de vista quantitativo, acentua precisamente nesta fase o extraordinário aumento da mobilização do partido e uma política centrada na resolução da crise económica e na construção da Intersindical (Lisi, 2007: 193). John Hammond, que analisou a revolução portuguesa a partir do estudo do

¹⁹⁴ CUNHAL, Álvaro. A Situação Política e as Tarefas do Partido no Momento Actual». In 7 Congresso Extraordinário do PCP. In Documentos Políticos do PCP. Série Especial. Lisboa: Avante!, 1974, p. 40.

¹⁹⁵ ABRANTES, Domingues. *Controle Operário. A Saída da Crise*, 1977. Lisboa: Avante, 1977, p. 21.

controle operário, concluiu, neste sentido, que a democracia, entendida aqui enquanto regime democrático-representativo e não enquanto soberania popular, era para o PCP um valor estratégico: «*Communists thus came to dominate most of the trade union movement, and hoped to use it to encourage discipline and order among workers to give the new democratic regime a chance to consolidate itself*» (Hammond, 1980:145-146).

Há uma discussão teórica complexa para a qual remete esta polémica, um tema central que atravessou todas as correntes marxistas no século XX: a maturidade das condições objectivas de uma revolução e a importância dos factores subjectivos, ou seja, a existência de um sujeito social maduro para a luta anticapitalista, *grosso modo*, os partidos políticos. Uma discussão complexa, que deve, cremos, partir de um ponto de vista mais aberto à dinâmica histórica e que inclua as várias hipóteses políticas que estavam abertas pela revolução no biénio 1974-75, quer a possibilidade de uma revolução socialista vitoriosa como a consolidação da democracia no quadro do capitalismo europeu (Lemus, 2001, Domènech, 2002).

A inversão da relação de forças no após 25 de Abril é tão evidente que o programa da «revolução democrática» tem de ser alterado para reforçar as disposições democráticas contra a revolução em curso. Menos de dois anos depois, quando a relação de forças se tinha invertido, de forma drástica, o PCP considera que o controlo operário é uma dimensão essencial da luta política anticapitalista. O Partido Comunista Português, em Outubro de 1974, depois da queda do regime levada a cabo pelas próprias Forças Armadas do próprio regime, no meio de uma crise económica geral (na teoria marxista, o melhor momento de avanço do proletariado, uma vez que constitui a conjuntura de maior fragilidade do Estado), no meio de um processo em que se generalizavam as formas de controlo operário, tudo isto traduzindo-se numa instabilidade institucional que gerou três governos em seis meses, e numa luta política que fez a direita tentar por duas vezes impor um regime bonapartista e ser derrotada (Julho e Setembro de 1974), o PCP considera que é o momento dos trabalhadores se conterem em nome da recuperação económica.

Esta dimensão da política da direcção comunista, sobre a qual ainda há muitas lacunas certamente por investigar, não permite concluir que o PCP preparava a transição a uma sociedade socialista.

«O preço da liberdade, as reivindicações dos trabalhadores»

A crise económica aprofunda-se no Verão e sobretudo no Outono de 1974, com a generalização dos despedimentos em muitas fábricas do País. A crise de acumulação provoca directamente despedimentos (e encerramento de fábricas e empresas) que surgem como uma forma de eliminar custos com o capital variável, numa tentativa de impedir a queda tendencial da taxa de lucro (Rosdolsky, 2001: 319). A crise mundial tem outros efeitos económicos e sociais em Portugal, como a diminuição do número de emigrantes, por um lado (o que provoca também o aumento do desemprego), e a quebra das remessas da emigração por outro. A isto juntou-se também a vinda de dezenas de milhares de retornados para Portugal, o retorno dos soldados das ex-colónias (Rosa, 1975:15) e a generalização das lutas por melhorias salariais, 13.º mês, manutenção da laboração, tudo factores que objectivamente colidiam com a recuperação das taxas de lucro. Esta situação vai gerar uma crise dramática que resulta na agudização da luta de classes, já visível em 1974 e que em 1975 tem um salto qualitativo, com uma queda do PIB superior a 4%.

A história da política do PC durante toda a revolução é também a história de como a organização cresceu e se construiu, com uma política democrática e de estabilização política e económica, no meio de uma crise/processo revolucionário, granjeando a confiança das classes trabalhadoras, e mantendo uma excepcional capacidade de dirimir internamente as divergências.

Seria um equívoco desprezar o papel da teoria do PCP e dos efeitos que esta tem na consciência média dos trabalhadores portugueses. O PCP vai considerar a crise não como uma oportunidade, condição necessária (mas não suficiente) da revolução. Esta, recordemos, é uma das chaves do pensamento marxista (Rosdolsky, 2001: 319). O PCP não considera que a essência da crise é a superprodução de capital, portanto um problema intrínseco do modo de produção capitalista, mas sim uma crise cujo primeiro responsável é o regime do Estado Novo, a «herança legada pelo fascismo»¹⁹⁶. O problema estava no regime e não no Estado, num sector do capitalismo e não no modo de produção. Logo, a eliminação da crise passava pela eliminação da fracção da classe que o PCP considerava dirigir o regime do Estado Novo, uma minoria, segundo os comunistas, dentro da burguesia, minoria que o PCP identifica com os grandes monopólios estratégicos (banca, seguros, transportes, energia) e os latifundiários.

¹⁹⁶ *Avante!*, Série VII, 21 de Outubro de 1974, p. 3

Tratava-se, pois, não de colocar em causa a propriedade privada dos meios de produção, mas de eliminar, dentro do sistema, um grupo minoritário. Este discurso e o nacionalismo do PCP são inseparáveis, uma vez que a análise não é a de um País dividido entre classes antagónicas, mas a necessidade de trabalhar para o País, reconstruir a nação: «O fenómeno do desemprego no nosso país tem, assim, esta característica específica: é provocado pelas forças reaccionárias (...) Trabalhar mais para o país sim, trabalhar mais para os exploradores, não¹⁹⁷».

Importa referir que tanto as nacionalizações de alguns sectores estratégicos como a reforma agrária serão uma bandeira permanente do PCP só a partir de Fevereiro de 1975, embora já em Dezembro de 1974 se vejam referências à necessidade de «combater os monopólios». Como vimos, quando do VII Congresso, em Outubro de 1974, a nacionalização de monopólios e a expropriação de latifúndios não são uma prioridade para resolver a situação económica do País, que pode e deve ser encontrada no quadro da coligação governamental, da intervenção do Estado nas empresas falidas – daí a aprovação de um decreto neste sentido em Novembro de 1974 – e a contenção das reivindicações dos trabalhadores. Carlos Cunha salienta também este dado no seu estudo: «Apesar do baixo nível de vida dos trabalhadores, é importante que eles percebam as limitações da economia» (Cunha, 1992: 197).

Para isto o PCP vai contar com o apoio do Governo Provisório, do MFA e, particularmente, de Vasco Gonçalves, que se multiplica em discursos¹⁹⁸ pelo País exigindo contenção das reivindicações dos trabalhadores, acusando os grupos considerados esquerdistas de enganarem os trabalhadores e defendendo que não se pode «de um momento para o outro transformar o País»¹⁹⁹ sob pena de este entrar naquilo que o primeiro-ministro designava como caos económico: «Nós não podemos, de um dia para o outro, dar o céu e a terra ao nosso povo, porque ele foi subjugado durante 50 anos»²⁰⁰; «Para nós, comunistas, que analisamos a situação actual e que a influenciámos, na base dos princípios do marxismo-leninismo, não há outra via. Não somos idealistas (...) Estamos certos de que os trabalhadores portugueses darão o seu

¹⁹⁷ Cunhal, Álvaro. A Situação Política e as Tarefas do Partido no Momento Actual». In 7 Congresso Extraordinário do PCP. Documentos Políticos do PCP. Série Especial. Lisboa: Avante!, 1974, p. 41.

¹⁹⁸ GONÇALVES, Vasco, *Discursos, Conferências, Entrevistas*. Lisboa: Seara Nova, 1977, pp. 67-86.

¹⁹⁹ GONÇALVES, Vasco, *Discursos, Conferências, Entrevistas*. Lisboa: Seara Nova, 1977, pp. 93 e 97

²⁰⁰ «Vasco Gonçalves no Porto». In *Avante!*, Série VII, 11 de Outubro de 1974, o. 5.

indispensável contributo ao saneamento da economia nacional. Tal é o seu interesse imediato e futuro e o interesse do país»²⁰¹.

Neste quadro, uma das políticas centrais do PCP vai ser a reconstrução nacional – que permitem, como defendemos uma analogia histórica com a política de reconstrução nacional dos partidos comunistas da Europa Ocidental no pós II Guerra Mundial, que foi determinante na contenção de situações revolucionárias após o derrube do fascismo em Itália, em França, nos países balcânicos e na Grécia. O PCP propõe e/ou apoia políticas como a do Domingo de Trabalho para a Nação – para o que utiliza quer o *Avante!* quer o *Jovem Trabalhador*²⁰² – acompanhada da defesa de transferência do valor do trabalho produzido para o Estado, em nome da resolução da crise económica. O primeiro dia de trabalho para a nação – que, depois do 11 de Março de 1975, será transformado numa política nacional de «batalha da produção» – é exactamente um Domingo, 6 de Outubro de 1974. O *Avante!* vai entrevistar trabalhadores que executaram esta acção e recolhe testemunhos como este: «Talvez não fosse necessário», disse ao *Avante!* uma jovem cabeleireira, «mas entendemos que, para muitos de nós, o 6 de Outubro teria menos importância se não demonstrássemos a nossa solidariedade ao MFA e ao Governo Provisório com clareza»²⁰³. Em Novembro prossegue a campanha de trabalho voluntário para «a reconstrução do país»²⁰⁴, feita em estreita articulação entre o PCP (e a UEC, o MJT, também a Pró-UNEP, dirigida pela UEC) e o Ministério do Trabalho e o Ministério dos Assuntos Sociais²⁰⁵. Como vimos, estas políticas são apresentadas no quadro do apoio ao Governo e ao MFA. Vejamos novamente o discurso de Cunhal no Congresso: «(...) os trabalhadores devem decidir democraticamente das reivindicações a apresentar e ter o cuidado de não apresentar reivindicações sopradas demagogicamente por reaccionários ou esquerdistas pseudo-revolucionários interessados em criar situações insolúveis e provocar choques e rupturas entre os trabalhadores e o Governo Provisório (...) As perturbações na produção e nos transportes, tudo quanto agrave a situação económica não aproveita aos trabalhadores, mas à reacção. (...) Pode afirmar-se que os trabalhadores portugueses estão dispostos, com o seu suor e o seu sangue, a pagar o preço da liberdade. Mas desde que aqueles que

²⁰¹ «Democratização e Reforma de Fundo». In *Avante!*, Série VII, 4 de Outubro de 1974, p. 8.

²⁰² *Jovem Trabalhador*, 17 de Outubro de 1974, p. 2.

²⁰³ «Trabalho para um Portugal democrático». In *Avante!*, Série VII, 11 de Outubro de 1974, p. 4

²⁰⁴ «Dinamiza-se a campanha de trabalho voluntário para a reconstrução do país». In *Avante!*, Série VII, 8 de Novembro de 1974, p. 5

²⁰⁵ *Idem*.

enriqueceram e enriquecem à custa do suor do povo trabalhador e que têm nas mãos as riquezas do país o paguem também ²⁰⁶ ».

Mas a situação revolucionária radicaliza-se, acompanhando a deterioração da situação económica. Entre Janeiro e Dezembro de 1974 o desemprego sobe para o dobro, sendo as áreas de Lisboa, Porto e Setúbal as mais afectadas em termos absolutos e o Alentejo e Algarve em termos relativos (Rosa, 1975:15). A crise económica internacional atinge «severamente Portugal» (Silva Lopes, 1999:173). Neste cenário, as medidas do Governo eram insuficientes para acalmar a ira dos trabalhadores. Uma das medidas centrais do Governo para impedir os conflitos naquilo que designa como «serviços essenciais de interesse público ou de sectores vitais da economia nacional» é a promulgação do decreto de requisição civil (DL 637/74, de 20/11), com vista a «assegurar o regular funcionamento de certas actividades fundamentais, cuja paralisação momentânea ou contínua acarretaria perturbações graves da vida social, económica e até política em parte do território num sector da vida nacional ou numa fracção da população»²⁰⁷. Outra das medidas fulcrais é o decreto de intervenção do Estado nas empresas em crise que vem tentar acalmar a situação social. Como refere Pérez: «o DL 660/74 sobre intervenção do Estado nas empresas permite que o Estado intervenha nas empresas em dificuldades ou má gestão nomeando administrações e facilitando créditos. É uma consequência da multiplicação de ocupações de empresas de Norte a Sul do País, face à atitude das entidades patronais. Ao seu abrigo dezenas de empresas fogem, se bem que de forma provisória, às mãos dos seus donos, dando origem a processos de desintervenção dessas empresas e de lutas operárias que se estendem muito para além do 25 de Novembro de 1975» (Pérez, 2008:131).

A este decreto juntam-se várias medidas defendidas neste período pelo PCP. Atribuição de subsídios a empresas em dificuldades, proibição dos despedimentos sem justa causa, atribuição do subsídio de desemprego²⁰⁸, cumprimento dos contratos colectivos de trabalho e do salário mínimo «salvo situações em que seja impossível».²⁰⁹ Revelam-se, no entanto, aspirinas para tratar uma pneumonia. A ocupação de fábricas generaliza-se, as comissões de trabalhadores começam a procurar organizar-se

²⁰⁶ CUNHAL, Álvaro. «A Situação Política e as Tarefas do Partido no Momento Actual». In 7 Congresso Extraordinário do PCP. Documentos Políticos do PCP. Série Especial. Lisboa: Avante!, 1974, p. 40.

²⁰⁷ Decreto de Requisição Civil (DL 637/74, de 20/11). In <http://lexius.no.sapo.pt/page70.html>. Consultado a 10 de Maio de 2010.

²⁰⁸ *Avante!*, Série VII, 1 de Novembro de 1974, p. 12.

²⁰⁹ *Avante!*, Série VII, 6 de Dezembro de 1974 p.7

nacionalmente, repetem-se os casos de proibição de entrada de patrões e administradores dentro das fábricas e empresas e dão-se alguns sequestros de patrões.

É necessário precisar que esta política de «reconstrução nacional» não significa que o PCP não tenha crescido. Aliás, todos os dados indicam o contrário: só em Novembro e Dezembro de 1974 são inaugurados mais de 50 centros de trabalho do PCP²¹⁰. Entre os dias 20 e 23 de Dezembro são realizados 84 comícios e sessões de esclarecimento do PCP pelo País. Nos dias 27, 28 e 29 do mesmo mês realizam-se 41 sessões de esclarecimento²¹¹. A disputa nos sectores operários era cada vez maior.

Nesta altura o PCP é já um partido de massas com influência em todos os sectores operários importantes: químicos e plásticos, têxtil e confecções, tipógrafos, metalúrgicos, motoristas, caixeiros, conserveiros, mineiros, transportes, trabalhadores do sector eléctrico, entre muitos outros. Não é mais um pequeno partido de propaganda. O PCP conhece pormenorizadamente os problemas de cada uma das fábricas e empresas onde tem trabalho construído. O *Avante!* não é feito com palavras de ordem gerais sobre a situação política. Cada fábrica é analisada com detalhe: o número de trabalhadores, o número de mulheres trabalhadoras, as condições de segurança destes, problemas com máquinas e materiais, os contratos, as lutas internas, os membros do sindicato, o papel das administrações. Frequentemente, o jornal ouve os trabalhadores e cita-os. É um trabalho de construção sólido.

Embora a escassez de estudos específicos dificulte conclusões, tudo indica que cresce nesta fase, simultaneamente, o descontentamento com o PCP em muitos sectores – e o Encontro Interempresas e a manifestação contra a Nato, em Fevereiro de 1975, são disso exemplos –, mas também cresce o PCP e a sua influência nos meios operários. Para isto contribui o facto de o partido ter cada vez mais quadros, dirigir cada vez mais fábricas e manter uma política de aliança com o MFA que era conjuntamente uma política de convencer os trabalhadores a confiar no MFA²¹² e de usar o prestígio do MFA para a construção do partido.

Todos os estudos indicam um aprofundamento da crise no final de 1974, início de 1975 (Silva Lopes, 1999; Rosa, 1975): alta taxa de inflação, perda de poder de compra (na verdade, em 1974, com os aumentos salariais depois de iniciada a revolução, os trabalhadores apenas conseguiram repor o que tinham perdido em 1973),

²¹⁰*Avante!*, Série VII, 13 de Dezembro de 1974, p. 5.

²¹¹*Avante!*, Série VII, 27 de Dezembro de 1974, p. 3.

²¹²*Avante!*, Série VII, 6 de Dezembro de 1974, p. 12.

177 000 desempregados só no Continente em Dezembro de 1974, a quase duplicação do saldo negativo da balança comercial, 1973 e 1974, perda de 14 milhões de contos de divisas. O PCP reconhece a situação como «dramática» e a partir de Dezembro de 1974 propõe que se avance para a luta anti-monopolista prevista no programa do MFA, sob pena de se perder ainda mais o controle da situação social: «Se o Governo Provisório não toma rapidamente as medidas necessárias, pode a situação deteriorar-se (...) com despedimentos de fábricas, falências reais e falências fictícias, despedimentos em massa, profunda depressão de alguns ramos da actividade económica. Uma tal evolução poderá além do mais levantar contra o governo e contra a forças democráticas camadas largas da população e dar uma oportunidade à reacção no terreno eleitoral»²¹³.

O outro pilar desta contenção, e simuladamente da construção da organização, vai ser a Intersindical enquanto central sindical única no país. Esta política ficará conhecida como a «batalha pela unicidade sindical».

O PCP, a Intersindical e as comissões de trabalhadores

O pluralismo sindical não significaria nas condições presentes outra coisa que não seja a (...) a criação de um ambiente confuso nos conflitos sociais altamente desfavorável à defesa dos interesses dos trabalhadores, à consolidação das liberdades e ao prosseguimento da democracia (...) Apelamos para que os trabalhadores desenvolvam amplas acções de massa com este objectivo (...).

Álvaro Cunhal, 15 de Novembro de 1974²¹⁴

Construir a Intersindical

O movimento grevista português de 1968²¹⁵ resulta em importantes vitórias em 1969. Uma das principais é a construção do embrião da futura Intersindical. Foi no rescaldo destas lutas que foram aprovados os decretos-lei n.º 49 058 e n.º 49 212, onde se previa que só os tribunais podiam suspender ou substituir os dirigentes sindicais e estabeleceram-se prazos de negociação dos contratos colectivos de trabalho. Estas vitórias sofreram um retrocesso parcial em 1970, com a reposição do controlo

²¹³ «Por uma Política Segura e Confiante». In *Avante!*, Série VII, 6 de Dezembro de 1974, p. 2.

²¹⁴ «O Discurso de Álvaro Cunhal». In *Avante!*, Série VII, 15 de Novembro de 1974, p. 8.

²¹⁵ Como assinalámos na introdução, as greves de 1968 não devem ser analisadas fora do contexto da crise cíclica de 1967 e do período de iniciativa mundial dos trabalhadores, com epicentro nas fábricas norte-americanas de automóveis e no Maio de 1968 em França, de resistência à intensificação do trabalho. (Birke, 2009)

governamental sobre as direcções sindicais. Mas a força das greves foi suficiente para impulsionar a tentativa de criar uma organização sindical à escala nacional. Nasce o embrião daquilo que viria a ser, com a revolução, uma central sindical, a Intersindical.

No dia 28 de Setembro de 1970 as direcções sindicais dos Lanifícios, Bancários, Metalúrgicos e Caixeiros, todos de Lisboa, apelam a uma reunião entre sindicatos. Os sindicatos que participam nas reuniões são 15 em Dezembro de 1970 (representando cerca de 172 000 trabalhadores), 18 em Janeiro de 1971 (cerca de 190 000 trabalhadores) e 16 em Julho de 1973 (cerca de 160 000 trabalhadores). A Intersindical reúne-se no dia 11 de Maio de 1974, no meio do surto grevista pós 25 de Abril, representando nessa altura 54 sindicatos.

José Carlos Valente (2001) estudou a política sindical do PCP. Desde 1937 que o PCP defende uma política que dirigia os trabalhadores a estarem nos sindicatos nacionais, onde deviam pressionar as direcções destes sindicatos, entrar neles em massa para os transformar em organismos de defesa dos trabalhadores, e eleger direcções honestas, da confiança dos trabalhadores, quaisquer que fossem as suas convicções políticas ou religiosas. O partido define, porém, como salienta Valente (2001:212), que não se deve ter ilusões em ganhar as direcções sindicais e que as formas de luta passam essencialmente pelas comissões de unidade. *Rumo à Vitória* confirma a linha do partido e não aponta como «objectivo a unificação nacional do movimento sindical» (Valente, 2001: 213). Citando o trabalho de José Barreto, Valente lembra que a iniciativa da criação de reuniões intersindicais, que surgem no movimento grevista pós-68, pode não ter sido feita sob proposta do PCP, mas de sindicalistas ligados à CDE que mais tarde seriam fundadores do MES (2001:217). Não confirmámos esta afirmação mas ela não invalida o facto de que, a partir de 1972, a influência do PCP nas reuniões intersindicais é indiscutível e estas passam a ser, tudo indica, a vanguarda da organização operária até ao 25 de Abril de 1974. Os trabalhos de Alan Stoleroff confirmam ambas as teses: a falta de organização da classe trabalhadora portuguesa, por um lado, e a crescente força do PCP nos locais onde esta estava mais organizada, por outro (Stoleroff, 1985: 181).

Mas, a Intersindical, antes de 1974, é apenas um embrião do que viria a ser, e a força do movimento grevista a partir de final dos anos 60, surpreendente se comparada com os anos entre o fim da guerra e 1968, não permite concluir que haja um contínuo histórico entre as lutas pré-revolução e o pós 25 de Abril. Desde logo porque a sua amplitude continua a ser reduzida face ao grosso do movimento operário – antes da revolução a Intersindical congrega no máximo 170 000 trabalhadores, depois da

revolução reclama uma representatividade na ordem do 1 milhão, pelo menos. Em 1975 terá largamente ultrapassado este número. Em segundo lugar, o regime só entra em crise, no sentido de se abrirem no seu seio posições irreconciliáveis, a partir de 1973/74. A descrição do movimento grevista pré 1964 não pode, cremos, omitir o salto de qualidade que foi a situação revolucionária aberta com o golpe de 25 de Abril de 1974.

Esta, porém, não era a caracterização oficial do PCP que, desde o início da revolução, procura legitimar a Intersindical como a organização dos trabalhadores, perseverando na ideia de que teria havido um levantamento popular criado pelo PCP - eixo da construção da legitimidade do partido como direcção do movimento operário revolucionário -, o que simultaneamente ocultava os equívocos da política de ampla unidade antifascista. José Vitoriano, membro do Comité Central do PCP, no VII Congresso do PCP, realizado em Outubro de 1974, discursa neste sentido: «Porque irão então os trabalhadores portugueses, que têm estado unidos, que têm atrás de si todo um passado de luta sindical unitária sob as difíceis condições do fascismo, que dispõem já hoje de uma Intersindical que agrupa cerca de 220 sindicatos com mais de 2 milhões de trabalhadores, porque iriam os trabalhadores portugueses, dizia, dividir-se em sindicatos comunistas, socialistas, católicos e outros (...)»²¹⁶. Em entrevista concedida ao jornal do Sindicato dos Bancários de Lisboa, o secretariado da Intersindical fala de movimento sindical unido desde 1942²¹⁷.

A própria Intersindical reclama, logo a 19 de Julho de 1974²¹⁸, ter 217 sindicatos que representavam mais de 2 milhões de trabalhadores. Os números são exagerados e o próprio PCP se contradiz, afirmando noutras alturas que a Intersindical representava 1 milhão de trabalhadores²¹⁹. Mas mesmo acreditando que mais de 100 sindicatos tinham aderido à Intersindical durante Junho, estes números não reflectem a força da Intersindical junto dos trabalhadores. A Intersindical tornou-se um gigante com a revolução, mas isso foi um processo que estava em embrião em Abril de 1974. Nada permite concluir que a havia dirigentes com autoridade junto dos trabalhadores e muito menos dirigentes afectos ao PCP que controlassem e conseguissem dirigir uma parte importante do que se passou em termos de conflitualidade social nos primeiros meses da

²¹⁶ VITORIANO, José, «Os Sindicatos e os Trabalhadores» In *Avante!*, Série VII, 21 de Outubro de 1974, p. 7.

²¹⁷ «A Intersindical. Perguntas e Respostas». In Intersindical. Na Unidade a Força dos Trabalhadores. Documentos Sindicais 1970-74. Lisboa: s/e; s/d. p. 49.

²¹⁸ «A Intersindical tem 4 anos». In Intersindical. Na Unidade a Força dos Trabalhadores. Documentos Sindicais 1970-74. Lisboa: s/e; s/d. p. 7.

²¹⁹ «Pluripartidarismo e Plurisindicalismo». In *Avante!*, Série VII, 1 de Novembro de 1974, p. 2.

revolução. É assim em Maio e Junho mas também em Agosto de 1974, no Jornal do Comércio, na TAP e na Lisnave, lutas feitas à margem da Intersindical, contra a lei da greve, e decididas em assembleias de trabalhadores. Embora se tenha que aprofundar quer a questão do peso das comissões de trabalhadores a partir de Fevereiro de 1975 – um estudo empírico está por fazer – quer as divisões dentro dos sindicatos depois de Maio de 1975, quando se iniciam as eleições para muitas das direcções sindicais, é muito provável que só quando a unicidade vence e a Intersindical começa a integrar progressivamente as comissões de trabalhadores, portanto a partir de Janeiro/Fevereiro de 1975, é que se pode realmente começar a falar de uma unidade sindical nacional.

A força do movimento dos trabalhadores a seguir à revolução, e muito provavelmente o seu débil enquadramento e confiança nos sindicatos, em 1974, vai despertar, como um rastilho de pólvora, uma forma de organização de tipo conselhistas, as comissões de trabalhadores, que em quase todas as fábricas e serviços do País funcionam em assembleias de trabalhadores, e onde, em princípio, deveria funcionar o princípio da livre revogabilidade. São estas, e não as direcções sindicais, que vão estar na origem da maioria dos conflitos envolvendo o operariado e o sector dos serviços no início da revolução portuguesa, protagonizando alguns dos mais importantes conflitos laborais, e gerando por isso a oposição do PCP e da maioria das direcções sindicais, que consideravam as comissões de trabalhadores «formas selvagens de organização, instrumentos do patronato e do “divisionismo”» (Valente, 2001:241).

Não dispomos de nenhum estudo sistemático que abarque um estudo das greves durante todo o período da revolução portuguesa. Há apenas estudos parciais, que dizem respeito às primeiras cinco semanas da revolução (Santos, 1976) e um estudo amplo dos conflitos colectivos que não distingue greves de outro tipo de formas de luta (Muñoz, 2000). Muñoz registou 958 conflitos de empresas e fábricas, 300 dos quais ocorreram entre Maio e Junho de 1974. Com excepção de Julho e Agosto de 1974, todos os meses registam mais de 100 conflitos por mês.

No quadro 1 elaborámos uma tabela baseada em Santos (1976) com as greves que ocorreram entre 25 de Abril de 1974 e 1 de Junho do mesmo ano. A mudança face ao período anterior salta à vista e dá logo uma ideia da profunda alteração social. Em cinco semanas há 97 greves e 15 ameaças de greve, mais do que ocorreu em todos os anos precedentes, incluindo no pico de greves de 1969 – registaram-se nesse ano todo 100. A maioria das greves regista-se na indústria, 58, e em 35 destas greves verifica-se a ocupação da fábrica ou empresa. Em quarto, o sequestro de pessoas e bens.

Quadro 1: Greves entre 25 de Abril de 1974 e 1 de Maio de 1974.

	Formas de Luta			
	Ameaça de greve	Greves	Empresa/Ocupação de fábrica	Sequestro de pessoas e bens
Indústria	8	42	26	4
Gás, Electricidade, Água, Transportes, Comércio e Comunicações	6	15	8	
Banca, Seguros, Serviços	1	1	1	
Total	15	58	35	4

Fonte: SANTOS, Maria de Lurdes *et al.* (1976)

As greves que se registam são maioritariamente «selvagens», decididas em assembleias democráticas de trabalhadores e dirigidas, na maior parte dos casos, pelas comissões de trabalhadores. São convocadas à margem do Partido Comunista, do Partido Socialista e dos sindicatos. Algumas das greves surgem em sectores onde durante a ditadura tinha havido mobilização – transportes, material electrónico, seguros, pescadores –, mas a greve passa a ser um fenómeno tão corrente e comum na sociedade portuguesa que atinge agora todos os sectores e a nível nacional. No estudo de Muñoz (2000), que como vimos abarca não só as greves mas todos os conflitos de empresa, regista-se uma maior conflitualidade laboral nas empresas têxteis (19%), seguida da maquinaria (15%) e construção (9%). O mesmo estudo confirma que a maioria dos conflitos surge em Lisboa (43%), Porto (12%) e Setúbal (8%), ou seja, é nas zonas mais industrializadas que se dá o grosso dos conflitos sociais e o mesmo se deve aplicar às greves.

Algumas destas greves têm uma importância qualitativa porque paralisam a capital macrocéfala do País (como as greves dos transportes urbanos e do pão em fim de Maio de 1974 ou a greve dos CTT, que junta 35 000 trabalhadores). No estudo de Santos *et al* (1976) a maioria das reivindicações destas greves são: aumentos salariais; salário mínimo, participação nos lucros da empresa, 13.º e 14.º mês, controlo sobre a

empresa (40%). Em quase 50% dos processos de luta estudados por Santos há exigência de saneamentos ou seja, de destituição dos quadros das empresas, gestores e administradores afectos ao regime fascista. Cristovam (1982) concluiu que em 1974-75 entre 15 e 22,7 % das reivindicações colocavam directamente em causa os centros de poder das empresas (Cristovam, 1982:74). Surgem ainda reivindicações novas, típicas de um período revolucionário, como trabalho igual, salário igual; abolição de privilégios na empresa.

Face à força do movimento laboral, o PCP tem uma tática de contenção das greves, que passou, pelo menos até Fevereiro de 1975, por favorecer a criação de uma central sindical única e obstaculizar as comissões de trabalhadores. Lutas e formas de organização dos trabalhadores eram dois temas intimamente ligados.

As comissões de trabalhadores eram, nesta altura, mais fortes que os sindicatos, ainda em recomposição²²⁰. Por outro lado o PCP, que crescia como partido, não tinha quadros para criar estruturas por si controladas em todos os sindicatos nacionais que eram tomados pelos trabalhadores e mesmo nas empresas onde tinha influência havia «indisciplina de certos camaradas, alguns dos quais militantes dos mais dedicados»²²¹. Esta debilidade organizativa que o próprio partido reconhecerá na sua revista teórica em Maio de 1975²²², é uma das peças essenciais para se poder fazer uma história da revolução portuguesa, porventura uma das mais difíceis porque as classes trabalhadoras não têm o hábito de deixar documentos das assembleias e das lutas e das discussões internas que fazem, dificultando assim o elo entre a luta de classes e a sua representação política.

A luta pela unicidade sindical

A oposição às decisões das comissões de trabalhadores e assembleias de trabalhadores, a aprovação de um salário mínimo abaixo do reivindicado pelos trabalhadores, a oposição constante às greves a partir do meio de Maio de 1974; a lei da greve de Agosto de 1974, tudo isto conduz a uma situação que objectivamente coloca o PCP contra os trabalhadores, sobre os quais este não tem a autoridade que seria esperada pelos parceiros de Governo. A luta do PCP pela unicidade sindical será uma

²²⁰Ver capítulo 3, p. 60

²²¹ «A Estruturação e os Quadros». In *O Militante*. Série IV, n.º 1. Junho de 1975, p. 2.

²²² «A Estruturação e os Quadros». In *O Militante*. Série IV, n.º 1. Junho de 1975, p. 2.

das batalhas mais difíceis que o partido trava na revolução e, a partir do Outono de 1974, o PCP concentrará aqui grande parte das suas energias, como referem entre outros Stoleroff (1985), Ventura (1995), Lisi (2007). Lisi associa mesmo o aumento da mobilização do partido nas bases com a luta pela unicidade sindical e pela aplicação da *Plataforma de Emergência* aprovada no VII Congresso: «Logo a seguir ao VII Congresso (extraordinário) verificou-se um aumento constante da actividade de mobilização interna do PCP: no período entre Novembro de 1974 e Abril de 1975 registou-se uma média mensal de cerca de trezentas actividades organizadas pelo partido, atingindo o máximo nível no mês de Janeiro. A questão sindical e as discussões sobre as perspectivas económicas foram as causas principais do alto número de sessões e comícios do PCP» (Lisi, 2007:193).

Esta mobilização é feita no sentido de convencer os trabalhadores de que a unicidade sindical, imposta pelo Estado, é tão importante que dela depende a democracia, uma argumentação que se transforma numa chantagem sobre os trabalhadores, mas também numa ameaça aos parceiros de Governo. O PCP está disposto a mobilizar as bases pela unicidade sindical: «Preconizar – como o fazem levemente alguns partidos políticos – o pluralismo sindical e advogar abertamente a divisão do jovem movimento sindicalista português é debilitar este baluarte da luta pela democracia em Portugal»²²³ ; «A Intersindical Nacional continua a confiar que a Lei Sindical a publicar pelo Governo Provisório reflectirá a opção livre e massivamente feita pelos trabalhadores portugueses, dispensando a cópia mecânica de modelos estrangeiros que não se adaptam às condições reais da vida portuguesa, assim defendendo a unidade da classe trabalhadora e favorecendo a aliança do povo com o MFA, essencial ao processo de democratização em Portugal»²²⁴

Desde o golpe de 28 de Setembro de 1974 que o partido não mobilizava os trabalhadores como o fez para a luta pela unicidade. Foi uma vitória difícil. Durante o mês de Novembro multiplica-se a presença de dirigentes do Comité Central junto das empresas e fábricas a defender a unicidade sindical. É também nesta altura, na última quinzena de Novembro de 1974, que se realiza um encontro em Lisboa e Porto de sindicalistas portugueses e soviéticos. Estes últimos têm encontros nos sindicatos a defender a unicidade²²⁵. Um plenário da Intersindical, realizado a 30 de Novembro de

²²³ «Pluripartidarismo e Plurisindicalismo». In *Avante!*, Série VII, 1 de Novembro de 1974, p. 2.

²²⁴ «Trabalhadores repudiam seminário da CISL». In *Avante!*, Série VII, 27 de Dezembro de 1974, p. 9.

²²⁵ «Sindicalistas Soviéticos em Lisboa e no Porto». In *Avante!*, Série VII, 22 de Novembro de 1974, p. 6.

1974, aprova o projecto de lei das associações sindicais. Em Dezembro sai o *Alavanca*, jornal da Intersindical, e é inaugurado um programa de duas horas diárias no Rádio Clube Português, das zero às duas da manhã, da Intersindical. É pela voz do próprio Álvaro Cunhal, num comício com Georges Marchais, líder do PCF, em Lisboa, em Novembro de 1974, que o PCP afirma a determinação em vencer esta batalha: «A unidade da classe operária é incompatível com o pluralismo sindical. (...) Como se sabe está em preparação a lei que estabelece os princípios da organização sindical (...) O pluralismo sindical não significaria nas condições presentes outra coisa que não seja a (...) a criação de um ambiente confuso nos conflitos sociais altamente desfavorável à defesa dos interesses dos trabalhadores, à consolidação das liberdades e ao prosseguimento da democracia (...) Apelamos para que os trabalhadores desenvolvam amplas acções de massa com este objectivo (...)»²²⁶

Os discursos dos dirigentes do partido radicalizam-se em Dezembro de 1974, afirmando que a oposição do PS, de sectores do PS, à unicidade era uma ameaça à «aliança Povo-MFA». No dia 13 de Janeiro de 1975 o Conselho Superior do MFA manifesta-se pela unicidade. O PCP mobiliza toda a sua capacidade de influência – Intersindical, UEC, MJT, MDM, MDP/CDE – para a manifestação de 14 de Janeiro de 1975, que é também apoiada pelo MES e pela FSP. Segundo o PCP, 300 mil²²⁷ saem à rua em Lisboa, e outros milhares no País, a defender a aprovação pelo Conselho de Ministros da Lei das Associações que definia a unicidade sindical. Costa Martins, ministro do Trabalho, citado no *Alavanca*, pergunta na manifestação: «Quem tem medo do povo?»²²⁸

A mobilização é uma prova de força do PCP junto dos parceiros de Governo, mas também um acontecimento que mostra que uma parte importante dos trabalhadores confiou na política de unicidade sindical. Em parte confiou porque o debate era confuso para a maioria dos trabalhadores, mas naturalmente foi também determinante o instinto de unidade da classe operária, que se reviu na unicidade. Vejamos estes dois aspectos da questão.

O PCP queria convencer os trabalhadores da unicidade sindical, mas falava em unidade, fazendo na propaganda uma fusão entre unidade e unicidade e mais tarde entre unicidade e democracia. Enquanto o PS advoga o pluralismo sindical, ou seja a

²²⁶«O Discurso de Álvaro Cunhal». In *Avante!*, Série VII, 15 de Novembro de 1974, p. 8.

²²⁷A Intersindical reclama ter tido 500 mil.

²²⁸*Alavanca*, 17 de Janeiro de 1975, capa.

existência de mais do que uma central sindical que pudessem agir unitariamente (que também seria de facto uma correia de transmissão do PS como foi depois a UGT), o PCP apoia a unicidade mas utiliza, para convencer os trabalhadores, o termo unidade. Vimos vários exemplos desta política no *Avante!*, mas o mesmo se lê no *Alavanca*, o órgão de imprensa da Intersindical, dirigido interinamente pelo próprio Avelino Gonçalves (membro do PCP e ministro do Trabalho do I Governo Provisório). O primeiro número do *Alavanca* sai em Dezembro de 1974, centrado exactamente na batalha pela unicidade: «Paz e Unidade Sindical»²²⁹, «Não há lugar no contexto da Sociedade Portuguesa para o Pluralismo Sindical»²³⁰, «Mais força pela Unidade»²³¹, «Se não for o Sindicato, despedem-nos como Cães»²³².

A questão não se pode, no entanto, reduzir à forma. A unicidade ia ao encontro da consciência dos trabalhadores, que defendiam a unidade. A unidade dos trabalhadores – e era assim que era interpretada a unicidade pela maioria destes – era uma batalha histórica do movimento operário. De tal forma que muitas das próprias comissões de trabalhadores que se reúnem à margem do PC, em Janeiro não têm uma posição de princípio contra a unicidade, o que vai dar ao PCP, através da Intersindical, uma margem para se começar a construir nas comissões de trabalhadores a partir de 1975, perante a incapacidade destas de se organizarem à escala nacional.

O confronto entre o PS e o PCP sobre a unicidade sindical é uma disputa por influência na classe operária. Disputa tão importante que assim que o PS vence as eleições começa a política de exigir eleições generalizadas nos sindicatos, logo a seguir à aprovação da Lei das Associações Sindicais pelo Conselho da Revolução, a 30 de Abril de 1975.

A unicidade está de facto na origem da primeira divergência pública séria entre os dois partidos – já tinha havido desacordos a propósito da lei da greve ou da participação do MDP nas eleições para a Assembleia Constituinte, mas nenhum deles tinha causado o impacto que teve o confronto a propósito da unicidade sindical. No calor do conflito, Salgado Zenha, ministro da Justiça do III Governo Provisório e militante do PS, expressa-se publicamente contra a unicidade, declarando-a inconstitucional. É o jurista Gomes Canotilho, então membro do PCP quem, no *Diário de Lisboa*, responde a Zenha, declarando a «legitimidade da vontade política das classes

²²⁹ *Alavanca*, 16 de Dezembro de 1974, p. 3

²³⁰ *Alavanca*, 16 de Dezembro de 1974, p. 6

²³¹ *Alavanca*, 16 de Dezembro de 1974, p. 9

²³² *Alavanca*, 24 de Janeiro de 1975.

trabalhadoras»: «Conforme à Constituição não pode considerar-se apenas a interpretação feita de acordo com um certo código individual de valores. Constitucional não é só o conteúdo escolhido aprioristicamente pelo Dr. Salgado Zenha. Constitucional será a materialização legislativa que, para garantir essa liberdade, o Governo Provisório venha a fixar, depois de auscultada a verdadeira vontade política das classes trabalhadoras»²³³.

Com efeito, como escreveu Maxwell, a fotografia de Soares e Cunhal sorrindo juntos, com um cravo na mão, já não encaixava no novo contexto político. Os socialistas conseguem impor ao PCP dentro do Governo aspectos da legislação que garantam eleições sindicais mais livres do que o PCP preconizava, mas perdem a votação sobre a unicidade, que é ganha com os votos do PCP, de Vasco Gonçalves, primeiro-ministro, e do capitão Costa Martins, ministro do Trabalho.

Mas a derrota do PS não foi esmagadora, como se poderia pensar. A Intersindical era dirigida pelo PCP mas não era um bloco monolítico. Avelino Gonçalves, por exemplo, será penalizado pelo seu papel repressor das greves enquanto ministro do Trabalho do I Governo Provisório e perde, no dia 17 de Janeiro, a eleição para o Sindicato dos Bancários do Porto para o PS. O Sindicato dos Bancários de Lisboa vai ser também perdido para sectores próximos do PS durante o Verão Quente.

As comissões de trabalhadores e a manifestação de 7 de Fevereiro de 1975

Os efeitos da recessão de 1973 fazem-se sentir, como assinalámos, com diminuição da produção em alguns sectores e despedimentos. O PCP procura canalizar as lutas contra os despedimentos – o desemprego em Novembro atinge perto de 100 mil pessoas – para a construção da Intersindical, lançando alguma confusão entre meios e objectivos de luta: «Unidade como garantia do direito ao trabalho»²³⁴ é um dos lemas do partido. O PCP procura obter resultados nas fábricas através da tutela permanente do Ministério do Trabalho e do MFA sobre as lutas dos trabalhadores, estabelecendo uma relação umbilical entre Estado e mundo do trabalho: «A empresa António Alves, de Torres Novas, paralisada há cerca de dois meses, reinicia a actividade no próximo dia

²³³ *Diário de Lisboa*, 16 de Janeiro de 1975, pp. 11 e 16.

²³⁴ «Unidade como garantia do direito ao Trabalho». In *Avante!*, Série VII, 15 de Novembro de 1974, p. 11.

11 (...) As negociações decorreram entre a Comissão de Trabalhadores e os representantes da empresa, com o apoio técnico dos serviços de Acção Social do Ministério do Trabalho. Esteve presente um membro dos corpos gerentes do Sindicato dos Têxteis, Lanifícios e Vestuário do Sul»²³⁵.

Mas as comissões de trabalhadores, por sua vez, ganham crescente força. Miguel Pérez (2008:130-134) escreve que, apesar de algumas lutas serem defensivas (contra os despedimentos), são mais radicais e os trabalhadores ganham nelas mais consciência da força colectiva que têm. A batalha pela unicidade estará ao rubro exactamente no momento em que surge a possibilidade de se organizar uma comissão inter-empresas, embrião de uma organização nacional das comissões de trabalhadores que se radicalizam na luta contra os despedimentos.

Em Maio de 1974 as operárias da Sogantal ocupam e mantêm a laboração da empresa. Em torno desta fábrica gera-se um movimento de solidariedade, com venda militante de fatos de treino para conseguir pagar os salários, na qual participam entre outras a Efacec e a Lisnave. A greve da TAP e a manifestação da Lisnave vão originar contactos entre várias comissões de trabalhadores. A comissão inter-empresas aparece em Janeiro de 1975, agrupando cerca de 30 comissões de trabalhadores. Começam a publicar o boletim *Trabalhadores em Luta*. Segundo Miguel Pérez, a «estrutura vai ser coordenada por CTs com forte presença de militantes m-l, mas conta com o apoio da generalidade dos grupos à esquerda do PCP» (Pérez, 2008: 134).

As comissões de trabalhadores não actuam de forma centralizada. E não chegam a ter uma posição única sobre a unicidade sindical. Ou seja, não apareciam como alternativa política nacionalmente organizada à Intersindical, embora muitas vezes, nas fábricas, fossem uma força que anulava a Intersindical. O eventual sucesso da coordenação nacional das comissões de trabalhadores tinha uma dinâmica que colocava em causa a unicidade dirigida pelo PCP e, sobretudo, aparecia como uma organização autónoma de trabalhadores, combativa, no meio de uma revolução: «Como assinala um membro da CT da Setenave ao realizador D. Edinger, sobre uma estrutura nacional de CT's, quem domine uma estrutura desse tipo domina efectivamente o país» (Pérez, 2008: 143).

A coordenadora das comissões de trabalhadores, sob proposta da Efacec, decide fazer uma acção contra os despedimentos. A realização de manobras militares da NATO

²³⁵ «Quatrocentos e Cinquenta Operários Voltam ao Trabalho». In *Avante!*, Série VII, 8 de Novembro de 1974, p.10.

nos arredores de Lisboa, vista como uma provocação, é o momento escolhido para fazer a manifestação, que fica marcada para o dia 7 de Fevereiro. O Governo decreta a proibição de manifestações entre 7 e 12 de Fevereiro de 1975. A manifestação é convocada pelo MES, PRP, UDP, LUAR, LCI, PCP (m-l) e Base-FUT e junta cerca de 80 000 pessoas. No manifesto apela-se à destruição do capitalismo, sistema em que os despedimentos são considerados inevitáveis, e propõe-se a recusa de fazer horas extraordinárias e a contratação efectiva dos trabalhadores de várias empresas. O PCP lança no dia 4 de Fevereiro um comunicado do Comité Central em que critica o perigo de manobras da NATO no meio de uma grande tensão social, mas mantém a defesa da participação de Portugal nesta aliança militar, nas «actuais condições», e denuncia a manifestação como provocatória²³⁶. No Governo, junto com o PS, vota a favor da proibição da manifestação.

Mas a comissão inter-empresas reúne força social para organizar a manifestação, desobedecendo ao Governo, contra o PS, o PCP e o MFA. Na manifestação há discursos inflamados contra as políticas defendidas pelo Governo e pelo PCP: a batalha da produção, o serviço cívico estudantil, a Intersindical, acusada de «amarela» e «reformista» (Pérez, 2008: 139). Mas o facto mais importante da manifestação dá-se quando o cordão militar adere às palavras de ordem contra a NATO da manifestação, sob o entusiástico aplauso dos manifestantes.

Este é um dos momentos em que fica perceptível que a análise de que na revolução havia dois caminhos - o do socialismo democrático, liderado pelo PS, e o da vanguarda revolucionária, dirigido pelo PCP, (Maxwell, 1999: 129) -, simplifica uma realidade muito mais complexa e reduz a revolução à direcção das organizações que dirigiam o Estado. A manifestação mostra, da mesma forma que tinha sido claro na militarização da TAP, que há um campo de divisão no seio das forças armadas e que o «Povo não está com o MFA» ou, para sermos precisos, que uma parte dos trabalhadores – entre eles o seu sector mais combativo – em determinados momentos, não estava com o MFA. E que sectores dos soldados, da base das forças armadas, estavam também com estes trabalhadores.

Depois da vitória da unicidade, conseguida de facto com a manifestação de 14 de Janeiro de 1975, o PCP faz uma mudança na sua política para as comissões de trabalhadores e começa a tentar ter nelas influência.

²³⁶ «A Propósito das Manobras da NATO». Comunicado do CC do PCP, 4 de Fevereiro de 1975, In *Avante!*, Série VII, 6 de Fevereiro de 1974, p. 3.

Porquê esta viragem? O número de empresas a fechar crescia, a inflação disparava, a crise aprofundava-se, a dualidade de poderes organizava-se crescentemente, tendo dado um salto com o 11 de Março de 1975. A unicidade tinha sido conseguida. As comissões de trabalhadores não estavam contra o princípio da unicidade e esta estava consagrada pela lei, logo estava garantido que, mesmo com críticas, as comissões não se opunham em bloco à Intersindical. A política de conflito aberto com as comissões não trouxera resultados favoráveis ao PCP – pelo contrário, tinha perdido muitas delas para a extrema-esquerda e também para o PS – e, a manter-se, arriscava-se a trazer o conflito para o seio da Intersindical, já de si um colosso que o partido admite nem sempre controlar. Outro dado é que as comissões tinham começado a organizar-se justamente em Janeiro de 1975 e estava em cima da mesa a hipótese de sair delas uma comissão nacional. Mesmo sem organização comum, punham em causa o Governo e o MFA; com uma organização unificada poderiam mudar o curso da revolução. O PCP tinha de tentar controlar as comissões de trabalhadores. Foi para isso involuntariamente ajudado pelas próprias organizações de extrema-esquerda, que não conseguiram pôr-se de acordo para construir um organismo unificado. Outro facto ainda, é que o PCP partia com uma enorme vantagem – era um partido grande, centralizado, organizado.

Estes dados terão estado em cima da mesa quando o PCP tomou a decisão de convocar a I Conferência Nacional Unitária de Trabalhadores, realizada no dia 2 de Fevereiro de 1975 no Instituto Superior Técnico. A conclusão mais importante, segundo o próprio PCP, é a criação de uma Comissão Nacional de Trabalhadores para a defesa das empresas «tendo em conta que nos seus objectivos pretende manter contactos com as Comissões de Trabalhadores das Empresas e organizar os estudos das situações caso por caso, de forma a poder propor soluções adequadas»²³⁷. O tom belicoso com as comissões é substituído por apelos à unidade²³⁸. A crescente força dos organismos ditos «da vontade popular» depois de 11 de Março de 1975 torna inevitável esta política. Em Maio de 1975 os apelos à batalha da produção incluem apelos a todas as estruturas de trabalhadores nas empresas²³⁹. Em Julho de 1975, o I Congresso da Intersindical condena o sectarismo e apela à coordenação entre os vários organismos nas empresas (Valente, 2001: 242). Pouco depois o PCP cria o Secretariado Provisório das Comissões de Trabalhadores da Cintura Industrial de Lisboa.

²³⁷ I Conferência Nacional Unitária de Trabalhadores. In *Avante!*, Série VII, 6 de Fevereiro de 1975, p. 4.

²³⁸ *Avante!*, 6 de Fevereiro de 1975, p. 5

²³⁹ «O processo revolucionário e a batalha da produção». In *Avante!*, Série VII, 22 de Maio de 1975, p. 1 e 4.

A vitória da unicidade sindical teve consequências inexoráveis sobre a revolução: na relação entre o PCP e o PS, no crescimento e consolidação do PCP, e no controlo dos trabalhadores.

Ao conseguir construir a Intersindical e obter para ela o apoio da maioria dos trabalhadores portugueses, o PCP desferiu um duro golpe no PS, no que diz respeito à influência sobre o movimento operário organizado. Conseguiu ganhar progressivamente influência nas comissões de trabalhadores, cujas direcções, por fragilidade e incapacidade de organização nacional, não conseguiram evitar que o seu campo de acção política fosse, em parte, engolido pela Intersindical.

A luta pela unicidade sindical foi, nas palavras de Maxwell, a luta pela aprovação de legislação que assegurasse «o controle comunista sobre a classe trabalhadora organizada» (Maxwell, 1999:129). Schmitter considera-a mesmo uma continuação da política corporativista do Estado Novo para o movimento operário: «A Intersindical (...) é um dos elementos-chave do poder social do PCP (...). Apropria-se e perpetua a maior parte das características do sistema corporativo português: monopólio legal da representação, quotizações obrigatórias, controle ministerial sobre as irregularidades aquando das eleições sindicais, fragmentação sectorial, divisão geográfica, autoridade vertical do tipo hierárquico, séria restrição do direito à greve. Depois de se terem apoderado rapidamente desta estrutura quase intacta, os comunistas puderam utilizá-la tanto para arrancar avultados aumentos de salários aos empregadores privados e públicos como, a seguir, para abrandar a onda de greves que ameaçava paralisar a produção. Contrariando todas as paragens de trabalho e mesmo o «saneamento» de alguns directores quando a iniciativa não partia dela tornou-se um dos raros elementos de disciplina e de controlo social no Portugal liberto. Tornou-se também eficiente em matéria de organização de manifestações de massa do PCP em Lisboa acerca de questões capitais». (Schmitter, 1999: 217-218).

O PCP levou para a Intersindical uma concepção burocrática de sindicalismo em que a construção do próprio aparelho sindical, o seu financiamento, os seus funcionários são estratégicos, porque constituem um sustentáculo da organização partidária. Para isso coloca em causa o princípio da separação entre Estado e sindicatos e cria um sistema de tutela, quase paternalismo, do Ministério do Trabalho sobre os sindicatos.

Segundo José Carlos Valente, «para a Intersindical, o principal objectivo dos primeiros tempos da revolução era ser reconhecida oficialmente como única central sindical e, ao mesmo tempo, dotar-se com um aparelho orgânico eficaz para o

enquadramento das futuras movimentações sociais», num quadro em que o PCP dava mais importância à influência nas instituições do que ao «apoio sistemático ao movimento popular» (Valente, 1994:59). A questão do duplo poder, que definimos na introdução como um dos critérios para definir o salto qualitativo de uma revolução política para uma revolução social, não foi colocada pelo Partido Comunista Português. A unidade dos trabalhadores não estava, para a direcção do partido, em colocar os organismos de duplo poder como as comissões de trabalhadores em unidade nacional – uma constituição de um «soviete» unificador que desse uma dimensão nacional às lutas de base desenvolvidas nas fábricas e empresas - mas em tirar-lhes o poder para o deslocar para a Intersindical ou, pelo menos, assim que tem a unicidade assegurada, submeter politicamente as comissões de trabalhadores à Intersindical.

A burocratização, referida também por Alan Stoleroff (1985:179), não deve porém diminuir a importância da questão «ao serviço de que programa se construiu esta organização?». Para cumprir o programa democrático do PCP, o *Rumo à Vitória* e a *Plataforma de Emergência*, não se podia optar por um sindicalismo democrático que deixasse as bases decidir as formas de luta e objectivos a travar. Porque, como se viu nas greves dos CTT, da TAP ou da Lisnave, essas formas de luta e objectivos chocavam com esse programa. Aliás, um facto que se dava em toda a Europa pós 68 (Birke *et al*, 2009), em que as explosões sociais em França e Itália tinham mostrado que a classe trabalhadora dos anos 60 se erguia também contra as direcções sindicais, optando, no meio das lutas mais radicalizadas, por métodos mais assembleístas, ao contrário dos momentos de menor intensidade da luta social, em que os sindicatos prevalecem.

A unicidade sindical, reclamada junto do Estado, e a sua orgânica interna é a arquitectura orgânica que permite a prossecução de uma política frentista e por isso ela não é uma escolha subordinada apenas à construção do aparelho partidário comunista, mas também a orgânica que melhor se adapta ao *programa* do partido.

O partido em todas as frentes

«A União dos Estudantes Comunistas defende intransigentemente que a universidade deve ser unicamente para aqueles que querem trabalhar, estudar e reconstruir o ensino. Aqueles que quando ouvem falar em que os estudantes, como privilegiados que o são, devem contribuir para a construção de um país novo, devem ajudar a suprir carências do nosso povo, devem dar um pouco do seu tempo a

*trabalhar como trabalha a classe operária, dizem logo: «fogo sobre os trabalhos forçados». Que vão
fazer fogo para casa».*

Zita Seabra, 12 de Dezembro de 1974 ²⁴⁰.

Juventude trabalhadora: construir, construir, construir

O Partido cresce ininterruptamente durante a revolução, até ao Verão de 1975. A sua estratégia é defendida no seio de todas as frentes em que se organiza: movimento estudantil, políticas para o ensino público, juventude trabalhadora, política e relações internacionais, saneamentos, a participação do MDP nas eleições e o recenseamento eleitoral são sectores e temas políticos onde o PCP vai ter uma palavra importante a dar.

Em Outubro de 1974 o MJT (Movimento da Juventude Trabalhadora) realiza encontros regionais da juventude trabalhadora em 18 cidades do País, que são precedidas de uma semana de plenários em dezenas de vilas e aldeias onde se discute a política do PCP para a juventude. Para o PCP, a juventude trabalhadora é claramente mais importante que a juventude universitária e aí vai ter um trabalho de construção impressionante. Em Outubro de 1974, o MJT tem abertas em todo o país 31 sedes, a maior parte no vale do Tejo, Lisboa e Alentejo (só 3 são no Norte do País). Muitas destas sessões políticas do MJT incluíam passagem de filmes, baladas musicais, sessões de poesia, livros recomendados para a juventude, campanhas de saneamento e alfabetização, limpeza das vilas, encontros desportivos, participação em feiras, festas e celebrações. Era uma séria e empenhada política de construção junto dos sectores populares.

Olhemos alguns exemplos da actividade do MJT para se ter a noção da política de construção do PCP. Em Outubro o MJT faz, entre muitas outras acções, uma sessão de esclarecimento na colectividade Os Nove Fixes; comemorações do grupo recreativo de Aldoar, que incluíam uma tarde infantil, com teatro de fantoches e filmes; há em mais de uma dezena de localidades a passagem de um filme sobre a campanha de alfabetização em Cuba e também de um filme de Charlie Chaplin; participação na festa local de Pias; jornada de confraternização na freguesia da Sé; torneio desportivo de Montelavar, campanha de limpeza nos arredores de Torres Novas; feira de livros e

²⁴⁰ Zita Seabra. Comício da UEC, 12 de Dezembro de 1974, Pavilhão dos Desportos. In *Com a UEC nas Escolas a Reacção não Passará*. Lisboa: Edições Avante!, 1975, pp. 21-27.

jornais em Santarém.²⁴¹ O filme *A Campanha de Alfabetização em Cuba* é passado em dezenas de localidades porque faz parte da campanha de saneamento e alfabetização proposta pelo partido no Verão de 1974. Nos meses seguintes o movimento continua a crescer e em Fevereiro de 1975 tem já 47 sedes abertas no País, mantendo-se a maioria no vale do Tejo e no Sul. Em Fevereiro de 1975 as acções do MJT incluem, entre muitas outras, a passagem de filmes cubanos, sessões de esclarecimento, colóquios sobre desporto, canto livre em Mafra, cerebração do Carnaval do Algarve e dezenas de debates políticos, muitos dos quais realizados em clubes desportivos e recreativos locais, sobre a unicidade sindical e a situação política nacional.²⁴² O PCP aconselha os seus jovens a lerem *A Resistência em Portugal*, de José Dias Coelho, *A Mãe*, de Máximo Gorki, *Anarquistas de Ontem e de Hoje*, de Jacques Duclos, uma denúncia dos grupos de extrema-esquerda, *ABC da Política*, *Seara de Vento*, de Manuel da Fonseca. Na secção «deves ver» do *Jovem Trabalhador* são aconselhados filmes como *Sambizanga*, de Sarah Maldoror, que retrata a luta de libertação em Angola; *Laranja Mecânica*, de Stanley Kubrick, *Estado de Sítio* e *Z – A Orgia do Poder*, de Costa Gavras, *Morangos Silvestres*, de Ingmar Bergman, entre outros.

Há uma política específica de desporto no que toca à juventude. O «Desporto é Política». O MJT organiza encontros desportivos, torneios, acusa os jornais desportivos de darem voz aos «fascistas» e defende que devem ser alteradas as regras dos clubes dando voto igual a todos os sócios (uma vez que no Estado Novo o voto de um sócio mais velho valia por 10). Esta política do PCP para o desporto culmina com a mobilização do MJT para participar no ENDO, Encontro Nacional de Desporto, em fins de Fevereiro de 1975, no qual se defende um desporto democrático (contra um desporto exclusivamente federado), e um reforço do peso do trabalho político nas organizações desportivas²⁴³.

Nos dias 22 e 23 de Fevereiro de 1975 realiza-se o Encontro Nacional de Trabalhadores Estudantes. O PCP, através do MJT, defende o acesso dos trabalhadores aos estudos e faz inúmeras propostas nesse sentido que incluem o fim do ensino diferenciado entre técnico e liceal; acesso dos trabalhadores-estudantes aos vários graus de ensino; redução do horário sem perda de vencimento de duas horas para os

²⁴¹ *Jovem Trabalhador*, n.º 5, 17 de Outubro de 1974, p. 5

²⁴² *Jovem Trabalhador*, n.º 13, 1.ª quinzena de 1975, p. 5

²⁴³ «O ENDO é teu». In *Jovem Trabalhador*, n.º 12, 21 de Janeiro de 1975, p. 3.

trabalhadores-estudantes e a proibição dos despedimentos nestes casos (reivindicação que já era anterior ao 25 de Abril)²⁴⁴.

É também no campo da juventude que se procura uma aproximação a sectores católicos, através do movimento Cristãos para o Socialismo, que realiza encontros²⁴⁵. A bandeira do ateísmo não foi erguida pelo PCP durante a revolução, mas também não o foi de forma central por nenhuma organização de esquerda. Os ataques do PCP à hierarquia da Igreja católica são feitos de forma táctica e surgem muitos secundarizados no quadro da política geral do partido.

O programa do MJT é o programa do PCP. O jornal, naquilo que não é dedicado à organização própria do MJT, é feito com a política do PCP: unidade Povo-MFA («A Juventude e o Povo estão com o MFA e o Governo Provisório²⁴⁶»); unicidade sindical; a cooperação entre a URSS e os países capitalistas²⁴⁷; a denúncia dos monopólios e uma política de combate à crise que passava pela reconstrução económica nacional. Faz-se também na juventude trabalhadora, uma mobilização maciça pelo Domingo de Trabalho.²⁴⁸

A UEC: «A ordem é revolucionária, não caótica»²⁴⁹

O movimento estudantil tinha menos importância no conjunto da política do PCP do que os sectores operários e camponeses. A esmagadora maioria dos documentos do partido não faz referência à política para o movimento estudantil. A UEC não tem a política de construção que tem o MJT. Manifestações, plenários universitários passam à margem do *Avante!*, que praticamente só dá destaque ao Congresso da UEC e a algumas intervenções de Zita Seabra em comícios do partido, em que lhe são reservados alguns minutos, sempre centrados na defesa da aliança com as forças democráticas e na denúncia dos grupos de extrema-esquerda. A situação laboral de qualquer empresa coloca o partido a produzir política, a orientar os militantes, a fazer comunicados, a ter o *Avante!* a falar sobre o assunto. O mesmo não se passa com actividades relacionadas com o meio estudantil, secundário ou universitário. É certo que o PCP tem um jornal específico para a juventude trabalhadora, o *Jovem Trabalhador*, e outro para os

²⁴⁴In *Jovem Trabalhador*, n.º 12, 21 de Janeiro de 1975, p. 1.

²⁴⁵ «Cristãos para o Socialismo». In *Jovem Trabalhador*, n.º 12, 21 de Janeiro de 1975, p. 3.

²⁴⁶ *Jovem Trabalhador*, n.º 5, 17 de Outubro de 1974, p. 1.

²⁴⁷ «Paz e Cooperação». In *Jovem Trabalhador*, n.º 5, 17 de Outubro de 1974, p. 6.

²⁴⁸ «Domingo de Trabalho»: In *Jovem Trabalhador*, n.º 5, 17 de Outubro de 1974, p. 1-2.

²⁴⁹ *Avante!*, Série VII, 20 de Setembro de 1974, p. 4.

estudantes, o *UEC*, e que, em geral, a política do partido é de compartimentar as lutas, não deixando que as lutas operárias se confundam com as lutas estudantis ou mesmo intersectoriais. Também é verdade que o PCP tinha junto dos estudantes muito menos influência – os grupos ML tinham aí crescido depois do Maio de 68 – do que nos meios operários e assalariados agrícolas. E sobretudo a tensão dentro da própria UEC era mais forte, porque havia mais disputa no movimento estudantil – de tal forma que o projecto da UNEP (União Nacional de Estudantes Portugueses) será abandonado. Mas é indiscutível que o PCP é um partido operário que antes de mais privilegia a direcção dos sectores produtivos da sociedade em detrimento do sector estudantil.

A disputa com os grupos maoístas e outros de extrema-esquerda leva o PCP a ter um jornal – o *UEC* – que é um «carro de combate». Criado em 1972, o primeiro *UEC* legal sai em Junho de 1974 e apresenta-se como um jornal que faz a ligação entre a classe operária e os estudantes e uma «arma de cooperação dos estudantes com o movimento das Forças Armadas e com o Governo Provisório»²⁵⁰. O objectivo dos estudantes comunistas é a democratização de Portugal, a independência das colónias²⁵¹. Se o *Avante!* dedica algumas páginas, sobretudo editoriais, a denunciar o esquerdismo, mas se centra na construção do partido, na organização, nas lutas concretas em que o PCP estava envolvido, o jornal da UEC é antes demais um jornal de denúncia.

O centro da política da UEC – que diz identificar-se com o «marxismo-leninismo científico»²⁵² é defender a política do PCP. Neste sentido os estudantes comunistas defendem em todas as ocasiões que a conquista das liberdades no meio estudantil é essencial, mas ela deve estar sujeita à consolidação democrática e ao apoio às forças democráticas, nomeadamente o MFA²⁵³. O fim da guerra colonial é defendido em múltiplas ocasiões pela UEC, que vê aí uma forte razão para utilizar o orçamento da guerra no combate ao analfabetismo e na educação do povo²⁵⁴.

Para construir novas direcções estudantis no meio do processo revolucionário a UEC propõe os saneamentos, a constituição de comissões directivas e a conquista da direcção das associações de estudantes, no ensino secundário e universitário. Milita-se durante 1974 e 1975 pela construção da UNEP – União de Estudantes Portugueses –, mas será o próprio PCP a abandonar essa construção porque não consegue ganhar

²⁵⁰ «Editorial». In *UEC*. n.º 1, 2ª Série, p. 1

²⁵¹ «Editorial». In *UEC*. n.º 1, 2ª Série, p. 1

²⁵² «3.º Aniversário da UEC», In *UEC*, n.º 12, 2ª série., p. 1

²⁵³ *UEC*, n.º 1, 2ª Série, p. 1 e 2; «Defesa da Revolução. Defesa da Unidade Povo-MFA». In *UEC*, n.º 26, 2ª série, p. 1.

²⁵⁴ «Guerra Colonial. Uma questão a Resolver». In *UEC*. n.º 1, 2ª Série, p. 5

suficiente influência no meio estudantil. Para além de um apêndice da política central do PCP, a UEC vai ter como objectivo a unidade democrática, para a qual contribui com a animação das Comissões Democráticas Estudantis (com o argumento de que a unidade democrática exige frentes unidas não partidárias²⁵⁵), a contenção das lutas estudantis em curso e a mobilização para o serviço cívico estudantil.

A contenção das lutas é uma das táticas que a UEC usa no meio estudantil, criando um clima de extrema violência verbal e luta política que nem o próprio *Avante!* – dirigido a sectores distintos – usa, acusando os «pseudo esquerdistas» de serem «fascistas convertidos em trotskistas», que, por isso, devem ser combatidos. O jornal dos estudantes do PCP, ao contrário do *Avante!* e do *Jovem Trabalhador* – que são jornais de construção – é um jornal em clima de guerra, incapaz de estabelecer pontes com sectores exteriores ao PCP: «Se até ao 25 de Abril os reaccionários se escandalizavam pudicamente com qualquer passagem administrativa (...) agora é precisamente a ala mais reaccionária do corpo docente que apoia o fim das aulas, a passagem administrativa, a abolição dos exames. Completando o quadro, alunos universitários militando nos comandos de choque fascistas e nos grupelhos de ultra direita, integram-se nos grupelhos pseudo radicais mudando de ideologia. O processo revolucionário de 25 de Abril converteu destacados activistas fascistas em ... trotskistas!»²⁵⁶

Logo em Junho de 1974, a UEC defende que «a anulação completa dos exames e o fim imediato do ano lectivo são objectivamente actos de sabotagem que servem os desígnios da reacção»²⁵⁷. Isto é feito num clima explosivo. Nas universidades multiplicavam-se os plenários com milhares de estudantes, saneamentos de professores conotados com o regime fascista e instaurava-se um clima deliberativo permanente. No dia 23 de Maio começa uma greve no ensino secundário e no dia 25 de Maio de 1974 cerca de 10 000 estudantes manifestam-se pelo fim dos exames. O resultado foi que o Governo foi obrigado a deixar entrar nas universidades todos os alunos que tivessem aprovação independentemente da nota final, o que significou um aumento para o dobro do número de estudantes universitários. Passava-se de 14 000 para 28 000 (Oliveira, 2004).

²⁵⁵ «Movimento Democrático Estudantil – Uma Frente Necessária». In *UEC*, n.º 1, 2ª série, p. 4.

²⁵⁶ «Movimento Democrático Estudantil – Uma Frente Necessária». In *UEC*, n.º 1, 2ª série p. 3

²⁵⁷ «Comunicado do CC da UEC». In *UEC*, n.º1, 2ª série, p. 2

A medida, que é uma cedência do Governo, implicava um problema de ordem técnica – as universidades iriam receber o dobro dos estudantes e o Governo, apesar de ter cedido, insistia que não havia instalações e professores suficientes para essa mudança. Mas a medida era sobretudo um problema para o PCP e o Governo porque ela implicava uma entrada maciça de estudantes num ambiente radicalizado, onde se multiplicavam os grupos de extrema-esquerda e onde o PCP não tinha o controle que crescentemente foi tendo em sectores operários. A esquerdização das universidades era tão marcada que o jornal da UEC publica nos seus números homenagens aos heróis revolucionários que a juventude reivindicava, como Che Guevara e Amílcar Cabral; faz artigos sobre Lenine (muito mais do que o *Avante!*) e presta homenagem a José Gregório, herói da greve geral revolucionária de 1934, cuja herança era disputada pelas organizações maoístas. A universidade era um caldo de politização radical no meio do processo revolucionário.

Esta radicalização do ambiente universitário representava uma ameaça ao PCP, que propôs, logo a partir do Verão de 1974, expedientes para impedir os estudantes de acederem à universidade ou para obrigá-los temporariamente a saírem de lá. Como o argumento de incapacidade técnica gerou contestação, o partido teve a habilidade táctica de criar uma campanha que estivesse mais próxima da consciência desses sectores estudantis. É neste quadro que, cremos, nasce o serviço cívico estudantil (SCE): os estudantes «pequeno burgueses» iam conhecer e ajudar o povo. O SCE é precedido, em Agosto de 1974, pela Campanha de Alfabetização e Educação Sanitária, que está presente em 100 localidades de 3 distritos e envolve 10 000 estudantes, médicos e enfermeiros²⁵⁸. Entre as localidades contam-se várias zonas onde o PCP não tinha influência, zonas carenciadas mas também onde havia uma forte campanha anticomunista, levada a cabo sobretudo pelos sectores spinolistas depois do falhado golpe Palma Carlos. Ele serve na perfeição a política do PCP porque não só tira os estudantes do clima de extrema-esquerda universitária como pressupõe um reforço da aliança com o MFA, uma vez que o PCP defende estas campanhas em articulação com membros do MFA.

É contudo através do expediente do serviço cívico estudantil, criado em Novembro de 1974, que o PCP vai conseguir resultados com um alcance maior no movimento estudantil, pois este expediente vai tirar quase 20 000 estudantes das

²⁵⁸Cronologia Pulsar da Revolução, 1974-1975, Centro de Documentação 25 de Abril.

universidades nos dois anos em que se realizou (no primeiro era facultativo, no segundo obrigatório). O serviço cívico, que é apresentado como uma ligação dos estudantes ao povo, à vida, à realidade, é para a UEC o «grande debate do movimento estudantil»²⁵⁹. A UEC considera que há uma «superlotação» escandalosa no ensino superior e que aqueles que propõem barracões e mais monitores «não querem estudar»²⁶⁰. Em Janeiro a UEC promove encontros em Lisboa, Porto e Coimbra para convencer os estudantes a aderirem ao SCE e inclui no diploma que o regula a entrada na universidade garantida a quem faz o SCE. Entre as sugestões concretas do SCE está a integração dos estudantes nas campanhas de dinamização do MFA.

Às críticas dos grupos de esquerda ao SCE a UEC responde: «Antes do 25 de Abril, nas condições da dura repressão fascista, os senhores esquerdistas pugnavam (verbalmente claro) pela ligação do ensino à vida, à realidade dos trabalhadores. Hoje, quando o serviço cívico é uma medida profundamente progressista, berram aqui-del-rei que os estudantes vão criar mais-valia para os capitalistas, que os estudantes vão originar um maior desemprego, bla, bla, bla...»²⁶¹

E nesta política, a UEC é ajudada pelo Governo. Vasco Gonçalves faz vários discursos onde chama os estudantes a trabalhar: «os estudantes devem compreender que devem ser tão trabalhadores como os outros e que é o povo português quem paga as universidades». O primeiro-ministro diz compreender que os jovens estudantes sejam levados para atitudes «ilusórias» mas afirma recusar-se a aceitar um clima «onde até o MFA é chamado de fascista».²⁶²

O comício da UEC realizado no dia 12 de Dezembro de 1974 no Pavilhão dos Desportos é uma mobilização contra a extrema esquerda e em particular o MRPP, como o próprio PCP admite, porque afirma que o comício é uma resposta à «actuação de um grupelho reaccionário, o MRPP». Cunhal discursa: defende o serviço cívico afirmando que o súbito acesso de mais alunos aos primeiros anos criou problemas difíceis de resolver e que a universidade tem membros ociosos e parasitários que custam muito dinheiro ao Estado e impedem o acesso à universidade dos filhos dos trabalhadores; diz ainda que a UEC se tem debatido, moral e fisicamente, contra os grupos «pseudo esquerdistas» e tem sido a única organização estudantil a apoiar firmemente o MFA e o

²⁵⁹ «O Serviço Cívico em Questão». In UEC, n.º 12, 2ª série, p. 4.

²⁶⁰ «O Serviço Cívico em Questão». In UEC, n.º 12, 2ª série, p. 4.

²⁶¹ «Os esquerdistas e a resposta dos trabalhadores». In UEC, n.º 12, 2ª série, p. 4.

²⁶² GONÇALVES, Vasco, Discursos, Conferências, Entrevistas. Lisboa: Seara Nova, 1977, pp. 103-104.

Governo Provisório²⁶³. Zita Seabra discursa também: «A União dos Estudantes Comunistas defende intransigentemente que a universidade deve ser unicamente para aqueles que querem trabalhar, estudar e reconstruir o ensino. Aqueles que quando ouvem falar em que os estudantes, como privilegiados que o são, devem contribuir para a construção de um país novo, devem ajudar a suprir carências do nosso povo, devem dar um pouco do seu tempo a trabalhar como trabalha a classe operária, dizem logo: «fogo sobre os trabalhos forçados». Que vão fazer fogo para casa» (...) No dia 28 de Setembro ninguém viu nenhum MRPP nas barragens que se formaram em todo o país (...) No dia 4 de Novembro, com a organização de uma pretensa manifestação contra o CDS, foi a propaganda do CDS que fizeram de facto. (...) Ontem convocaram uma reunião no Técnico em que decretaram greve nacional dos estudantes portugueses a partir de segunda-feira. Quem lucraria com esta greve se ela fosse feita? A reacção»²⁶⁴.

A UEC tem uma actividade ligada à defesa da URSS e procura criar laços entre estudantes comunistas e a URSS. O Conselho de Estudantes da URSS saúda a UEC²⁶⁵; nos jornais dos estudantes comunistas louva-se o sistema de avaliação de conhecimentos da URSS; uma delegação do CC visita a URSS²⁶⁶ e a UEC faz desse acontecimento destaque.

No I Encontro Nacional de Estudantes Comunistas, realizado em Lisboa no dia 26 de Janeiro de 1975, Cunhal faz um discurso contra os grupos de esquerda e denuncia o ataque à sede do CDS no Porto como uma ataque «esquerdista», «provocatório», e lembra aos estudantes que agora a luta não é pelo derrube de um regime mas pela sua construção e por isso «o estudo e o trabalho inserem-se cada vez mais no quadro da actividade revolucionária dos estudantes»²⁶⁷. Cunhal termina o discurso defendendo que a UEC está «longe» de ter os membros que devia e que se deve construir, o que mostrava mais uma vez que a força do PCP dentro do movimento estudantil estava aquém do desejado pelo partido.

O fantasma da frente popular chilena e a coexistência pacífica

²⁶³ *Com a UEC nas Escolas a Reacção não Passará*. Lisboa: Edições Avante, 1975, pp. 13-18.

²⁶⁴ Zita Seabra. Comício da UEC, 12 de Dezembro de 1974, Pavilhão dos Desportos. In *Com a UEC nas Escolas a Reacção não Passará*. Lisboa: Edições Avante!, 1975, pp. 21-27.

²⁶⁵ In *UEC*, n.º 1, 2ª série, p. 6

²⁶⁶ In *UEC*, n.º 26, 2ª série, p. 4.

²⁶⁷ Cunhal, Álvaro. Discurso no I Encontro Nacional de Estudantes Comunistas, 26 de Janeiro de 1975. In Cunhal, Álvaro. *Discursos Políticos*, 3. Lisboa: Edições Avante!, 1975, pp. 63-68.

A pedra angular da política internacional dos comunistas portugueses é a relação com a URSS e seus países satélites. Mas as referências internacionais dos comunistas incluem ainda as colónias portuguesas, Cuba e o Chile. Sobre as lutas sociais nos países da Europa Ocidental – incluindo aqueles onde se travavam confrontos sociais radicalizados como a Espanha e a Grécia –, há menos notícias e são feitas sob a forma de breves notas no local da Informação internacional²⁶⁸ do jornal *Avante!*. Há uma excelente relação com os partidos da esfera eurocomunista, italiano e francês (aos espanhóis poucas referências), que resulta em visitas e saudações mútuas.

Em quase todos os números do *Avante!* há uma a duas páginas dedicadas a descrever aquilo que consideram ser as realizações do comunismo na URSS. Algumas descrições correspondem a factos, como a evolução da saúde na URSS antes e depois da revolução (a esperança média de vida passa de 32 para 75 anos em 1974), mas outras são idílicas e estão longe da realidade do que já era a URSS nos anos 70, profundamente afectada pela crise económica. Todas as descrições se centram sobretudo no desenvolvimento económico e nos aspectos de lazer, solidariedade social e cultura desses países: há relatos de uma visita a uma fábrica modelo na Checoslováquia; há um festival de cinema em Leipzig; há a solidariedade da RDA com a Intersindical; fala-se do «aprofundamento da democracia» em Cuba; celebra-se a independência da Polónia no 22 de Julho de 1974; fala-se de creches, jardins infantis. Evoca-se o 1.º plano quinquenal e explica-se que na base da edificação do socialismo na URSS esteve a prioridade à industrialização e a intervenção estatal²⁶⁹. Escreve-se que os caminhos-de-ferro cubanos serão «dentro de poucos anos os mais modernos do mundo»²⁷⁰, que nas aldeias búlgaras «milhares de jovens praticam desporto»; que na Hungria se acarinha e se trata dos velhos e das crianças²⁷¹. Há em grande parte dos *Avante!* uma secção de «Breves Notícias dos Países Socialistas» onde se descrevem pormenorizadamente factos como a inauguração de linhas de caminho-de-ferro no Cazaquistão, números de visitantes do Hermitage, em Leninegrado²⁷². O PCP organiza sessões culturais como a semana do cinema soviético. Álvaro Cunhal recebe, por ocasião do 30.º aniversário da República Popular da Bulgária – em Setembro de 1974 – o prémio Dimitrov. A UEC

²⁶⁸ *Avante!*, Série VII, 22 de Novembro de 1974.

²⁶⁹ «A Edificação na URSS das bases do Socialismo». In *Avante!*, Série VII, 29 de Novembro de 1974, p. 11.

²⁷⁰ In *Avante!*, Série VII, 29 de Novembro de 1974, p. 11.

²⁷¹ «Hungria: leis que protegem os velhos e as crianças». In *Avante!*, Série VII, 13 de Dezembro de 1974, p. 11.

²⁷² «Breves Notícias dos Países Socialistas». In *Avante!*, Série VII, 29 de Novembro de 1974, p. 11.

faz um comício de celebração do 7 de Novembro de 1917²⁷³, aniversário da revolução russa. Logo após o VII Congresso há uma delegação do CC do PCP, que inclui Jaime Serra, que faz uma visita aos países do campo soviético.

A campanha anticomunista que é feita durante o Verão de 1974 e que precede o golpe spinolista de 28 de Setembro tem como resposta pela parte do PCP também um reforço da defesa da URSS. Mas, como escudo político, o PCP vai usar sobretudo o exemplo do Chile. No dia 11 de Setembro de 1973 um golpe de Estado no Chile inaugura um regime de ditadura militar que aboliu o Estado de direito, encerrou o parlamento, ilegalizou os partidos de esquerda que faziam parte da UP (Unidade Popular). O golpe não tinha sido um interregno nas políticas social-democratas de Allende, mas a instauração de um regime que permite a aplicação radical das políticas neoliberais (Lemus, 2001:111). O Chile é o país mais referido nos documentos oficiais do PCP depois da União Soviética. De tal forma que o PCP chega mesmo a organizar uma semana de apoio ao Chile, que se inicia a 4 de Setembro de 1974. Do programa desta actividade fazem parte uma série de comícios (um realizado no Pavilhão dos Desportos a 6 de Setembro), reuniões e concertos. O mote é «em qualquer parte do mundo onde os trabalhadores, os povos se ergam contra o fascismo, estão lutando não somente pela libertação como também dando passos na conquista de democracia a nível internacional»²⁷⁴. Loren Goldner escreve que desde o início da revolução há pela parte do PCP e também do PS uma referência ao Chile: «Soares e Cunhal, líderes do PSP e do PCP, respectivamente, apareciam em público juntos em numerosas ocasiões, a avisar contra «um outro Chile», precisamente quando estavam a implementar as políticas que tinham levado directamente ao massacre do Chile» (Goldner, 2000:28) (tradução nossa)

O PCP efectivamente denuncia que a derrota do golpe do Chile deveu-se à direita, mas mantém total silêncio sobre a política de frente popular levada a cabo pelo governo da Unidade Popular e o facto de ter sido o próprio Allende a nomear Pinochet para chefe do Exército, em Agosto de 1973. O golpe, apoiado pelos norte-americanos, tinha sido feito por um sector da burguesia chilena, com ampla base social interna. Em sucessivos momentos, o espantinho do Chile aparece como uma ameaça que confirma a teoria comunista do perigo da «reacção» e da contra-revolução ligada exclusivamente a um sector da direita militarizada, ditatorial. O PCP, que não se opôs à presença de um

²⁷³ *Avante!*, 1 Série VII, 5 de Novembro de 1974, p. 12.

²⁷⁴ «Portugal Libertado não Esquece o Chile Oprimido», in *Avante!*, Série VII, 6 de Setembro de 1974, p.1.

embaixador português na Espanha franquista, mantendo-se fiel à divisão de Ialta e Potsdam, mostra-se indignado com o governo de Pequim por este ter enviado um embaixador para o Chile: «Quando todas as forças progressistas se preparam para denunciar os crimes da Junta Chilena responsável pela morte de milhares de trabalhadores, operários e democratas, o Governo de Pequim resolve enviar o seu embaixador para Santiago».²⁷⁵

O exemplo chileno, pela esperança que nele depositaram milhares de trabalhadores, partidos de esquerda e social-democratas, e pelo desfecho dramático, marca os processos políticos dos anos 70 do século XX. Encarnación Lemus, no seu estudo sobre a mudança de regime em Espanha entre 1974 e 1978, situa-a entre o medo da revolução portuguesa e a experiência do golpe chileno. O mesmo Chile que depois irá beber a experiência da transição espanhola nos anos 80 (Lemus, 2004:117). Em Espanha o medo da ditadura militar é apresentado pela esquerda espanhola como uma justificação para o pacto entre a esquerda e os franquistas (Varela, 2009).

O PCP privilegia a boa relação com os partidos nacionais em detrimento das relações internacionais, isto no quadro das escolhas da URSS no campo internacional e, sempre que há uma contradição entre apoiar as políticas nacionais ou manter os princípios da solidariedade internacionalista, a segunda hipótese cai. Assim, aquando do encontro de 19 de Junho de 1974 entre Richard Nixon e António de Spínola nos Açores não há nenhuma crítica pública do PCP a Nixon, apesar da participação da administração norte-americana no golpe.

Em Agosto de 1974, quando está a decorrer a Conferência para a Segurança e Cooperação na Europa, o PCP vem a público defender o programa do XXIV Congresso do PCUS, onde é aprovada a política externa conhecida como o Programa de Paz, que na conclusão afirma que um dos «problemas básicos do desanuviamento e da consolidação da paz mundial é a garantia de segurança europeia com base no reconhecimento da realidade territorial e política derivada da segunda guerra mundial»²⁷⁶.

Os princípios da colaboração entre países do campo pró-soviético e os países imperialistas centrais, agora feita sob a égide da «coexistência pacífica», sobrepõem-se aos princípios da solidariedade entre o proletariado internacional. A «coexistência pacífica» é o quadro de actuação nos anos 70 dos partidos comunistas, quer dos mais

²⁷⁵ *Avante!*, Série VII, 6 de Dezembro de 1974.

²⁷⁶ *Avante!*, Série VII, 30 de Agosto de 1974.

próximos de Moscovo, quer dos que depois evoluem para as teorias eurocomunistas, mantendo a este respeito uma trajectória histórica que não distingue o PCP dos outros partidos comunistas europeus e pró-soviéticos: «O curso regressivo do proletariado do internacionalismo ao nacionalismo correspondeu a um processo histórico de acumulação de derrotas da revolução mundial. Na etapa aberta pela vitória da revolução de Outubro, a dinâmica tinha sido inversa. Depois da vitória da revolução russa em 1917, e da crise de 1929, o futuro do capital pareceu, seriamente, ameaçado. Mesmo as formas cada vez mais aterrorizadoras do regime tirânico estalinista na URSS, nos anos trinta, não anulavam as façanhas económicas e sociais que o planeamento económico e a propriedade estatizada estavam permitindo realizar. A III Internacional cresceu durante seus primeiros quinze anos, rapidamente, como pólo de atracção do movimento socialista mundial. Entretanto, desde meados dos anos vinte, e ainda mais acentuadamente depois dos anos trinta quando dos julgamentos de Moscovo, sua orientação política evoluiu, vertiginosamente, do internacionalismo para o campismo (...) Os campistas apoiavam seus argumentos com uma demonstração simples de sua estratégia. O mundo estava dividido em dois campos, o capitalista e o socialista. Seria uma questão de tempo para que a superioridade do socialismo fosse arrasadora. Revoluções sociais tinham sido enterradas pela história, porque o arsenal nuclear do imperialismo ameaçava a própria existência da civilização. Logo, toda a tática consistia em ganhar tempo para que a transição para o socialismo por via pacífica, respeitando as formas democráticas das Repúblicas burguesas, fosse conquistada. A coexistência pacífica favorecia a passagem ao socialismo. A luta de classes deveria estar subordinada aos interesses diplomáticos da URSS nas relações com os EUA: a situação mundial se resumia a uma luta entre Estados» (Arcary, 2009: 231-232).

Nos anos 70, a política que assentava no pressuposto de que havia uma divisão mundial entre países imperialistas e países socialistas, que deviam viver em paz, ou seja abdicar de uma política de extensão da revolução mundial – que vinha desde os anos 30 – mantém-se, mas é agora reforçada pela extraordinária crise económica que afecta a URSS e o Mundo inteiro, mostrando exactamente que a URSS fazia parte de um sistema económico mundial em que as crises do capitalismo tinham um efeito devastador na sua própria economia. Os encontros entre a URSS e os EUA e depois a aprovação da acta final de Helsínquia em 1975 são um aprofundamento da política do «socialismo num só país», e que agora chama à cooperação económica estreita, cooperação que mesmo assim não evitará a queda da URSS na década seguinte

(Coggiola, 2006). O PCP mantém-se a favor do estabelecimento de boas relações económicas com os países capitalistas. Andreas Fantis, quadro do Partido Comunista do Chipre, escreve na *Problemas da Paz e Socialismo*, revista teórica do PCP: «O terceiro motivo [para a política de coexistência pacífica] baseia-se no facto de os poderosos círculos imperialistas estarem interessados em fomentar as relações económicas e comerciais com os países socialistas. O instinto dos capitalistas adverte-os de que tais relações lhes trarão amplas perspectivas no plano comercial. Determinados meios influentes do mundo dos negócios capitalista, especialmente os que não participam nas encomendas de material bélico, aceitam os princípios da coexistência pacífica como sendo uma política que corresponde melhor aos seus interesses económicos. Por seu lado, os países socialistas sempre defenderam o fomento das relações económicas, comerciais e técnico-científicas com os países capitalistas»²⁷⁷.

A ligação entre a URSS e os países ocidentais é estreitada ainda nesse ano, em Novembro, em Vladivostok. Os documentos da cimeira de Vladivostok que existem no NRA continuam classificados e, apesar de já terem passado mais de 30 anos sobre o facto, o acesso é negado aos historiadores. A cimeira que reuniu Gerald Ford e Leonid Brejnev centrava-se na limitação do armamento e na política de cooperação entre os dois campos. É pouco provável que Portugal e Espanha, o primeiro membro da NATO, a braços com profundas mudanças políticas, não tenham sido falados no encontro, mas os documentos permanecem confidenciais e por isso não conseguimos saber o que se passou a este respeito. O PCP considera a cimeira uma prova da «correção da política de coexistência pacífica».²⁷⁸

O PCP procura, desde o 25 de Abril, manter uma relação estreita entre o Governo português e a URSS, que começa pelo estabelecimento de relações diplomáticas e depois pela cooperação económica, nomeadamente a partir de Dezembro pela celebração de acordos comerciais entre Portugal e a União Soviética.²⁷⁹

É precipitado ver no PCP uma corrente estalinista em ruptura com os partidos do eurocomunismo. Pelo contrário, o partido tem relações sólidas com os dois mais importantes partidos comunistas da esfera eurocomunista, o francês e o italiano, que

²⁷⁷FANTIS, Andreas, «A Coexistência Pacífica e os Interesses de Classe». In *Problemas da Paz e do Socialismo*. Lisboa: Edições Avante!, n.º 1, 1974,p.25.

²⁷⁸O Acordo de Vladivostok: vitória da URSS e das forças da Paz». In *Avante!*, Série VII, 29 de Novembro de 1974, p. 10.

²⁷⁹ «Abertas amplas perspectivas de Cooperação entre Portugal e a URSS» In *Avante!*, Série VII, 8 de Novembro de 1974, p. 1.

justamente em Novembro de 1974 enviam delegações a Portugal, altura também em que o PCP comemora o aniversário da revolução de Outubro, a 7 de Novembro de 1974.

A chegada da delegação do PCF, chefiada pelo seu secretário-geral, é amplamente divulgada por todos os meios do partido. Realizam-se reuniões do CC com o CC do PCF e é feito um comício de amizade entre os dois partidos no Pavilhão dos Desportos, na segunda semana de Novembro de 1974. Georges Marchais no seu discurso saúda o fim da ditadura, o aprofundamento da democracia, a política de coexistência pacífica e a derrota da «reacção». Defende que em Portugal e em França vive-se uma etapa de democracia «avançada», que «pressupõe um grande impulso nacional»²⁸⁰ que levará à derrota do capitalismo. Cunhal discursa também agradecendo a Marchais a solidariedade do PCF, e salienta que «a situação objectiva precisa de unidade» e que se deve «derrotar a conspiração no ovo»²⁸¹.

O encontro entre PCP e PCF resulta num comunicado conjunto, bilingue, dos dois partidos, feito a 14 de Novembro de 1974. Nele pode ler-se que a reunião entre Georges Marchais, Guy Hermler (membro do Bureau Político do PCF) e Roger Trugnan (Política Externa do CC do PCF) e Álvaro Cunhal, Sérgio Vilarigues, Joaquim Pires Jorge e Aurélio Santos (todos membros do CC do PCP) decorreu em clima de «calorosa amizade» e coincidência sobre «todas as questões examinadas». O PCP informou do derrube do fascismo, da importância do MFA, da unidade das forças democráticas e da importância da independência das colónias. O PCP informa ainda da aprovação do programa no VII Congresso e realça no comunicado a Plataforma de Emergência²⁸². Saúda o povo francês na luta pelas reformas democráticas. O PCF expressa solidariedade ao MFA e ao PCP pelo derrube do fascismo e afirma defender os direitos dos trabalhadores portugueses imigrados em França. Os dois partidos apoiam a independência da Guiné e a lutas dos povos de Moçambique e Angola. Apoiam o desanuviamento e a conclusão rápida da Conferência para a Segurança e Cooperação Europeia. Os dois partidos, na base do marxismo-leninismo e do internacionalismo proletário, afirmam querer contribuir para o movimento operário internacional.²⁸³

Também Ugo Pechioli, chefe da delegação do PCI, estará em Portugal no fim de Novembro de 1974, onde cauciona a política do PCP. No seu discurso afirma:

²⁸⁰ «O Discurso de Georges Marchais» in *Avante!*, Série VII, 15 de Novembro de 1974, p. 7

²⁸¹ «O Discurso de Álvaro Cunhal». in *Avante!*, Série VII, 15 de Novembro de 1974, p. 7

²⁸² *Um Mesmo Combate. PCP e PCF*. Lisboa: Edições Avante!, 1974, p. 50.

²⁸³ *Um Mesmo Combate. PCP e PCF*. Lisboa: Edições Avante!, 1974, p. 51.

«Percebemos perfeitamente que estais numa fase de construção do regime democrático e que os nossos inimigos ainda têm muita força.»²⁸⁴

No início de Dezembro de 1974, uma delegação do Partido Comunista da República Democrática Alemã (PSUA) visita Lisboa. Na Amadora é realizado um comício conjunto das duas organizações, PCP e PSUA.

PS, MDP e recenseamento eleitoral

A lei da greve tinha sido razão para as primeiras divergências públicas entre o PCP e o PS. O segundo motivo vão ser as eleições, primeiro por causa da participação do MDP nas eleições, que o PS quer afastar, e em segundo lugar por causa do voto emigrante, que o PCP primeiro não aceita e mais tarde condiciona, desta vez com o PS também, ao saneamento dos consulados e embaixadas.

O PS quer evitar a participação do MDP/CDE nas eleições e o PCP, pelo contrário, defende que este deve participar e que não é uma frente sua, mas um movimento democrático sem cor partidária. O PCP não vai ceder nesta matéria e um comunicado do Comité Central deixa isso claro²⁸⁵. O MDP é um «instrumento indispensável da consolidação da democracia»²⁸⁶. É unânime entre todos os historiadores que o MDP/CDE era uma frente do PCP. António Ventura defende mesmo que o MDP, sendo uma frente do PCP, tem algumas particularidades, nomeadamente ser uma fonte de quadros para ocupar espaços que o PCP queria ocupar depois do 25 de Abril mas não tinha quadros suficientes para o fazer. Aliás, Ventura (1985) admite mesmo que o PCP recruta para o MDP membros que já tinham sido expulsos do PCP. Do ponto de vista democrático não havia nenhum argumento válido para afastar o MDP das eleições e no fim irá concorrer, uma vez que o PCP não está disposto a negociar este dado com a coligação governamental.

O terreno das eleições era favorável ao PS e desfavorável ao PCP. Nas eleições todos os eleitores têm o mesmo peso, enquanto num processo de luta umas centenas de operários podem imprimir uma dinâmica de crise no sistema político. Isto não significa que o PCP tenha tentado adiar permanentemente as eleições. Isso é falso. No período entre Abril de 1974 e Fevereiro de 1975, o PCP defende as eleições para a Assembleia

²⁸⁴ «Portugal saberá consolidar a Grande Vitória do 25 de Abril». In *Avante!*, 2 Série VII, 2 de Novembro de 1974, p. 5

²⁸⁵ «Nota sobre a decisão do PS de retirar o seu apoio à CDE de Lisboa», 29 de Agosto de 1974. In *Documentos Políticos do CC do PCP, Abril/Dezembro de 1974*. Lisboa, Edição Avante!, 1975, 108-110.

²⁸⁶ «Expressão de Unidade Popular». In *Avante!*, Série VII, 8 de Novembro de 1974, p. 5.

Constituinte em numerosas ocasiões, colocando destacados quadros como Sérgio Vilarigues a fazê-lo²⁸⁷. Mais: tem uma política de mobilização para o recenseamento eleitoral²⁸⁸ e defende, sim, a extensão do prazo do recenseamento, alegando que os sectores mais pobres ainda não tinham sido recenseados e estavam a ser alvo de uma campanha anticomunista – que de facto existia e aumenta à medida que a revolução se aprofunda –, sobretudo no Norte do País, onde a Igreja tinha mais força. Nestes meses o PCP mobiliza os militantes para que realizem o recenseamento (havia 5 milhões de eleitores para recensear).

O PCP vai também nesta matéria de eleições opor-se ao voto dos emigrantes, alegando que os emigrantes não conheciam a vida política do País e por isso não fazia sentido terem direito de voto. Neste caso o PCP opunha-se a um critério nacionalista do direito de voto, argumentando que as pessoas deviam votar no país onde vivem. Numa segunda fase, por pressão do PS, vai aceitar o voto dos emigrantes, mas exige primeiro o saneamento dos consulados e embaixadas, para evitar fraudes²⁸⁹.

«O saneamento da economia é mais demorado que o saneamento do aparelho de Estado»

Os saneamentos – cujo próprio nome indica uma limpeza, uma higienização da sociedade, conotada com a saúde – começaram por ser uma reivindicação democrática, iniciada de forma espontânea por trabalhadores e populares logo a seguir ao golpe de estado de 25 de Abril de 1974, e direccionados para retirar de cargos de direcção do aparelho de Estado repressivo e administrativo quadros com fortes responsabilidades na ditadura. Foram uma forma de embate duro da luta de classes na revolução portuguesa e uma arma dos sectores operários e intermédios da sociedade na luta para erradicar os restos do regime ditatorial de posições de poder.

Paulatinamente os saneamentos entenderam-se às fábricas e empresas e adquiriram um carácter de expressão do conflito industrial. Embora não haja estudos empíricos vastos sobre o tema, parece que muitos começam por ser uma reacção dos trabalhadores à descapitalização das empresas e outras formas de sabotagem económica.

²⁸⁷ *Avante!*, Série VII, 16 de Agosto de 1974.

²⁸⁸ *Avante!*, Série VII, 29 de Novembro de 1974, p. 3

²⁸⁹ *Avante!*, Série VII, 27 de Dezembro de 1974, p. 9.

Finalmente, os saneamentos tornaram-se também uma forma de os partidos ligados à coligação governamental ganharem espaço e influência no aparelho de Estado.

Portanto, não se pode falar de saneamentos como um mesmo processo, na medida em que eles reflectem conflitos distintos (democráticos, económicos, disputas na organização do aparelho de Estado, por vezes ambos). E esta distinção reflecte-se na política do PCP sobre os saneamentos. Na ausência de estudos empíricos, confinamo-nos aqui à política do partido face a esta forma de luta.

O PCP não tinha uma posição comum face aos saneamentos. Estes eram táticos e dependiam de vários factores, entre eles quem era saneado, quem substituía o saneado, onde se dava o saneamento e, sobretudo, com que dinâmica era feito. Em inúmeras ocasiões políticas, de ruptura ou de crise, o PCP defende que se devem aprofundar os saneamentos dos elementos fascistas conotados com o aparelho de Estado da ditadura, mas há casos em que não o faz, casos em que os adia ou se opõe a eles. Podemos verificar porém dois padrões, que com algumas excepções se mantêm: o primeiro é que o partido privilegia os saneamentos no sector público aos realizados no sector privado; e o segundo é que o PCP, no que diz respeito ao aparelho de Estado, será, com algumas excepções, a favor dos saneamentos até ao fim do V Governo e contra a partir do VI Governo, quando são membros do PCP ou próximos deste que passam a ser saneados. Voltaremos a este assunto no capítulo sobre a crise revolucionária, entre Setembro e Novembro de 1975. Finalmente, uma nota para salientar que não se pode atribuir esta medida exclusivamente ao PCP, que, sendo um dos grandes defensores dos saneamentos, era contudo menos dependente do aparelho de Estado do que o PS ou PPD, na medida em que tinha um partido militante e era maioritário nos sindicatos, o que permitia a profissionalização de uma parte dos seus quadros.

O saneamento do aparelho de Estado, neste período entre 25 de Abril de 1974 e Dezembro de 1975, aparece como prioritário principalmente nos momentos de crise: «Se não avançamos neste domínio, se não criamos rapidamente o aparelho do Estado democrático, não podemos assegurar as conquistas já alcançadas nem criar as condições para a renovação e a reconstrução da vida nacional, que constituem os objectivos da democracia»²⁹⁰. O PCP critica a nomeação de Veiga Simão para o cargo de representante na ONU e escreve em comunicado do CC que o «saneamento continua

²⁹⁰ *Avante!*, Série VII, 26 de Julho de 1974, p. 8.

por fazer em numerosos sectores»²⁹¹; na sequência da repressão da manifestação anticolonial de dia 14 de Agosto, o PCP faz sair um comunicado onde exige saneamentos nas forças militarizadas. O Plenário da Intersindical exige no dia 30 de Agosto de 1974 novos saneamentos. O mesmo se passa com o motim dos agentes da extinta PIDE/DGS em Agosto de 1974, na penitenciária. Depois de 28 de Setembro de 1974 os comunicados exigem «levar a cabo novas medidas efectivas e urgentes de saneamento do aparelho de Estado»²⁹².

Já quanto aos saneamentos no sector privado há uma política mais cautelosa: «o saneamento da economia é mais demorado do que o saneamento do aparelho de Estado»²⁹³. Quando os saneamentos são exigidos em processos de luta radicalizados que o PCP não controla, o partido procura que os saneamentos não sejam feitos pelos trabalhadores, em assembleias, mas decididos por comissões administrativas (comissões oficiais de saneamento²⁹⁴) onde estão presentes membros do Governo, como aconteceu no caso da Lisnave, ou opõe-se e denuncia-os, como no caso do Jornal do Comércio, em que o partido defende que: «Os processos de saneamentos das empresas privadas têm de ser encarados pelos trabalhadores com extrema atenção».

A partir de Janeiro de 1975, há uma política de defesa dos saneamentos nas embaixadas e consulados – a qual é apoiada pelo PS – e também um apelo generalizado aos saneamentos nas juntas de freguesia.

²⁹¹ «Nota Sobre Entraves à democratização da Vida Política», 7 de Julho de 1974. In *Documentos Políticos do CC do PCP, Abril/Dezembro de 1974*, Lisboa, Edições Avante!, 1975, pp. 65-68.

²⁹² «PCP. Comunicado», 29 de Setembro de 1974. In Centro de Documentação 25 de Abril. Fundo de Comunicados e Panfletos/PCP.

²⁹³ *Avante!*, Série VII, 9 de Agosto de 1974.

²⁹⁴ *Avante!*, Série VII, 6 de Dezembro de 1974, p. 7.

Capítulo 4 - O PCP entre o «11 de Março de 1975» e o «Verão Quente»

A caminho do 11 de Março

«A hora de opção é agora, e não depois das eleições».

Álvaro Cunhal, 9 de Março de 1975²⁹⁵

Agudização dos conflitos sociais: tensão na coligação

Entre 10 e 15 de Janeiro de 1975 são negociados os acordos de Alvor, no Algarve, que definiam os termos da independência de Angola. O resultado dos acordos é o reconhecimento, como legítimos representantes do povo angolano, dos três movimentos de libertação: MPLA, FNLA e UNITA. A independência fica estipulada para 11 de Novembro de 1975. Até essa data há uma transição tutelada por Portugal, mantendo-se no território angolano um conjunto de tropas portuguesas de 24 000 homens, o mesmo número de tropas dos três movimentos de libertação juntos; é constituído um governo de transição composto por MPLA, FNLA e UNITA e o Governo português, que fica também responsável pela segurança, defesa e arbitragem de diferenças. No dia 30 de Janeiro de 1975 toma posse o Governo de Transição de Angola, dirigido pelo brigadeiro António da Silva Cardoso. Rosa Coutinho, alto-comissário para Angola desde Outubro de 1974, um militar muito próximo do Partido Comunista Português, mantém-se em Angola até à assinatura dos acordos.

O PCP considera os acordos uma vitória, embora a partir do início do Verão de 1975 vá encará-los como inexecutáveis, e defender o apoio exclusivamente no MPLA.

Sabemos pouco da evolução da política do PCP face à questão da independência de Angola, porque esta política fica relativamente afastada dos documentos públicos, na medida em que o secretismo das negociações é defendido pela direcção do partido. Tudo indica que os Acordos de Alvor - que constituíam uma transição tutelada pelo Governo português, em parceria com os movimentos de libertação - são apoiados pela

²⁹⁵ Discurso no I Encontro Nacional da UJC, 9 de Março de 1975. In CUNHAL, Álvaro. Discursos Políticos (3). Lisboa: *Avante!*, 1975, p. 143.

URSS e pelo PCP, numa altura em que já estaria definido o apoio da URSS à fracção do MPLA dirigida por Agostinho Neto (Shubin, 2001: 611).

Em 14 de Janeiro de 1975, o PCP venceu a disputa pela unicidade sindical. O PS mantém a sua posição contrária, mas está impossibilitado, perante a evidência do massivo apoio dos trabalhadores à unicidade, de mobilizar o partido, aliás dividido a este respeito, contra a unicidade. O PCP sustenta o discurso contra o «divisionismo» durante todo o ano de 1975, mas a partir de Janeiro vai concentrar-se noutras lutas. Esta, por ora, estava ganha.

A luta nas empresas e fábricas prossegue, com um nível de radicalização que obriga a adaptações tácticas das direcções dos partidos e do MFA quase permanentemente. Em 3 de Janeiro de 1975, uma assembleia-geral dos bancários vota o apoio à nacionalização da banca e dos seguros. O sindicato dos bancários era dirigido pelo PCP, mas não é claro, como veremos no capítulo das nacionalizações, que o estímulo para a nacionalização tenha vindo da direcção do partido. Em 4 de Janeiro efectua-se a I Reunião Intercomissões de Moradores de Lisboa, com representantes de 18 comissões.

As lutas persistem: nos supermercados Nutripol; os estudantes do IADE do Porto ocupam as instalações, na Tinturaria Portugália os trabalhadores exigem a nacionalização da empresa, há greve na Refinaria Sacor, nos supermercados Invictos os trabalhadores entram em luta e conseguem a readmissão dos despedidos; há conflitos nos pescadores de Vila do Conde, na CETAP os trabalhadores entram em greve por melhorias salariais; no Porto, o Grémio dos Industriais Têxteis do Norte vê a sua sede ocupada pelos trabalhadores; no dia 13 de Janeiro os pedreiros do Porto ocupam as instalações do Grémio para exigir o 13.º mês, subsídio de férias e revisão do contracto colectivo de trabalho. Em 19 de Janeiro, contra a vontade expressa do PCP, reúnem-se assembleias de estudantes em Lisboa e no Porto contra o serviço cívico e o exame de aptidão – os estudantes defendem a realização de cursos livres; em Janeiro e Fevereiro de 1975 há ocupações de terras por assalariados agrícolas em Alpiarça, Évora, Grândola, Alcoentre, entre outras; no dia 9 de Fevereiro começa a greve na Rádio Renascença e no dia 17 começa uma greve geral nos liceus que alastra a todo o País²⁹⁶. Operários têxteis do Porto conseguem o pagamento do 13º mês depois de ocuparem por 10 dias a sede da Associação dos Industriais.

²⁹⁶Esta cronologia, parcial, foi feita com base nos jornais *Diário Popular*, *República* e *Avante!*

A dinâmica dos partidos e organizações reflectia este terramoto social. Em Janeiro de 1975 realiza-se o I Encontro de Cristãos pelo Socialismo; no dia 6 de Janeiro, funda-se em Espanha, com ex-membros da PIDE e homens ligados ao fascismo, o ELP (Exército de Libertação Português). A 9 Manuel Serra, que co-dirigia com Mário Soares o PS, funda a FSP (Frente Socialista Popular), uma cisão pela esquerda no PS, que, no entanto, teve poucos efeitos dentro do PS. No dia 11 a UDP reúne-se em comício – era a primeira tentativa de unificar organizações maoístas, com influência em alguns sectores operários (nesse mês ganham, em unidade com o PCP, os sindicatos dos correios). Em 31 de Janeiro é fundado o PRT (Partido Revolucionário dos Trabalhadores), um grupo trotskista com alguma influência nos liceus da área de Lisboa. No dia 7 de Fevereiro de 1975 realiza-se o primeiro congresso da LCI, também trotskista, no Porto.

No dia 17 de Janeiro de 1975 chega a Portugal o novo embaixador dos EUA, Frank Carlucci.

A situação política não é igual à dos meses finais de 1974. A radicalização do processo revolucionário começa a abrir brechas no II Governo Provisório. Pela primeira vez o PCP vem acusar o PPD de ter participado no golpe de Palma Carlos, de Julho de 1974²⁹⁷. Começa nesta altura o discurso do PS dando a entender, ainda de forma velada, que o PCP quer fazer uma ditadura de tipo soviético em Portugal e acabar com a pequena propriedade, propaganda que encontrará algum eco nos camponeses do Norte e nas classes médias e também junto de algumas organizações maoístas. O PCP responde a estas acusações afirmando que as únicas tentativas de golpe contra a democracia vieram até essa altura da direita. E estava certo.

Para se defender da campanha anti-comunista o partido reafirma também o compromisso com as forças do Governo; organiza comícios, no Norte do País a defender os pequenos e médios camponeses; defende a realização de eleições para a Assembleia Constituinte, mantendo reservas no voto da emigração e exigindo ao Governo que impeça a chantagem e as ameaças que os partidos de direita estavam a fazer em zonas rurais do Norte, como na região das Beiras. Cunhal, por exemplo num comício em Seia a 23 de Fevereiro, diz que as ameaças de morte contra ele não impediram o comício e que os padres – cita mesmo o nome de alguns, como o padre Matos, de Almeida – que acusam os comunistas de «matar os velhos quando deixam de trabalhar» ou afirmam que o PC persegue o culto «são aqueles que vivem da exploração

²⁹⁷*Avante!*, Série VII, 9 de Janeiro de 1975.

do povo trabalhador»²⁹⁸. Em público, Álvaro Cunhal lamenta que muitos trabalhadores possam acreditar nesta falsa propaganda e garante que o PCP nunca «vai tirar um centímetro de terra a um camponês pobre»²⁹⁹. O PCP considera que o anticomunismo surge num contexto de «agravamento inusitado da luta de classes»³⁰⁰ e retribui - o PCP é uma «fortaleza assediada mas não cercada»³⁰¹. No dia 20 de Fevereiro de 1975, a Comissão Política do PCP vem a público reafirmar a participação do partido nas eleições e denunciar o anticomunismo, cujo fim seria «a divisão no seio do MFA»³⁰².

Não há, por ora, possibilidade de os partidos da coligação romperem o acordo de governo. Mas há brechas, divisões, que com a radicalização da revolução vêm ao de cima. O PCP teme rupturas. Toda a sua estratégia se concretizava na co-governança e agora, que as eleições estão à porta, os laços da coligação tinham de ser reforçados, justamente quando o agravamento da crise económica determinava o aprofundamento das divisões no Governo, mas também dentro do MFA. Aproximavam-se as eleições e o PCP temia ter um resultado eleitoral abaixo da sua força social, procurando, preventivamente, mostrar que a sua capacidade de mobilização social era superior aos resultados eleitorais e que o seu peso na coligação não podia ser posto em causa pelas eleições. Álvaro Cunhal, no discurso da fundação da União da Juventude Comunista, em 9 de Março de 1975, afirma isto mesmo: «Todos assistimos à campanha que alguns partidos fazem contra o PCP, contra o Governo Provisório e contra o MFA (...) O momento chegou em que os partidos políticos, nomeadamente os da coligação, têm de definir claramente os seus propósitos. A hora de opção é agora, e não depois das eleições»³⁰³.

O PCP não tem uma política contra as eleições nem de nenhuma forma procura boicotar a sua realização. Pelo contrário: foi um dos partidos que mais se empenhou num recenseamento eleitoral amplo (só tinha a ganhar com isso), o primeiro partido a legalizar-se em Dezembro de 1974 e que desde cedo se interessou por fazer campanha

²⁹⁸Discurso no comício do PCP em Seia, 23 de Fevereiro de 1975. In CUNHAL, Álvaro. Discursos Políticos (3). Lisboa: *Avante!*, 19745, p. 109-123.

²⁹⁹Discurso no comício do PCP em Seia, 23 de Fevereiro de 1975. In CUNHAL, Álvaro. Discursos Políticos (3). Lisboa: *Avante!*, 19745, p. 109-123.

³⁰⁰ «Com a Força das Massas o Processo Revolucionário Avançará». In *Avante!*, Série VII, 20 de Fevereiro de 1975, p. 2

³⁰¹ «O PCP é uma Fortaleza Assediada mas não Cercada». In *Avante!*, Série VII, 27 de Fevereiro de 1975, p. 2

³⁰² «Sobre a Campanha anti-comunista». Comunicado da Comissão Política do CC do PCP, Lisboa, 20 de Fevereiro de 1975. In *Avante!*, Série VII, 27 de Fevereiro de 1975, pp. 4.

³⁰³ Discurso no I Encontro Nacional da UJC, 9 de Março de 1975. In CUNHAL, Álvaro. Discursos Políticos (3). Lisboa: *Avante!*, 19745, p. 142, 143.

eleitoral. O partido considera que as eleições em determinados lugares – nomeadamente entre o voto emigrante nos EUA e no Brasil, onde o PCP denuncia que foi impossibilitado de fazer campanha, ao contrário do PS e do PPD – não foram transparentes e exige que se criem condições para uma campanha «livre e democrática». De outra forma, defende a direcção do partido, devem ser impugnados os actos eleitorais nesses, e só nesses, lugares: «o CC desmente formalmente as acusações de que pretende que as eleições se não realizem»³⁰⁴.

Mais importante, porém, que garantir que tem acesso a todos os eleitores é encontrar outras formas de legitimação política a par da legitimação eleitoral, nomeadamente o aumento do peso do MFA na direcção da política do País – daí o PCP ser a favor do Pacto MFA-Partidos e da criação do Conselho da Revolução. O aumento da mobilização do partido sobre as forças da coligação é uma forma de pressão, precipitadamente interpretada como uma etapa revolucionária do partido.

Enquanto algumas lutas em sectores chave da economia – CTT, TAP, Lisnave, a greve dos estudantes dos liceus, entre muitas outras –, moviam o curso político do País, nas eleições, todos os sectores sociais, independentemente do seu papel na sociedade ou da classe ou fracção de classe a que pertencem, partem em igualdade de posições. Por exemplo, sectores do *lumpen*-proletariado que nunca se organizaram ou participaram numa luta social, sectores pequeno-burgueses e também da classe trabalhadora que não estiveram mobilizados têm num processo eleitoral o mesmo peso que os operários da Lisnave que marcharam sobre Lisboa em Setembro de 1974. Esta desvantagem é comum a todos os partidos que se alicerçam nas organizações de fábrica, de empresa, de bairro. O PCP sabe de antemão, muito antes da suposta surpresa do resultado eleitoral, que parte em desvantagem para o processo eleitoral. Por isso o PCP está disposto a usar o seu poder de mobilização para pressionar o PS e o PPD a recuarem nas críticas, avisando nos dois meses antes das eleições que o maior partido em Portugal e aquele que tinha mais capacidade de mobilização era o Partido Comunista. Este equilíbrio volta a testar toda a capacidade do PCP nos meses de Fevereiro e Março de 1975.

Só em Janeiro e Fevereiro de 1975 o PCP organiza a I Conferência de Camponeses do Norte (Porto, ainda em Dezembro de 1974, dia 29); a I Conferência de Camponeses do Sul (5 de Janeiro de 1975); as celebrações do 18 de Janeiro de 1974 na

³⁰⁴ «O PCP e o Momento Político, comunicado do CC do PCP, 26 de Janeiro de 1975. In *Avante!*, Série VII, 30 de Janeiro de 1975, p. 2.

Marinha Grande; o I Encontro de Pequenos e Médios Comerciantes (19 de Janeiro); o I Encontro Nacional da União de Estudantes Comunistas (26 de Janeiro); a I Conferência Unitária de Trabalhadores (2 de Fevereiro); a I Conferência de Trabalhadores Agrícolas do Sul (9 de Fevereiro); a II Conferência de Camponeses do Norte e I Encontro de Pequenos Agricultores do Baixo Alentejo (ambos a 16 de Fevereiro), a celebração do 44.º aniversário do jornal *Avante!* (24 de Fevereiro).³⁰⁵ Em todas estas sessões o próprio Álvaro Cunhal discursa. Junto a estes grandes encontros e comícios realizam-se milhares de sessões de esclarecimento pelo País, à razão de mais de 200 por semana, que os jornais do partido anunciam em todos os números com local e hora. O editorial do *Avante!* de 6 de Fevereiro de 1975 defende «organizar as massas»³⁰⁶. Começa também nesta altura uma enorme campanha de fundos que vai culminar na campanha por um dia de salário para o partido. O PCP passa a apoiar algumas greves mantendo a política de que a greve é excepcional³⁰⁷.

O comunicado do CC do PCP³⁰⁸, de 26 de Janeiro de 1975, sintetiza aquilo que depois vai ser defendido publicamente pelos principais dirigentes do partido. Devem continuar os saneamentos no aparelho de Estado; deve prosseguir a descolonização; o Estado terá de intervir nos grandes monopólios e latifúndios, impedir a sabotagem económica, com urgência, sob pena de os trabalhadores não aceitarem que «caia sobre eles o maior peso das dificuldades»; é necessário pôr fim à «reacção» que quer semear a divisão nas forças armadas; a revolução portuguesa depende da aliança do povo – o que inclui pequenos e médios camponeses, e pequenos e médios comerciantes e industriais, intelectuais e artesãos – com as Forças Armadas; o Estado deve garantir pela lei a interdição numa mesma profissão ou ramo de actividade de sindicatos rivais e a formação de um central sindical única; e, finalmente, o apelo à unidade democrática.

Em Fevereiro e Março, já num clima de campanha eleitoral, são interrompidos de forma violenta comícios do PCP, do PS, do PPD, PDC e do CDS. Em Setúbal, a 7 de Março de 1975, num desses confrontos, morre uma pessoa. O MFA faz um comunicado onde pede o «fim do boicote a comícios»³⁰⁹. No dia 18 de Fevereiro de 1975 uma bomba destrói a estátua de Oliveira Salazar em Santa Comba Dão, vila de que era

³⁰⁵ Discurso na Sessão de Encerramento das Comemorações do 44º Aniversário do Jornal *Avante!*, 24 de Fevereiro de 1975. In CUNHAL, Álvaro. Discursos Políticos (3). Lisboa: *Avante!*, 19745, p. 130.

³⁰⁶ *Avante!*, Série VII, 6 de Fevereiro de 1975.

³⁰⁷ *Avante!*, Série VII, 27 de Fevereiro de 1975, p. 9

³⁰⁸ «O PCP e o Momento Político», comunicado do CC do PCP, 26 de Janeiro de 1974. In *Avante!*, 30 de Janeiro de 1974, p. 1 e 2.

³⁰⁹ *República*, 1 de Março de 1975, p.4

originário o ditador português. No Instituto Superior Técnico há confrontos entre membros do MRPP e do PCP, depois de a UEC ter afixado um cartaz no IST a dizer que a greve do ensino era da responsabilidade da « reacção »³¹⁰. Alguns militantes do PCP são expulsos do IST. Vasco Gonçalves tenta conter a conflitualidade social dizendo que Portugal não estava à beira da guerra civil e a prova disso seria, para o primeiro-ministro, o facto do País ter mudado duas vezes de Presidente da República « sem sequer ter imposto o recolher obrigatório »³¹¹.

Começa a Reforma Agrária

No início de 1975 começa o processo de reforma agrária em Portugal, iniciado pela ocupação de terras pelos trabalhadores, com o objectivo de assegurarem emprego permanente e melhores condições de trabalho e de salários.

O tema da reforma agrária é aquele que reuniu o maior número de estudos sobre a revolução portuguesa. Estão publicadas obras sobre a geografia, a cronologia, a extensão, a política da reforma agrária e todos estes estudos fazem directamente referência à política do PCP, a organização que dirigiu o processo de reforma agrária. Entre estes estudos destacam-se as obras de Oliveira Baptista (1978), agrónomo e ele próprio ministro da Agricultura do IV e V Governos Provisórios em 1975; António Barreto (1987), sociólogo, e quadro político destacado que elaborou o projecto de desmantelamento da reforma agrária, e a obra de Constantino Piçarra (2008) que faz um estudo da reforma agrária no distrito de Beja, onde ocorreram a maioria das ocupações de terras em 1974-75.

Entre as conclusões que estas obras apresentam, salientamos as seguintes. O PCP foi o partido dominante nos campos do Alentejo e do Ribatejo. Embora Barreto, citando o estudo de José Pacheco Pereira, *Os Conflitos Sociais nos Campos do Sul de Portugal* (1983) defenda que o PCP estava a recuar em influência militante no Alentejo, quando se dá o 25 de Abril (Barreto, 1987:178), é um facto que a extrema-esquerda ou o PS nunca conseguiram melindrar a influência do PCP, durante a revolução, no sul como conseguiram nas cinturas industriais ou no sector dos serviços dos grandes centros urbanos. António Barreto (1984:43) aponta as razões porque o PCP superou a

³¹⁰ *República*, 5 de Março de 1975, p. 13.

³¹¹ « Não estamos interessados em voltar atrás ». In *Avante!*, Série VII; 27 de Fevereiro de 1975, p. 5.

concorrência política nos campos do sul: capacidade de organização, linguagem e recrutamento classistas, predominância do proletariado rural na região, funcionários permanentes, colaboração do MFA, apoio do Ministério da Agricultura e do Ministério do Trabalho e a implantação antiga e tradicional do PCP. A população agrícola diminuiu consideravelmente durante a década de 60, fruto da emigração e da industrialização, mas estava bem viva na memória dos assalariados agrícolas os duríssimos tempos, até à década de 50, em que havia um desemprego crónico (emprego sazonal) e o PCP era o único partido oposicionista, numa área em que predominava o grande latifúndio (5% das explorações agrícolas possuem 85% da terra) (Barreto, 1984:45).

Os assalariados agrícolas são uma reserva estratégica de militância do PCP, fosse porque são o seu bastião histórico (mais de 40 anos de resistência na clandestinidade tinham aqui a sua força principal), fosse porque a industrialização dos anos 60 do século XX tinha imposto a ida de muitos destes assalariados para as cinturas industriais das cidades, como proletários industriais, que aí mantinham a tradição, a ligação e a reprodução do partido.

Constantino Piçarra adianta ainda três conclusões que nos parecem centrais para compreender toda esta problemática. A primeira é que o PCP responde politicamente ao processo de ocupação de terras, quando ele já está em curso, para dirigi-lo, mas não o inicia. A segunda é que a reforma agrária se dá inicialmente pela crescente noção por parte dos assalariados agrícolas de que a sua principal reivindicação – ter emprego garantido 12 meses por ano – só seria assegurada na realização de uma reforma agrária (Piçarra, 2008:184); a terceira, é que a política central do PCP, e isso significa uma mudança face a *Rumo à Vitória*, vai ser uma proposta de reforma que excluiu paulatinamente ao longo do primeiro semestre de 1975 a associação livre de pequenos proprietários em cooperativas e propõe com alternativa a expropriação de terras para serem geridas por herdades do Estado, as Unidades Colectivas de Produção (Piçarra, 2009:17). Esta última política, de constituição de grandes UCPs, generaliza-se só a partir de Outubro de 1975, portanto já em plena crise revolucionária e no momento em que se dão 2/3 de todas as ocupações do processo revolucionário.

Rumo à Vitória (1965) prevê a realização de uma reforma agrária, como a solução para o proletariado agrícola mas também para os pequenos agricultores, como «única solução que os pode salvar da completa miséria»³¹². Prevê-se no Programa

³¹² CUNHAL, Álvaro. *Rumo à Vitória. As Tarefas do Partido na Revolução Democrática e Nacional*. Lisboa: Edições Avante!, 2001, p. 59.

elaborado em 1965, que as terras devem ser expropriadas e entregues «aos assalariados e aos camponeses pobres para que as utilizem como melhor entendam: ou em explorações individuais que só poderão garantir uma vida folgada aos camponeses se associados em cooperativas, ou como herdades do Estado»³¹³. Depois do golpe de Estado, a 25 de Abril de 1974, verifica-se um acentuado recuo face às teses defendidas em *Rumo à Vitória*. Não há uma política do partido de concretização da reforma agrária pelo PCP até Fevereiro de 1975.

No Verão de 1974, a questão agrária não é central. Há referências à defesa de abolição dos foros, e apoio em crédito aos pequenos e médios camponeses. Generaliza-se, logo em Maio de 1974, a política de constituir rapidamente sindicatos, que dão uma unidade e expressão orgânica às reivindicações dos assalariados rurais. Os sindicatos estão já no terreno, a partir de Junho de 1974, onde têm um papel na gestão da mão-de-obra nas grandes explorações agrícolas. A principal reivindicação é a luta pelo contrato colectivo de trabalho. O 1º contrato colectivo de trabalho é assinado em Setembro de 1974 – deve vigorar um ano.

O Partido reúne-se no Congresso de Outubro de 1974, e a *Plataforma de Emergência*, o programa aprovado no Congresso, centra-se em medidas de resolução do problema agrário que protelam a expropriação de terras: a requisição pelo Estado das terras agrícolas e a sua entrega a formas de gestão pública, cooperativas ou explorações familiares; a abolição dos foros; créditos, seguros e assistência técnica aos pequenos e médios agricultores; uma nova política de preços; preços diferenciados em escala regressiva (para o trigo e o vinho, por exemplo) e preços garantidos do leite, carne. Uma política de importações subordinada aos interesses económicos de Portugal; liquidação da organização cooperativa da lavoura, com uma política de extinção dos grémios da Lavoura; forte tributação aos grandes proprietários e rendeiros absentistas³¹⁴.

Em 29 de Dezembro de 1974 reúne-se a I Conferência de Camponeses do Norte, onde outras medidas são defendidas, como o reconhecimento dos baldios como propriedade colectiva inalienável; a urgente criação de um sindicato de assalariados agrícolas do Norte e uma extensa política de protecção social dos assalariados agrícolas. Exige Álvaro Cunhal, no discurso de abertura da conferência de camponeses do Norte, que se crie legislação que regulamente o trabalho do assalariados agrícolas,

³¹³ CUNHAL, Álvaro. *Rumo à Vitória*. As Tarefas do Partido na Revolução Democrática e Nacional. Lisboa: Edições *Avante!*, 2001, p. 59.

³¹⁴ 7 Congresso Extraordinário do PCP. Documentos Políticos do PCP. Série Especial. Lisboa: *Avante!*, 1974, pp. 294-295.

nomeadamente no que diz respeito aos horários, salários, instalações dignas para trabalhadores deslocados, etc.

A partir do 25 de Abril há uma actividade frenética dos campos, como não se vivia desde as lutas de 1962 (Barreto, 1987). A política inicial do Estado, à altura sem um Ministério da Agricultura mas apenas uma secretaria, dirigida por Esteves Belo, era procurar uma rentabilização capitalista dos campos (Piçarra, 2008). Mas o conflito social estava instalado nos campos do sul: conflitos, greves, de um lado, do outro lado processos de sabotagem económica levam o Estado, para garantir a paz social, a intervir em muitas explorações – ao abrigo de diversa legislação aprovada em Outubro e Novembro mas sobretudo através do decreto lei 660/74 de 25 de Novembro - intervenção que acaba por garantir o emprego aos trabalhadores. Esta dinâmica gera, segundo Constantino Piçarra, a crescente consciência de que a reforma agrária seria a única forma de assegurar a estabilidade do emprego. É esta também a conclusão de Oliveira Baptista, até à primeira quinzena de Junho, «situações relacionadas com o desemprego, muitas vezes associadas ao mau aproveitamento de terras, ou ainda a salários em atraso ou tentativas de descapitalização, estão na base das ocupações» (Baptista, 1978:25). De acordo com António Barreto a primeira ocupação de terras – de todos os modos esporádica – dá-se em Novembro de 1974. A partir de Janeiro de 1975 começam as ocupações, ainda com um ritmo lento. Mas em Fevereiro são já ocupadas sete vez mais terras do que em Janeiro (Barreto, 1987:215).

Até aos primeiros dois meses de 1975, a política do PCP vai ser a de intervencionar a terra, no sentido do seu correcto aproveitamento, mas sem questionar a propriedade dessa terra. Nisto, não se distinguiu da política dos restantes membros do Governo, uma vez que também o Governo tinha colocado em prática medidas, como observa Oliveira Baptista «que ligavam o direito a explorar a terra (e não a sua propriedade!) ao seu convivente aproveitamento» (Baptista, 1978:9). Mas em Fevereiro, na I Conferência de Trabalhadores Agrícolas do Sul, realizada em Évora, o partido assume decisivamente a luta pela reforma agrária, e a defesa de ocupação de terras, com a seguinte orientação: «As terras obtidas (...) devem ser entregues a Sindicatos de Trabalhadores Agrícolas ou Ligas de Pequenos Agricultores, que explorarão em regime de cooperativa de produção, ou então deverão ser exploradas directamente pelo Estado»³¹⁵. Nesta conferência, Cunhal propõe ainda outras medidas importantes: a

³¹⁵ I Conferência de Trabalhadores Agrícolas do Sul, 9 de Fevereiro de 1975. In *O PCP e a Luta pela Reforma Agrária. Cadernos do PCP 7*. Lisboa: Edições Avante!, 1975, p. 154.

consolidação dos sindicatos e das Ligas, que têm para além da reforma agrária um papel central no recrutamento para o partido mas também nos recursos financeiros deste. Talvez pela falta de concorrência, o PCP tem nos sindicatos agrícolas uma política mais radical que nos centros urbanos. A direcção reconhece por exemplo que há uma burocratização das direcções de alguns destes sindicatos e Cunhal propõe mesmo que nesses casos devem ser expulsos aqueles que façam acordos com os grandes agrários; propõe ainda que os trabalhadores sejam distribuídos pelas terras conforme os hectares de terra, iniciando uma política assente na garantia de emprego. Finalmente, a conferência propõe a nacionalização da banca³¹⁶.

Começava a luta do PCP contra os grandes proprietários de terras, reunidos sobretudo em torno da ALA, Associação Livre de Agricultores (mais tarde reorganizada na CAP, Confederação dos Agricultores Portugueses). O líder do PCP discursa no fim da Conferência em Évora, recuperando a reforma agrária, uma bandeira histórica dos comunistas desde a segunda metade da década de 40 do século XX. Com uma novidade face a *Rumo à Vitória*, que é o enquadramento da reforma agrária na nova estrutura de alianças, defendida pelo partido. Assim, a reforma agrária passa a ser uma bandeira erguida no quadro da estratégia «Aliança-Povo MFA»: «Em todos os debates desta Conferência um facto foi salientado: que há terras imensas para cultivar por um lado e que há milhares de braços sem trabalhar por outro (...) A reforma agrária surge natural como a própria vida. Pelas mãos dos trabalhadores, a Reforma Agrária deu os primeiros passos. Se soubermos reforçar a organização e a unidade dos trabalhadores, se soubermos reforçar a aliança Povo-Forças Armadas, o desenvolvimento da reforma agrária é irreversível»³¹⁷.

Da greve dos liceus à militarização do Sindicato dos Químicos

A situação económica em Portugal em Março de 1975 é política e socialmente insustentável. Multiplicam-se as lutas no sector produtivo. São mais de 200 mil desempregados, uma queda histórica no PIB, empresas a fechar, patrões forçados a um

³¹⁶ I Conferência de Trabalhadores Agrícolas do Sul, 9 de Fevereiro de 1975. In *O PCP e a Luta pela Reforma Agrária. Cadernos do PCP 7*. Lisboa: Edições Avante!, 1975, p. 156.

³¹⁷ Discurso na I Conferência de Trabalhadores Agrícolas do Sul, 9 de Fevereiro de 1975 In CUNHAL, Álvaro. *Discursos Políticos (3)*. Lisboa: Avante!, 19745, pp. 85-86.

auto-exílio causado quer pela falência das empresas quer pelo questionamento dos trabalhadores à propriedade privada.

No dia 1 de Março de 1975 o encerramento da CIFA – Companhia Industrial de Fibras Artificiais (seda artificial, *nylon*) ameaça mandar milhares de trabalhadores para o desemprego. Pede-se a intervenção do Governo e a possibilidade de nacionalização da empresa.³¹⁸ A luta dos trabalhadores da Renascença começa a ter manifestações de solidariedade nacional de trabalhadores da rádio e TV também no dia 1 de Março. Os pescadores de Peniche fazem uma greve de solidariedade com a greve dos pescadores do Algarve. Há lutas na Manuel Ferreira Salgado, na SEC, na Transformal, no Banco de Portugal, na UTIC, na companhia de seguros Funchalense, na Congel, na Mato-Meca. Na Estação Agronómica discutem-se os saneamentos. No dia 4 de Março o Conselho de Ministros analisa as empresas em dificuldade e condena «as atitudes dos funcionários públicos, contrárias ao interesse nacional»³¹⁹. Na primeira semana de Março os estudantes da Faculdade de Direito de Coimbra exigem o saneamento de 16 professores, entre eles, Antunes Varela e Braga da Cruz. O dia 5 de Março é o 14.º dia de greve na Rádio Renascença. Não é claro que a maioria destas lutas seja defensiva – contra os despedimentos – porque em muitos processos de luta destes meses iniciais de 1975 há conquistas como o 13.º mês, aumentos salariais, subsídio de desemprego, fixação do salário máximo, distribuição dos prémios por todos os trabalhadores, readmissão de despedidos, etc. Na Central de Cervejas, Pereira Roldão, ferrageiros do Porto, sector têxtil do Porto, pescadores, só para citar alguns exemplos.

A revolução ganha contornos sociais inesperados: no dia 3 de Março os trabalhadores do próprio sindicato dos metalúrgicos afirmam que não aceitam ser tratados pela direcção do sindicato «como por um patrão»³²⁰; em Almada, um palácio é ocupado para «fazer uma clínica para o povo»; o clima geral de assembleísmo leva a que se escreva nas páginas de desporto do *República* que, nos clubes, «foi uma semana de assembleias»³²¹. Os Cristãos pelo Socialismo declaram que a hierarquia impede os cristãos de fazerem a redescoberta das forças revolucionárias dos evangelhos»³²². Mário Soares defende «a via democrática e original para o socialismo»³²³ e o PPD afirma que

³¹⁸*República*, 1 de Março de 1975, p. 6.

³¹⁹*República*, 5 de Março de 1975, p. 7

³²⁰*República*, 3 de Março de 1975, p. 8.

³²¹*República*, 1 de Março de 1975, p. 17

³²²*República*, 7 de Março de 1975, p.6

³²³*República*, 3 de Março de 1975, p. 9

a «construção do socialismo deve assentar na evolução das estruturas mentais»³²⁴. O Conselho de Ministros faz saber, logo no 1.º dia de Março, que «não serão permitidas quaisquer reuniões de funcionários para assuntos alheios aos serviços, durante as horas de funcionamento dos serviços públicos ou com prejuízo da sua pontual abertura (...) continuarão a ser dadas as facilidades para a realização de reuniões fora do horário de abertura dos serviços»³²⁵. Por pressão popular, lê-se no *República*, «ocupam-se casas e mudam-se nomes das ruas»³²⁶. Também no *República* pode ler-se «Naturalmente necessitados de sede, três partidos (MES, PUP e LCI), à falta de melhor remédio, resolveram o problema ocupando no último fim-de-semana edifícios que estavam desocupados»³²⁷. A propósito do mesmo tema lê-se no *Diário Popular* que «devido a carecerem de instalações compatíveis com as suas actividades, o MES, a FSP, o PUP e a LCI, que têm enfrentado dificuldades por parte dos senhorios para alugarem casas destinadas aos seus serviços, ocuparam, respectivamente, residências devolutas»³²⁸.

No meio desta tensão social, dois acontecimentos vão ter particular impacto. A greve dos liceus e a eleição no Sindicato dos Químicos, que reforçam a instabilidade do o Governo.

Os estudantes do liceu rejeitam a lei de gestão aprovada pelo Governo por considerarem que é antidemocrática e recusam-se a participar no Serviço Cívico Estudantil. Por outro lado, não aceitam que haja notas mínimas para se dispensar dos exames e não consideram as faltas eliminatórias. Iniciam, a 17 de Fevereiro, uma greve geral que se prolonga pelo mês de Março. A 1 de Março o ministro da Educação, Rodrigues de Carvalho, declara que a greve «é de ordem política, a julgar pelos aspectos que se estão a revelar no meio da confusão que reina no ensino secundário»³²⁹. No mesmo dia o PCP declara que «a greve no ensino é reaccionária»³³⁰. Os liceus não cedem. O Governo usa a política do «pau e da cenoura». Ameaça intervir nos liceus com medidas coercivas, por um lado, e por outro, revê os critérios de remuneração dos professores tentando evitar uma unificação entre os estudantes e professores nos liceus. Em declarações sancionadas pela Junta de Salvação Nacional, o Governo declara que vai usar os meios coercivos e encerrar escolas se não forem reconhecidos os órgãos de

³²⁴*República*, 3 de Março de 1975, p. 9

³²⁵*República*, 1 de Março de 1975, p. 7

³²⁶*República*, 3 de Março de 1975, p. 13

³²⁷*República*, 11 de Março de 1975, p. 10

³²⁸ «Casas Ocupadas por Agrupamentos Políticos». In *Diário Popular*, 10 de Março de 1975, p. 19.

³²⁹*República*, 1 de Março de 1975, p. 12.

³³⁰*epública*, 1 de Março de 1975, p. 20.

gestão definidos no quadro legal, em vez dos órgãos de gestão eleitos democraticamente nas escolas³³¹. O Ministério da Educação e Cultura declara que as «reuniões gerais de alunos não podem revogar decretos do Governo»³³². O PCP manifesta-se contra a greve do ensino: «As escolas, que custam milhões de contos ao país, são para estudar, e não para serem terreno permanente de intermináveis discussões, de assembleias coagidas por grupos provocatórios, de golpes de mão, de agressões e empacotamentos. A situação é diferente nas escolas técnicas, frequentadas por trabalhadores-estudantes, do que nas universidades, frequentadas na esmagadora maioria por estudantes oriundos das classes burguesas, muitos deles trazendo, como selo de origem, o amor pela ociosidade e o parasitismo»³³³.

As declarações de Álvaro Cunhal, dizendo que nas universidades estavam estudantes «pequeno-burgueses com amor pelo parasitismo» eram de certa forma um reconhecimento dos limites da política da UEC, que nunca conseguiu que a sua influência nas universidades fosse suficiente para merecer do líder do partido um discurso que fizesse a ponte política com esse sectores. A 9 de Março de 1975 é fundada a União da Juventude Comunista, que responde já a este falhanço, ou seja, ao facto de que nem o Movimento da Juventude Trabalhadora tinha conseguido ser uma frente que abraçasse a juventude trabalhadora, nem a UEC conseguira tornar-se uma organização com força nas universidades. De tal forma que o projecto da pró-UNEP cai e em 1979 a UEC é formalmente dissolvida na Juventude Comunista. O I Encontro da Juventude Comunista é um recuo do partido – apesar de a UEC e o MJT continuarem a existir – no sentido de criar uma organização da juventude do partido, centralizada a este, uma vez que as suas propostas frentistas não tinham dado os frutos para que foram criadas. No Encontro, para além do ataque à greve dos liceus, é defendida a aliança com o MFA e a estabilidade da coligação democrática.³³⁴

Todo o esforço militante da UEC neste período é colocado, em plena greve geral dos liceus, na edificação do Serviço Cívico Estudantil. Em plena turbulência social dos estudantes, a UEC anuncie uma massiva limpeza das praias: «Prossegue a iniciativa da UEC de limpeza das praias e é pedido que isto seja considerado parte do SCE»³³⁵; ou

³³¹*República*, 3 de Março de 1975, p. 7.

³³²*República*, 5 de Março de 1975, p. 12.

³³³Discurso no I Encontro Nacional da União da Juventude Comunista, 9 de Março de 1975. In CUNHAL, Álvaro. Discursos Políticos (3). Lisboa: Edições *Avante!*, 1975, p. 148.

³³⁴Discurso no I Encontro Nacional da União da Juventude Comunista, 9 de Março de 1975. In CUNHAL, Álvaro. Discursos Políticos (3). Lisboa: Edições *Avante!*, 1975, pp. 127-152.

³³⁵*República*, 3 de Março de 1975, p. 11.

ainda medidas inseridas no SCE como recolha de tradições orais, um projecto de Michel Giacometti, acarinhado pelo Governo, o Instituto Gulbenkian, a UEC e a FNSAT; limpeza das florestas, campanhas sanitárias e de dinamização cultural. O SCE era tão importante que várias vezes o Conselho de Ministros neste período o analisa na sua ordem de trabalhos³³⁶. Tudo parecia justificar-se desde que tirasse os estudantes das universidades e das cidades, sobretudo Lisboa.

A outra pedra no sapato do Governo é a eleição que se avizinhava para o Sindicato dos Químicos de Lisboa, dirigido pela AOC (cisão do PCP-ml). Não há nenhum estudo sobre o que se passou no Sindicato dos Químicos e a análise que aqui fazemos baseia-se exclusivamente em notícias da imprensa. Sabemos que o *Avante!* acompanha em Fevereiro e Março de 1975 as eleições para o sindicato, que são um problema para o País, espelhado nas páginas dos principais diários, que acompanham a eleição. O PCP acusa a direcção do sindicato de manipular as eleições e o Ministro do Trabalho decide nomear dois militares para presidir a uma «comissão eleitoral que organizará as eleições, a fim de que não se desenvolvam quaisquer actividades além das sindicais»³³⁷. Os químicos respondem num comunicado onde afirmam «que democracia é esta em que o Governo se atribui o papel de julgar e vigiar o conteúdo político da actividades dos sindicatos?»³³⁸. Contra o Ministro do Trabalho os químicos realizam, no dia 7 de Março de 1975, uma manifestação em Belém.

Era um sindicato essencial para o PCP, dirigido por um grupo ML, a AOC. Uma das divisões entre os dois grupos era que a lista B, afecta ao PCP, propunha que a direcção nomeasse os delegados sindicais e a lista A, afecta à AOC, defendia que estes fossem eleitos em assembleias. A lista A propunha um salário de 7000 escudos e o PCP considerava que esse valor iria pôr em causa as pequenas e médias empresas. A lista A, da AOC, responde que «não devem ser os sindicatos a preocupar-se com o patronato. As pequenas e médias empresas podem falir, mas como resultado do próprio sistema capitalista. Os trabalhadores devem lutar pelos seus interesses e não pelos interesses da classe dominante»³³⁹.

A direcção do Sindicato dos Químicos acaba por não permitir que se realizem as eleições, chamando os trabalhadores a comparecerem nos locais de voto para boicotar as mesmas, alegando que aquele processo eleitoral, como estava a decorrer, era uma

³³⁶*República*, 5 de Março de 1975, p. 7.

³³⁷*República*, 1 de Março de 1975, p. 8.

³³⁸*República*, 1 de Março de 1975, p. 8.

³³⁹*República*, 4 de Março de 1975, p. 13.

imposição do Ministério do Trabalho, que dos 30 000 trabalhadores só 20 000 estavam recenseados, e que o Ministério tinha forçado que as eleições se realizassem num Domingo, para ser mais desmobilizador. A repressão é séria. O COPCON prende 7 elementos da direcção do sindicato e a gestão deste é entregue às Forças Armadas³⁴⁰. A Intersindical, à qual pertencia o Sindicato dos Químicos de Lisboa, em plenário, decide um voto de censura à direcção do Sindicato dos Químicos e apela à destituição da sua direcção. Estamos a poucos dias de 11 de Março de 1975.

A situação está ao rubro no Sindicato dos Químicos, na Rádio Renascença, nos liceus, nas fábricas e empresas. Os jornais dão conta de uma situação económica explosiva, que tinha feito do Programa Económico do MFA um paliativo, generalista, sem eco objectivo nos sectores produtivos, embora subjectivamente muitos trabalhadores lhe dessem o seu apoio. No dia 10 de Março de 1975 o *República* questiona nas suas páginas: «A subida dos preços será um problema sem saída?»³⁴¹. No dia seguinte o jornal lembra o «fantasma de 29»³⁴². Para 8 de Março estava marcada uma manifestação no Porto contra a carestia de vida que, apesar de proibida pelo Governo, se realiza. O PS responde propondo o aumento do salário mínimo, preços subsidiados e o apoio ao Programa Económico do MFA. As eleições no Sindicato dos Químicos, marcadas para dia 9, são adiadas. A situação volta a explodir na TAP, que a 10 de Março, num plenário, marca uma greve. O PCP propõe nesse mesmo dia 10 um encontro urgente ao PS «antes que a situação se possa deteriorar»³⁴³.

O PCP e o 11 de Março de 1975: «Todos para a Rua!»

Desde o 25 de Abril, sempre que a reacção tem procurado desencadear uma ofensiva com vista à instauração de uma ditadura, procura justificar tal iniciativa com o pretexto de que são os comunistas que estão preparando um golpe para tomar o poder. (...)

É pois licito adiantar que se hoje de novo o PCP é acusado de preparar um golpe, é porque a reacção está tramando o seu».

Álvaro Cunhal, 18 de Janeiro de 1975³⁴⁴.

³⁴⁰ «A Gestão foi entregue a elementos das Forças Armadas». In *Diário Popular*, 10 de Março de 1975, p. 19.

³⁴¹ *República*, 10 de Março de 1975.

³⁴² *República*, 11 de Março de 1975, p. 2

³⁴³ *República*, 10 de Março de 1975, p. 6

³⁴⁴ Discurso no comício do PCP na Marinha Grande, 18 de Janeiro de 1975. In CUNHAL; Álvaro, Discursos (3), Lisboa. *Avante!*, 1975, p. 48.

A tensão entre as classes estava fora do controlo da coligação e o reforço do MFA, com a sua institucionalização, não conseguiu impedir a radicalização dos conflitos. O próprio dia 11 de Março, feito para ser um golpe da direita para pôr fim à revolução apoiando-se sobretudo no Exército, um «golpe de Kornilov» à portuguesa, acabou por ser derrotado, transformando-se num dos episódios mais emblemáticos da revolução e num passo em frente, que marca provavelmente o momento em que a revolução portuguesa – que desde o início tinha objectivamente questionado a propriedade privada – se tornou numa revolução em que os elementos socialistas avançaram sobre o momento democrático da revolução, iniciando-se assim a «etapa do que foi denunciado como “assembleísmo”, ou seja, a dualidade de poderes» (Arcary, 2004: 78).

Um dos eixos militares do golpe era o controlo do Regimento de Artilharia Ligeira 1 (RAL 1) feito pelos pára-quedistas. Mas os pára-quedistas, depois de algumas horas daquilo que veio a ser considerado um mal-entendido – não sabiam porque tinham saído da unidade com ordens para cercar o RAL 1 - acabam abraçados aos seus camaradas da unidade de artilharia lisboeta, alguns a chorar (não iam participar numa luta «fratricida»)³⁴⁵. Às ruas saem milhares de pessoas e o próprio COPCON chama à constituição de barricadas. Os sindicatos, impulsionados maioritariamente pelo PCP mobilizam todo o País para travar o golpe. A capa do *Avante!*, que sai na tarde de 11 de Março, é «A Reacção não Passará; Unidade POVO-MFA», «Povo Português. Todos para a Rua»³⁴⁶. Nesse mesmo dia 11 de Março prosseguem ocupações de fábricas e greves. A TAP, cujos trabalhadores se tinham enfrentado com o Governo e o MFA antes de 28 de Setembro de 1974, entra em greve geral não só da TAP, mas de todo o movimento aéreo. Os bancários recusam-se a sair das instalações até que seja decretada a nacionalização da banca.

O golpe é derrotado e os seus responsáveis presos. Entre eles vários oficiais e alguns dos homens mais ricos do País, como Jorge de Melo, José Roquette, Jorge Espírito Santo. Começa uma nova fase de ocupação de casas, empresas e fábricas e a mobilização popular aumenta de novo. No estudo de Durán Muñoz, Março de 1975 é o

³⁴⁵ SOLANO, José, FURTADO, Joaquim, «Portugal 74 -75». In 25 de Abril. 30 Anos. DVD nº 4. Lisboa: Público, 2004.

³⁴⁶ *Avante!*, Série VII, 11 de Março de 1975.

mês com mais conflitos laborais e com mais conflitos laborais com acções radicais (Muñoz, 2000:107).

No dia 12 de Março o Conselho dos Vinte transforma-se no Conselho da Revolução e a este acrescenta-se uma Assembleia do MFA, nas palavras de Maxwell, «um confusa amálgama de funções executivas e legislativas que usurpou boa parte da autoridade que se pretendia para a Assembleia Constituinte» (Maxwell, 1995:158).

Que fez o PCP a 11 de Março de 1975?

Álvaro Cunhal e o PCP tinham clareza sobre a preparação de um golpe. Cunhal conhecia a história. Era duvidoso que uma situação revolucionária se mantivesse por longos períodos sem que as forças em presença se confrontassem directamente. Logo a 18 de Janeiro de 1975, Cunhal, com a extraordinária percepção política que lhe é característica, declara, nas comemorações do 18 de Janeiro de 1934, na Marinha Grande: «Ligada a esta calúnia, segundo a qual o PCP não queria a realização das eleições, a propaganda reaccionária, infelizmente acompanhada por certos sectores do Estado, do Partido Socialista e do PPD, acusam ou insinuam que o PCP está preparando um golpe para se apossar do poder (...) Desde o 25 de Abril, sempre que a reacção tem procurado desencadear uma ofensiva com vista à instauração de uma ditadura, procura justificar tal iniciativa com o pretexto de que são os comunistas que estão preparando um golpe para tomar o poder. (...) É pois licito adiantar que se hoje de novo o PCP é acusado de preparar um golpe, é porque a reacção está tramando o seu»³⁴⁷.

O PCP esperava o golpe. Acusava a «reacção» de o querer levar a cabo e as divisões no seio do Governo de poderem ajudar a concretizá-lo. Mantinha a caracterização de que a extrema-esquerda era a outra cara da «reacção». Dois dias antes do golpe, no Encontro da UJC, Cunhal declara que: «Explorando dificuldades reais, procuram multiplicar-se e precipitar-se greves, manifestações e confrontos violentos contra o governo e contra o MFA. A anunciada greve na TAP, certas manifestações de rua, os golpes de mão contra sindicatos, autarquias e escolas servem a reacção, e não os trabalhadores. O esquerdismo pseudo-revolucionário confirma uma vez mais o seu papel»³⁴⁸.

É também no 11 de Março que o PCP começa a publicar várias notícias onde dá conta de uma preparação internacional de um golpe, em que estariam interessadas a

³⁴⁷ Discurso no comício do PCP na Marinha Grande, 18 de Janeiro de 1975. In CUNHAL; Álvaro, Discursos (3), Lisboa. *Avante!*, 1975, p. 48.

³⁴⁸ Discurso no I Encontro Nacional da União da Juventude Comunista, 9 de Março de 1975. In CUNHAL, Álvaro, Discursos (3), Lisboa. *Avante!*, 1975, p. 139.

corrente social-democrata alemã e os EUA³⁴⁹. Mas o golpe, independentemente das posições políticas internacionais dos blocos afectos à URSS e aos EUA, foi preparado, dirigido e executado nacionalmente, mostrando de certa forma que tanto o PS como o PCP procuravam, em vão, encontrar no exterior explicação para uma situação política causada pelos conflitos nacionais, na sua essência.

A Comissão Política do PCP lança uma nota no dia 11 de Março. Congratula-se pela derrota que a aliança entre o movimento popular e as forças armadas desferiu à « reacção »; exige o apuramento de responsabilidades e a punição dos conspiradores; condena as « destruições anárquicas » levadas a cabo no próprio dia 11 de Março e culpabiliza a deterioração da situação por ter conduzido ao golpe: a campanha anticomunista, o acréscimo da sabotagem económica, a vaga de calúnias, violências e provocações, os golpes de mão em escolas, sindicatos e autarquias, a agudização « artificial de conflitos sociais », a tentativa de paralisar pela greve sectores importantes da vida económica; o PCP exige ainda o saneamento do aparelho de Estado, civil e militar, reorganização das forças militarizadas, medidas imediatas para a contenção de preços e salários e decisivo impulso anti monopolista e antilatinfundista. Para « o sucesso na luta contra a reacção » o PCP defende o reforço da unidade democrática e da aliança POVO-MFA³⁵⁰.

O golpe foi condenado por todas as forças políticas do Governo, pelo MFA, pelo primeiro-ministro e pelo Presidente da República. Costa Gomes e Vasco Gonçalves mimetizam o discurso do PCP contra a extrema-esquerda e as greves. Costa Gomes, na alocução ao País a 11 de Março, fala « de agitadores profissionais e pseudo-revolucionários ao serviço da reacção »³⁵¹ e Vasco Gonçalves, também na sua alocução ao País, fala da greve da TAP e da necessidade de unidade dos trabalhadores nos sindicatos: « é preciso que todos os trabalhadores da TAP, por exemplo, entre outros, tomem bem consciência dos perigos que correm ao dividir-se, ao cindir-se do Movimento das Forças Armadas, e que estejam alerta contra quem os divide! »³⁵².

O golpe de estado serviu como álibi para o Conselho da Revolução, no dia 18 de Março de 1975, com o apoio público do PCP, ilegalizar uma organização de direita, o

³⁴⁹ O imperialismo teme o avanço do processo democrático em Portugal». In *Avante!*, Série VII, 27 de Fevereiro de 1974, p. 10.

³⁵⁰ «É necessário manter bem viva e actuante a vigilância popular». Nota da Comissão Política do CC do PCP, 11 de Março de 1975. In *Avante!*, Série VII, 12 de Março de 1975, pp. 1 e 2.

³⁵¹ «Alocução do Presidente da República general Costa Gomes ao País». In *Avante!*, Série VII, 2 de Março de 1975, p. 4.

³⁵² «Alocução do primeiro-ministro Vasco Gonçalves ao País». In *Avante!*, Série VII, 12 de Março de 1975, p. 4.

PDC, e duas de esquerda que, naquele momento, se enfrentavam com o Governo: a AOC, que dirigia o Sindicato dos Químicos, e o MRPP, que tinha uma influência importante entre os estudantes. O PCP e o Conselho da Revolução ficam relativamente isolados nesta decisão de ilegalizar os partidos. A extrema-esquerda em geral opõe-se à ilegalização; o PS critica publicamente a ilegalização e a própria JSD, qual sintoma da revolução em curso, faz um comunicado onde afirma que concorda com a ilegalização do PDC porque é um «partido de direita que não respeita o Programa do MFA», mas a AOC concorda com esse programa e o MRPP «ultimamente» não tem causado problemas de ordem pública³⁵³.

Para se ter uma noção da dimensão da revolução naquele momento, num comício do PCP, logo a seguir a 11 de Março, uma parte das bases do partido exigia o fuzilamento dos responsáveis pelo golpe, exigência que jamais o PCP defendeu. Cunhal responde pacientemente: «Ora bem camaradas, ouço gritar para fuzilarem os responsáveis. Aqui parece que não estamos de acordo. Nós estamos de acordo em liquidar politicamente a reacção, mas não estamos de acordo, neste momento, em pedir a instauração da pena de morte em Portugal»³⁵⁴.

O episódio, excepcional de todas as formas - este nível de violência era raro entre os membros do PCP -, dá conta da crise imposta pela revolução.

O PCP e o MFA

As palavras dos militares mais altos representantes do Estado como Costa Gomes e Vasco Gonçalves, a seguir ao 11 de Março, não deixavam margem para dúvidas de que havia um confronto com sectores de direita que queriam derrotar a revolução sem ter reunido uma base social suficiente, como se viu; mas também entre o Governo, o MFA e os trabalhadores. Uma das saídas políticas do Governo para esta crise vai ser a imediata institucionalização de uma direcção que fosse capaz de conter o avanço social de que o golpe spinoquista foi produto mas também motor. O Conselho da Revolução – não por acaso chamado da Revolução – é exactamente a criação de uma instituição que tivesse duplamente legitimidade popular e força militar para travar o movimento popular, para travar a revolução. O argumento dado por quem esteve a favor

³⁵³*República*, 20 de Março de 1975, p. 5.

³⁵⁴Discurso no comício do PCP no estádio 1º de Maio, 16 de Março de 1975. In CUNHAL, Álvaro. *Discursos Políticos* (3). Lisboa: *Avante!*, 1974, p. 156-157.

do Conselho da Revolução – «proteger o movimento popular dos partidos elitistas, nas palavras de Costa Gomes» (Maxwell, 1995: 158) – não escondia que o Conselho da Revolução, que absorveu as funções da Junta de Salvação Nacional, do Conselho de Estado e do Conselho dos Vinte, visava criar um centro de autoridade do Estado (Maxwell, 1995:158), transformação que foi apoiada por todos os partidos da coligação, do PCP ao PPD.

Há uma polémica historiográfica sobre o papel do Conselho da Revolução durante este período, havendo autores que defendem que o Conselho da Revolução passou a ser o «motor da revolução» (Ferreira, 1993, Rezola, 2006.); que a revolução portuguesa foi controlada pelo seu sector militar (Cervelló, 1993) ou, de forma mais matizada, que a partir de Março há uma preponderância do sector militar (Maxwell, 2006). Deixando de lado a palavra «motor» – ambígua do ponto de vista historiográfico: falamos da revolução, da sua direcção, da sua principal força? –, a questão do papel dos militares e do Conselho da Revolução na revolução é uma questão chave para compreender o processo revolucionário e remete para a própria definição de um processo revolucionário, mas também para a história da política do PCP neste processo.

Perceber o papel do MFA implica, entre outras variáveis, situá-lo na revolução e compreender em que direcção se movia. O tema é complexo, desde logo porque há pouco paralelos na história idênticos. O MFA era uma das direcções da revolução, junto com os partidos políticos, sobretudo o PCP e o PS – os outros partidos, à esquerda e à direita, nunca conseguiram ser uma alternativa de direcção do processo. O MFA tinha algumas vantagens que o colocavam numa boa posição para dirigir o processo revolucionário: tinha o prestígio do derrube do regime; a aura revolucionária que lhe foi em parte dada pelo apoio do PCP, o maior defensor da «Aliança Povo-MFA», e o controle das armas. Mas o MFA era uma direcção com muitas fragilidades, a primeira das quais era ser uma direcção castrense, portanto com uma base militar. Isso fazia do Movimento um bom candidato a dirigir golpes, mas não revoluções vitoriosas. Era uma direcção pequeno-burguesa, cujos membros pertenciam na maioria à moderna classe média; os seus homens eram capitães, não eram nem generais, nem soldados oriundos da classe trabalhadora: «Um levantamento estatístico revelou que os membros do Movimento de Capitães eram, do ponto de vista sociológico, filhos da pequena burguesia e das classes médias de um modo geral (alguns da classe operária). Nascidos nos anos 40 (portanto, jovens na faixa dos trinta anos) e com mais de duas comissões militares na África (no caso dos majores). Uma maioria relativa (39,4%) provinha de

famílias de servidores públicos, e um outro conjunto significativo pertencia às camadas menos favorecidas: proletários rurais, operários, empregados do sector terciário, artesãos etc. (20,5%). No início de 1974, havia 4.165 oficiais permanentes no exército; desse total, 703 participaram no golpe (16,9%). Dos participantes, 73,82% pertenciam à infantaria e artilharia, e 80,8% eram capitães e majores» (Secco, 2004:156, 157)³⁵⁵.

E era uma direcção em crise permanente, desde o 25 de Abril, altura em que começaram as divergências com o sector spinolista e que evoluíram de tal forma que o MFA acabou por afastar em Setembro de 1974 o general a quem, cinco meses antes, tinha entregue o poder. Em Março de 1975, o Conselho da Revolução prende alguns dos homens que com eles fizeram o 25 de Abril e António de Spínola - que tinha sido aplaudido em gigantescas manifestações em Julho de 1974 - foge agora para Espanha.

O PCP era a maior organização política de Portugal, o maior partido político e o mais influente entre os trabalhadores. Dirigia a Intersindical, a pasta do Ministério do Trabalho, e ninguém sabe ao certo quantos milhares de funcionários já tinha nesta altura no aparelho de Estado, nos sindicatos e no próprio partido, mas certamente algo em torno de 10% do número de militantes, portanto, um cálculo de cerca de 5000. Tinha, estima-se, mais de 50 mil militantes. Era uma organização política que reunia a confiança da maioria dos trabalhadores portugueses, que lhe tinham dado aval para a unicidade sindical. Não era um bloco monolítico, como inúmeros documentos já citados por nós esclarecem, mas era o partido mais bem organizado. Também o mais centralizado, e portanto o mais bem posicionado para preencher os espaços políticos abertos pela revolução. A criação do Conselho Superior da Revolução não podia nunca ter sido feita sem a concordância do PCP, que defende a institucionalização do MFA, desde Janeiro de 1975, como uma prioridade. Podemos e devemos perguntar-nos por que apostou Cunhal no MFA, por que um partido comunista confiou numa direcção castrense, de composição social oriunda da pequena burguesia, por que quis partilhar com eles a direcção do Estado.

Logo no início de Janeiro de 1975, o PCP, mostrando-se contra o regresso das «forças armadas aos quartéis», declara que se se mantiver o cenário de só os partidos estarem representados na Assembleia Constituinte: «A Constituinte não poderá considerar-se o espelho fiel das forças motoras do processo revolucionário, designadamente da aliança Povo-Forças Armadas. Este é um problema real que

³⁵⁵ A. Afonso, B. Costa apud SECCO, Lincoln, *A Revolução dos Cravos*, São Paulo: Alameda, 2004:157.

necessita de solução. Segundo o PCP, seria um absurdo pensar que a nova Constituição poderá ser elaborada e aprovada sem que o MFA tenha uma palavra a dizer acerca da estrutura do novo Estado português»³⁵⁶. Uma semana mais tarde, a 16 de Janeiro, o PCP escreve que o MFA, através das campanhas de dinamização cultural, é «interprete das aspirações mais profundas do povo português»³⁵⁷. No calor da polémica sindical, o PCP considera que o PS está contra si e o MFA³⁵⁸. No final de Janeiro o PCP reproduz na íntegra o *Boletim do MFA no Avante!*³⁵⁹, onde o Movimento defendia que a aliança Povo-MFA era o «motor da construção histórica da democracia portuguesa» e que na perspectiva da reconstrução nacional e da resolução dos problemas do País, o «MFA é uma realidade histórica insofismável (...) e impõe-se sem sombra de dúvida a participação do MFA no futuro do país». Esta posição do Partido Comunista de privilegiar o MFA não era idêntica à da direcção do Partido Socialista, que no início de Março de 1975 declara, através de Mário Soares, que defende a institucionalização do MFA mas a «superioridade das eleições»³⁶⁰.

A nota da Comissão Política de 10 de Março de 1975 responsabiliza os conflitos sociais (metalúrgicos, químicos, liceus) – o «clima de violência e anarquia» – por uma situação social que o PCP prevê desembocar num golpe de direita e considera que há uma aliança entre ultra-esquerdistas e reaccionários cada vez «mais evidente», cujo propósito é destruir a aliança POVO-MFA³⁶¹.

Em 16 de Março de 1975 o PCP declara que: «Fracassado o golpe, a imediata institucionalização do MFA foi a resposta adequada à nova situação». Foi num discurso num comício do PCP no Estádio 1.º de Maio, pela voz do líder, Álvaro Cunhal, em 16 de Março de 1975: «Se o golpe de 11 de Março tivesse triunfado, um dos seus primeiros objectivos teria sido a liquidação do Movimento das Força Armadas. Fracassado o golpe, a imediata institucionalização do MFA foi a resposta adequada à nova situação (...) Ainda recentemente quando alguns defendiam que logo após as eleições o MFA deveria desaparecer e «os militares devem regressar aos quartéis», o que visavam era a

³⁵⁶ «As duas componentes» In *Avante!*, Série VII, 9 de Janeiro de 1975, p. 2.

³⁵⁷ «O MFA e o actual processo político In *Avante!*, Série VII, 16 de Janeiro de 1975, p. 8.

³⁵⁸ «Política Clara e Transparente». In *Avante!*, Série VII, 23 de Janeiro de 1975, p. 2.

³⁵⁹ «O MFA pelo Reforço da Aliança com as Massas Populares». In *Avante!*, 30 de Janeiro de 1975, p. 8.

³⁶⁰ *República*, 3 de Março de 1975, p. 24.

³⁶¹ Nota da Comissão Política do CC do PCP, 10 de Março de 1975. In *Avante!*, Série VII, 13 de Março de 1975, p. 4

liquidação de uma força essencial da revolução portuguesa, a liquidação da própria revolução portuguesa. Viva a aliança do POVO com o MFA» (...)»³⁶².

Não é por acaso que as declarações do PCP sobre o MFA, nesta fase, vêm intimamente ligadas ao peso político do MFA no contexto de aproximação das eleições para a Assembleia Constituinte. Desde o golpe de 25 de Abril de 1975 que essa é a política do PCP – apoio ao MFA – mas em de Março de 1975 trata-se de facto de um reforço do peso político do MFA na direcção do País. Provavelmente uma das explicações, para além de o programa do MFA ser um programa democrático coincidente com o programa do PCP de «revolução democrática e nacional», é a clareza que Cunhal neste momento já tinha de que as eleições o iriam colocar numa posição mais fraca em termos de representatividade política. O PCP procurou no MFA um parceiro de direcção, uma forma de reconstruir uma direcção frente-populista, uma vez que tudo indicava – e a direcção do PCP tinha consciência disso – que o PS iria ganhar as eleições com uma margem suficiente para pôr em causa a coligação nos moldes em que tinha funcionado até aí, acelerando a disputa de sectores chave do aparelho de Estado (Ministério das Finanças, Comunicação Social, Trabalho e Agricultura).

A ampliação da força do MFA, pela política do PCP, produziu efeitos no próprio MFA, reforçando o papel deste na direcção do regime. Mas isso não significa, em nossa opinião, que o motor da revolução, compreendido aqui como o impulsor do processo, tivesse passado a ser a direcção militar do processo. O motor da revolução continuou a ser o que tinha sido desde o início e, agora mais do que nunca, a mobilização dos trabalhadores, dos moradores, dos assalariados agrícolas, e a sua crescente organização em estruturas de tipo conselhistas.

É também em Março de 1975, que Álvaro Cunhal reforça publicamente a teoria segundo a qual em Portugal não é possível vigorar um regime de democracia burguesa: ou haveria uma transição que consistia numa etapa democrática que caminharia para o socialismo (aquilo que para o partido estava a ter lugar em Portugal naquele momento) ou haveria uma ditadura fascista, assente em baixos salários.

No dia 2 de Abril de 1975, Álvaro Cunhal, num discurso, afirma que em França e na Alemanha é possível haver monopólios e liberdades, mas «em Portugal não é possível»³⁶³ porque isso implicaria reduzir o salário mínimo de 3300 escudos para 1500

³⁶²Discurso no comício do PCP no estádio 1º de Maio, 16 de Março de 1975. In CUNHAL, Álvaro, Discursos (3), Lisboa. *Avante!*, 1975, p. 155-173.

³⁶³2 de Abril. In CUNHAL, Álvaro. Discursos (4). Lisboa: *Avante!*, 1975 pp. 13-18.

escudos. Em Portugal não era exequível, segundo as palavras do líder, um «compromisso histórico»³⁶⁴ como o que se estava a propor nos países da Europa Ocidental – uma das primeiras referências públicas do líder do PCP às teorias eurocomunistas – porque o estágio de acumulação capitalista do País pressupunha uma ditadura. O PCP acusa a direcção do PS e do PPD de quererem uma democracia burguesa para Portugal mas de não o assumirem publicamente. E lembra publicamente que a «democracia burguesa não serve a Portugal»³⁶⁵: «Está completamente excluído que possa haver um regime democrático no País com o poder da grande Banca, o poder dos grandes monopólios, o poder dos grandes senhores da terra»³⁶⁶. «A revolução na sua dinâmica pôs como única alternativa ao povo português: ou o poder dos monopólios e grandes senhores da terra e uma ditadura reaccionária; ou a democracia e a abolição do poder dos monopólios e dos latifúndios, com a realização de profundas reformas que conduzam Portugal ao socialismo»³⁶⁷.

A caracterização da etapa democrática colocava pois o PCP no encontro com o MFA. E é com esta política que o PCP se torna o partido que mais defende o Pacto MFA-Partidos, colocando a sua legitimidade acima do resultado eleitoral e, quando perde as eleições, reclamando que o significado destas, perante o Pacto, era muito diminuto.

No início de Abril o partido dava a conhecer que, para evitar conflitos depois do resultado eleitoral, e como o MFA não tinha representação na Constituinte, havia negociações em curso entre os partidos e o MFA para «se chegar a um acordo sobre o que será no fundamental a democracia portuguesa depois das eleições»³⁶⁸. Como refere Maria Inácia Rezola, o PS, o PPD e o CDS tinham, desde o início, contestado a presença do MFA na Assembleia Constituinte (Rezola, 2006: 159). Não era o caso do PCP que, como aqui vimos, desde o início defende o papel do MFA na Constituinte. Rosa Coutinho, muito próximo do PCP, regressado recentemente de Angola, é um dos principais membros do Conselho da Revolução encarregado de negociar o Pacto com os partidos. O almirante declara a 8 de Abril que o golpe de 11 de Março de 1975 tinha

³⁶⁴2 de Abril. In CUNHAL, Álvaro Discursos (4). Lisboa: *Avante!*, 1975 pp. 13-18.

³⁶⁵In CUNHAL, Álvaro Discursos (4). Lisboa: *Avante!*, 1975, p. 85.

³⁶⁶In CUNHAL, Álvaro Discursos (4). Lisboa: *Avante!*, 1975, p. 64.

³⁶⁷ Discurso no funeral de Pedro Soares e Maria Luísa Costa Dias, 13 de Maio de 1975. In CUNHAL, Álvaro. *A Crise Político Militar. Discursos Políticos 5*. Lisboa: *Avante!*, 1976, p. 15.

³⁶⁸ CUNHAL, Álvaro. Discursos (4). Lisboa: *Avante!*, 1975, p. 45

sido feito para impedir a institucionalização do MFA, independentemente do resultado das eleições³⁶⁹.

A 11 de Abril de 1975 tem lugar a cerimónia de assinatura do Pacto entre o MFA e PS, PPD, PCP, MDP, FSP e CDS. A extrema-esquerda não assina o Pacto, à excepção da AOC, que aderiria mais tarde ao acordo. Os termos da Plataforma do acordo previam o respeito pelo Programa do MFA e defendiam que a futura Assembleia Constituinte deveria ser elaborada de acordo com o presente na Plataforma; reafirmava que não cabia à Assembleia Constituinte fazer nenhum tipo de alteração ao Governo Provisório (c-5); impedia que se pusesse em causa a institucionalização do MFA e obrigava a mesma a ser incluída na nova Constituição (c-6): «Além das disposições que constituem a base deste acordo, a Constituição deverá consagrar os princípios do Programa do Movimento das Forças Armadas, as conquistas legitimamente obtidas ao longo do processo, bem como os desenvolvimentos ao Programa impostos pela dinâmica revolucionária que, aberta e irreversivelmente, empenhou o País na via original para um socialismo português»³⁷⁰; «Camaradas, há poucos dias foi estabelecido um acordo entre o MFA e vários partidos políticos. O que é que significa este acordo? No fundamental significa o seguinte: esses partidos comprometem-se na Constituinte a elaborar uma Constituição que reforçará a aliança do Povo com as Forças Armadas (...) Nós pensamos que a existência e continuidade do MFA é uma garantia para a liberdade e para a democracia no nosso país»³⁷¹.

Eleições, 25 de Abril de 1975

«O resultado das eleições não pode afectar muito esse Governo de coligação. Há um acordo com o MFA, vamos para diante com o Governo de Coligação».
Álvaro Cunhal³⁷²

O PCP advoga a realização de eleições para a Assembleia Constituinte desde o início da revolução. Cremos que a opinião que sustenta, tal como Medeiros Ferreira (1993:207) por exemplo, que o PCP não queria a realização de eleições e que estas se

³⁶⁹ *República*, 8 de Abril de 1975, p. 4

³⁷⁰ «1º Plataforma de Acordo Constitucional». In

http://app.parlamento.pt/LivrosOnLine/Vozes_Constituinte/med01100000j.html

³⁷¹ Cunhal, Discursos (4). Lisboa: *Avante!*, 1975. P. 67.

³⁷² Cunhal, Discursos (4). Lisboa: *Avante!*, 1975. P. 72.

realizaram por imposição do MFA ao PCP deve ser ponderada. As eleições estão previstas na *Plataforma de Emergência* aprovada no VII Congresso, em Outubro de 1974. No recenseamento o PCP vai empenhar-se, mobilizando os militantes a participarem no processo. As divergências, a propósito do processo eleitoral são pontuais e dizem respeito a situações concretas: a participação do MDP no processo eleitoral – a que o PS se opõe – a questão do voto emigrante e, quando a campanha anticomunista começa a generalizar-se, em Fevereiro e Março de 1975, o PCP mostra muitas reservas quanto à transparência das eleições, acusando a Igreja e os partidos de direita de manipularem as populações atrasadas das Beiras, do Norte do País e das ilhas. Mas, mesmo neste caso, não se opõe à realização do processo eleitoral, defende, sim, que os parceiros de governo intervenham no sentido de pôr fim à campanha anticomunista, nomeadamente controlando os caciques locais³⁷³. Não havia eleições democráticas em Portugal há 50 anos e todo o processo de recenseamento era demorado e complexo e, de facto, havia uma forte campanha anticomunista em curso. Só isso é que justifica, como já referimos, que Cunhal quando vai a locais como Seia ou Viana do Castelo exprima em discursos que os «comunistas não matam velhos», «não comem crianças», «não querem roubar as terras aos pequenos agricultores»³⁷⁴. No dia 21 de Abril, na véspera das eleições, o CC do PCP faz publicar uma nota no *Avante!* onde lembra que «todas as regionais do partido têm que assegurar a máxima seriedade no direito ao voto»³⁷⁵.

A Lei 3/74 de 14 de Maio (da Junta de Salvação Nacional) obrigava a que se realizassem eleições para a Assembleia Constituinte até 31 de Março de 1975. Em Janeiro alargou este prazo até 25 de Abril de 1975. O Decreto-Lei 53-A/75, de 11 de Fevereiro marca as eleições para a Assembleia Constituinte para 12 de Abril. Mas elas são novamente adiadas e sem dúvida a razão agora é não a dificuldade do recenseamento mas o acordo entre os partidos e o MFA. A 19 de Março, pelo Decreto-Lei 141-A/75, são adiadas as eleições para 25 de Abril de 1975. Em 26 de Dezembro de 1974, o PCP tinha sido o primeiro partido a entregar os papéis de legalização. Não deixa de ser simbólico e apanágio da excepcionalidade da situação social do País, que um Partido só entregue os papéis de legalização 9 meses depois de estar no Governo.

³⁷³ Comunicado do CC do PCP, 2 de Março de 1975. In *Avante!*, Série VII, 3 de Março de 1975, p.3.

³⁷⁴ Ver CUNHAL, Discursos. Vols 3 e 4.

³⁷⁵ Nota do CC do PCP. 21 de Abril de 1975. In Documentos do CC do PCP, Janeiro/Julho de 1975.

O PCP começa a campanha, a 2 de Abril de 1974, com um suplemento diário do jornal *Avante!*. Realiza durante este mês comícios nas principais cidades do país e centenas de jornadas políticas e sessões de esclarecimento. A campanha, habilmente, é centrada na reivindicação da legitimidade histórica do PCP como partido da «resistência» e da «liberdade», e como o partido que melhor representa o povo português. O lema «candidatos comunistas deputados do Povo»³⁷⁶ é disso reflexo. O partido tem 247 candidatos, dos quais 85 são operários (26 metalúrgicos), 49 empregados, 15 técnicos, 10 camponeses, 62 intelectuais, 8 estudantes, 6 pequenos e médios comerciantes e 12 diversos. Não há referência a quantos destes são funcionários do partido. Cinquenta e oito dos candidatos tinham menos de 30 anos. No fim, o argumento de maior peso: «Muitos candidatos foram perseguidos e estiveram no total 440 anos na prisão»³⁷⁷. É esta legitimidade que dá ao PCP a possibilidade de chegar aos comícios e dizer que a direcção do PS está enganada quando os acusa de querer fazer uma ditadura porque ninguém em Portugal tinha lutado tanto na resistência como o PCP. Era a verdade. Os 26 membros do Comité Central do PCP que eram candidatos ao todo tinham sofrido 219 anos de prisão³⁷⁸.

O programa do PCP para as eleições é o da *Plataforma de Emergência* e é esse o programa, lê-se no *Avante!*, que será cumprido pelos deputados do PCP³⁷⁹, embora em Abril de 1975, na campanha eleitoral, o PCP já dê mais relevo às nacionalizações e à reforma agrária do que previa a própria *Plataforma de Emergência* em Outubro de 1974³⁸⁰.

A campanha desenrola-se de Norte a Sul do País e não é uma campanha doutrinária, mas de um partido enraizado em muitos sectores e locais do País. Álvaro Cunhal, que participa em todos os comícios que o PCP realiza durante Abril, vai a cada cidade, vila, aldeia, defender a política geral do partido – democratização, aliança Povo-MFA, nacionalização dos monopólios e latifúndios – mas em todo os locais fala especificamente dos problemas dos trabalhadores da zona geográfica onde discursa, demonstrando que conhece em profundidade o que se passa com as populações. Em Santarém, Cunhal discursa sobre a propriedade enumerando com precisão os problemas em várias propriedades – cita os nomes, o tamanho, os problemas que nelas se colocam;

³⁷⁶ «Candidatos Comunistas Deputados do Povo». In *Avante!*, Série VII, 6 de Março de 1975, p. 1.

³⁷⁷ Idem

³⁷⁸ «Quem são os Candidatos Comunistas?». In *Avante!*, Série VII, 3 de Março de 1974, p. 4

³⁷⁹ *Avante!*, Série VII, 3 de Março de 1975, p. 1

³⁸⁰ *Avante!*, Série VII, 3 de Março de 1975, p. 1

em Faro discute a greve das conservas, a dos pescadores, o que se passa na indústria da pesca; em Viana do Castelo fala dos problemas dos estaleiros navais e acusa o PPD e a Igreja de anticomunismo.

As sondagens davam cerca de 30% ao PS e ao PPD. Cunhal, confrontado por uma jornalista sobre a hipótese de o PCP não alcançar 30% dos votos, reage cautelosamente, afirmando que o número é arbitrário, que nenhum partido tem condições de governar sozinho e que, apesar dos partidos terem assento na Assembleia Constituinte, o MFA é «necessário antes e depois das eleições»³⁸¹. A luta política com o PS leva a direcção do PCP a lamentar-se de que, apesar dos encontros realizados entre os dois partidos em Março de 1975, o PS não tenha recuado na «campanha anticomunista»³⁸². Ambos os partidos disputam a palavra «socialismo», ambos reivindicam defender o melhor projecto socialista³⁸³. O PCP mantém que independentemente do resultado eleitoral há um acordo a ser cumprido: «Há um Governo de coligação e vamos para diante. O resultado das eleições não pode afectar muito esse Governo de coligação. Há um acordo com o MFA, vamos para diante com o Governo de Coligação»³⁸⁴; «Quando falamos em unidade, nunca podemos esquecer que dos aspectos mais fundamentais da unidade do nosso povo para a construção de um Portugal democrático (...) é a unidade Povo-MFA»³⁸⁵.

No dia 25 de Abril de 1975 realizaram-se em Portugal as primeiras eleições livres com sufrágio universal da história do País. 5 711 829 portugueses foram votar, o que corresponde a uma taxa de 91,66% de participação, a maior da história de Portugal – e que nunca mais seria repetida. O resultado é uma extraordinária vitória do PS e um resultado confortável para o PPD: PS (37,9%), PPD (26,4), PCP (12,5), CDS (7,6), MDP (4,1), UDP (0,8). Outros partidos (3,8), brancos e nulos (6,9). O PCP tem pouco mais de 12% dos votos. Se lhe juntarmos o MDP, isso dá cerca de 16,5% dos votos. A expressão espacial do eleitorado do PCP é de uma «extrema nitidez» (Gaspar, 1976:44). O partido tem excelentes votações onde está concentrada a classe operária portuguesa – em ambas as margens do Tejo (linha de Vila Franca, Lisboa e distrito de Setúbal), Marinha Grande, zonas industriais da Covilhã, Porto, Viana do Castelo e Coimbra e no Alentejo, zona de assalariados agrícolas (Gaspar, 1976).

³⁸¹ «Conferência de Imprensa». In *Avante!*, Série VII, 6 de Março de 1975, p. 3.

³⁸² Cunhal, Discursos (4). Lisboa: *Avante!*, 1975. p. 71.

³⁸³ Cunhal, Discursos (4). Lisboa: *Avante!*, 1975. p. 71.

³⁸⁴ Cunhal, Discursos (4). Lisboa: *Avante!*, 1975. p. 72.

³⁸⁵ Cunhal, Discursos (4). Lisboa: *Avante!*, 1975. P. 53.

O significado das eleições é de extrema importância, embora a luta dos trabalhadores, como veremos, continue o seu curso à margem das eleições. O PS não tinha uma força social de 38% dos votos, nem o PCP de 12%. A situação social reflecte-se de forma distorcida nos resultados eleitorais de 25 de Abril de 1975 para a Assembleia Constituinte. Parte dos bancos e seguradoras tinham sido nacionalizados; tinha-se generalizado um processo de ocupação de casas, contra a vontade do Governo; as lutas prosseguiam em fábricas e empresas. Mas as eleições funcionam como um espelho invertido, fazendo sair de casas milhões de pessoas que não participaram no processo revolucionário – nas eleições, um dirigente do Sindicato dos Químicos ou da TAP conta tanto como uma dona de casa ou um padre que nunca saiu da igreja. Pese embora este facto, as eleições têm um imenso significado. Elas vão dar uma força enorme ao PS – e por arrasto ao PPD –, que começam a construir a aliança que depois irá fazer co-dirigir o golpe contra-revolucionário de Novembro de 1975. Esta situação vai reflectir-se no seio das Forças Armadas, aumentando a luta interna dentro destas, e colocar o PCP numa posição de fragilidade acrescida.

Em nota de 26 de Abril do Comité Central do PCP, o partido faz o seu balanço, que dá às eleições um sentido limitado: 1) é uma data significativa; 2) a grande afluência às urnas significa por um lado a vontade da maioria participar, por outro, «indica as pressões exercidas» que tornaram o voto praticamente obrigatório «mesmo para aqueles que não tinham opinião formada»; 3) o resultado significa que o povo português se pronuncia pela via assinada no Pacto MFA partidos; 4) a direita é reduzida; 5) mostram a grande implantação do PCP nas zonas operárias e urbanas e no proletariado rural do Sul; e a força da campanha anticomunista nas zonas onde o PCP teve baixa votação; 6) é um erro pensar que esta votação possa traduzir a força do PCP e a sua capacidade de mobilização; 7) as eleições têm um significado preciso e limitado que é a elaboração da Constituição nas linhas definidas pelo Pacto MFA-Partidos. Finalmente, o partido refere que o processo revolucionário «original» vai continuar, baseado na aliança povo-MFA.

Esta política do PCP coloca *de facto* em causa a legitimidade eleitoral, mas não pede nem o cancelamento das eleições, nem as propõe substituir por uma legitimidade revolucionária, massim pela legitimidade do acordo entre os partidos e o MFA.

O PCP, as Nacionalizações, o Controlo Operário e a «Batalha da Produção»

«Nacionalizar uma empresa quer dizer que essa empresa deixa de pertencer a um patrão, a um capitalista ou a um grupo de capitalistas para pertencer unicamente à Nação, isto é, ao povo».

Avante!, 10 de Abril de 1975³⁸⁶.

Significado das nacionalizações

As nacionalizações de bancos, companhias de seguros e outras empresas que se dão, *grosso modo*, entre Março de 1975 e Maio de 1975, são uma política forçada pelos trabalhadores que, na dinâmica da revolução, as impõem aos partidos políticos e ao MFA, obrigando o Conselho da Revolução e o IV Governo Provisório a nacionalizar, primeiro a banca e os seguros, e a seguir várias empresas estratégicas de grupos económicos portugueses dominantes. É a revolução que coloca as nacionalizações no centro da história de Portugal a partir de 1975 e não qualquer estratégia partidária comunista de tomada do poder. Nem o Partido Comunista Português (PCP), nem o Partido Socialista (PS), nem o Movimento das Forças Armadas (MFA) fizeram das nacionalizações uma estratégia no biénio 1974-75.

O desfecho das nacionalizações foi o controlo do Estado sobre as empresas, com o duplo resultado de salvar economicamente empresas no meio de uma recessão económica e resgatar a propriedade que estava objectivamente a ser colocada em causa pelos trabalhadores. A médio prazo – uma década depois – os bancos e as empresas nacionalizadas serão devolvidos ao sector privado.

Mas esse processo tem uma história, tem um começo e um final: quando se dão as nacionalizações elas representam, naquele momento, a vitória dos trabalhadores, uma derrota do sistema capitalista, uma agudização da luta de classes que coloca directamente em causa a propriedade privada. E a história da revolução a partir daí será também a história da extraordinária confiança que os trabalhadores e parte dos sectores intermédios da sociedade ganharam em si próprios a partir de 11 de Março de 1975, a confiança de que podem vencer, de que conseguem questionar a propriedade privada dos meios de produção, e essa confiança irá espalhar-se como um rastilho de pólvora por todo o País, estando na origem da crise revolucionária que começa em Julho de 1975, o chamado «Verão Quente».

³⁸⁶ «Os ferroviários a favor da nacionalização da CP». In *Avante!*, Série VII, 10 de Abril de 1975, p. 7.

Não existem praticamente investigações históricas sobre as nacionalizações em Portugal durante a revolução. Conhecemos a cronologia das nacionalizações e os sectores nacionalizados. Mas falta-nos saber quase tudo deste processo: como era a situação social dentro das empresas que foram nacionalizadas – havia ou não controlo dos trabalhadores nessas fábricas e empresas? Quem dirigia os trabalhadores nessas fábricas e empresas? Era o PC, o PS, a extrema-esquerda? Qual o grau de influência que os partidos tinham nessas empresas mesmo quando dirigiam os sindicatos ou as comissões de trabalhadores? Desde quando a propriedade privada da empresa é posta em causa, objectiva e subjectivamente? Quantas empresas são nacionalizadas por estarem em falência, em risco económico e quantas por os patrões temerem o controlo operário? Qual o impacto político e económico de só nacionalizar parcialmente um sector? Em quantas dessas empresas os patrões acabam por fugir de Portugal? Que partidos as apoiam e em que circunstâncias sociais o fazem? Quando começam a ser devolvidas aos patrões e em que condições sociais?

No centro de todas estas questões uma sobressai: até onde foi o controlo operário – controlo sobre o que se produz, quando se produz e para quem se produz – na revolução portuguesa? Por outras palavras, a nacionalização foi uma medida de transição no caminho da colectivização ou não?

A primeira nacionalização em Portugal a seguir à revolução dá-se menos de um mês depois da queda do regime. A 21 de Maio de 1974 os trabalhadores da Companhia das Águas ocupam a sede da empresa e exigem a sua nacionalização. Passa a chamar-se Empresa Pública das Águas de Lisboa (EPAL)³⁸⁷. Mas será só depois da vitória da lei da independência das colónias, no Verão de 1974, que voltam a fazer-se nacionalizações. Em Setembro de 1974, pelos decretos-lei n.º 450, 451 e 452/74 são nacionalizados o Banco de Portugal, o Banco de Angola e o Banco Nacional Ultramarino, o que, de acordo com Medeiros Ferreira, «é o primeiro passo para o Estado ocupar o único lugar do lado português na gestão das consequências financeiras da descolonização que se desencadeara oficialmente com a Lei n.º 7/74, de 26 de Julho». (Ferreira, 1993:114).

De facto, a descolonização obrigava o capitalismo português a socorrer-se da centralização para salvar o máximo possível da economia ligada às colónias. Porém, não se deve subestimar o papel da luta revolucionária na metrópole na concretização

³⁸⁷ Em 1981 muda de nome para Empresa Pública das Águas Livres e, em 1991, para Empresa Portuguesa das Águas Livres, nome que hoje mantém.

destas medidas: primeiro, a descolonização foi ela própria determinada também pela dinâmica revolucionária da metrópole no após 25 de Abril; depois, os sindicatos dos bancários tinham estado envolvidos em fortes lutas desde o 25 de Abril de 1974 e, é na sequência da derrota do golpe de direita spinolista de 28 de Setembro de 1974, derrotado pelos trabalhadores, que o Estado aumenta o seu poder na fiscalização das instituições de crédito, por exemplo com o Decreto 540-A/74, de 12 de Outubro. A luta dentro dos bancários era renhida, de tal forma que o PCP vai perder para o PS a direcção dos sindicatos dos bancários do Porto e de Lisboa durante o ano de 1975. Isto indica que a base dos bancários era muito susceptível à mudança social, o que aconteceu efectivamente depois de 28 de Setembro de 1974, quando esta começa a colocar a questão da nacionalização da banca privada, denunciando a ligação do Banco Espírito Santo³⁸⁸, por exemplo, aos grupos que teriam estado por detrás do golpe.

A maioria das nacionalizações é realizada entre 11 de Março e Maio de 1975. No dia 11 de Março de 1975, os trabalhadores bancários, que ocupavam as instalações dos bancos, exigem a nacionalização da banca. No dia 12, o Conselho da Revolução, que se constitui nesse mesmo dia, anuncia a nacionalização da banca (ficam de fora os bancos estrangeiros) e, em 24 de Março, a dos seguros. No dia 14 de Abril, gigantescas manifestações apoiam, em Lisboa e no Porto, a nacionalização da banca³⁸⁹. A 15 de Abril, por decisão do IV Governo Provisório, são nacionalizadas dezenas de empresas que pertenciam aos grupos financeiros, agora expropriados, incluindo as empresas de sectores básicos da economia nacional como petróleos, electricidade, gás, tabacos, cervejas, siderurgia, cimentos, transportes marítimos, celuloses, construção e reparação naval, camionagem, transportes colectivos urbanos e suburbanos, etc. Muitas destas empresas estavam ligadas, como referimos, aos grandes grupos económicos que tinham enriquecido no Estado Novo como o Grupo CUF, o Grupo Champalimaud, o Grupo Espírito Santo, etc.

Muitas empresas, incluindo de razoável dimensão, escaparam à vaga de nacionalizações – transformação da cortiça, refinação de açúcar, têxteis e exportação de vinho, a maioria no Norte do País. E foi precisamente através delas que se constituíram os primeiros núcleos dos novos grupos privados como o de Américo Amorim.

³⁸⁸ Comissões de Delegados Sindicais do Banco Espírito Santo e Comercial de Lisboa. Sabotagem Económica. Dossier Banco Espírito Santo. Lisboa: Diabril Editora, 1975, p. 39.

³⁸⁹ *Diário Popular*, 15 de Março de 1975, pp. 9 e 11.

A doutrina do Estado Novo consagrava a iniciativa privada, mas o sector empresarial do Estado (SEE) desenvolveu-se consideravelmente nesse período, como assinala Silva Lopes (Lopes, 1996:310). Com o Estado a deter posições de comando ou de influência nos transportes, refinarias, electricidade, banca, etc. Estima-se que as empresas dominadas pelo sector público empregavam, antes das nacionalizações, cerca de 2/3 da mão de obra do conjunto do que depois das nacionalizações ficou a empregar o SEE. Nos primeiros anos depois das nacionalizações de 1975, o SEE ocupava à volta de 300 000 trabalhadores, cerca de 8% da população activa, e gerava um valor acrescentado bruto de entre 20 e 25% do PIB. Como refere ainda Silva Lopes, Portugal ficou com um dos sectores empresariais de mais elevada dimensão da Europa Ocidental, mas mesmo assim não muito distinto do que se passava com a França, Itália, Reino Unido e Alemanha. Nesses países, em média, o sector público empregava 10% da mão-de-obra. (Silva Lopes, 1996:314,315).

As nacionalizações foram realizadas sob o impacto de uma crise generalizada de acumulação mundial e, de certa forma, a metodologia com que foram feitas – sem controlo operário – sugere que a burguesia portuguesa lançou mão das nacionalizações para salvar os dedos, uma vez perdidos os anéis. Ou seja, como forma de acabar com os conflitos sociais nas empresas e resgatá-las da crise de acumulação. O que é confirmado pela retórica dos partidos da coligação governamental que, sem excepção, apelavam à contenção das lutas nas empresas nacionalizadas alegando que estas agora pertenciam ao povo português, omitindo que o Estado permanecia capitalista, bem como as empresas por este administradas. Medeiros Ferreira, por exemplo, defende que as nacionalizações permitiram aos militares ter controlo sobre o sistema financeiro (Ferreira, 1994:116) e Silva Lopes lembra o contributo destas para atenuar os efeitos da conjuntura económica (Silva Lopes, 1996:316).

A interpretação é tentadora, mas, do nosso ponto de vista, confunde a meta com o caminho. Confunde o fim – devolução pelo Estado das empresas nacionalizadas ao sector privado – com o processo, o questionamento da propriedade privada dos meios de produção pelos trabalhadores no meio de uma revolução. E, como assinala Arcary (2004:75), não se deve confundir a obra da revolução com a da contra-revolução. A importância das nacionalizações para a revolução não reside, essencialmente, no impacto económico nem no eventual desenho de uma economia de feição socialista – porque a economia, o Estado continuou a ser capitalista, os bancos e as empresas estrangeiras permanecerem sem intervenção, e com o apoio da direcção comunista,

apesar de o seu programa prever a «libertação do imperialismo estrangeiro». Como já assinalámos, as empresas nacionalizadas empregavam, ao todo, 8% da população activa.

Esta importância, e daí serem um marco que divide fronteiras na revolução portuguesa, está no facto de as nacionalizações terem sido feitas sob exigência dos trabalhadores, muitos vezes reunidos em assembleias de base, e ocupando as instalações das empresas para exigir a sua nacionalização. As nacionalizações foram também acompanhadas de extraordinárias vitórias dos trabalhadores, como importantes melhorias dos salários reais, num período de inflação elevada (20 a 30%), e outras regalias sociais (Silva Lopes, 1996:320). E foram realizadas sem indemnização. Reflexo agudo da luta de classes, muitos capitalistas, incluindo alguns dos homens mais ricos do País, foram presos a seguir ao 11 de Março e/ou acabaram por fugir para o Brasil, só regressando a Portugal a partir do fim do anos 70, quando os Governos começaram a delinear um processo de indemnizações (ou devolução das empresas), que vieram primeiro a ser fixadas pela lei 80/77 de 26 de Outubro.

A política do PCP para as nacionalizações

O PCP não tem uma estratégia de nacionalizações, nem um programa sobre elas elaborado. O partido elabora, ao longo da revolução, documentos sobre a reforma agrária, a relação com os católicos, o movimento estudantil e a unicidade sindical. Mas será preciso esperar por 1978 para ter os primeiros documentos públicos³⁹⁰ dedicados a analisar as nacionalizações – e sobretudo como garantir a sua irreversibilidade, já no quadro da contra-revolução, portanto já numa posição defensiva. O PCP apoia as nacionalizações a partir de Março de 1975.

Rumo à Vitória, o programa para a revolução democrática e nacional escrito em 1965, que se mantém oficialmente como programa do partido, prevê a «nacionalização dos bancos, das companhias de seguros, dos transportes ferroviários, aéreos e marítimos, do telégrafo e dos telefones, das minas, da produção e transporte de electricidade e de outros sectores da indústria pertencentes aos grupos monopolistas»³⁹¹;

³⁹⁰ As Nacionalizações. Defesa e Dinamização. Textos da Conferência das Organizações do PCP para a Defesa e Dinamização do Sector Nacionalizado da Economia. 11 e 12 de Março de 1978. Lisboa: Edições *Avante!*, 1978, p. 52.

³⁹¹ 7 Congresso Extraordinário do PCP. In Documentos políticos para a História do PCP. Lisboa: *Avante!*, 1974, p. 321.

e a nacionalização dos bancos estrangeiros, eventualmente com lugar a indemnizações. Mas a *Plataforma de Emergência*, o programa que o PCP define como orientador para o período revolucionário, não fala de nacionalizações e prevê o «controle pelo Estado da actividade da banca privada e intervenção do Governo sempre que essa actividade não corresponda à defesa dos interesses da comunidade nacional. Reforço do papel dos delegados do Governo e administradores por parte do Estado»³⁹²; prevê ainda o controlo do movimento de capitais e apoio às pequenas e médias empresas em dificuldades, concessão de créditos; e fiscalização e punição da sabotagem económica e confisco de bens no caso de esta ser provada em juízo. A *Plataforma* estabelece ainda o reforço das empresas com participação do Estado e formação de novas empresas do Estado e empresas mistas³⁹³. Esta política, posta em prática pelo III Governo Provisório (de que faziam parte comunistas, socialistas, liberais e o MFA), vai estabelecer a constituição de delegados do Banco de Portugal que junto das empresas e das administrações definem as formas de intervenção e, tudo indica, pela importância que o partido dava a estas delegações/administrações³⁹⁴ (ao ponto de estarem referidas na *Plataforma*³⁹⁵), que o partido procurava ter aí pessoas da sua influência.

A política económica do partido, neste período, é a da defesa e preparação de instrumentos que permitam ao Estado intervir nas empresas e será o PCP o partido que mais defenderá o decreto 660/74, de 25 de Novembro de 1974 – aliás fazendo o balanço, em 1977, de que este decreto foi imposto aos restantes membros do Governo pelo próprio PCP³⁹⁶.

O decreto estipulava que o Estado intervinha nas empresas em caso de abandono, descapitalização, não pagamento propositado a fornecedores, fraudes fiscais. Ao todo foram intervencionadas, durante a revolução, segundo dados oficiais, cerca de 350 empresas que num total empregavam cerca de 100 000 trabalhadores nos três sectores de actividades (Silva Lopes, 1996:309). O PCP avança o número de cerca de 300 empresas intervencionadas³⁹⁷. Mas a maioria das empresas foi intervencionada em

³⁹² 7 Congresso Extraordinário do PCP. In Documentos políticos para a História do PCP. Lisboa: *Avante!*, 1974, pp. 359-362.

³⁹³ 7 Congresso Extraordinário do PCP. In Documentos políticos para a História do PCP. Lisboa: *Avante!*, 1974, pp. 359-362.

³⁹⁴ Comissões de Delegados Sindicais do BES e Comercial de Lisboa. Sabotagem Económica. Dossier Banco Espírito Santo. Lisboa: Diabril Editora, 1975, p. 39.

³⁹⁵ 7 Congresso Extraordinário do PCP. In Documentos políticos para a História do PCP. Lisboa: *Avante!*, 1974, p. 360.

³⁹⁶ *As Empresas Intervencionadas*. Lisboa: Edições *Avante!*, 1977, p. 7.

³⁹⁷ *As Empresas Intervencionadas*. Lisboa: Edições *Avante!*, 1977, p. 11.

1975 (255 empresas) e particularmente no período pós 11 de Março de 1975, mostrando que mesmo no auge da luta pelas nacionalizações, o Governo privilegiava, nas empresas com lutas sociais, dificuldades económicas, sabotagem, ou ambas, a intervenção estatal.

A política de intervenção manteve-se durante toda a revolução. A 12 de Maio e 29 de Maio de 1975 o IV Governo fará publicar, respectivamente, os decretos 222-B/75 e 422/76, que tinham o mesmo propósito do decreto 660 de 25 de Novembro e que o economista José da Silva Lopes define como decretos que legalizam situações criadas pelos próprios trabalhadores nas empresas: «Com a explosão dos conflitos sociais nos primeiros meses a seguir ao 25 de Abril, os trabalhadores de muitas empresas expulsaram os patrões ou os seus representantes, invocando argumentos de sabotagem económica, colaboração com o regime de ditadura, repressão laboral, etc. Ao mesmo tempo, a deterioração das condições económicas das empresas ia empurrando muitas delas para situações insustentáveis de falta de liquidez ou solvabilidade e levou muitos donos a abandoná-las. Para protegerem os seus empregos, ou para arrancarem todo o poder aos proprietários do capital, os trabalhadores das empresas assim atingidas apoderaram-se da respectiva gestão e reclamaram apoios do Estado para as manterem em actividade. O Governo foi, por isso, levado a publicar alguns diplomas que davam cobertura legal às situações assim criadas. (...) Esses diplomas estabeleciam e regulavam os mecanismos de intervenção do Estado em sociedades privadas, embora a título temporário e sem deixarem de manter os meios de produção na titularidade dos respectivos proprietários» (Silva Lopes, 1996:308).

A partir de Novembro de 1974, mas sobretudo entre Janeiro de 1975 e Março de 1975, há discursos de dirigentes do PCP a defender que «é preciso aprofundar uma estratégia anti monopolista e anti latifundista»³⁹⁸. A partir de Fevereiro de 1975, a questão agrária passa a fazer parte das políticas centrais do partido, que organiza várias conferências no Ribatejo e no Alentejo a defender a sua política agrária. Porém, o PCP não se mobilizará para a defesa das nacionalizações antes de Março de 1975.

No dia 3 de Janeiro de 1975 uma assembleia dos bancários pede a nacionalização da banca. A medida vem anunciada na página 9 do *Avante!*. Na capa desse mesmo *Avante!* há destaque para a unicidade sindical, a conferência de camponeses do Sul; a conferência nacional unitária de trabalhadores, a UEC e o serviço cívico estudantil, o recenseamento eleitoral e uma homenagem a Militão Ribeiro, morto

³⁹⁸«Política Clara e Transparente», In *Avante!*, Série VII, 23 de Janeiro de 1975, p. 2.

pela PIDE. Não deixa de ser relevante este aspecto – a exigência de nacionalização da banca pelos trabalhadores é colocada quase no fim do jornal, sem nenhum destaque na capa. A notícia dá conta de que foi «Pedida a nacionalização da Banca na perspectiva anti monopolista apontada no Programa do MFA»³⁹⁹. E exige-se, para além de ser enquadrada no Programa do MFA, que sejam levados a cabo saneamentos nas administrações e quadros dirigentes dos bancos.

O partido voltará a falar de nacionalizações na I Conferência de Trabalhadores Agrícolas do Sul, a 9 de Fevereiro de 1975, onde propõe a nacionalização da banca⁴⁰⁰. E na Conferência Unitária de Trabalhadores, em Fevereiro de 1975, onde a maioria das comissões dessa conferência pronuncia-se a favor das nacionalizações⁴⁰¹. Álvaro Cunhal afirma que o significado das nacionalizações só abre uma perspectiva de socialismo na medida é que é feita com controlo dos trabalhadores. Mas esse controlo, salienta o dirigente do PCP, deve estar submetido à unidade democrática⁴⁰² e ser articulado com o Estado e o Governo: «O ‘controle’ dos trabalhadores, em estreita colaboração com um Estado democrático que se impõe democratizar cada vez mais, é hoje possível como forma transitória para outras mais evoluídas. É um outro aspecto dos mais sugestivos da originalidade do processo revolucionário português».⁴⁰³

As nacionalizações farão parte da política do partido, centralmente, a partir de 11 de Março e durante o IV Governo Provisório e a questão do controlo operário – que o partido definirá sempre como um controlo que não questiona o carácter de classe mas a organização do Estado – só surgirá, por isso mesmo, no calor da disputa da governação com o PS, a partir de Maio de 1975.

O PCP não esperava que as nacionalizações viessem a ser colocadas como uma prioridade pelos trabalhadores. As nacionalizações, como refere Madeiros Ferreira, foram feitas na base de uma «alta percentagem de empirismo e circunstancialismo» (Ferreira, 1993:114). Divergimos, por isso deste autor, quando afirma que o PCP a partir de Janeiro decidiu «apoiar e alimentar inúmeros conflitos nas empresas» (Ferreira, 1993:109). Nada nas nossas pesquisas face às lutas dos trabalhadores o confirma, antes pelo contrário. Hammond, que estudou o desenvolvimento do controlo operário, chegou a esta mesma conclusão: «Durante os primeiros meses de 1975 o PCP

³⁹⁹ *Avante!*, Série VII, 9 de Janeiro de 1975, p. 9.

⁴⁰⁰ I Conferência de Trabalhadores Agrícolas do Sul, 9 de Fevereiro de 1975. In *O PCP e a Luta pela Reforma Agrária. Cadernos do PCP 7*. Lisboa: Edições *Avante!*, 1975, p. 156.

⁴⁰¹ *Avante!*, Série VII, 6 de Fevereiro de 1975, p. 5

⁴⁰² *Avante!*, Série VII, 6 de Fevereiro de 1975, p. 5

⁴⁰³ *Avante!*, Série VII, 6 de Fevereiro de 1975, p. 5

manteve a sua política de moderação, seguida pela maioria dos sindicatos. O movimento permaneceu fora do controlo comunista, já que as suas exigências excediam em muito aquilo que o PCP estava disposto a defender» (Hammond, 1981:421).

E este empirismo é produto da dinâmica revolucionária. As nacionalizações foram antecedidas das grandes movimentações populares de Janeiro a Março de 1975, em que a forma de luta mais utilizada era a ocupação de empresas e a reivindicação de saneamentos da hierarquia superior das empresas (Ferreira, 1993:109). Tudo indica que o PCP, como os outros partidos, não estava à espera desta dinâmica. Vinte dias antes das nacionalizações – e já depois de na Conferência Unitária dos Trabalhadores a maioria das comissões se ter pronunciado pelas nacionalizações – o PCP apoiou o programa Melo Antunes, que não previa nacionalizações (mas intervenção do Estado nas empresas até 51%).

Depois de 11 de Março de 1975 o partido vai defender as nacionalizações de alguns sectores da economia – participa e mobiliza para as manifestações que apoiam estas: banca, seguros, empresas jornalísticas, subsolos, ferroviários – mas procura que estas sejam exclusivamente levadas a cabo no quadro da «batalha da produção». Na manifestação de apoio à nacionalização da banca, realizada a 14 de Março, o PCP distribui um comunicado onde afirma que: «A nacionalização da banca permitirá a melhoria do nível de vida dos trabalhadores e o combate ao desemprego e à inflação. Pelo controle do Estado democrático sobre sectores básicos da economia, até agora nas mãos dos grandes monopólios, será enfim possível impedir a fuga de capitais e colocar ao serviço do Povo a poupança socialmente realizada»⁴⁰⁴.

O partido exulta com as medidas tomadas no dia 15 de Abril, que nacionalizavam grande parte das empresas dos grupos económicos, cujos bancos tinham sido nacionalizados (Melo, Champalimaud, Espírito Santo, etc.) e considera-as como a prova da irreversibilidade da revolução⁴⁰⁵.

Mas este facto, por si, não distingue o Partido Comunista de outros partidos ou direcções, que pela força das circunstâncias foram obrigados a defender as nacionalizações. A seguir ao 11 de Março, e até Junho de 1975, as direcções políticas do País, sem excepção, defenderam as nacionalizações. Costa Gomes anunciou a nacionalização da banca como a medida «mais revolucionária do Portugal

⁴⁰⁴ «Nacionalização da Banca – Grande Vitória do Povo». As Comissões Concelhias da Póvoa do Varzim e Vila do Conde do PCP, 14 de Março de 1975. Centro Documentação 25 de Abril, Fundo de Comunicados e Panfletos/PCP:

⁴⁰⁵ «A Revolução é Irreversível». In *Avante!*, Série VII, 17 de Abril de 1975. p. 1.

contemporâneo»⁴⁰⁶; o PPD, partido liberal, defendeu publicamente a gestão das empresas pelos trabalhadores⁴⁰⁷. Mário Soares, líder socialista, advogou a nacionalização da banca, dos seguros e a reforma agrária⁴⁰⁸; a própria Confederação da Indústria Portuguesa (CIP), organização patronal, não se opôs à nacionalização, defendendo, isso sim, que na gestão estejam trabalhadores, patrões e Estado⁴⁰⁹, fazendo em muito lembrar a solução que será proposta depois das greves do início dos anos 80 do século XX em Portugal, como a concertação social, a partir de 1984, em que passou a existir uma instituição de concertação social que negocia as condições laborais, onde estão representados patrões, trabalhadores e o Estado.

Quando em Março de 1975 se dão as nacionalizações, o PCP vai propor para as empresas nacionalizadas uma comissão administrativa, dirigida pelo Governo e por representantes dos trabalhadores⁴¹⁰. A questão, que dividirá partidos e patrões, é que membros do Governo, afectos a um ou outro partido, estavam à frente dessas comissões administrativas. Tratava-se de influenciar a composição das administrações dos bancos e empresas nacionalizadas, sob a direcção do Estado.

As nacionalizações tinham sido feitas pelos trabalhadores e institucionalizadas pelo Conselho da Revolução. A frente governativa procurou no entanto atribuí-las ao Conselho da Revolução, enfraquecendo por arrasto a confiança dos trabalhadores nas suas vitórias: «O Povo agradece a lei mais revolucionária jamais promulgada em Portugal» é título do *Diário Popular*⁴¹¹. Mas a tática imediata do PCP foi a mesma, a de atribuir as nacionalizações ao MFA, ao Conselho da Revolução, no quadro da estratégia de reforço do MFA como legitimidade alternativa à dada pelas eleições: «A Comissão Política do Comité Central do Partido Comunista Português, ao tomar conhecimento, em reunião, da constituição do Conselho da Revolução do MFA e da sua primeira medida legislativa – a nacionalização da banca – afirma o seu completo apoio a essa medida que se estava tornando indispensável para a consolidação e desenvolvimento do processo democrático. A CP do CC do PCP exorta a classe operária, as massas trabalhadoras e o povo em geral a manifestarem o seu aplauso a esta histórica decisão. A CP do CC do PCP propõe a todas as forças democráticas e populares a organização em comum, por todo o país, de comícios, concentrações,

⁴⁰⁶*Diário Popular*, 15 de Março de 1975, p. 9.

⁴⁰⁷*Diário Popular*, 15 de Março de 1975, p. 9.

⁴⁰⁸*República*, 24 de Março de 1975, p. 11.

⁴⁰⁹*República*, 22 de Março de 1975, p. 16.

⁴¹⁰*República*, 15 de Março de 1975, p. 1

⁴¹¹*Diário Popular*, 15 de Março de 1975, pp. 9.

desfiles e manifestações que provem o regozijo popular e reforcem a aliança Povo-MFA»⁴¹².

Alguns grupos de extrema-esquerda questionavam, em 1975, o PCP sobre a questão do controlo operário, por um lado, e sobre o desfecho das nacionalizações, por outro. Na verdade, ambas as questões se resumiam ao mesmo processo: nacionalizações sem controlo operário e sem abolição do segredo comercial não são uma medida de transição socialista. A UDP, por exemplo, publicava textos como este: «Nós consideramos, e a História tem-no provado, que em situações de emergência, a burguesia lança mão da nacionalização no sentido de acabar com a anarquia capitalista»⁴¹³.

Para o PCP nenhuma das questões se colocava. Porque, de acordo com a teoria divulgada pelo partido durante o processo de nacionalizações, o Estado já tinha mudado de classe, desde o 25 de Abril de 1974. Yuri Rubinsky, economista soviético, professor na Universidade de Moscovo, vem fazer uma conferência sobre as nacionalizações à Fundação Gulbenkian, em Março de 1975, onde defende o PCP: «A propósito distinguiu [Yuri Rubinsky] o significado da nacionalização da banca em países capitalistas, nos quais desta medida não resulta qualquer transformação na estrutura económica. Não é este o caso numa sociedade como a nossa, em transição para o socialismo, e assim, querer negar o valor às medidas de nacionalização da banca não passa de utilização de frases grandiloquentes para enganar o povo»⁴¹⁴.

As nacionalizações, sem controlo efectivo da produção e da distribuição pelos trabalhadores e submetidas à «batalha da produção», são defendidas sob a protecção teórica de que se tratava de uma medida que seria parte de uma etapa na construção do socialismo, uma vez que o Estado não era capitalista, antes estava em transição para o socialismo. De tal forma que no balanço de 1978, comentando o sucesso do controlo da gestão pelos trabalhadores, o PCP realça que é nas empresas nacionalizadas que os trabalhadores têm agido com mais «realismo» e onde «as paralisações e greves são menos frequentes e onde as reivindicações dos trabalhadores são mais modestas»⁴¹⁵. Detenhamo-nos no discurso do PCP, em pleno processo revolucionário, em 1975, a propósito da nacionalização dos caminhos-de-ferro: «A nacionalização da CP,

⁴¹² «O PCP apoia a nacionalização da Banca». In *Diário Popular*, 14 de Março de 1975, p. 9.

⁴¹³ *República*, 24 de Março de 1975, p. 8.

⁴¹⁴ Economista Soviético fala sobre Nacionalizações». In *Avante!*, Série VII, 17 de Abril de 1974, p. 7.

⁴¹⁵ As Nacionalizações. Defesa e Dinamização. Textos da Conferência das Organizações do PCP para a Defesa e Dinamização do Sector Nacionalizado da Economia. 11 e 12 de Março de 1978. Lisboa: Edições *Avante!*, 1978, p. 52.

considerada necessária e urgente para se alcançar a vitória do socialismo, proposta em moção no passado dia 5 no Pavilhão dos Desportos, fez levantar, numa entusiástica manifestação de apoio, os milhares de ferroviários que ali se encontravam reunidos em plenário de classe (...) Definindo o que se entende por nacionalização, um orador explicaria: Nacionalizar uma empresa quer dizer que essa empresa deixa de pertencer a um patrão, a um capitalista ou a um grupo de capitalistas para pertencer unicamente à Nação, isto é, ao povo»⁴¹⁶.

Esta análise política – o que é do Estado é da Nação; o que é da Nação é do Povo –, a que se juntava a responsabilização do Conselho da Revolução, do MFA, pelas nacionalizações, colocava o PCP na mesma trajectória daqueles que consideravam que as conquistas operárias são frutos das suas direcções e das organizações que consideravam a possibilidade de uma transição indolor do modo de produção capitalista para o socialista, acarinhando a hipótese – publicamente defendida também pelo MFA e pelo PS – de que esta transição podia ser feita da mesma forma que o MFA tinha protagonizado a transição de regime, ou seja, quase sem mortes (na metrópole), sem a tomada do poder pela classe trabalhadora, em última análise, sem guerra civil.

Uma leitura das políticas da União Soviética naquele período e de toda a elaboração teórica história do PCP indica já que esta política não era uma originalidade da revolução portuguesa. Tinha raízes na estratégia que vinha desde a «reorganização» de 1941, de encontrar frentes governativas com sectores da burguesia liberal e da pequena burguesia. Tinha alicerces internacionais bem delimitados, com epicentro justamente na política de coexistência entre os países imperialistas e a URSS. É da URSS que parte a elaboração segundo a qual é possível transitar de forma pacífica para o socialismo. O argumento, defendido pelo PCP em vários momentos, centrava-se na simples ideia de que uma vez que a maioria dos países fossem socialistas os outros chegariam a essa etapa sem precisarem de tomar o poder, como se expõe na revista teórica do partido, *Paz e Socialismo* (Kiernan, 1997:327).

Na base destas políticas há também uma noção de Estado zigzagueante, ancorada nas necessidades tácticas do partido. Se em *A Questão do Estado, Questão Central de Cada Revolução* (2007), publicado em 1967, Cunhal defende que o Estado tem como função assegurar e conservar a dominação da classe burguesa sobre o proletariado e a sua exploração – a compreensão da natureza do Estado é central quando

⁴¹⁶ «Os ferroviários a favor da nacionalização da CP». In *Avante!*, Série VII, 10 de Abril de 1975, p. 7.

se trata de tomar o poder; «não se pode *tomar conta* do Estado», é preciso destruí-lo (Cunhal, 2007:23); é necessário defender a ditadura do proletariado e os conselhos como organismos de duplo poder: «o mérito de Lenine e do partido Bolchevique não foi terem ‘inventado’ os soviets, mas terem sabido descobrir nesses organismos revolucionários criados pelas massas o órgão do poder no Estado proletário» (Cunhal, 2007:32) –, em 1974-75 toda a teoria do Estado muda rapidamente para se adaptar à estratégia do partido: umas vezes clama-se pelos saneamentos como forma de eliminar os elementos fascistas do Estado; outras, como nas nacionalizações, equipara-se a mudança de regime político à alteração da natureza do Estado.

É no processo de nacionalizações, porém, que o PCP leva mais longe a noção de que Portugal já estava em transição para o socialismo, tese que sustentava a política de atribuição da responsabilidade pelas nacionalizações, e por isso mesmo a sua gestão e controlo, ao Estado, bem como o apelo à contenção das lutas sociais nas empresas nacionalizadas. Porém, como assinala John Hammond – e a história da devolução das empresas nacionalizadas aos antigos proprietários com grandes indemnizações veio rapidamente provar –, intervenção do Estado e controlo dos trabalhadores sobre a produção eram incompatíveis: «O papel directo do Estado nas empresas nacionalizadas e intervencionadas limitou o alcance do controlo operário nelas» (1981: 423).

O PCP, a «batalha da produção» e o «controlo operário»

A partir das nacionalizações, a questão da gestão das empresas e do controlo operário vai estar na ordem do dia.

Na década de 70 do século XX o controlo operário era uma reivindicação comum entre jovens liberais, trabalhistas de esquerda, sindicalistas reformistas (Brinton, 1975:13). Estes diferentes sectores não falavam do mesmo quando usavam esta terminologia. O tema foi amplamente estudado e discutido por várias obras centrais.

Maurice Brinton, por exemplo, considera que o controlo operário é uma forma de «distrair» os operários da autogestão, a única que coloca em causa o lucro (Brinton, 1975). Ernest Mandel também defendeu que, para além do controlo democrático das empresas capitalistas a definição de controlo operário era extensível à autogestão, mas que só faria sentido como medida de transição (Mandel, 1973:18-23). John Hammond usa uma definição mínima: controlo colectivo dos trabalhadores sobre as empresas,

deixando em aberto o nível de controlo, o que podia ir desde questões de gestão como despedimentos a questões de distribuição da produção (Hammond, 1981:415). Em Portugal, em 1974-75 usava-se controlo sobre a empresa indefinidamente para «participação na gestão», «publicidade dos vencimentos» e controlo sobre a produção (Santos et al, 1976: 49-50), e as organizações políticas e sindicais não distinguiam com clareza se controlo operário significava controlo sobre a gestão, a produção e/ou a distribuição e se era feito por assembleias democráticas de trabalhadores ou por sindicatos.

Usamos neste estudo uma definição restrita de controlo operário – controlo *democrático* dos trabalhadores, sobre a *produção* e a *distribuição* das *empresas geridas por capitalistas*, o que implicava a *abolição do segredo comercial*. Esta definição afasta quer a co-gestão quer a autogestão, e define o controlo operário não de um ponto de vista literal mas na sua acepção histórica, como uma medida de transição para a colectivização, na medida em que coloca as empresas, geridas por capitalistas e não por trabalhadores, controladas, ao nível da produção e da distribuição (sendo para tal indispensável a abolição do segredo comercial, ou abertura dos livros de contas) por comissões de trabalhadores ou outras formas conselhistas de base nas fábricas e empresas e não por sindicatos.

Esta definição parte de várias premissas: não existe controlo operário fora de situações revolucionárias; o controlo operário é por isso uma expressão do duplo poder; o controlo operário é menos que a auto-gestão em termos de gestão mas politicamente a sua aplicação é incompatível com o processo de acumulação capitalista (e a autogestão não), é uma medida de transição, que ou evolui para a tomada de poder pelos trabalhadores ou degenera em co-gestão. A essência do controlo operário reside no facto de o facto de que o Estado ou os capitalistas dirigem a empresa/fábrica mas não o podem fazer contra os trabalhadores, pelo que uma correcta compreensão histórica desta forma de expressão de duplo poder deve analisar os casos concretos de luta dentro das fábricas e empresas, em detrimento das instituições que se criam a partir delas. Esta definição assenta por isso em duas premissas essenciais: a dinâmica da luta de classes nacional e o processo de acumulação de capital. António Grasmci e Leão Trotsky escreveram sobre a primeira, Vladimir Lenine sobre o segundo.

António Grasmci, analisando o controlo operário no biénio revolucionário em Itália em 1920-21, quando Giliotti, chefe do Governo, perante a ocupação de fábricas em Setembro de 1920, apresentou à Câmara dos Deputados um projecto de lei do

controlo operário, considerou que: «Para os comunistas, pôr o problema do controle significa (...) pôr o problema do poder operário sobre os meios de produção, o problema da conquista do Estado (...) Toda a lei sobre isso que emane do poder burguês tem um único significado e um único valor: significa que realmente, e não só verbalmente, o terreno da luta de classes mudou, na medida em que a burguesia é obrigada, neste novo terreno, a fazer concessões e a criar novos institutos jurídicos; e tem o valor demonstrativo real de uma debilidade orgânica da classe dominante». (Gramsci, 1921: 1-2). Leão Trostky, em discussão com os anarquistas alemães sobre a legislação dos conselhos de fábrica na Alemanha, relevava a questão da dualidade de poderes e diminuía o valor da institucionalização das formas de controlo operário: «Nunca escrevi conselhos de fábrica “legais”. E não só, aponte inequivocamente que os conselhos de fábrica só podem se tornar em órgãos de controlo operário sob a premissa de uma tal pressão da parte das massas que pelo menos parcialmente no país e nas fábricas já foi estabelecida uma situação de duplo poder. É para mim claro que os conselhos de fábrica podem sob a lei actual tornar-se tanto em órgãos de controlo operário como a revolução dar-se no quadro da constituição de Weimar!». (Trostky, 1931:1)

Vladimir Lenine, a propósito da discussão do controlo operário nas empresas nacionalizadas, destacou a necessidade de nacionalização de *todo* o sistema bancário (e não de parte deste), o que implicava a nacionalização dos grandes consórcios industriais e comerciais (Lenine: 1976: 61-62), assinalando que «sem abolir o segredo comercial, o controlo da produção e da distribuição não iria mais longe que uma promessa vazia» (1976:65). Seria uma medida burocrática e não de controlo dos trabalhadores. A questão era central para os revolucionários russos, e não era uma questão teórica. Um dia depois da tomada do poder, a 7 de Novembro de 1917, é escrito o projecto de decreto do controlo operário: «1: Fica estabelecido o controle operário sobre a produção, conservação e compra-venda de todos os produtos e matérias-primas, em todas as empresas industriais, comerciais, bancárias, agrícolas, etc., que contem com cinco operários e empregados (pelo menos) (...) 2: Exercerão o controlo operário todos os operários e empregados da empresa, directamente se a empresa for tão pequena que tal seja possível, ou por meio dos seus representantes, cuja eleição terá lugar imediatamente em assembleias-gerais (...) 4: Todos os livros de contabilidade e documentos, sem excepção, assim como todos os armazéns e depósitos de materiais,

ferramentas e produtos, sem qualquer excepção, devem estar sempre à disposição dos representantes eleitos por operários e empregados (...)»⁴¹⁷.

Esta discussão é indispensável para compreendermos a política do PCP face às nacionalizações mas também à conflitualidade social do país, na medida em que as propostas se estendem ao sector privado. O Partido tem uma definição de controlo operário que não se enquadra de forma clara em nenhuma das enunciadas acima, sejam as que defendem a autogestão ou as que apontam para uma forma de incompatibilidade com o processo de acumulação de capital. Porque o PCP fará da sua definição de controlo operário uma forma de pôr fim ao controlo operário que estava de facto a ser levado a cabo em certas empresas. Desde logo, porque submete o controlo operário à «batalha da produção», extirpando deste processo a conflitualidade capital-trabalho. A definição do partido é transparente⁴¹⁸: organização dos trabalhadores em todo o tipo de organismos – sindicatos, associações, cooperativas, ligas de camponeses, comissões de moradores e outras – com vista a defender a revolução e assegurar a batalha da produção, a «principal frente de luta da classe operária»⁴¹⁹. Trata-se de *participarem* (e não controlarem) na produção e em conjugação com os sindicatos – no estabelecimento dos planos das empresas, preços, problemas salariais, etc.⁴²⁰ – estritamente vinculados ao objectivo que é a «batalha da produção». O secretário de Estado do Trabalho, Carlos Carvalhas, membro do PCP, citado no *Avante!*, esclarece o alcance daquilo que o partido definia como «controlo operário»: «Esta batalha da reestruturação de todo o aparelho produtivo tem como vectores principais produzir melhor, com menores custos»⁴²¹. Carlos Carvalhas apresenta dois projectos de lei que almejavam (nunca irão concretizar-se na totalidade) um controlo estrito dos trabalhadores que dissipava as formas reais de controlo operário. No primeiro projecto de lei, de Maio de 1975, é proposta a constituição oficial de comissões de controlo da produção, que devem participar na elaboração do plano da empresa e «velar pelo desenvolvimento normal da produção e pela sua melhoria qualitativa e quantitativa»⁴²². No segundo projecto, no seu artigo 5º, estabelece que «a actividade das comissões não poderá nunca ser exercida contra os interesses globais da economia, pelo que não poderá contribuir em caso algum

⁴¹⁷ Lenine, Vladimir, *O Controlo Operário e a Nacionalização da Indústria*. Lisboa: Estampa: 1976, pp.: 99-100.

⁴¹⁸ «O processo revolucionário e a batalha da produção». In *Avante!*, Série VII, 22 de Maio de 1975, p. 4.

⁴¹⁹ «O processo revolucionário e a batalha da produção». In *Avante!*, Série VII, 22 de Maio de 1975, p. 1.

⁴²⁰ «Não há meio caminho nem meias tintas». In *Avante!*, Série VII, 22 de Maio de 1975, p. 6.

⁴²¹ «Fazer do trabalho acto revolucionário». In *Avante!*, Série VII, 19 de Junho de 1975, p. 6.

⁴²² Documento do Ministério do Trabalho. In PATRIARCA, Fátima. *Controlo Operário em Portugal (I)*. *Análise Social*, Vol. XII (3.º), 1976 (n.º 47), pp. 765-816.

para a paralisação da regular actividade produtiva da empresa». O projecto estabelecia ainda que cabia às comissões de controlo da produção «velar pelo cumprimento do programa o Governo para o sector». ⁴²³ No *Avante!* reforça-se esta política: criação de comissões de controlo ⁴²⁴ destinadas a garantir «a vitória da batalha da produção» ⁴²⁵.

O «controlo operário» estava, desta forma, submetido à batalha da produção. Mas também outra política, que agrega a esta, que é a contenção daquilo que o PCP designava por «reivindicações irrealistas» por parte dos trabalhadores. Isto num quadro em que, mesmo depois das nacionalizações, mais de 90% da mão-de-obra trabalhava para um patrão privado e o Estado permanecia capitalista.

Num discurso ⁴²⁶ num comício do PCP, realizado a 18 de Maio de 1975 em Vila Franca de Xira, Álvaro Cunhal considera que a «grande tarefa do momento» é a «batalha da produção» e que esta tem de ser levada a cabo pondo fim às «reivindicações irrealistas» e às greves. No comício, realizado a 28 de Junho de 1975, no Campo Pequeno, Veiga de Oliveira, o ministro comunista dos Transportes e Telecomunicações do IV Governo, recordou a vitória da nacionalização dos caminhos de ferro, da TAP, dos transportes marítimos e de dezenas de empresas rodoviárias e condenou a onda de greves e reivindicações levadas a cabo nestas empresas, consideradas um acto de «sabotagem» da «reacção» ⁴²⁷. No mesmo discurso defendeu o aumento do preço dos transportes. E nesse mesmo comício Vítor Silva, um operário comunista da Mague, defende o controlo operário ⁴²⁸. No *Militante* de Julho de 1975 o partido dá indicações precisas aos militantes sobre o tipo de controlo que se exigia a estes nas fábricas: «Controle da produção e distribuição (controle da quantidade e da qualidade dos produtos, da produtividade, da racionalidade dos investimentos, dos serviços de tesouraria e contabilidade, dos stocks de matérias-primas, dos canais de distribuição dos produtos...）」 ⁴²⁹. Por exemplo, o *Avante!* publica uma nota da comissão de trabalhadores da fábrica Socel, onde é afirmado que a batalha da produção «é nossa e para nós» ⁴³⁰. No

⁴²³ Documento do Ministério do Trabalho (2º projecto de lei). In PATRIARCA, Fátima. Controle Operário em Portugal (I). *Análise Social*, Vol. XII (3.º), 1976 (n.º 47), pp. 765-816.

⁴²⁴ «Com o PCP pela Unidade Popular Rumo ao Socialismo». In *Avante!*, 3 de Julho de 1975, p. 4.

⁴²⁵ «Com o PCP pela Unidade Popular Rumo ao Socialismo». In *Avante!*, 3 de Julho de 1975, p. 4.

⁴²⁶ Discurso no comício do PCP em Vila Franca de Xira, 18 de Maio de 1975. In CUNHAL, Álvaro. *A Crise Político Militar. Discursos Políticos 5*. Lisboa: *Avante!*, 1976, pp. 43-45.

⁴²⁷ «Com o PCP pela Unidade Popular Rumo ao Socialismo». In *Avante!*, Série VII, 3 de Julho de 1975, p. 4.

⁴²⁸ «Com o PCP pela Unidade Popular Rumo ao Socialismo». In *Avante!*, Série VII, 3 de Julho de 1975, p. 4.

⁴²⁹ *O Militante*, Série IV, n.º 2, Julho de 1975, p. 14.

⁴³⁰ «A batalha da produção: tarefa nossa e para nós». In *Avante!*, Série VII, 22 de Maio de 1975, p. 6

mesmo comunicado, os trabalhadores consideram que podem ter o controlo da produção mas que não devem «trabalhar abaixo de certo limite de eficácia»⁴³¹. Álvaro Cunhal, no discurso de homenagem a Catarina Eufémia, em Baleizão: «Daqui saúdo os trabalhadores que na Corte da Condessa estão há três semanas sem receber um tostão sequer, mas continuam confiantes na batalha da produção. Saúdo os trabalhadores que na Herdade dos Machados aceitaram ficar com um salário único para conseguirem arrancar no aproveitamento de 6000 hectares abandonados. Daqui saúdo o povo de Sta. Vitória e Ervidel que cultivou completamente a terra das Herdade do Outeiro e manifesta a disposição de dar um dia de trabalho gratuitamente para a monda do cártamo e do grão»⁴³².

Esta política reúne um amplo consenso na coligação, no Conselho da Revolução, no MFA. O PS e o PPD declaram que a situação difícil exige contenção das reivindicações⁴³³; Costa Gomes afirma que o trabalho é a «forma de estar com a revolução»⁴³⁴; Ramiro Correia, por exemplo, anuncia que «o poder político passa pela batalha da produção»⁴³⁵. O discurso de Vasco Gonçalves no dia do trabalhador está em total sintonia com a política defendida pelo PCP: «A nossa crise económica é, neste momento, o obstáculo fundamental a vencer. É a nossa grande dificuldade. E o tempo que temos para a vencer é limitado. Ou recuperamos, por nós próprios, com o nosso esforço, ou comprometeremos gravemente a marcha do nosso processo revolucionário, o futuro da nossa Pátria. Estaria à vista o regresso do fascismo, a dependência económica, a perda das liberdades. A nossa luta é decisiva. Apelo aqui a todos os trabalhadores, a todos os patriotas, para que se lancem na batalha da produção, de cuja vitória depende o futuro da Revolução. A batalha da produção é uma etapa necessária para vencer a crise económica e criar condições para o futuro desenvolvimento da economia, numa via para o socialismo»⁴³⁶.

Muitos trabalhadores apoiam esta política⁴³⁷. Mas ela também despertará fortes resistências entre alguns sectores, em dois níveis: permanece a luta pelo controlo

⁴³¹ «A batalha da produção: tarefa nossa e para nós». In *Avante!*, Série VII, 22 de Maio de 1975, p. 6

⁴³² Discurso no comício do PCP em Baleizão, 18 de Maio de 1975. In CUNHAL, Álvaro. *A Crise Político Militar. Discursos Políticos 5*. Lisboa: *Avante!*, 1976, p. 23-24.

⁴³³ «Coligação aceita unir forças contra a crise». In *Diário de Lisboa*, 12 de Maio de 1975, p. 1 e 20.

⁴³⁴ «O Trabalho enquanto forma de estar com a revolução». In *Avante!*, Série VII, 26 de Junho de 1975, p. 9.

⁴³⁵ «O poder político passa pela batalha da produção». In *Diário de Lisboa*, 9 de Maio de 1975, p. 1.

⁴³⁶ Discurso de Vasco Gonçalves no 1º de Maio de 1975.

<http://www1.ci.uc.pt/cd25a/wikka.php?wakka=poderpol01>, consultado em 14 de Julho de 2009.

⁴³⁷ PATRIARCA, Fátima. Controle Operário em Portugal (I). *Análise Social*, Vol. XII (3.º), 1976 (n.º 47), pp. 765-816.

operário, por um lado, e as reivindicações – salariais, oposição aos despedimentos, contestação às administrações - não abrandam, por outro.

Fátima Patriarca, num estudo realizado sobre o controlo operário, dá dezenas de exemplos de comunicados e documentos das assembleias de fábrica e empresas onde se rejeita a batalha da produção e se defende o controlo operário, no sentido de uma medida de luta contra a exploração capitalista e como forma do movimento operário criar lideranças e consciência de classe para abolir o sistema de relações capitalistas. Na Sociedade Central de Cervejas um grupo de trabalhadores apresenta um documento onde afirma que o controlo operário é a «expressão do duplo poder que se opõe a outros interesses que ainda existem e que não são os da classe operária» e exigem a nacionalização da empresa, responderem unicamente perante o plenário da empresa e rejeitam medidas que tem «apenas como limite o grau de exploração e não o poder dos capitalistas»⁴³⁸. O Conselho de Defesa dos Trabalhadores da Lisnave, escreve a 17 de Julho de 1975, que o controlo operário é o controlo de «o que se produz, como, quando e para quem!» e que rejeita medidas «inseridas numa batalha da economia que não significa apenas produzir mais»⁴³⁹. Os trabalhadores dos estaleiros da Margueira defendem também nesta data que «não existe controlo operário, quando pretendemos gerir os negócios do patrão»⁴⁴⁰. Os trabalhadores da Sacor, no Norte, em Maio de 1975 propõem a cedência de fuel e gás a empresas com problemas de ordem económica onde houve fuga dos patrões (claramente um processo de controle operário, uma vez que a proposta é que a produção seja cedida gratuitamente) e defendem que o controlo operário só terá significado se «levar a um aumento da sua consciência (dos trabalhadores), isto é, se lhes fizer ver cada vez mais claramente quais são os seus verdadeiros interesses e se a levar a por a questão fundamental: a conquista do poder»⁴⁴¹.

Um estudo de Cristovam (1979), por seu turno, confirma que milhares de operários e sectores intermédios da sociedade se recusaram a aplicar, por exemplo, medidas de contenção salarial. A taxa de variação do PIB passa de 11,2% em 1973 para 1,1% em 1974 e -4,30% em 1975. A de desemprego tinha ultrapassado a cifra de 200

⁴³⁸ «Sobre o Controlo Operário na Sociedade Central de Cervejas». In PATRIARCA, Fátima. Controlo Operário em Portugal (I). *Análise Social*, Vol. XII (3.º), 1976 (n.º 47), pp. 765-816.

⁴³⁹ «A Situação Política e as Tarefas da Classe Operária». In PATRIARCA, Fátima. Controlo Operário em Portugal (I). *Análise Social*, Vol. XII (3.º), 1976 (n.º 47), pp. 765-816.

⁴⁴⁰ «Controlo Operário». In PATRIARCA, Fátima. Controlo Operário em Portugal (I). *Análise Social*, Vol. XII (3.º), 1976 (n.º 47), pp. 765-816.

⁴⁴¹ «Controlo Operário». In PATRIARCA, Fátima. Controlo Operário em Portugal (I). *Análise Social*, Vol. XII (3.º), 1976 (n.º 47), pp. 765-816.

mil desempregados no primeiro semestre de 1975. A subida é galopante: 177 000 desempregados em Dezembro de 1974, cerca de 200 mil em Março de 1975 e perto de 250 mil em Junho de 1975 (Rosa, 1975:10-16). A questão do emprego e do salário tornou-se absolutamente central. Grupos de extrema-esquerda atacam o PCP e exigem a redução das horas de trabalho com vista à criação de mais emprego. Ao repto o PCP responde que os aumentos salariais e a diminuição do tempo de trabalho iriam provocar uma «catástrofe económica»⁴⁴². O ministro do Trabalho, Costa Martins, vai a Sines no final de Junho de 1975, onde declara que não se podem reduzir os horários de trabalho porque isso só iria aumentar o desemprego⁴⁴³. Mas, as reivindicações salariais, em 1974-75, representam 39,8% das reivindicações totais, e há nelas um carácter predominantemente igualitário: aumento de salário igual para todos, redução do leque salarial, constituição do salário mínimo nacional (Cristovam, 1982:76). Surgem ainda reivindicações novas, típicas de um período revolucionário, como trabalho igual, salário igual; abolição de privilégios na empresa.

A luta salarial é central porque ela questiona o lucro. A política contrária implica a conservação e estabilização dos mecanismos de lucro e extracção da mais-valia. No processo de produção há custos de produção: capital variável (salário, *grosso modo*) e o capital constante (matérias primas, maquinarias, etc.). E a mais-valia que reverte, na sua maioria, em lucro. Esta é para Marx, recordemos, a diferença entre o valor produzido pelo trabalho e o salário pago ao trabalhador: «No que diz respeito aos lucros nenhuma lei determina o seu patamar mínimo. Não podemos dizer qual é o seu limite inferior. Por quê? Porque podemos fixar salários mínimos, mas não máximos. Quando estão dados os limites da jornada de trabalho, o lucro máximo corresponde ao mínimo físico dos salários; e, dados os salários, o lucro máximo corresponde a uma ampliação da jornada de trabalho, de um modo que ela permaneça compatível com as forças físicas do trabalhador. Por isso, o lucro máximo está limitado pelo mínimo do salário e o máximo da jornada de trabalho, considerados a partir da fisiologia do trabalhador. Entre os dois limites dessa taxa de lucro máxima é possível encontrar uma imensa escala de variações. O que determina em que ponto ela será fixada é a incessante luta entre capital e trabalho; o capitalista trata de rebaixar os salários ao mínimo físico e estender a jornada ao máximo físico, enquanto o trabalhador exerce pressão em sentido contrário.

⁴⁴² Discurso no comício do PCP em Vila Franca de Xira, 18 de Maio de 1975. In CUNHAL, Álvaro. A Crise Político Militar. Discursos Políticos 5. Lisboa: *Avante!*, 1976, p. 46.

⁴⁴³ «A batalha económica precisa de um clima político propício». In *Avante!*, Série VII, 26 de Junho de 1975, p. 9.

O problema desemboca na relação de forças entre ambos os lados» (Marx cit por Rosdolsky, 2001: 238-239).

Uma nota final para recordar que o nome «batalha da produção» tem um paralelo histórico entre as direcções comunistas dos países centrais. Ele remete para a reconstrução europeia do pós-guerra, cujo significado histórico é, perante a derrota do fascismo, do prestígio da resistência comunista, e a ruína das economias europeias, a aceitação de que a luta de classes deve ser relegada para segundo plano perante a necessidade de um esforço nacional, policlassista, de reconstrução da economia capitalista, com muitas concessões aos sectores operários, que *grosso modo* vieram a construir o Estado-Providência. Ou dito de outra forma, a reconstrução capitalista do pós-guerra não poderia ter sido feita nos moldes em que o foi sem a participação das direcções comunistas.

A direcção do PCP apresenta um cenário socioeconómico que sustentava que se não se incentivasse a produção haveria ruína económica – e com ela um golpe reaccionário – e, como referimos, que Portugal estava já num processo de transição para o socialismo. Portanto, os operários estavam a trabalhar não para o patrão mas para a nação, para o que dava como exemplo a nacionalização de alguns sectores da economia e a reforma agrária: «A batalha da economia e da produção vai ser nos tempos imediatos o factor decisivo do processo revolucionário. Ou os trabalhadores encaram de uma forma nova a sua conduta no trabalho ou todos os esforços para levantar o nível de vida das classes trabalhadoras soçobrarão. À política de nacionalizações dos sectores básicos e de expropriação dos grandes latifúndios, como formas de democracia económica apontando ao socialismo deverá corresponder uma nova moral no trabalho. Uma acção reivindicativa generalizada e irrealista que ponha em cheque a viabilidade das empresas nacionalizadas, o nível de emprego, perigosamente baixo, e as exigências da produção nacional, como forma de aliviar a nossa dependência do estrangeiro, seria uma acção contrária à consolidação do processo revolucionário que só à reacção aproveitaria»⁴⁴⁴.

O partido tem uma política de estabilização da economia que passa assim por impedir todos os entraves à manutenção da produção, quer esses entraves viessem de sectores da burguesia (sabotagem económica, descapitalização de empresas) quer viessem dos operários (greves). De um lado, apela à intensificação da produção, ao

⁴⁴⁴ «A unidade da classe operária esteio da unidade de todo o povo». In *Avante!*, Série VII, 15 de Maio de 1975, p. 2

trabalho gratuito, ao aumento das horas de trabalho, e do outro, ao «controlo operário», que passa por vigiar a produção, impedindo descapitalização das empresas, sabotagem económica, etc., e contenção de greves e reivindicações laborais. As três políticas vêm sempre agregadas nos documentos: «batalha da produção», «controlo operário», «contenção de greves» e «reivindicações irrealistas». A «batalha da produção» foi uma política que procurou – com escasso sucesso, porque os trabalhadores não responderam com o apoio generalizado a esta política – responder ao problema de fundo da estratégia do PCP: como continuar a fazer parte da organização do Estado, sem colocar em causa a natureza de classe desse Estado.

Das eleições à queda do IV Governo Provisório

*«A dinâmica do movimento popular implica a sua estreita vinculação às tarefas fundamentais da revolução democrática»
Avante!, 5 de Junho de 1975⁴⁴⁵.*

A dualidade de poderes e as vitórias dos trabalhadores

A história da revolução portuguesa depois de 11 de Março de 1975, período que Maxwell chamou simplesmente de «revolução» (Maxwell, 1995:154), demonstrou que a etapa democrática da revolução tinha sido, em menos de um ano, ultrapassada pelos principais protagonistas do processo revolucionário – as classes trabalhadoras e parte dos sectores intermédios da sociedade portuguesa –, que lutaram nas fábricas, nos bairros, locais de trabalho, com métodos de luta e reivindicações que faziam da etapa democrática um dado adquirido e do socialismo uma possibilidade.

A seguir ao 11 de Março a situação social é a mais radicalizada desde o início da revolução. Há greves, ameaças de greve, conflitos laborais entre Maio e Junho de 1975 nos metalúrgicos, nos químicos, na hotelaria, nos têxteis, nas câmaras municipais, na construção civil, nas minas, electricistas, padeiros, gráficos, TAP⁴⁴⁶. As ocupações alastram pelo Ribatejo e Alentejo. As nacionalizações são levadas a cabo em dezenas de grandes empresas. E surgem as ocupações de casas que avançam a nível nacional a um ritmo extraordinário, logo a partir de metade de mês de Fevereiro de 1975, em Lisboa,

⁴⁴⁵ «Dois Processo Inconciliáveis». In *Avante!*, Série VII, 5 de Junho de 1975, p. 2.

⁴⁴⁶ «Surto Grevista». In *Diário de Lisboa*, 5 de Maio de 1975, p. 1, «A TAP disse não à greve». In *Diário de Lisboa*, 6 de Maio de 1975, p. 1

Porto e Setúbal, sobretudo. As casas eram ocupadas e os moradores reuniam-se, tomando decisões tão espectaculares como exigir a nacionalização da banca ou decidir que a casa vazia se tornava na creche do bairro⁴⁴⁷. Despontam aspectos organizativos que impõem uma dinâmica distinta ao processo de ocupação de casas. Chip Dows fala de um «salto qualitativo» do movimento ao estabelecer «uma ligação entre tudo o que constitui a vida na cidade e mecanismos de exploração capitalista» (1978:70). As comissões de moradores passam a ser, em muitos casos, a base organizativa do movimento social urbano e transformam-se, ainda na análise de Dows, num «verdadeiro duplo poder ao nível da cidade» (1978:59).

A 9 de Março de 1975, por exemplo, uma assembleia de moradores do 2.º bairro de Lisboa, que inclui 9 freguesias, discute os problemas da habitação, da saúde, da educação e exige, entre outras medidas, a nacionalização da banca⁴⁴⁸. Esta assembleia é apoiada pelo PCP, que ressalva, no mesmo plenário, que não apoia as ocupações de casas «selvagens» porque estas servem «para criar divisões no MFA e no Governo Provisório»⁴⁴⁹.

O partido exige uma regulação urgente do regime de arrendamento que seja favorável aos mais pobres, procura propor medidas legislativas que favorecem a resolução do problema da habitação, como penalizações para os senhorios que não cumpram a lei, etc. Muitos destes bairros eram gigantescos bairros de barracas, onde os trabalhadores vindos do campo na década de 60 se acumulavam. Mas, se até Março de 1975 há poucas referências nos documentos do partido à ocupação de casas ou aos problemas da habitação, a partir de Março de 1975 a direcção do partido toma várias vezes publicamente uma posição sobre as lutas dos moradores, posição que coloca o partido contra as ocupações de casas e a exigir do Governo medidas que resolvam a questão da habitação.

Em Abril, o partido publica uma nota onde afirma que grupos de «provocadores», entre eles o MRPP, estão a incitar à ocupação «anárquica de casas». O PCP declara que o problema da habitação exige medidas «revolucionárias» mas não fulminantes e que a palavra de ordem «as casas são do povo não são dos senhorios» só

⁴⁴⁷ TREFFAULT, Sérgio. *UM Outro País*, Público, 2004.

⁴⁴⁸ Intervenção das Populações na Solução dos Problemas». In *Avante!*, Série VII, 27 de Março de 1975, p. 9

⁴⁴⁹ Intervenção das Populações na Solução dos Problemas». In *Avante!*, Série VII 27 de Março de 1975, p. 9

pode vir a ser verdade quando «não houver senhorios»⁴⁵⁰. A 5ª Divisão, que tinha muitos militares afectos ao PCP – mas, como veremos, não totalmente controlados por este –, condena, numa reunião em Setúbal, as ocupações «selvagens» de casas e insta à desocupação imediata⁴⁵¹. Na segunda semana de Abril o Governo proíbe, em vão, a ocupação de fogos devolutos⁴⁵².

Muitas destas lutas tiveram sucessos extraordinários, educando militantes, convencendo activistas, organizando cada vez mais gente. Como refere Chip Dows as reivindicações dos trabalhadores e das camadas populares não são intrinsecamente revolucionárias, mas: «...é com a experiência de luta pela satisfação da reivindicação e pelo direito ao controle directo sobre a sua resolução que esse significado político se vai acentuar e evoluir» (...) É a consciência de revolta que se apodera das pessoas; o sentimento de que têm algo a dizer e a propor em relação ao quotidiano que lhes pretendem impor, embora na maioria das vezes não o consigam exprimir claramente» (Dows, 1978:61-62).

E foram muitas as reivindicações que venceram nesta época, criando um sentimento de confiança e de vitória em largas camadas de trabalhadores e sectores populares. O Governo vê-se obrigado a actualizar o salário mínimo e, fortemente apoiado pelo PCP, a aprovar medidas de contenção de preços dos bens alimentares, isto depois de várias manifestações ao longo do mês de Março contra a «carestia de vida»⁴⁵³. As nacionalizações estavam em marcha, as terras eram ocupadas e o MFA e o PCP apoiavam muitas dessas ocupações, surgindo mesmo como a direcção dessas ocupações. Em muitas empresas as lutas conseguem que se mantenha a produção, os postos de trabalho, mas em muitas outras conseguem-se aumentos salariais, generalização do contrato colectivo, 13.º mês, subsídio de Natal. Também foram conseguidas melhorias generalizadas ao nível da previdência, assistência na maternidade, doença e invalidez. É neste período que os trabalhadores conseguem o subsídio de desemprego. O Estado-providência em Portugal não chegou com a II Guerra Mundial, mas veio também pela mão da derrota revolucionária da família do fascismo, mais de 20 anos depois de ser uma realidade nos países da Europa Ocidental.

⁴⁵⁰ «A demagogia não resolve o problema da habitação». In *Avante!*, Série VII 10 de Abril de 1975, p. 8.

⁴⁵¹ Rodrigues (1994: 102).

⁴⁵² «Proibida em conselho de ministros a ocupação de fogos devolutos». In *República*, 10 de Abril de 1975, p. 24.

⁴⁵³ «Medidas Revolucionárias. Avanço da revolução». In *Avante!*, Série VII, 24 de Abril de 1975, p. 8.

Neste período, assistia-se, por um lado, ao surgimento generalizado de organismos embrionários de poder alternativo e, por outro, à consolidação e fortalecimento daqueles que já existiam antes de 11 de Março (Arcary, 2004:78).

Em Abril o PRP-BR, com influência em sectores à esquerda do PCP e no COPCON, convoca um plenário de trabalhadores onde é proposta a formação de Conselhos Revolucionários de Trabalhadores, Soldados e Marinheiros (CRTSM). O Congresso de CRTSM reúne-se a 19 de Abril de 1975 representando 165 empresas e 26 unidades militares. Por todo o País generalizam-se as comissões de moradores, que, como vimos, serviam como órgãos de poder paralelo ao nível da organização política e social. Nas fábricas e empresas, a disputa entre comissões de trabalhadores e sindicatos mantinha-se, agora com o PC a reduzir as críticas às comissões de trabalhadores – em muitas o partido tinha influência –, mas mantendo a política de que se devia privilegiar as organizações sindicais.

O PCP distinguia-se da dualidade de poderes pela defesa de «um diálogo fraterno e directo entre os órgãos de poder e o povo»⁴⁵⁴, mantendo as comissões de moradores e de trabalhadores em articulação com o Governo, nomeadamente o Ministério do Trabalho e o Ministério do Equipamento Social e Ambiente.

Em Abril, o partido define como programa imediato, para a situação criada com a derrota de 11 de Março: 1) nacionalização da banca e seguros; 2) julgamento dos golpistas; 3) cumprimento do Plano Económico de Emergência de modo a permitir o arranque da economia nacional; 4) resolver as questões «mais prementes» de salários, preços, emprego, bairros de lata; denunciar os esquerdistas e aventureiros. Tudo isto devia ser levado a cabo com a participação popular, num esforço de reconstrução do País e de democratização do Estado, em harmonia com o MFA⁴⁵⁵. Eram, para o partido, «medidas de transição para o socialismo no quadro da revolução democrática»⁴⁵⁶.

A ruptura na governação

Em Maio de 1975, menos de um mês depois, o resultado das eleições para Assembleia Constituinte dava ao Partido Socialista o lugar de destaque que iria utilizar para se tornar a direcção civil da contra-revolução democrática, com capacidade para

⁴⁵⁴ «Tarefas Imediatas e Caminho para o Socialismo». In *Avante!*, Série VII, 10 de Abril de 1975, p. 2.

⁴⁵⁵ «Tarefas Imediatas e Caminho para o Socialismo». In *Avante!*, Série VII, 10 de Abril de 1975, p. 2.

⁴⁵⁶ «Tarefas Imediatas e Caminho para o Socialismo». In *Avante!*, Série VII, 10 de Abril de 1975, p. 2.

criar em seu redor uma unidade que ia desde a direita mais conservadora, sectores importantes do MFA, Igreja, sectores largos da pequena burguesia, das classes médias.

O PS vai usar toda a sua habilidade política para isolar o PCP. Dos acontecimentos no 1.º de Maio ao caso República e à luta na Rádio Renascença. O PCP será acusado de querer implantar em Portugal uma ditadura comunista e o PS quer ser a direcção capaz de resgatar a liberdade das malhas da colectivização, do controlo sindical, do anticatolicismo, da ditadura dos meios de comunicação social⁴⁵⁷, procurando desta forma consolidar o apoio dos sectores intermédios da sociedade portuguesa. Há uma campanha anticomunista em marcha, sobre isso não há dúvidas. Que está estruturada, como assinala Cervelló: «A estruturação do anti-comunismo terrorista baseou-se em quatro componentes: o apoio da hierarquia eclesiástica, cujo epicentro foi o episcopado de Braga; a ajuda operacional, técnica e económica de Espanha, que além disso proporcionava uma retaguarda segura; a colaboração com os militares contrários ao 25 de Abril, que vertebraram todo o movimento tornando-o eficaz; e por último a concordância de todas as forças políticas desde os socialistas até à direita, maioritárias no distritos do centro e norte do país» (Cervelló, 1993:237).

O primeiro conflito entre o PCP e o PS, depois das eleições, dá-se no comício de celebração do dia do trabalhador, no 1.º de Maio de 1975, organizado pela Intersindical. O comício é precedido de negociações entre o MFA, o CR, a Intersindical e os partidos convidados pela Intersindical para estarem na tribuna: os da coligação mais a FSP e o MES. Mário Soares exige, nas negociações, que o MES e a FSP não vão na cabeça da manifestação nem estejam na tribuna. O PCP decide propor, para chegar a um acordo, que só tenham direito à palavra no comício a Intersindical, o PM e o PR. O PS aceita as condições, mas no 1.º de Maio desfila numa coluna separada. Quando entra no Estádio 1.º de Maio, a coluna socialista envolve-se em escaramuças, trocas de insultos com aqueles que já lá estavam. Eis como Mário Soares descreveu, muito mais tarde, aquilo que se passou: «Pediram-me que seguisse à frente da manifestação, ao lado de Álvaro Cunhal, como no ano anterior. Recusei. Tudo tinha, entretanto, mudado. Resolvi seguir com a minha gente. Salgado Zenha e eu encabeçámos a manifestação socialista. Quando chegámos ao estádio, impediram-nos o acesso, com o argumento de que o recinto já estava cheio! Não era assim! Forçámos a entrada e deu-se, inevitável, a confrontação. Na tribuna encontravam-se já Costa Gomes, Vasco Gonçalves, Álvaro Cunhal, Manuel

⁴⁵⁷«Mário Soares com a Imprensa». In *Diário de Lisboa*, 7 de Maio de 1975, p. 1.

Serra, Costa Martins, o ministro do Trabalho, dirigentes da Intersindical, militares do Conselho da Revolução. Os discursos haviam já começado. Estragámos a festa. Entrámos no estádio de roldão, em puro confronto físico, no meio de uma confusão indescritível.»⁴⁵⁸

O PCP, em comunicado da Comissão Política, considera que o sucedido é da responsabilidade do PS, que terá tomado uma atitude provocatória para retirar daí ganhos políticos, vitimizandose⁴⁵⁹. O comunicado do Conselho da Revolução sobre a contenda do 1.º de Maio dá a entender que Mário Soares acabou por provocar aquela situação⁴⁶⁰. O PCP saúda esta posição do CR.

O acontecimento deu fôlego à direcção do PS para acusar o PCP de despotismo sobre a Intersindical, justamente quando um dia antes, a 30 de Abril de 1975, tinha sido institucionalizada, por decreto do Conselho da Revolução, a unicidade sindical⁴⁶¹. O PCP replica que: «A mobilização dos seus filiados (do PS) não esteve à altura das suas ambições, o que mostra que os votos não são a única medida como avaliar a força e capacidade de um partido»⁴⁶².

A disputa em torno da unicidade sindical tinha sido transformada pelo PS numa contenda em torno da liberdade dentro da central sindical. Assim, o PS, impulsionado pelo seu brilhante resultado eleitoral vai advogar eleições generalizadas nos sindicatos⁴⁶³. A esta exigência Mário Soares junta ainda a de eleições nas autarquias – muitas tinham sido ocupadas espontaneamente pelos quadros do MDP/CDE. O PCP reage mal a qualquer uma das propostas. Considera que «as forças reaccionárias» estão a querer desagregar a Intersindical e apela à unidade operária em aliança com o MFA para evitar divisões. Quanto às autarquias, o partido defende as comissões administrativas em nome da «gestão democrática»⁴⁶⁴. O MDP faz um comunicado violento onde considera que se está a querer isolar os democratas em nome da «ambição

⁴⁵⁸ Maria João Avilez, *Soares. Ditadura e Revolução*, Público, Lisboa, 1996, p. 430.

⁴⁵⁹ «Ainda os incidentes no estádio 1º de Maio». Comunicado da Comissão Política do CC do PCP, 3 de Maio de 1975. In *Avante!*, Série VII, 8 de Maio de 1975, p. 3.

⁴⁶⁰ «O Conselho da Revolução relata os acontecimentos». In *Avante!*, Série VII, 22 de Maio de 1975, p. 12.

⁴⁶¹ «Intersindical: um dos mais sólidos pilares da aliança Povo-MFA». In *Diário de Lisboa*, 5 de Maio de 1975, p. 1.

⁴⁶² «Ainda os incidentes no estádio 1º de Maio». Comunicado da Comissão Política do CC do PCP, 3 de Maio de 1975. In *Avante!*, Série VII, 8 de Maio de 1975, p. 3.

⁴⁶³ «Não queremos uma Intersindical ao serviço do partido único». In *Diário de Lisboa*, 3 de Maio de 1975, p. 20.

⁴⁶⁴ «A situação sócio-política analisada pelo PC e MDP». In *Diário de Lisboa*, 8 de Maio de 1975, p. 20.

política mais desavergonhada» que se junta ao «reaccionarismo»⁴⁶⁵. Sob a égide do PCP organiza-se em Coimbra, entre 27 e 29 de Junho o I Congresso Nacional das Autarquias locais, que não logra ser mais amplo do que as regiões de influência do PCP – estão representadas Oeiras, Setúbal, Santarém, Lisboa e Beja. Mas é uma prova de força, onde PCP e MDP exigem saneamentos; defendem as comissões de moradores (só em Oeiras, dirigida pelo PCP, o partido reclama que há 100 comissões de moradores⁴⁶⁶) não como órgão político, mas como órgão de base das autarquias. Estas comissões devem ocupar-se de coisas como creches e teatros, em articulação com as direcções das autarquias; e propõe uma revisão do código administrativo – em vigor ainda estava o do Estado Novo⁴⁶⁷. Certo é que o PS não recuará na reivindicação de eleições nos sindicatos, mas vai aceitar que não haja, por ora, eleições nas câmaras municipais.

O PS, a conclusão é do PCP, está «inebriado»⁴⁶⁸ com o resultado eleitoral. Não cumpre o Pacto MFA-Partidos e está a defender o «eleitoralismo» que, para o PCP, significa querer extrapolar os resultados das eleições para a situação revolucionária. O partido vai elaborar vários documentos nesta altura desvalorizando o significado das eleições, restringe a Assembleia Constituinte à função de elaborar a Constituição e, por isso, opor-se-á a que se alargue o período de «antes da ordem do dia», um expediente que os restantes partidos eleitos usaram para discutir outros assuntos políticos que não a elaboração do texto constitucional: «Num regime democrático já instituído, onde não haja perigos de golpes reaccionários, as eleições podem constituir um eixo fundamental da vida política e uma fonte determinante de decisões. Esse não é, nem se vê a curto prazo que possa vir a ser, o caso português. No novo Portugal de hoje, as eleições inserem-se no processo revolucionário não como um eixo fundamental, mas sim como um factor complementar (...)».⁴⁶⁹

A direcção do PCP, quanto mais é agredida pelo PS, mais se centra no reforço do Movimento das Forças Armadas, desvalorizando por ora as divisões internas no seio do Movimento e reclamando mesmo que a revolução tinha duas componentes, o MFA e

⁴⁶⁵ «A situação sócio-política analisada pelo PC e MDP». In *Diário de Lisboa*, 8 de Maio de 1975, p. 20.

⁴⁶⁶ *Avante!*, 28 de Maio de 1975, p. 8 e *Avante!*, Série VII, 15 de Maio de 1975, p. 8.

⁴⁶⁷ *Avante!*, 28 de Maio de 1975, p. 8 e *Avante!*, Série VII, 15 de Maio de 1975, p. 8.

⁴⁶⁸ «A situação sócio-política analisada pelo PC e MDP». In *Diário de Lisboa*, 8 de Maio de 1975, p. 20.

⁴⁶⁹ Discurso no comício do PCP em Vila Franca de Xira, 18 de Maio de 1975. In CUNHAL, Álvaro. *A Crise Político Militar. Discursos Políticos 5*. Lisboa: *Avante!*, 1976, p. 35-37.

o movimento popular de massas, e que destas duas o MFA tinha mais maturidade política, força e iniciativa revolucionária⁴⁷⁰.

O mito de uma organização comunista disposta a perseguir os católicos não foi mais do que uma ideologia criada pelo PS e pela Igreja. O PCP procura construir uma política de relações harmoniosas entre comunistas e católicos, relação que nunca chegou a existir porque foi bloqueada pela hierarquia da Igreja. Da parte do PCP essa tentativa de relações foi genuína. A direcção do partido nunca procurou enfrentar-se nem com as posições mais conservadoras da Igreja, nem questionar quer o papel filosófico da religião quer o aparelho clerical, como era tradicional no marxismo.

Desde o início da revolução que o PCP deixa claro que não tem os católicos como inimigos⁴⁷¹. Entre as reivindicações contra medidas conservadoras defendidas pela Igreja a única que vai ser levada a cabo é o direito ao divórcio civil para casamentos católicos e nem temas como a homossexualidade, o aborto ou a eutanásia são sequer abordados pelo PCP. Não o foram também por nenhuma organização na revolução, a não ser a questão do aborto por pequenos grupos de extrema-esquerda. O partido opõe-se, sim, às campanhas levadas a cabo por padres nas zonas mais rurais e interiores do País contra o comunismo, mas não há da parte do PCP nenhuma política de pôr em causa a Igreja. Em Abril de 1975, ainda num clima de campanha pré-eleitoral, o partido faz tornar público que na sua óptica «os portugueses não se dividem entre católicos e não católicos»⁴⁷² e que os comunistas defendem a liberdade religiosa, que um católico pode ser membro do partido e que as relações do PCP com os católicos são de cooperação. A vontade de não criar um conflito com a Igreja é notória quando o PCP faz publicar um comunicado onde afirma que «Os comunistas defendem a existência de boas relações do Estado com a Igreja. Apenas se deve exigir que o alto clero se não sirva da Igreja para fazer política»⁴⁷³.

No caso Rádio Renascença, o partido vai considerar algumas das reivindicações dos trabalhadores justas, mas opõe-se à agudização do conflito e vê a contenda como mais um facto perturbador da estabilidade política. A Comissão Política do PCP torna

⁴⁷⁰ «A unidade da classe operária esteio da unidade de todo o povo». In *Avante!*, Série VII, 15 de Maio de 1975, p. 2.

⁴⁷¹ Comunistas e Católicos. Cadernos do PCP 5. Lisboa: Edições *Avante!*, 1975.

⁴⁷² «Os portugueses não se dividem entre católicos e não-católicos». In *Avante!*, Série VII, 10 de Abril de 1975, p. 1.

⁴⁷³ «Comunistas e Católicos. Seis Perguntas e Seis Respostas». In *Avante!*, Série VII, 10 de Abril de 1975, p. 5.

pública a sua oposição «às manifestações e contra-manifestações»⁴⁷⁴ junto do patriarcado, apelando a que o assunto seja resolvido de forma negociada e defendendo que a questão laboral não «sirva de pretexto» para criar uma questão religiosa no País, que o partido, com razão, considera não existir. De facto, a revolução republicana ou as revoluções liberais da primeira metade do século XIX foram imensamente mais agressivas com a Igreja – porque se tratava da burguesia expropriar a propriedade do clero – do que alguma vez o foi a revolução de 1974-75. Em plena revolução, a Concordata é revista para permitir o divórcio civil nos casamentos católicos, mas mantêm-se todas as outras disposições entre Portugal e a Santa Sé, defendendo o PCP a manutenção de todos os compromissos diplomáticos internacionais de Portugal.

O Caso República acabou por se tornar um marco da revolução portuguesa, com ampla divulgação externa. Em 19 de Maio, os trabalhadores gráficos e dos serviços administrativos, representados pela Comissão Coordenadora de Trabalhadores (CCT) decidem suspender as suas funções, acusando a direcção de ter transformado o *República* no órgão do Partido Socialista. A contenda vai levar a manifestações do PS, com acusações ao PCP. A posição do PCP é antes de mais a de desvalorizar o caso. Quase não se fala no tema no *Avante!* e quando o PCP toma posição é para afirmar que se trata de um conflito laboral que não deve ter repercussões políticas no seio da coligação. Em nota⁴⁷⁵ de 22 de Maio, o PCP recusa responsabilidades no caso da luta do *República* (considera uma «calúnia torpe e absurda» atribuir-se ao PCP a suspensão dos trabalhadores), mas defende que os trabalhadores foram acoissados pela direcção do jornal que procurou fazer dele um órgão do PS, com uma linha editorial contra a Intersindical, por exemplo. Melo Antunes, em conversa com o primeiro-ministro britânico, assume que os comunistas querem controlar a imprensa e fazer uma «República popular», mas que no Caso República «Os comunistas foram de facto ultrapassados pelos trabalhadores que foram mais para a esquerda», segundo Melo Antunes porque os maoístas, apesar de oriundos da «burguesia e com educação universitária, conseguiram penetrar profundamente entre os trabalhadores»⁴⁷⁶. O jornal fica encerrado até 18 de Junho.

⁴⁷⁴ «Sobre as manifestações do Patriarcado». Nota da Comissão Política do CC do PCP de 19 de Junho de 1975 In *Avante!*, Série VII, 26 de Junho de 1975, p. 3.

⁴⁷⁵ «O caso do jornal República». In *Avante!*, Série VII, 22 de Maio de 1975, p. 5.

⁴⁷⁶Records of the Prime Ministers Office: Correspondence and Papers PREM 16/602

Visit to UK by Portuguese Foreign Minister, Major Melo Antunes: meeting with Prime Minister on 27 June 1975. Visit to UK by Portuguese Foreign Minister, Major Melo Antunes: meeting with Prime

No dia 10 de Julho chega às bancas, depois de afastada a direcção pró-socialista. O PS decide nesse dia abandonar o IV Governo Provisório.

A influência no aparelho de Estado levava os partidos a uma luta permanente. Para o PS – que queria sair do Governo, mas fazê-lo com o maior apoio possível – tratava-se de construir uma unidade anticomunista ampla para a construção de uma democracia representativa (nas palavras do PS, a alternativa entre socialismo em liberdade ou ditadura comunista). Para o PCP tratava-se de manter na governação do País uma aliança entre trabalhadores e pequena burguesia, PS, PCP, MFA (que nas palavras do PCP, tantas vezes aliás gritadas por Vasco Gonçalves, eram Revolução ou Reacção). Mas o PS estava pronto para sair do Governo e o PCP, em desespero, ameaça com uma solução bonapartista, que não vai convencer o PS a recuar: «Se o PS e o PPD continuam a orientar-se pelo eleitoralismo, pelo anti-comunismo, pelas resistências activas ou passivas ao processo revolucionário, pela mesquinha política de querelas interpartidárias, o sistema de coligação de partidos e MFA poderá tornar-se inviável e outras soluções terão de ser encontradas para assegurar a vitória da revolução e a marcha do socialismo»⁴⁷⁷.

O PCP e as greves de Maio e Junho de 1975

Porém, no meio de todos os desacordos que surgiram neste período no seio da coligação, uma questão nunca foi alvo de disputa: a política face às reivindicações dos trabalhadores. A batalha da produção era defendida de forma inequívoca por todas as forças da coligação. No dia 11 de Maio de 1975, os partidos da coligação participam num programa comum na televisão pública, no «Teledomingo», onde ficam patentes as divisões entre PS e PCP acerca das eleições para os sindicatos, as autarquias. Há um tema, porém, em que todos os partidos e Ramiro Correia, membro do Conselho da Revolução, têm acordo: são os apelos à austeridade, à batalha da produção, à contenção das tensões sociais no País e contra as «reivindicações irrealistas» da classe trabalhadora. Mário Soares diz que «devemos saber discernir o que é legítimo nas reivindicações do que não é legítimo». Álvaro Cunhal afirma-se contra «as

Minister on 27 June 1975 PORTUGAL Records of the Prime Ministers Date: 1975. Source: The Catalogue of The National Archives

⁴⁷⁷ «A revolução, as eleições, os partidos e a economia». In *Avante!*, Série VII, 22 de Maio de 1975, p. 2.

reivindicações irrealistas» e Magalhães Mota, do PPD, apela «à consciência da oportunidade das reivindicações»⁴⁷⁸.

O *Diário de Lisboa* de 5 de Maio de 1975 faz capa do «surto grevista»⁴⁷⁹. Uma assembleia-geral dos trabalhadores na indústria hoteleira decide em plenário uma paralisação parcial para dia 5 de Maio, para «forçar o patronato a cumprir as tabelas salariais, negociadas no contrato colectivo»⁴⁸⁰. Também nesse mesmo dia um plenário dos trabalhadores da Câmara do Porto decide pela paralisação – de cerca de 3500 trabalhadores – para corrigir «as graves injustiças salariais»⁴⁸¹. A paralisação alastra a mais de uma dezena de grandes municípios do Norte do País (Penafiel, Gondomar, Valongo, Póvoa do Varzim, Gaia, Matosinhos, Vila de Conde, Marco de Canavezes), todos de implantação operária. No mesmo dia ainda os químicos do Norte, cerca de 15 000 trabalhadores, decidem-se pela greve, uma vez que os grémios romperam unilateralmente as negociações do contrato colectivo de trabalho⁴⁸². O PCP mostra-se preocupado com «o perigo de agudização artificial de formas de luta e tentativa de fomentar uma ampla vaga de greves simultâneas»⁴⁸³.

Num encontro realizado no dia 9 de Maio de 1975 com os jornalistas, em que estão presentes três militantes do PCP – Eugénio Rosa, director das Relações Colectivas de Trabalho do Ministério do Trabalho; Carlos Carvalhas, secretário de Estado, e João Amaral, chefe de gabinete do ministro do Trabalho, major Costa Martins –, estes declaram que o surto grevista está terminado, que se regressa a uma «situação de estabilidade», para a qual contribuiram os serviços das Relações Colectivas de Trabalho do Ministério do Trabalho⁴⁸⁴. Na conferência congratulam-se com o êxito das negociações que puseram fim aos conflitos laborais nos lanifícios, têxteis, panificação, químicos do Norte, indústria hoteleira e gráficos. Felicitam-se ainda por Lisboa não ter aderido à greve de solidariedade com as autarquias do Norte. Num texto do *Avante!* intitulado «Não às greves contra-revolucionárias», o PCP atribuiu as greves a um conluio da «reação»; usa uma terminologia de chantagem sobre os trabalhadores,

⁴⁷⁸ «Coligação aceita unir forças contra a crise». In *Diário de Lisboa*, 12 de Maio de 1975, p. 1 e 20.

⁴⁷⁹ *Diário de Lisboa*, 5 de Maio de 1975, p. 1.

⁴⁸⁰ «Não houve almoços nos restaurantes e hotéis». In *Diário de Lisboa*, 5 de Maio de 1975, p. 1

⁴⁸¹ «Paralisação na Câmara do Porto». In *Diário de Lisboa*, 5 de Maio de 1975, p. 1

⁴⁸² «Químicos do Norte param esta noite». In *Diário de Lisboa*, 5 de Maio de 1975, p. 1

⁴⁸³ «A situação sócio-política analisada pelo PC e o MDP». In *Diário de Lisboa*, 8 de Maio de 1975, p. 20

⁴⁸⁴ «Movimento grevista perde intensidade». In *Diário de Lisboa*, 10 de Maio de 1975, p. 1.

insistindo que 46% da indústria nacional se encontra dependente do sector químico e que esta greve não é contra o patronato, mas contra o Ministério do Trabalho⁴⁸⁵.

Não se pode, porém, afirmar que todos os conflitos sociais foram tacticamente geridos de forma idêntica pelo PCP durante este período. Esta gestão tinha muito que ver com o sector económico onde tinha lugar o conflito, as direcções que estavam à frente desses conflitos, o grau de radicalização desses trabalhadores, a intensidade da disputa dentro do Governo. Há mais apelo à contenção nas empresas nacionalizadas, há propostas de concertação social em empresas dirigidas sindicalmente pelo PCP, como nos têxteis; há lutas contra a sabotagem económica; há simultaneamente apelos ao controlo operário e ao dirigismo sindical, conforme a situação concreta. A situação social aconselhava prudência. A tática levada a cabo entre Maio e Setembro de 1974 – em que as greves eram denunciadas como aventureiras, levadas a cabo por provocadores e, quando foi necessário e/ou possível, reprimidas com as Forças Armadas, foi ultrapassada em Maio de 1975. A balança da luta de classes, num país onde, à excepção dos fascistas, todos reclamavam o socialismo, pedia para os trabalhadores no pós 11 de Março e todo o cuidado a lidar com as greves parecia insuficiente.

A greve da indústria hoteleira – de cuja responsabilidade o partido se afasta – é vista como resultado da intransigência patronal. O partido reclama a negociação rápida do diferendo e pede aos trabalhadores para terem em conta que Portugal é um país turístico e que se está às portas do Verão⁴⁸⁶. O partido aplaude a decisão dos trabalhadores da hotelaria de dispensarem da greve as empresas controladas pelo Estado, uma teoria que vai desenvolver a par da batalha da produção, segundo a qual a economia já não era capitalista e portanto os trabalhadores trabalhavam para a nação (facto para o PCP ainda mais óbvio no contexto das empresas nacionalizadas). Sob a égide do Ministério do Trabalho, a greve termina com um acordo que prevê um vencimento mínimo de 4200 escudos para os auxiliares de secções e uma redução de 10% do salário das restantes categorias de trabalhadores que trabalhem fora dos distritos de Lisboa, Faro, Setúbal, Porto, Matosinhos e Vila Nova de Gaia⁴⁸⁷. No balanço, Cunhal afirma que a greve foi uma «arma errada»⁴⁸⁸.

⁴⁸⁵ «Dizer não às greves contra-revolucionárias». In *Avante!*, Série VII, 15 de Maio de 1975, p. 9.

⁴⁸⁶ «Trabalhadores da Hotelaria reivindicam e vencem». In *Avante!*, Série VII, 15 de Maio de 1975, p. 9.

⁴⁸⁷ «Movimento grevista». In *Diário de Lisboa*, 10 de Maio de 1975, p. 20.

⁴⁸⁸ Discurso no comício do PCP em Vila Franca de Xira, 18 de Maio de 1975. In CUNHAL, Álvaro. *A Crise Político Militar. Discursos Políticos 5*. Lisboa: *Avante!*, 1976, p. 47.

Já para a indústria têxtil, esta sim dirigida pelo PCP, a braços com uma gravíssima crise, o partido nunca apoiou nenhum tipo de resposta colectivista e defende uma espécie de concertação social em que o diferendo nos têxteis é resolvido por representantes do Ministério do Trabalho, da Associação Patronal e do Sindicato, que se devem reunir, elaborar um estudo e aí decidir se podem subir o salário mínimo⁴⁸⁹.

Quanto à greve nas autarquias – que começa na Câmara do Porto – a DORL do PCP torna público que os trabalhadores são dos «mais mal pagos do País», mas «alerta os trabalhadores para o perigo que comportam todas estas manobras reaccionárias dirigidas contra as autarquias e o processo revolucionário»⁴⁹⁰. O partido vai ser contra a greve geral dos municípios e afastar-se publicamente desta, alegando que foi convocada «por mecanismos alheios às estruturas sindicais e unitárias existentes»⁴⁹¹.

Na SEPSA, uma empresa metalúrgica, o PCP, perante a luta dos trabalhadores contra a sabotagem económica, defende a «vigilância e unidade dos trabalhadores»⁴⁹². Nos gráficos o PCP reclama uma vitória das reivindicações ao nível do despedimento sem justa causa e remuneração do trabalho nocturno⁴⁹³.

A política da «batalha da produção» - que perdura durante o V Governo e até ao 25 de Novembro, vai ser, na essência um fracasso não conseguindo evitar o conflito que se agudiza no Verão de 1975.

⁴⁸⁹ «Novas tabelas salariais para os operários têxteis». In *Avante!*, 8 de Maio de 1975, p. 9.

⁴⁹⁰ «Movimento grevista». In *Diário de Lisboa*, 10 de Maio de 1975, p. 20.

⁴⁹¹ «A unidade da classe operária esteio da unidade de todo o povo». In *Avante!*, Série VII, 15 de Maio de 1975, p. 2

⁴⁹² «Vigilância na Sepsa», *Avante!*, Série VII, 8 de Maio de 1975, p. 9.

⁴⁹³ «Regalias substanciais conseguidas pelos gráficos». In *Avante!*, Série VII, 15 de Maio de 1975, p. 9.

Capítulo 5 - O Verão Quente: O Fim da «Aliança Povo-MFA» (Julho a Agosto de 1975).

«Todo o esquema das forças conservadoras e reaccionárias era mostrar este Governo como o Governo dos comunistas, sem apoio militar, e deixá-lo cair depois. O fracasso deste Governo seria o fracasso do Partido Comunista, que seria arrastado nesta derrota com todas as suas consequências»⁴⁹⁴.

Relatório de Álvaro Cunhal ao CC do PCP, 10 de Agosto de 1975.

Quem dirige os trabalhadores?

Em Junho de 1975 a diplomacia inglesa, em documentos confidenciais, descreve desta forma a situação política em Portugal: «A situação em Portugal para os investidores continua a deteriorar-se (...) As principais dificuldades continuam a ser os aumentos sucessivos de salários, drásticos problemas laborais e uma queda acentuada na produtividade. Em muitos casos os gestores e empresários sofrem intimidação física por parte das comissões de trabalhadores – ou foram fechados nas suas instalações ou receberam ameaças por telefone. A atitude das autoridades portuguesas tem sido frequentemente vaga e muito ineficiente. Na verdade, até houve um caso em que discussões confidenciais entre as empresas britânicas e as autoridades portuguesas foram parar à comissão de trabalhadores»⁴⁹⁵.

A política da «batalha da produção» não tinha nem apaziguado as lutas laborais nem invertido o processo de desinvestimento em Portugal. A deterioração das condições económicas era um dos factores objectivos de agravamento da crise de Estado. A percepção da diplomacia britânica reflectia esta conjuntura. Mário Soares⁴⁹⁶ e Melo

⁴⁹⁴ «Intervenção na reunião plenária do Comité Central do PCP», 10 de Agosto de 1975. In CUNHAL, Álvaro. *A Crise Politico Militar. Discursos Políticos 5*, Lisboa: Edições *Avante!*, 1976: p. 139.

⁴⁹⁵Records of the Prime Ministers Office: Correspondence and Papers PREM 16/602

Visit to UK by Portuguese Foreign Minister, Major Melo Antunes: meeting with Prime Minister on 27 June 1975 PORTUGAL Records of the Prime MinistersDate: 1975. Source: The Catalogue of The National Archives.

⁴⁹⁶ Foreign Office, Central Department and Foreign and Commonwealth Office, Southern European Department: Registered Files (C and WS Series) FCO 9/2072. Visit by Dr Mario Soares, Portuguese Minister of Foreign Affairs to London and other European capitals, 1-6 May 1974 Foreign Office, Date: 1974. Source: The Catalogue of The National Archives; e Records of the Prime Ministers Office: Correspondence and Papers PREM 16/602. Records of the Prime Ministers Office: Correspondence and Papers PREM 16/602

Visit to UK by Portuguese Foreign Minister, Major Melo Antunes: meeting with Prime Minister on 27 June 1975 PORTUGAL Records of the Prime MinistersDate: 1975.Source: The Catalogue of The National Archives

Antunes⁴⁹⁷, nos encontros com os mais altos representantes ingleses e americanos, insistem na urgência do auxílio económico para evitar a radicalização social. O Governo britânico, reconhecendo a situação, responde que mesmo a ajuda económica só pode ter efeito se «os moderados conseguirem evitar a sabotagem» por parte dos «extremistas»⁴⁹⁸. A construção de uma ala política que invertesse o curso do processo revolucionário, cujo epicentro era o PS e os moderados do MFA, em que os países da esfera norte-americana e ocidental apostam decididamente (Lemus, 2001; Moreira de Sá, 2009), dependia também de uma certa estabilidade económica, que pudesse assegurar alguma paz social e inverter o processo de radicalização, que se acentuou depois de Março de 1975. Mas os empréstimos a Portugal, alguns no quadro dos acordos com a CEE⁴⁹⁹, são de concretização lenta e fazem-se no meio de complexas negociações, por um lado, e por outro Portugal estava numa situação económica calamitosa, sem margem de manobra para impedir a progressão do desemprego.

Os meses de Junho e Julho⁵⁰⁰ são de intensa conflitualidade laboral, que vai determinar de forma central a política do PCP.

Nos CTT exigem-se aumentos salariais e os trabalhadores declaram-se contra o aumento de tarifas que gera uma onda de protestos entre trabalhadores de todo o País (incluindo da imprensa, que sofre com o aumento de portes de correio); há 50 mil empregos em risco no sector têxtil; continua a ocupação de fábricas e empresas abandonadas ou descapitalizadas; há greves na TAP, na Cervisol, nos professores; confrontos laborais na CML, no metro, nos rodoviários, na marinha mercante, na construção civil, nos pescadores, nos editores e livreiros, entre muitos outros sectores. O clima de agitação laboral dá-se a par do crescimento de assembleias e plenários de trabalhadores. O *Diário Popular*, por exemplo, tem uma secção – que em algumas semanas é diária – dedicada às assembleias e plenários, que somam centenas nestes

⁴⁹⁷ Records of the Prime Ministers Office: Correspondence and Papers PREM 16/602

Visit to UK by Portuguese Foreign Minister, Major Melo Antunes: meeting with Prime Minister on 27 June 1975 PORTUGAL Records of the Prime MinistersDate: 1975.Source: The Catalogue of The National Archives.

⁴⁹⁸Records of the Prime Ministers Office: Correspondence and Papers PREM 16/602

Visit to UK by Portuguese Foreign Minister, Major Melo Antunes: meeting with Prime Minister on 27 June 1975 PORTUGAL Records of the Prime MinistersDate: 1975.Source: The Catalogue of The National Archives.

⁴⁹⁹Records of the Prime Ministers Office: Correspondence and Papers PREM 16/602

Visit to UK by Portuguese Foreign Minister, Major Melo Antunes: meeting with Prime Minister on 27 June 1975 PORTUGAL Records of the Prime MinistersDate: 1975.Source: The Catalogue of The National Archives.

⁵⁰⁰ Os conflitos (incluindo assembleias e plenários) a que nos referimos têm como fonte o *Diário Popular* e o *Diário de Notícias* de Junho e Julho de 1975 e a cronologia realizada pelo Centro de Documentação 25 de Abril, Coimbra.

meses. Em Junho a nacionalização da CUF é exigida pelos trabalhadores (será concretizada pelo V Governo). No dia 2 de Junho de 1975 um plenário dos trabalhadores da função pública exprime-se contra a «forma demagógica e paliativa com que o Governo vem protelando a actualização dos vencimentos»⁵⁰¹. Generaliza-se a exigência de aumentos salariais. Em 17 de Junho de 1975 o Governo é obrigado a subir o salário mínimo para 4000 escudos. Em protesto contra a decisão do Governo de devolver a Rádio Renascença ao Patriarcado, as comissões de trabalhadores da cintura industrial de Lisboa convocam uma manifestação a 3 de Julho de 1975. Duas lutas, feitas contra o ministro dos Transportes e Telecomunicações, o comunista Veiga de Oliveira, vão afectar particularmente o PCP: a greve dos TLP, por aumentos salariais, que se inicia a 17 de Junho de 1975 e só terminará depois da intervenção do COPCON (que considera a situação social em Lisboa «caótica»), e a luta popular contra o aumento das tarifas nos transportes, tarifas que o PCP vai defender como «mais próximas dos custos»⁵⁰² nas páginas do *Avante!*.

São também dias de reacção mobilizada da direita, que começam com a fuga de 88 ex-pides da prisão de Alcoentre, a 18 de Junho de 1975, e que incluem manifestações dos comerciantes ou do Grémio dos Lojistas de Lisboa.

A questão daquilo que era então chamado, depreciativamente, de «assembleísmo», e que o relatório inglês citado expressa formalmente, reflectia a constituição de um poder paralelo ao Estado para decidir matérias sociais que numa situação de estabilidade social são da esfera deste: habitação, serviços sociais, direitos laborais, etc.

Este clima espelhava-se também em manifestações sociais invulgares. Por exemplo, os monárquicos declaram-se contra o «grande capital» e apoiam uma forma de organização social baseada no «comunalismo auto-gestionário»⁵⁰³; os velejadores declaram, em plenário, que «também no mar as águas têm estado agitadas»⁵⁰⁴, pelo que decidem criar um grupo de trabalho para substituir a Federação, considerada antidemocrática. Os escritores, em assembleia, pronunciam-se contra as «promoções apadrinhadas»⁵⁰⁵.

⁵⁰¹ *Diário Popular*, 2 de Junho de 1975, p. 15.

⁵⁰² «Com o PCP pela Unidade Popular Rumo ao Socialismo». *Avante!*, Série VII, 3 de Julho de 1975, p. 4.

⁵⁰³ *Diário Popular*, 2 de Junho de 1975, p. 18.

⁵⁰⁴ *Diário Popular*, 2 de Junho de 1975, p. 3.

⁵⁰⁵ *Diário Popular*, 2 de Junho de 1975, p. 15.

Sobre a situação social, o PCP considera o seguinte: «O sector dos Transportes e Comunicações é o terreno ideal para os ataques da reacção. Quando há dificuldades políticas logo surgem as perturbações nos TAP, ameaças dos rodoviários, greves de zelo na marinha mercante, paralisações no metro, manobras de grupos de pressão com actos de sabotagem económica e violências de toda a espécie nos TLP e CTT, exigências destemperadas nos portos, etc.».

A conflitualidade laboral vai ter impacto nas eleições que se dão em vários sindicatos nesse Verão de 1975. O PS, coligado com sectores da extrema-esquerda (sobretudo AOC e MRPP) em várias empresas, consegue ganhar eleições ao PCP, incluindo entre as mais emblemáticas, o Sindicato dos Bancários de Lisboa (que será central depois para a formação de uma segunda central sindical, dirigida maioritariamente pelo PS, a UGT, no período pós revolução). O mesmo se passará nas associações de estudantes dos liceus e universidades (Schmitter, 1999:219). O PCP admitirá, já em Outubro de 1975, n' *O Militante*, «a passagem temporária de vários sindicatos para as mãos do inimigo do movimento sindical unitário, ocorrida nos últimos meses»⁵⁰⁶: «Na mesma linha dos incidentes sabotadores do trabalho unitário nos sindicatos e do fortalecimento da unidade dos trabalhadores, as forças capitalistas e reaccionárias com rótulos de esquerda ou ultra-esquerdizante escolheram agora os bancários (depois dos químicos, da hotelaria, dos metalúrgicos) para semearem a divisão (...)»⁵⁰⁷.

A questão sindical levantava nesses meses vários problemas ao PCP. O partido queria ganhar, tal como o PS, as direcções sindicais, e é exactamente neste período que aumenta a disputa em torno destas (Schmitter, 199:218). Para tal procurou, contra o PS e a extrema-esquerda, blindar os estatutos das organizações sindicais tornando muito difícil a constituição de listas alternativas que pudessem disputar as direcções. Por dois meios: em primeiro lugar, defendendo a constituição de grandes sindicatos («trabalhadores que exerçam a sua actividade na mesma empresa como também os que trabalham nas empresas do mesmo ramo de actividade económica»⁵⁰⁸), o que, dando mais força a esses sindicatos e aos trabalhadores neles filiados, tinha também como

⁵⁰⁶ «Uma tendência contra-revolucionária que é um crime contra os sindicatos». In *Avante!*, Série VII, 10 de Julho de 1974, p. 4. Ver também «A situação política e as tarefas imediatas». In *Avante!*, Série VII, 17 de Julho de 1975, p. 2.

⁵⁰⁷ «Uma tendência contra-revolucionária que é um crime contra os sindicatos». In *Avante!*, Série VII, 10 de Julho de 1974, p. 4. Ver também «A situação política e as tarefas imediatas». In *Avante!*, Série VII, 17 de Julho de 1975, p. 2.

⁵⁰⁸ «Documento de Orientação e Acção». In *Avante!*, Série VII, 31 de Julho de 1975.

consequência aumentar a dificuldade na disputa pelas suas direcções; em segundo lugar, o partido opõe-se ao direito de tendência, definido pelo PCP como «direito de cisão»⁵⁰⁹.

Estas propostas são defendidas pelos membros do PCP no Congresso dos Sindicatos, realizado em 25, 26 e 27 de Julho de 1975, e aprovadas pela maioria dos congressistas⁵¹⁰. Revestem-se de grande importância porque ficam consagradas nos Estatutos da Intersindical Nacional. Mas também porque a Intersindical é a maior força social de apoio ao PCP e o Congresso dá-se já em plena ruptura com o PS, com crise no MFA, no meio também da mobilização anticomunista de Julho de 1975 e durante as negociações para a formação do V Governo. Por isso, para além de celebrar a aprovação das propostas do PCP nos estatutos nas questões relativas ao direito de tendência e àquilo que o partido considerava a «proliferação sindical», o Congresso estabelece o apoio sindical a um programa político que aceitava os «sacrifícios dos trabalhadores»⁵¹¹ desde que também se combatesse a «sabotagem económica»⁵¹²; pugnava pela extensão de direitos sociais e defendia a batalha da produção⁵¹³.

Nos estatutos é ainda aprovada a independência da Intersindical face ao «Governo, partidos políticos e instituições religiosas»⁵¹⁴, cuja aprovação é no próprio Congresso posta em causa quando os congressistas expressam o «apoio ao MFA e ao Conselho da Revolução e a homens que pela sua actuação merecem a confiança dos trabalhadores»⁵¹⁵. Na saudação do Comité Central do PCP ao Congresso dos Sindicatos, o PCP realça o papel da Intersindical na concretização da aliança Povo-MFA, no combate à contra-revolução e na aplicação da batalha da produção⁵¹⁶.

Outro tema que vai estar em discussão entre PCP e PS durante este início de Verão de 1975 é a oposição, pela parte do PCP, ao desejo do PS de haver rapidamente eleições nas autarquias, obviamente determinado pelo resultado das eleições para a Constituinte de 1975. Quando se dá a queda do regime e as autarquias são ocupadas

⁵⁰⁹ «Uma tendência contra-revolucionária que é um crime contra os sindicatos». In *Avante!*, Série VII, 10 de Julho de 1974, p. 4.

⁵¹⁰ «Documento de Orientação e Acção». In *Avante!*, 31 de Julho de 1975.

⁵¹¹ «Grande Jornada de Unidade dos Trabalhadores Portugueses». In *Avante!*, Série VII, 31 de Julho de 1975, p. 6.

⁵¹² «Grande Jornada de Unidade dos Trabalhadores Portugueses». In *Avante!*, Série VII, 31 de Julho de 1975, p. 6.

⁵¹³ «Grande Jornada de Unidade dos Trabalhadores Portugueses». In *Avante!*, Série VII, 31 de Julho de 1975, p. 6.

⁵¹⁴ «Com a Independência Sindical na Defesa do Processo Revolucionário...» In *Avante!*, Série VII, 3 de Julho de 1975, p. 2.

⁵¹⁵ «Grande Jornada de Unidade dos Trabalhadores Portugueses». In *Avante!*, Série VII, 31 de Julho de 1975, p. 6.

⁵¹⁶ «Saudação do Nosso Partido ao Congresso dos Sindicatos». Comité Central do PCP, 24 e 25 de Junho de 1975, In *Avante!*, Série VII, 31 de Julho de 1975, p. 8.

pela população, o PS não tinha quadros seus para colocar nelas, e muitas passam a ser dirigidas por homens próximos do PCP (sobretudo do MDP/CDE). O PS está disposto a lutar por essa influência, mas recua perante a firme oposição do PCP, que considera «um grave erro pegar nas velhas estruturas da velha administração local, como nos chegaram do Estado fascista, e pensar que as democratizamos apenas porque as fizemos eleger pelo sufrágio directo e secreto»⁵¹⁷.

Quanto às comissões de trabalhadores, o PCP vai ter uma política que se adapta às especificidades de cada comissão, ou seja, apoiar as que dirige, opor-se às que são dirigidas pelo PS ou extrema-esquerda e disputar as restantes. Quando no final de Setembro um sector da extrema-esquerda reúne as comissões de trabalhadores na tentativa de criar uma estrutura nacional, o PCP, ao mesmo tempo que apela a que os militantes não sejam sectários e militem nas comissões de trabalhadores, vê esta tentativa de as unificar como uma «manobra» divisionista, que deve ser «desmascarada» pelos seus militantes⁵¹⁸. A política do partido é a de defender a superioridade política da organização sindical e opor-se à unificação das comissões de trabalhadores num organismo nacional⁵¹⁹ (política que vai reforçar em plena mobilização contra o VI Governo, quando em Novembro estas se reúnem no Barreiro⁵²⁰). Mas o PCP organiza-se a este nível, agora, reconhecendo «a grande amplitude e importância» que estas tomaram durante o Verão Quente, e por isso apela aos militantes para não serem sectários e perceberem a importância de disputarem a sua influência: «É necessário criar comissões de trabalhadores em todas as empresas, comissões estas que não substituem as organizações sindicais, antes as completam»⁵²¹.

O PCP: organização e formação teórica

Para responder à alteração da situação política e social, o PCP vai necessitar, mais do que no passado, de uma organização ampla e coesa. *O Militante*, cuja edição tinha sido suspensa com o golpe de 25 de Abril de 1974, volta a ser reeditado em Junho

⁵¹⁷ «Com o PCP pela Unidade Popular Rumo ao Socialismo». *Avante!*, Série VII, 3 de Julho de 1975, p. 4.

⁵¹⁸ *O Militante*, Série IV, n.º 4, Outubro de 1975, p. 20.

⁵¹⁹ «Encontro de trabalhadores da Cintura Industrial de Lisboa». In *Avante!*, Série VII, 13 de Novembro de 1975, p. 5.

⁵²⁰ «Encontro de trabalhadores da Cintura Industrial de Lisboa». In *Avante!*, Série VII, 13 de Novembro de 1975, p. 5.

⁵²¹ «Com o PCP pela Unidade Popular Rumo ao Socialismo». *Avante!*, Série VII, 3 de Julho de 1975, p. 4 e *O Militante*, Série IV, Julho de 1975, n.º 2, p. 14.

de 1975 para responder às questões da organização interna do partido. E são muitas as que estão por resolver, num partido que tinha crescido exponencialmente. Uma análise do boletim de organização interna ilustra igualmente que o PCP não é um partido monolítico, implacável com a dissidência interna.

O PCP afirma publicamente ter em Julho de 1975 mais de 100 mil militantes (descontando os membros da UEC)⁵²². Tem 481 centros de trabalho⁵²³ abertos em todo o País, e que funcionam como local de organização, reunião, mas também de convívio entre militantes e simpatizantes. Em Junho de 1975, abre no antigo Hotel Vitória a sua sede central em Lisboa. Ao todo, a estruturação do partido tinha cerca de 6000 organismos o que, cremos, daria um cálculo de cerca de entre 8000 e 10 000 funcionários (incluindo funcionários sindicais e das autarquias), cálculo que necessita de verificação, mas que é feito na base de uma percentagem de militantes de cerca de 10% do total de inscritos no partido.

O extraordinário crescimento do partido tornava inevitável a resolução dos problemas de organização interna, a saber, a formação e estruturação dos quadros, a sua política junto dos sindicatos e comissões de trabalhadores; o sectarismo e/ou o desrespeito pelas decisões do partido; a implantação política nos locais onde a votação tinha sido escassa; a organização partidária dos pequenos e médios camponeses; a recolha de fundos.

A formação dos quadros é uma prioridade porque é a partir deles que se constrói o partido nas fábricas, empresas e entre os camponeses. O partido dedica-se a este assunto realizando várias acções de formação de quadros que incluíam questões tão concretas como aprenderem a organizar e dirigir uma reunião para evitar a dispersão ou cansaço dos militantes; discutir nas reuniões um tema político que em princípio deveria ser o editorial do *Avante!*. Mas a formação de quadros, era essa a ordem interna, passava essencialmente por dar responsabilidades aos quadros intermédios. A disputa de novos membros, por seu turno, devia ser feita através do recrutamento dos melhores activistas em cada fábrica e empresa (ou seja há uma política de captar os dirigentes dos movimentos sociais concretos), por um lado, e por outro criando células nas mais importantes e maiores unidades industriais⁵²⁴.

⁵²² *O Militante*, Série IV, Julho de 1975, nº 2, p. 1.

⁵²³ *O Militante*, Série IV, Julho de 1975, nº 2, p. 1.

⁵²⁴ *O Militante*, Série IV, Julho de 1975, nº 2, p. 7.

Muitos quadros desrespeitavam no terreno as decisões do partido, ao ponto de haver recusa de recrutamento por falta de camaradas capazes de controlar novos militantes⁵²⁵. Vimos isso a propósito de casos concretos como a manifestação da Lisnave em Setembro de 1974. Só um estudo que incluísse um maior número de análises monográficas da política do partido em determinadas fábricas e empresas poderia permitir ter uma visão geral da relação entre militantes e direcção do partido. Os documentos públicos, porém, revelam a existência de uma tensão entre a base do partido e a política da direcção. *O Militante* inaugura a sua primeira série na legalidade afirmando que: «Com o grande crescimento do partido surgem, como era inevitável, algumas dificuldades temporárias que há que analisar e superar o mais rapidamente possível. Vejamos alguns exemplos: camaradas de uma célula que assistem e participam na definição da orientação do partido para uma determinada luta agem depois como se não tivesse ficado decidida qualquer orientação, ignorando a disciplina do partido, não levando à prática as decisões do seu organismo. Outros camaradas, devido à falta de preparação política, desprestigiam o partido através das formas incorrectas que empregam e da argumentação errada que utilizam na discussão de um determinado problema. Outros ainda sentem-se impotentes para rebater a demagogia e os «chavões» utilizados pelos radicalistas. Camaradas responsáveis por alguns sectores justificam o pouco recrutamento realizado pelo facto de qualquer novo recrutamento só servir para tornar cada vez maior o número de camaradas que não estão organizados»⁵²⁶.

Outro problema analisado pela organização é o resultado eleitoral. O partido, que publicamente desvaloriza o resultado das eleições, retira dele consequências para a sua organização, elaborando internamente a caracterização de que se verificou «uma relação muito estreita entre a percentagem de votos no partido num dado distrito e a importância numérica da organização do partido nesse mesmo distrito»⁵²⁷. Desde logo procurando reforçar a organização dos pequenos e médios camponeses em ligas, sobretudo em locais onde tinham pouca força, como nas Beiras⁵²⁸.

Outro dos assuntos que preocupa o PCP é o sectarismo dos militantes – fala-se mesmo «num certo espírito de seita»⁵²⁹ – quer em relação às comissões de trabalhadores, quer em relação a determinados sectores profissionais como os

⁵²⁵ *O Militante*, Série IV, Junho de 1975, nº 1, p. 2 e p. 15.

⁵²⁶ *O Militante*, Série IV, nº 1, Junho de 1975, nº 1, p. 2 e p. 15.

⁵²⁷ *O Militante*, Série IV, nº 2, Julho de 1975, nº 2, p. 6.

⁵²⁸ *O Militante*, Série IV, nº 2, Julho de 1975, nº 2, p. 9.

⁵²⁹ *O Militante*, Série IV, nº 4, Outubro de 1975, nº 4, p. 14.

empregados e funcionários. Na verdade, esse sectarismo tinha sido construído pela oposição do partido no início da revolução às comissões de trabalhadores, mas a direcção do PCP mostra agora, como referimos, uma clara vontade de mudar esta política e ganhar a direcção das comissões de trabalhadores. O PCP sentia que parte da sua base, real e potencial, se descolava do PCP, provavelmente em direcção quer ao PS quer à extrema-esquerda, o que preocupava a organização. O PCP propõe neste sentido uma «batalha interna contra o sectarismo»⁵³⁰, e as páginas do boletim organizativo voltam frequentemente a este ponto.

Esta preocupação vem acompanhada de uma análise muito realista sobre a relação do partido com o movimento operário, que não é acolhida nas páginas do *Avante!*, mas encarada com serenidade em *O Militante*. Aí se escreve que, apesar dos grandes êxitos alcançados pelo movimento sindical, há dificuldades que se reflectiram nos resultados eleitorais nos locais de trabalho. Essas dificuldades são enumeradas pelo PCP: «um grande sectarismo, que se manifesta na actuação das estruturas sindicais caracterizado por um trabalho fechado»; «A posição, aliás justa, da Intersindical e de sindicatos, de não apoiarem certas greves e outras lutas por reivindicação irrealistas (...) levou a Inter e os sindicatos visados a um certo defensismo na iniciativa nem sempre dando resposta a preocupações justas dos trabalhadores»; o afastamento dos sindicatos das estruturas federativas, mas também das estruturas de base; métodos burocratizados de trabalho; carência de quadros; campanha anticomunista e ainda a «incompreensão de certas organizações, de dirigentes destacados e outros militantes sindicais sobre as comissões de trabalhadores e a oposição a estas estruturas unitárias, de que têm resultado prejuízos para a unidade dos trabalhadores»⁵³¹.

No mês de Julho são organizadas dezenas de conferências e encontros de trabalho com trabalhadores e camponeses com o intuito de organizar o movimento social. As orientações de *O Militante* não são declarações de intenções, propaganda vaga, mas guias de acção prática para uma organização de grande dimensão. Só em Julho de 1975, para além de todo o esforço que dedica ao Congresso dos Sindicatos, o PCP vai organizar milhares de trabalhadores em encontros como a Conferência Unitária de Metalúrgicos do Porto⁵³², a Conferência de Trabalhadores das Empresas

⁵³⁰ *O Militante*, Série IV, Outubro de 1975, nº4, p. 13.

⁵³¹ *O Militante*, Série IV, Outubro de 1975, nº 4, pp. 16 e 17.

⁵³² «Conferência Unitária de metalúrgicos do distrito do Porto». In *Avante!*, Série VII, 10 de Julho de 1975, p. 5.

Nacionalizadas⁵³³, a Conferência Unitária dos Trabalhadores Têxteis⁵³⁴, a I Conferência Unitária de Corticeiros do Centro e do Sul⁵³⁵. Estes grandes encontros são feitos em paralelo com um esforço para dirigir as comissões de trabalhadores e moradores⁵³⁶, as assembleias populares, bem como enquadrar todo o processo de efectivação da reforma agrária.

Mas para além das questões da organização, a disputa com o PS e a extrema-esquerda dava-se ao nível ideológico. E as escolhas teóricas de formação dos membros do partido indicam que era sobretudo com a extrema-esquerda que essa disputa era mais premente, não necessariamente pelo grande impacto ideológico da extrema-esquerda nem pelo número de militantes desta, mas porque o curso da própria revolução fazia que membros do próprio PCP (e eram esses, militantes e simpatizantes, na periferia da organização, que mais preocupavam o partido) se questionassem sobre as organizações populares, a dualidade de poderes, as alianças que se construía, etc.

O partido ridiculariza as pretensões dos partidos de extrema-esquerda a «criarem o partido da classe operária»⁵³⁷, jovens, «estudantes ultra-esquerdistas filhos da média e alta burguesia»⁵³⁸, que não estiveram na resistência ao fascismo. Mas admite, nas páginas de *O Militante*, que o ritmo lento da revolução⁵³⁹ leva a que membros do PCP sejam influenciados pela extrema-esquerda, caracterizando por isso que a luta ideológica é de «intensa necessidade»⁵⁴⁰ para combater essa influência.

Aliás, toda a base teórica do partido mostra que a extrema-esquerda era de facto uma preocupação para o PCP, provavelmente menos pela sua real implantação e mais por dar corpo, com muitas diferenças e hesitações, a um projecto de independência da classe trabalhadora, a mesma classe que sem verbalismo revolucionário e ideologia sedimentada, estava de facto a levar essa política avante com as suas acções. Em resumo, devemos pensar na possibilidade de o deslocamento da base do PCP ser um

⁵³³ «Conferência de trabalhadores das empresas nacionalizadas». In *Avante!*, Série VII, 10 de Julho de 1975, p. 5.

⁵³⁴ «A Indústria têxtil ao serviço dos trabalhadores e do povo». In *Avante!*, Série VII, 10 de Julho de 1975, p. 5.

⁵³⁵ «Corticeiros do centro e do sul na sua I Conferência Unitária». In *Avante!*, Série VII, 31 de Julho de 1975, p. 9.

⁵³⁶ «Comissões de Moradores na Defesa das populações». In *Avante!*, Série VII, 10 de Julho de 1975, p. 4.

⁵³⁷ *O Militante*, Série IV, Outubro de 1975, nº 4, p. 10.

⁵³⁸ *O Militante*, Série IV, Outubro de 1975, nº 4, p. 10.

⁵³⁹ *O Militante*, Série IV, Outubro de 1975, nº 4, p. 9.

⁵⁴⁰ *O Militante*, Série IV, Outubro de 1975, nº 4, p. 10.

problema colocado pela própria revolução e não pela excelência das direcções à esquerda deste partido.

Eis uma lista completa das obras consideradas essenciais na formação comunista, recomendadas para ler aos militantes nas edições entre Junho e Novembro de 1975 de *O Militante*: o *Manifesto do Partido Comunista*, de Karl Marx e Friedrich Engels; *Democracia Socialista*, de Vladimir Lenine; *Lenine e os Camponeses*, de R. Luniakov e A. Gontcharov; a *Introdução ao Marxismo*, de Emile Burns; *O Socialismo Científico* (compilação de textos) e o *Curso Básico do Comunismo Científico*, das Edições Avante!, *As Formas de Luta pelo Poder*, de A. Rodrigues, e finalmente a única que tem direito a transcrições de longos parágrafos nas páginas do jornal, *A Doença Infantil do Comunismo*, de Vladimir Lenine.

De cada livro recomendado, *O Militante* destaca um trecho. Do *Manifesto do Partido Comunista* o partido destaca o proletariado como sujeito da sua própria emancipação⁵⁴¹; da *Democracia Socialista* realça-se a relação entre a luta democrática e a construção do socialismo⁵⁴². Em *Lenine e os Camponeses* destaca-se a defesa que Lenine faz da organização dos pequenos camponeses e a oposição aos «camponeses ricos»⁵⁴³; Na *Introdução ao Marxismo* de Emile Burns evidencia-se a necessidade de alianças da classe operária com outras classes⁵⁴⁴. Emile Burns foi membro do Partido Comunista Britânico, editor da sua revista teórica, e era um dos mais proeminentes defensores da política de frente popular no Reino Unido. Publicou a *Introdução ao Marxismo* em 1939 para escudar a política saída do VII Congresso da Internacional Comunista, em 1935. Entre os livros de leitura aconselhada pelo PCP está também *O Socialismo Científico*, uma compilação de textos de Marx, Engels e Lenine, que procuram amparar a teoria do colapso do capitalismo que baliza a tese da «revolução democrática», «a inevitabilidade da passagem revolucionária do capitalismo para o socialismo»⁵⁴⁵. São ainda recomendados o *Curso Básico do Comunismo Científico*, das Edições Avante! e, ainda, *As Formas de Luta pelo Poder*, de A. Rodrigues, onde se defende que a luta pelo poder da classe trabalhadora pode dar-se «de uma forma pacífica»⁵⁴⁶. O mais citado, como referimos – o único do qual se incluem transcrições longas nas páginas de *O Militante* –, é *A Doença Infantil do Comunismo*, de Vladimir

⁵⁴¹*O Militante*, Série IV, Julho de 1975, nº 2, p. 17.

⁵⁴²*O Militante*, Série IV, Julho de 1975, nº2, p. 1.

⁵⁴³*O Militante*, Série IV, Agosto a Setembro de 1975, nº 3, p. 1.

⁵⁴⁴ *O Militante*, Série IV, Outubro de 1975, nº 4, p. 1.

⁵⁴⁵ *O Militante*, Série IV, Outubro de 1975, nº 4, p. 24.

⁵⁴⁶*O Militante*, Série IV, Novembro de 1975, nº 5, p. 25.

Lenine. A partir do livro, o PCP defende que os comunistas não recusam etapas intermédias e compromissos e que o bolchevismo teve de combater aquilo que o PCP designa como revolucionarismo pequeno-burguês, e, ainda, que reconheceu a necessidade de dar uma resposta política à situação concreta. Pode ler-se, entre outras, nas páginas de *O Militante* esta transcrição de *A Doença Infantil do Comunismo*: «Há compromissos e compromissos. É necessário saber analisar a situação e as condições concretas de cada compromisso ou de uma variedade de compromissos. É necessário aprender a distinguir o homem que deu aos bandidos o dinheiro e as armas, para diminuir o mal causado por estes e facilitar a sua captura e execução, do homem que dá aos bandidos dinheiro e armas com o fim de participar na partilha do roubo. Em política, o problema está longe de ser tão fácil como o meu exemplo de uma simplicidade infantil. Mas todo aquele que queira elaborar para o proletariado uma receita que garanta adiantadamente soluções já prontas para todas as circunstâncias da vida ou que assegure que a política do proletariado revolucionário nunca se debaterá com dificuldades e situações complicadas, não passa de um charlatão»⁵⁴⁷.

A escolha da maioria destas obras pelo PCP, denota, de acordo com António Pedro Pita (1994), que estudou a recepção do marxismo em Portugal, uma recepção tardia do marxismo português, feita já depois da vitória do «socialismo num só país» (e da derrota do internacionalismo socialista) e da consolidação de Estaline na URSS. Em «O Marxismo na Constituição Ideológica e Política do Partido Comunista Português» (1994) o autor defende que o leninismo do PCP, desde 1929, é de facto mediado pelo estalinismo e que o «marxismo-leninismo» é uma categoria cunhada por Estaline que sagra a ligação entre Marx e Lenine, este último como a «*interpretação justa* do marxismo na época imperialista» (Pita, 1994: 95). Nos textos de Bento Gonçalves verifica-se «a adopção, como evidência jamais questionada, da expressão “marxismo-leninismo” para significar a “teoria revolucionária do proletariado”» (Pita, 1994: 95). O PCP, cuja relativa pobreza teórica (apesar de tudo entre o que de mais progressivo se publicava no País) e o desconhecimento da obra de Marx são também referidos pelo autor, fica «inscrito nas premissas, possibilidades e limites do estalinismo teórico e político» (Pita, 1994: 96). Isto traduz-se numa subvalorização da situação concreta portuguesa; a «consideração do político mais pela óptica da cientificidade do que pela

⁵⁴⁷ *O Militante*, Série IV, Agosto/Setembro de 1975, n° 3, p. 4.

óptica da filosofia da prática» (Pita, 1994: 100) e ainda a defesa do marxismo mais como uma filosofia da história do que como uma teoria das revoluções.

O autor historiciza a entrada das ideias marxistas em Portugal, desde o século XIX (socialistas que como Antero e Sérgio elaboram uma concepção do socialismo que refuta as teses do marxismo e ainda uma interpretação do marxismo que é mais uma rejeição porque o expurga de tudo o que não é conciliável com o individualismo e/ou reformismo) ligando, já no final dos anos 20 do século XX, portanto já com os comunistas a ocuparem o espaço vago deixado pelos socialistas, a interpretação do marxismo ao ideário da «republicanização da República» (Pita, 1994: 100).

A redução do marxismo a um economicismo determinista depois da reorganização dos anos 40 é dominante: «a comprovada “complexidade da vida social” é oposta à consideração da economia como “único determinante da vida social”» (Pita, 1994: 101). É neste período que nasce também a resistência filosófica ao marxismo, de que a incompreensão da dialéctica é uma face. Entre os textos mais importantes na recepção do marxismo pelos comunistas portugueses estão os *Princípios do Leninismo* e o *Materialismo Dialéctico e Materialismo Histórico*, de José Estaline, e o *Manual* de Nicolau Bukharine.

O autor termina a sua análise defendendo que esta recepção tardia do marxismo tornou-o antidialéctico, mas amparou a política de unidade antifascista do PCP: «Apesar de alguns esforços, o marxismo português ficou circunscrito, afinal, aos limites de uma leitura cientista, senão mesmo positivista. Mas, paradoxalmente, esta assinalável limitação teórica poderá ter-se tornado *politicamente* eficaz, pela possibilidade de coexistir com outras correntes positivistas de orientação republicana, robustecendo a estratégia frentista (...) esta concepção (digamos) positivista do marxismo revelou-se solidária com a estratégia política frentista; os seus contornos teóricos precisos, os seus pressupostos e as suas implicações tenderam por isso a esbater-se na sua especificidade, para se tornarem a *ideologia* da política anti-fascista» (Pita, 1994: 105-106).

A ameaça bonapartista

Estamos no Verão de 1975. A crise política e social do «Verão Quente» não se dá pelo confronto PC/PS. Afirmá-lo seria inverter a causalidade dos factos e a relação entre sujeitos sociais e políticos. É, cremos, o agravamento da situação económica e

social – a radicalização da revolução – que determina a ruptura governamental e a crise no seio do MFA, que por sua vez determinarão uma crise social e militar mais grave. A grande novidade do processo revolucionário pós 11 de Março, e que vai estar na origem do fim da estratégia que o PCP defendia de «Aliança Povo-MFA», é não só a dualidade de poderes mas, do outro lado, a reacção a essa dualidade, ou seja, a disponibilidade do PS para converter em força social o resultado das eleições para a Assembleia Constituinte e a sua resistência em continuar a dividir a governação com o PCP.

Facto político de que o PCP cedo se apercebe. Desde Maio de 1974 que o Partido Comunista procura evitar que o PS abandone a coligação, socorrendo-se sobretudo de um argumento: ameaçar que o PCP contribuirá para a formação de um regime de tipo bonapartista, centrado no MFA. Álvaro Cunhal, em Vila Franca de Xira, a 18 de Maio de 1975, não aceita um governo sem os comunistas: «Gostaríamos que o PS unisse a sua voz e os seus esforços aos do PCP na luta contra a reacção e na realização da política definida pelo Governo (...) Se o Partido Socialista se decidisse à cooperação real com o Partido Comunista, no quadro da aliança do movimento popular com o Movimento das Forças Armadas, todo o processo da revolução portuguesa estaria extremamente simplificado (...) Se o PS e o PPD continuam a orientar-se pelo eleitoralismo, pelo anticomunismo (...) o sistema de coligação de partidos e MFA poderá tornar-se inviável (...) No que respeita ao nosso partido, continuamos a pensar que a democracia e o socialismo não poderão ser construídos sem o PCP e muito menos contra o PCP»⁵⁴⁸.

E no Campo Pequeno, a 28 de Junho de 1975, o líder comunista afirma que o Governo ou se faz com os comunistas ou os socialistas ficarão isolados: «Querão provocar a divisão e a destruição do MFA, a criação e predomínio de novo sector da direita militar, a constituição de um governo sem os comunistas? (...) Esse jogo, visando a cisão do MFA e a criação de um governo das direitas é perigoso para o processo democrático (...) Não tenham ilusões esses senhores. Apesar da violentíssima campanha contra o PCP, apesar dos projectos da reacção interna e dos apoios que lhe dá a reacção internacional, um tal projecto de coligação de direita seria, nas actuais condições portuguesas, completamente inviável. (...) A alternativa ao Governo de coligação actual não é a formação de um governo de coligação sem os comunistas, mas

⁵⁴⁸ «Discurso no comício do PCP em Vila Franca de Xira de homenagem a Carlos Pato e António Tavares», 18 de Maio de 1975. In CUNHAL, Álvaro, *A Crise Político Militar. Discursos Políticos 5*, Lisboa: Edições *Avante!*, 1976: pp. 41 e 42.

de um governo talvez sem nenhuma representação partidária, talvez com nova estrutura, em que não é certo ser o PS favorecido»⁵⁴⁹.

Veremos que este tipo de ameaça é conjuntural e que o PCP procurará fazer o Governo com o PS – será contra a vontade e o esforço do PCP e de Vasco Gonçalves que membros do PS não participarão no V Governo. Mas em simultâneo o partido delineia uma política em que os traços bonapartistas para a direcção do movimento operário se acentuam, e que será avalizada no *Documento Guia Povo-MFA*, a 8 de Julho de 1975.

O *Documento*, apresentado à Assembleia do MFA a 8 de Julho de 1974, e cujo projecto vinha a ser concebido desde Maio de 1975 (Rezola, 2006: 275), previa o controle das assembleias de base dos trabalhadores e moradores pelo MFA – popularizado pelo MFA e o PCP com o eufemismo «institucionalização» da aliança Povo-MFA. No *Documento* previa-se uma organização suprapartidária em que o MFA e outros órgãos do aparelho de Estado «apoiam» as assembleias populares e o Conselho da Revolução é o «órgão máximo de soberania nacional»⁵⁵⁰, concedendo portanto a uma direcção do MFA, que não emanava de órgãos de trabalhadores, o poder máximo. Não estamos por isso de acordo com Inácia Rezola quando defende que o *Documento Guia Povo-MFA* era um projecto de «democracia popular e directa» (2006: 277), uma vez que colocava, ou tentava colocar, os trabalhadores e todos os órgãos de poder popular sobre o controle do MFA, e em particular do Conselho da Revolução.

Álvaro Cunhal, no balanço que fará vinte anos depois sobre a esquerda militar tem uma opinião diferente sobre o *Documento Guia Povo-MFA* e considera-o uma forma de militarização do trabalho: «O *Documento* reflecte a influência do radicalismo pequeno-burguês sobre a Esquerda militar, que, nessa altura de crise, aparece em crescente aliança com elementos pseudo-revolucionários. Os princípios expostos no documento constituem uma tentativa de submeter o movimento operário e popular ao MFA e aos militares em geral, que definiriam quais as estruturas unitárias representativas do povo e as reconheceriam oficialmente»⁵⁵¹.

E historicamente o *Documento Guia Povo-MFA* poderia ser considerado uma tentativa de militarização da força de trabalho. Mas só uma tentativa, cremos, porque no

⁵⁴⁹ «Discurso no comício do PCP na Praça do Campo Pequeno», 28 de Junho de 1975. In CUNHAL, Álvaro, *A Crise Político Militar. Discursos Políticos 5*, Lisboa: Edições Avante!, 1976: pp. 94-95.

⁵⁵⁰ NEVAS, Orlando (org.) *Textos Históricos da Revolução*. Lisboa: Diabril, 1976, pp. 50-1, cit. por REZOLA; Inácia, *Os Militares na Revolução de Abril*, Lisboa, Campo de Comunicação, 2006: 276.

⁵⁵¹ CUNHAL, Álvaro. *A Revolução Portuguesa. Passado e Futuro*. Lisboa: Edições Avante!, 1994:177.

quadro da revolução portuguesa, com a crise no Exército, era, de partida, um projecto menos ambicioso – provavelmente alicerçado num certo namoro do MFA pelas teorias à altura chamadas «terceiro-mundistas», ou seja, a ideia de uma burguesia ou pequena-burguesia nacionalista com um certo grau de independência face aos países centrais, proposta que já vinha esboçada na generalidade no PAP –, mas que na prática tentava uma outra via de controle laboral.

O *Documento Guia Povo-MFA*, foi, quando da sua proposta, defendido pelo PCP como a «concretização orgânica da aliança Povo-MFA»⁵⁵². E era-lhe necessário pelo menos por três razões: em primeiro lugar, os sindicatos não cumpriam totalmente essa missão, sobretudo desde a generalização do «assembleísmo» do Verão Quente; em segundo, havia uma disputa entre PC e PS e extrema-esquerda pela direcção dos sindicatos e comissões de trabalhadores; finalmente, a perspectiva de cair a coligação e o confronto aberto com o PS levava o PCP a apelar a uma mobilização de base, que exigia um maior controlo sobre essa mesma base mobilizada: «As organizações revolucionárias, as massas populares têm revelado consciência de tal necessidade ao avançarem na criação de comissões de moradores e outras organizações unitárias de base, ao avançarem para formas de coordenação entre comissões de moradores da mesma zona (...) ao estabelecerem contactos entre comissões de moradores e de trabalhadores, ao desenvolverem tais contactos de umas e outras com o Movimento das Forças Armadas»⁵⁵³, lê-se no *Avante!* a propósito do *Documento*.

O *Documento Guia Povo-MFA*, de enquadramento dos conflitos sociais, tinha precedentes na política de traços bonapartistas do partido para o movimento operário, nomeadamente na lei da greve de Agosto de 1974 e na unicidade sindical. A declaração da Comissão Política do Comité Central do PCP, a propósito da assembleia de 8 de Julho, não esconde que o *Documento* procura a «institucionalização do movimento popular» pondo fim ao «agravamento artificial dos conflitos»⁵⁵⁴. Dando uma fraseologia revolucionária ao documento, o PCP apela ainda a que se respeite o carácter apartidário das estruturas populares⁵⁵⁵, procurando evitar a disputa entre partidos, garantindo assim a sua submissão ao MFA: «A valorização do movimento popular e o esquema da sua

⁵⁵² «Nota sobre a assembleia do MFA de 8 de Julho». In Documentos do CC do PCP, Julho/Dezembro de 1975. Lisboa: Edições *Avante!*, 1976, p. 25.

⁵⁵³ «Com o PCP pela Unidade Popular Rumo ao Socialismo». In *Avante!*, Série VII, 3 de Julho de 1975, p. 4.

⁵⁵⁴ «Nota sobre a assembleia do MFA de 8 de Julho». Comissão Política do CC do PCP, 9 de Julho de 1975. In Documentos do CC do PCP. 3º Volume, Julho/Dezembro de 1975. Lisboa: Edições *Avante!*, 1976, pp. 24-27.

⁵⁵⁵ *Idem*.

institucionalização é de particular importância (...) Certas concentrações e manifestações patronais previstas para os próximos dias, a que os organizadores procuram dar um sentido contra-revolucionário, o agravamento artificial dos conflitos, o lançamento ou relançamento de greves inadequadas à situação ou sem justo motivo, a agitação clandestina, o clima de desrespeito pela ordem democrática que se procura fomentar em alguns sectores, continuam a exigir vigilância popular e prontidão das massas para defenderem em quaisquer circunstâncias as conquistas da revolução em estreita aliança como o MFA»⁵⁵⁶.

Sustentamos que estas medidas serviam como factor de pressão (ameaça de um Governo do MFA) controlada (*Documento Guia Povo-MFA*) sobre os socialistas porque mesmo nos momentos de maior tensão entre os partidos, e com o PC a ser fortemente atacado pelo PS, o PCP demonstra-se publicamente disponível para alianças com o PS apesar da «constante actividade divisionista»⁵⁵⁷ dos socialistas, temendo, cremos, ser afastado do Governo: «A grande campanha reaccionária nacional e internacional mostra ter entre os seus principais objectivos dividir o MFA, eliminar os seus elementos mais progressistas e afastar o PCP do Governo Provisório»⁵⁵⁸. Logo a seguir ao PAP, o Plano de Acção Política, de 19 de Junho de 1975, conhecido como 2.º Programa do MFA – que previa uma maior ligação entre o MFA e o movimento popular dentro da via «pluralista» –, o partido lança uma nota da Comissão Política onde apela a que os partidos do Governo «suspendam os ataques recíprocos»⁵⁵⁹; examinem em encontros bilaterais as possibilidades de cooperação e que os militantes dos partidos sejam levados a aplicar as decisões do PAP.

A ruptura estava porém consumada. A 10 de Julho de 1975, o PS, a pretexto de o jornal *República* ter reaparecido com a direcção da coordenadora da comissão de trabalhadores, abandona o Governo. A Comissão Política do PCP considera a decisão do PS de «grande gravidade»; responsabiliza o PS e a sua campanha anticomunista por ela, recusa a formação de um Governo de direita, sem os comunistas; apela ao PS para reconsiderar e recusa «energicamente as calúnias que o acusam de “assaltar o poder”»,

⁵⁵⁶ *Idem.*

⁵⁵⁷ «Discurso no comício do PCP de Homenagem a Germano Vidigal em Montemor-o-Novo», 8 de Junho de 1975. In CUNHAL, Álvaro, *A Crise Político Militar. Discursos Políticos 5*, Lisboa: Edições *Avante!*, 1976: p. 81.

⁵⁵⁸ «Discurso no comício do PCP na Praça do Campo Pequeno», 28 de Junho de 1975. In CUNHAL, Álvaro, *A Crise Político Militar. Discursos Políticos 5*, Lisboa: Edições *Avante!*, 1976: p. 92.

⁵⁵⁹ «Nota da Comissão Política sobre o comunicado do Conselho da Revolução», 22 de Junho de 1975. In Centro de Documentação 25 de Abril, *Fundo de Comunicados e Panfletos/PCP*.

reivindicando a trajectória democrática do partido⁵⁶⁰. O PCP relembra de novo o Chile⁵⁶¹.

É consensual que o PS se aliou à Igreja e à direita para fazer da sua força eleitoral uma mobilização social. Mas que cálculos estiveram por trás da decisão do PS de abandonar o Governo? A organização socialista sabia que, ao deixar o IV Governo, o País corria, e correu, o risco de entrar em guerra civil. A direcção do PS estava preparada, política e militarmente, para a guerra civil? É duvidoso, uma vez que uma guerra civil significaria a destruição, física, da propriedade e uma situação calamitosa para a Europa, porque os países centrais consideravam que uma guerra civil em Portugal faria ruir o equilíbrio de classes em todo o Sul da Europa (Lemus, 2001). Ou, em alternativa, Soares não acreditava que os trabalhadores estivessem dispostos ou tivessem força ou direcção para entrarem numa guerra civil e, num cálculo arriscado mas genial, compreendeu que ao sair do Governo precipitaria uma crise que obrigaria o PCP a isolar os gonçalvistas, tornando-se o controle do Exército, central para o controle da revolução, muito mais facilitado.

Só uma investigação da história do Partido Socialista durante a revolução portuguesa poderá ajudar-nos a esclarecer esta questão. Parece-nos que a ruptura é uma ruptura ao nível institucional, ou seja, o PS não estava mais disposto a dividir o poder com o PCP. E ao fazê-lo sabia que estava a abrir uma caixa de Pandora, porque punha termo à direcção que tinha contido a revolução e assegurado a estabilidade do Estado (PS, PCP e MFA). Esta direcção tinha-o feito, ainda que em crise permanente, decorrente da necessidade de articular as contradições que essa coligação gerava, mantendo a unidade específica do Estado. A ruptura implicaria portanto algumas condições prévias: a expectativa da criação de uma nova direcção, o que rapidamente se veio a confirmar com a aliança dias depois entre PS, Grupo dos 9, Igreja e a direita; e um cálculo mais ou menos preciso sobre um golpe contra-revolucionário (que se prepara de facto em Agosto de 1975).

O PCP fica numa situação categoricamente indesejada pelo partido. Abandonado pelos seus aliados socialistas – e em breve assistindo ao desmembramento do MFA –, a estratégia do PCP, de construção de uma economia capitalista regulada, relativamente independente no sistema internacional de Estados, que se materializava na «Aliança

⁵⁶⁰ «Nota sobre o momento político», comissão Política do CC do PCP, 11 de Julho de 1975. In Documentos do CC do PCP. 3º Volume, Julho/Dezembro de 1975. Lisboa: Edições *Avante!*, 1976, pp. 31-34.

⁵⁶¹ «Combater o anticomunismo é lutar pela revolução». In *Avante!*, Série VII, 10 de Julho de 1975, p. 3.

Povo-MFA», começa a ruir nesse início de Julho de 1975. A partir daqui os partidos vão confrontar-se, disputar crescentemente o aparelho sindical e da administração do Estado, medir forças, homem a homem, nas Forças Armadas.

E o PCP, ao mesmo tempo que tem uma política direccionada para a reconstrução dessa aliança, será obrigado a defender-se da intensa violência anticomunista que sobre ele preferencialmente se abate e que corresponderá ao maior período de violência de toda a revolução, protagonizado pela direita, a Igreja, violência co-dirigida veladamente pelo PS, com base social na pequena e média burguesia do Centro e Norte do País.

Perante a saída do PS do Governo, o PCP procurar criar o mais cedo possível um Governo, um «poder revolucionário homogéneo»⁵⁶², que inclua as várias fracções do MFA e sectores do PS, que apoie a reforma agrária e a consolidação das nacionalizações e que seja «leal» no Governo, ou seja, que, cumpra nas «ruas» as leis que aprovou dentro do Governo; evite a crise no MFA; controle os efeitos da crise económica através das «batalha da produção» e da contenção das greves⁵⁶³.

Em simultâneo, o partido procura conquistar apoio nas ruas, apoiando-se na mobilização por si dirigida. A 4 de Julho de 1975 os trabalhadores da cintura industrial de Lisboa realizam uma manifestação de apoio ao «poder popular». Na segunda semana de Julho realizam-se manifestações de milhares de pessoas em Lisboa, Porto, Coimbra e Beja, convocadas pela Intersindical, de apoio ao MFA, e que têm a mobilização e apoio do PCP. No confronto de posições o PCP faz sair um documento público, já citado por nós, onde reivindica ter 100 000 militantes e lembra nas páginas do *Avante!*, como a «iniciativa e participação das massas» é essencial na «consolidação da aliança Povo-MFA»⁵⁶⁴.

Nesse início de Verão tornam-se independentes Moçambique (25 de Junho), Cabo Verde (5 de Julho) e São Tomé e Príncipe (12 de Julho). O PCP regozija-se com os factos e envia saudações à Frelimo, ao PAIGC⁵⁶⁵ e ao MLSTP⁵⁶⁶, reivindicando o direito dos povos a disporem deles próprios.

⁵⁶² «Um poder revolucionário homogéneo para consolidar as conquista das revolução». In *Avante!*, Série VII, 10 de Julho de 1975, p. 2.

⁵⁶³ «Um poder revolucionário homogéneo para consolidar as conquista das revolução». In *Avante!*, Série VII, 10 de Julho de 1975, p. 2.

⁵⁶⁴ *Avante!*, Série VII, 17 de Julho de 1975

⁵⁶⁵ «Saudação ao PAIGC e aos cabo-verdianos», comissão Política do CC do PCP, 5 de Julho de 1975. In Documentos do CC do PCP. 3º Volume, Julho/Dezembro de 1975. Lisboa: Avante, 1976, pp. 13-14.

⁵⁶⁶ «Saudação ao MLSTP», In *Avante!*, Série VII, 17 de Julho de 1975, p. 1.

É assim num quadro de consagração da vitória dos movimentos de libertação nas colónias e de crise do Estado no País, que começa uma onda de mobilização social de um amplo bloco liderado pelo PS que vai realizar gigantescas manifestações contra o PCP e os «gonçalvistas», argumentando que estavam a defender a liberdade contra um projecto de ditadura comunista, que consideravam liderado pelo PCP e os militares a este afectos.

O modo como o PS explorou os casos República e Rádio Renascença; a fuga dos ex-pides e as manifestações de direita no início de Julho em Lisboa já deixavam antever uma resposta da direita. Mas a força desta surpreendeu o PCP. No dia 13 de Julho começa uma onda de violência no Centro e Norte do País contra os centros de trabalho do PCP, sedes dos sindicatos e de organizações de extrema-esquerda, que são queimados e destruídos. Um membro do PCP é morto. A semana entre 10 e 17 de Julho é marcada por mobilizações de esquerda, e a semana seguinte, por uma resposta de massas do PS e da direita. No dia 15 de Julho de 1975, o PS organiza uma manifestação onde se grita «O Povo não está com o MFA»⁵⁶⁷; na Fonte Luminosa, em Lisboa, a 19 de Julho de 1975, o PS reclama ter juntado 100 000 pessoas e no Estádio das Antas, no Porto, cerca de 50 000, contra a constituição de uma ditadura comunista. Mário Soares ameaça «paralisar o País»⁵⁶⁸.

O PCP vai equiparar o comício/manifestação do PS na Fonte Luminosa a uma tentativa de golpe semelhante ao de 28 de Setembro de 1974, esperando esvaziar desta forma a mobilização do PS, que apelida de «marcha sobre Lisboa»: «Em estreita aliança com o MFA, o povo português cortou o passo à “marcha sobre Lisboa” do dia 19 de Julho. Uma vez mais foi assim desmantelada uma grande operação reaccionária»⁵⁶⁹. O partido distribui no dia 18 de Julho panfletos onde se pode ler: «a marcha reaccionária para Lisboa não passará»⁵⁷⁰. Seguem-se dezenas de declarações do partido acusando o PS de convergir «com os objectivos da reacção»⁵⁷¹; forjar a divisão do MFA; instigar a violência⁵⁷². Em 19 de Julho a 5.^a Divisão inicia a campanha de apoio a Vasco

⁵⁶⁷ Cronologia Pulsar da Revolução, Julho de 1975, Centro de Documentação 25 de Abril. In <http://www1.ci.uc.pt/cd25a/wikka.php?wakka=PulsarJulho75>, consultado a 12 de Novembro de 2009.

⁵⁶⁸ Cronologia Pulsar da Revolução, Julho de 1975, Centro de Documentação 25 de Abril. In <http://www1.ci.uc.pt/cd25a/wikka.php?wakka=PulsarJulho75>, consultado a 12 de Novembro de 2009.

⁵⁶⁹ «Comunicado do PCP sobre os acontecimentos de 19 de Julho». In *Avante!*, Série VII, 24 de Julho de 1975, p. 1.

⁵⁷⁰ «A marcha reaccionária para Lisboa não passará». Documentos do PCP, 18 de Julho de 1975. In Centro de Documentação 25 de Abril, Fundo de Comunicados e Panfletos/PCP.

⁵⁷¹ «Comunicado do PCP sobre os acontecimentos de 19 de Julho». In *Avante!*, Série VII, 24 de Julho de 1975, p. 1.

⁵⁷² «Defender a revolução. Derrotar a reacção». In *Avante!*, Série VII, 24 de Julho de 1975, p. 1.

Gonçalves, cujo ícone vai ser a edição de um cartaz de autoria de João Abel Manta, MFA/VASCO/POVO, e o *slogan*/canção, “força, força, companheiro Vasco”. O PCP não vai, porém, nos seus documentos, abraçar esta campanha como foi feita pela 5.^a Divisão e mesmo por partidos de extrema-esquerda. O *Avante!* é cauteloso e não personaliza em Vasco Gonçalves a solução para a crise política. O PCP nunca tinha sido publicamente entusiasta da 5.^a Divisão, provavelmente não tanto por discordar das medidas por esta tomadas até aqui, mas porque, como se veio a revelar posteriormente, a relação entre a direcção do PCP e a direcção da 5.^a Divisão estava sujeita a fricções⁵⁷³. Quando se refere à esquerda militar no relatório ao CC de 10 de Agosto, Cunhal diz que não há um «único militar» que não seja «sectário».

O período que antecede a tomada de posse do V Governo Provisório é de grande mobilização por parte do PCP. Desde logo porque o Governo tinha de ser formado com o maior apoio popular possível; a divisão do MFA era incontrolável; mas também porque a onda de violência sobre o PCP começa a ter consequências sérias para a organização. O partido admite algumas demissões de membros nas zonas afectadas e sobretudo uma diminuição no recrutamento⁵⁷⁴. E louva o espírito de sacrifício dos militantes e simpatizantes que defendem as sedes. No 5.º balanço geral da organização, o PCP torna público, em Outubro de 1975, que perdeu cerca de 10% dos centros de trabalho com os ataques. Passou de 481 centros para 446⁵⁷⁵. Nos Açores, um Governo de direita com pretensões separatistas proíbe as actividades do PCP. O momento de maior violência popular da revolução portuguesa foi organizado pela direita contra o PCP.

Neste quadro, o partido vai defender a constituição urgente de um Governo com «autoridade» que, depois das manifestações do PS e dos ataques às sedes do PCP, deve ter como prioridade a reposição da ordem democrática e o fim do confronto entre o PS e o PCP e a estabilização do MFA. Exige-se a «rápida constituição de um Governo que assegure a realização da política democrática e progressista já definida e que imponha o respeito pela autoridade do Estado (...)»⁵⁷⁶. Não se tratava só de um Governo que garantisse o programa político do PCP, a «batalha da produção», o não retrocesso das nacionalizações e a realização da reforma agrária, mas que assegurasse o fim da

⁵⁷³ «Intervenção na reunião plenária do Comité Central do PCP», 10 de Agosto de 1975. In CUNHAL, Álvaro, *A Crise Político Militar. Discursos Políticos 5*, Lisboa: Edições *Avante!*, 1976: pp. 140.

⁵⁷⁴ *O Militante*, Série IV, Agosto-Setembro de 1975, nº 3, p. 2.

⁵⁷⁵ *O Militante*, Série IV, Outubro de 1975, nº 4, p. 4.

⁵⁷⁶ «Comunicado do PCP sobre os acontecimentos de 19 de Julho». In *Avante!*, Série VII, 24 de Julho de 1975, p. 3.

violência contra o partido, que em muitos casos era feita com a complacência das autoridades locais do Estado, como demonstrou o estudo realizado por Diego Palacios (2003).

O PCP subestimou a força social do PS? Tudo indica que sim. Apesar de na propaganda se procurar equiparar a mobilização do PS a um golpe semelhante ao 28 de Setembro de 1974 ou ao 11 de Março de 1975, o PCP tinha consciência de que o comício da Fonte Luminosa não representava a força social da burguesia neocolonialista portuguesa, como nos golpes referidos. O imenso bloco social que fez parte dessa mobilização, liderado pelo PS, incluía por certo os sectores mais conservadores da sociedade portuguesa, a burguesia e seus partidos e organizações, e a hierarquia da Igreja, mas também incluía uma amplíssima parte de sectores da pequena-burguesia, facto que depois se vai reflectir na cisão do MFA, e certamente sectores importantes do operariado (como o demonstram alguns exemplos de eleições sindicais perdidas pelo PCP nesse Verão).

Nessa manifestação, ou nessa mobilização, estava a força da contra-revolução, duplamente espelhada na política do PS e do PCP: a organizada em torno de um projecto capitalista, militarmente inserido na NATO e economicamente na CEE, cuja direcção era cada vez mais o PS, e o seu carismático líder Mário Soares, mas também estava o resultado da política de contenção social que o PCP tinha vindo a levar a cabo desde 1974, e que se espelhou na oposição sistemática às greves, na contenção salarial, na lei da greve, na unicidade sindical e na «batalha da produção», uma política de traços bonapartistas que tentou estender-se também aos meios de comunicação social e às Força Armadas, em particular na 5.^a Divisão. O PCP subestimou a capacidade do PS de transformar a sua força eleitoral numa mobilização social e desvalorizou as consequências da sua própria política de contenção das lutas dos trabalhadores.

A tensão social implicou uma impossibilidade cada vez maior de assegurar a coesão militar, quando ela já não existia nas ruas, nem no Governo. O PCP, que até aqui tinha mantido público que o MFA era um órgão no qual os partidos não se deviam imiscuir, sustentando a ideia da sua neutralidade política, ou mais precisamente, a natureza apartidária daquela organização, tudo fará para impedir a crise no seio do MFA, procurando reforçar a ligação do MFA com o movimento operário e popular: «A solução unitária dos problemas internos da componente militar é naturalmente uma tarefa que compete ao MFA (...) As massas populares, os partidos e as organizações democráticas, respeitando a não ingerência nos problemas internos do MFA, podem,

contudo, facilitar essas soluções unitárias não acirrando divisões, não criando situações susceptíveis de conduzir a confrontações (...) As mudanças operadas ao nível do Governo pelo fim da coligação não alteram, porém, antes dão força e urgência à estruturação da aliança Povo-MFA (...)»⁵⁷⁷.

No dia 25 de Julho de 1975, a Assembleia do MFA reúne-se e da reunião sai a proposta de constituição de um triunvirato, constituído por Costa Gomes, Vasco Gonçalves e Otelo Saraiva de Carvalho, para tentar pôr fim à crise. O PCP apoia esta decisão e caracteriza que o «inimigo principal» continua a ser a « reacção », pelo que são precisas soluções que façam «respeitar a ordem democrática»⁵⁷⁸.

Nas negociações para a formação do V Governo, Vasco Gonçalves procurará fazer um governo plural, dentro da órbita da esquerda, mas sem sucesso. A 29 de Julho de 1975, Melo Antunes abandona a pasta dos Negócios Estrangeiros; no dia imediato, é seguido por Jorge Sampaio e João Cravinho. A 4 de Agosto de 1975 é a vez de Otelo Saraiva de Carvalho recusar o apoio do COPCON a um Governo «forte» liderado por Vasco Gonçalves⁵⁷⁹. 8 de Agosto é o dia da tomada de posse do V Governo. Nesse mesmo dia, Melo Antunes, Vasco Lourenço, Sousa e Castro, Vítor Alves, Pezarat Correia, Franco Charais, Canto e Castro, Costa Neves e Vítor Crespo tornam público um documento que dizia recusar «o modelo de sociedade socialista de tipo Europa Oriental» e rejeitar o modelo «de sociedade social-democrata em vigor na Europa Ocidental», publicado na véspera, tarde, numa edição especial do *Jornal Novo* (Rezola, 2006:352-3). Fica conhecido como Documento dos Nove. O mesmo jornal publica nesse dia uma nota de Mário Soares exigindo a demissão de Vasco Gonçalves⁵⁸⁰.

Quando finalmente o V Governo toma posse, nesse mesmo dia 8 de Agosto de 1975, já não tem condições sociais para governar.

V Governo: O PCP quis «tomar o poder»?

Creemos que esta pergunta – o PCP quis tomar o poder –, inspirada na maioria das interpretações sobre o papel do PCP na revolução portuguesa, é imprecisa. A função de todos os partidos, como afirma René Remond, é exactamente «chegar ao poder»: «A

⁵⁷⁷ «O fim da coligação e a aliança Povo-MFA» In *Avante!*, Série VII, 24 de Julho de 1975, p. 2.

⁵⁷⁸ «Nota da Comissão Política», de 27 de Julho de 1975. In *Avante!*, Série VII, 31 de Julho de 1975, p. 4.

⁵⁷⁹ Cronologia Pulsar da Revolução, Julho de 1975, Centro de Documentação 25 de Abril. In <http://www1.ci.uc.pt/cd25a/wikka.php?wakka=PulsarJulho75>, consultado a 12 de Novembro de 2009.

⁵⁸⁰ Cronologia Pulsar da Revolução, Julho de 1975, Centro de Documentação 25 de Abril. In <http://www1.ci.uc.pt/cd25a/wikka.php?wakka=PulsarJulho75>, consultado a 12 de Novembro de 2009.

política é a actividade que se relaciona com a conquista, o exercício, a prática do poder, assim os partidos são políticos porque têm como finalidade, e seus membros como motivação, chegar ao poder. Mas não a qualquer poder! (...) Só é política a relação com o poder na sociedade global (...) Na experiência histórica ocidental, ela se confunde com a nação e tem como instrumento e símbolo o Estado» (Rémond, 2007: 444).

Para compreendermos o que se passou na política do Partido Comunista no Verão Quente é indispensável precisar as questões: o PCP estava disposto a dirigir a tomada de poder pela classe trabalhadora em Portugal em 1975, para iniciar um processo de transição para o socialismo com a expropriação da burguesia, à semelhança do Partido Bolchevique na URSS em 1917? O PCP quis expropriar a burguesia, mas em vez de dirigir as organizações de trabalhadores planeou um «golpe de Praga», apoiado na esquerda militar? O PCP quis paulatinamente ocupar espaços no aparelho de Estado, porque acreditava que essa era uma forma de quebrar a unidade deste, alterando a natureza de classe do aparelho de Estado?

Na sua maioria, os trabalhos publicados sobre o PCP concluem que o PCP, com a formação do V Governo, quis instalar uma ditadura comunista pró-soviética em Portugal. Entre estes trabalhos, as opiniões dividem-se entre aqueles que defendem que a tática para tomar o poder foi uma tática leninista clássica, semelhante à da revolução russa – e que falhou porque a «correlação de forças» não permitiu a insurreição – e os que acreditam que a formação do V Governo foi uma tentativa de golpe semelhante ao ocorrido em Praga em 1948. Uma minoria de autores contesta esta visão e sublinha o contributo do PCP para a consolidação de um regime democrático em Portugal.

Uma análise historiográfica dos factos e dos documentos, que neste respeito abundam, é porém, conclusiva sobre o papel do PCP no V Governo. Álvaro Cunhal queria um Governo com os comunistas, não queria um Governo dos comunistas.

Vejamos, por partes, as conclusões dos estudos publicados, o processo de constituição do Governo, a relação do PCP com este Governo e com a esquerda militar, a história do golpe de Praga de 1948, a comparação da actuação do PCP com o Partido Bolchevique, e finalmente a demissão de Vasco Gonçalves.

Boaventura de Sousa Santos (1984) defende que o PCP durante a crise revolucionária tentou a insurreição. Para o autor, na primeira metade da década de 80 do século XX, a burguesia portuguesa, num novo contexto de crise, tem um papel de procurar uma plataforma que permita o arranque de um novo modelo de acumulação, plataforma essa de que faz parte «de algum modo o Partido Comunista Português pela

moderação que tem vindo a impor às movimentações operárias, desde logo assinalada no decurso do processo de desmantelamento da reforma agrária, uma estratégia que sublinha o regresso deste partido ao redil dos partidos comunistas europeus ocidentais depois da viragem insurreccional durante a crise revolucionária» (Santos, 1984:24).

António Ventura (1985) defende que a partir das eleições a situação política é caracterizada por um aumento da tensão com o PS e a perda de influência do PC, que se salda na queda do IV Governo Provisório, na criação do Grupo dos Nove, que «reflectem, de facto, o sentir da grande maioria das Forças Armadas e da sociedade portuguesa, longe de perfilhar o vanguardismo isolacionista e o radicalismo» (Ventura, 1985:232). Carlos Cunha (1992) argumenta que o PCP é «radicalmente distinto do seu vizinho (PCE)» porque minimizou as eleições democráticas e o parlamentarismo como forma de chegar ao poder e enfatizou outras «tácticas leninistas» (Cunha, 1992:4). A partir de Maio de 1975, a retórica do Partido Comunista implicava que as condições «estavam amadurecidas para o assalto final» (Cunha, 1992: 242).

Carlos Gaspar e Vasco Rato (1992) caracterizam o PCP como um partido «totalitário derivado» (Gaspar, 1992: 13). Carlos Gaspar defende que a estratégia do Partido Comunista se desenvolveu a partir de dois registos previstos naquilo que o próprio identifica como a «teoria leninista»: a «análise concreta da situação concreta» e a «avaliação da “correlação de forças”» (Gaspar, 1992: 32). A partir daqui o PCP, durante a revolução, promoveu a aliança Povo-MFA; retirou do seu programa a ditadura do proletariado; «antes de adoptarem uma linha mais nitidamente ofensiva, suspenderam as passagens mais radicais do seu programa político», o que incluía a omissão das nacionalizações, da reforma agrária e do socialismo e a defesa da realização das eleições para a Assembleia Constituinte. A revolução, mesmo depois de abortada a 25 de Novembro, mantém-se na ordem do dia porque se tratava de uma etapa democrática – regime que aliás em Portugal não teria condições de perdurar e, portanto, mantinha-se no horizonte (próximo) a etapa da revolução socialista. Na própria política do PCP em 25 de Novembro, Gaspar encontra uma sustentação leninista: «Finalmente, a própria narrativa oficial do percurso da “revolução portuguesa” revela até que ponto a acção dos comunistas é dominada pelas regras operacionais leninistas. O seu relatório público descreve – com silêncios e omissões – uma série de sucessivas adaptações a conjunturas instáveis, e o tom épico não prejudica a explicação oficial da travagem da tomada de poder, com a segunda intervenção militar de 25 de Novembro de 1975, que

se concentra na análise circunstanciada das alterações da “correlação de forças” no Movimento das Forças Armadas e na instituição militar (...)» (Gaspar, 1992: 33).

A interpretação de Carlos Gaspar coincide com a história oficial do próprio PCP sobre a revolução (Cunhal, 1999), e que se pode resumir na concepção de que o PCP quis fazer a revolução socialista mas as condições objectivas não o permitiriam, pelo que «estacionaram» na etapa democrática. Marco Lisi refere-se ao trabalho de Carlos Gaspar: «Como evidencia Gaspar (1992, pp. 32-34), a revolução democrática e nacional representa uma fase intermédia entre a revolução socialista e a revolução democrática burguesa (Lisi, 2007: 193).

José Medeiros Ferreira, em *Portugal em Transe* escreve que a partir das eleições, a política do PCP tem um primeiro momento de radicalização «onde são significativos os indicadores de se tratar de uma tomada de poder, e de tomada de poder pela via extra-eleitoral» (Ferreira, 1994:256). Leonardo Morlino identifica um processo de «moderação» (Morlino, 1995:365) na política dos partidos socialistas e comunistas do Sul da Europa, moderação esta a que teria escapado o PCP, que manteve a sua ortodoxia e uma «postura semileal face ao regime democrático» (Morlino, 1995:369).

A tese de que o PCP quis no Verão de 1975 «tomar o poder» em Portugal não é consensual. Ente os autores que negam esta tese estão Francisco Louçã, Valério Arcary e Marco Lisi.

Em polémica com Boaventura Sousa Santos, Francisco Louçã analisa a política do PCP entre os primeiros dias de Agosto de 1975 e a Assembleia do MFA, realizada em Tancos a 5 de Setembro de 1975. Em «A “Vertigem Insurreccional”: Teoria e Política do PCP na Viragem de Agosto de 1975», Louçã defende que o PCP, na lógica da política da revolução democrática e nacional, não tinha uma política de transformação global da sociedade, «no sentido de abolição das relações capitalistas de produção, que subjazem ao Estado capitalista» e que durante aquele período de tensão, de Agosto a Setembro de 1975, a luta do PCP foi pelo compromisso (Louçã, 1985:161). Louçã recorrendo ao discurso de Cunhal no Comité Central de 10 de Agosto de 1975, defende que o PCP não favoreceu a criação e a sobrevivência do V Governo de Vasco Gonçalves. O PCP defendia e agiu pela concretização de um acordo com o grupo dos Nove e o PS. Esta política tinha apenas como limite a manutenção de uma «certa margem de manobra do PCP» (Louçã, 1985: 157).

Marco Lisi, num dos mais recentes estudos publicados sobre o PCP, tem uma tese mais matizada que não aponta para a «tomada de poder» pelo PCP. No artigo «O

PCP e o Processo de Mobilização (1974-1975)», o autor defende que no «Verão quente» há para o PCP uma «viragem estratégica», que se prende com a incerteza que caracterizou aquele período e as oscilações dentro da elite militar. Para o autor importa sublinhar é que a dinâmica da mobilização do PCP foi subordinada ao alcance da própria integração institucional: neste sentido, o recurso principal utilizado pelos comunistas baseava-se na correlação de forças dentro da elite militar, mostrando que a conquista do poder social era um objectivo secundário na óptica da estratégia do PCP» (Lisi, 2007: 203). Finalmente, Valério Arcary defende que o PCP teve: «um discurso extravagante em que procurava convencer as massas em luta que “o poder político já tinha sido conquistado”. Só faltava, supostamente, o poder económico, quando «a situação era, na verdade, bem mais próxima do oposto: grande parte do capital já tinha sido expropriada, mas a burguesia, politicamente, ainda estava no poder, porque detinha posições chaves no aparelho de Estado – Assembleia da República, Tribunais, Polícia, poder local, sem esquecer a alta oficialidade das Forças Armadas, em grande medida, incólume – e suas sombras, como o PS e sectores do MFA expressavam a defesa de seus interesses. É verdade que uma parte considerável da burguesia tinha entrado em pânico e se refugiado em Madrid ou no Rio de Janeiro. Mas, a ausência física dos grandes empresários, uma consequência de todas as situações revolucionárias da história, não é o mesmo que sua derrota. O PCP argumentava que o socialismo não estava na ordem do dia. Em resumo, uma fórmula ao mesmo tempo etapista e escapista que iludia o mais importante: a luta pelo poder. Destacou-se na campanha pela “batalha da produção” contra o que considerava um “greivismo” aventureiro». (Arcary, 2010, no prelo).

O V Governo, chefiado por Vasco Gonçalves, toma posse dia 8 de Agosto de 1975. É composto por militares, independentes e membros do MDP/CDE mas politicamente só tem o apoio formal do PCP e do MDP/CDE. Não é claro qual a relação do PCP com os militares afectos ao V Governo, uma vez que a única fonte disponível, por enquanto, são entrevistas, cuja veracidade não podemos atestar noutra tipo de fontes, e porque muitas vezes a relação política dos militares com o Partido Comunista não se traduzia numa relação orgânica. Sabemos que o V Governo cairá sem grande resistência dos membros do próprio Governo – desde logo de Vasco Gonçalves, que apoia a política do PCP – e também sabemos que a queda do V Governo provoca o agravamento da tensão entre a esquerda militar e o PCP.

Quando toma posse, Vasco Gonçalves faz um apelo à reconciliação e à unidade das Forças Armadas⁵⁸¹, mas Costa Gomes fala explicitamente numa solução «transitória» (Rezola, 2006:347). É um Governo apoiado, antes de mais, pela esquerda militar e por uma parte importante da extrema-esquerda – a que vai estar na constituição da FUR - pois o apoio do PCP é, desde o dia da tomada de posse, esquivo.

O *Avante!* nunca teve uma capa de explícito apoio ao V Governo ou a Vasco Gonçalves, mas sai um *Avante!* especial de questionamento desse mesmo Governo. O jornal, semanal, que sai no dia 7 de Agosto de 1975, tem como eixo a defesa do PCP face aos ataques que está a ser alvo nas suas sedes (os títulos de capa são «Unir todos os portugueses contra a ofensiva fascista»; «A escalada terrorista das forças da reacção»; «Não à reacção» e «Contra a violência, as tarefas da revolução»⁵⁸²); e volta a sair uma semana mais tarde centrado no mesmo assunto (desta vez os títulos são «Os militantes comunistas resistem heroicamente aos ataques da reacção»; «Analisada a situação política e definidas as tarefas imediatas na reunião do CC do PCP»; anúncio a um comício em Lisboa, no Pavilhão dos Desportos, nesse mesmo dia, e ainda a nacionalização da CUF⁵⁸³). No meio, a 11 de Agosto é publicado um número especial do jornal⁵⁸⁴ do partido onde vem o relatório de Álvaro Cunhal ao Comité Central extraordinário de 10 de Agosto de Alhandra onde o líder comunista questiona a viabilidade do V Governo. Nesse relatório Cunhal explica, numa passagem só mais tarde publicada integralmente, que «pensámos já nesse momento (antes da constituição do Governo) guardar um campo de manobra política para o nosso partido que não nos atrelasse necessariamente a uma previsível queda do Governo de Vasco Gonçalves»⁵⁸⁵.

O PCP tinha vindo a defender, enquanto procurava uma solução de Governo, uma solução política com tarefas bem definidas⁵⁸⁶: a primeira seria a constituição de «um Governo operativo, na medida do possível de carácter unitário», que pudesse defender a ordem democrática (e isso estava em causa uma vez que direitos como o de associação ou de reunião estavam a ser fisicamente postos em causa com os ataques aos partidos de esquerda); que garantisse uma solução para a crise económica; que

⁵⁸¹ «Discurso na tomada de posse do V Governo Provisório». GONÇALVES, Vasco, *Discursos. Conferências. Entrevistas*. Lisboa: Será Nova, 1977, pp. 357-359.

⁵⁸² *Avante!*, Série VII, 7 de Agosto de 1975, p. 1.

⁵⁸³ *Avante!*, Série VII, 14 de Agosto de 1975, p. 1.

⁵⁸⁴ *Avante!*, Série VII, 11 de Agosto de 1975, número especial, p. 1.

⁵⁸⁵ «Intervenção na reunião plenária do CC do PCP», 10 de Agosto de 1975. In CUNHAL, Álvaro. A Crise Político Militar. Discursos Políticos 5, Lisboa: Edições *Avante!*, 1976: p. 139.

⁵⁸⁶ «As tarefas revolucionárias face ao ataque da reacção». In *Avante!*, Série VII, 31 de Julho de 1975, p. 2.

conseguisse reconquistar o apoio da pequena burguesia e que restaurasse a unidade do MFA⁵⁸⁷. O comunicado⁵⁸⁸ sobre a formação do V Governo da Comissão Política do CC do PCP, feito a 8 de Agosto de 1975, ressalta a urgência de preencher o vazio político como a principal causa da formação do V Governo («não deixar paralisar a máquina do Estado»); responsabiliza o PS por ter abandonado a coligação governamental; deixa em aberto a recomposição do Governo para «alargar a base de apoio social e político do poder», defende a rápida resolução das divisões no MFA e a complementaridade entre MFA e Governo, reafirma que o PCP está pronto a lutar «pelo socialismo» e «as liberdades». Em contraste com os comunicados de início de Julho⁵⁸⁹, em que se ameaçava com a possível marginalização do PS, o comunicado termina dizendo que o PCP está pronto para rever a composição do Governo, sem quaisquer discriminações: «Face aos perigos que cercam a revolução, a hora é de acção vigorosa e decidida e ao mesmo tempo de exame de busca conjunta de soluções para os grandes problemas que se defrontam. Pela sua parte, o PCP está pronto a proceder a um tal exame com todas as forças interessadas no processo revolucionário, sem quaisquer discriminações ou exclusões»⁵⁹⁰.

Dois dias depois, em Alhandra, reúne-se de forma extraordinária o Comité Central. Os dois eixos da reunião são a resolução da crise política e o apoio à resistência aos ataques às sedes do PCP e sindicatos, dados respectivamente pelos informes ao Comité Central de Álvaro Cunhal e Joaquim Gomes⁵⁹¹.

O *Avante!*, edição especial de 11 de Agosto, publica parte do informe de Álvaro Cunhal ao Comité Central⁵⁹². Nele pode ler-se que o partido considera que a crise actual está em risco de terminar numa guerra civil, num confronto armado, que o PCP não quer. Cunhal afirma que a crise atinge todos os níveis da sociedade – é uma crise política, económica, militar, social e no processo de descolonização (refere-se à guerra civil em Angola). O líder do PCP define como prioritária a constituição de uma solução

⁵⁸⁷ «As tarefas revolucionárias face ao ataque da reacção». In *Avante!*, Série VII, 31 de Julho de 1975, p. 2.

⁵⁸⁸ «Comunicado sobre a formação do V Governo Provisório», Comissão Política do CC do PCP, 8 de Agosto de 1975. In Documentos Políticos do CC do PCP. 3º Volume, Julho/Dezembro de 1975. Lisboa: Avante, 1976, pp. 70-74.

⁵⁸⁹ «Discurso no comício do PCP na Praça do Campo Pequeno», 28 de Junho de 1975. In CUNHAL, Álvaro, *A Crise Política Militar*. Discursos Políticos 5, Lisboa: Edições *Avante!*, 1976: p. 94-95.

⁵⁹⁰ «Comunicado sobre a formação do V Governo Provisório», comissão Política do CC do PCP, 8 de Agosto de 1975. In Documentos Políticos do CC do PCP. 3º Volume, Julho/Dezembro de 1975. Lisboa: Avante, 1976, pp. 70-74.

⁵⁹¹ «Reunião do Comité Central». In *Avante!*, Série VII, 11 de Agosto de 1975, nº especial, pp. 1.

⁵⁹² *Avante!*, 11 de Agosto de 1975, Série VII, nº especial, pp. 1, 2 e 3.

política que reponha no essencial a forma de coligação governamental anterior e a estreita coordenação desta com o MFA. Pede aos militantes para porem fim ao «sectarismo» e «distinguiram o inimigo principal», as «forças fascistas e fascizantes», das «forças hesitantes acerca do processo revolucionário e do caminho para o socialismo». A condição para um novo Governo deverá ser em primeiro lugar a disposição para «cooperar com os comunistas», ou seja, a manutenção do PCP no Governo de coligação, e o fim da violência sobre o PCP. O informe assevera que não pode haver um regime democrático sem o PCP mas admite que o PCP, «confiante na sua força não a sobrestima entretanto». Exige-se o saneamento no aparelho de Estado (nos sector dos tribunais, diplomacia, etc.) e a formação de um governo que seja eficiente e operativo (estas são definidas como «as tarefas prioritárias e urgentes»). As «outras tarefas urgentes» incluem uma política de austeridade, controle do défice, solução dos problemas dos sectores industriais em crise, desenvolvimento da batalha da produção, restrição das importações e aumento das exportações; defende ainda o processo de nacionalizações e de reforma agrária; no campo internacional, propõe-se a manutenção de boas relações com os países do Mercado Comum, a Espanha, e o respeito pelos tratados internacionais de que Portugal é signatário, bem como boas relações com os países de «terceiro mundo»; quanto à descolonização, o PCP defende um governo que contribua para resolver a situação em Angola, apoiando o MPLA. Finalmente, no domínio social, Cunhal defende que, dentro de uma política de «reivindicações comportáveis», é urgente atender os sectores laborais onde há mais crise.

Embora sem hostilizar publicamente os gonçalvistas na parte do informe que é publicada no *Avante!*, são evidentes os recados para a esquerda militar não tentar uma via golpista de tomada do poder, por um lado, e repor a governação com os socialistas por outro: «Sob pretexto do respeito pela vontade das massas, o basismo e o democratismo, a submissão das decisões da vanguarda a votações manipuladas, procuram enfraquecer, desorganizar e finalmente liquidar a vanguarda. Trata-se também de uma situação geral, válida tanto para a vanguarda operária e popular como para a vanguarda militar (...) Todas as revoluções têm um processo irregular e acidentado. A maleabilidade, a capacidade para reexaminar e rectificar, a coragem autocrítica (...) são condições essenciais duma política verdadeiramente revolucionária.

Pela sua parte, o PCP está pronto a examinar a situação e formas de cooperação com todos os que estão com o processo revolucionário e dispostos a cooperar com os comunistas. Sob estas condições básicas, «não fazemos quaisquer discriminações»⁵⁹³.

Como referimos, este informe, que mais tarde será publicado na íntegra, omite as passagens em que Álvaro Cunhal afirma já esperar a queda do Governo⁵⁹⁴ e reconhece a debilidade do MFA: «A Constituição do Directório significa neste momento que o MFA está a decapitar-se, que não tem uma direcção homogénea (...)»⁵⁹⁵.

Vasco Gonçalves admite que chefia um governo frágil quando na tomada de posse dos secretários de Estado do V Governo afirma que não está «agarrado ao lugar» e que, «nem que fosse por um minuto apenas que este Governo tomasse posse, nem por isso os seus membros deixariam de o fazer»⁵⁹⁶. Mas o seu balanço posterior ombreia com a versão da história oficial do PCP. Vasco Gonçalves não é um homem amargurado com o PCP, que se sinta abandonado pelo Partido Comunista, mas alguém que acredita que um projecto *a la* Nasser era viável para Portugal e que a correlação de forças não o permitiu naquele Verão de 1975. Um militar que acredita ter cumprido o dever de ter encabeçado um Governo para o País não ficar paralisado. (Cruzeiro, 2002).

Nem tão pouco o PCP se vai enfrentar com a esquerda gonçalvista, sem tentar atenuar todos os danos do afastamento deste sector. Apesar de não poder continuar a apoiar-se na esquerda militar ou pelo menos em parte dela para a sua política, o PCP quer manter uma margem de manobra nas negociações do VI Governo e, dentro do possível, no desenho político e institucional do futuro regime. Nos comícios públicos das duas semanas seguintes à Constituição do V Governo, o PCP, afirmando-se determinado a recompor o Governo, não deixa de dizer que «apoiou e continuará a apoiar o V Governo» (Lisboa, 14 de Agosto de 1975) e que «o Governo vai continuar a governar» (Évora, 24 de Agosto de 1975)⁵⁹⁷. O partido participa nas manifestações de apoio ao V Governo e a Vasco Gonçalves, cujos maiores entusiastas são também a extrema-esquerda. E, dentro da lógica de pressionar para ganhar espaço político, vai co-organizar a FUP a 25 de Agosto de 1975.

⁵⁹³ *Avante!*, Série VII, 11 de Agosto de 1975, nº especial, p. 2.

⁵⁹⁴ «Intervenção na reunião plenária do Comité Central do PCP», 10 de Agosto de 1975, In CUNHAL, Álvaro, *A Crise Político Militar. Discursos Políticos 5*, Lisboa: Edições *Avante!*, 1976: pp. 127-166

⁵⁹⁵ «Intervenção na reunião plenária do Comité Central do PCP», 10 de Agosto de 1975, In CUNHAL, Álvaro, *A Crise Político Militar. Discursos Políticos 5*, Lisboa: Edições *Avante!*, 1976: pp. 127-166

⁵⁹⁶ GONÇALVES, Vasco, *Discursos. Conferências. Entrevistas*. Lisboa: Será Nova, 1977, pp. 377.

⁵⁹⁷ «Discurso no comício do PCP em Évora», 24 de Agosto de 1975. In CUNHAL, Álvaro, *A Crise Político Militar. Discursos Políticos 5*, Lisboa: Edições *Avante!*, 1976: p. 189.

Mas o desenlace estava já determinado a 10 de Agosto. Cunhal pede ao CC que deixe aos órgãos executivos espaço para decidir e «conservar margem de iniciativa, inclusivamente de negociações» num eventual golpe militar vindo de sectores moderados do MFA e do PS ou de uma situação em que este sector ganhe a incitativa política: «Isto significa a hipótese (...) de certas pontes com forças ou elementos que estão colocados hoje num sector que contraria o processo. Isto ao nível civil e ao nível militar (...) E acontece mesmo que certa parte militar, que podemos ter como progressista, se volte contra o partido ou deixe o partido isolado»⁵⁹⁸.

No informe ao Comité Central de 10 de Agosto de 1975, o líder comunista admite ainda que sem estar resolvida a questão militar, o V Governo era um Governo falhado à partida, que iria fragilizar o PCP: «Todo o esquema das forças conservadoras e reaccionárias era mostrar este Governo como o Governo dos comunistas, sem apoio militar e deixá-lo cair depois. O fracasso deste Governo seria o fracasso do Partido Comunista, que seria arrastado nesta derrota com todas as suas consequências»⁵⁹⁹.

No dia 20 de Agosto, Cunhal em conferência de imprensa declara que um governo de coligação do MFA e principais partidos políticos foi justamente considerado o sistema de alianças mais adaptado à correlação e arrumação das forças de classe»⁶⁰⁰. E irá mais longe ao afirmar que se podem combinar os documentos das várias fracções militares.

O PCP será hábil em articular a mobilização de apoio a Vasco Gonçalves e a negociação para entrar no VI Governo. Esta habilidade vai ter como corolário a primeira tentativa bem sucedida do PCP de conseguir convencer uma grande parte da extrema-esquerda a apoiar o seu programa político, cujo momento mais importante é a constituição a 25 de Agosto de 1975 da FUP, a Frente de Unidade Popular (FUP).

O comício de Vasco Gonçalves em Almada é pretexto para o partido, no *Avante!* de 21 de Agosto de 1975, defender, ainda genericamente neste fase, uma «frente de unidade na defesa da revolução»⁶⁰¹. Na primeira reunião do Secretariado Provisório, no dia 25 de Agosto, que se dá sob impulso do PCP, estão a FSP, a LCI, LUAR, MES, MDP/CDE, PCP, PRP-BR e o grupo 1º de Maio (este último afasta-se rapidamente).

⁵⁹⁸ «Intervenção na reunião plenária do Comité Central do PCP», 10 de Agosto de 1975, In CUNHAL, Álvaro, *A Crise Político Militar. Discursos Políticos 5*, Lisboa: Edições Avante!, 1976: pp. 156-157.

⁵⁹⁹ «Intervenção na reunião plenária do Comité Central do PCP», 10 de Agosto de 1975, In CUNHAL, Álvaro, *A Crise Político Militar. Discursos Políticos 5*, Lisboa: Edições Avante!, 1976: pp. 139.

⁶⁰⁰ «Declaração sobre a crise política actual», 20 de Agosto de 1975. In *Documentos Políticos do Comité Central do PCP*, 3º Volume, Julho/Dezembro de 1975, Lisboa: Edições Avante, 1976. pp. 87-98.

⁶⁰¹ «Uma «frente de unidade na defesa da revolução». In *Avante!*, Série VII, 21 de Agosto de 1975, p. 8.

Nessa reunião aceita-se como base de acordo o Documento do COPCON e as Linhas de Acção Programática e Tarefas de Transição do V Governo Provisório. No dia 27 de Agosto realiza-se, convocada pela FUP, uma manifestação «contra o fascismo, a social-democracia e o imperialismo», que teria tido, de acordo com o *Avante!*, 100 mil pessoas⁶⁰², um número provavelmente exagerado, mas de todo o modo significativo. No dia 28 de Agosto o PCP desvincula-se publicamente da FUP⁶⁰³, deixando os outros sectores da frente, e muitos dentro do PCP, surpresos e confusos. No dia 29 de Agosto Álvaro Cunhal dá uma conferência de imprensa, à noite, a partir do Centro de Trabalho de Alcântara onde se diz disponível para apoiar um novo Governo Provisório⁶⁰⁴.

A direcção do partido vai justificar o seu afastamento da FUP por duas razões: a primeira, de ordem formal, é que o partido afirma que nunca pertenceu aquela organização, mas apenas a um secretariado provisório⁶⁰⁵; a segunda é que a extrema-esquerda estava disposta a apoiar um programa «obreirista», de ruptura com o PS e de oposição à Constituinte, estratégia a que o PCP se opunha: «Uma frente das forças de esquerda não pode ser um fechar de horizontes sociais e políticos. Um obreirismo, mesmo sob uma capa muito revolucionária, não favorece, antes prejudica decisivamente a causa da revolução em Portugal. O entendimento entre as forças de esquerda que ontem se exprimiu na grande manifestação de Belém não é ainda a frente desejável, não poderia mesmo ser uma frente capaz de responder às exigências políticas e unitárias da hora presente (...) O PCP não poderia concordar com posições que tendessem a apontar os socialistas em bloco como inimigos da Revolução portuguesa⁶⁰⁶».

Perante a exigência da extrema-esquerda, tornada palavra de ordem na própria manifestação de 27 de Agosto, de dissolução da Assembleia Constituinte, o PCP vai contestar que não apoia medidas destrutivas «face à actual Assembleia Constituinte»⁶⁰⁷.

Na conferência de imprensa de dia 29 de Agosto, às 11 da noite, Álvaro Cunhal diz que está disposto a reunir-se com o PS, o Grupo dos 9 e o COPCON, para encontrar uma solução governativa: «Temos um grande apreço por este dirigente do MFA acerca da sua acção na direcção dos governos provisórios até hoje, mas não temos opiniões

⁶⁰² *Avante!*, Série VII, 28 de Agosto de 1975, p. 1.

⁶⁰³ «Para uma crise global soluções globais». In *Avante!*, Série VII, 28 de Agosto de 1975, p. 2.

⁶⁰⁴ «Uma proposta do PCP para solução da crise política actual». In *Avante!*, Série VII, 4 de Setembro de 1975, p. 3.

⁶⁰⁵ *O Militante*, Série IV, Novembro de 1975, nº 5, p. 15.

⁶⁰⁶ «Para uma crise global soluções globais». In *Avante!*, Série VII, 28 de Agosto de 1975, p. 2.

⁶⁰⁷ «Para uma crise global soluções globais». In *Avante!*, Série VII, 28 de Agosto de 1975, p. 2.

cristalizadas e pensamos que o general Vasco Gonçalves também não. Os revolucionários não defendem lugares»⁶⁰⁸.

A FUP é de certa forma uma vitória do PCP na medida em que ela é o corolário da política do PCP, de ter conseguido, pela primeira vez desde o 25 de Abril de 1974, reunir nos seus objectivos políticos uma parte importante da extrema-esquerda, «anestesiando» a oposição desta ao PCP. Quando o V Governo é um nado-morto e já está em negociação a composição do VI Governo, a FUP, e esta é uma hipótese que colocamos, parece ser um instrumento de mobilização para pressionar o PS e o Grupo dos 9, com a ameaça de o PCP se aliar à extrema-esquerda, e assim garantir para o PCP a ampliação da sua margem negocial na composição do VI Governo e no «recuo» negociado de Vasco Gonçalves e da esquerda militar.

Aquilo que de certeza sabemos, porém, é que a FUP foi uma tática instrumental do PCP, muito circunscrita no tempo e nos objectivos. De tal forma que nunca chega sequer a surgir no órgão de massas do PCP, o *Avante!*. É constituída a 25 de Agosto de 1975 e o PCP abandona esta frente a 28 de Agosto de 1975. O *Avante!* sai no dia 21 de Agosto e no dia 28 de Agosto. Quando sai a 21 é um jornal em que se mobiliza os militantes contra os ataques às sedes do PCP e dos sindicatos, e a favor de uma ampla mobilização contra a «reacção»⁶⁰⁹. Quando é publicado a 28, é para defender a capacidade de mobilização do PCP na manifestação unitária de dia 27 e, reivindicando a mobilização, criticar a extrema-esquerda, reiterando a defesa da Assembleia Constituinte e negociar a entrada do PCP no VI Governo Provisório.

Apesar de o seu órgão de massas nunca ter apoiado a constituição da frente, a política do PCP face aos sectores que compunham a FUP vai gerar polémica interna. José Saramago, a 1 de Setembro de 1975, publica um artigo, «Intervalo para Acusar», onde escreve que «Se o PCP forma frente unitária de esquerda e, três dias depois, apela para negociações onde cabem Deus e o Diabo – como haveremos, doravante, de definir estratégia e tática?»⁶¹⁰. Também Carlos Brito, na altura líder parlamentar do PCP e membro da Comissão Política, mencionou recentemente num seu livro de memórias o desconforto que lhe causou o episódio da participação do PCP na FUP. Conta ele que representou o PCP na reunião de constituição da FUP «por indicação do camarada Álvaro», e que saiu dela «com a convicção do dever cumprido». Porém, quando na

⁶⁰⁸ *Avante!*, Série VII, 4 de Setembro de 1975, p. 3.

⁶⁰⁹ *Avante!*, Série VII, 21 de Agosto de 1975.

⁶¹⁰ «Intervalo para Acusar», 1 de Setembro de 1975. In SARAMAGO, José. *Os Apontamentos*. Lisboa: Caminho, 1990, p. 311.

manhã seguinte se encontra com Cunhal, «a opinião dele era outra»: «O que me disse, em substância, é que eu tinha envolvido o partido num compromisso político com o esquerdismo, que ia ao arrepio da orientação aprovada pelo Comité Central e que prejudicava seriamente as pontes que estávamos a lançar em relação aos ‘nove’.»⁶¹¹

Às críticas vindas da sua esquerda o PCP reage em comunicado alegando a necessidade de fazer uma «negociação com os adversários»⁶¹²; respondendo às críticas vindas da própria FUP, o PCP deixa em aberto a possibilidade de colaborar pontualmente com aquelas organizações no futuro, mas acusa-as de quererem levar a cabo um «velho» projecto esquerdista de «crescer à custa do PCP»⁶¹³.

A FUP transformar-se-á em FUR (Frente Unidade Revolucionária) a 2 de Setembro de 1975, fazendo dela parte FSP, LCI, LUAR, MDP/CDE, MES, PRP⁶¹⁴. No seu manifesto defendem a organização armada de organismos de poder popular para auto-defesa; liberdade de reunião de soldados e marinheiros; saneamento e repressão dos fascistas; nacionalização, sem indemnizações e sob controlo dos trabalhadores, das grandes empresas industriais e agrícolas; luta pelo controle operário e pelo pleno emprego; saída de Portugal da NATO e fim do Pacto Ibérico; apoio ao MPLA, dissolução da Assembleia Constituinte e constituição de um Governo de Unidade Revolucionária⁶¹⁵.

António Ventura defende que a constituição da FUP é já um sintoma de perda de domínio da situação social e política por parte do PCP (Ventura, 1985:233). Parece-nos porém que no momento da sua constituição, o PCP mantinha ainda uma força razoável face ao conjunto da extrema-esquerda, e a FUP no imediato fragilizou estas direcções porque as levou a uma frente com um PCP disposto a não fazer unidade e a apoiar o programa de um Governo que o próprio PCP já não apoiava⁶¹⁶.

Talvez fosse mais preciso dizer que a perda de controlo da situação política por parte do PCP se dá exactamente não quando o PCP constitui a FUP mas quando rompe com ela e simultaneamente apoia o Governo de Pinheiro de Azevedo. Ou seja, o PCP terá que justificar à sua base porquê depois de ter mobilizado a favor do Governo de Vasco Gonçalves e contra o «imperialismo e a social democracia», deixa cair o V

⁶¹¹ BRITO, Carlos, *Álvaro Cunhal. Sete Fôlegos do Combatente. Memórias*. Edições Nelson de Matos: Lisboa, 2010, pp. 176-177.

⁶¹² «Acerca dos acordos de 25 de Agosto». In *Avante!*, Série VII, 4 de Setembro de 1975, p. 4.

⁶¹³ «Acerca dos acordos de 25 de Agosto». In *Avante!*, Série VII, 4 de Setembro de 1975, p. 4.

⁶¹⁴ <http://arquivo.sinbad.ua.pt/Cartazes/2005000411>. Consultado a 14 de Janeiro de 2010.

⁶¹⁵ <http://arquivo.sinbad.ua.pt/Cartazes/2005000411>. Consultado a 14 de Janeiro de 2010.

⁶¹⁶ A LCI por exemplo terá uma crise de direcção por ter apoiado a FUP. Ver A Revolução Portuguesa numa Encruzilhada. Teses aprovadas no III Congresso da LCI, Janeiro de 1976.

Governo e se junta ao PS e o Grupo dos 9, num novo Governo, com o «Diabo» como escrevia Saramago. Vasco Gonçalves corrobora esta tese quando diz que «tínhamos também o receio de uma possível reacção dos trabalhadores e de outras camadas da população que apoiavam o V Governo e não queriam de forma alguma a sua substituição» (Cruzeiro, 2002: 258). O desafio mais importante para o PCP será, porém, o de justificar o fim do apoio à esquerda militar.

Em Alhandra, a 10 de Agosto, Cunhal trata de convencer o partido de que o Grupo dos 9 é uma força que «pode ser recuperada para o processo revolucionário»⁶¹⁷ e que não vai apoiar a esquerda militar e ainda que há o risco de este sector se voltar contra o partido: «A esquerda militar ficou bastante animada (a nosso ver sem razão) com a decisão que foi tomada pelo Directório no sentido de que os conselheiros signatários do Documento Melo Antunes fossem afastados do Conselho da Revolução (...) Se o problema já era grave ao nível político, dada a posição contra o processo revolucionário do Partido Socialista e do PPD, se já era grave por isso, a gravidade ainda é maior pela situação interna do MFA onde estão em conflito a esquerda militar e o grupo dos Nove e onde existe um sector esquerdista e anarquizante que dificulta a unidade das forças progressistas. Isto significa a hipótese, cuja necessidade pode não se confirmar, mas uma hipótese de lançamento de certas pontes com forças ou elementos que estão colocados hoje num sector que contraria o processo. Isto ao nível civil e ao nível militar. E acontece mesmo que certa parte militar, que podemos ter como progressista, se volte contra o partido ou deixe o partido isolado»⁶¹⁸.

No imediato, este afastamento da esquerda militar por parte do PCP é relativamente controlado. Porém, pouco depois da Assembleia de Tancos e da tomada de posse do VI Governo a situação inverte-se. Entre as razões para este relativo controlo estão: o peso do argumento de que a coesão do MFA é necessária contra a ameaça fascista, que nesse Verão era mais fácil de justificar dada a presença violenta de grupos de extrema-direita contra o PCP; também o facto de Vasco Gonçalves ser afastado com louvores públicos por parte do PCP; e finalmente, este afastamento mantém-se controlado porque o próprio Vasco Gonçalves apoiará esta política do PCP e ilibará, na altura e posteriormente (Cruzeiro, 2002), o PCP de responsabilidades na queda do seu próprio Governo (o mesmo não se poderá dizer dos sectores afectos à 5.^a Divisão,

⁶¹⁷ «Intervenção na reunião plenária do Comité Central do PCP», 10 de Agosto de 1975, In CUNHAL, Álvaro, A Crise Político Militar. Discursos Políticos 5, Lisboa: Edições Avante!, 1976, p. 162.

⁶¹⁸ «Intervenção na reunião plenária do Comité Central do PCP», 10 de Agosto de 1975, In CUNHAL, Álvaro, A Crise Político Militar. Discursos Políticos 5, Lisboa: Edições Avante!, 1976, pp. 127-166

dirigidos por Varela Gomes, que acusam o PCP de ter recuado nas expectativas que criou nos militares a ele afectos)⁶¹⁹. No dia 4 de Setembro, num editorial do *Avante!* intitulado «Em Defesa da Revolução», o PCP despede-se de Vasco Gonçalves e dá as boas vindas a Pinheiro de Azevedo, em nome de um Governo com «largo apoio social e militar» e da estabilização das Forças Armadas sob a direcção do MFA: «É impossível, neste momento, deixar de prestar justiça à actividade corajosa e eficiente do V Governo Provisório e à extraordinária figura de revolucionário do seu primeiro-ministro, general Vasco Gonçalves. A destacada personalidade do almirante Pinheiro de Azevedo, indigitado para novo primeiro-ministro, é também uma garantia para o processo revolucionário»⁶²⁰.

Longe de ter sido a força do PCP, cremos que o V Governo foi a sua maior fraqueza durante todo o processo revolucionário. Documentos desclassificados da CIA, que vieram a público recentemente no estudo de Tiago Moreira de Sá (2009), confirmam esta tese: «Num documento de análise à composição do gabinete chefiado por Vasco Gonçalves, a CIA escrevia que este era “dominado por militares radicais e por testas de ferro e apoiantes do PCP”, sendo que “os socialistas e os populares democratas, cujos partidos obtiveram 64% dos votos em Abril, não faziam parte do Governo”.» Ainda de acordo com a Agência, a decisão de Costa Gomes de empossar novamente o militar aliado dos comunistas era uma “armadilha” do Presidente da República, que estava “convencido que o Governo de Gonçalves se ia desfazer sob o peso dos muitos problemas de Portugal” e “o grupo com uma orientação democrática ia ser capaz de apanhar os pedaços sem grande resistência»⁶²¹. Esta era também a caracterização que Cunhal fazia do V Governo, desde o início, como vimos, um governo efémero que iria fragilizar o PCP.

Álvaro Cunhal e o PCP ficaram reféns da sua própria política. Não por ignorância ou incapacidade estratégica (pelo contrário o informe de Cunhal ao Comité Central mostra uma extraordinária antevisão, em Agosto do 1975, do desfecho da revolução três meses depois), mas porque a política do PCP – apoio a uma direcção pequeno-burguesa, o MFA, no meio de um processo revolucionário que tem como protagonista o movimento operário – se revelou uma utopia inconcretizável. Portugal não era um país atrasado que poderia ter um movimento de libertação nacionalista

⁶¹⁹GOMES, Varela. *A Contra revolução de Fachada Socialista*. Ler Editora: Lisboa, 1981.

⁶²⁰ «Em defesa da revolução». In *Avante!*, Série VII, 4 de Setembro de 1975, p. 2.

⁶²¹ «New Portuguese Government Causing Deep Divisions in Military», CIA, August 8, 1975. www.foia.cia.gov. In SÁ, Tiago Moreira de (2009: 398-399).

(«progressista» nas palavras do PCP) centrado nos militares, capaz de levar a cabo um projecto nacionalista, com relativa independência face aos países centrais. Portugal não era o Egipto de Nasser, o Peru de Alvarado, nem um outro país periférico. Era um país geograficamente europeu, economicamente imperialista (ainda que semiperiférico face aos países centrais) e militarmente enquadrado na NATO. Portugal era um país imperial face a África, com uma burguesia que tinha um projecto claro de ficar na órbita da NATO e da CEE e que soube envolver a maioria da pequena burguesia nesse projecto. Quando se encontram para assinar a Acta Final da Conferência sobre Segurança e Cooperação na Europa, os líderes europeus e norte-americanos, em conjugação com os soviéticos, estavam conscientes dos problemas da revolução portuguesa, mas entre esses problemas não estava o medo de que o PCP tomasse o poder, porque todos concordavam com a divisão feita em Ialta, que colocava Portugal no bloco militar da NATO (Moreira de Sá, 2009: 377-378, 409). Nas suas recentes memórias, Anatoli Tcherniaiev, alto funcionário da Secção Internacional do CC do PCUS, escreve lacónico que entre as razões para a URSS aceitar a social-democracia em Portugal estava um facto: «A Checoslováquia é nossa, Portugal é vosso»⁶²² (dos norte-americanos).

Cunhal e a direcção do PCP não estavam dispostos a entrar numa guerra civil. Tratava-se por isso de terminar com o V Governo, sofrendo o menor dano possível para o PCP. O menor dano possível incluía, nesta altura do processo revolucionário, assegurar influência no VI Governo, dirigir de forma controlada a mobilização social que existia para garantir que na sua passagem a um regime democrático podiam manter-se as nacionalizações, concretizar a reforma agrária e garantir a independência de Angola, sob direcção do MPLA.

Quer a visão que compara o papel de Álvaro Cunhal na revolução portuguesa de 1974 com o de Lenine na revolução bolchevique de 1917 como a que procura semelhanças entre o golpe de Praga de 1948 e o V Governo português de 1975 não encontram comprovação nos documentos.

O PCP não quis dirigir uma insurreição feita pelas organizações de base dos trabalhadores, com o objectivo de expropriar a burguesia portuguesa e iniciar um processo de transição para uma sociedade socialista. O PCP tem uma política de alianças interclassista e de construção da democracia que vingou em Portugal a 25 de Novembro de 1975. Aceitou de forma coerente as regras da democracia burguesa (a

⁶²² «História: União Soviética entregou Portugal à Social-democracia». In MILHASES, José, Agência Lusa LGR5886 5 DI – Correspondentes Internacionais 476 LUSA 11075886, 24 de Maio de 2010.

mesma cuja impossibilidade advogava nos seus documentos), que incluíam o respeito pela propriedade privada e o parlamentarismo – em total contradição com o papel de Lenine e do Partido Bolchevique, ambos sistematicamente evocados. Vladimir Lenine dirigiu, em 1917, a revolução russa defendendo o transcrescimento da revolução burguesa em revolução operária, com a justificação teórica de que a revolução não resolveria as tarefas democráticas, burguesas, sem o acesso do proletariado ao poder, e de que o proletariado, uma vez no poder, não poderia confinar-se ao modelo de uma revolução burguesa. Nos dias 3 e 4 de Abril de 1917, no documento que ficou conhecido como as «Teses de Abril», Lenine defende, contra a então maioria da direcção do Partido Bolchevique (sobretudo contra Kamenev e Estaline, que defendiam o apoio e mesmo a participação no Governo Provisório do príncipe Lvov), a mesma estratégia já delineada por Trotsky e por este baptizada de «revolução permanente», que se saldaria no famoso «Todo o poder aos soviets» e na não participação dos bolcheviques no Governo Provisório de Kerensky.

Por isso, como assinala Valério Arcary, as diferenças tácticas entre o PCP e os eurocomunistas não autorizam a conclusão de que o PCP foi um partido com uma política análoga à liderada por Lenine na revolução russa: «O papel político do PCP na revolução portuguesa pareceu a alguns historiadores contraditório com o dos PCs italiano e espanhol que, na segunda metade dos anos setenta, se apresentaram como eurocomunistas, e chegaram a considerar suas tácticas como leninistas. É verdade que a revolução portuguesa foi, depois da revolução alemã, a revolução contemporânea que permite mais associações comparativas com a revolução russa. A decadência nacional provocada por uma ditadura arcaica, a derrota militar em uma guerra sem fim, a divisão das Forças Armadas, o surgimento espontâneo de uma auto-organização operária, estudantil e popular, a transformação dos partidos operários em organizações de massas em poucas semanas, as tentativas kornilovianas derrotadas de contra-revolução, o transbordamento dos partidos de esquerda moderados pelas suas próprias bases sociais, são factores presentes nos dois processos. Não obstante, associar a estratégia do PCP à dos bolcheviques russos é inapropriado. Justiça seja feita, o PCP se comportou muito mais como os mencheviques: aderiu aos governos provisórios, defendeu a ordem, denunciou as greves como selvagens, e o respeito à propriedade privada, promoveu campanhas de trabalho voluntário, a batalha da produção, o respeito às hierarquias, aos tratados internacionais, etc. O PCP não abraçou um programa de reformas porque a revolução era impossível. Ao contrário, uma das razões pela qual a revolução

demonstrou-se impossível foi porque o PCP abraçou um programa de reformas». (Arcary, no prelo).

Carlos Gaspar afirma que «nem Cunhal tinha um Trotsky, para saber como tomar o poder e organizar militarmente a revolução» (Gaspar, 1992: 84). Esta afirmação omite que o essencial da teoria de Leão Trotsky é a revolução permanente – e que veio a confirmar-se exactamente na Rússia, quando os bolcheviques lideraram uma revolução socialista num país atrasado; e que a revolução russa não foi um golpe de estado, visão que a historiografia recente, que tem realizado estudos empíricos com base nos próprios documentos russos, desmitificou (Murphy, 2007). Aliás, esta interpretação entra em discordância com a tese do «golpe de Praga» uma vez que se ao PCP teria faltado em 1975 um exército capaz de fazer uma insurreição, não se percebe porquê o partido teria abraçado uma tentativa declarada de golpe de estado. A propósito desta analogia com o papel desempenhado por Leão Trotsky na revolução russa, António Barreto escreve: «Durante o cerco à Assembleia Constituinte (a 24 horas da independência de Angola) ou durante a vigência do V Governo, tem-se a nítida sensação de que as forças revolucionárias, e o PCP à cabeça, ou recuaram ou simplesmente não forçaram. Se o golpe de estado e a tomada de poder imediatos estivessem determinados, não haveria certamente aquela sucessão de intermináveis reuniões do MFA (...). Não se poderá dizer com propriedade que, na revolução de 1974 faltou um Trotsky. Faltou talvez a vontade política de o ter (...)»⁶²³.

Na Checoslováquia, os comunistas e os social-democratas tinham ganho as eleições em 1946, mas tinha sido constituído um governo de unidade nacional que inclui partidos de direita. Em 1948, os comunistas, que depois se unificam com os socialistas formando um partido único, impõem a nomeação ao presidente Edvard Benes de um governo dominado exclusivamente por comunistas e preparam uma mobilização de massas na rua para lutar por esse governo, a par de uma depuração dentro do aparelho de Estado (Salvadori, 2005:99). Todo o processo, que não deixou de ser feito com amplo apoio dos trabalhadores checos, teve o amparo diplomático da URSS e a segurança de estar protegido, em caso de falhar, pelo Exército Vermelho.

Como se vê, as circunstâncias face a Portugal são muito diferentes. Os comunistas não tinham ganho as eleições em Portugal, o PCP procurou estar num governo de frente com o PS e o Grupo dos 9 e, não menos importante, e já aqui referido,

⁶²³ BARRETO, António. «A Reforma Agrária e a Revolução». In *Expresso*, 5 de Dezembro de 1981.

Portugal estava no quadro da aliança da NATO. A fidelidade do PCP à URSS é também a fidelidade do PCP a «Ialta e Potsdam», ou seja, Portugal estava na parte do Mundo definida pelo novo «meridiano de Tordesilhas» negociado por Roosevelt, Churchill e Estaline no final da II Guerra Mundial como sendo de domínio ocidental – e a política da URSS sempre foi de não interferir na área de influência das potências ocidentais definida nos acordos de Ialta e Potsdam. A Checoslováquia estava do outro lado da cortina de ferro (Conte, 1964).

É de salientar ainda que o V Governo suscita oposição ao nível da sua composição e não da sua política económica. Diferentemente da colectivização dos meios de produção, levada a cabo sob a direcção dos comunistas checos em 1948 (Salvadori, 2005:98), Vasco Gonçalves, no discurso de tomada de posse, para além da tarefa central de evitar a crise no seio das forças armadas e do Estado, ressalta a urgência de «impor medidas de austeridade»⁶²⁴ e uma semana depois discursa a favor da necessidade do respeito pela propriedade privada⁶²⁵. É acompanhado nesta política pelo PCP, que continua a definir «o aumento da produtividade como condição do triunfo da revolução socialista»⁶²⁶ em curso, sem questionar para quem se produzia.

O PCP quis paulatinamente ganhar influência no aparelho de Estado?

Depende do momento do processo revolucionário e em que sectores do aparelho de Estado. Por exemplo, nas autarquias locais não foi «paulatinamente», mas bastante depressa, sobretudo através dos quadros do MDP nas estruturas de poder local, que iam sendo saneadas sob impulso popular e do próprio PCP e MDP. Também procurou ter influência decisiva nas Forças Armadas, nos ministérios que dirigiam os sectores económicos mais importantes – Trabalho, Agricultura e, claro, Finanças. E ainda na comunicação social. Mas nada permite concluir que nesse aspecto foi distinto do PS ou do PPD (como os anos posteriores o demonstram). Como recorda António Barreto, a ocupação institucional foi um passo de todos quantos eram oposicionistas ao Estado Novo, «com vantagens para o PC e o MFA, mas no qual participaram também o PS e o PPD» (Barreto, 1984:42). Isso será bem visível quando, durante o VI Governo, a mesma tática de acção dentro do aparelho de Estado é levada ao extremo pelo PS e pelo Grupo

⁶²⁴ «Discurso na tomada de posse do V Governo Provisório». GONÇALVES, Vasco, Discurso. Conferências. Entrevistas. Lisboa: Será Nova, 1977, p. 358.

⁶²⁵ «Palavras pronunciadas no pavilhão gimno desportivo da escola D. António Costa, em Almada», 18 de Agosto de 1975, GONÇALVES, Vasco, Discurso. Conferências. Entrevistas. Lisboa: Será Nova, 1977:373-4.

⁶²⁶ «O aumento da produtividade como condição do triunfo da revolução socialista». In Avante!, Série VII, 7 de Agosto de 1975, p. 2.

dos 9, quando se generalizam os saneamentos «à esquerda». Importa referir que mais dependente do Estado do que o PCP para sobreviver era o próprio PS, uma vez que os comunistas dirigiam a Intersindical e, no Sul, as UCPs, e o PS não. Por isso, para os socialistas, ter influência na comunicação social, dirigir autarquias, ganhar eleições era tão ou mais importante do que para o PCP. Isso não significa que o PCP não tenha feito todos os esforços para aumentar essa influência. Vinha com uma clara vantagem, que era ter sido o único que no momento da queda da ditadura estava apto a preencher os lugares que iam caindo. O PCP disputou, numa luta aguerrida com o PS, a organização do Estado, mas isso não significa que tenha querido «tomar o poder», ou seja, transformar a natureza de classe do Estado. Isso é claro pela sua relação com os organismos de poder dual. Aliás, cremos que uma das contribuições do estudo empírico do PCP e da revolução portuguesa para a teoria das revoluções é exactamente a de que a ocupação do aparelho de Estado – que por força da forma como se dá a queda da ditadura, em particular os saneamentos, foi, no caso de Portugal, extensíssima – por forças afectas a um Partido Comunista não muda a natureza de classe desse Estado. Porque esse Estado conseguiu, com contradições, gerir e enquadrar essa ocupação de lugares chave, sem colocar em causa a sua natureza de classe.

Nenhuma das teses avançadas sobre a «tomada de poder» pelo PCP é corroborada pelo estudo dos documentos históricos. Ambas devem mais, certamente, à disputa política do período pós-revolucionário, que envolve uma acirrada polémica em torno da memória da revolução. De um lado, o PS e o Grupo dos 9, segundo os quais tiveram de abandonar a construção de um projecto socialista e ficar no campo ocidental e da NATO porque a alternativa seria estar submetidos ao Pacto de Varsóvia. Recordemos que tanto o PS como o Grupo dos 9 defendiam uma sociedade socialista, não porque acreditassem nas suas próprias palavras, mas porque o socialismo em Portugal não era uma utopia de grupos marginais ou seitas atomizadas. Ele estava a ser defendido pela classe trabalhadora e parte dos sectores intermédios da sociedade, não só em palavras, mas de forma muito concreta com as lutas permanentes por aumentos salariais, que chocavam com o processo de acumulação, as ocupações das fábricas que punham em causa a propriedade privada, e as assembleias que criavam um poder dual, questionando o Estado e a democracia representativa. Do outro lado, o PCP que, ao mesmo tempo que procurava afastar-se de qualquer protagonismo num processo de tomada de poder, não abandonou o léxico revolucionário, resguardando para si uma imagem de combatividade junto da sua base.

O que aconteceu em Agosto de 1975 foi que o PCP promoveu uma mobilização a favor de um Governo que ele próprio não apoiava. E esta complexa situação política pode conduzir a aceções históricas equivocadas sobre o papel do PCP na revolução portuguesa, dada a importância que o Verão Quente tem no processo revolucionário.

O PCP evita apoiar de forma explícita o V Governo e rapidamente torna pública a aceitação de uma nova solução governativa, que incluía o PS e o apoio do Grupo dos Nove, como vimos. Ao mesmo tempo, não só dirige uma mobilização de massas de apoio ao V Governo, como a promove, sob a orientação política de que estava em causa a possibilidade de um golpe fascista⁶²⁷. Desta mobilização fazem parte, entre outras acções, um grande comício organizado pela DORL no Pavilhão dos Desportos a 14 de Agosto de 1975, uma paralisação nacional de meia hora⁶²⁸ – a única “greve” geral de âmbito nacional promovida pela Intersindical durante o período revolucionário; várias sessões de esclarecimento⁶²⁹; dezenas de comícios e manifestações⁶³⁰ por todo o País, que vão culminar numa manifestação unitária do PCP e da extrema-esquerda, a 27 de Agosto de 1975, contra «o fascismo, a social-democracia e o imperialismo»⁶³¹.

Creemos que a hipótese mais plausível de explicação para esta situação – *aparentemente* contraditória – é que o PCP vai, durante o V Governo levar mais longe, por necessidade, a política de pressão/negociação que caracterizava a sua trajectória. Por um lado porque havia de facto, para além da vontade do PCP, um País mobilizado e polarizado; depois porque a mobilização, durante o V Governo, é o que vai permitir ao PCP ampliar a sua margem de negociação no VI Governo, e, não menos importante, essa mobilização permite ao PCP, pela primeira vez desde o início da revolução, ter algum controle sobre a extrema-esquerda, que aceita como verdadeira a tese da ameaça fascista/social-democrata e da necessidade de apoiar o V Governo.

Mas esta situação, importa lembrar mais uma vez, foi a saída possível, dentro da estratégia do partido, para um problema do PCP desde o início: o V Governo. Problema que tinha sido criado pelo PS e pelo Grupo dos 9 e que tinha acarretado o fim da coligação PCP-PS-MFA. E o PCP tinha sido o principal tecedor da Aliança Povo-MFA, que agora ruía. Saramago escreverá em Outubro de 1975 sobre a ruptura desta política: «Vejam, por exemplo, o nosso caso: incondicionais sustentáculos do MFA (e

⁶²⁷ «Os trabalhadores contra a reacção». In *Avante!*, Série VII, 21 de Agosto de 1975, p. 1.

⁶²⁸ «A paralisação de dia 19». In *Avante!*, Série VII, 21 de Agosto de 1975, p. 8.

⁶²⁹ «Uma frente de unidade na defesa da revolução». In *Avante!*, Série VII, 21 de Agosto de 1975, p. 8.

⁶³⁰ Ver por exemplo «Manifestação unitária para travar o passo ao fascismo» e «Comícios-manifestações no distrito de Évora». In *Avante!*, 2 Série VII, 1 de Agosto de 1975, p. 8.

⁶³¹ «Mais de 100 00 pessoas na manifestação...». In *Avante!*, Série VII, 28 de Agosto de 1975, p. 1.

não poucas vezes insultados por isso), viemos, com o tempo, a dar-nos conta de que o mesmo MFA entrara numa espécie de reprodução por cissiparidade, de tal modo que, onde antes houvera um, começámos a ver dois, três se não quatro...»⁶³².

⁶³² «A Distância como Política», 8 de Outubro de 1975. In SARAMAGO, José. *Os Apontamentos*. Lisboa: Caminho, 1990, p. 314.

Capítulo 6 - Crise Revolucionária: O Espectro da Guerra Civil (Da Assembleia de Tancos ao 25 de Novembro de 1975).

«Sovietização» das Forças Armadas?

É consensual entre a historiografia portuguesa que Portugal estava, durante o VI Governo, a viver uma crise político-militar e que o desfecho da revolução se aproximava (Ferreira, 1993; Maxwell, 1999, Rezola, 2006). Reservadas quanto à estruturação de modelos teóricos explicativos, muitas obras focam-se nos dados empíricos do processo, que todos consideram indiscutíveis: crise no MFA, indisciplina militar, VI Governo com forte contestação social, multiplicação de acontecimentos que previam um desfecho rápido da revolução (manifestações de soldados, generalização da ocupação de terras, atentado ao primeiro-ministro, ocupação das emissores de rádio e televisão pelo Governo, cerco à Assembleia da República, paralisação do Governo), acontecimentos que ficaram delimitados por aquilo que se convencionou chamar de «psicose golpista», ou seja, a existência de rumores e ameaças permanentes de um golpe de estado. Mas falar de «crise político-militar» é falar de quê? Onde se dá essa crise concretamente?

A teorização dos processos revolucionários aponta para a definição de um momento da revolução em que o seu desfecho, independentemente do resultado, é inevitável, ou seja, para um momento em que ou se dá um deslocamento do Estado, via insurreccional, feito pelos trabalhadores/camponeses (e dirigido por um partido, ou um conselho – revolução russa – ou um partido-exército – revolução chinesa), ou um golpe contra-revolucionário inicia a estabilização do Estado sob direcção da burguesia e seus aliados. Este seria o momento definido por crise revolucionária. A disputa entre as classes sociais, a medição de forças, chega a uma nível de tensão, de confronto, em que um desfecho rápido é inevitável.

Não se conjecturam resultados, não se prevêem à partida vencidos e vencedores porque a história dos processos revolucionários é também a história da imprevisibilidade dos acontecimentos, por contraste com os momentos de preservação das instituições. Por isso cada uma das revoluções tem obrigado estudiosos a aperfeiçoar e burilar os modelos teóricos.

Mas pode com acuidade questionar-se se em Portugal havia ou não condições, de acordo com este modelo teórico, para haver um deslocamento do Estado sob a direcção dos trabalhadores, ou seja, para a insurreição sair vitoriosa. Havia um partido revolucionário com hegemonia na classe trabalhadora portuguesa? Estava constituída uma forma conselhistas com força nacional ou pelo menos regional, na grande cintura industrial de Lisboa? Havia um partido-exército preparado para dirigir uma insurreição pelos trabalhadores e seus aliados?

E mesmo que a resposta a estas perguntas – que aqui não se podem responder na totalidade por falta de dados empíricos – fosse, por hipótese, para todas negativa, em nada isso altera o modelo de que partimos, na medida em que a inexistência das condições subjectivas para se dar esse deslocamento do Estado não invalida a caracterização da situação objectiva como de crise revolucionária, considerando justamente a máxima crise de Estado que se vivia, traduzida em crise militar e política.

Mais do que os modelos teóricos encaixarem nos dados empíricos são os dados empíricos que os auxiliam. Porque, quando escrevemos «crise político-militar» não é exactamente de crise de Estado que estamos a falar? Não nos referimos precisamente ao desmembramento da direcção – PS, PCP, MFA – que até aí, com dificuldades, é certo, tinha mantido a direcção do Estado e, sobretudo, das Forças Armadas? Porque o VI Governo se mantém inoperativo e o Conselho da Revolução, hegemonizado pelo Grupo dos 9 depois da Assembleia de Tancos, não consegue repor a disciplina militar? Não é a uma escalada da conflitualidade social a todos os níveis que assistimos entre Setembro e Novembro de 1975 e que precede o golpe de 25 de Novembro de 1975?

No fim de Agosto, depois de aceitar a substituição do V Governo e participar no VI Governo, liderado por Pinheiro de Azevedo, o PCP está no seu momento de maior fragilidade desde o início da revolução, porque o desmembramento do MFA arrasta consigo a «aliança Povo-MFA», deixando os trabalhadores «órfãos» da direcção que o próprio PCP tinha construído. Mesmo autores que não coincidem com a tese que aqui defendemos partilham a análise da fragilidade do PCP neste momento, devido ao desmoronamento do MFA (Cunha, 1992: 259).

Mas não é só o PCP que entra em crise. O pilar de sustentação do Estado na revolução, o MFA, cai, arrastando consigo a estabilidade – que com crises tinha sido apesar de tudo mantida – das Forças Armadas, abrindo espaço à intensificação da dualidade de poderes dentro destas. A revolução entra definitivamente nos quartéis, com a progressiva organização dos soldados nas comissões de soldados, pela mão dos SUV,

da Polícia Militar, das Assembleias Populares, das manifestações contra os saneamentos levados a cabo pelo Grupo dos 9.

Esta crise das Forças Armadas e da governação terá três tipos de resposta: uma aliança do PS, do Grupo dos 9 e de toda a direita que procura criar uma direcção sólida (o Conselho da Revolução depois de Tancos) que, ao não conseguir eliminar «homem a homem» a dualidade de poderes – por centenas de saneamentos e transferências/substituições no Exército – organiza e prepara um golpe militar que se vai dar a 25 de Novembro de 1975, iniciando a consolidação do regime democrático-liberal em Portugal; uma fórmula mais ou menos espontânea de dualidade de poderes nas Forças Armadas, que resulta da crise do MFA e do próprio deslocamento da esquerda militar do PCP, depois da queda de Vasco Gonçalves; e ainda a resposta do PCP, que procura reconstruir o MFA com a relação de forças antes de Tancos e repor a coligação governamental PS-PCP-MFA, conseguindo garantir, quando se apercebe de que a revolução está perto do desfecho, a consolidação da reforma agrária (sua reserva estratégica de influência) e a independência de Angola sob direcção do MPLA.

Examinaremos agora cada um destes momentos em pormenor, a começar pela política do PCP face ao fortalecimento do processo de dualidade de poderes nas Forças Armadas e ao VI Governo, em Setembro de 1975.

No dia 5 de Setembro de 1975, o Grupo dos 9 consegue afastar Vasco Gonçalves e isolar a esquerda militar na Assembleia do MFA e no Conselho da Revolução, invertendo nessas estruturas – mas não nos quartéis – a correlação de forças a favor do Grupo dos 9. Na Assembleia determina-se a reestruturação do Conselho da Revolução: os gonçalvistas, até aí majoritários, ficam com 3 elementos; o Grupo dos 9, com 7. Fazem parte ainda Pinheiro de Azevedo e Morais da Silva, cada vez mais do lado do Grupo dos 9 (Rezola, 2006: 399), e Otelo e Costa Gomes, o primeiro com uma posição titubeante e o segundo um árbitro das várias fracções que politicamente acabará tomando posição ao lado dos Nove também. É o início de um processo de recomposição da hierarquia das Forças Armadas.

A 7, apenas dois dias depois, um grupo de soldado embuçados (que se mantinham clandestinos) dão uma conferência de imprensa onde anunciam a criação dos SUV (Soldado Unidos Vencerão), uma organização de soldados que propõe a generalização da criação de comissões de soldados no Exército e que se afirma contra o

MFA e pela «destruição do Exército burguês»⁶³³. Nesse mesmo dia, a Companhia 8246 do Regimento de Polícia Militar (RPM) recusa-se a embarcar para Angola.

No dia 8, o Conselho da Revolução reúne-se e decide actuar com medidas disciplinares contra o Regimento de Polícia Militar, por este ter tomado parte numa manifestação. Nesse dia, uma manifestação da FUR reúne 1000 pessoas em Setúbal pelo «poder popular». No dia 9 de Setembro, reagindo ao “minar da disciplina e obediência militar”, o CR faz publicar a Lei 11/75 em que proíbe aos órgãos de comunicação social «a divulgação de relatos e notícias, etc. sobre acontecimentos ou tomadas de posição nas unidades militares»⁶³⁴. Conhecida como “Lei da Censura Militar”, nunca foi posta em prática, porque os jornais, a rádio e a televisão se recusaram a cumpri-la. Quinze dias depois é revogada.

No dia 10 de Setembro dá-se um desvio de 1000 espingardas automáticas G3 do DGMG de Beirolas para o PRP/BR. No dia 13 de Setembro de 1975 Eurico Corvacho, um militar gonzalvista, é substituído definitivamente (já tinha havido diligências nesse sentido em Agosto) por Pires Veloso no comando da Região Militar do Norte (RMN). Isto vai criar uma reacção generalizada por parte da extrema-esquerda e do PCP que começam uma mobilização de rua pela reintegração de Corvacho. No Norte prosseguem os atentados terroristas, feitos pelo ELP e o MDLP, aos centros de trabalho do PCP e uma bomba explode na EFACEC de Matosinhos.

No dia 21 de Setembro, 1500 soldados fardados, sob direcção dos SUV, junto a 10 mil civis, desfilam numa manifestação no Porto contra o Governo e os generais Fabião e Charais, que acusam de tentarem pôr fim à revolução. Nesse dia também rebentam engenhos explosivos na messe do Estado-maior da Armada, onde dormia Pinheiro de Azevedo. Nessa noite, de 21 para 22, os deficientes das Forças Armadas, que não viam as suas reivindicações satisfeitas, ocupam a Ponte 25 de Abril, e no dia 25 os mesmos ocupam os estúdios da Emissora Nacional. Nesse dia 25, em Lisboa, uma manifestação dos SUV a que se junta a FUR e várias comissões de moradores e trabalhadores da região, é considerada a maior manifestação de soldados desde sempre realizada em Portugal. O *Jornal Novo*, citado por Inácia Rezola, descreve assim a manifestação: «Apoiados pela FUR e muitas comissões de Moradores e Trabalhadores da região de Lisboa, milhares de soldados desfilaram pela cidade. Os manifestantes

⁶³³ *Os SUV em Luta*. Lisboa, 1975.

⁶³⁴ Cronologia Pulsar da Revolução. In <http://www1.ci.uc.pt/cd25a/wikka.php?wakka=PulsarSetembro75>. Consultado a 16 de Fevereiro de 1975.

tomam 30 autocarros, passam pelo rio, e libertam militares detidos na Trafaria» (Rezola, 2006:419).

No dia 24 de Setembro o Estado-Maior do Exército reúne-se para enfrentar a crise: «as questões disciplinares em geral e em particular os SUV e ainda a falta de pessoal de enquadramento com suficiente competência para neutralizar os grupúsculos que se têm vindo a formar no interior das FA» (Rezola, 2006:418). Nessa reunião decide-se a revitalização dos órgãos do MFA ao nível da unidade e regiões militares para evitar a «criação de organizações paralelas dentro dos quartéis» (Idem).

No dia 27 dá-se o assalto e destruição, por manifestantes de extrema-esquerda, da embaixada e consulados de Espanha, contra o regime franquista, em repúdio pela condenação à morte de 6 nacionalistas bascos. As ordens dadas pelo COPCON para proteger as instalações diplomáticas de Espanha não são acatadas.

Quando decide suspender o Governo de funções, a 20 de Novembro de 1975, Pinheiro de Azevedo, no seu estilo frontal e indiscreto, responde a uma jornalista que o tinha questionado sobre a situação militar: «A situação tanto quanto eu sei continua na mesma: primeiro fazem-se plenários e depois é que se cumprem as ordens!»⁶³⁵

Os SUV são de particular importância nesta crise porque, como já referimos, se apresentam contra o MFA, defendem a criação de comissões de soldados – uma vez que caracterizam que as ADUs (Assembleias Democráticas de Unidade) não são democráticas e estão sob controle do MFA – e a sua dinâmica é de crescimento. Embora não existam estudos sobre as ADUs, tudo indica que estas, mais do que órgãos institucionalizados de controlo estrito do MFA, eram espaços de disputa dentro das Forças Armadas. Em Novembro de 1975, há SUV organizados no Porto, Lisboa, Coimbra, Évora, Portalegre e Beja. Em breve surgem ou ressurgem organizações semelhantes dirigidas por outras organizações: a ARPE dirigida pelo PCP; a RPAC pelo MRPP e as Organizações de Soldados e Marinheiros sob liderança da UDP. Os SUV manter-se-ão como a maior e mais importante. Soares dirá mais tarde a Maria João Avilez que: «É exacto, nessa época o poder estava em plena desagregação e era influenciado pelas manifestação de rua (...) Os SUV foram mais um degrau na escalada revolucionária, uma óbvia tentativa de sovietação do Exército, que precederia

⁶³⁵ Arquivo da RTP. <http://www.youtube.com/watch?v=6DB42QUJYSM>. Consultado a 19 de Janeiro de 1975.

naturalmente a destruição da instituição militar, para sobre ela edificar um outro poder»⁶³⁶.

O *Expresso*, descrevendo uma reunião do Conselho da Revolução de 25 de Setembro de 1975 onde se discute a situação militar, escreve: «(...) tendo-se chegado a propor um teste político muito simples: saber quantas personalidades significativas do MFA se sentem capazes de passear calmamente no Rossio» (Rezola, 2006: 420).

Perante a conflitualidade dentro das Forças Armadas o Conselho da Revolução conclui por uma série de medidas repressivas, que passavam sobretudo por saneamentos de militares afectos aos vários sectores de esquerda, numa tentativa de reconstruir a hierarquia militar. Decide-se atender parte das reivindicações dos deficientes das Forças Armadas, dissolver o Regimento de Polícia Militar, e a criação de um Agrupamento Militar de Intervenção (AMI), que seria uma força disciplinada composta por forças operacionais dos três ramos das Forças Armadas, capaz de responder àquilo que consideravam ser uma ameaça à «tranquilidade nacional». Era, segundo Inácia Rezola, uma «tentativa de solucionar a questão da autoridade» (2006:421). A 30 de Setembro, Pinheiro de Azevedo ordena a ocupação dos emissores de televisão e rádio, argumentando que «era para evitar declarar o estado de sítio», que, na sua opinião, era o que a situação de facto exigia» (Rezola, 2006:423). Mas nem assim o conflito vai ser controlado. No dia 1 de Outubro oficiais do Exército selam os emissores da Buraca, em Lisboa, e a PSP fica a vigiar o local. Seguem-se protestos contra a decisão do Governo e a 21 uma manifestação, seguida de acampamento em frente dos emissores, organizada por comissões de soldados, moradores e trabalhadores, consegue a desselagem das instalações. A 7 de Novembro o Governo assume a sua falta de autoridade quando manda destruir à bomba os emissores. Como refere Paula Borges Santos, o caso Rádio Renascença é um espelho da falta de autoridade dos sucessivos governos que não conseguiram controlar o conflito nem com a criação de comissões administrativas, nem com os planos de nacionalização, nem com a ocupação militar da Emissora (Santos, 2000:57). No fim, um único método: a destruição física, à bomba.

Qual é a política do PCP face a estes acontecimentos?

O PCP manterá uma posição *sui generis* em relação ao VI Governo, chefiado por Pinheiro de Azevedo: os comunistas participam no Governo mas não em representação oficial do partido. E a sua política é centralmente a luta contra os

⁶³⁶ AVILEZ, Maria João. Soares. *Ditadura e Revolução*. Lisboa: Público: 1996:483.

saneamentos, pela reorganização do MFA e pela reestruturação do Conselho da Revolução, dando mais peso aos militares gonçalvistas, e finalmente, a recomposição do Governo, exigindo a devolução ao PCP ministérios que este considerava fulcrais, entre eles o Ministério do Trabalho e da Comunicação Social. No início de Setembro, e enquanto decorriam as negociações da formação do VI Governo, a posição do PCP é a de reivindicar uma ampla participação comunista no elenco governamental; exigir o afastamento do PPD do Governo, considerado um partido que atenta contra a «liberdade e democracia»⁶³⁷. As negociações fazem-se com críticas do PCP à esquerda e lançando recados ao PS e Grupo dos 9 de que a participação comunista no VI Governo dependia do grau de compromisso que estes estivessem dispostos a assumir com o PCP.

Assim, o partido lembra aos críticos à sua esquerda que a vitória do fascismo no Chile se deu, entre outras razões, pelo «sectarismo que impediu muitos de se aproximarem das forças progressistas»,⁶³⁸ mas avisa os membros da futura coligação que o PCP não aceitará no Governo uma fórmula que ponha em causa a sua independência política. Sem questionar a sua presença no Governo, uma vez que o PCP considera Pinheiro de Azevedo um oficial prestigiado, um «dos revolucionários de 25 de Abril»⁶³⁹, o partido critica o resultado da Assembleia de Tancos e o afastamento de Vasco Gonçalves (que se tinha disponibilizado para se manter em funções até ao novo Governo): «As condições em que teve lugar a última Assembleia do MFA em Tancos, as alterações subsequentes da composição do Conselho da Revolução e algumas medidas dele emanadas, assim como a demissão do V Governo Provisório que sob a direcção do general Vasco Gonçalves aceitou patrioticamente prolongar por alguns dias mais a sua vigência, são expoentes da crise política cujo fim não se vislumbra fácil»⁶⁴⁰.

O VI Governo toma posse no dia 19 de Setembro de 1975, com uma representação diminuta do PCP. O partido ficará apenas representado com um único ministro, Veiga de Oliveira, ministro das Obras Públicas. O PS fica com 5 ministérios (Comunicação Social, Finanças, Transportes e Comunicações, Agricultura e Pescas e Comércio Extremo), áreas que controlavam directamente o financiamento dos sectores políticos que o PCP dirigia, nomeadamente o sector da reforma agrária, as empresas nacionalizadas e intervencionadas e a política laboral.

⁶³⁷ A solução da crise passa pela negociação». In *Avante!*, Série VII, 11 de Setembro de 1975, p. 2.

⁶³⁸ «O Chile vencerá». In *Avante!*, Série VII, 11 de Setembro de 1975, p. 3.

⁶³⁹ A solução da crise passa pela negociação». In *Avante!*, Série VII, 11 de Setembro de 1975, p. 2.

⁶⁴⁰ A solução da crise passa pela negociação». In *Avante!*, Série VII, 11 de Setembro de 1975, p. 2.

Por isso, quando o Governo toma posse, o grau de compromisso do PCP é directamente proporcional à sua composição. E o partido não o vai esconder. O PCP considera que é um governo que «está longe de corresponder às forças políticas interessadas em assegurar o processo revolucionário»⁶⁴¹ – sobretudo, para o partido, porque tem dois ministros do PPD, mas o partido afirma, em nota da Comissão Política, no dia da tomada de posse, que mesmo assim, decidiu apoiar este Governo porque «a alternativa seria a formação de um governo de direita ou o prolongamento do vazio do poder»⁶⁴² que acarretaria um golpe contra-revolucionário. O partido considera que o Governo servirá se cumprir um programa democrático que inclua: «O combate às actividades contra-revolucionárias, a defesa da ordem democrática, a garantia do exercício das liberdades em todo o território nacional e a consolidação das grandes conquistas da revolução como as nacionalizações e a reforma agrária»⁶⁴³. Este comunicado é também preciso quanto à política que o PCP vai ter face ao movimento social. O partido está disposto a apoiar-se na mobilização social para «defender as liberdades e as outras grandes conquistas da revolução»⁶⁴⁴.

Temendo já a posição diminuída que ia ter no Governo, no dia 18 de Setembro, o partido convoca uma manifestação em que afirma terem estado dezenas de milhares de trabalhadores e onde está presente uma delegação de soldados e marinheiros, e que é assumida pelo partido como uma manifestação «nas vésperas de tomada de posse do VI Governo», para reivindicar: «Não a um Governo de direita», «A classe Operária com a Reforma Agrária», «Contra os saneamentos à Esquerda», «Apoio às Assembleias Populares»⁶⁴⁵. Ao mesmo tempo que justifica à base do partido que a participação no Governo foi uma «difícil decisão» e que o Governo é um «posto de combate» como qualquer outro⁶⁴⁶, os dirigentes do PCP fazem discursos, como este de Octávio Pato, a 3 de Outubro de 1975, onde afirmam que não vão abdicar da sua posição no Governo: «É impossível avançar sem o PCP (...) Nas condições concretas do nosso país, na

⁶⁴¹ «Nota sobre a formação do VI Governo Provisório». In Documentos Políticos do Comité Central o PCP. 3º Volume, Julho/Dezembro de 1975, Lisboa: *Avante!*, 1976. pp. 117-121.

⁶⁴² «Nota sobre a formação do VI Governo Provisório». In Documentos Políticos do Comité Central o PCP. 3º Volume, Julho/Dezembro de 1975, Lisboa: *Avante!*, 1976. pp. 119.

⁶⁴³ «Nota sobre a formação do VI Governo Provisório». In Documentos Políticos do Comité Central o PCP. 3º Volume, Julho/Dezembro de 1975, Lisboa: *Avante!*, 1976. pp. 119.

⁶⁴⁴ «Nota sobre a formação do VI Governo Provisório». In Documentos Políticos do Comité Central o PCP. 3º Volume, Julho/Dezembro de 1975, Lisboa: *Avante!*, 1976. pp. 120.

⁶⁴⁵ «Grandiosa manifestação em Lisboa». In *Avante!*, Série VII, 25 de Setembro de 1975, p. 8.

⁶⁴⁶ «Editorial». In *Avante!*, Série VII, 18 de Setembro de 1975, p. 2.

actualidade, será difícil governar sem os comunistas e mais difícil ainda seria governar contra os comunistas»⁶⁴⁷.

É evidente porém, tendo por base as declarações do Comité Central e as mobilizações, que o PCP tem com este Governo um grau de compromisso inferior aos governos anteriores. Mas quer isto dizer, como afirma Inácia Rezola, que «PCP e extrema-esquerda aparecem, no entanto, unidos no propósito de impedir a estabilização da situação político-militar, apoiando os SUV's e iniciativas como as jornadas de luta dos deficientes das Forças Armadas» (Rezola, 2006:410)?

Há diferenças claras entre o PCP e a extrema-esquerda na mobilização que é levada a cabo durante o VI Governo e na política face à crise militar. Diferenças qualitativas, que surgem no contexto já da tensão interna no partido com a esquerda militar e que não são esbatidas pela participação conjunta em algumas manifestações, como acontece pela contestação a Pires Veloso no Porto ou pela independência de Angola sob a égide do MPLA.

O PCP não apoia os SUV quando estes se formam e não apoia as manifestações do Porto e Lisboa de Setembro de 1975. Forma inclusive a ARPE (Associação Revolucionária de Praças do Exército) a 24 de Setembro de 1975 como tentativa de esvaziar a influência dos SUV. A política do partido é a reconstituição da relação de forças no MFA, encontrando um equilíbrio entre as 3 facções e de oposição à política dos sectores da extrema-esquerda que lutavam contra o Governo e o Conselho da Revolução. Todos os comunicados da Comissão Política do Comité Central do PCP, sem excepção⁶⁴⁸, entre Setembro e Novembro de 1975, defendem que a crise deve ter uma solução política que passa pela estabilização do MFA e a recomposição do Conselho da Revolução. Cunhal, mesmo nas vésperas da independência de Angola, não deixará de afirmar publicamente: «(...) É imprescindível um reforço e reanimação do MFA como movimento progressista e vanguarda revolucionária das Forças Armadas e é imprescindível o reforço das posições dos sectores revolucionários (civis e militares) no Governo Provisório.

Certos radicalistas consideram que o MFA já nada conta na Revolução portuguesa, seja porque o consideram praticamente dissolvido, seja porque o consideram direitista. Em correspondência com esta atitude, formam um juízo

⁶⁴⁷ PATO, Octávio. *Pela Democracia, Pelo Socialismo. Textos da Clandestinidade e Discursos 1974/75*. Lisboa: Edições *Avante!*, 1976, pp. 188-189.

⁶⁴⁸ Ver Documentos Políticos do Comité Central o PCP. 3º Volume, Julho/Dezembro de 1975, Lisboa: *Avante!*, 1976.

completamente negativo em relação ao Conselho da Revolução, que alguns chamam “Conselho da Contra-revolução”. Tais atitudes, profundamente erradas, têm uma influência desorientadora (...) Por muito que estas palavras desagradem aos radicalistas, o MFA e o Conselho da Revolução continuam a ser necessários. A luta das forças progressistas não deve ser para liquidar o MFA e para liquidar o Conselho da Revolução, mas, pelo contrário, para que seja reforçado o MFA como movimento progressista e vanguarda revolucionária das Forças Armadas e para que seja reforçado o Conselho da Revolução com uma participação mais significativa das tendências revolucionárias»⁶⁴⁹. O apoio do partido às movimentações de soldados é inserido na política de reconstrução do MFA, de forma clara pela direcção da organização.

Os SUV distanciam-se da política do PCP desde o início: «O SUV nada tem a ver com o MFA, com as suas estruturas e as suas lutas intestinas. O SUV não pretende operar uma ‘viragem à esquerda’ do MFA, nem tão pouco ‘colocar militares revolucionários no Conselho da Revolução’. O SUV luta, sim, lado a lado com todos os trabalhadores, pela ‘preparação das condições que permitam a destruição do Exército burguês e a criação do braço armado do poder dos trabalhadores: o Exército Popular Revolucionário’. Já o mesmo não se passa com a CDAP e, designadamente, com a ARPE. De facto, no ‘Manifesto da ARPE’, esta organização coloca-se declaradamente no terreno dos conflitos burocráticos e golpistas, internos ao MFA, pedindo ‘uma representação condigna de soldados na Assembleia do Exército e na Assembleia do MFA’... Não é nem será esse o terreno de luta dos SUV»⁶⁵⁰.

Os SUV afirmam-se ainda sem ilusões nas ADUs, que são para a organização de soldados, «órgãos de colaboração de soldados (trabalhadores fardados) com a hierarquia militar (burguesia fardada)»⁶⁵¹. As ADUs, considera a organização, ao serem constituídas por 50% de soldados são «uma pedra na bota dos oficiais»⁶⁵² e por isso os SUV actuam dentro das ADUs. Mas, a posição é romper com as ADUs e construir comissões de soldados, «eleitas e revogáveis a todo o momento»⁶⁵³ e a sua junção com as comissões de trabalhadores e moradores.

O Partido Comunista fará parte da campanha, nacional e internacional, para a comutação da pena de morte dos nacionalistas bascos, apelando a todos «os

⁶⁴⁹ «Discurso no Pavilhão dos Desportos», 7 de Novembro de 1975. In Cunhal, Álvaro. A Crise Político-militar. Discursos Políticos 5. Maio/Novembro de 1975. Lisboa: Edições *Avante!*, 1976, p. 352-353.

⁶⁵⁰ «Os Pontos nos ii... nada de Confusões!». In Os SUV em Luta. Lisboa, 1975, p. 31.

⁶⁵¹ «Não há legalização dos SUV». In Os SUV em Luta. Lisboa, 1975, p. 40.

⁶⁵² «Entrevista com um soldado SUV-Norte». In Os SUV em Luta. Lisboa, 1975, p. 20-30.

⁶⁵³ «Entrevista com um soldado SUV-Norte». In Os SUV em Luta. Lisboa, 1975, p. 20-30.

trabalhadores, democratas e amigos do povo espanhol» que se juntem «pela democracia, pela liberdade, contra o franquismo»⁶⁵⁴. No dia 30 de Agosto, o Secretariado do Comité Central do partido envia um telegrama dirigido a Árias Navarro: «Indignados exigimos comutação pena de morte e libertação patriotas bascos Garmendia e Otaegui»⁶⁵⁵. Mas rejeitará, pela voz de Álvaro Cunhal, em comícios em Lisboa e no Porto, o ataque à embaixada de Espanha, advogando que é um bom exemplo para discutir o «problema da autoridade», uma vez que o assalto é considerado um acto de «anarquia»⁶⁵⁶ que deve ser combatido: «Condenamos firmemente, sem qualquer hesitação, a provocação levada a cabo esta madrugada contra a Embaixada de Espanha»⁶⁵⁷.

A mobilização para a reposição de Corvacho terá o apoio do PCP, que pugnava pelo «fim dos saneamentos feitos à esquerda»⁶⁵⁸ – essa é uma das palavras de ordem do partido neste período – e, sendo uma campanha realizada no Norte do País, tinha o significado de se realizar numa zona onde a onda terrorista e repressiva se abatia directamente sobre o próprio PCP ou em locais de trabalho ou organizações sindicais por ele influenciados. É uma campanha em que PCP e FUR estão juntos, que realiza uma grande manifestação a 6 de Outubro de 1975 e mobiliza os soldados do RASP para ocuparem o CICAP até ao «saneamento de Pires Veloso»⁶⁵⁹. O PCP considera a «ocupação e encerramento do CICAP» uma «tentativa de extinção de uma unidade que se destacou pelas suas posições ao lado do povo»⁶⁶⁰. O *Avante!* publica a descrição da manifestação: «Convocada por comissões de trabalhadores e de moradores e apoiada por organizações políticas, nomeadamente pela DORN do PCP e pela FUR, a manifestação não parava de engrossar com a contínua chegada de trabalhadores e soldados de várias unidades militares de toda a Região Militar Norte. Gritavam-se palavras de ordem de apoio à luta dos soldados do CICAP, gritava-se «reaccionários fora dos quartéis», gritava-se «Portugal não será o Chile da Europa»⁶⁶¹.

⁶⁵⁴ «Contra o franquismo». In *Avante!*, Série VII, 2 de Outubro de 1975, p. 2.

⁶⁵⁵ «Telegrama exigindo a comutação da pena de morte e a libertação de Garmendia e Otaegui». In Documentos Políticos do Comité Central o PCP. 3º Volume, Julho/Dezembro de 1975, Lisboa: *Avante!*, 1976, pp. 113-115.

⁶⁵⁶ «A situação actual analisada por Álvaro Cunhal». In *Avante!*, Série VII, 2 de Outubro de 1975, p. 6.

⁶⁵⁷ «A situação actual analisada por Álvaro Cunhal». In *Avante!*, Série VII, 2 de Outubro de 1975, p. 6.

⁶⁵⁸ «Nota sobre os últimos acontecimentos políticos». In Documentos Políticos do Comité Central o PCP. 3º Volume, Julho/Dezembro de 1975, Lisboa: *Avante!*, 1976, pp. 143-148.

⁶⁵⁹ Cronologia Pulsar da Revolução, Outubro de 1975.

<http://www1.ci.uc.pt/cd25a/wikka.php?wakka=PulsarOutubro75>. Consultado a 19 de Janeiro de 2010.

⁶⁶⁰ «Nota sobre os últimos acontecimentos políticos». In Documentos Políticos do Comité Central o PCP. 3º Volume, Julho/Dezembro de 1975, Lisboa: *Avante!*, 1976, pp. 143-148.

⁶⁶¹ «O povo do Porto está com os militares do CICAP». In *Avante!*, Série VII, 9 de Outubro de 1975, p. 6.

É também no Porto que o partido vai apoiar, junto com outras organizações de extrema-esquerda, o Conselho Municipal do Porto (do qual faziam parte comissões de moradores SAAL, cooperativas, sindicatos, etc.), que a direita procurava destituir⁶⁶². Em Outubro, dia 6, o PCP promove uma manifestação, com trabalhadores rurais alentejanos, de apoio ao Ralis.

Nesta fase PS e PPD realizam manifestações de apoio ao Regimento de Comandos da Amadora (manifestação do PS a 3 de Outubro); a Franco Charais em Coimbra (manifestação do PS a 8 de Outubro) e de apoio a Pires Veloso (manifestação do PPD a 8 de Outubro). Esta última desemboca em confrontos com feridos.

As medidas repressivas de tentativa de reposição da hierarquia militar, sem encontrar consensos à esquerda, têm a oposição do PCP. O partido está contra a constituição do AMI⁶⁶³ e contra a ocupação da RTP e das emissoras de rádio, e «estranha que medidas de tanta gravidade e repercussão na complexa e perigosa situação política que se atravessa tenham sido tomadas sem qualquer consulta ao PCP»⁶⁶⁴.

O discurso de Álvaro Cunhal em que se refere ao assalto à embaixada de Espanha⁶⁶⁵, o comunicado da Comissão Política do Comité Central do PCP sobre a ocupação da RTP e emissoras de rádio⁶⁶⁶, bem como outros que se referem ao CICAP⁶⁶⁷, expressam a posição do partido sobre a questão da crise de autoridade nas Forças Armadas nos seguintes termos: o partido opõe-se a medidas de repressão e saneamento que aumentem o peso da direita nas instituições civis e militares e apoia medidas de reforço da autoridade e disciplina militar, desde que executadas por um MFA que represente os sectores de esquerda. Pede-se a confiança dos soldados e marinheiros nos oficiais do MFA: «Alguns partidos e sectores, quando falam do reforço da autoridade, não estão a pensar no reforço da autoridade revolucionária num país que está fazendo uma revolução, mas no reforço de autoridade contra a própria revolução. Nós, comunistas, compreendemos de forma diferente o problema da autoridade.

⁶⁶² «O Futuro da comissão administrativa da Câmara Municipal do Porto». In *Avante!*, Série VII, 9 de Outubro de 1975, p. 6.

⁶⁶³ «Comunicado sobre a situação política». In Documentos Políticos do Comité Central o PCP. 3º Volume, Julho/Dezembro de 1975, Lisboa: *Avante!*, 1976, pp. 137-143.

⁶⁶⁴ «Nota sobre a ocupação militar da RTP e emissores de rádio». In Documentos Políticos do Comité Central o PCP. 3º Volume, Julho/Dezembro de 1975, Lisboa: *Avante!*, 1976, pp. 127-131.

⁶⁶⁵ «A situação actual analisada por Álvaro Cunhal». In *Avante!*, Série VII, 2 de Outubro de 1975, p. 6.

⁶⁶⁶ «Nota sobre a ocupação militar da RTP e emissores de rádio». In Documentos Políticos do Comité Central o PCP. 3º Volume, Julho/Dezembro de 1975, Lisboa: *Avante!*, 1976, pp. 127-131.

⁶⁶⁷ «Nota sobre os últimos acontecimentos políticos». In Documentos Políticos do Comité Central o PCP. 3º Volume, Julho/Dezembro de 1975, Lisboa: *Avante!*, 1976, pp. 143-148.

Compreendemos o reforço da autoridade para cortar o passo à reacção, para manter e impor a ordem democrática, para liquidar as actividades contra-revolucionárias, para fazer frente e pôr termo ao terrorismo fascista e a provocações violentas dos grupos pseudo-revolucionários, para garantir o exercício dos direitos e liberdade dos cidadãos, para assegurar o prosseguimento do processo revolucionário (...) Ao contrário dos conservadores e reaccionários, que querem instituir uma disciplina cega, à maneira antiga, baseada na coacção (...) pensamos que no Portugal de hoje uma disciplina só é possível baseada numa identidade de aspirações e de objectivos de todas as forças armadas, baseada na fraternidade militar revolucionária, na confiança dos soldados, marinheiros e sargentos nos oficiais do MFA, nos comandos fiéis da revolução portuguesa. O mesmo se pode dizer em relação ao Governo. Mas um governo só poderá ter uma tal autoridade se a sua política não contrariar os objectivos e as conquistas da revolução (...)»⁶⁶⁸.

O PCP e as «Conquistas de Abril»

«A nossa posição quanto ao Governo é determinada pela quota parte da nossa responsabilidade. Se as nossas responsabilidades diminuem, diminui também, compreensivelmente, a margem do nosso apoio ao VI Governo Provisório».

Editorial, *Avante!*, 6 de Novembro de 1975.

Os comunistas no Governo: «um pé dentro outro fora»

A 6 de Novembro de 1975 um debate televisivo de 4 horas pôs frente a frente Mário Soares e Álvaro Cunhal. No longo debate, Mário Soares, reclamando ser «defensor do socialismo» e da «eliminação da grande propriedade», acusa Álvaro Cunhal de querer fazer de Portugal um país satélite da União Soviética e de estar no VI Governo com «um pé dentro outro fora»⁶⁶⁹. Cunhal contesta que essa seja a estratégia do PCP.

Na verdade, os dados empíricos indicam que o PCP tinha muitos «pés» fora do Governo, para mantermos a imagem. O partido estava a ser fisicamente perseguido pelas organizações terroristas (sucediãem-se atentados: na Livraria Avante!, nas cooperativas, etc.). Os militares a ele afectos, saneados. Este acossamento do partido dá-

⁶⁶⁸ «A situação actual analisada por Álvaro Cunhal». In *Avante!*, Série VII, 2 de Outubro de 1975, p. 6.

⁶⁶⁹ <http://www.youtube.com/watch?v=yYbEUMyjtts>. Consultado a 19 de Janeiro de 2010.

se num contexto em que a sua posição no Governo era despicienda. Sectores estratégicos da política do PCP, incluindo a reforma agrária, dependiam directamente do financiamento estatal, cujo acesso estava em perigo com a posição que lhe tinha sido reservada no VI Governo. Deixar de controlar as pastas das Finanças, do Trabalho e da Agricultura era ficar semiparalisado, uma vez que a posição do partido para estes sectores vastos do mundo do trabalho tinha sido alicerçada com base na influência que o PCP tinha nos ministérios e na ligação destes às respectivas empresas e cooperativas. E a direcção do partido não deixará margem para equívocos neste assunto: «O PCP tem feito os possíveis e os impossíveis para evitar que mal constituído o VI Governo, seja logo aberta uma nova crise governamental. Mas tudo tem limites. E as ambições e as pretensões hegemónicas PS-PPD podem criar ao Governo um beco sem saída. Já tornámos claro e insistimos. Uma vez que se fala tanto em proporcionalidade, já que querem reduzir ao mínimo a participação de comunistas no Governo, há que sublinhar que o apoio do PCP ao Governo será muito possivelmente proporcional às responsabilidades que nele venha a assumir»⁶⁷⁰; «A nossa posição quanto ao Governo é determinada pela quota-parte da nossa responsabilidade. Se as nossas responsabilidades diminuem, diminui também, compreensivelmente, a margem do nosso apoio ao VI Governo Provisório»⁶⁷¹.

É com base nesta premissa, reafirmada ao longo de dois meses, entre sensivelmente meio de Setembro de 1975 e a independência de Angola, que o PCP dirigirá e/ou apoiará várias iniciativas. Estes meses serão, excluindo as mobilizações contras os golpes de 28 de Setembro de 1974 e 11 de Março de 1975, em que o partido tinha tido um papel fulcral, os de maior mobilização da base do PCP durante todo o período revolucionário.

Para além das manifestações citadas de apoio ao CICAP, ao Ralis, contra os saneamentos «à esquerda», o partido vai dirigir ou organizar manifestações contra saneamentos nos governadores civis de Lisboa, do Algarve; vai dirigir a mobilização e paralisação dos metalúrgicos, da construção civil, dos padeiros, embora a sua posição face a estes movimento se mantenha, como veremos, ambígua.

A reforma agrária tinha sido mote para várias iniciativas logo em Setembro de 1975 e, como vimos, também os saneamentos de militares afectos ao PCP e ao sector

⁶⁷⁰ «A situação actual analisada por Álvaro Cunhal». In *Avante!*, Série VII, 2 de Outubro de 1975, p. 6.

⁶⁷¹ «A unidade é possível. A contra-revolução será vencida». In *Avante!*, Série VII, 6 de Novembro de 1975, p. 2.

mais à esquerda do MFA tinham suscitado a resistência do partido. Mas parece haver um salto qualitativo na primeira semana de Outubro de 1975 quando o *Avante!* é publicado com uma capa com uma fotografia de uma grande manifestação em Beja de operários e assalariados agrícolas de punho erguido, intitulada «As Forças Revolucionárias passaram à contra-ofensiva»⁶⁷².

O contexto desta reacção do partido é compreensível, como vimos, pelo grau de isolamento a que outros sectores da coligação o pretendem votar, mas é também possível que a intensificação da agressividade do Partido Socialista, que resultou na acusação pública de que o PCP estaria a preparar um golpe, a que se seguiria uma «comuna de Lisboa», tivesse levado o partido a reagir desta forma.

No dia 1 de Outubro, PS e PPD distribuem milhares de comunicados no Norte e Centro do País anunciando um golpe de esquerda preparado pelo PCP, a que o partido responde anunciando que tal posição pode ser um indício de um golpe de direita: a «classe operária deve manter-se vigilante» e impedir um golpe contra-revolucionário⁶⁷³. O PCP denuncia aquilo que considera ser as «inventonas» do PS, a ligação do PPD à direita, a relativa impunidade no País do MDLP e do ELP, a utilização dos retornados para acções terroristas e as contrapartidas de liberalização económica impostas pela CEE em troca de auxílio económico⁶⁷⁴. Mais uma vez, o PCP recorda o golpe de direita do Chile e convida dois destacados membros do Partido Comunista Chileno a visitarem o País nesta altura: Portugal «não será o Chile da Europa», pode ler-se no *Avante!*⁶⁷⁵, a 2 de Outubro de 1975.

Preocupado com a diminuição do peso do PCP na organização do Estado, o líder comunista, num comício, adverte que a «torneira» de recursos do Estado pode estrangular as «conquistas de Abril», e que a melhor forma de o impedir é o PCP manter-se no Governo mas apoiar-se nas mobilizações: «É no Ministério das Finanças que está a torneira de recursos do Estado e depende em larga medida do ministro, dos secretários de Estado, assim como da contribuição da banca nacionalizada, que a torneira se abra ou que a torneira se feche. (...) isto significa que se corre o risco de também através do orçamento e do crédito, se comprometerem as conquistas da revolução incluindo as nacionalizações e a reforma agrária» (...) Na situação

⁶⁷²*Avante!*, Série VII, 9 de Outubro de 1975.

⁶⁷³ «Apelo». In Documentos Políticos do Comité Central do PCP. 3º Volume, Julho/Dezembro de 1975, Lisboa: *Avante!*, 1976, pp. 133-136.

⁶⁷⁴*Avante!*, Série VII, 9 de Outubro de 1975, p. 3.

⁶⁷⁵«O exemplo chileno: uma advertência». In *Avante!*, Série VII, 2 de Outubro de 1975, p. 8.

revolucionária em que vivemos, não se governa apenas de Belém, de São Bento e do Terreiro do Paço. Se os órgãos de poder não têm em conta o que se diz e o que se quer nas fábricas, nos campos e nas ruas (...) correm o risco de fazer decretos que nunca serão aplicados ou de aprovar medidas que logo encontram firme resposta popular»⁶⁷⁶. A 7 de Outubro uma declaração da Comissão Política acusa o PS e o PPD de «uma viragem de 180 graus à direita», de «contra as negociações» estarem a procurar «reduzir ainda mais as possibilidades de intervenção do PCP na política governamental, alterando secretarias de Estado que lhe deveriam ser atribuídas»⁶⁷⁷.

Das palavras de desconforto com a perda de posições no Governo, o PCP passa aos actos. A 7 de Outubro, em Lisboa, uma manifestação convocada pelo Sindicato dos Metalúrgicos, dirigido pelo PCP, desemboca, com milhares de operários (da Lisnave, Setenave, Sorefame, Siderurgia) junto ao Ministério do Trabalho exigindo a aplicação imediata de uma portaria sobre a contratação colectiva para o sector, que tinha sido aprovada no V Governo Provisório. É uma das mais importantes manifestações de todo o período revolucionário, pelo peso do operariado em causa e pelo grau de concentração e organização do sector. Também esta manifestação tem um episódio de confraternização de soldados e manifestantes. Outros protestos, de menor importância porém, seguem-se nessa semana. No dia 9, PCP e FUR apoiam uma manifestação no Algarve contra os saneamentos do governador civil, numa luta que se vai estender pelo mês de Outubro⁶⁷⁸. Em Lisboa, o PCP exige, em manifestação da Comissão Dinamizadora Pró-assembleia popular da 6.ª zona de Lisboa, uma «câmara ao serviço do povo» e a dinamização das assembleias populares⁶⁷⁹. Esta mobilização é acompanhada de um reforço da organização interna e da «reabilitação da vida do partido», com dirigentes do partido a percorrem Portugal de Norte a Sul⁶⁸⁰.

As exigências do PCP de recomposição do Governo vão ser feitas também através da pressão exercida pelos sindicatos contra o Ministério do Trabalho, controlado agora pelo Partido Socialista, através de um militar, Tomás Rosa (ministro) e de um militante do PS, Marcelo Curto (secretário de Estado). Os sindicatos afectos ao PCP são mobilizados precisamente contra «a actuação do Ministro e Secretário de Estado do

⁶⁷⁶ «A situação actual analisada por Álvaro Cunhal». In *Avante!*, Série VII, 2 de Outubro de 1975, p. 6.

⁶⁷⁷ «Comunicado sobre a situação política». In Documentos Políticos do Comité Central o PCP. 3º Volume, Julho/Dezembro de 1975, Lisboa: *Avante!*, 1976, pp. 137-142.

⁶⁷⁸ «Grande Jornada de Luta no Algarve», Comissão Distrital de Faro do PCP, 27 de Outubro de 1975. In Centro de Documentação 25 de Abril, Fundo de Comunicados e Panfletos/PCP, 1974/1975.

⁶⁷⁹ Organismo de direcção da 6ª Zona do PCP, 12 de Outubro de 1975. In Centro de Documentação 25 de Abril, Fundo de Comunicados e Panfletos/PCP, 1974/1975.

⁶⁸⁰ *Avante!*, Série VII, 16 de Outubro de 1975, p. 1.

Trabalho», vista como contrária aos trabalhadores. Rejeita liminarmente a tentativa desse ministério de criar um gabinete de «apoio à vida sindical»⁶⁸¹ por considerá-la uma ingerência do Estado que põe em causa a independência sindical. Quando o Ministério do Trabalho empreende uma série de restrições às reuniões dos seus funcionários e exige que todos os telex enviados do gabinete do ministro sejam submetidos à apreciação do ministro, etc., o PCP declara que os trabalhadores vão resistir a medidas que «fazem lembrar o passado»⁶⁸². Como o ministério tinha sido anteriormente dirigido pelo PCP, muitos dos funcionários eram militantes ou simpatizantes do PCP e não podiam ser substituídos, por força das leis laborais entretanto aprovadas. Outro dos ministros que terá a forte oposição do PCP será Almeida Santos, ministro do PS, que detinha a pasta da Comunicação Social⁶⁸³.

No dia 23 de Outubro de 1975, realiza-se no Rossio uma manifestação unitária, da qual o PCP será um dos principais promotores, convocada por organizações populares da zona de Lisboa, que incluía assembleias populares, comissões de moradores, ADUs, sindicatos e outras organizações. O PCP, na convocatória da Direcção da Organização Regional de Lisboa, faz um apelo à participação neste protesto com a seguinte orientação: oposição ao saneamento do governador civil de Lisboa – por isso o lema «Contra saneamentos à esquerda»; «Revolucionários para o Conselho da Revolução», «Pelo avanço da reforma agrária», «nacionalização, controle da produção», «pelo avanço das assembleias populares», «em defesa das conquistas da revolução»⁶⁸⁴.

Estas mobilizações são acompanhadas de propostas de solução da crise política e militar do País por parte da direcção do partido que, sem excepção, propõem uma saída para a crise concertada com o PS e o Grupo dos 9: exige-se uma solução política, reafirmando a oposição do PCP em apoiar a guerra civil («O PCP pronuncia-se contra a guerra civil e por uma solução política da crise»; «O PCP diz firmemente não à guerra civil»⁶⁸⁵); e a recusa em dirigir as unidades militares que influencia nesse sentido («O PCP insiste na ideia de um encontro com a participação das principais tendências do MFA, do PCP, de outros partidos revolucionários e do PS, para examinar em comum a

⁶⁸¹ «Os sindicatos participam na contra-ofensiva revolucionária». In *Avante!*, Série VII, 16 de Outubro de 1975, p. 9.

⁶⁸² «Que pretende o Ministro do Trabalho?». In *Avante!*, Série VII, 30 de Outubro de 1975, p. 2.

⁶⁸³ «Por uma informação ao serviço da revolução», 3 de Novembro de 1975, DORL do PCP. Centro de Documentação 25 de Abril, Fundo de Comunicados e Panfletos/PCP, 1974/1975.

⁶⁸⁴ «Grande manifestação unitária», 21 de Outubro de 1975, DORL do PCP. Documentos do PCP. Centro de Documentação 25 de Abril, Fundo de Comunicados e Panfletos/PCP, 1974/1975.

⁶⁸⁵ «Comunicado sobre a situação política». In Documentos Políticos do Comité Central do PCP. 3º Volume, Julho/Dezembro de 1975, Lisboa: *Avante!*, 1976, pp. 137-142.

situação e a saída da crise»⁶⁸⁶); o Partido Socialista deve despegar-se da sua aliança com o PPD e os sectores mais conservadores da sociedade e aceitar uma reposição da coligação com o PCP; o Grupo dos 9 deve aceitar a reposição de um equilíbrio no MFA favorável ao PCP («Num Governo saído de uma solução global da crise, com a necessária exclusão do PPD, num leque político de forças de esquerda, onde obrigatoriamente deveriam estar o PS e o PCP, deverá participar um MFA reunificado, reconduzido ao seu insubstituível papel de vanguarda revolucionária das Forças Armadas e de braço armado da Revolução»⁶⁸⁷). Finalmente a estabilidade só poderá ser assegurada, na óptica da direcção comunista, se se concretizar a reforma agrária e se garantir a independência de Angola sob a direcção do MPLA.

Esta política – apoiar-se na mobilização para medir forças e negociar a sua posição dentro do VI Governo e assegurar aquilo que o partido considera serem as «conquistas de Abril» – vai trazer sérios problemas à direcção comunista. Primeiro, porque nenhum dos objectivos do PCP, à excepção da reforma agrária, estava a ser conseguido pelas mobilizações: o PS não recua e o peso do PCP no Governo não aumenta; o MFA não existe enquanto direcção organizada, mantendo-se um Conselho da Revolução dominado pelo Grupo dos 9 e vastos sectores da base militar sem obediência aos oficiais do MFA; o Governo não se compromete a reconhecer o Governo do MPLA. Em segundo lugar porque, apesar do esforço e da organização do PCP, era muito difícil garantir que os trabalhadores e outros sectores populares mobilizados contra as medidas do VI Governo e do Conselho da Revolução aceitassem com estes uma solução de compromisso. O PCP ver-se-á constringido a, nos mesmos documentos em que apela às «formas de organização popular» contra as medidas do VI Governo, defender a unidade com o PS. Depois do encontro de dia 21 de Outubro entre uma delegação do Conselho da Revolução, do PS e do PCP, em Belém, o partido escreve em editorial que: «Nunca talvez como no momento actual foi tão necessário para assegurar a vitória da revolução saber definir o inimigo principal e saber distinguir inimigos de aliados, mesmo que estes sejam hesitantes e conjunturais»⁶⁸⁸.

Há sinais de que esta política tem reflexos contraditórios dentro do partido. O PCP confirma que as lutas «atraem gente que é partidária ou simpatizante de muitos

⁶⁸⁶ «Nota sobre os últimos acontecimentos políticos». In Documentos Políticos do Comité Central do PCP. 3º Volume, Julho/Dezembro de 1975, Lisboa: *Avante!*, 1976, pp. 143-148.

⁶⁸⁷ *Avante!*, Série VII, editorial, 6 de Novembro de 1975, p. 2

⁶⁸⁸ *Avante!*, Série VII, editorial, 23 de Outubro de 1975, p. 2.

diversos partidos»⁶⁸⁹. *O Militante* de Novembro de 1975, portanto dois meses depois da ruptura com a FUP, tem um longo artigo dedicado a explicar aos militantes a relação do PCP com a FUR, onde se defende que o PCP tem solidez ideológica, não confunde desejos com a realidade como os grupos esquerdistas e que a não participação em algumas acções com a FUR se deve ao facto de o partido querer evitar contribuir para aquilo que considera ser o sectarismo: «O partido do proletariado, em que a grande massa da classe operária que o compõe, a experiência de muitas dezenas de anos lhes conferem serenidade e maturidade que certos grupos políticos, formados e influenciados principalmente pela pequena burguesia, que lhe determinam uma instabilidade, um desespero e um radicalismo característico»⁶⁹⁰; «A não adesão do partido a certas suas (FUR) iniciativas que apresentavam objectivos concretos explica-se pela simples razão de que é importante não alimentar, com a participação maciça dos comunistas, uma organização em que alguns dos seus componentes mostram ter principalmente como objectivo a instrumentalização das massas por uma política sectária em benefício próprio»⁶⁹¹; «Nestas condições políticas, em que as perspectivas revolucionárias são visíveis mas as forças contra-revolucionárias ainda têm força capaz de retardar a concretização dessas perspectivas, é fácil fugir-se à análise fria da realidade e substituí-la pelo empolgamento dos desejos»⁶⁹².

Reforma Agrária: dividir a terra pelos trabalhadores ou os trabalhadores pela terra?

Dividir os trabalhadores pelas terras do Estado. Esta foi a fórmula sob a qual se realizou a reforma agrária em Portugal em 1975, sob a direcção e coordenação do Partido Comunista Português. Isto foi feito através da criação das Unidades Colectivas de Produção (UCPs) e da luta pelo financiamento destas, medidas concretizadas pela mobilização do partido durante o VI Governo Provisório, entre Setembro e Outubro de 1975.

A 16 de Abril de 1975, em Beja e em Évora, mais de 20 000 trabalhadores agrícolas manifestam-se sob a palavra de ordem «Queremos a Reforma Agrária!»,

⁶⁸⁹ *O Militante*, Série IV, Novembro de 1975, nº 5, p. 14.

⁶⁹⁰ *O Militante*, Série IV, Novembro de 1975, nº 5, p. 16.

⁶⁹¹ *O Militante*, Série IV, Novembro de 1975, nº 5, p. 17.

⁶⁹² *O Militante*, Série IV, Novembro de 1975, nº 5, p. 17.

exigindo a expropriação dos latifúndios sem indemnização (Barreto, 1984:55). O IV Governo Provisório, a 7 de Julho de 1975, aprova, com ausência do PS, as leis da reforma agrária, mas adia a sua publicação, que só se vai concretizar já no V Governo, a 11 de Agosto de 1975. A Zona de Intervenção da Reforma Agrária (ZIRA), abrangia os distritos de Beja, Évora, Portalegre e Setúbal, parte do Sul do distrito de Castelo Branco e de Santarém, bem como dois concelhos de Lisboa e as freguesias do distrito de Faro confinantes com o distrito de Beja. Correspondia a 40% do território nacional.

Durante o IV Governo generalizam-se as ocupações de terras, cujo mote é a oposição à sabotagem económica, o desemprego e o subaproveitamento dos solos. Os sindicatos estão a liderar a maioria das ocupações, e a justificação para as mesmas era que estas estavam a ser feitas de forma legal, uma vez que a lei da reforma agrária já tinha sido aprovada. Nesta fase constitui-se um Ministério da Agricultura, que será dirigido por um homem próximo do PCP, Oliveira Baptista, ministro do IV e V Governos Provisórios. Para evitar as ocupações selvagens – que o PCP condena – o partido apoia a criação dos centros e conselhos regionais da reforma agrária (Piçarra, 2008:135), em dependência do Ministério. Os sindicatos têm um papel de estreita ligação ao aparelho de Estado. Barreto fala mesmo de «osmose» (Barreto, 1984:72): «A “osmose” oficial dos sindicatos (...) Mas é nas instituições propriamente ditas que mais se revela o poder “oficial” dos sindicatos. Estes ficaram ligados às comissões técnicas concelhias, às CDRs (comissões distritais rurais) e aos conselhos regionais da reforma agrária, tendo tido larguíssima influência (1975) nos centros regionais de reforma agrária» (Barreto, 1984:72).

A partir do V Governo, e à medida que crescem as ocupações, a política do PCP é tentar agrupar todas as terras ocupadas (em geral os trabalhadores ocupavam as terras onde trabalhavam) em grandes unidades colectivas de produção. O PCP abandona definitivamente a política de dividir a terra por quem a trabalha – um dos meios de reforma agrária prevista em *Rumo à Vitória* – pela política de, nas palavras de Barreto (1984:52), dividir os trabalhadores pelas terras. Pelas terras...do Estado, acrescenta Constantino Piçarra (Piçarra: 2009:17). Mas esta não foi uma medida pacífica entre os trabalhadores rurais, como assinala o estudo de Barreto que cita vários testemunhos de trabalhadores a defenderem a divisão da terra pelos trabalhadores (Barreto, 1984:52). Mas esta era a fórmula que permitiria ao PCP granjear o apoio total dos assalariados agrícolas da ZIRA garantindo uma reivindicação histórica destes homens, cuja extrema miséria foi retratada nos romances dos neo-realistas, o mais fecundo movimento

literário de resistência à ditadura: o emprego permanente e para todos. Fórmula que se enquadrava também na política do PCP de manter uma estreita ligação entre o movimento social e o Estado.

Uma das principais reivindicações do partido é, portanto, que o crédito para as UCPs possa ser usado no pagamento de salários. E é a aprovação deste crédito que vai tornar as UCPs uma realidade, pois a maioria constituiu-se em Outubro de 1975. Não se sabe porque o V Governo não aprovou esta medida. Oliveira Baptista resiste a aprová-la no V Governo, apesar de ser um homem próximo do PCP. A resposta pode estar na complexidade do V Governo (cujo equilíbrio não era todo administrado pelo PCP) ou na vontade do PCP de não criar um problema adicional à sua estratégia de negociação no VI Governo. O que sabemos é que o VI Governo toma posse afastando o PCP praticamente de todos os ministérios determinantes, incluindo, em parte, o da Agricultura. Era agora ministro da Agricultura Lopes Cardoso, do PS, mantendo-se como secretário de Estado António Bica, do PCP.

É neste contexto que se vai dar a mobilização do PCP pela reforma agrária, durante a vigência do VI Governo. Depois de o partido constatar a sua marginalização no VI Governo, começa uma mobilização de base por duas políticas: permitir às UCPs acederem ao crédito agrícola para pagamento de salários e dotar os centros regionais da reforma agrária de uma verba para assegurar a actividade produtiva e a subsistência das unidades de produção. Os decretos são publicados a 27 e 29 de Setembro de 1975 (crédito aos salários) e 17 e 29 de Outubro (verba para os centros).

O PCP inicia a mobilização dos assalariados agrícolas a meio de Setembro e só recua no final de Outubro, quando o último decreto é publicado. No dia 17 de Setembro os sindicatos agrícolas fazem uma paralisação no Alentejo, apoiada no *Avante!*⁶⁹³. No dia 25 de Setembro de 1975, a capa do *Avante!* destaca: «Defender firmemente a reforma agrária.» Junto do título, uma foto de Álvaro Cunhal no Alentejo, rodeado de centenas de proletários agrícolas. A política é ofensiva. O PCP considera que há uma investida contra a reforma agrária, acusa os sectores ligados à ALA de a dirigirem e anuncia uma mobilização geral porque «não se trata apenas de não andar para trás. Há que exigir marchar em frente pois é essa a única forma de respeitar e cumprir o programa da revolução portuguesa»⁶⁹⁴. Se nas nacionalizações se tratava não de exigir novas medidas mas do seu não retrocesso, a reforma agrária aguarda concretização. De

⁶⁹³ *Avante!*, Série VII, 18 de Setembro de 1975, p. 1.

⁶⁹⁴ *Avante!*, Série VII, 25 de Setembro de 1975, p. 1.

facto, durante Outubro de 1975, dão-se 2/3 do total das ocupações de todo o período revolucionário (Piçarra, 2008). A 12 de Outubro realiza-se o I Encontro dos Trabalhadores Metalúrgicos e Agrícolas do Sul, com mais de 8000 delegados dos sindicatos que decidem pela paralisação do trabalho em todo o Sul do País se «as medidas de apoio técnico e financeiro à Reforma Agrária não forem imediatamente concretizadas»⁶⁹⁵. O encontro aprova uma moção, onde entre outras vontades, expressamente se exige o uso do crédito para pagar salários: «O I Encontro dos Trabalhadores Metalúrgicos e Agrícolas do Sul aprovou uma moção segundo a qual se exige ao VI Governo Provisório “que os 4 milhões de contos ainda não utilizados, dos 5 milhões destinados pelo V Governo para créditos de emergência, sejam entregues sem demora pelas Comissões Liquidatárias dos Grémios da Lavoura e agências bancárias, para salários, compra de adubos, pesticidas, rações, sementes e combustíveis»⁶⁹⁶.

Nesta fase o PCP exige igualmente que o VI Governo não recue nas medidas tomadas face aos camponeses do Norte pelo V Governo, nomeadamente que Pinheiro de Azevedo certifique a aplicação da lei dos baldios e da abolição dos foros⁶⁹⁷.

Mas a pressão do partido vai mais longe e o PCP anuncia, nas páginas do *Avante!*, a 16 de Outubro, a criação de uma campanha, lançada pelos dirigentes dos sindicatos agrícolas, da indústria e dos serviços, pela constituição de um Fundo Revolucionário de Apoio à Reforma Agrária, «o qual seja independente do Estado e geridos pelos próprios trabalhadores»⁶⁹⁸.

No dia 17, um despacho do secretário de Estado da Estruturação Agrária dota os centros regionais da reforma agrária de uma verba de 25 mil contos para assegurar a actividade produtiva dos membros das unidades de produção geridas pelos trabalhadores em vias de legalização e a 29 de Outubro é publicado esse despacho.

A partir desta data, a reforma agrária deixa de ser um eixo central da actuação do partido, que gira agora para a questão da independência angolana. O PCP recolhe-se nas críticas ao ministério da Agricultura e, quando em Novembro exige a demissão de dois ministros, são os do Trabalho e da Comunicação Social.

Estava ganha, nestes moldes, a batalha do partido pela concretização da reforma agrária. Pela cronologia das manifestações e paralisações e pelas medidas tomadas pelo Governo, deduz-se que o objectivo dessa mobilização era de facto a resolução da

⁶⁹⁵ «Aliança dos Operários e Camponeses». In *Avante!*, Série VII, 16 de Outubro de 1975, p. 5.

⁶⁹⁶ «Aliança dos Operários e Camponeses». In *Avante!*, Série VII, 16 de Outubro de 1975, p. 5.

⁶⁹⁷ «Os camponeses do Norte exigem...». In *Avante!*, Série VII, 16 de Outubro de 1975, p. 5.

⁶⁹⁸ *Avante!*, Série VII, 16 de Outubro de 1975, p. 9.

construção das UCPs e o seu financiamento. Fica porém uma pergunta de fundo por responder. Por que fez o PCP da reforma agrária uma bandeira inegociável? Por que se tratava de «avançar», como defendeu Álvaro Cunhal, ser ofensivo, e não só de «não recuar»?

É difícil responder, de forma taxativa, com os elementos de que dispomos. Os autores por nós estudados, António Barreto, Oliveira Baptista, Constantino Piçarra, assinalam a este respeito a centralidade da resolução da questão do emprego. Terá sido certamente uma questão importante, mas não é estratégica. A questão do emprego também o era, e com maior acuidade, no sector operário, onde já havia mais de 300 000 desempregados nas cinturas industriais das grandes cidades, sobretudo Lisboa, e isso não demovia o partido da sua política de contenção revolucionária. Duas hipóteses devem ser analisadas com mais profundidade nesta questão, cremos. Sem que possamos, porém, concluir por nenhuma delas.

As UCPs permitiram centralizar um movimento de ocupações que no quadro da crise do VI Governo saíria fora do controle do PCP. Mas a política expressa no *Avante!* não parece limitar-se a controlar o movimento. Dirige-o, ofensivamente. Por isso, a outra hipótese que avançamos é que a reforma agrária granjeava um apoio de militância, de organização, de recursos estratégicos, no quadro do fim da revolução, que se avizinhava. Na ZIRA estava um apoio hegemónico ao PCP, e isso foi óbvio particularmente nos resultados eleitorais das décadas seguintes, onde só paulatina e timidamente o PS conseguiu erodir a base eleitoral do PCP aí, e mesmo assim com muitas dificuldades. Ao concretizar a reforma agrária, o PCP consolidava uma amplíssima base social e eleitoral, sem que essa medida – ao contrário do que significaria o apoio à dualidade de poderes nas fábricas ou nos quartéis – pusesse em causa a estratégia política do partido.

A independência de Angola

«Amanhã, lembremos, será a independência de Angola. Até ao momento em que escrevemos, não é conhecida a posição final do Governo. As hesitações terão ido até ao fim, até ao derradeiro instante, e está bem que assim seja, num país em que a hesitação

tem sido a única constante política»⁶⁹⁹. Foi assim que o futuro Nobel da literatura, à altura jornalista do *Diário de Notícias* e membro do PCP, José Saramago, comentava a indecisão do VI Governo em reconhecer a independência de Angola, apenas um dia antes da data estipulada pelos Acordos de Alvor, em Janeiro de 1975. Saramago reflectia o sentimento de todo o Partido Comunista e também de vastas camadas da extrema-esquerda, que apoiavam o MPLA.

Os Acordos de Alvor, assinados em Janeiro de 1975, não chegam a «secar a tinta», na expressão de Maxwell (1999:142). Entre Novembro de 1974 e Janeiro de 1975 as tropas da FNLA deslocam-se, a partir da sua base no Zaire, para a fronteira noroeste de Angola. Até Março, parece haver um impasse entre as facções, mas a partir desta data começa a luta generalizada entre o MPLA e a FNLA na capital. Em Maio de 1975 fala-se abertamente em guerra civil e começa o êxodo do território angolano, em direcção sobretudo a Portugal, chegando ao País cerca de 200 000 retornados (Pinto, 2001:78).

Angola tornava-se território aberto de disputa, em que intervinham directamente, com armas e financiamento, os EUA, a União Soviética e a China. A FNLA tinha recebido apoio dos chineses em 1973, estava muito ligada ao Zaire e recebia apoio de Mobutu e dos EUA, por via deste. A sua base, uma comunidade de 700 000 bacongos do Norte de Angola. O MPLA tinha muita força na capital de Angola, Luanda, e tinha uma liderança «urbana, esquerdista e racialmente mista» (Maxwell, 1999: 145). As suas raízes eram cerca de 1,3 milhões de umbundos que habitavam em Luanda e no interior. Tinham o apoio da União Soviética. A UNITA, apoiada pela África do Sul e Estados Unidos, liderada por Jonas Savimbi, tinha a sua base em 2 milhões de ovimbundos do planalto central de Benguela. Em 1974 Angola tinha, com excepção da África do Sul, a maior população branca da África subsariana, era rica em recursos naturais (petróleo, diamantes, ouro) e produção agrícola (algodão, café, milho, etc.). Tinha uma balança comercial favorável com o resto do Mundo, ao contrário das outras colónias portuguesas.

Segundo Maxwell, a Comissão para a Libertação da OUA concluiu que, no início de 1975, a UNITA dispunha de maior apoio social, o MPLA do menor apoio e a FNLA estaria algures no meio. No início desse ano a OUA – tal como a URSS – apoiavam a ideia de um governo de coligação (1999:145). Depois, a posição da URSS

⁶⁹⁹ «O 9 de Novembro», 10 de Novembro de 1975. In SARAMAGO, José. *Os Apontamentos*, Lisboa: Caminho, 1990, p. 345-348.

evoluiu para defender o MPLA, e, a partir do envio de soldados cubanos em Outubro de 1975, entrar directamente no conflito armado. Do outro lado, os EUA tentam derrotar o MPLA a partir do Zaire e do Sul de Angola.

A política do PCP, que apoia os Acordos de Alvor em Janeiro é, a partir de Março, Abril, de 1975, de exigir que o Governo reforce os laços com o MPLA: para que a « reacção não passe em Angola » as Forças Armadas portuguesas deveriam actuar em parceria com o MPLA para não deixar fazer em Angola « outro Vietname »⁷⁰⁰. A defesa do MPLA não era, de forma alguma, uma política só do PCP. Na segunda semana de Junho de 1975 o PCP organiza com a UEC, o MDP, a FSP, o MES, a ASJ, a LCI, uma manifestação na Praça do Chile de apoio ao MPLA. Em comunicado, o partido defende que há um ataque « com fortes apoios internacionais aos verdadeiros interesses do povo angolano e da revolução », caracterizando que aquilo que puser em causa a independência em Angola porá também em risco a revolução portuguesa⁷⁰¹.

No dia 22 de Agosto de 1975, o V Governo, chefiado por Vasco Gonçalves, declara suspensos os Acordos de Alvor, que a realidade tinha tornado inexecutáveis: Portugal não tinha capacidade para garantir a segurança do território e as hipóteses de um governo tripartido de transição, tal como estava previsto nos Acordos de Alvor, ruíam. Costa Pinto defende que com a escalada dos confrontos armados, Portugal torna-se de facto impotente como mediador (Pinto, 2001:77).

O VI Governo nasce sob o signo da hesitação porque PS e PPD não querem que a independência seja declarada sob Governo do MPLA, insistem na manutenção da solução prevista nos Acordos de Alvor, e o PCP pressiona no sentido contrário, afirmando que os Acordos « não são nem nunca foram solução para nada »⁷⁰². Durante a escalada da guerra nos meses antes da independência, o PCP fará todos os esforços no sentido de denunciar a posição da China e dos EUA e defender o MPLA. A postura do partido é norteada pela posição da URSS. De salientar que nesta altura o partido também faz campanha pela independência de Timor e de apoio à Fretilin, contra a invasão da Indonésia⁷⁰³.

A mobilização de Outubro de 1975 contra o VI Governo deve também ser entendida como uma mobilização pela vitória do MPLA. O Festival de Outono do partido, realizado na segunda semana de Novembro de 1975, centra-se precisamente na

⁷⁰⁰ «A reacção não passará em Angola». In *Avante!*, Série VII, 10 de Abril de 1975, p. 1.

⁷⁰¹ *Avante!*, Série VII, 12 de Junho de 1975, p. 5 e *Avante!*, Série VII, 8 de Maio de 1975, p. 10.

⁷⁰² *Avante!*, Série VII, 13 de Novembro de 1975, p. 7.

⁷⁰³ *Avante!*, Série VII, 13 de Novembro de 1975, p. 7.

reforma agrária e na independência angolana. Em Outubro de 1975, o PCP declara a criação e apoio ao Órgão Coordenador do Movimento Popular de Libertação de Angola para a Europa e defende que o MPLA é o único movimento de libertação legítimo e que os outros são grupos «fantoques», pelo que não pode haver entendimento entre eles e o MPLA⁷⁰⁴. O *Avante!*, sobredimensionando a implantação militar do MPLA, anuncia então que o Movimento controla 2/3 do território e que o MPLA estava preparado para «assumir em 11 de Novembro as suas responsabilidades históricas como vanguarda revolucionária do povo angolano»⁷⁰⁵. No dia 25 de Outubro de 1975 um comunicado da Comissão Política do PCP exige «que Portugal prossiga uma firme política de descolonização, rechace as ingerências imperialistas, retire todas as suas tropas e respeite o acesso à independência do povo de Angola na data fixada: 11 de Novembro»⁷⁰⁶.

No dia 5 de Novembro, um novo comunicado da Comissão Política assume agora as dificuldades militares do MPLA e acusa a ingerência estrangeira de as determinar. O partido sobe o tom das acusações e denúncia que membros da ex-PIDE e do ELP são mercenários ao serviço da FNLA e da UNITA e estão enquadrados pelas tropas do regime do *apartheid*. O comunicado insta o Governo a reconhecer o MPLA e adverte: «Um eventual atraso no reconhecimento desta realidade comprometeria o prestígio do processo de descolonização seguido pela revolução portuguesa, como comprometeria o prosseguimento das boas relações do povo português com os países progressistas do terceiro mundo e com os países do campo socialista»⁷⁰⁷.

É neste contexto que o partido promove uma mobilização, que vai denominar «Três dias de vigilância popular», a 9, 10 e 11 de Novembro de 1975, cujo objectivo é pressionar o VI Governo para reconhecer o MPLA, mas que é oficialmente indicada pelo PCP como dias de vigilância para evitar as «graves provocações ao País», dirigidas pela «contra-revolução», que a independência de Angola pode provocar⁷⁰⁸. Mas não era só o PCP que pressionava, apoiando-se nas ruas, para alcançar os seus objectivos. Nesses dias, o Conselho da Revolução manda destruir o emissor da Rádio Renascença à bomba, numa operação coordenada pelo AMI, e em Rio Maior a CAP organiza

⁷⁰⁴ «MPLA: Vanguarda revolucionária». In *Avante!*, Série VII, 9 de Outubro de 1975, p. 5.

⁷⁰⁵ «MPLA: Vanguarda revolucionária». In *Avante!*, Série VII, 9 de Outubro de 1975, p. 5.

⁷⁰⁶ «Comunicado sobre a situação política em Angola». In Documentos Políticos do Comité Central o PCP. 3º Volume, Julho/Dezembro de 1975, Lisboa: *Avante!*, 1976, pp. 153-158.

⁷⁰⁷ «Nota sobre a independência de Angola». In Documentos Políticos do Comité Central o PCP. 3º Volume, Julho/Dezembro de 1975, Lisboa: *Avante!*, 1976, pp. 159-164.

⁷⁰⁸ «Apelo para três dias de vigilância popular». In Documentos Políticos do Comité Central o PCP. 3º Volume, Julho/Dezembro de 1975, Lisboa: *Avante!*, 1976, pp. 179-183.

barricadas contra a reforma agrária. No mesmo dia, os EUA reconhecem publicamente o apoio à UNITA e à FNLA. No dia 8 começa o conflito dos pára-quedaistas, que denunciam ter sido manipulados para destruir o emissor da Rádio Renascença e no dia 9, uma grande manifestação convocada pelo PS e pelo PPD apoia nas ruas o VI Governo e denuncia o «golpismo do PCP»⁷⁰⁹.

Mediam-se forças em Lisboa, que menos de dois anos antes era ainda a metrópole do último império colonial. No dia 11 de Novembro de 1975, o alto-comissário, almirante Leonel Cardoso, transfere a soberania portuguesa para o Estado angolano, para um vago «povo angolano», não reconhecendo oficialmente qualquer dos dois governos: o de Luanda, liderado pelo MPLA, e o do Huambo, apoiado pela FNLA e UNITA. Só em 22 de Fevereiro de 1976, o VI Governo Provisório reconhecerá oficialmente o governo do MPLA, em Luanda.

Sérgio Vilarigues e Francisco Miguel, dois destacados membros do Comité Central do PCP, participam em Luanda nas cerimónias de independência de Angola. Álvaro Cunhal lamenta não estar presente e escreve a Agostinho Neto uma carta, que será publicada na primeira página do *Avante!*, onde se compromete a lutar pelo estabelecimento de relações entre Angola e Portugal⁷¹⁰. No dia 11 de Novembro, o Comité Central do PCP dirige uma carta de felicitação a Agostinho Neto, Presidente da República Popular de Angola, onde expressa a solidariedade dos membros do Partido Comunista ao novo Governo. O comunicado declara ainda que o estabelecimento de boas relações de amizade e cooperação entre os dois países exige que se vençam as resistências das forças «reaccionárias e conservadoras de Portugal»⁷¹¹. No mesmo dia, um outro comunicado do Comité Central do PCP, dirigido desta vez ao MPLA, glorifica o Movimento e expressa o desejo de se ultrapassarem as «dificuldades resultantes das hesitações do Governo português»⁷¹².

No dia 12, de novo Saramago, num artigo intitulado «O inútil reconhecimento», lamenta que o Governo, «já ia alta a madrugada» tenha reconhecido o Estado de Angola, mas que não tenha reconhecido o governo do MPLA⁷¹³.

⁷⁰⁹ Cronologia Pulsar da Revolução. In <http://www1.ci.uc.pt/cd25a/wikka.php?wakka=PulsarNovembro75>. Consultado a 26 de Janeiro de 2010.

⁷¹⁰ *Avante!*, 13 de Novembro de 1975, p. 1.

⁷¹¹ «Felicitação a Agostinho Neto...». In Documentos Políticos do Comité Central do PCP. 3.º Volume, Julho/Dezembro de 1975, Lisboa: *Avante!*, 1976, pp. 175-187.

⁷¹² «Saudação ao MPLA». In Documentos Políticos do Comité Central do PCP. 3º Volume, Julho/Dezembro de 1975, Lisboa: *Avante!*, 1976, pp. 189-193.

⁷¹³ «O inútil reconhecimento», 12 de Novembro de 1975. In SARAMAGO, José. *Os Apontamentos*, Lisboa: Caminho, 1990, pp. 348-350.

A Comissão Política do PCP, em comunicado onde reafirma as divergências com o Governo Provisório, nomeadamente no que diz respeito à reforma agrária e à descolonização de Angola, declara em polémica com a posição do PS que: «Argumentos como os de que o reconhecimento do MPLA e do governo por ele formado como governo legítimo de Angola prejudicam as nossas relações com aliados de Portugal, favorece o desequilíbrio da correlação de forças em África ou compromete a segurança do Atlântico Sul, recordam a orientação defendida pelo fascismo para o prosseguimento das guerras coloniais (...)»⁷¹⁴.

No dia 13 de Novembro, «Angola Independente» é a capa do jornal *Avante!*⁷¹⁵.

O PCP e o 25 de Novembro de 1975

A 12 de Novembro de 1975, uma grande manifestação de operários da construção civil, algumas dezenas de milhares, cerca o Palácio de São Bento, em Lisboa, onde se reunia a Assembleia Constituinte. O cerco dura dois dias. A manifestação, que começa por centrar-se nas reivindicações laborais do sector da construção civil e que se radicaliza pela recusa do Ministério do Trabalho em receber os trabalhadores, converte-se rapidamente numa mobilização contra o VI Governo. Uma demonstração de força dos trabalhadores que questionam a própria Assembleia Constituinte, ao sitiar o seu local de reunião e sequestrar os deputados aí reunidos. O PCP participa na manifestação com prudência: acusa o Ministério do Trabalho de ser inoperante e de ter uma política de «avestruz» ao negar-se a receber os trabalhadores; considera inaceitável o Ministério ter resolvido encerrar as suas delegações para não receber estes trabalhadores⁷¹⁶; exige que as reivindicações dos trabalhadores da construção civil sejam satisfeitas. Mas opõe-se firmemente ao cerco, num comunicado distribuído ainda no próprio dia 13: «O PCP considera que os acontecimentos desenrolados à volta do Palácio de S. Bento no decorrer da grandiosa manifestação e concentração ali efectuadas são da inteira responsabilidade do Ministério do Trabalho e do Governo. Durante bastante tempo os trabalhadores foram entretidos com falsas promessas (...) Apoiando a manifestação e a concentração de S. Bento, o PCP discorda,

⁷¹⁴ «Nota sobre a actual situação política», 12 de Novembro de 1975. In Documentos Políticos do Comité Central do PCP. 3º Volume, Julho/Dezembro de 1975, Lisboa: *Avante!*, 1976, pp. 195-200.

⁷¹⁵ *Avante!*, Série VII, 13 de Novembro de 1975, p. 1.

⁷¹⁶ «Trabalhadores da Construção civil em Luta». In *Avante!*, Série VII, 13 de Novembro de 1975, p. 2.

porém, do sequestro dos deputados da Assembleia Constituinte e do primeiro-ministro» (...) o sequestro não é forma de luta que favoreça os trabalhadores»⁷¹⁷.

Mais tarde, em 1976, no balanço que faz da actuação da esquerda militar na revolução (no capítulo «Avanço impetuoso da revolução» da obra *A Revolução Portuguesa. O Passado e o Futuro*), Cunhal afirma que o cerco, tal como outras acções, fora provocado pela esquerda militar e os «esquerdistas» a ela associados: «Tanto as lutas de massas como as lutas militares foram negativamente influenciadas por manobras esquerdistas para se assenhorem do processo e para empurrarem sistematicamente as acções para choques com as forças armadas. Tal sucedeu com o cerco ao VI Governo Provisório em S. Bento pelos deficientes das Forças Armadas e pelos trabalhadores da construção civil, com o caso Rádio Renascença conduzido ao paroxismo pela aventura, com certo verbalismo na 5.^a Divisão, com a «bagunça» esquerdista pseudo-revolucionária em algumas unidades como o RALIS e a PM»⁷¹⁸.

Era cada vez mais evidente que a situação social, marcada por um nível de permanente conflito, fugia também ao controle do próprio PCP, que num comunicado a 12 de Novembro insta o Governo a restabelecer uma política de alianças e as «massas trabalhadores a vencerem os divisionismos e desentendimentos»⁷¹⁹. A Comissão Política faz saber que «o pseudo-revolucionarismo esquerdistas encontra terreno fértil para atrair certas camadas da população e conduzi-las à aventura»⁷²⁰.

Também o VI Governo fica perplexo com a radicalização do processo e, quando suspende funções uma semana mais tarde, a 20 de Novembro, já em contagem decrescente para o golpe de 25 de Novembro, alega que o cerco foi inadmissível. Pinheiro de Azevedo, no seu tom característico, dá uma famosa entrevista, já aqui em parte citada, onde diz estar «cansado de ser sequestrado», e que suspende o Governo, entre outras razões, por causa das manifestações, que são «tantas que já nem se lembra bem quais»:

⁷¹⁷ «Nota do PCP sobre a greve e a manifestação da construção civil», 13 de Novembro de 1975. Nota da Comissão Política do CC do PCP. In Documentos do PCP. Centro de Documentação 25 de Abril. Coimbra.

⁷¹⁸ CUNHAL, Álvaro. *A Verdade e a Mentira na Revolução de Abril (A contra-revolução confessa-se)*. Lisboa: Edições *Avante!*, 1999, p. 208.

⁷¹⁹ «Nota sobre a actual situação política». In Documentos Políticos do Comité Central o PCP. 3º Volume, Julho/Dezembro de 1975, Lisboa: *Avante!*, 1976, pp. 195-200.

⁷²⁰ «Nota sobre a actual situação política». In Documentos Políticos do Comité Central o PCP. 3º Volume, Julho/Dezembro de 1975, Lisboa: *Avante!*, 1976, pp. 195-200.

«Fui sequestrado já duas vezes. Não gosto. É uma coisa que me chateia!», afirma Pinheiro de Azevedo.

«Houve algo particular que ontem à tarde vos levasse a tomar essa posição?», pergunta uma jornalista.

«Ontem à tarde?... Não, não me recordo assim de nada...»

«Seria a manifestações dos padeiros?», pergunta de novo a jornalista.

«Não, não, não. Essa dos padeiros. Olhe... E daí, talvez. Talvez a frequência das manifestações tivesse no subconsciente dos ministros levantado esse problema... Tem razão! Olhe, não me lembrava da dos padeiros!⁷²¹».

O PCP confirma a necessidade de, segundo a sua direcção, encontrar uma solução de compromisso político para a crise com o PS e o Grupo dos 9. Essa solução passava pelo restabelecimento da estabilização das relações de produção. Quando se reúne, pela primeira vez, no Barreiro, a 8 de Novembro de 1975, as comissões de trabalhadores da cintura industrial de Lisboa, o PCP advoga nesse encontro uma política de manutenção da produção verificada por uma comissão de controlo da produção que represente «todos os sectores importantes da empresa»; lembrando que havia, naquele momento, 322 mil desempregados, quase 10 vezes mais do que a 25 de Abril de 1974, o PCP considera, no encontro, que «a crise do desemprego não passa pela redução das horas de trabalho» mas sim por uma melhor organização dos trabalhadores, nacionalização do comércio externo e «máximo aproveitamento da capacidade produtiva»⁷²². No seu conjunto, estas medidas, permitem criar condições para a reposição da taxa de acumulação por parte dos patrões, medidas que o PCP considera que podem ser aplicadas conjuntamente com a «elevação dos salários dos trabalhadores mais mal pagos» e com a rejeição de indemnizações aos ex-patrões das empresas nacionalizadas. Finalmente, o partido afirma-se frontalmente contra a criação de um organismo nacional de coordenação das comissões de trabalhadores, defendendo que estas devem ter um papel como dinamizadoras das Assembleias Populares mas sem qualquer coordenação entre si: «Vemos que a criação dum órgão superior das C.T.

⁷²¹ Arquivo da RTP. <http://www.youtube.com/watch?v=6DB42QUJYSM>. Consultado a 19 de Janeiro de 2010.

⁷²² «Encontro de trabalhadores da Cintura Industrial de Lisboa». In *Avante!*, Série VII, 13 de Novembro de 1975, p. 5.

institucionalizado e com carácter definitivo poderá trazer o perigo de dispersar esforços, desviando as C.T. dos seus objectivos fundamentais»⁷²³.

Nos dias que se seguem, os comunicados da Comissão Política do PCP dão conta dos temas que devem estar em negociação com o PS e o Grupo dos 9, para que haja uma estabilização da situação política. A Comissão Política declara, no dia 12, que o não reconhecimento do Governo do MPLA e o Plano Económico de Emergência, que o VI Governo se propõe realizar (que prevê, entre outras medidas, o congelamento de salários, a possibilidade de indemnização aos proprietários expropriados) são duas matérias em que o VI Governo deve recuar⁷²⁴. Por outro lado, a «solução tem de passar pelo reforço das posições de esquerda nas estruturas do poder político e militar, pela unidade de todas as forças revolucionárias, pela recomposição do MFA, como força revolucionária, assente num entendimento das suas correntes»⁷²⁵.

Mas nem o PS nem o Grupo dos 9 estavam dispostos ao tipo de solução apresentado pelo PCP. Prosseguem os ataques violentos contra comunistas e estruturas por si influenciadas. No dia 14 uma manifestação conjunta do PS, PPD e CDS termina com a destruição da sede da União dos Sindicatos do Porto, da Intersindical.

No dia 15, numa acção que será depois criticada por Álvaro Cunhal⁷²⁶, dá-se o famoso juramento de bandeira do RALIS, em que os soldados quebram as normas militares e fazem o juramento de bandeira de punho erguido fechado.

No dia 16 realiza-se no Terreiro do Paço uma manifestação promovida pelo Secretariado Provisório das Comissões de Trabalhadores da Cintura Industrial de Lisboa. A DORL do PCP distribui um comunicado a apelar à participação na manifestação para que esta seja uma «jornada de unidade» contra o «terrorismo», a «reação e o fascismo», «as alianças de direita», pela «reforma agrária e defesa e avanço das conquistas da revolução»⁷²⁷. O *Avante!* faz uma descrição da manifestação: um «mar de gente, povo trabalhador» que «inundou» Lisboa, numa demonstração de

⁷²³ «Encontro de trabalhadores da Cintura Industrial de Lisboa». In *Avante!*, Série VII, 13 de Novembro de 1975, p. 5.

⁷²⁴ «Nota sobre a actual situação política», 12 de Novembro de 1975. In Documentos Políticos do Comité Central o PCP. 3º Volume, Julho/Dezembro de 1975, Lisboa: *Avante!*, 1976, pp. 195-200.

⁷²⁵ «Nota sobre a actual situação política», 12 de Novembro de 1975. In Documentos Políticos do Comité Central o PCP. 3º Volume, Julho/Dezembro de 1975, Lisboa: *Avante!*, 1976, pp. 195-200.

⁷²⁶ CUNHAL, Álvaro. *A Verdade e a Mentira na Revolução de Abril. (A contra-revolução confessa-se)*. Lisboa: Edições *Avante!*, 1999, p. 208.

⁷²⁷ «Grande manifestação popular», 12 de Novembro de 1975, DORL do PCP. In Centro de Documentação 25 de Abril, Fundo de Comunicados e Panfletos/PCP, 1974/1975.

unidade para travar o «caminho à reacção»⁷²⁸. O jornal enumera as várias comissões de trabalhadores presentes, unidade militares de esquerda como o Ralis, a PM, e destaca ainda a «presença dos SUV e de oficiais progressistas na grande jornada unitária ao lado do povo»⁷²⁹. A mensagem da manifestação é a de obrigar o Governo a aceitar negociar a posição do PCP no Governo e no Conselho da Revolução: «Não viemos aqui para “assaltar o poder”, mas queremos transformar o poder. Exigimos a transformação do poder com a integração no Governo e no Conselho da Revolução de homens e forças políticas que dêem garantias, pelo seu passado e presente revolucionário, de assegurarem a defesa e triunfo da nossa revolução, apontada ao socialismo»⁷³⁰.

O PCP procura evitar, com pouco sucesso, que a manifestação, que teria tido 200 000 pessoas, seja contra o VI Governo no seu conjunto. Exige a demissão de Pires Veloso e dos ministro e secretário de Estado do Trabalho, Tomás Rosa e Marcelo Curto, e do ministro da Comunicação Social, Almeida Santos, deixando aberta a possibilidade de negociação do restante elenco governamental com o PCP.

Mas o VI Governo não só recusa a pressão política do PCP e a oposição de largas camadas da população como decide mesmo suspender, no dia 20 de Novembro de 1975, a actividade, por considerar, segundo a versão oficial, que não «tem condições de segurança» para continuar a governar, exigindo garantias de apoio militar para permanecer. Era o prenúncio indiscutível do golpe contra-revolucionário, de que a demissão, nesse mesmo dia, de Otelo Saraiva de Carvalho da Região Militar de Lisboa, substituído por Vasco Lourenço, já fazia parte. Também nesse dia se dá a ameaça de transferir a Assembleia Constituinte para o Porto.

No dia 20, quinta-feira, dia semanal da publicação do *Avante!*, o jornal foca-se em vários conteúdos, mas sem nenhum tipo de referência a esta situação, o que demonstra a surpresa do partido face à decisão do VI Governo. No mesmo dia, mais tarde, é publicado de novo o *Avante!*, numa edição especial, com o comunicado da Comissão Política do Comité Central na capa, onde se declara: «Suspensão é Demissão!»⁷³¹. O partido considera que a suspensão do Governo é «uma manobra de chantagem para forçar alterações dos comandos militares que lhe garantam os meios repressivos para abater a crescente resistência e oposição das massas trabalhadoras e das forças revolucionárias a essa política», e reivindica que a «solução da crise passa (...)

⁷²⁸ «Na unidade os trabalhadores avançam». In *Avante!*, Série VII, 20 de Novembro de 1975, p. 6.

⁷²⁹ «Na unidade os trabalhadores avançam». In *Avante!*, Série VII, 20 de Novembro de 1975, p. 6.

⁷³⁰ «Na unidade os trabalhadores avançam». In *Avante!*, Série VII, 20 de Novembro de 1975, p. 6.

⁷³¹ *Avante!*, Série VII, 20 de Novembro de 1975, edição especial.

pelo reforço das posições da esquerda nos órgãos do poder político e militar». Apela de imediato a uma manifestação, que se realiza nessa tarde em Belém, com as palavras de ordem «Suspensão é demissão!», «Unidade revolucionária do MFA!», «Reaccionários fora do Governo, já!», «Unidade dos trabalhadores e de todas as forças revolucionárias!»⁷³².

Em conferência de imprensa no dia 21 de Novembro de 1975, Álvaro Cunhal declara que a prioridade é «evitar uma nova ditadura, defender as liberdades e a jovem democracia portuguesa», que é necessário conservar as «conquistas da revolução», as nacionalizações e a reforma agrária, e que o VI Governo, não tendo condições para assegurar estes objectivos, deve «dar lugar a um VII Governo»⁷³³. O líder do PCP é objectivo quanto à posição política da direcção do PCP. A salvaguarda de um regime democrático é a prioridade, pelo que se exige, por um lado, que o PPD não faça parte dessa solução política, e por outro, que a esquerda militar não avance para um projecto insurreccional: «Paralelamente, a posição radicalista do ‘tudo ou nada’ de certos sectores, cristalizando-se numa plataforma sectária, nem dá uma solução militar de esquerda nem facilita uma solução política para a situação no imediato. Essa posição tende a dividir e a isolar os elementos revolucionários nas Forças Armadas e a facilitar por isso o êxito da ofensiva das forças de direita»⁷³⁴.

No dia 23 o PS realiza um comício onde ataca fortemente Álvaro Cunhal e o PCP. No dia 24, o Secretariado Provisório das Comissões de Trabalhadores da Cintura Industrial de Lisboa convoca uma greve de duas horas contra a nomeação de Vasco Lourenço e pela demissão de Pires Veloso, Jaime Neves, Altino de Magalhães e Morais e Silva e em solidariedade com os pára-quedistas de Tancos. No dia 24, à noite, agricultores de Rio Maior cortam as estradas de acesso a Lisboa em coordenação com militares ‘moderados’. Começava o 25 de Novembro de 1975.

Maria Manuela Cruzeiro investigou o 25 de Novembro e chegou às seguintes conclusões: o 25 de Novembro culminou um processo de disputa pelo poder, iniciado no Verão Quente; o golpe foi espoletado por tropas pára-quedistas que ocupam diversas

⁷³² «Nota sobre a decisão do VI Governo de suspender o exercício da sua actividade», 20 de Novembro de 1975. In Documentos Políticos do Comité Central o PCP. 3º Volume, Julho/Dezembro de 1975, Lisboa: *Avante!*, 1976, pp. 213-216

⁷³³ «Declaração sobre o VI Governo Provisório e as Decisões do Conselho da Revolução», 21 de Novembro de 1975. In Documentos Políticos do Comité Central o PCP. 3º Volume, Julho/Dezembro de 1975, Lisboa: *Avante!*, 1976, pp. 217-224.

⁷³⁴ «Declaração sobre o VI Governo Provisório e as Decisões do Conselho da Revolução», 21 de Novembro de 1975. In Documentos Políticos do Comité Central o PCP. 3º Volume, Julho/Dezembro de 1975, Lisboa: *Avante!*, Série VII, 1976, pp. 217-224.

bases aéreas na tentativa de receber apoio do COPCON. A saída dos pára-quedistas é uma reacção a sucessivas provocações feitas ao longo do mês de Novembro por ordens de militares afectos ao Grupo dos 9, que primeiro determinaram a desactivação da unidade, depois congelaram os seus vencimentos, e, finalmente, mandaram cortar o fornecimento de alimentos e electricidade à base aérea de Tancos; em resposta, um golpe, chefiado por Ramalho Eanes, com o comando operacional em Jaime Neves e Pires Veloso, com uma «força militar muito diminuta», põe em marcha um plano que visava pôr fim ao processo revolucionário em curso, e, nas palavras de Cruzeiro, substituí-lo por um «processo constitucional em curso» (Cruzeiro, 2005:1). O pretexto – para concretizar o golpe e a mudança que o Grupo dos 9, chefiado por Costa Gomes, pretendia – «caiu-lhe de bandeja pela acção dos páras». (Cruzeiro, 2005:9).

A data histórica será depois celebrada como o momento em que – nas palavras de Ramalho Eanes nas comemorações do 2.º aniversário do 25 de Novembro, precisamente em Tancos – «a vida política entrou na normalidade», «em pouco mais de um ano se deram passos decisivos na consolidação das instituições»⁷³⁵.

Muitas obras, como vimos, advogaram que o 25 de Novembro tinha sido uma tentativa de golpe por parte do PCP e da esquerda militar e que a direcção do PCP, em cima do golpe, teria recuado perante a capacidade de organização militar do Grupo dos 9 e dos sectores mais à direita das Forças Armadas. Foi esta versão ideologizada dos acontecimentos que a direcção do PS e do PPD procuraram divulgar na altura do golpe. Mário Soares, em entrevista a Maria João Avilez, já nos anos 90, defendeu que: «Houve uma tentativa de golpe, animado pela esquerda militar e pelo PCP, e uma resposta, se quiser, contragolpe da parte do sector democrático, isto é, militares moderados, “Grupo dos 9” e PS, liderando um amplo movimento da sociedade civil. Algures na madrugada de 25 para 26 de Novembro, Álvaro Cunhal deu ordem para que o PCP se retirasse de qualquer das movimentações que corriam desde a tarde da véspera»⁷³⁶.

A tese, que ainda hoje faz parte da memória histórica – logo, da disputa política do país pós-revolução – e que é reivindicada pela ampla coligação que executou o 25 de Novembro, do PS à hierarquia das Forças Armadas e à Igreja, não tem fundamento histórico.

⁷³⁵ EANES, Ramalho, «No 2º aniversário do 25 de Novembro». Discurso proferido em Tancos. Secretaria de Estado da Comunicação Social, 1978, p. 10.

⁷³⁶ AVILEZ, Maria João. *Soares. Ditadura e Revolução*. Lisboa: Público, 1996, p. 487.

Primeiro, porque a esquerda militar, que eventualmente teria um plano que passaria pelas unidades da Região Militar de Lisboa, amparada nas organizações de trabalhadores em apoio aos quartéis, não tinha qualquer comando operacional, nem da parte da esquerda afectada ao COPCON (Otelos aliás desaparece no dia 25 de Novembro e fica incontactável) nem da parte do sector da esquerda militar mais próxima do PCP. Como refere Cruzeiro, «Uma enorme dose de *putschismo* quer no seio dos militares envolvidos, quer nos partidos e organizações de extrema-esquerda mantém o plano inicial embora em constante expectativa. Faltou-lhes sempre um chefe (Cruzeiro, 2005: 2). Inácia Rezola, cuja análise sobre a actuação do PCP no golpe é inconclusiva, mas aponta para a tese de «recuo do PCP» escreve também que no fim da tarde de 25 de Novembro «começava a tornar-se óbvia a ausência de uma liderança consensual, de um plano e de uma coordenação das acções dos sublevados» (Rezola, 2006: 483).

Em segundo lugar, é hoje aceite por toda a historiografia que o Grupo dos 9 tinha um plano elaborado para fazer um golpe militar que repusesse a hierarquia das Forças Armadas desde o Verão de 1975 (Rezola, 2006:485).

O PCP, no dia 25 de Novembro, assim que o golpe se põe em marcha, mobiliza as células operárias de várias empresas dirigidas por si, incluindo na Emissora Nacional e RTP, e põe em alerta os Comités de Defesa da Revolução (CDR) da Região de Lisboa. Mas isso não significa, como alerta Cruzeiro, que «tivesse em mente um levantamento ou um golpe militar clássico» (Cruzeiro, 2005:3). Isto porque, como lembra a investigadora, a maioria dos seus quadros e dirigentes assistem mas não participam no 25 de Novembro; dão ordens de desmobilização das acções civis conduzidas pela Intersindical, o que foi, nas palavras de Cruzeiro, «o verdadeiro golpe de rins». E, finalmente, não permitem a saída dos fuzileiros, dirigidos por si. O PCP recusa a distribuição de armas a milhares de militantes e simpatizantes que, junto das sedes do PCP e das unidades militares, as pediam. E quer as movimentações no Ralis, como na EPAM, como na PM, dirigidas por sectores de esquerda, nas duas primeiras afectos ao PCP, não são acções provocadas pela esquerda mas em resposta às acções da direita: «E se bem que o argumento chave baseado na cronologia dos factos (os páras foram os primeiros) sirva como legitimidade formal, na realidade, excluindo a acção dos páras, que não constava de nenhum plano consistente, a esquerda acaba por se limitar a responder às acções da direita: o Ralis monta o seu dispositivo de alerta em resposta às barricadas de Rio Maior; a EPAM e a PM montam o seu em resposta às ameaças vindas dos comandos (Cruzeiro, 2005:7)».

A estes factos deve-se acrescentar que o PCP tinha rejeitado as acções da esquerda militar desde a queda do V Governo e assim permaneceu durante toda a vigência do VI Governo, como vimos ao longo destes capítulos. A esquerda militar era um problema para o PCP, não era a solução. E a direcção do PCP tinha-o deixado claro durante todo este período, fazendo declarações públicas, na capa do seu jornal e nas páginas do boletim de organização, onde se opunha à dualidade de poderes nas forças armadas – elegendo como alternativa a reestruturação do MFA – e à coordenação nacional das comissões de trabalhadores. Foi, ainda e sempre, contra qualquer tentativa insurreccional, apelando aos militantes, durante toda a revolução e em particular desde o Verão Quente, para que não apoiassem qualquer tipo de golpe militar ou dirigissem a insurreição dos trabalhadores e seus aliados. O que não quer dizer que os militantes não estivessem preparados para reagir a um golpe militar de direita (estavam, e nesse sentido tinha o partido definido uma política clara desde o golpe de 28 de Setembro de 1974) e que junto da esquerda militar a direcção do PCP não tivesse combatido os saneamentos e que em unidade de acção com ela não tivesse apoiado uma mobilização, que o PCP procurou que fosse não contra o VI Governo mas de negociação para a recomposição do VI Governo a seu favor.

A ser verdade a tese do «recuo», teríamos de concluir por uma direcção inoperante e estrategicamente desnorteada, que durante quatro meses mobiliza os militantes para uma solução política e opõe-se a uma solução militar – ainda nos jornais das vésperas de 25 de Novembro – e de repente, põe em execução essa solução militar. A tese do «recuo» não tem fundamento porque pressupõe que o PCP preparou um golpe sem o preparar, ou seja, que o PCP apoiou um golpe de estado sem um comando militar operacional para o mesmo. E que, em pleno golpe, ainda no dia 25, sem nunca ter chegado a mandar a base militante avançar, recua, desmobilizando a Intersindical, porque teria temido o peso militar da direita, quando este era francamente, e segundo todos os estudos, muito inferior à força militar da esquerda. Finalmente, esta tese não procura sequer explicar por que teria o PCP tentado dar um golpe, sem preparação militar e política, para fazer aquilo que poderia ter feito com o V Governo, com muito menos resistência.

Não sabemos hoje tudo o que aconteceu dentro da direcção política do PCP nas vésperas do 25 de Novembro. Mas a história deve precaver-se das memórias e das disputas ideológicas dos actores sobre os acontecimentos em que intervieram. Não é claro o que o PCP fez a 25 de Novembro de 1975 – sobretudo fica por esclarecer em

que momento se dá o acordo entre a direcção do PCP e o Grupo dos 9 –, mas sabemos, sem margem para dúvidas, que a direcção do PCP não pretendeu nessa data fazer ou dirigir um golpe de estado insurreccional.

Analizamos agora, por ordem, qual foi a política da direcção do PCP no 25 de Novembro e no mês que se lhe seguiu, qual o balanço que o partido faz do 25 de Novembro em 1976 e o contraste com o novo balanço publicado em 1999.

O comunicado da Comissão Política do PCP, ainda no dia 25 de Novembro de 1975⁷³⁷, não é uma declaração de uma organização na expectativa de observar o desenlace, medir a relação de forças, para tomar uma decisão, mas de um partido que dava como certa a vitória da reposição da hierarquia nos quartéis. O comunicado assume como um dado adquirido que «as unidades progressistas perderam posições, apesar de apoiadas corajosamente pelas massas trabalhadoras» e exorta a esquerda a recuar: «As forças de esquerda cometeriam também grave erro se sobrestimassem as próprias forças e tentassem qualquer acto desesperado»; o PCP procura nesse comunicado uma solução política para a crise e desvincula-se da acusação de golpe que o PS já tinha posto a circular. O comunicado rejeita também um desfecho que seja a «imposição da hegemonia da aliança PS-PPD». O PCP não só desmobiliza a Intersindical – e, portanto, ao contrário do que dizia o comunicado desse mesmo dia 25 de Novembro, «as massas» não apoiaram «corajosamente» a saída dos pára-quedistas e a reacção das unidades como o Ralis e ou a PM –, como impede as unidades militares dirigidas pelo PCP, como os fuzileiros, de reagirem. Finalmente, o texto da declaração apela aos militantes a manterem-se vigilantes e insistirem na defesa das conquistas da revolução, mas respeitarem o estado de sítio, o que significava ordem geral de desmobilização⁷³⁸.

No dia 26 de Novembro, Ernesto Melo Antunes vai à televisão dizer que o PCP é indispensável para construir a democracia portuguesa e, contra o PS e sectores mais à direita, recusa a ilegalização do partido, que permanece na composição do VI Governo Provisório. No campo de quem dirigiu o golpe havia, tudo indica, uma ala política que queria isolar o PCP e uma ala militar que, talvez porque reconhecesse o peso político e militar do PCP, achou por bem negociar com ele e encontrar uma saída política que o enquadrasse.

⁷³⁷ «Nota sobre a situação política», 25 de Novembro de 1975. In Documentos Políticos do Comité Central o PCP. 3º Volume, Julho/Dezembro de 1975, Lisboa: *Avante!*, 1976, pp. 225-228.

⁷³⁸ «Nota sobre a situação política», 25 de Novembro de 1975. In Documentos Políticos do Comité Central o PCP. 3º Volume, Julho/Dezembro de 1975, Lisboa: *Avante!*, 1976, pp. 225-228.

No dia 28 de Novembro um novo comunicado da Comissão Política⁷³⁹, cauteloso ainda a retirar conclusões sobre o significado do 25 de Novembro, mobiliza os militantes para uma política de unidade democrática contra o perigo de um golpe fascista. A direcção do partido sustenta que há o perigo de «ditadura fascista» e que a forma de a conter é que o «radicalismo esquerdista» e o PS retirem do golpe a lição de que o combate ao PCP e o desacordo das forças de esquerda implicaria a perda da revolução e o fim das liberdades políticas. O comunicado conclui que deve haver uma ampla unidade democrática para impor quatro objectivos: uma solução negociada, cessarem as perseguições e os saneamentos à esquerda, concretizar medidas repressivas contra o ELP e o MDLP e levantar o estado de sítio. A orientação é de unidade democrática: «O divisionismo entre antifascistas, venha dos oportunistas de direita, venha dos esquerdistas pseudo-revolucionários, é um verdadeiro crime contra a Revolução, é um novo trunfo dado aos contra-revolucionários. Nas fábricas, nos campos, em todos os locais de trabalho, em todos os sectores da vida nacional, os trabalhadores, os antifascistas, devem pôr de parte tudo quanto os divide para se aproximarem e entenderem na base daquilo que os une: a salvaguarda das liberdades e das outras conquistas da Revolução, a sobrevivência da jovem democracia portuguesa»⁷⁴⁰.

No dia 29 de Novembro, o partido, já em resposta à ideia generalizada de que o PCP teria estado por trás do golpe, faz sair, em comunicado por todo o País, o texto «Por uma solução política da crise»⁷⁴¹, onde republica as declarações do PCP e de Álvaro Cunhal, desde Agosto de 1975, que defendem o compromisso com o PS e o Grupo dos 9 e a rejeição de uma qualquer tentativa insurreccional.

A versão oficial do PCP sobre o golpe de 25 de Novembro difere de 1975 e 1976 para o balanço de 1999.

Em 1975 e 1976, o acontecimento não é considerado um golpe mas sublevações militares de esquerda, irresponsáveis, que, em conjunto com a política do PS de se aliar à direita, poderiam ter provocado um golpe fascista. Golpe que o PCP soube travar, em aliança com o Grupo dos 9, garantindo a preservação de um regime democrático. O partido não usa a palavra «golpe» para classificar o 25 de Novembro, o que não é

⁷³⁹ «Nota sobre os acontecimentos dos últimos dias», 28 de Novembro de 1975. In Documentos Políticos do Comité Central do PCP. 3º Volume, Julho/Dezembro de 1975, Lisboa: *Avante!*, 1976, pp. 229-235.

⁷⁴⁰ «Nota sobre os acontecimentos dos últimos dias», 28 de Novembro de 1975. In Documentos Políticos do Comité Central do PCP. 3º Volume, Julho/Dezembro de 1975, Lisboa: *Avante!*, 1976, pp. 229-235.

⁷⁴¹ «Por uma solução política da crise», 29 de Novembro de 1975. In Documentos Políticos do Comité Central do PCP. 3º Volume, Julho/Dezembro de 1975, Lisboa: *Avante!*, 1976, pp. 237-250.

aleatório, uma vez que os militantes do PCP estavam formados para resistir em massa a golpes de direita e o PCP queria evitar qualquer tipo de mobilização da base nesse sentido a 25 de Novembro. No balanço de 1976 mantém-se o uso de «sublevações militares». Mas em 1999 Álvaro Cunhal falará de «golpe contra-revolucionário»⁷⁴², versão que o partido mantém até hoje.

No dia 30, como vimos, sai o *Avante!*. O editorial já se refere ao 25 de Novembro como «sublevações espontâneas dos pára-quedistas» provocadas por uma política de direita, da qual são co-responsáveis o PS e PPD, que promoveram políticas antipopulares conduzindo o «Governo a um beco sem saída»⁷⁴³. Neste texto, a direcção do partido dá início àquilo que será um volte-face perante a esquerda militar. O partido deixará de gerir a relação com este sector de forma cautelosa para passar a combatê-lo de forma aberta e pública. Começa por acusar a esquerda militar de «irresponsabilidade»: «As sublevações espontâneas dos pára-quedistas mostram a profundidade dos sentimentos de indignação contra métodos administrativos de direita. Ao mesmo tempo que manifesta a sua solidariedade para com os militares revolucionários e progressistas que lutaram e lutam ao lado do povo trabalhador, em defesa da revolução, o PCP atribui graves responsabilidades nos acontecimentos a certos partidos, grupos e elementos esquerdistas irresponsáveis que, julgando poder-se brincar às insurreições e às tomadas de poder, comprometeram uma solução política pela qual o PCP se tem batido persistentemente e conduziram ao desastre alguns sectores militares»⁷⁴⁴.

No Campo Pequeno, a 7 de Dezembro de 1975, Cunhal vai mais longe e acusa a esquerda militar de ser «sectária, aventureira», e de ter «deixado de ter um papel na revolução». O discurso do Campo Pequeno, que já antecede as conclusões do programa do partido para o novo período democrático, e que será apresentado no Comité Central de 13 de Dezembro, é um discurso que assume a ruptura com a esquerda militar e abre caminho ao apoio do PCP à reposição da hierarquia nas Forças Armadas e ao fim do MFA.

Álvaro Cunhal começa o discurso por deixar transparecer que a posição do PCP no 25 de Novembro tinha tido contestação interna – as primeiras palavras são direccionadas para aqueles que «estiveram e continuam estando com o partido,

⁷⁴² CUNHAL, Álvaro. *A Verdade e a Mentira na Revolução de Abril (A contra-revolução confessa-se)*. Lisboa: Edições *Avante!*, 1999.

⁷⁴³ «Uma curva difícil e perigosa». In *Avante!*, Série VII, 30 de Novembro de 1975, pp. 1-2.

⁷⁴⁴ «Uma curva difícil e perigosa». In *Avante!*, Série VII, 30 de Novembro de 1975, pp. 1-2.

seguindo a sua orientação»⁷⁴⁵. Depois fala sobre o 25 de Novembro, que classifica como «sublevações militares» das quais a direita tem responsabilidades pela política de saneamentos iniciada em Tancos. Recusa que o PCP tenha tido qualquer papel na preparação de um golpe – lembra Cunhal que, «salvo o caso dos pára-quedistas na fase inicial, cada unidade sublevada remeteu-se a uma posição defensiva»⁷⁴⁶, e insiste que o movimento operário não teve nenhum tipo de responsabilidades nos acontecimentos. O líder comunista confirma que trabalhadores e membros do PCP, «exclusivamente a título individual», mostraram apoio às unidades sublevadas. Cunhal argumenta que, para o PCP, a tragédia do 25 de Novembro foi o facto de se enfrentaram militares que «deveriam ter-se entendido para uma solução política». Nesse sentido, no discurso, Cunhal apela à unidade dos militares que se confrontaram: «Cremos que seria um erro fatal se hoje se estabelecesse uma divisão efectiva e irremediável entre os militares sublevados e os que dominaram a sublevação»⁷⁴⁷. O discurso prossegue com o balanço de que a crise ter-se-á iniciado, em Agosto, com a «acentuação do sectarismo e a formação do Grupo dos 9», que abriu um brecha no MFA permitindo que a «reação» «tivesse caminhado na esteira do Grupo dos 9 e do PS»⁷⁴⁸. Faz-se aqui um apelo ao PS para que não deixe orientar-se pela política de direita que levaria à instauração de uma ditadura e apela-se ao apoio ao Grupo dos 9, com cuja aliança o PCP teria impedido a instauração de uma nova ditadura. É no contexto desta análise política – a de que o 25 de Novembro resultou numa aliança de facto entre Grupo dos 9 e PCP – que o partido avança para a tentativa de descrédito político da esquerda militar, e a necessidade de isolá-la do movimento operário, depois de esta ter sido derrotada nos quartéis: «Com a esquerda militar, e com certos sectores políticos da esquerda sucedeu, em sentido inverso, coisa parecida. Esses sectores, na luta contra a direita, aliaram-se com sectores esquerdistas pseudo-revolucionários, cujo radicalismo, divisionismo, exaltação verbal voltada para uma solução de força de tipo *putschista*, contribuíram para dificultar e de certa forma impedir uma solução política da crise (tal como o PCP defendia) através da negociação e da reunificação das várias tendências do MFA e de uma remodelação dos órgãos de poder. Nesses sectores esquerdistas há sem dúvida gente sincera, homens e

⁷⁴⁵ CUNHAL, Álvaro. *Do 25 de Novembro às Eleições para a Assembleia Constituinte. Discursos Políticos 6*. Lisboa: Edições Avante!, 1976, pp. 9-35.

⁷⁴⁶ CUNHAL, Álvaro. *Do 25 de Novembro às Eleições para a Assembleia Constituinte. Discursos Políticos 6*. Lisboa: Edições Avante!, 1976, pp. 9-35.

⁷⁴⁷ CUNHAL, Álvaro. *Do 25 de Novembro às Eleições para a Assembleia Constituinte. Discursos Políticos 6*. Lisboa: Edições Avante!, 1976, pp. 9-35.

⁷⁴⁸ CUNHAL, Álvaro. *Do 25 de Novembro às Eleições para a Assembleia Constituinte. Discursos Políticos 6*. Lisboa: Edições Avante!, 1976, pp. 9-35.

mulheres que anseiam, tal como nós, a liberdade, o progresso social, o socialismo. Mas a sua orientação fechada, sectária, divisionista e aventureirista foi uma pesada hipoteca para toda a esquerda, que veio a pagar caro tal aliança. Esses sectores não se mostram inclinados para aprenderem com a experiência. Aprendam eles ou não aprendam, o movimento operário e popular tem necessariamente de aprender»⁷⁴⁹.

Cunhal prossegue dizendo que «os elementos esquerdistas» chegaram a ter alguma influência em certas unidades, mas provocaram a ruptura ao insistirem em ser «contra o Conselho da Revolução», ao se recusarem a negociar com «os Nove e com sectores moderados»⁷⁵⁰. Pela primeira vez, desde o início da Revolução, Cunhal refere-se ao Quadro Permanente e acusa a esquerda de ter conduzido uma «contestação global do Quadro Permanente, o que facilitou a deslocação para a direita de militares»⁷⁵¹. Recusa depois que a esquerda militar continue a ter qualquer tipo de papel na direcção do País: «Numa perspectiva mais longa, aquilo a que se chamou a esquerda militar poderá readquirir importante papel no País. No momento presente deixou de ser para a revolução portuguesa, de forma concreta e prática, e em termos de força, aquilo que foi desde o 25 de Abril até ao 25 de Novembro: um sector dinamizador e revolucionário do MFA e uma das principais forças motoras da revolução portuguesa»⁷⁵².

O líder comunista reconhece modificações profundas no após 25 de Novembro e defende a oportunidade de repor a estratégia de aliança com o Grupo dos 9 e o PS. Confirma que, aniquilada a esquerda militar, essa política de alianças se tornou muito mais fácil: «Por paradoxal que pareça, a derrota da esquerda militar, pelos trágicos ensinamentos que traz e pelos perigos imediatos que levanta, cria condições novas para a unidade das forças interessadas na salvaguarda das liberdades, da democracia, da revolução»⁷⁵³.

Quase a concluir o discurso, Cunhal defende que o PCP se mantenha no Governo Provisório com o seguinte programa: lutar contra a reacção, em concreto as organizações terroristas; pela garantia de exercício de liberdades políticas e direitos dos

⁷⁴⁹ CUNHAL, Álvaro. *Do 25 de Novembro às Eleições para a Assembleia Constituinte. Discursos Políticos 6*. Lisboa: Edições Avante!, 1976, pp. 9-35.

⁷⁵⁰ CUNHAL, Álvaro. *Do 25 de Novembro às Eleições para a Assembleia Constituinte. Discursos Políticos 6*. Lisboa: Edições Avante!, 1976, pp. 9-35.

⁷⁵¹ CUNHAL, Álvaro. *Do 25 de Novembro às Eleições para a Assembleia Constituinte. Discursos Políticos 6*. Lisboa: Edições Avante!, 1976, pp. 9-35.

⁷⁵² CUNHAL, Álvaro. *Do 25 de Novembro às Eleições para a Assembleia Constituinte. Discursos Políticos 6*. Lisboa: Edições Avante!, 1976, pp. 9-35.

⁷⁵³ CUNHAL, Álvaro. *Do 25 de Novembro às Eleições para a Assembleia Constituinte. Discursos Políticos 6*. Lisboa: Edições Avante!, 1976, pp. 9-35.

cidadãos, cessação das perseguições à esquerda, defesa das conquistas da revolução (reforma agrária, nacionalizações, controlo operário) e fim da suspensão da contratação colectiva, que o VI Governo tinha decidido. O discurso termina com um grande apelo à construção do partido, ao fortalecimento da organização.

O PCP preparava-se para uma nova fase da sua vida: consolidar no regime democrático o extraordinário crescimento que a revolução lhe tinha permitido. De tal forma que antes deste discurso, já o *Avante!* de 2 de Dezembro traz na capa um apelo a que os trabalhadores tenham confiança no PCP e dá-se início a uma grande campanha de fundos⁷⁵⁴.

Esta análise do 25 de Novembro será estruturada numa obra de balanço sobre a revolução, *A Revolução Portuguesa. O Passado e o Futuro*, publicado em 1976.

Neste texto, de forma mais exaustiva, o PCP faz o balanço da esquerda militar, acusando-a de ter boicotado a ligação entre PS, PCP e mesmo PPD, provocando a ruptura da aliança do MFA com o movimento democrático⁷⁵⁵, num processo que se inicia quando este sector tenta construir «formas directas de ligação do MFA com o movimento popular», que começam com o *Documento Guia Povo-MFA* que Cunhal, neste livro, classifica de tentativa de «militarizar o movimento operário»⁷⁵⁶. O texto prossegue defendendo a inviabilidade do V Governo, o desacerto da FUR e a correcção da política do PCP ao defender uma solução de acordo político com o PS e o Grupo dos 9. No livro, Cunhal considera ainda que não houve da parte da esquerda qualquer tentativa de golpe, que o único sector preparado militarmente nesse sentido foram as «forças e sectores aliados contra a esquerda militar», que o 25 de Novembro representou uma «derrota da esquerda militar», mas que a revolução estava em curso. Da mesma forma que o 25 de Novembro derrotou a esquerda militar também permitiu «recompor-se e reorganizar-se, na própria evolução natural das estruturas, uma nova linha de defesa das liberdades e da democracia nas forças armadas»⁷⁵⁷.

No balanço que faz do 25 de Novembro, publicado em 1999, na obra *A Verdade e a Mentira na Revolução de Abril (A contra-revolução confessa-se)*, Cunhal, que justifica a nova obra pela profusão de testemunhos entretanto publicados, defende uma

⁷⁵⁴ *Avante!*, 2 de Dezembro de 1975.

⁷⁵⁵ CUNHAL, Álvaro. *A Revolução Portuguesa. O Passado e o Futuro*. Lisboa: Edições *Avante!*, 1994, p. 176-177.

⁷⁵⁶ CUNHAL, Álvaro. *A Revolução Portuguesa. O Passado e o Futuro*. Lisboa: Edições *Avante!*, 1994, p. 178.

⁷⁵⁷ CUNHAL, Álvaro. *A Revolução Portuguesa. O Passado e o Futuro*. Lisboa: Edições *Avante!*, 1994, p. 218.

tese distinta. Para o líder comunista, o «25 de Novembro foi um golpe militar inserido no processo contra-revolucionário. A sua preparação começou muito antes das insubordinações e sublevações militares do Verão Quente e de Outubro e Novembro de 1975»⁷⁵⁸. O líder comunista argumenta nesta obra que o PS, aliado à extrema-direita, sofreu uma derrota política na medida em que procurou ilegalizar o PCP e aparecer como «aquele que teria salvo a democracia de um golpe»⁷⁵⁹. Mas, pelo acerto da aliança que o PCP soube fazer com o Grupo dos 9, Mário Soares acabou por ser um «derrotado» no 25 de Novembro: «Mário Soares e o PS tinham representado um papel importante na acção política preparatória do 25 de Novembro. Mas o golpe de 25 de Novembro não foi o que projectaram. Nenhum dos seus três objectivos centrais se concretizou. Nem a liquidação da dinâmica revolucionária e das suas conquistas. Nem o esmagamento militar do PCP, do movimento operário e da esquerda militar, nem, como resultado do golpe, ser Soares o vencedor, aquele que teria salvo a democracia de um golpe e de uma ditadura comunista e que por isso assumiria naturalmente de imediato, no poder do Estado, as responsabilidades daí recorrentes»⁷⁶⁰.

Independentemente dos balanços que o próprio partido fez, e cujas contradições dizem mais sobre a relação de forças do momento em que foram realizados (1976 e 1999), do que sobre o que realmente se passou a 25 de Novembro, é um facto que o PCP fez um acordo com o Grupo dos 9, que resultou numa contenção programada da revolução – o que permitiu, por exemplo, que o golpe contra-revolucionário, apesar da superioridade da força militar da esquerda, se tivesse dado praticamente sem mortos e quase sem resistência operária e popular. Acordo de imediato reconhecido pela direcção do partido – como vimos logo a 7 de Dezembro no Campo Pequeno – que louva a atitude de Melo Antunes a 26 de Novembro de 1975⁷⁶¹.

Mas esta aliança provocou, entre vastos sectores do partido, surpresa e oposição. Isso é indicado pelos jornais das semanas seguintes ao 25 de Novembro, e pelos discursos de Cunhal, ambos apelando a que os militantes respeitem a orientação política

⁷⁵⁸ CUNHAL, Álvaro. *A Verdade e a Mentira na Revolução de Abril (A contra-revolução confessa-se)*. Lisboa: Edições Avante!, 1999, p. 213.

⁷⁵⁹ CUNHAL, Álvaro. *A Verdade e a Mentira na Revolução de Abril (A contra-revolução confessa-se)*. Lisboa: Edições Avante!, 1999, p. 217.

⁷⁶⁰ CUNHAL, Álvaro. *A Verdade e a Mentira na Revolução de Abril (A contra-revolução confessa-se)*. Lisboa: Edições Avante!, 1999, p. 217.

⁷⁶¹ CUNHAL, Álvaro. *A Revolução Portuguesa. O Passado e o Futuro*. Lisboa: Edições Avante!, 1994, p. 217-218.

do partido e agradecendo a todos aqueles que se mantêm firmes no PCP⁷⁶². Depois de o Comité Central de Alhandra ter dado orientações políticas claras, a 13 de Dezembro de 1975, que pressupunham uma política defensiva, no quadro da consolidação de um regime democrático, o PCP declara no *Avante!* que: «A luta para evitar que Portugal regresse ao fascismo, as energias que continuaremos a consagrar a essa luta dependem de um conhecimento perfeito da linha do nosso partido, sem o qual não se pode construir um regime democrático»⁷⁶³.

A questão central que se coloca é: como vai a direcção comunista convencer os militantes da oportunidade desta política? Os mesmos militantes que tinham sido mobilizados durante a revolução para se oporem a golpes de direita foram desmobilizados quando o golpe se deu, numa aliança entre o PS, o Grupo dos 9 e a direita. Como vai a direcção do partido convencer a base a manter o compromisso entre o PCP e um sector dos golpistas?

Entre as possíveis explicações está certamente a qualidade da direcção do PCP, ou seja, a existência de uma direcção comunista, coesa e centralizada, com uma estratégia clara, um grande prestígio e autoridade junto dos militantes. A este facto não será alheio o mesmo argumento aplicado às direcções rivais do PCP, que primavam pela falta de experiência, pela ausência de uma direcção com idêntico prestígio, clareza estratégica e organização. Porque a história, sobretudo nos momentos de maior tensão social, não é alheia ao papel dos indivíduos, seria impensável compreender a força do PCP sem reconhecer em Álvaro Cunhal um político extraordinário que tinha granjeado um amplo respeito dentro do partido. A sua capacidade foi posta à prova na maior revolução da Europa do pós-guerra, o que o coloca sem dúvida entre os grandes líderes comunistas, pró-soviéticos, do século XX.

Mas outros factores contribuíram para este desfecho. A própria política do PCP que, sendo zigzagueante, mantinha uma orientação estratégica inabalável. Quer isto dizer que a mudança de alianças, a plasticidade dos acordos dentro do objectivo da consolidação da etapa democrática da revolução, era norma na política do PCP, desde o início da revolução. Entre Agosto e Novembro de 1975, este padrão, esta relação entre tática e estratégia, não foi alterado. Obrigado a sucessivas adaptações táticas, entre

⁷⁶² Ver edições do *Avante!* entre 2 e 16 de Dezembro de 1975 e CUNHAL, Álvaro. *Do 25 de Novembro às Eleições para a Assembleia Constituinte. Discursos Políticos 6*. Lisboa: Edições *Avante!*, 1976, pp. 9-35.

⁷⁶³ «As tarefas comunistas são tarefas de todo o povo». In *Avante!*, Série VII, 16 de Dezembro de 1975, p. 2.

Agosto e Novembro de 1975, o PCP começa por apoiar o VI Governo e, ao não conseguir que os seus objectivos sejam cumpridos – mais ministros comunistas no Governo – apoia-se na mobilização popular, sobretudo a partir de Outubro de 1975, para tentar pressionar o VI Governo a aumentar a influência do PCP no elenco governamental. Face ao movimento social o Partido Comunista apoiará este até aos limites da sua estratégia e do seu programa (por exemplo, apoia a manifestação da construção civil, mas é contra o cerco à Constituinte). Face à agressividade da política anticomunista do PS, acabará por fazer um acordo *de facto* com o Grupo dos 9, no 25 de Novembro de 1975, tecendo duras críticas à esquerda militar. O partido começa no início de Setembro de 1975 a defender a reconstrução do MFA e chega ao início de Dezembro de 1975 a apoiar o Quadro Permanente das Forças Armadas.

A estes factores que enunciámos – prestígio da direcção e plasticidade das orientações tácticas, dentro da manutenção da estratégia do partido – devem juntar-se outros. O primeiro é que o partido argumenta que o acordo entre o PCP e o Grupo dos 9 deveu-se à necessidade de evitar um golpe fascista, um «banho de sangue», acompanhado da ilegalização do PCP. O partido não iria apoiar uma guerra civil. Esse argumento, o de que o PCP teria evitado um «novo Chile» em Portugal, foi considerado à altura e mantido como o argumento estrutural da posição do PCP a 25 de Novembro de 1975. Nesta política, da potencialidade do regresso a um regime ditatorial, o PCP era apoiado por vários sectores da extrema-esquerda – o PRP-BR, por exemplo, anuncia o regresso à clandestinidade em Novembro de 1975.

Depois, o PCP não classifica, como já referimos, em 1975 e 1976, o 25 de Novembro como um golpe (e considera que a revolução continua, portanto, que não houve uma alteração da relação de forças para uma situação não revolucionária).

Ao argumento de que o 25 de Novembro não foi um golpe acrescenta-se um outro: o PCP não equaciona a hipótese de um golpe contra-revolucionário democrático – que efectivamente foi o que se verificou, um golpe que restaurou a disciplina nas forças armadas, assegurou a estabilização das instituições, mantendo um Estado de direito, um Parlamento, eleições livres, direitos e liberdades e garantias dos cidadãos. Esta elaboração política está directamente ligada à caracterização de que em Portugal não seria possível vigorar um regime de democracia burguesa, porque, segundo a tese do «atraso», já sistematizada em *Rumo à Vitória*, as condições económicas do País só permitiriam um modo de produção capitalista assente sobre baixos salários e isso só seria viável com um regime de ditadura. De tal forma que em 1975-1976, o PCP

distingue o sector democrático que faz o golpe do sector da direita militar que faz o mesmo golpe, indicando que o próprio Grupo dos 9 teria sentido a necessidade de se aliar ao PCP, não para conter o movimento popular e a esquerda militar, como efectivamente foi, mas para evitar uma ditadura fascista: «Tal como o PCP previra e prevenira, a reacção, colando-se aos «Nove» e a sectores moderados do MFA e apoiando-os activamente contra a Esquerda militar, tinha o claro plano de, uma vez derrotada, ultrapassados os aliados, voltar-se contra eles, afastá-los da vida política, tomar o seu lugar e instaurar um governo e um poder militar abertamente reaccionários»⁷⁶⁴.

Finalmente, o PCP rejeitará sempre que esse acordo com o Grupo dos 9 teria sido um pacto programado, um acordo prévio ao 25 de Novembro, e enjeitará a tese de que o PCP teria estado por trás de um pacto com o Grupo dos 9 para executar uma «ofensiva final» sobre a extrema-esquerda e a esquerda militar, ou seja, provocar um confronto para decapitar este sector: «(...) aliança não negociada, não debatida, não acordada, não explicitada, mas aliança com o PCP, conjuntural e objectivamente existente, de chefes das Forças Armadas, destacados participantes na preparação do golpe e na sua execução, mas defensores da continuação das liberdades e da democracia política»⁷⁶⁵.

Não podemos, com os dados de que hoje dispomos, ser conclusivos sobre o significado do acordo entre o PCP e o Grupo dos 9. Nuno Brederode Santos confirma que a sua casa foi palco de um encontro entre Álvaro Cunhal e Melo Antunes nas vésperas do 25 de Novembro⁷⁶⁶. Cunhal não desmentiu nem confirmou o encontro e Melo Antunes confirma que houve esse encontro, mas nega que «desse encontro tenha resultado qualquer pacto, algum negócio»⁷⁶⁷. Sabemos que Melo Antunes vai à televisão, logo às primeiras horas de 26 de Novembro, rejeitar qualquer tipo de repressão sobre o PCP.

A direcção comunista conhecia, historicamente, os desfechos das revoluções passadas. Cunhal tinha conhecimento de que, nas condições políticas de Portugal em 1975, um golpe contra-revolucionário não poderia parecer como tal. Já na Primavera de

⁷⁶⁴ CUNHAL, Álvaro. *A Revolução Portuguesa. O Passado e o Futuro*. Lisboa: Edições Avante!, 1994, p. 216.

⁷⁶⁵ CUNHAL, Álvaro. *A Verdade e a Mentira na Revolução de Abril (A contra-revolução confessa-se)*. Lisboa: Edições Avante!, 1999, p. 228.

⁷⁶⁶ PORTAS, Miguel. «Melo Antunes. O Solitário de Novembro». In *Vida Mundial*, Dezembro de 1998, pp. 36-50.

⁷⁶⁷ PORTAS, Miguel. «Melo Antunes. O Solitário de Novembro». In *Vida Mundial*, Dezembro de 1998, pp. 36-50.

1975 o líder comunista tinha discursado sobre o significado de uma operação que fizesse «sair» a esquerda para a deparar: «A provocação reaccionária de Setúbal no dia 7 tem a este respeito particular significado. Muitos aspectos dessa provocação necessitam ainda ser esclarecidos, e é lícito perguntar se não se trataria de um grande detonador de um golpe militar que parecesse como salvador das ‘liberdades’ e da ‘ordem’»⁷⁶⁸.

A não se confirmar por outra fonte, a dúvida sobre o alcance deste acordo permanece. É porém duvidoso que toda a operação tivesse estado à margem do PCP, tendo este o peso militar que tinha. Se houvesse uma resposta concertada do PCP, abria-se uma «caixa de Pandora» que ninguém estaria em condições de controlar. Se o Grupo dos 9 avançou para o golpe sem negociar nada com o PCP, fê-lo tendo confiança em que este não avançaria. E isso, sendo possível, é pouco plausível, porque o PCP, apesar das crispações do VI Governo, era um parceiro institucional.

É certo porém que, como afirmou o líder comunista logo a 7 de Dezembro, o desfecho do 25 de Novembro não representou uma derrota para o PCP (e também não foi, ao contrário do que afirma o PCP, uma derrota para o PS). O 25 de Novembro solucionou o problema da esquerda militar – era óbvio que a esquerda militar não sairia dos quartéis de livre vontade, sem provocar tumultos e resistência – e abriu caminho à consolidação de uma democracia, objectivo estratégico para o partido. E fê-lo com um grau de oposição mínimo, que se resumiu à prisão de alguns dirigentes da esquerda militar. Como escreveu Diego Palacios Cerezales «o 25 de Novembro, ao mesmo tempo que derrotou os adversários, permitiu a sua acomodação» (Cerezales, 2003: 181).

E este desfecho, que na nossa opinião não deve ser interpretado como resultado das pressões estrangeiras, fossem elas vindas da NATO ou da URSS, na medida em que foram as forças políticas portuguesas que actuaram e determinaram o curso da revolução portuguesa, foi também o desfecho que garantiu, num quadro de extrema dificuldade em estabilizar a Europa, a manutenção da política de coexistência pacífica e o equilíbrio geopolítico entre a URSS e os EUA.

Cunhal parte numa viagem à URSS nos dias que antecedem o 25 de Novembro. Chefia uma delegação do PCP, que parte no dia 14 de Novembro para uma visita à Hungria, Polónia e RDA. Oficialmente, tratava-se de «reforçar os laços de amizade

⁷⁶⁸ CUNHAL, Álvaro. *Discursos Políticos 3. Dezembro de 1974/Março de 1975*. Lisboa: Edições Avante!, 1976, p. 159.

fraternal existentes entre os partidos irmãos desses países e o PCP»⁷⁶⁹. A visita é intrigante. Cunhal não pode estar presente na proclamação da independência de Angola mas justamente quando se avizinhava um golpe – e assim também o considerava a direcção do PCP – o seu principal líder parte numa viagem, que oficialmente não tem prioridade nenhuma. É natural, por isso, que a viagem tivesse sido – e esta é uma dedução da qual não há provas – sobretudo destinada a informar a União Soviética da situação portuguesa e discutir o papel do PCP no desfecho da revolução. E a posição da URSS era, até aí, a de manter a política de coexistência pacífica, opondo-se a qualquer tentativa de subverter a divisão acordada em Ialta e Postdam no após Segunda Guerra Mundial, no contexto territorial da Europa.

A 15 de Maio de 1975 o partido junta-se à celebração do 30.º aniversário da derrota do fascismo e publica um comunicado do Comité Central do PCUS onde estes defendem uma política de desanuviamento e de coexistência pacífica⁷⁷⁰. Em Junho o PCP volta a reafirmar publicamente que é favor da manutenção de Portugal na NATO⁷⁷¹ e manterá sempre esta posição, porventura contra a consciência média do militante histórico do partido que tinha sido educado, até ao 25 de Abril de 1974, na exigência de saída de Portugal da NATO. Leonid Brejnev e Andrei Gromyko, ministro dos Negócios Estrangeiros soviético, sempre deixaram claro que a URSS não apoiaria uma alteração do modo de produção em Portugal⁷⁷², o que não quer dizer que não tenha apoiado o PCP e que não tenha incentivado que o partido disputasse com o PS espaço na gestão do aparelho de Estado português, pois essa era, recordemos, a política de todos os partidos comunista europeus: disputar a organização do Estado, mantendo inalterada a natureza de classe do mesmo (Birke, 2009).

Não existe, aliás, nenhuma contradição entre a estratégia do PCP, a liderança soviética e Boris Ponomarev, que seria apontado, erroneamente quanto a nós, como o dirigente que tinha defendido uma conquista paulatina do Estado, como forma de o PCP chegar ao poder. Ponomarev defendia que o PCP mantivesse a disputa da organização do Estado, dentro da estratégia de democratização em aliança com o MFA: «O jornal *Estrela Vermelha*, do Exército soviético, noticiou um discurso de Boris Ponomarev, do Bureau Político do Comité Central do PCUS, durante uma conferência dos

⁷⁶⁹ «Álvaro Cunhal visita países socialistas». In *Avante!*, Série VII, 30 de Novembro de 1975, p. 7.

⁷⁷⁰ *Avante!*, Série VII, 15 de Maio de 1975, p. 5

⁷⁷¹ «Portugal e a Nato». In *Avante!*, Série VII, 5 de Junho de 1975, p. 4.

⁷⁷² «O dia em que Gromyko pediu calma a Portugal». In SIMAS, Nuno. *Diário de Notícias*, 29 de Abril de 2004.

trabalhadores da frente ideológica do Exército: «O sr. Ponomarev considerou, na parte do seu discurso dedicada à actividade dos partidos comunistas, que a “revolução democrática em Portugal demonstrou as crescentes possibilidades que, nas condições do desanuviamento, as forças democráticas têm na luta contra as ditaduras fascistas”» e que, em Portugal, a «situação continua a ser complexa. Além disso, segundo Ponomarev, «ao Partido Comunista Português corresponde o importante papel no processo democrático do país», mantendo, dentro da linha marxista-leninista, a unidade com todas as correntes democráticas esquerdistas e principalmente com o Movimento das Forças Armadas». O objectivo era «evitar a restauração da situação antiga»⁷⁷³.

O Comité Central do Partido Comunista realiza uma reunião plenária no centro de trabalho de Alhandra a 13 de Dezembro⁷⁷⁴. O partido publica as conclusões em cinco páginas do *Avante!*. Faz-se o balanço dos acontecimentos de Novembro – cujo conteúdo já referimos, e que será publicado em 1976 – e estruturam-se as principais políticas do partido. O PCP permanecerá no VI Governo, onde defenderá as «nacionalizações, a reforma agrária e o controlo operário»; expressa «preocupação com medidas de congelamento da contratação colectiva»; opõe-se à reestruturação de empresas nacionalizadas e sugere medidas de dinamização económica deste sector; exige que cessem os saneamentos à esquerda e pede medidas repressivas sobre os grupos terroristas de direita; defende eleições gerais para uma Assembleia Legislativa; ao nível militar defende-se que deve manter-se a aliança com o MFA mas alargar-se a outros sectores do Quadro Permanente; o Comité Central delibera ainda por uma aproximação entre o PCP e o PS; e ao nível do movimento operário organizado, propõe-se a construção do trabalho entre sindicatos e comissões de trabalhadores e a oposição ao pluralismo sindical. O texto convoca um novo congresso, que se realizará no primeiro semestre de 1976, e define como urgente a formação de quadros do partido. Os últimos dois pontos assinalados são o trabalho ideológico e a recolha de fundos. Quanto ao trabalho ideológico, considera-o urgente na medida em que se verificou que alguns militantes «se deixaram arrastar pelas posições esquerdistas, designadamente na sobrestimação das próprias forças»⁷⁷⁵. Pede-se uma ampla recolha de fundos e um controlo da quotização. A reunião do Comité Central do Partido Comunista Português de 13 de Dezembro de 1975 termina com as seguintes palavras: «Os comunistas saberão

⁷⁷³ «O dia em que Gromyko pediu calma a Portugal». In SIMAS, Nuno. *Diário de Notícias*, 29 de Abril de 2004.

⁷⁷⁴ *Avante!*, Série VII, 16 de Dezembro de 1975, pp. 1-7.

⁷⁷⁵ *Avante!*, Série VII, 16 de Dezembro de 1975, p. 7.

unir-se, sem discriminações nem reservas sectárias, a todos aqueles, militares e civis, que estejam empenhados na defesa das liberdades e das outras grandes conquistas revolucionárias, para assegurar a construção de um Portugal democrático a caminho do socialismo»⁷⁷⁶.

A análise de que a revolução não tinha acabado e que era apenas uma etapa de uma revolução socialista vindoura tornou-se, como o tempo rapidamente demonstrou, um *slogan* sem qualquer correspondência na realidade. A tese em que o PCP alicerçou a sua política – a da impossibilidade de Portugal ser uma democracia burguesa e a oportunidade de construir um regime de transição para o socialismo sem a classe operária se auto-organizar e tomar o poder, apoiado numa coligação entre PCP, MFA e, se possível, o PS – sofreu uma derrota pesada no Verão Quente de 1975, com a ruptura da coligação e as divisões no MFA, e desmoronou-se a partir de 25 de Novembro de 1975.

Portugal tornou-se de facto, e muito rapidamente, uma democracia burguesa. Dois anos depois de Novembro de 1975, Ramalho Eanes, que dirigiu as operações militares do 25 de Novembro, afirmou, no seu discurso de celebração do 2.º aniversário do 25 de Novembro, que este acontecimento foi indispensável para estabilizar o Estado e repor o processo de acumulação de capital: «Mudaram os desafios que se punham às instituições e órgãos de poder. Há um ano, os problemas a resolver de imediato consistiam na reconstrução do Estado, na autoridade do Governo, na convivência das forças políticas e sociais e no reforço da unidade da Nação. Hoje são diferentes as preocupações colectivas dominantes: os avanços indispensáveis deverão ser o restabelecimento duma base de trabalho e duma base económica que permitam aumentar fortemente a produção e criar aceleradamente riqueza (...) Não basta já arbitrar conflitos. Será necessário introduzir no dia-a-dia colectivo a vivência das regras de comportamento económico e uma actuação política que permita e promova que se produza mais»⁷⁷⁷.

⁷⁷⁶ *Avante!*, Série VII, 16 de Dezembro de 1975, pp. 1-7.

⁷⁷⁷ EANES, Ramalho, «No 2º aniversário do 25 de Novembro». Discurso proferido em Tancos. Secretaria de Estado da Comunicação Social, 1978, pp. 13-14.

Conclusão

Estas considerações finais, sintéticas por natureza, não dispensam a compreensão do trabalho no seu conjunto, exactamente porque estudámos um partido num processo de profunda transformação social, uma organização que durante estes acontecimentos se tornou num grande partido político, o maior de Portugal em termos de militantes. Os esquemas, indispensáveis para compreendermos a realidade, simplificam-na. Não se pode compreender a história do PCP sem apreender, com algum pormenor, como a sua estratégia se manteve inalterada no meio de uma extraordinária capacidade de adaptação táctica – realizada às vezes no espaço de dias, horas mesmo, no meio de uma das mais complexas realidades da Europa do pós-guerra.

Sustentámos ao longo deste trabalho que a estratégia do Partido Comunista Português, entre 25 de Abril de 1974 e 25 de Novembro de 1975, foi a de assegurar em Portugal a consolidação de um regime democrático, almejando uma relativa independência do País face aos países centrais, no quadro de um capitalismo regulado, na esfera da Aliança Atlântica.

Ao longo da investigação, defendemos que para executar esta estratégia o partido vai traçar como políticas centrais: 1) uma ampla unidade democrática, com sectores da burguesia e pequena burguesia, o que implicou o combate à direita mais conservadora e a tentativa de isolamento da extrema-esquerda; 2) unidade do movimento operário com o Movimento das Forças Armadas, a «aliança Povo-MFA»; 3) construção de uma central sindical única por si dirigida, que servirá como estrutura da unidade e organização do movimento operário português e reserva estratégica de recrutamento de quadros, militantes e recursos financeiros do PCP; 4) controle das nacionalizações e da reforma agrária pelas estruturas sindicais em articulação com o Estado; 5) política de oposição a todos os entraves à produção, a «batalha da produção», fossem sob a forma de sabotagem económica ou greves; 6) contribuir para a política de «desanuviamiento» entre os EUA e a URSS e colaborar para a independência das colónias sob a direcção dos movimentos de libertação apoiados pela URSS; 7) obstaculizar a formação de organismos de duplo poder no seio do movimento operário, popular e nas Forças Armadas e impedir a sua coordenação nacional.

Se a estratégia do partido se manteve inalterada durante todo o período revolucionário, a política com que o PCP a procurou levar a cabo sofreu alterações, por

vezes dramáticas, que são provocadas e se evidenciam no desenrolar do próprio processo revolucionário. Por exemplo, o partido vai apoiar António de Spínola até Setembro de 1974, mas será determinante na resistência ao golpe por este dirigido a 28 de Setembro de 1974; o partido que tenta esmagar as comissões de trabalhadores até Fevereiro de 1975 vai progressivamente conseguindo dirigir uma parte destas a partir do Verão de 1975; o partido que apoia os Acordos de Alvor em Janeiro de 1974 vai defender a independência de Angola exclusivamente sob a égide do MPLA a partir do início da guerra civil, a meio do ano de 1975; o partido que se apoia na esquerda militar até Agosto de 1975 vai, depois da queda do V Governo, provocar o seu isolamento; o partido que mais defendeu a recomposição do MFA vai manter o compromisso com o Grupo dos 9 a 25 de Novembro de 1975.

Grosso modo, defendemos neste estudo que se pode sistematizar a existência de três grandes períodos na política do PCP durante a revolução. Um primeiro período que vai até Março/Abril de 1975, em que prevalece a unidade com o MFA, o PS e o próprio PPD, aliança possibilitada enquanto a revolução se mantém essencialmente no quadro das reivindicações democráticas, e a estabilidade do Estado, embora em crise, permanece assegurada. Dentro desse período, em que a política de construção de uma direcção para a revolução estruturada na coligação entre PCP, PS e MFA já é determinante, há uma divisão, que corresponde ao período entre 25 de Abril de 1974 e 28 de Setembro de 1974, em que essa aliança se estende a sectores importantes da burguesia portuguesa, representados por António de Spínola, política que permanece até a própria descolonização e o avanço da revolução terem determinado o afastamento de Spínola e o conseqüente distanciamento do PCP face a este sector.

Uma segunda fase, que se situa entre 11 de Março de 1975 e o final de Agosto de 1975, quando cai o V Governo chefiado por Vasco Gonçalves, em que, por avanço das lutas nos sectores operários e populares e pelo crescimento dos organismos embrionários de duplo poder (não organizados nacionalmente mas generalizados), se fende a aliança com o PS e, como conseqüência, se começa a esbater a unidade do próprio MFA. Este período é então assinalado, por parte do PCP, pela ameaça de constituir um regime de tipo bonapartista e por reforçar o MFA como direcção dos conflitos sociais, que se traduz no *Documento Guia Povo-MFA*. Esta política tenta inverter a decisão do PS de abandonar o Governo, que se faz contra a vontade política do PCP. É um período crítico em que o PCP sente perigar a política frentista, ao ficarem

como seus aliados sectores à sua esquerda, em que a direcção comunista não confia e/ou que não controla.

E, finalmente, a última fase do processo, que situámos entre o final de Agosto de 1975, quando da queda do V Governo, e o golpe contra-revolucionário de 25 de Novembro de 1975, que marca o fim da estratégia do PCP da «Aliança Povo-MFA», ou seja, quando a dualidade de poderes se intensifica nas Forças Armadas pela incapacidade do MFA de garantir a estabilidade do Estado, abrindo, aquilo que conceptualizámos como a crise revolucionária, ou seja, a antecâmara da guerra civil.

Vimos que, mesmo sabendo, com probabilidade, da iminência de um golpe a 25 de Abril de 1974, as origens e sucesso da operação Fim de Regime e a participação popular no derrube das instituições do Estado Novo foram uma surpresa para o Partido Comunista Português. A queda do regime deu-se à margem da estratégia delineada pelo PCP para o derrubar. As previsões de um «levantamento nacional de massas», previsto no programa do PCP de 1965, *Rumo à Vitória*, saíram goradas pela realidade. A principal luta de massas que esteve por detrás do derrube da ditadura foi a luta dos povos coloniais que tornou maciço o apoio aos movimentos de libertação, levando à derrota militar de Portugal. Por não querer mais ir para a guerra, um grupo da oficialidade intermédia, proveniente principalmente da pequena burguesia, organizou um golpe que pôs fim à ditadura. Foi do imperialismo português e não do atraso económico do País que vieram as forças sociais que derrubaram o regime do Estado Novo.

A actuação do PCP a seguir ao golpe de estado foi no sentido de assegurar o estabelecimento de um regime democrático, e por isso assentou na exigência da punição dos homens ligados ao Estado Novo, na legalização do PCP e dos partidos políticos e sindicatos, no estabelecimento de direitos e liberdades democráticos, na participação dos comunistas no Governo Provisório e na defesa da independência das colónias. A entrada dos comunistas no Governo, uma excepção no quadro da ordem de Ialta e Potsdam, foi possível em parte porque o PS queria adiar as eleições que estava convencido de que ia perder para o PCP, o partido político mais bem organizado, mas sobretudo porque a queda do regime de Marcelo Caetano se deu de imediato com uma imensa participação popular, tornando indispensável a presença de dirigentes desse movimento popular no Governo. O partido amparou uma política de reconstrução da estabilidade do Estado através de uma aliança entre PCP, PS e MFA e actuou, através do Ministério do Trabalho, do MFA e da Intersindical (cuja construção se torna logo

neste período um imperativo para o partido), para conter as greves e manifestações, e para que os resultados da organização espontânea do movimento popular, como comissões de trabalhadores e de moradores, não tendessem a tornar-se em poderes paralelos.

Logo a seguir à Operação Fim de Regime, o PCP declara apoiar a permanência de Portugal na NATO – posição que nunca vai alterar ao longo da revolução – e a manutenção de boas relações com o regime franquista, posição que abandona no final do Verão de 1975, quando em Espanha já estava em curso o processo de mudança de regime político.

No Verão de 1974 a política do PCP vai centrar-se no isolamento da ala spinolista, que culminará com a contribuição determinante do PCP para impedir o golpe de 28 de Setembro de 1974. Este período é marcado pelo reforço do apoio ao MFA por parte do PCP e pela luta pela independência das colónias. Quanto à organização da produção, o partido vai dentro do Governo continuar a dirimir os conflitos sociais, opondo-se quer à sabotagem económica, descapitalização e despedimentos, quer aos processos mais radicalizados de greves de oposição ao Governo (TAP, Jornal do Comércio, Lisnave). O partido defende a lei da greve, de conteúdo neo-coorporativista.

O VII Congresso do PCP reúne-se para aprovar um programa democrático – a Plataforma da Emergência – que substitui o *Rumo à Vitória*, uma vez que recua em questões centrais como a reforma agrária e centra-se na estabilização da situação económica, através de mecanismos de intervenção do Estado nas empresas, por um lado, e da contenção das reivindicações laborais, por outro. Nesta fase, para conter o movimento operário, o partido vai procurar enquadrar cada vez mais os trabalhadores através das políticas por ele dirigidas a partir do Ministério do Trabalho, mas sobretudo vencendo a batalha pela unicidade sindical, que simultaneamente procura a neutralização dos organismos de duplo poder (comissões de trabalhadores) e a construção de uma estrutura unitária do movimento operário que assegure a implementação da estratégia do partido.

O VII Congresso é o momento de afirmação do PCP como o maior partido político português, o legítimo representante da resistência antifascista e o partido que, a partir do Outubro de 1974, começa a construir-se como uma organização profundamente enraizada entre os trabalhadores, em todas as frentes: em primeiro lugar nas fábricas e empresas, mas também na juventude trabalhadora e estudantil, nas mulheres. Para a juventude estudantil a política vai centrar-se em evitar que os

estudantes do ensino secundário entrassem naquele ano directamente nas universidades, onde a extrema-esquerda tinha muito peso, e isso vai ser conseguido através do Serviço Cívico Estudantil. Prossegue a política de ter influência na organização do aparelho de Estado central e local.

Até Dezembro de 1974 o partido procura através da Plataforma de Emergência e sobretudo através do decreto de intervenção do Estado nas empresas, aprovado em Novembro de 1974, estabilizar a situação social e evitar a degradação da crise económica. O decreto é uma aspirina receitada para uma pneumonia, pois a crise económica implicara já 170 mil desempregados no final de Dezembro de 1974 e os trabalhadores tinham reagido aos despedimentos com ocupações de fábricas e empresas. Perante este cenário, e só depois de falhados os mecanismos de intervenção estatal, o partido irá de novo recuperar o programa de *Rumo à Vitória*, e fixará, a partir de Dezembro de 1974, Janeiro de 1975, e até ao final da revolução, a política no controlo dos monopólios e latifúndios pelo Estado, actuando agora claramente no sentido de almejar para Portugal um capitalismo relativamente regulado e independente face aos países centrais. Neste período, o partido consolida a teoria de que Portugal não poderia ser uma democracia burguesa – ou voltava à ditadura ou se tornava uma economia capitalista regulada, que em suma se traduziu na fórmula “revolução democrática”, que só começa a ser levada a cabo a partir de Fevereiro e Março de 1975.

Com o início da revolução, em Abril/Maio de 1974, a política do PCP para a organização dos trabalhadores vai ser a de ganhar as direcções dos sindicatos nacionais, construir/reorganizar sindicatos e construir uma central sindical – a Intersindical – que o Estado determinasse como única. Fá-lo contra as comissões de trabalhadores até Fevereiro de 1974, e procurando enquadrá-las com a Intersindical depois dessa data. Ao convencer a maioria da classe trabalhadora a apoiar a unicidade sindical, incluindo muitas das comissões de trabalhadores, o PCP teve uma extraordinária vitória, talvez a mais importante de toda a revolução, porque com esta estratégia conseguiu impor uma dura derrota ao PS, ganhando mais espaço de manobra no Governo e no Estado (são os sindicatos que vão gerir pelos trabalhadores as nacionalizações e as unidades colectivas de produção), enquadrar progressivamente as comissões de trabalhadores e, finalmente, garantir a construção de um aparelho sindical que lhe permitiu construir o partido e, em última análise, sobreviver à queda do Muro de Berlim e ao desmembramento do aparelho soviético, como mais nenhum partido comunista na Europa Ocidental conseguiu.

Desde o início da revolução que tinha sido claro que o partido tinha eleito a classe trabalhadora, os operários das cinturas industriais das cidades, sobretudo Lisboa e Setúbal, e os assalariados agrícolas do Sul como a sua base estratégica. O partido procura enquadrar outros sectores da sociedade – estudantes, intelectuais –, mas reserva a estes muito menor espaço porque é nas classes trabalhadoras que o PCP aposta como coluna vertebral da organização e como força social determinante.

Janeiro e Março de 1975 vão ser determinados pelo início da reforma agrária, que o PCP não inicia mas apoia e dirige, e pela luta por assegurar outras formas de legitimação política a par da legitimação eleitoral, nomeadamente o aumento do peso do MFA, que se vai traduzir na assinatura do Pacto MFA-Partidos e na formação do Conselho da Revolução, a seguir ao 11 de Março de 1975. Esta política surge como resposta à caracterização, que o partido tinha e que se veio a revelar correcta, de que os resultados das eleições lhe seriam desfavoráveis. O PCP defende a realização de eleições para a Assembleia Constituinte, e fará uma intensa campanha pelo recenseamento, mas perante o decepcionante resultado obtido (12,46% dos votos), tenta circunscrever o resultado destas à elaboração da Constituição.

A radicalização da revolução, caracterizada nomeadamente pela multiplicação dos organismos de duplo poder (nesta fase sobretudo comissões de trabalhadores e moradores) implicou a transformação de uma crise de regime numa crise geral do Estado, depois de 11 de Março de 1975, traduzindo-se na maior crise governativa da revolução, com a queda do IV Governo e a Constituição do frágil V Governo e nas divisões insanáveis no seio do MFA. Neste período, a política do partido vai estar marcada pelo apoio à reforma agrária e às nacionalizações, assim que são exigidas e levadas a cabo pelos trabalhadores, e pelos apelos à intensificação da produção (a «batalha da produção») e ao controlo das greves e reivindicações laborais, no quadro de um profunda crise económica. A «batalha da produção» passava por impedir todos os entraves à manutenção da produção, quer esses entraves viessem de sectores da burguesia (sabotagem económica, descapitalização de empresas) quer viessem dos operários (greves e lutas por aumentos salariais). O partido propõe que as empresas nacionalizadas sejam geridas numa forma *sui generis* de co-gestão que incluía representantes dos sindicatos e do Estado. Para isso, o PCP defenderá junto dos seus militantes e dos trabalhadores que Portugal já era, naquele momento, um país em transição para o socialismo.

O reforço do papel do MFA na direcção da revolução e a política da «batalha da produção» não obtiveram o sucesso esperado e não conseguiram impedir a radicalização da revolução, e a conseqüente ruptura institucional, que se traduziu no final do IV Governo Provisório. Foram meses marcados por conflitos sociais e políticos, que demonstraram a impossibilidade da concretização do projecto do PCP, ou seja, a reconstrução de um Estado autárquico, cuja tradução institucional seria um governo de frente popular PCP-PS-MFA. O PS desloca-se da aliança com o PCP em direcção a um amplo bloco social com a direita – o mesmo contra o qual tinha estado nos golpes de 28 de Setembro de 1974 e de 11 de Março de 1975 – e o PCP fica sozinho, restando-lhe como aliados sectores em que o partido não confiava ou não controlava, a esquerda militar e a extrema-esquerda. Para tentar fazer o PS recuar, o PCP vai ameaçar com a constituição de um regime de tipo bonapartista (um governo militar e a militarização do movimento operário traduzida no *Documento Guia Povo-MFA*). Em vão. Um regime a *la Nasser* – um regime característico de países periféricos, em que sectores da burguesia e da pequena burguesia se unificam levando a cabo políticas anti-imperialistas sem expropriar a burguesia – em Portugal, revelou-se naquele Verão Quente inconcretizável. Portugal não era o país atrasado de *Rumo à Vitória*, com um sector intermédio «progressista». Era um país europeu (ainda que neste quadro semiperiférico face aos países centrais), imperial face a África, inserido militarmente na Aliança Atlântica e com uma burguesia e sectores da pequena burguesia com um projecto claro de adesão à então CEE. O PS não recua, desloca-se para a direita e é acompanhado por importantes sectores do MFA, deixando ao PCP duas possibilidades: recuar e aceitar a «democracia burguesa», que o PCP dizia ser impossível de vigorar em Portugal, ou avançar e dirigir a tomada do poder pela classe trabalhadora impondo um deslocamento do Estado. Foi a primeira hipótese que se deu, com o fim do V Governo.

Este período foi marcado pela intensa violência que se abateu sobre o PCP – na verdade, o período de maior violência da revolução portuguesa foi a campanha anticomunista do Verão Quente – e pela relativa incapacidade do partido em reagir, provocando assim danos importantes na sua estrutura física e de militância, com a perda de 10% dos centros de trabalho e a saída de um número de militantes indefinido. O PCP foi surpreendido pela capacidade do PS de transformar a sua força eleitoral em força social.

A questão central a desvendar sobre o V Governo não é, na nossa opinião, uma qualquer tentativa *putschista* por parte do PCP de tomar o poder – que todos os

documentos e a actuação do partido desmentem – mas a extensão e as características da sua relação com a esquerda militar, cujos contornos estão por esclarecer inteiramente. Porque quando falamos de esquerda militar, ou ainda de forma mais restrita de «gonçalvistas», estamos de facto a incluir na mesma análise um grupo heterogéneo de militares com uma relação não orgânica com o PCP, na sua maioria, e que evoluirá, pelo menos uma parte importante destes militares, para uma relação de não acatamento da política do PCP e mais tarde de ruptura com o PCP durante a crise revolucionária, de Setembro a Novembro de 1975.

O PCP deixa de apoiar publicamente o V Governo dois dias depois de este tomar posse, a 8 de Agosto de 1975, alegando falta de apoio social. Na verdade, como vimos pelos documentos do PCP, o partido queria um Governo com os comunistas, mas não um Governo dos comunistas. Internamente, porém, o partido começa um processo de isolamento da esquerda militar, que começa no Comité Central de Alhandra a 10 de Agosto quando o informe do líder, Álvaro Cunhal, considera que não há um único homem na esquerda militar que não seja «sectário», e termina, depois do 25 de Novembro de 1975, em Dezembro quando o partido considera publicamente que este sector da esquerda militar deixou de ter qualquer «papel na revolução». A queda do V Governo será, porém, controlada, como vimos. Isto para evitar danos imediatos na forma como o Governo é demitido – ou seja, para não gerar uma reacção da própria esquerda militar (e de facto o Governo cai sem reacção imediata deste sector, para o que terá contribuído desde logo o apoio do próprio Vasco Gonçalves à política do PCP de retirar apoio ao seu próprio Governo). Mas a queda do V Governo era também controlada por outros dois motivos. Desde logo porque o PCP estava a ser alvo de uma campanha violenta da qual tinha de se defender, e, como vimos, porque o partido apoiou-se na mobilização de apoio ao V Governo – que o próprio PCP já não apoiava – para negociar a sua posição no VI Governo Provisório.

Vimos também que não tem fundamento histórico a comparação entre o V Governo e a política dos comunistas checos em 1948. Estes últimos tinham ganho as eleições em 1946, mas aceitaram formar um governo de unidade nacional, o qual fizeram cair em 1948, executando os acordos de Ialta e Postdam, segundo os quais a Checoslováquia estava na órbita de influência soviética, portanto os compromissos de «reconstrução nacional» que tinham sido aceites por Estaline face ao PCF em França, o PCI, em Itália, ou pelo Partido Comunista Grego, não estavam em vigor na Checoslováquia. O golpe, que aliás foi apoiado numa amplíssima mobilização social,

teve o amparo diplomático da URSS e a segurança de estar protegido, em caso de falhar, pelo Exército Vermelho.

Defendemos que é inexacto fazer um paralelo entre uma eventual estratégia do partido de criação de um regime socialista, ou de tipo soviético, e a crescente influência do PCP no aparelho de Estado. A ocupação de espaços no aparelho de Estado, portanto a disputa que este levou a cabo, sobretudo com o PS, pela organização do aparelho de Estado, foi rápida, tendo começado logo no início da revolução, nomeadamente nas autarquias, e acentuou-se ao longo de 1975, mas também sofreu sérios reveses, por exemplo a partir de Setembro de 1975. Mas essa ocupação destinava-se a controlar a organização do Estado sem colocar em causa a sua natureza de classe, e isso é exemplificado pela política do partido de co-gestão sindicatos/Estado nas nacionalizações, de oposição ao desenvolvimento e centralização dos organismos de duplo poder e ainda pela política de «batalha da produção». Em Portugal, a ocupação do aparelho de Estado por um partido comunista que, por via da forma como caiu o regime, foi muito acelerada e generalizada (os famosos saneamentos) não alterou em nada a natureza de classe deste, o que eventualmente terá um paralelo na Espanha da guerra civil ou na França até 1947. Vimos como o partido fica em alguns domínios paralisado quando lhe são retirados ministérios no VI Governo, e essa troca de lugares dá-se em menos de duas semanas. Uma última nota para dizer que, se é verdade que o PCP procurou ter influência na comunicação social, nas forças armadas, nos Ministérios das Finanças, Trabalho, Agricultura, este era, no campo político português, o partido que menos dependia do Estado, porque era um partido de militantes e dirigia a maior parte dos sindicatos, ao contrário do PS e do PPD, para os quais a ocupação do aparelho de Estado era ainda mais fundamental do que para o PCP.

Neste período do final do V Governo deve ainda salientar-se que o PCP conseguiu, pela primeira vez durante a revolução, ter um sector importante da extrema-esquerda a apoiar a sua política, «adormecendo» um problema assumido pela direcção do partido que era a crescente influência dos grupos de extrema-esquerda na base do PCP, como aferimos em vários exemplos, desde as greves de 1974, à controvérsia sobre o controle operário *versus* gestão sindicatos/Estado nas empresas nacionalizadas ou ainda às eleições sindicais do Verão Quente de 1975. Esta política teve como corolário a formação da FUP (a que o PCP nega ter formalmente pertencido), e cuja função primordial foi pressionar o PS e o Grupo dos 9 a recuarem e a reporem a política de alianças PCP, PS e MFA. O abandono da FUP – que depois se passa a chamar FUR – e

o apoio ao VI Governo vão provocar uma crise dentro do partido, cujos indícios são visíveis nos documentos do PCP mas também em declarações de destacados membros seus. Mas esta política de mobilização do PCP para pressionar o PS e o Grupo do 9 não terá o efeito esperado, antes pelo contrário. A Assembleia de Tancos procura isolar a esquerda militar e o VI Governo Provisório terá apenas um ministério do PCP.

Ao contrário do que teorizava o PCP, o fim do V Governo não tinha «desferido um golpe» na revolução, mas aberto portas a que esta atingisse a coluna vertebral do Estado, as Forças Armadas, com o desmoronamento da «Aliança Povo-MFA» e a consequente radicalização da dualidade de poderes nas Forças Armadas e com ela o início de uma crise revolucionária. É com o fim do MFA que se formam os SUV, que as comissões de soldados se generalizam, ao mesmo tempo que o Estado emerge na sua maior crise desde o 25 de Abril (traduzida em indisciplina generalizada, permanentes ameaças de golpes e contragolpes de Estado, suspensão do Governo). A revolução avança e materializa-se em gigantescas manifestações, greves, questionamento da Assembleia Constituinte pelo cerco dos operários da construção civil, coordenação crescente das comissões de trabalhadores, moradores e soldados, sobretudo em Lisboa, na duas margens do Tejo, centro nevrálgico da revolução, a única região do País onde o golpe contra-revolucionário vai necessitar de impor o estado de sítio. Durante este período o PCP opor-se-á às formas de dualidade de poderes nas Forças Armadas e apoiará as manifestações operárias e populares com matizes importantes (por exemplo, é a favor da manifestação dos operários da construção civil, mas contra o cerco) e será frontalmente contra a coordenação nacional das comissões de trabalhadores.

Inicia-se nesta altura, levado a cabo pelo PS e pelo Grupo dos 9, em aliança com sectores de direita mais conotados com o antigo regime, o processo de saneamento de vários elementos de esquerda nas Forças Armadas, no aparelho de Estado e na comunicação social. Pela primeira vez o PCP vê-se obrigado a defender-se dos saneamentos, que até aqui tinha em grande medida encabeçado. A diminuta presença comunista no VI Governo será uma machadada directa na política do partido, que assentava na direcção da reforma agrária, empresas nacionalizadas e intervencionadas através da influência e financiamento que tinha nos ministérios, antes por si controlados. Fecha-se, nas palavras do próprio Álvaro Cunhal, a «torneira» do Estado ao PCP e à sua política. Assim, o PCP vai dirigir uma mobilização contra o VI Governo, cujos objectivos principais são a recomposição do MFA, no equilíbrio anterior a Tancos, e a ampliação das pastas ministeriais do PCP no VI Governo. Mas, consciente

de que o fim da revolução se aproximava, o partido, enquanto defende a reconstrução da frente PCP-MFA-PS, e articula a sua política para isolar a direita mais reaccionária e a extrema-esquerda, centra-se na materialização de duas políticas fundamentais: a reforma agrária, que será concretizada depois das mobilizações provocadas e dirigidas pelo PCP, durante Outubro de 1975, quando cria as Unidades Colectivas de Produção, conseguindo o financiamento para as gerir, e a independência de Angola sob a égide do MPLA. Duas vitórias – a independência de Angola só parcialmente, uma vez que o Governo português, contra a vontade do PCP, não reconhece o MPLA até 1976 – que asseguraram por um lado a continuação de uma estreita ligação internacional à União Soviética e a criação de uma ampla base nos campos do Sul do País, que nas eleições em regime de democracia representativa se revelou essencial para a consolidação do partido.

Rejeitámos a teoria de que o PCP foi orientado, na sua política para o País, pela política soviética para a descolonização em Angola. O PCP não foi uma simples «correia de transmissão» da URSS em África. A análise de que os objectivos do partido se sumarizariam na conquista de Angola pelo MPLA – e que caricaturiza a extraordinária e complexa história do partido – deprecia a sua estratégia, que aqui historicizamos como a disputa da organização do Estado e dos trabalhadores, num regime democrático ocidental consolidado, que o partido ambicionou que tivesse assegurado algum grau de independência face ao sistema internacional de Estados. Isso é *estratégico*. Mas se o partido o pode fazer coadjuvando a política internacional da URSS, a quem estava solidamente ligado, fá-lo. E fê-lo com suficientes cautelas para se adaptar à própria evolução da situação angolana, apoiando primeiro os Acordos de Alvor, que pressupunham um governo de unidade nacional tripartido entre FNLA, UNITA e MPLA, sustentando mais tarde, já em plena guerra civil, a partir de Maio de 1975, e não antes disso, o reconhecimento do governo de Angola do MPLA.

Defendemos que o momento entre a queda do V Governo e o 25 de Novembro de 1975 foi, empregando uma tautologia, o momento mais revolucionário da revolução, em que ou se dá um deslocamento do Estado ou um golpe contra-revolucionário põe fim ao processo e inicia a sua estabilização. E o seu desfecho foi de facto um golpe de estado que abriu o caminho à consolidação de uma democracia burguesa, golpe no qual o PCP acabou por se colocar, assumidamente, de acordo com um sector dos golpistas, o Grupo dos 9, garantindo a não confrontação civil armada. Fica por esclarecer se esse acordo é feito antes ou no próprio dia 25 de Novembro, embora, pela análise dos

documentos e da cronologia do golpe e da evolução da situação política que fizemos, tenhamos concluído que a primeira hipótese é a mais provável. Uma hipótese que provavelmente só a abertura dos arquivos do próprio PCP poderá desmentir ou confirmar.

É evidente, porém, que o PCP teve um papel essencial na ausência de uma guerra civil e mesmo na relativa paz com que o golpe contra-revolucionário se deu, o que faz parte da história da política do partido, mas simultaneamente levanta uma outra questão. Esta política foi executada por sectores militares e da Intersindical que confiaram nas orientações do partido. Ao PCP não coube a iniciativa da revolução. O termo aliás é, de acordo com os estudos teóricos que serviram de base a este trabalho, um contra-senso, porque uma revolução é um processo de sujeitos sociais e não de sujeitos políticos. A luta de classes que caracterizou a revolução, e que se traduziu nas ocupações e greves nas empresas, nacionalizações, reforma agrária, dualidade de poderes, na esmagadora maioria das vezes, como vimos, nasceu fora do PCP e prosperou contra a sua direcção. Os acontecimentos não eram, salvo raras excepções, que determinámos e procurámos explicar, impulsionados por si; pelo contrário, o PCP «corria» atrás dos factos. Mas o PCP conseguiu, em geral com muito sucesso, dar-lhes um enquadramento político de acordo com o programa do partido. E a tese de que isto se explicaria porque era uma organização centralizada, eventualmente monolítica, para além de menorizar os militantes e simpatizantes do PCP – reduzidos a uma massa homogénea, disciplinada, sem autonomia de pensamento – não consegue explicar porque o partido recolheu de facto a confiança da maioria dos sectores operários organizados para concretizar a sua política e cresceu e se consolidou como o maior partido político do País, que dirigia maioritariamente as classes trabalhadoras organizadas.

Creemos que entre os muitos factores que explicam este crescimento do PCP e a confiança que a sua direcção recebe está, em primeiro lugar, o facto de o PCP ter sido o partido da resistência à ditadura, o que mais tinha sofrido nas prisões do Estado Novo, facto que o partido, com legitimidade, reivindica ao longo de toda a revolução. E foi não só o mais resistente como praticamente o único, na medida em que quando se inicia a revolução, as outras organizações estão num estado embrionário.

O PCP não foi durante a revolução aquela organização monolítica, o aparelho burocrático consolidado, de que quase sempre se fala. Como podia sê-lo, se em menos de um ano cresce de cerca de 2 mil para mais de 100 mil militantes? Pelo contrário, as

divergências internas, na sua base, mais do que na sua direcção (que se mantém exclusivamente aberta aos homens que vinham já da resistência ao Estado Novo), cresceram com a revolução. As divergências existiram de tal forma que o partido elegeu o «esquerdismo» como o maior perigo de influência sobre a sua base e durante a crise de Setembro a Novembro de 1975 vai paulatinamente apartar da organização uma parte que militou ou estava na orla de influência do partido, que pertencia à Esquerda Militar. Mas a direcção do partido conseguiu equilibrar internamente essas divergências, evitando a sua transformação em cisões importantes.

Um outro factor que certamente contribuiu para o respeito que o PCP granjeou foi o seu método de construção. Embora este não tenha sido o prisma do nosso estudo, vimos vários exemplos em como o partido cresce como uma organização sólida, profundamente enraizada nos meios populares, que conhece em pormenor cada um dos locais onde faz política, tem propostas concretas para as fábricas, as empresas, os sectores. Não é um partido de propaganda, centrado na ideologia, mas que se constrói sindicalmente para captar apoios com os quais leva a cabo a sua política.

Finalmente, e não menos importante, deve ser sublinhado que o partido conseguiu levar a cabo o seu programa democrático, no meio do processo revolucionário mais radicalizado da história do Ocidente depois da Segunda Guerra Mundial, o que é certamente uma boa medida da extraordinária capacidade do seu principal dirigente, Álvaro Cunhal, e do conjunto dos dirigentes da organização que, no mínimo, no Comité Central, tinham 20 anos de partido. E concomitantemente com este factor está certamente a fraqueza das direcções à esquerda do PCP, divididas entre si, mais ideologizadas, com um peso maior da propaganda na sua política, que alcançaram sucessos extraordinários, como nos CTT, na TAP, na Lisnave, nos químicos, mas nunca conseguiram ter uma política independente ou do PS ou do PCP – era aliás em torno de ser contra o PCP ou contra o PS que a extrema-esquerda se organizava e não com uma clara política alternativa a estas duas organizações.

Por último, ainda, avançámos a hipótese de que o PCP cresceu porque a sua política ia ao encontro da consciência média do trabalhador português, que se convenceu ao longo da revolução – e embora na prática não actuasse nesse sentido, em muitos casos – de que era possível uma transição indolor para o socialismo em Portugal. A ideia de que a revolução tinha sido feita sem mortos, pelo MFA, foi abraçada pelos trabalhadores e sectores intermédios da sociedade e o PCP nunca questionou esta ideia nem a procurou modificar. Pelo contrário, o partido igualiza revolução e MFA desde o

início e secundarizou os mortos e a violência de 13 anos de guerra colonial perante o heroísmo dos capitães de Abril. Que na realidade fizeram um golpe de estado, não uma revolução, e foram motivados, mais do que pelo desejo de democratizar e muito menos de construir um qualquer socialismo, por estarem a perder uma guerra de ocupação, tendo perdido a confiança na direcção política e militar do País, em resultado da tenacidade da luta dos movimentos de libertação africanos.

Na verdade, e apesar de a queda do regime se ter dado contra as previsões do PCP ela deu-se de uma forma que encaixou quase perfeitamente na política do partido, de «revolução democrática», porque permitiu que o Estado pudesse ser reconstruído rapidamente com o auxílio do MFA, cuja natureza de classe, combinada com a revolução que se seguiu ao 25 de Abril de 1974, permitiu que sectores importantes do MFA progressivamente se aproximassem também do PCP, enamorados das teorias terceiro-mundistas, de que estaria em causa em Portugal uma revolução de libertação nacional.

Por conseguinte, a consciência média de que a transição da ditadura para a democracia teria sido indolor e que a transição da democracia para o socialismo seria igualmente pacífica, sem sofrimento, sem guerra civil, e poderia ser conduzida pelos mesmos actores, o MFA, não só não foi posta em causa pelo PCP como foi, desde os primeiros dias a seguir ao 25 de Abril, acarinhada, na célebre política da «aliança Povo-MFA». Em pleno cerco da Assembleia Constituinte pelos operários da construção civil, o PCP publica no seu jornal um artigo de celebração da revolução russa, onde se pode ler: «Nesse sentido insistimos em afirmar, tanto como nosso propósito como nossa esperança que aqui, em Portugal, o nosso Outubro chegará também. Isto não significa que o único caminho para o socialismo será uma insurreição. Poderá não soar o tiro do nosso ‘Aurora’ nem se verificar o assalto ao nosso Palácio de Inverno. Tudo faremos para tornar possível o caminho pacífico para o socialismo. Tudo faremos para que seja explorado ao máximo de profundidade o potencial revolucionário original revelado no processo da revolução portuguesa. Outubro significa mais que insurreição. Significa mais que tal ou tal sistema de aliança e tal ou tal estrutura de Estado. Outubro significa o golpe de finados do capitalismo e embora sem pressas, sem precipitações, sem a

impaciência de queimar etapas, sabendo avançar e sabendo recuar, tudo faremos para que esse dobre de finados soe o mais prontamente possível na nossa Pátria»⁷⁷⁸.

A política da «revolução democrática» aponta para uma transição sem limite definido que mantém a continuação da dominação burguesa, dentro do quadro da democracia representativa, e no respeito pela propriedade privada, combinada com outras formas de propriedade. Nesse sentido não é uma revolução, mas uma forma de regime, que se opõe a outras forças que se movem no curso da revolução portuguesa e cujos objectivos e métodos apontam para uma revolução social. Quando são realizadas as primeiras eleições livres, um ano depois do golpe de estado, já todas as liberdades tinham sido asseguradas, já se tinha nacionalizado toda a banca nacional, dezenas de empresas tinham sido intervencionadas, estava em curso o início da reforma agrária e o «assembleísmo» tinha-se generalizado por todo o País. Confirmando que o século XX tinha iniciado uma época de revoluções sociais, objectivamente anti-capitalistas, a dinâmica da revolução portuguesa não a colocava nos marcos da conservação da propriedade privada nem da democracia representativa. Os momentos mais dramáticos da revolução são marcados exactamente pela lutas que se travam no terreno da soberania popular, com a incapacidade dos Governos Provisórios e mais tarde, a partir do Verão Quente, do próprio MFA, de garantir a estabilidade das instituições, e com o questionamento da propriedade privada dos meios de produção. A «revolução democrática» era um recuo face à situação de facto que o País experimentava.

Em Portugal, em 1974 /75, disputou-se muito mais do que a consolidação de um regime democrático por oposição a uma ditadura fascista. Não estava em causa essa dicotomia – ditadura ou democracia – que o PCP avançou como base teórica de sustentação da sua estratégia de consolidação democrática. Esse momento da revolução foi resolvido nos primeiros meses depois de 25 de Abril de 1974 e, embora os sectores mais conotados com o antigo regime de ditadura tivessem-se feito depois parte de uma aliança com o PS e o Grupo dos 9 no Verão Quente, nunca chegaram a ser uma ameaça ao regime democrático. A contra-revolução que se inicia com o golpe de 25 de Novembro de 1975 foi dirigida por sectores com quem o PCP defendeu a aliança política, no Governo e nas Forças Armadas. Não chegou pelas mãos do fascismo, mas da consolidação de um regime democrático liberal. Forjou-se entre os aliados do PCP e, no próprio dia do golpe, com o compromisso do próprio PCP, facto que o mesmo

⁷⁷⁸ «As realizações do povo soviético não interessam apenas ao povo soviético». In *Avante!*, 13 de Novembro de 1975, p. 9.

assumiu. A consolidação de um regime democrático foi um objectivo alcançado – e para o qual o partido deu um contributo essencial no quadro da revolução portuguesa –, mas a possibilidade de um capitalismo relativamente independente dos países centrais ruiu por terra e revelou-se uma utopia.

Como assinalámos ao longo desta investigação, não há muitas oportunidades para estudar a história da política de um partido comunista pró-soviético, na Europa Ocidental, na abertura de um processo revolucionário. Esta é uma delas. O seu estudo permite comparações históricas que nos possibilitam aprofundar o conhecimento sobre as realidades de transformação social, em si tão complexas. Não existe, é certo, um modelo de revolução puro – apesar da tendência dos estudiosos ser a de comparar todos os processos revolucionários contemporâneos com a revolução francesa, russa e chinesa. Há também uma tendência para comparar o PCP ao Partido Bolchevique, traduzida na «leninização» da estratégia do PCP, que uns autores situam no V Governo, outros no próprio 25 de Novembro. Cremos, também, que a comparação com a revolução russa enriquece a investigação dos partidos comunistas, da história da própria revolução, do movimento operário. Mas as nossas conclusões são, porém, distintas.

Quando se inicia o processo revolucionário, o PCP defende participar no Governo Provisório com a burguesia. Vladimir Lenine dirigiu, em 1917, a revolução russa defendendo o transcrescimento da revolução burguesa em revolução operária, com a justificação teórica de que a revolução não resolveria as tarefas democráticas, burguesas, sem o acesso do proletariado ao poder, e de que o proletariado, uma vez no poder, não poderia confinar-se ao modelo de uma revolução burguesa. Nos dias 3 e 4 de Abril de 1917, no documento que ficou conhecido como as «Teses de Abril», Lenine defende essa tese contra a então maioria da direcção do Partido Bolchevique, que apoiava e defendia a participação no Governo Provisório. No meio do maior e mais radicalizado surto grevista, o PCP mobiliza contra as greves, apela, no meio destas, a um «dia de trabalho para a nação» (4 de Junho) e incentiva os operários a disciplinarem-se à Intersindical. O apelo de Lenine quando chega à Rússia, «Todo o poder aos soviets!» – que não eram então maioritariamente bolcheviques, mas sim dominados por mencheviques e socialistas revolucionários –, não encontra qualquer comparabilidade histórica com a exigência que o PCP faz aos trabalhadores: disciplinem-se à Intersindical e apoiem o Governo Provisório. Durante a crise revolucionária, entre Setembro e Novembro de 1975, o PCP, procurando dirigir uma

parte das comissões de trabalhadores, opõe-se a qualquer forma de coordenação nacional destas. Às formas conselhistas nas Forças Armadas (comissões de soldados) contrapõe a recomposição do MFA e a permanência das ADUs (constituídas em metade por oficiais e outra metade por soldados). Ao controle operário bolchevique, cujo decreto foi feito no próprio dia 8 de Novembro de 1917 na Rússia e que explicitamente determina o controlo dos trabalhadores sobre a produção e distribuição feito por delegados eleitos em assembleias de base, o PCP propôs uma forma de co-gestão entre membros dos sindicatos e representantes do Estado, para as empresas nacionalizadas.

A haver uma comparação com o processo revolucionário russo, ele assemelharia o PCP não aos bolcheviques mas aos mencheviques, que participaram no Governo Provisório e tiveram uma política de reconstrução nacional, feita com base em alianças policlassistas. O PCP é um partido alicerçado na ideia de crise final do capitalismo – um modo de produção que «cairia morto» quando as condições objectivas estivessem maduras – que *Rumo à Vitória* sintetiza da seguinte forma: «O capitalismo não pode resolver a insanável contradição que o rói e lhe cavará a tumba» (Cunhal, 2001:59). E também uma organização que, à escala de Portugal, reflectiu o revés que o movimento operário e socialista sofreu com a derrota da revolução alemã, a revolução no Ocidente industrializado, e que votou a União Soviética ao isolamento, de que a subida ao poder de Estaline é produto e força também. Do isolamento à política policlassista vai um pequeno passo: se se fica pela nação, é para a nação e não para a classe operária que se constrói uma política. Por isso hoje parece-nos claro que, no início da revolução portuguesa, a analogia mais interessante para se fazer é entre o PCP e a teoria dos campos burgueses progressistas, defendida pelos mencheviques na revolução russa – a ideia de que há sectores progressistas da burguesia aos quais os operários devem aliar-se.

E se outra comparação é permitida, é que o campo contra-revolucionário, entendido na sua acepção histórica, ou seja, o campo dos partidos e organizações que se opuseram à revolução, teve mais do que um projecto. O projecto directamente burguês, corporizado por Spínola, que até Março de 1975 esteve relativamente isolado dos restantes sectores da classe dominante portuguesa; o projecto do PS, do Grupo dos 9, que acabou por abarcar o sector spinolista a partir do Verão Quente, que foi aquele que paulatinamente venceu em Portugal com a vitória da economia de mercado; e, o projecto do próprio PCP, no qual foi acompanhado por sectores do MFA e da extrema-

esquerda, que almejava um capitalismo regulado e relativamente independente face aos países centrais, sem questionar a manutenção de Portugal na esfera da Aliança Atlântica e sem exigir o fim da propriedade privada dos meios de produção. Kerensky, recordemos, esteve nas ruas da Rússia a derrotar Kornilov da mesma forma que o PCP foi uma força essencial nas ruas de Portugal para derrotar Spínola. O mesmo Kerensky esteve dois meses depois na oposição aos bolcheviques e à tomada de poder pelos soviets, dirigida pelo Partido Bolchevique. Também o PCP recusou criar e apoiar formas de duplo poder e dirigir a tomada do poder pela classe trabalhadora, expropriando a burguesia, iniciando um regime de transição para o socialismo.

Fontes e Bibliografia

Fontes

ABRANTES, Domingues. «Controle Operário». In *A Saída da Crise*. Lisboa: Avante!, 1977.

Alavanca, órgão da Intersindical, 1974, 1975.

Amizade e Cultura, 1.º Aniversário da Sociedade de Amizade Portugal-URSS. Boletim 9, Maio e Junho, 1975.

As Empresas Intervencionadas. Lisboa: Edições Avante!, 1977.

As Nacionalizações. Defesa e Dinamização. Textos da Conferência das Organizações do PCP para a Defesa e Dinamização do Sector Nacionalizado da Economia. 11 e 12 de Março de 1978. Lisboa: Edições Avante!, 1978.

Avante!, Série VI, Março e Abril 1974.

Avante!, Série VII, 17 de Maio a Dezembro de 1975.

AVILEZ, Maria João. *Soares. Ditadura e Revolução*. Lisboa: Público, 1996, p. 487.

BARRETO, António. «A Reforma Agrária e a Revolução». In *Expresso*, 5 de Dezembro de 1981.

BRITO, Carlos, Álvaro Cunhal. *Sete Fôlegos do Combatente. Memórias*. Edições Nelson de Matos: Lisboa, 2010.

CABRAL, Manuel Villaverde. «O 25 de Abril em Retrospectiva». In *Le Monde Diplomatique*, Abril de 2004.

Centro de Documentação 25 de Abril, Fundo de Comunicados e Panfletos/PCP, 1974/1975.

COELHO, António Borges. «Nos Trinta Anos da Revolução de Abril». In *Le Monde Diplomatique*, Abril de 2004.

CGTP, Greves Sectoriais, 1989-2008. In Arquivo CGTP.

Comunicados do Partido Socialista entre o 25 de Abril e o 1.º Governo Constitucional. Fundação Mário Soares.

Com a UEC nas Escolas a Reacção não Passará. Lisboa: Edições Avante!, 1975.

História da Política do PCP na Revolução (1974-75)

Comissões de Delegados Sindicais do BES e Comercial de Lisboa. *Sabotagem Económica. Dossier Banco Espírito Santo*. Lisboa: Diabril Editora, 1975, p. 39.

Comunistas e Católicos. Cadernos do PCP 5. Lisboa: Edições Avante!, 1975.

CUNHAL, Álvaro. *A Questão do Estado, Questão Central de cada Revolução*, Lisboa: Edições Avante!, 2007.

CUNHAL, Álvaro. *A Revolução Portuguesa. O Passado e o Futuro*. Lisboa: Edições Avante!, 1994.

CUNHAL, Álvaro. *A Verdade e a Mentira na Revolução de Abril*. Lisboa: Edições Avante!, 1999

CUNHAL, Álvaro. *Rumo à Vitória. As Tarefas do Partido na Revolução Democrática e Nacional*. Lisboa: Edições Avante!, 2001.

CUNHAL, Álvaro. *A Crise Político-militar. Discursos Políticos 5 (Dezembro de 1974-Março de 1975)*. Lisboa: Edições Avante!, 2001.

CUNHAL, Álvaro. *Discursos Políticos 3. Dezembro de 1974/Março de 1975*. Lisboa: Edições Avante!, 1976.

CUNHAL, Álvaro. *Discursos Político (4)*. Lisboa: Avante!, 1975

CUNHAL, Álvaro. *Do 25 de Novembro às Eleições para a Assembleia Constituinte. Discursos Políticos 6*. Lisboa: Edições Avante!, 1976.

7 Congresso Extraordinário do PCP. In *Documentos Políticos para a História do PCP*. Lisboa: Edições Avante!, 1974.

O Caso Timex. Sindicato das Indústrias de Ourivesaria, relojoaria e Correlativos do Sul. Editorial O Século.

Cronologia Pulsar da Revolução. Centro de Documentação 25 de Abril. In <http://www1.ci.uc.pt/cd25a/wikka.php?wakka=PulsarSetembro75>.

Diário de Lisboa, Abril e Maio de 1974

Diário Popular, 1975

Discurso de Vasco Gonçalves no 1º de Maio de 1975. <http://www1.ci.uc.pt/cd25a/wikka.php?wakka=poderpol01>, consultado em 14 de Julho de 2009.

Documentos do Comité Central do PCP. Abril a Dezembro de 1974. Lisboa, Edições Avante!, 1975.

Documentos do Comité Central do PCP. Janeiro a Junho de 1975. Lisboa: Edições Avante, 1976.

Documentos do Comité Central do PCP. Julho/Dezembro de 1975. Lisboa: Edições Avante, 1976.

EANES, Ramalho, «No 2º aniversário do 25 de Novembro». Discurso proferido em Tancos. Secretaria de Estado da Comunicação Social, 1978.

[Foreign Office, Central Department and Foreign and Commonwealth Office, Southern European Department: Registered Files \(C and WS Series\) FCO 9/2072](#) Visit by Dr Mario Soares, Portuguese Minister of Foreign Affairs to London and other European capitals, 1-6 May 1974 . Visit by Dr Mario Soares, Portuguese Minister of Foreign Affairs to London and other European capitals, 1-6 May 1974 Foreign Office, Date: 1974. Source: The Catalogue of The National Archives.

GONÇALVES, Vasco. *Discursos*. Porto: Edição Popular, 1976.

GONÇALVES, Vasco, *Discursos, Conferências, Entrevistas*. Lisboa: Seara Nova, 1977.

«História: União Soviética entregou Portugal à Social-democracia». In MILHASES, José, Agência Lusa LGR5886 5 DI – Correspondentes Internacionais 476 LUSA 11075886, 24 de Maio de 2010.

Intersindical. *Na Unidade a Força dos Trabalhadores. Documentos Sindicais 1970-74*. Lisboa: s/e; s/d.

LCI. *A Revolução Portuguesa numa Encruzilhada. Teses aprovadas no III Congresso da LCI*, Janeiro de 1976.

LENINE, Vladimir, *O Controle Operário e a Nacionalização da Indústria*. Lisboa: Estampa, 1976.

LIMA, Albano, *Movimento Sindical e Unidade no Processo Revolucionário Português*, Lisboa: Edições Avante!, 1975.

Linhas Programáticas do I Governo Provisório. Ponto 3. Segurança de pessoas e bens, alíneas a) e c) in <http://www.governo.gov.pt/NR/rdonlyres/D3822A1B-7198-4A18-9B86-AC805A6F153E/0/GP01.pdf>, consultado a 9 de Janeiro de 2008.

«1.ª Plataforma de Acordo Constitucional». In http://app.parlamento.pt/LivrosOnLine/Vozes_Constituente/med01100000j.html

O Programa do MFA e dos Partidos Políticos. Alfragide: Edições Acrópole, 1975.

PATO, Octávio. *Pela Democracia, Pelo Socialismo. Textos da Clandestinidade e Discursos 1974/75*. Lisboa: Edições Avante!, 1976, pp. 188-189.

PIRES, José. *Greves e o 25 de Abril*. Lisboa: Edições Base, s/d.

Luta Popular, Maio e Junho de 1974.

Problemas da Paz e do Socialismo. Lisboa: Avante!, n.º1, Setembro, 1974.

PRAÇA, Afonso *et. al.* *25 de Abril*. Lisboa: Casa Viva Editora, s/d, 2ª edição.

O Militante, Boletim de Organização do Partido Comunista, Série IV, Junho a Novembro de 1975.

PATO, Octávio. *Pela Democracia, Pelo Socialismo. Textos da Clandestinidade e Discursos 1974/75*. Lisboa: Edições Avante!, 1976.

PCP. A Derrota da Conspiração Reaccionária. Cadernos do PCP 1. Lisboa: Edições Avante, 1974.

O PCP e a Luta Sindical. Documentos para a História do Partido Comunista Português, Série Especial, Lisboa. Edições Avante!, 1975.

O PCP e a Luta pela Reforma Agrária. Cadernos do PCP 7. Lisboa: Edições Avante!, 1975.

O Jovem Trabalhador, órgão da Juventude do PCP, 1974-1975.

O Programa do MFA e dos Partidos Políticos. Alfragide: Edições Acrópole, 1975.

PORTAS, Miguel. «Melo Antunes. O Solitário de Novembro». In *Vida Mundial*, Dezembro de 1998, pp. 36-50.

Presidência do Conselho de Ministros. *Trabalho, Sindicatos e Greve no Regime Fascista*. Mem Martins: Comissão do Livro Negro sobre o Regime Fascista, 1984.

Problemas da Paz e do Socialismo. Lisboa: Edições Avante!, n.º 1, 1974.

[Records of the Prime Ministers Office: Correspondence and Papers PREM 16/602](#)

Visit to UK by Portuguese Foreign Minister, Major Melo Antunes: meeting with Prime Minister on 27 June 1975 . Visit to UK by Portuguese Foreign Minister, Major Melo Antunes: meeting with Prime Minister on 27 June 1975 PORTUGAL Records of the Prime MinistersDate: 1975.Source: The Catalogue of The National Archives

Regresso do exílio de Álvaro Cunhal. Reportagem In <http://www.cm->

República, 1975.

RODRIGUES, Francisco (coord). *O Futuro era Agora*. Lisboa: Dinossauro, 1994.

SARAMAGO, José. *Os Apontamentos*. Lisboa: Caminho, 1990, p. 314.

SEABRA, Zita, *Foi Assim*. Lisboa: Aletheia, 2007.

SIMAS, Nuno. *Diário de Notícias*, 29 de Abril de 2004.

História da Política do PCP na Revolução (1974-75)

odivelas.pt/Extras/MFA/cronologia.asp?canal=7

SOLANO, José, FURTADO, Joaquim, «Portugal 74 -75». In 25 de Abril. 30 Anos. DVD nº 4. Lisboa: Público, 2004

TREFFAULT, Sérgio. *Um Outro País*. In 25 de Abril. 30 Anos. Lisboa: Público, 2004

UEC, órgão da União de Estudantes Comunistas, 1974, 1975.

Um Mesmo Combate. PCP e PCF. Lisboa: Edições Avante!, 1974

VARELA GOMES, *A Contra-revolução de Fachada Socialista*. Lisboa: Ler editora, 1981.

Bibliografia

AGUILAR, Paloma Fernández. *Memoria y Olvido de la Guerra Civil Española*. Madrid: Alianza Editorial, 1996.

ANDERSON, Perry. *O Fim da História. De Hegel a Fukuyama*, Rio de Janeiro, Jorge Zahar Editores, 1992.

ANDERSON, Perry. «Modernity and Revolution». In *New Left Review* I/144. March-April 1984.

ARCARY, Valério. *As Esquinas Perigosas da História. Situações Revolucionárias em Perspectiva Marxista*. São Paulo: Xamã, 2004

ARCARY, Valério. *O Encontro da Revolução com a História*. São Paulo: Xamã, 2006.

ARCARY, Valério. «Internacionalismo e Nacionalismo: dilemas da aposta estratégica». In *Serviço Social e Sociedade*. São Paulo: Cortez Editora. Ano XXX, n.º 98, 2009, pp. 225-244.

ARCARY, Valério. «Quando o Futuro era Agora. Trinta Anos da Revolução Portuguesa». In *Outubro*, São Paulo: Xamã, n.º 11, 2004, pp.: 71-92.

ARCARY, Valério. «Uma nota histórica sobre o PCP e a revolução portuguesa: a defesa de um projecto autárquico de capitalismo regulado». In *Actas do I Colóquio Os Comunistas em Portugal*, Lisboa: Política Operária, no prelo.

ARRANJA, Álvaro. *Greves Gerais de 1911 a 2008*. In http://www.esquerda.net/index.php?option=com_content&task=view&id=2879&Itemid=68). Consultado 21 de Maio de 2007.

BARRETO, António. *Mudança Social em Portugal: 1960-2000*. In PINTO, Costa. *Portugal Contemporâneo*. Lisboa: D. Quixote, 2005.

BARRETO, António, PRETO, Clara Valadas. *Portugal 1960/1995: Indicadores Sociais. Mirandela*: Público, 1996.

BARRETO, António. *Anatomia de uma Revolução. A Reforma Agrária em Portugal*. Lisboa: Europa-América, 1987.

BARRETO, António. «Classe e Estado: os Sindicatos na Reforma Agrária». In *Análise Social*, vol. XX (80), 1984 – 1, pp. 41-96.

BARRETO, José, «Os Primórdios da Intersindical sob Marcelo Caetano», In *Análise Social*, XXV, n.º 105-106, 1990, pp. 57-117.

BAPTISTA, Oliveira. *Portugal 1975. Os Campos*. Porto: Afrontamento, 1978.

BEAUD, Michel. *História do Capitalismo*. Lisboa: Teorema, 1992.

- BIRKE, Peter, HUTTNER, Bernd, OY, Gottfried (HRSG.), *Alte Linke – Neue Linke? Die Sozialen Kämpfe der 1968er Jahre in der Diskussion*, Berlin: Karl Dietz Verlag, 2009.
- BOBBIO, Norberto. *Teoria Geral da Política*. São Paulo: Editora Campus, 10ª edição, 2000.
- BOSCO, Anna. *Comunisti. Trasformazioni di Partito in Itália, Spagna e Portogallo*. Bologna: Il Mulino, 2000.
- BRINTON, Maurice, *Os Bolcheviques e o Controle Operário*. Porto: Afrontamento, 1975.
- CABRAL, Manuel Villaverde, «O 25 de Abril em Retrospectiva». *Le Monde Diplomatique*, Edição Portuguesa, 2004, 61: 1-2.
- CARRILHO, Maria. *Democracia e Defesa*. Lisboa: Edições Dom Quixote, 1994.
- CARRILHO, Maria. *Forças Armadas e Mudança Política em Portugal no Século XX*. Lisboa: Imprensa Nacional, 1985.
- CEREZALES, Diego Palacios. *O Poder Caiu na Rua*. Lisboa: ICS, 2003.
- CERVELLÓ, Josep Sánchez. *A Revolução Portuguesa e a sua Influência na Transição Espanhola (1961-1976)*. Lisboa: Assírio e Alvim, 1993.
- CERVELLÓ, Josep Sánchez. «El Proceso Democrático Português (1974-75). In TORRE, Hipólito de la (Coord.), *Portugal y España en el Cambio Político (1958-1978)*. Mérida: UNED, 1989, pp. 149-166.
- CHILCOTE, Ronald. *Teorias da Política Comparativa: a Busca de um Paradigma Reconsiderado*. Petrópolis, Vozes, 1997.
- CLEMENTE, Eloy Fernández, «Problemas y Ritmos de la Modernización Económica Peninsular en el Siglo XX». In GÓMEZ, Hipólito de la Torre (ed), *Portugal Y España Contemporáneos*, Ayer, Madrid: Marcial Pons 2000.
- COGGIOLA, Osvaldo, MARTINS, José. *Dinâmicas da Globalização (Mercado Mundial e Ciclos Económicos. 1970-2005)*, São Paulo: Instituto Rosa Luxemburgo, 2006.
- CRISTOVAM, Maria Luísa. *Conflitos de Trabalho em 1979. Breve Análise Sociológica*. Lisboa: Ministério do Trabalho 1982.
- CRUZEIRO, Maria Manuela. «25 de Novembro: Quantos Golpes Afinal?». Comunicação apresentada no *Colóquio sobre o 25 de Novembro*, realizado no Museu República e Resistência, 2005. In <http://www1.ci.uc.pt/cd25a/wikka.php?wakka=th10> Consultado a 28 de Novembro de 2010.

CUNHA, Carlos, «Quanto mais as coisas mudam... Os 75 anos do Partido Comunista Português». *Análise Social*, Lisboa, ICS, Número 138, Vol. XXXI, 1996.

CUNHA, Carlos A.. *The Portuguese Communist Party's Strategy for Power 1921-1986*. Garland Publishing: Inc. New York & London, 1992.

DOMÈNECH, Xavier. «El Cambio Político (1962-1976). Materiales para una Prespectiva desde Abajo». In *Historia del Presente*, nº 1, 2001, pp. 46-67.

DOWS, Chip. *Os Moradores à Conquista da Cidade*. Lisboa: Armazém das Letras, 1978.

FERREIRA, Medeiros. «25 de Abril, uma Revolução?». In MATTOSO, José (Coord). *História de Portugal*. Portugal em Transe. Lisboa: Círculo de Leitores, 1993, pp. 7-11.

FRANCO, António de Sousa, «A Economia». In REIS, António (Coord.). *Portugal 20 Anos de Democracia*. Lisboa: Círculo de Leitores, 1994.

FREIRE, Dulce. «Greves Operárias» In ROSAS, Fernando (dir), *Dicionário de História do Estado Novo*. Lisboa: Bertrand Editora, 1996, Vol I.

FERREIRA, António Medeiros. *Portugal em Transe (1974-1985)*. In MATTOSO, José (dir). *História de Portugal*. Lisboa: Círculo de Leitores, 1993.

FURET, François. *Pensando a Revolução Francesa*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989.

GASPAR, Carlos, e RATO, Vasco. *Rumo à memória. Crónicas da Crise Comunista*. Lisboa: Quetzal Editores, 1992.

GINZBURG, Carlo. *O Queijo e os Vermes*. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

GOLDNER, Loren. *Ubu Saved from Drowning: Class Struggle and Statist Containment in Portugal and Spain, 1974-1977*. Cambridge MA: Queequeg Publications, 2000.

GOMES, Bernardino, SÁ, Tiago Moreira de. *Carlucci vs. Kissinger. Os EUA e a Revolução Portuguesa*. Lisboa: Dom Quixote, 2008.

GRAMSCI, Antonio. «Controle Operário». In *Escritos Políticos*, volume 2. Brasil: Editora Civilização Brasileira, 2004.

HAMMOND, John. «Worker Control in Portugal: The Revolution and Today». In *Economic and Industrial Democracy*. London: Sage Publications, 1981, pp. 413-453.

HARMAN, Chris. *A People's History of the World*. London-Sidney: Bookmarks, 2002.

HOBBSAWM, Eric. *A Era dos Extremos*. Lisboa: Editorial Presença, 1996.

HOBBSAWM, Eric. *Ecos da Marselhesa*, São Paulo, Companhia das Letras, 1996.

HOBBSAWM, Eric. «Revolution». In PORTER, Roy, TEICH, Mikulas (eds). *Revolution in History*. New York: Cambridge University Press, 1986, pp. 5-47.

HOBBSAWM, Eric. *Revolutionaries*. London: Abacus, 2007.

- HOBSBAWM, Eric. *Sobre História*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.
- KATZ, Cláudio. *Controvérsias sobre la Revolución*. In <http://katz.lahaine.org>. Consultado em 3 de Fevereiro de 2009.
- KIERNAN, V. G., «Revolução» In. *Dicionário Pensamento Marxista*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor: 1997, pp. 324-327.
- KELLY, J., «Long waves in industrial relations: mobilization and counter-mobilization in historical perspective». In *Historical Studies in Industrial Relations*, no. 4, 1997.
- LEFEBVRE, Georges. *O Nascimento da Moderna Historiografia*. Lisboa: Sá da Costa, 1971.
- LEMUS, Encarnación. *En Hamelin...La Transición Española más allá de la Frontera*. Oviedo: Septem Ediciones, 2001.
- LINDEN, Marcel van der. *Workers of the World. Essays Towards a Global Labor History*. Leiden/Boston: Brill: 2008.
- LISI, Marco, «O PCP e o Processo de Mobilização (1974-1975)». In *Análise Social*, Lisboa, ICS, n.º 182, Vol XLII, 2007, pp. 181-203.
- LOUÇÃ, Francisco. «A “Vertigem Insurreccional”: Teoria e Política do PCP na Viragem de Agosto de 1975». In *Revista Crítica de Ciências Sociais*, Coimbra, nº 15/16/17, Maio 1985, pp.149-162.
- LOURENÇO, Eduardo (dir). «A Ideia de Revolução». In *Finisterra*, Outono de 1989, nº 3.
- LOPES, José da Silva. *A Economia Portuguesa desde 1960*. Lisboa: Gradiva, 1999.
- LLUCH, Ernest. «Transición Económica Y Transición Política: La Anomalia 1978-1980». In *História de la Transición 1975-1986* (Eds Javier Tusell y Álvaro Soto). Madrid: Alianza Universidad, 1996.
- MADEIRA, João. *Engenheiros de Almas*. Lisboa: Estampa, 1996.
- MADEIRA, João. «O PCP e a Questão Colonial – dos fins da guerra ao V Congresso (1943-1957)». *Estudos do Século XX*, 2003.
- MAILER, Phil. *A Revolução Impossível?*. Porto: Afrontamento, 1978.
- MAMMARELLA, Giuseppe. *Historia de Europa Contemporánea desde 1945 hasta Hoy*. Barcelona: Ariel, 1996.
- MANDEL, Ernest. *O Lugar do Marxismo na História*. São Paulo: Xamã, 2001.

MANDEL, Ernest (ed), *Contrôle Ouvrier, Conseils Ouvriers, Autogestion*. Paris: Francois Maspero, 1975.

MANYA, Judith. *Le Parti Communiste Portugais et la question coloniale (1921-1974)*, Thèse de doctorat en Science politique, 2004.

MAXWELL, Kenneth. *A Construção da Democracia em Portugal*. Lisboa: Editorial Presença, 1999.

MAXWELL, Kenneth. *O Império Derrotado*. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

MEDINA, João. «Portugal Democrática». In MEDINA, João. *História de Portugal*. Lisboa: Clube Internacional do Livro, 1998.

MILHAZES, José. «Reatamento de uma Longa Amizade». *História*: Lisboa, Maio, 1995, pp. 49-53.

MORLINO, Leonardo. Political Parties and Democratic Consolidation in Southern Europe. In GUNTHER, R., DIAMANDOUROS, P. N., (Eds). *Southern Europe in Comparative Perspectiv*. Baltimore and London: Johns Hopkins University Press, 1995.

MUÑOZ, Duran. *Contención y Transgresión. Las Movilizaciones Sociales y el Estado en las Transiciones Española y Portuguesa*. Madrid: CPPC, 2000.

NARCISO, Raimundo. *Álvaro Cunhal e a Dissidência da Terceira Via*. Porto: Âmbar, 2007.

NOVACK, George. *Para Compreender a História. Visão da História, da Grécia ao Marxismo*. Lisboa: Iniciativas Editoriais, 1972.

NOVACK, George. *Democracia e Revolução. O Itinerário Histórico da Democracia*. Lisboa: Iniciativas editoriais, 1971.

OLIVEIRA, Luísa Tiago. *Estudantes e Povo na Revolução. O Serviço Cívico Estudantil (1974-1977)*. Lisboa: Celta, 2004.

PATRIARCA, Fátima. «A Revolução e a Questão Social. Que justiça Social?». In ROSAS, Fernando (cord). *Portugal e a Transição para a Democracia (1974-1976)*. Lisboa: Edições Colibri, 1999.

PATRIARCA, Fátima. «Greves». In BARRETO, António (cord) *Dicionário de História de Portugal*. Porto: Figueirinhas, 1999, Vol. VIII.

PATRIARCA, Maria de Fátima. «Operários Portugueses na Revolução: a Manifestação dos Operários da Lisnave de 12 de Setembro de 1974». In *Análise Social*. Lisboa: ICS, Vol XIV, 1978.

PEREIRA, José Pacheco. *Álvaro Cunhal. Uma Biografia Política. «Duarte» O Dirigente Comunista*. Lisboa: Temas e Debates, 2001.

PEREIRA, José Pacheco. *Álvaro Cunhal. Uma Biografia Política. O Prisioneiro*. Lisboa: Temas e Debates, 2005.

PÉREZ, Miguel, *Contra a Exploração Capitalista. Comissões de Trabalhadores e Luta Operária na Revolução Portuguesa (1974-75)*, Dissertação de Mestrado em História dos Séculos XIX e XX, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, Universidade Nova de Lisboa, Agosto de 2008.

PIÇARRA, Constantino. *As Ocupações de Terras no Distrito de Beja. 1974-1975*. Coimbra: Almedina, 2008.

PIÇARRA, Constantino (Coord.). *Campos do Sul. Memória de uma Revolução*. Lisboa: IHC, 2009.

PINTO, António Costa. «Political Purges and State Crisis in Portugal's Transition to Democracy 1975-76». In *Journal of Contemporary History*, LA-London: Sage Publications, Vol 43 (2), 2008, pp. 305-332.

PINTO, António Costa. *O Fim do Império Português*. Lisboa: Horizonte: 2001.

PISTONE, Sérgio. «Bonapartismo». In BOBBIO, Norberto. *Dicionário de Política*. Brasília: Editora UNB, 2007, pp. 118-119.

PITA, António Pedro, «O Marxismo na Constituição Ideológica e Política do Partido Comunista Português», *Revista Crítica de Ciências Sociais*, Coimbra, Nº 40, Outubro, 1994.

POULANTZAS, Nicos. *A Crise das Ditaduras. Portugal, Grécia, Espanha*. Lisboa: Presença, 1975.

PRESTON, Paul. *Espanha en Crisis: La Evolución y Decadencia del Regimen de Franco*. México: Fondo de Cultura Económica, 1977.

RABY, David. *A Resistência Antifascista em Portugal 1941/74*. Lisboa: Salamandra, 1990.

REGINI, Marino. «Greve». In Bobbio, Norberto (org). *Dicionário de Política*, Brasília: UNB, 2007, 13ª Edição, pp: 560-562.

RÉMOND, René, *Por uma História Política*. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2ª edição, 2003.

REZOLA, Maria Inácia. *Os Militares na Revolução de Abril: o Conselho da Revolução e a Transição para a Democracia em Portugal*. Lisboa: Campo da Comunicação, 2006.

ROSA, Eugénio, *A Economia Portuguesa em Números*. Lisboa: Moraes Editora, 1975.

ROSAS, Fernando. *Pensamento e Acção Política. Portugal Século XX (1890-1976)*. Lisboa: Editorial Notícias, 2004.

- ROSDOLSKY, Roman, *Para Ler O Capital de Karl Marx*, São Paulo: Contraponto, 2001.
- SALVADORI, Massimo (Org). *Do Início ao Fim da Guerra-fria. História Universal*, vol 16. Lisboa: Planeta DeAgostini, 2005.
- SANTOS, Boaventura Sousa. «A Crise e a Reconstituição do Estado em Portugal. 1974-1984». In *Revista Crítica de Ciências Sociais*, nº 14, Novembro de 1984, pp. 7-29.
- SANTOS, Paula Borges. «O Caso da Rádio Renascença». In *História*, n.º 27, Julho/Agosto 2000, pp. 48-57.
- SANTOS, Maria de Lurdes, LIMA, Marinús Pires de, FERREIRA, Vítor Matias. *O 25 de Abril e as Lutas Sociais nas Empresas*. Porto: Afrontamento, 1976, 3 volumes.
- SECCO, Lincoln. *A Revolução dos Cravos*. São Paulo: Alameda, 2004.
- SHUBIN, Vladimir, TOKAREV, Andrei. «War in Angola: a Soviet Dimension». In *Review of African Political Economy*. ROAPE Publications, 2001, pp. 607-618.
- SILVA, Matheus Passos. *Relações entre Estado e Democracia na Teoria Política Contemporânea*. Brasília DF, 2005. In http://bdtd.bce.unb.br/tesesimplificado/tde_busca/arquivo.php?codArquivo=561 Consultado em 6 de Novembro de 2009.
- SCHMITTER, Philip. *Portugal: Do Autoritarismo à Democracia*. Lisboa: ICS, 1999.
- STOLEROFF, Alan D.; OPTENHOGEL, Uwe, «The Logics of Politically Competing Trade Union Central Confederations in Portugal, 1974-1984», In FERREIRA, Eduardo de Sousa, *Conflict and Change in Portugal 1974-1984*, Lisboa: Teorema, 1985
- TAIBO, Carlos. «Sovietólogos Y Transicionólogos: una Relación Conflictiva». *Las Transiciones en Europa Central y Oriental*. Madrid: Catarata, 1998, pp. 13-30.
- TENGARRINHA, José. «As Greves em Portugal: uma perspectiva histórica do século XVIII a 1920». In *Análise Social*, Lisboa: ICS, 1981, vol. XVII, 573-601
- TILLY, Charles. *Las Revoluciones Europeas, 1492-1992*. Barcelona: Crítica, 1995.
- TROTSKI, Leon. «Factory Councils and Worker's Control of Production». In *The Militant*, November 1931.
- TROTSKI, Leão. *História da Revolução Russa*. Lisboa: Versus, 1988, Vol I.
- TROTSKI, Leão. *História da Revolução Russa*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1980, 3ª Edição, Vol. II e III.

VALENTE, José, «O Movimento Operário e Sindical (1970-1976): entre o Corporativismo e a Unicidade». In BRITO, J.M. Brandão, *O País em Revolução*, Lisboa: Editorial Notícias, 2001, pp. 209-251.

VARELA, Raquel. «Alte Linke in der Nelkenrevolution. Die Portugiesische KP zwischen 1968 und 1975». In BIRKE, Peter, HUTTNER, Bernd, OY, Gottfried (HRSG.), *Alte Linke – Neue Linke? Die Sozialen Kämpfe der 1968er Jahre in der Diskussion*, Berlin: Karl Dietz Verlag, 2009.

VARELA, Raquel. «O impacto da Revolução portuguesa de 1974-1975 no PSOE visto através de El Socialista». In *Ler História*, n.º 57, Novembro de 2009.

VELDEN, Sjaak van der et al. (eds.), *Strikes Around The World, 1968-2005*. Amsterdam: Aksant, 2007.

VENTURA, António. O Papel das Forças Sócio-políticas na Mudança Democrática. O Caso Português. In TORRE, Hipólito (coord.), *Portugal y España en el Cambio Político (1958-1978)*. Mérida: UNED, Centro Regional de Extremadura, 1989.

VILAR, Pierre. *Desenvolvimento Económico e Análise Histórica*. Lisboa: Presença, 1982.

VILAR, Pierre. *História Marxista, História em Construção*. Lisboa: Estampa, 1976.

VITULLO, Gabriel E. «Transitologia, consolidologia e democracia na América Latina: uma revisão crítica». *Revista Sociologia Política*. [online]. 2001, no. 17 [citado 2007-02-12], pp. 53-60. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-4782001000200006&lng=pt&nrm=iso>. ISSN 0104-4478. doi: 10.1590/S0104-44782001000200006

VENTURA, António. O Papel das Forças Sócio-políticas na Mudança Democrática. O Caso Português. In TORRE, Hipólito (coord.), *Portugal y España en el Cambio Político (1958-1978)*. Mérida: UNED, Centro Regional de Extremadura, 1989.

VENTURA, António. «Portugal e a Rússia Soviética». *História*, Lisboa, Abril, 1981, pp. 4156

WALLERSTEIN, Immanuel, «La Construcción Política del Islam en el Sistema-Mundo Moderno». In Puntos de Vista. *Cuadernos del Observatorio de las Migraciones y de la Convivencia Intercultural de la Ciudad de Madrid*, nº 7, Año II, Octubre 2006, p.11.

WALLERSTEIN, Immanuel. «The rise and demise of the capitalista system». In *The Essencial Wallerstein*. New York: The New Press, 2000, pp. 71-105.

WOOD, Ellen, FOSTER, John Bellamy (Orgs). *Em Defesa da História. Marxismo e Pós-modernismo*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1999.

Raquel Varela CV

INSTITUTO DE HISTÓRIA CONTEMPORÂNEA/ UNIVERSIDADE NOVA DE LISBOA

Av. de Berna 26-C

1069-061 Lisboa

Portugal

Dados pessoais

Personal data

Nome completo

Full name

Raquel Carneira Varela

Local e data de Nascimento

Birth Place and date

Cascais (Lisboa) 15-10-1978

Casada

2 filhos

Morada

Address

Rua Cândido dos Reis nº 2 – 1º esq.

2770-025 Paço de Arcos

Portugal

Contactos

Contact data

Telefone: (00 351) 96 244 25 71

Email: raquel_cardeira_varela@yahoo.co.uk

Habilitações académicas

Academic degrees

Ano Year	Grau académico Academic degree	Instituição Institution	Classificação Classification
2006-2010	Estudante Doutoramento	Fundação para a Ciência e Tecnologia/ISCTE	
2006	Pós-graduação	Faculdade de Ciências Sociais e Humanas Universidade Nova	17- Dezassete valores

		de Lisboa	
2005	LICENCIATURA	Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa	17 - Dezassete valores
De 1997 a 2000	Estudante de Direito	Faculdade Direito Universidade Coimbra	

Línguas
Language skills

Língua Language	Leitura Reading	Escrita Writing	Conversação Conversation
Inglês	Bom	Bom	Bom
Castelhano	Excelente	Elementar	Bom
Alemão	Elementar	Elementar	Elementar
Francês	Bom	Bom	Elementar

Participação em projectos
Participation in research projects

- Transições Ibéricas à Democracia: Portugal e Espanha em Perspectiva Comparada. ICS
- Labour Conflicts. New Ways in Strike Research. International Institute for Social History
- Soziale Konflikte in der "unternehmerischen" Stadt. Vergleichende transnationale Forschung in fünf westeuropäischen Metropolen
- Culturas militantes bajo el franquismo: clases populares y valores democráticos (1956 – 1977). Projectos de Investigación Fundamental no orientada del Ministerio de Ciencia e Innovación.

Prémios e Distinções
Prizes and awards

2006-2010 Doctoral Grant in History
Technology

FCT- Foundation for Science and

- 2009 (...) Membro da Asociación Historiadores del Presente
- 2009 Comissão Científica do Colóquio Internacional *O Fim das Ditaduras Ibéricas*
- 2009 Delegada do IHC na *Conferência Internacional de Historiadores do Movimento Operário* (ITH)
- 2008 (...) Investigadora do Instituto de História Contemporânea /UNL
- 2007 (...) Member of the Study Group on the Russian Revolution
- 2006 (...) Member of the Mediterranean Studies Association

Área de actividade científica

Area of scientific activity

História Contemporânea de Portugal. Estado Novo e Revolução de 25 de Abril de 1974. O papel do Partido Comunista Português na revolução portuguesa. Estudo comparativo dos Partidos Comunistas Europeus. A Influência da revolução portuguesa na transição espanhola (1974-1975). História das greves em Portugal 1968-2008. História dos movimentos sociais na Península Ibérica. História do movimento operário português.

Livros (autor)

Books (author)

- Fernão de Magalhães, Lisboa, Planeta DeAgostini, 2005 (com Flor Neves).
- D. Pedro IV, Lisboa, Planeta DeAgostini, 2006 (com Cristina Portella).
- O Fim das Ditaduras Ibéricas. Lisboa: Edições Pluma (no prelo) (com Encarnación Lemus e Fernando Rosas).

Capítulos de livros

Chapters in books

- «O PCP, a Intersindical e as Comissões de Trabalhadores». In VARELA, Raquel, ROSAS, Fernando, LEMUS, Encarnación (Coord.). *O Fim das Ditaduras Ibéricas: Sevilha-Lisboa*, CEA-Edições Pluma, 2010.
- «*Na Revolução: Conflitos Sociais na Revolução Portuguesa (1974-75)*» In QUIROZA-CHEYROUZE, Rafael (Coord.). *La Transición y los Movimientos Sociales*. Madrid: Biblioteca Nueva, 2010.
- «Strikes in different regimes: dictatorship, revolution and liberal democracy. Portugal 1968-2000». In Van der VELDEN (Org). *Strikes Around the World*. (para publicação)
- «Die KP Portugals in der "Nelkenrevolution" von 1974», In BIRKE, Peter (org). *Alte Linke - neue Linke. Die "globale Revolution" der 1968er Jahre in der Bundesrepublik und im transnationalen Vergleich*, Berlin: Dietz-Verlag, 2009.
- «Brasil: Descobrimento e Colonização da América Portuguesa» in *Grande Atlas Histórico do Planeta*. Lisboa: Planeta D'Agostini, 2006.
- «Portugal no Século XX: da Queda da Monarquia à Queda da Ditadura», in *Grande Atlas Histórico do Planeta*. Lisboa: Planeta D'Agostini, 2006.
- «O Assassínio de Amílcar Cabral. Silêncios Pouco Inocentes» in *Factos Desconhecidos da História de Portugal*. Lisboa: Selecções do Reader's Digest, 2004.

Artigos em revistas nacionais com arbitragem científica

Papers in national periodicals with referees

- «O 25 de Abril, a Espanha e a História». In *Análise Social*. Lisboa: ICS, VOL. XLI, 4º Trimestre de 2006, pp. 1231-1240.
- «O PSOE e a Revolução Portuguesa». In *Ler História*. Lisboa: ISCTE, nº 57, 2009, pp. 111-124.

Artigos em revistas internacionais com arbitragem científica

Papers in international periodicals with referees

- «The Portuguese Communist Party». In *Twentieth Century Communism*. London: Lawrence & Wishart (para publicar na Issue nº 3, Spring 2011).

- «A revolução portuguesa de 1974-1975 e o seu impacto na transição espanhola para a democracia vista através da imprensa clandestina espanhola». In *Revista Espacio, Tiempo y Forma*, Madrid: UNED, 2010.
- «Nationalizations and Workers control». In *International Review of Social History*, Cambridge University Press, IISH (para publicação em 2011).
- «La Historiografía Portuguesa Contemporânea: Memória ou História?», Asociación Historiadores del Presente, *Historia del Presente*, nº 16, 2010 (para publicação em Setembro de 2010).
- «*Cunhal não foi Carrillo?* Estratégia e Tática do Partido Comunista Português durante a revolução dos cravos (1974-1975)». In *Hispania*, Revista do CSIC, Instituto de História (para publicação no final de 2010).
- «Valério Arcary, O Encontro da Revolução com a História». In *Outubro. São Paulo: IES*, nº 17, 2009.
- «Valério Arcary, As Esquinas Perigosas da História. Situações Revolucionárias em Perspectiva Marxista». in *Revolutionary Russia*. Aberdeen: Routledge, Vol 21, June 2008, number 1.

Publicações em actas de encontros científicos

Papers in conference proceedings

- «Os Movimentos Sociais na Revolução Portuguesa». IV Congreso Internacional Historia de la Transición en España. Sociedad y Movimientos Sociales. In QUIROZA, Rafael, Fernández, Mónica, (eds), *Actas do IV Congreso Internacional Historia de la Transición en España*, 2009, pp. 121-135.
- «*El Socialista e Mundo Obrero: A revolução Portuguesa de 1974-1975 e o seu impacto na transição Espanhola para a democracia vista através dos jornais*», *Actas do III Congreso Internacional “Historia de la Transición en España”*, El papel de los medios de comunicación, 26-30 de Noviembre de 2007.
- «The Portuguese Communist Party in the Carnation Revolution: April 25, 1974 to July 18, 1974». In the VII European Social Science History Conference, Lisbon, 29th February 2008:
https://collab.iisg.nl/c/document_library/get_file?p_l_id=14945&folderId=20496&name=DLFE-1624.doc
- «“Keeping up with the Jones”». O Impacto da Revolução Portuguesa na

Transição Espanhola, visto pela Imprensa do País Vizinho». Comunicação escrita, I Congresso da Democracia Portuguesa, Lisboa, 2004.

Outras publicações

Other publications

- «Officerare pa Flikt – Portugisiska officerare deserterade fran Salazars armé till Sverige 1970-1974». In *Arbetarhistoria* n.º 133, Argang 34, pp. 24-30.
- «The Role of the Communist Portuguese Party in the Portuguese of 25 April 1974 to 25 November 1975». Research Projects and Dissertations – Work in Progress. In BAYERLEIN, Bernhard, ALBERT, Gleb (eds). *The International Newsletter of Communist Studies Online XV* (2009), no. 22
- «Der Kampf der Lehrer in Portugal». In *Analyse & Kritik*, nº 529, Jahrgang 36.
- «O Fim das Ditaduras na Europa do Sul», In *Os Anos de Salazar*. Lisboa: Editora Planeta de Agostini, Vol. vol. 30 (1974), 2008.
- «O assassínio de Amílcar Cabral», In *Os Anos de Salazar*. Lisboa: Editora Planeta de Agostini, Vol. vol. 29 (1973), 2008.
- «Atentado Mortal Contra o Regime de Franco», In *Os Anos de Salazar*. Lisboa: Editora Planeta de Agostini, Vol. vol. 29 (1973), 2008.
- «Salvador Allende é Eleito Presidente», In *Os Anos de Salazar*. Lisboa: Editora Planeta de Agostini, Vol. 26 (1970), 2008.
- «O Julgamento da ETA Volta-se Contra Franco», In *Os Anos de Salazar*. Lisboa: Editora Planeta de Agostini, Vol. 26 (1970), 2008.
- «Espanha: o Franquismo Começa a Afundar-se», In *Os Anos de Salazar*. Lisboa: Editora Planeta de Agostini, Vol. 25 (1969), 2008.
- «Irlanda do Norte à Beira da Guerra Civil», In *Os Anos de Salazar*. Lisboa: Editora Planeta de Agostini, Vol. 25 (1969), 2008.
- «Espanha Inaugura Central Nuclear no Tejo», In *Os Anos de Salazar*. Lisboa: Editora Planeta de Agostini, Vol. 24 (1968), 2008.
- «Em Espanha Sopram Ventos Adversos», In *Os Anos de Salazar*. Lisboa: Editora Planeta de Agostini, Vol. 23 (1967), 2008.
- «Guerra no Biafra: um Milhão de Mortos», In *Os Anos de Salazar*. Lisboa: Editora Planeta de Agostini, Vol. 23 (1967), 2008.

- «Na Indonésia, um Banho de Sangue», In Os Anos de Salazar. Lisboa: Editora Planeta de Agostini, Vol. 22 (1966), 2008.
- «O Oriente é Vermelho», In Os Anos de Salazar. Lisboa: Editora Planeta de Agostini, Vol. 22 (1966), 2008.
- «Mobutu Apodera-se do Congo», In Os Anos de Salazar. Lisboa: Editora Planeta de Agostini, Vol. 21 (1965), 2008.
- «O Rumo à Vitória de Álvaro Cunhal», In Os Anos de Salazar. Lisboa: Editora Planeta de Agostini, Vol. 21 (1965), 2008.
- «Cinquenta Mortos no Cais do Sodré», In Os Anos de Salazar. Lisboa: Editora Planeta de Agostini, Vol. 20 (1963-64), 2008.
- «Nasce a Organização de Libertação da Palestina», In Os Anos de Salazar. Lisboa: Editora Planeta de Agostini, Vol. 20 (1963-64), 2008.
- «Um Crime que abalou a América», In Os Anos de Salazar. Lisboa: Editora Planeta de Agostini, Vol. 20 (1963-64), 2008.
- «O Mundo à Beira do Conflito Nuclear», In Os Anos de Salazar. Lisboa: Editora Planeta de Agostini, Vol. 19 (1962), 2008.
- «O Assalto ao paquete Santa Maria», In Os Anos de Salazar. Lisboa: Editora Planeta de Agostini, Vol. 18 (1961), 2008.
- «O forte de São Baptista de Ajudá», In Os Anos de Salazar. Lisboa: Editora Planeta de Agostini, Vol. 18 (1961), 2008.
- «Guerra Fria na Terra e no Espaço», In Os Anos de Salazar. Lisboa: Editora Planeta de Agostini, Vol. 18 (1961), 2008.
- «Espanha Começa a romper com o Atraso», In Os Anos de Salazar. Lisboa: Editora Planeta de Agostini, Vol. 17 (1960), 2008.
- «Kennedy Vence Nixon na Recta Final», In Os Anos de Salazar. Lisboa: Editora Planeta de Agostini, Vol. 17 (1960), 2008.
- «País Basco: Nasce a ETA», In Os Anos de Salazar. Lisboa: Editora Planeta de Agostini, Vol. 16 (1959), 2008.
- «Morreu o Papa, Viva o Papa», In Os Anos de Salazar. Lisboa: Editora Planeta de Agostini, Vol. 15 (1958), 2008.
- «Espanha e França Combatem em Marrocos», In Os Anos de Salazar. Lisboa: Editora Planeta de Agostini, Vol. 14 (1957), 2008.
- «Marrocos Conquista a sua Independência», In Os Anos de Salazar. Lisboa:

- Editora Planeta de Agostini, Vol. 13 (1956), 2008.
- «O Presidente da República visita Moçambique», In *Os Anos de Salazar*. Lisboa: Editora Planeta de Agostini, Vol. 13 (1956), 2008.
 - «Varsóvia, Bandung: alinhados e desalinhados», In *Os Anos de Salazar*. Lisboa: Editora Planeta de Agostini, Vol. 12 (1955), 2008.
 - «Espanha exige a devolução de Gibraltar», In *Os Anos de Salazar*. Lisboa: Editora Planeta de Agostini, Vol. 11 (1954), 2008.
 - «Isabel II sobe ao trono de Inglaterra», In *Os Anos de Salazar*. Lisboa: Editora Planeta de Agostini, Vol. 10 (1952-1953), 2008.
 - «A morte do marechal Carmona», In *Os Anos de Salazar*. Lisboa: Editora Planeta de Agostini, Vol. 9 (1951), 2008.
 - «Egas Moniz recebe o Nobel Da Medicina», In *Os Anos de Salazar*. Lisboa: Editora Planeta de Agostini, Vol. 8 (1949-50), 2008.
 - «Uma nação dividida: RFA e RDA», In *Os Anos de Salazar*. Lisboa: Editora Planeta de Agostini, Vol. 8 (1949-50), 2008.
 - «A guerra-fria começa Quente». In *Os Anos de Salazar*. Lisboa: Editora Planeta de Agostini, vol. 7 (1946-1948), 2008.
 - «A renovação do Pacto Ibérico». In *Os Anos de Salazar*. Lisboa: Editora Planeta de Agostini, Vol. 7 (1946-1948) 2008.
 - «Hiroxima Transformada numa Montanha de Fumo». In *Os Anos de Salazar*. Lisboa: Editora Planeta de Agostini, Vol. 6 (1943-1945), 2008.
 - «É inaugurado o Estádio Nacional». In *Os Anos de Salazar*. Lisboa: Editora Planeta de Agostini, Vol. 6 (1943-1945), 2008.
 - «Portugal e a Santa Sé assinam a Concordata». In *Os Anos de Salazar*. Lisboa: Editora Planeta de Agostini, Vol. 5 (1940-1942), 2008.
 - «A grande Exposição do Mundo Português». In *Os Anos de Salazar*. Lisboa: Editora Planeta de Agostini, Vol. 5 (1940-1942), 2008.
 - «O primeiro grande teste à União Nacional». In *Os Anos de Salazar*. Lisboa: Editora Planeta de Agostini, Vol. 3 (1934-1935), 2008.
 - «Espanha, 1933. Nuvens de tempestade». In *Os Anos de Salazar*. Lisboa: Editora Planeta de Agostini, vol. 2 (1933), 2008.
 - «Falar e Fugir». In *Os Anos de Salazar*. Lisboa: Editora Planeta de Agostini, Vol 1 (1926-1932), 2008.

- «Nasce a CECA, precursora da União Europeia», In *Os Anos de Salazar*. Lisboa: Editora Planeta de Agostini, Vol. 9 (1951-1952), 2008.
- «História da Revolução Russa de Leon Trotsky». *História*, Lisboa, Novembro, 2007.
- «Esquinas Perigosas da História». *História*, Julho, 2007
- «Almas Mortas de Nicolau Gogol». In *História*, n.º 90, Outubro 2006.
- «De Lisboa a Moncloa: A Revolução de Abril e a Transição Espanhola». In *História*, n.º 82, Dezembro 2005.
- «Continuidades entre os Impérios Otomano e Europeus». In *História*, n.º 63, Fevereiro 2004
- «A Guerra Colonial Começa em Angola». In *Um Ano para Recordar*, Lisboa, Altaya, 2004

Comunicações **Communications**

- O PCP entre o Verão Quente e o 25 de Novembro de 1975». In Seminários Revolução e Democracia, 9 de Fevereiro de 2010, Universidade Nova de Lisboa.
- «La lucha de los obreros de astilleros durante la Revolución de los Claveles». Seminário Internacional Culturas del Trabajo: Astilleros, 14, 15 y 16 de Diciembre de 2009, Universidad de Oviedo.
- «Os Movimentos Sociais na Revolução Portuguesa». IV Congreso Internacional Historia de la Transición en España. Sociedad y Movimientos Sociales, Almeria, 2-6 de Novembro de 2009.
- «O PCP e a Unicidade Sindical». Colóquio Internacional O Fim das Ditaduras Ibéricas. Universidade Nova de Lisboa. 20-21 de Março de 2009.
- «El «eurocomunismo» de Santiago Carrillo y la «revolución democrática y nacional» de Álvaro Cunhal: la política de los partidos comunistas en el final de las dictaduras en la Península Ibérica, 1974-1978», Novísima. II Congreso Internacional de Historia de Nuestro Tiempo. Universidade de la Rioja, Logroño, 11-13 de Septiembre de 2008.
- «O Partido Comunista Português e a Revolução de 25 de Abril de 1974»,

Palestra proferida na Universidade de São Paulo, Cátedra Jaime Cortesão, 5 de Agosto de 2008.

- «PSOE e PCE, PS e PCP: as relações entre as quatro organizações políticas durante a revolução portuguesa e a transição espanhola», IV Congresso Associação Portuguesa Ciência Política, Fundação Calouste de Gulbenkian.
- «The Portuguese Communist Party in the Carnation Revolution: April 25, 1974 to July 18, 1974», VII European Social Science History Conference, Lisbon, 29th February 2008.
- «História da Revolução Russa». Conversas com a História, Revista História, FNAC, 7 de Novembro de 2007.
- «*El Socialista e Mundo Obrero: A revolução Portuguesa de 1974-1975 e o seu impacto na transição Espanhola para a democracia vista através dos jornais*», III Congreso Internacional “Historia de la Transición en España”, El papel de los médios de comunicación, 26-30 de Noviembre de 2007.
- «The Portuguese revolution of 1974-75 and its impact on the Spanish transition to democracy through the eyes of the Spanish clandestine press, Mediterranean Studies Association 2007 Conference, Évora, Portugal May 30-June 2, 2007
- «A revolução Portuguesa de 1974-1975 e o seu impacto na transição Espanhola para a democracia vista através da imprensa clandestina espanhola», Seminários de Investigação (ICS-UL e CEHCP-ISCTE) Portugal Contemporâneo: Política e Relações Internacionais, ISCTE, 5 de Junho de 2007.
- A Comuna de Paris. Comunicação proferida aos alunos de História do Movimento Operário da Licenciatura de História Moderna e Contemporânea do ISCTE, Novembro de 2004.
- O Liberalismo em Portugal: das invasões francesas à guerra civil (1793-1834), Comunicação proferida aos alunos da licenciatura de Sociologia e Planeamento do ISCTE, 22 de Fevereiro de 2006.
- O Corporativismo. Comunicação oral proferida na licenciatura de História Moderna e Contemporânea do ISCTE, Fevereiro e Março de 2006.
- O Império Colonial Português. Comunicação oral proferida na licenciatura de História Moderna e Contemporânea do ISCTE, Fevereiro e Março de 2006.
- O regime do Estado Novo. Comunicação oral proferida na licenciatura de História Moderna e Contemporânea do ISCTE, Fevereiro e Março de 2006.

- A Revolução Portuguesa. Comunicação oral proferida na licenciatura de História Moderna e Contemporânea do ISCTE, Fevereiro e Março de 2006.
- As Transições para a Democracia na Europa do Sul. Comunicação oral proferida na licenciatura de História Moderna e Contemporânea do ISCTE, Fevereiro e Março de 2006.

Revisão Científica **Scientific Review**

- Em colaboração com os Drs. António Costa Pinto e António Simões do Paço, de dois volumes da *História Universal* (vol. XVI, Do Início ao Fim da Guerra Fria) e XVII, A Nova Ordem Mundial), publicada em Portugal (em 2005) pela Planeta DeAgostini e o jornal *Correio da Manhã* (versão portuguesa de *La Storia*, Roma, La Biblioteca di Repubblica, 2004).
- Revisão Científica e elaboração de 300 novas entradas enciclopédicas da *Enciclopédia de História Universal*, Lisboa, Selecções do Reader's Digest, 2006.

Presença em Colóquios, Seminários e Cursos Livre

Attendance to Seminars and Opencourses

- Colóquio Internacional Salazarismo Tarrafal Guerra de Espanha. História e Memória 70 Anos Depois (27 e 28 de Outubro de 2006).
- Salazarismo e Vargasismo: Duas Ditaduras em Comparação (Lisboa, 20 e 21 de Abril de 2006).
- VIII Curso Livre de História Contemporânea: “Optimismo e Pessimismo Acerca do Futuro de Portugal” (26 de Novembro de 2005).
- Revoluções Científicas, Artísticas e Políticas no Início do Século XX (Lisboa, 17 e 18 de Novembro de 2005).
- Portugal, os EUA e a África Austral (Lisboa, 10 de Novembro de 2005)
- Os Presidentes da República Portuguesa: Uma Biografia Colectiva (Lisboa, 28 de Outubro de 2005).
- As Conquistas Sociais de Abril (Lisboa, 20 a 22 de Maio de 2004).
- Novas Temáticas no Ensino da História. O Século XIX em Portugal (Lisboa, 29

a 31 de Março de 2001).

- Portugal/Brasil Ano 2000 (Coimbra, 23 a 25 de Junho de 1999)
- A Reinvenção da Teoria Crítica (Coimbra, 16 e 17 de Abril de 1999).
- A Inclusão do Outro (Coimbra, 21 de Novembro de 1997)
- O Destino Europeu – Um Modelo para o Século XXI (7 de Outubro de 1997).
- A Europa e o Mundo – Acção externa e Diplomacia Comum (Lisboa, 1 de Outubro de 1997).
- Os Desafios da Nova Europa – O Alargamento e as Políticas da União (Lisboa, 30 de Setembro de 1997).
- A Europa dos Cidadãos – Um Espaço de Liberdade e Segurança (Lisboa, 29 de Setembro de 1997).